



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA

DALVA PEREIRA BARRETO DE ARAÚJO

**CONCEPTUALIZAÇÃO/CATEGORIZAÇÃO DO
ESTUPRO: UM ESTUDO SÓCIO-HISTÓRICO-
COGNITIVO**

SALVADOR
2021

DALVA PEREIRA BARRETO DE ARAÚJO

**CONCEPTUALIZAÇÃO/CATEGORIZAÇÃO DO
ESTUPRO: UM ESTUDO SÓCIO-HISTÓRICO-
COGNITIVO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, na área Linguística Histórica, na linha de pesquisa Constituição Histórica do Português e das demais Línguas Românicas, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora em Língua e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. A. Ariadne Domingues Almeida

SALVADOR
2021

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Araújo, Dalva Pereira Barreto de
CONCEPTUALIZAÇÃO/CATEGORIZAÇÃO DO ESTUPRO: um
estudo sócio-histórico-cognitivo / Dalva Pereira
Barreto de Araújo. -- Salvador - BA, 2021.
505 f.

Orientadora: A. Ariadne Domingues Almeida.
Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Língua
e Cultura - PPGLINC) -- Universidade Federal da
Bahia, Universidade Federal da Bahia - UFBA, 2021.

1. Linguística Cognitiva. 2. Semântica Sócio-Histórico-
Cognitiva. 3. Conceptualização. 4. Categorização. 5.
Estupro. I. Almeida, A. Ariadne Domingues. II. Título.

DALVA PEREIRA BARRETO DE ARAÚJO

**CONCEPTUALIZAÇÃO/CATEGORIZAÇÃO DO
ESTUPRO: UM ESTUDO SÓCIO-HISTÓRICO-
COGNITIVO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, na área de Linguística Histórica, na linha de pesquisa Constituição Histórica do Português e da demais Línguas Românicas, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora em Língua e Cultura.

Aprovação em: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª A. Ariadne Domingues Almeida – Orientadora
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Sandro Márcio D. Alves Marengo – Examinador Externo
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Paulo Henrique Duque – Examinador Externo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof^ª. Dr^ª. Natália Elvira Sperandio – Examinadora Externa
Universidade Federal de São João Del-Rei

Prof^ª. Dr^ª. Neila Maria Oliveira Santana – Examinadora Externa
Universidade Estadual da Bahia

Dedico este trabalho aos meus filhos: Angela, Gabriel e Daniela, por serem a melhor parte de mim. Dedico, ainda, aos meus pais Laurita e Jorge (*in memoriam*), por terem me ensinado o que é o amor.

AGRADECIMENTOS

Agradecer significa reconhecer o apoio, o incentivo, a motivação. É um gesto que se materializa após uma conquista. Na verdade, o agradecimento torna-se corporificado porque, no decorrer de uma trajetória, muitas pessoas amigas compartilharam as dificuldades e as alegrias; estiveram presentes com o carinho, o apoio, a solicitude.

Neste momento, quero agradecer pelo encontro humano, durante a elaboração deste trabalho, sejam pessoas envolvidas do ponto de vista institucional, sejam pessoas com as quais mantenho vínculos afetivos.

A Deus, pelo dom da vida, pela fé que me sustenta e por seu amor que me alimenta;

Aos meus pais, sem os quais não seria possível a minha existência e a quem devo toda gratidão e amor. Meu pai, Jorge, e minha mãe, Laurita, símbolos de força e dedicação. Hoje, na companhia do Senhor e, junto ao nosso Pai Celestial, velam por mim;

A Angelo, meu marido, pela parceria durante essa etapa tão atribulada da minha vida;

Aos meus filhos, Angela, Gabriel e Daniela, a quem amo incondicionalmente;

A Juliana, minha irmã, Débora e Miguel, meus sobrinhos, por me contagiarem com a alegria que emanam;

À minha família, que orou por mim e pelo desenvolvimento deste trabalho;

À Profa. Dra. A. Ariadne Domingues Almeida, por ter aberto um novo horizonte de conhecimento em minha vida acadêmica e profissional, pela dedicação, compreensão e relevante orientação;

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, pela competência acadêmica com que fazem a gestão do saber e da pesquisa científica;

Ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, pela qualidade e pela seriedade com que desenvolve as atividades de pós-graduação no âmbito dessa instituição;

À Universidade Federal da Bahia, pelo apoio institucional e acadêmico;

Aos amigos que o doutorado me deu, Evani, Lorena, Simone, Michelli e Urandi, pelo companheirismo, carinho, atenção e, sobretudo, pelas palavras de encorajamento e incentivo;

Ao professor Sandro Marengo e à professora Neila Santana, pelas importantes contribuições durante o exame de qualificação e por participarem desta etapa final. Agradeço, ainda, à professora Natália Sperandio e ao professor Paulo Duque, por aceitarem o convite para participar da banca de defesa;

Aos membros do Grupo de Estudo em Semântica Cognitiva (GESCOG), que se tornaram mais do que colegas de pesquisa, e sim, companheiros de jornada;

Aos colegas e à direção do Colégio Estadual Georgina de Mello Erismann, onde trabalho, pelo incentivo, colaboração, compreensão e apoio para que eu pudesse realizar este estudo;

Aos meus amigos, pela minha saúde afetiva.

Ser mulher ...

RESUMO

A Tese, aqui resumida, teve como propósito contribuir para a compreensão de como o ESTUPRO é conceptualizado/categorizado em textos jornalísticos produzidos no Brasil entre os séculos XIX e XXI. Para tanto, o estudo teve como fonte de pesquisa o jornal *O Estado de São Paulo* e buscou: a) discorrer sobre a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, Teoria da Metáfora e Metonímia Conceptuais, Teoria dos Esquemas de Imagem, Semântica de *Frames*; b) investigar e analisar as expressões metafóricas e metonímicas e explicar a estruturação conceptual, por meio dos esquemas imagéticos; c) analisar, no espaço brasileiro, os fatos sócio-históricos, políticos, ideológicos e culturais imbricados nas conceptualizações encontradas desse ato de violência sexual; d) analisar se a diferença do gênero textual e do conceptualizador interfere na conceptualização/categorização do ESTUPRO; e) verificar manutenções, variações e mudanças no modo de conceptualizá-lo/categorizá-lo no devir do recorte temporal estabelecido; e f) apresentar as metáforas e metonímias conceptuais, os esquemas imagéticos e os *frames* relacionados à conceptualização/categorização do ESTUPRO a partir do corpus. Teve como aporte teórico os estudos da Linguística Cognitiva, em especial, as contribuições de Lakoff e Johnson (1980; 1999), Lakoff (1987, 1993, 2007), Johnson (1987), Barcelona (2012, 2009[1996]), Peña Cervel (2012), Fillmore (1982), Rosch (1978, 2011), Kövecses (1988, 1990, 2000, 2002, 2010, 2014, 2015), Kleiber (1995), Almeida (2021, 2020, 2018, 2016), Duque (2016), Eco (2013, 2007), Feltes (2007). Adotamos uma perspectiva interdisciplinar e propusemos uma discussão que, além de abarcar pressupostos da Linguística Cognitiva, seguiu o norte da Linguística Histórica, a partir da Semântica Cognitiva-Sócio-Histórica. Ademais, adotou, também, premissas oriundas dos estudos sobre os gêneros textuais e, por fim, recorreu a contribuições da Lexicografia (BLUTEAU, 1728; SILVA, 1789; PINTO, 1832; AURÉLIO, 1986; AULETE, 2020). Buscou, ainda, ampliar o caráter interdisciplinar, inicialmente, proposto entre diferentes vertentes da Linguística, de modo a traçar, também, diálogos com pesquisadores da História (SOARES, 1999; VIEIRA, 2011), da Geografia (CAVALCANTI, 2002), da Filosofia (DESCARTES, 1996 [1595-1650]), da Biologia (INGOLD, 1995) e do Direito (VIANNA, 2002; WAITES, 2005). No que concerne ao desenho metodológico, o estudo desenvolvido foi pautado em uma metodologia qualitativa, baseada no paradigma da introspecção, de cunho descritivo-interpretativo, bibliográfico e documental. O corpus foi composto por textos jornalísticos, coletados no jornal *O Estado de São Paulo*, produzidos do século XIX ao XXI e foi constituído a partir de pressupostos da Teoria dos Fractais (MANDELROT, 1983; ALMEIDA, 2020) e da Técnica da Saturação Teórica (SANTANA, 2019). Os resultados foram organizados, a partir dos domínios da experiência identificados, como os domínios FLORA e VIOLÊNCIA, e mostraram que a conceptualização/categorização do ESTUPRO é realizada por meio de diversos mapeamentos metafóricos e metonímicos, como a metáfora ESTUPRO É PERDA DA FLOR e a metonímia VIOLÊNCIA POR ESTUPRO, estruturadas por esquemas-I, a partir de variados domínios-fonte, integrantes de diferentes *frames* que estão interconectados e constituem o domínio ESTUPRO. Além disso, não foram observados no corpus sinais de mudança conceptual no decorrer do tempo, nem em relação ao gênero textual e ao conceptualizador, mas mudança de perspectivação, que produz especificações do conceito, ambos coexistindo em determinados períodos e promovendo a variação, como a metonímia VIOLÊNCIA POR ESTUPRO, que é encontrada em todo o período investigado, mas a especificação VIOLÊNCIA DE GÊNERO POR ESTUPRO só é encontrada no século XXI. Essa

perspectivação diferenciada cria outras categorias de uma perspectivação já existente, estando relacionadas ao contexto social, cultural, histórico, político e ideológico no qual foram produzidas. Enfim, o estudo das metáforas e das metonímias, bem como dos esquemas de imagem e dos *frames* possibilitou a reflexão sobre as conceptualizações/categorizações do ESTUPRO no uso.

Palavras-chave: Linguística Cognitiva. Linguística Histórica. Semântica Cognitiva-Sócio-Histórica. Conceptualização. Categorização. Jornais. Gêneros textuais. Estupro.

ABSTRACT

The Thesis, summarized here, aimed to contribute to the understanding of how RAPE is conceptualized/categorized in journalistic texts produced in Brazil between the 19th and 21st centuries. Therefore, the study had as research source the newspaper O Estado de São Paulo and sought to: a) discuss the Theory of Idealized Cognitive Models, Theory of Conceptual Metaphor and Metonymy, Theory of Image Schemes, Frame Semantics; b) investigate and analyze metaphorical and metonymic expressions and explain conceptual structuring through imagery schemes; c) analyze, in the Brazilian space, the socio-historical, political, ideological and cultural facts intertwined in the conceptualizations found of this act of sexual violence; d) analyze whether the difference between the textual genre and the conceptualizer interferes in the conceptualization/categorization of RAPE; e) check maintenance, variations and changes in the way of conceptualizing/categorizing it in the course of the established time frame; and f) to present conceptual metaphors and metonymies, imagery schemes and frames related to the conceptualization/categorization of RAPE from the corpus. The theoretical support was the studies of Cognitive Linguistics, in particular the contributions of Lakoff and Johnson (1980; 1999), Lakoff (1987, 1993, 2007), Johnson (1987), Barcelona (2012, 2009[1996]), Peña Cervel (2012), Fillmore (1982), Rosch (1978, 2011), Kövecses (1988, 1990, 2000, 2002, 2010, 2014, 2015), Kleiber (1995), Almeida (2021, 2020, 2018, 2016), Duque (2016), Eco (2013, 2007), Feltes (2007). We adopted an interdisciplinary perspective and proposed a discussion that, in addition to embracing assumptions of Cognitive Linguistics, followed the north of Historical Linguistics, based on Cognitive-Socio-Historical Semantics. Furthermore, it also adopted premises from studies on textual genres and, finally, it resorted to contributions from Lexicography (BLUTEAU, 1728; SILVA, 1789; PINTO, 1832; AURÉLIO, 1986; AULETE, 2020). It also sought to expand the interdisciplinary character, initially proposed between different strands of Linguistics, in order to also trace dialogues with researchers from History (SOARES, 1999; VIEIRA, 2011), Geography (CAVALCANTI, 2002), Philosophy (DESCARTES, 1996 [1595-1650]), Biology (INGOLD, 1995) and Law (VIANNA, 2002; WAITES, 2005). With regard to the methodological design, the study developed was based on a qualitative methodology, based on the paradigm of introspection, with a descriptive-interpretive, bibliographical and documentary nature. The corpus was composed of journalistic texts, collected in the newspaper O Estado de São Paulo, produced from the 19th to the 21st century and was constituted from the assumptions of the Theory of Fractals (MANDELROT, 1983; ALMEIDA, 2020) and the Theoretical Saturation Technique (SANTANA, 2019). The results were organized from the identified domains of experience, such as the FLORA and VIOLENCE domains, and showed that the conceptualization/categorization of RAPE is carried out through several metaphorical and metonymic mappings, such as the metaphor RAPE IS LOSS OF THE FLOWER and the metonymy VIOLENCE THROUGH RAPE, structured by I-schemas, from various source domains, members of different frames that are interconnected and constitute the RAPE domain. In addition, no signs of conceptual change over time were observed in the corpus, nor in relation to the textual genre and the conceptualizer, but a change in perspective, which produces concept specifications, both coexisting in certain periods and promoting variation, such as metonymy VIOLENCE BY RAPE, which is found throughout the period investigated, but the specification GENDER VIOLENCE BY RAPE is only found in the 21st century. This differentiated perspective creates other categories of an existing perspective, being related to the social, cultural, historical, political and ideological context in which they

were produced. Finally, the study of metaphors and metonymies, as well as image schemes and frames, made it possible to reflect on the conceptualizations/categorizations of RAPE in use.

Keywords: Cognitive Linguistics. Historical Linguistics. Cognitive-Socio-Historical Semantics. Conceptualization. Categorization. Newspapers. Textual genres. Rape.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1-	Identificação dos DOMÍNIOS e <i>FRAMES</i> no texto 1	125
Quadro 2-	Identificação dos DOMÍNIOS e <i>FRAMES</i> no texto 2	126
Quadro 3-	Identificação dos DOMÍNIOS e <i>FRAMES</i> no texto 3	126
Quadro 4-	Identificação dos DOMÍNIOS e <i>FRAMES</i> no texto 4	126
Quadro 5-	Identificação dos DOMÍNIOS e <i>FRAMES</i> no texto 5	126
Quadro 6-	Identificação dos DOMÍNIOS e <i>FRAMES</i> no texto 6	127
Quadro 7-	Definições dicionarizadas para VIDA	165
Quadro 8-	Definições dicionarizadas para VIR e CONVIVER	166
Quadro 9-	Síntese do domínio geral da VIDA	168
Quadro 10-	Definições dicionarizadas para HUMANIDADE	170
Quadro 11-	Definições dicionarizadas para INUMANO	171
Quadro 12-	Síntese do domínio da HUMANIDADE	172
Quadro 13-	Definições dicionarizadas para COMPORTAMENTO	173
Quadro 14-	Definições dicionarizadas para ABUSO	175
Quadro 15-	Definições dicionarizadas para DESMANDO	181
Quadro 16-	Definições dicionarizadas para CORTESIA	183
Quadro 17-	Síntese do domínio do COMPORTAMENTO	185
Quadro 18-	Definições dicionarizadas para PENSAMENTO	190
Quadro 19-	Definições dicionarizadas para INTUITO e INTENTO	191
Quadro 20-	Definições dicionarizadas para EXPRESSÃO	194
Quadro 21-	Síntese do domínio PENSAMENTO	197
Quadro 22-	Definições dicionarizadas para CONHECIMENTO	199
Quadro 23-	Definições dicionarizadas para EXPERIÊNCIA	200
Quadro 24-	Síntese do domínio CONHECIMENTO	203
Quadro 25-	Definições dicionarizadas para SENTIMENTO e EMOÇÃO	204
Quadro 26-	Definições dicionarizadas para INFELICIDADE	206
Quadro 27-	Definições dicionarizadas para ÓDIO	208
Quadro 28-	Definições dicionarizadas para DELEITE	209
Quadro 29-	Síntese do domínio SENTIMENTO	211
Quadro 30-	Definições dicionarizadas para VIOLÊNCIA	213

Quadro 31-	Definições dicionarizadas para AGRESSÃO	224
Quadro 32-	Definições dicionarizadas para ATENTADO	226
Quadro 33-	Definições dicionarizadas para SEVÍCIA	230
Quadro 34-	Definições dicionarizadas para CRUENTO	231
Quadro 35-	Síntese do domínio VIOLÊNCIA	233
Quadro 36-	Definições dicionarizadas para MORALIDADE	244
Quadro 37-	Definições dicionarizadas para ULTRAJE	245
Quadro 38-	Definições dicionarizadas para RESPEITO	247
Quadro 39-	Definições dicionarizadas para OFENSA	248
Quadro 40-	Definições dicionarizadas para DESONRA	253
Quadro 41-	Definições dicionarizadas para MAL	256
Quadro 42-	Síntese do domínio MORALIDADE	258
Quadro 43-	Definições dicionarizadas para SEGREDO	264
Quadro 44-	Síntese do domínio SIGILO	266
Quadro 45-	Definições dicionarizadas para CRIME	269
Quadro 46-	Definições dicionarizadas para DELITO	287
Quadro 47-	Definições dicionarizadas para CORRUPÇÃO	293
Quadro 48-	Definições dicionarizadas para VIOLAÇÃO	294
Quadro 49-	Síntese do domínio JUSTIÇA	299
Quadro 50-	Definições dicionarizadas para CULTURA	315
Quadro 51-	Definições dicionarizadas para MASCULINIDADE	318
Quadro 52-	Definições dicionarizadas para RITO	320
Quadro 53-	Síntese do domínio da CULTURA	322
Quadro 54-	Definições dicionarizadas para ENTRETENIMENTO	323
Quadro 55-	Definições dicionarizadas para PASSATEMPO	324
Quadro 56-	Definições dicionarizadas para JOGO	325
Quadro 57-	Definições dicionarizadas para CENA e SESSÃO	327
Quadro 58-	Síntese do domínio do ENTRETENIMENTO	330
Quadro 59-	Definições dicionarizadas para SEXO	332
Quadro 60-	Definições dicionarizadas para COITO	335
Quadro 61-	Definições dicionarizadas para SODOMIA	336
Quadro 62-	Síntese do domínio SEXO	338
Quadro 63-	Definições dicionarizadas para DOENÇA	339
Quadro 64-	Definições dicionarizadas para LEPROSA	340

Quadro 65-	Definições dicionarizadas para CURA	342
Quadro 66-	Síntese do domínio DOENÇA	344
Quadro 67-	Definições dicionarizadas para GUERRA	345
Quadro 68-	Definições dicionarizadas para ESTRATÉGIA	347
Quadro 69-	Definições dicionarizadas para ARMA	348
Quadro 70-	Definições dicionarizadas para ATAQUE	350
Quadro 71-	Definições dicionarizadas para CHACINA	352
Quadro 72-	Síntese do domínio GUERRA	355
Quadro 73-	Definições dicionarizadas para POSSE	357
Quadro 74-	Definições dicionarizadas para USURPAR	364
Quadro 75-	Definições dicionarizadas para USO	365
Quadro 76-	Síntese do domínio POSSE	367
Quadro 77-	Definições dicionarizadas para ANIMALIDADE	372
Quadro 78-	Definições dicionarizadas para BESTIALIDADE	373
Quadro 79-	Definições dicionarizadas para IRRACIONALIDADE	377
Quadro 80-	Definições dicionarizadas para INSTINTO	379
Quadro 81-	Definições dicionarizadas para CIO	381
Quadro 82-	Definições dicionarizadas para CURRA	382
Quadro 83-	Síntese do domínio ANIMALIDADE	385
Quadro 84-	Definições dicionarizadas para SOBRENATURAL	388
Quadro 85-	Definições dicionarizadas para MONSTRUOSO	389
Quadro 86-	Síntese do domínio SOBRENATURAL	392
Quadro 87-	Definições dicionarizadas para ESPACIALIDADE	395
Quadro 88-	Definições dicionarizadas para BAIXEZA, REERGUER e ER – GUER	395
Quadro 89-	Definições dicionarizadas para TRAJETÓRIA	398
Quadro 90-	Definições dicionarizadas para DESENCAMINHAR, PONTO e EXTREMO	398
Quadro 91-	Definições dicionarizadas para LUGAR	402
Quadro 92-	Definições dicionarizadas para INVADIR, DEMARCAR e FREQUENTAR	402
Quadro 93-	Síntese do domínio ESPACIALIDADE	405
Quadro 94-	Definições dicionarizadas para FLORA	407

Quadro 95-	Definições dicionarizadas para DEFLORAMENTO e DEFLORAR	408
Quadro 96-	Síntese do domínio FLORA	415
Quadro 97-	Definições dicionarizadas para SUJEIRA	417
Quadro 98-	Definições dicionarizadas para MANCHA, NÓDOA e MÁCULA	418
Quadro 99-	Síntese do domínio SUJEIRA	421
Quadro 100-	Definições dicionarizadas para EVENTO	422
Quadro 101-	Definições dicionarizadas para CASO	423
Quadro 102-	Definições dicionarizadas para FATO	426
Quadro 103-	Definições dicionarizadas para CONGRESSO	428
Quadro 104-	Definições dicionarizadas FENÔMENO	429
Quadro 105-	Síntese do domínio EVENTO	431
Quadro 106-	Definições dicionarizadas para RELIGIÃO	434
Quadro 107-	Definições dicionarizadas para PECADO	435
Quadro 108-	Síntese do domínio RELIGIÃO	437
Quadro 109-	Gêneros textuais e conceptualizadores por período	439
Quadro 110-	Síntese dos gêneros do domínio discursivo jurídico	442
Quadro 111-	Síntese dos gêneros do domínio discursivo jornalístico	447
Quadro 112-	Metáforas e Metonímias por gênero textual	460
Quadro 113-	Domínios, <i>frames</i> e especificidades por século	464
Quadro 114-	Domínios e <i>frames</i> por gênero textual, século e conceptualizador	475
Tabela 1-	Ponto de saturação dos textos da década de 1870	127

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Esquema-I REGIÃO DELIMITADA e dependentes	83
Figura 2-	Esquema-I ORIGEM-PERCURSO-META e dependentes	83
Figura 3-	Esquema-I PARTE-TODO e dependentes	84
Figura 4-	Rede radial da categoria ESTUPRO	157
Figura 5-	A organização dos domínios e <i>frames</i>	161
Figura 6-	Relação de contiguidade entre os domínios e o domínio-alvo ESTUPRO	163
Figura 7	Relação entre o <i>frame</i> VIDA e os <i>frames</i> dos domínios FLORA, ANIMALIDADE e HUMANIDADE	477
Figura 8-	Frames inter-relacionados aos <i>frames</i> dos domínios FLORA, ANIMALIDADE e HUMANIDADE	479
Figura 9-	Inter-relação entre <i>frames</i>	481

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

SC	Semântica Cognitiva
LC	Linguística Cognitiva
LH	Linguística Histórica
Esquema-I	Esquema de Imagem
MCI	Modelo Cognitivo Idealizado
TMCI	Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados
SCSH	Semântica Cognitiva-Sócio-Histórica
TMC	Teoria da Metáfora Conceptual
TMMC	Teoria da Metáfora e da Metonímia Conceptuais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 CONSIDERAÇÕES FILOSÓFICAS E TEÓRICAS	30
1.1 OS POSTULADOS DA LINGUÍSTICA COGNITIVA E SUAS IMPLICAÇÕES FILOSÓFICAS	30
1.1.1 A mente como máquina: considerações sobre a primeira geração da Ciência Cognitiva	31
1.1.2 A mente corpórea: a segunda geração da Ciência Cognitiva	32
1.2 DOS PRIMEIROS ESTUDOS SEMÂNTICOS A SEMÂNTICA COGNITIVA	34
1.3 A COMPREENSÃO DO MUNDO: A CONCEPTUALIZAÇÃO	42
1.4 A ORGANIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA HUMANA: A CATEGORIZAÇÃO	45
1.4.1 A Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados	51
<i>1.4.1.1 Modelo Metafórico</i>	55
<i>1.4.1.2 Modelo Metonímico</i>	65
1.4.1.2.1 Conceitos relacionados e inerentes	70
1.4.1.2.2 O eufemismo como estratégia cognitiva	72
1.4.1.2.3 O contexto e a construção de sentido	74
<i>1.4.1.3 Modelo de Esquemas de Imagem</i>	77
<i>1.4.1.4 Modelo Proposicional</i>	85
1.4.1.4.1 Semântica de <i>Frames</i>	85
1.4.1.4.2 Gênero textual e <i>Frame</i>	88
1.5 GÊNEROS TEXTUAIS E DOMÍNIOS DISCURSIVOS	91
1.5.1 O domínio discursivo jornalístico	93
<i>1.5.1.1 Breves considerações sobre a imprensa no Brasil</i>	95
<i>1.5.1.2 Gêneros do domínio discursivo jornalístico</i>	97
<i>1.5.1.3 Gêneros textuais do domínio discursivo jurídico</i>	102

2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS DA PESQUISA	105
2.1 CONCEPTUALIZAÇÕES DO ESTUPRO, POR QUÊ? O OBJETO DE PES-	
QUISA	106
2.2 O TIPO DE PESQUISA	108
2.3 O CORPUS: TEXTO JORNALÍSTICO, POR QUÊ?	114
2.3.1 Contextualização do corpus	116
2.3.2 “ O Estadão” – Notas sobre o percurso histórico	116
2.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	119
2.4.1 Do levantamento teórico	119
2.4.2 Da constituição do corpus	121
2.4.3 Da seleção dos textos	128
2.4.4 Da preparação e do estudo dos textos	130
2.4.4.1 <i>A leitura</i>	130
2.4.4.2 <i>A verificação e levantamento das expressões metafóricas e metonímicas</i>	131
2.4.4.3 <i>Os domínios e frames</i>	132
2.4.4.4 <i>A identificação das metáforas, das metonímias e dos esquemas de imagem</i>	
<i>estruturadores das construções conceptuais</i>	135
2.4.4.5 <i>A reconstrução dos mapeamentos</i>	137
2.4.4.6 <i>A contextualização metafórica e metonímica</i>	138
2.4.4.7 <i>Os procedimentos de estudo</i>	139
2.4.4.8 <i>A sistematização</i>	141
2.4.5 Notações e convenções	142
3 PREMISSAS CONTEXTUAIS E ESTUDO DO CORPUS	145
3.1 PREMISSAS CONTEXTUAIS	145
3.1.1 Algumas considerações sobre o estupro nos séculos XIX, XX e XXI	146
3.2 ESTUDO DO CORPUS	155

3.2.1 Estudo das conceptualizações do estupro	161
3.2.1.1 <i>As conceptualizações metafóricas e metonímicas</i>	163
3.2.2 Domínio geral VIDA	164
3.2.3 Domínio HUMANIDADE	169
3.2.3.1 <i>Domínio COMPORTAMENTO.....</i>	173
3.2.3.1.1 <i>Frame ABUSO</i>	174
3.2.3.1.2 <i>Frame DESMANDO</i>	181
3.2.3.1.3 <i>Frame CORTESIA</i>	182
3.2.3.2 <i>Domínio PENSAMENTO</i>	190
3.2.3.2.1 <i>Frame INTENÇÃO</i>	191
3.2.3.2.2 <i>Frame EXPRESSÃO</i>	194
3.2.3.3 <i>Domínio CONHECIMENTO</i>	199
3.2.3.3.1 <i>Frame EXPERIÊNCIA</i>	200
3.2.3.4 <i>Domínio SENTIMENTO</i>	204
3.2.3.4.1 <i>Frame INFELICIDADE</i>	206
3.2.3.4.2 <i>Frame ÓDIO</i>	207
3.2.3.4.3 <i>Frame DELEITE</i>	209
3.2.4 Domínio VIOLÊNCIA	213
3.2.4.1 <i>Frame VIOLÊNCIA</i>	214
3.2.4.1.1 <i>Violência carnal</i>	218
3.2.4.1.2 <i>Violência sexual</i>	221
3.2.4.1.3 <i>Violência de gênero</i>	223
3.2.4.2 <i>Frame AGRESSÃO</i>	224
3.2.4.3 <i>Frame ATENTADO</i>	226
3.2.4.4 <i>Frame SEVÍCIA</i>	230
3.2.4.5 <i>Frame CRUENTO</i>	231
3.2.5 Domínio MORALIDADE	243

3.2.5.1	Frame <i>ULTRAJE</i>	245
3.2.5.2	Frame <i>RESPEITO</i>	246
3.2.5.3	Frame <i>OFENSA</i>	248
3.2.5.4	Frame <i>HONRA</i>	253
3.2.5.5	Frame <i>MAL</i>	256
3.2.6	Domínio SIGILO	264
3.2.6.1	Frame <i>SEGREDO</i>	264
3.2.7	Domínio JUSTIÇA	267
3.2.7.1	Frame <i>CRIME</i>	268
3.2.7.1.1	Crime de estupro	278
3.2.7.1.2	Crime de defloramento	280
3.2.7.1.3	Crime passionai	282
3.2.7.1.4	Crime contra a humanidade	282
3.2.7.1.5	Crime contra os costumes e contra a pessoa	283
3.2.7.1.6	Crime de tortura	284
3.2.7.1.7	Crime de homens contra mulheres	285
3.2.7.1.8	Crime contra a honra	286
3.2.7.2	Frame <i>DELITO</i>	287
3.2.7.2.1	Delito de estupro	290
3.2.7.2.2	Delito principal	291
3.2.7.2.3	Delito contra a honra	292
3.2.7.3	Frame <i>CORRUPÇÃO</i>	293
3.2.7.4	Frame <i>VIOLAÇÃO</i>	294
3.2.8	Domínio CULTURA	315
3.2.8.1	Frame <i>MASCULINIDADE</i>	317
3.2.8.2	Frame <i>RITO</i>	319
3.2.9	Domínio ENTRETENIMENTO	323

3.2.9.1 <i>Frame PASSATEMPO</i>	324
3.2.9.2 <i>Frame JOGO</i>	325
3.2.9.3 <i>Frame TEATRO</i>	326
3.2.10 Domínio SEXO	332
3.2.10.1 <i>Frame COITO</i>	334
3.2.10.2 <i>Frame SODOMIA</i>	336
3.2.11 Domínio DOENÇA	339
3.2.11.1 <i>Frame LEPRA</i>	340
3.2.11.2 <i>Frame CURA</i>	341
3.2.12 Domínio GUERRA	345
3.2.12.1 <i>Frame ESTRATÉGIA</i>	347
3.2.12.2 <i>Frame ARMA</i>	348
3.2.12.3 <i>Frame ATAQUE</i>	350
3.2.12.4 <i>Frame CHACINA</i>	352
3.2.13 Domínio POSSE	357
3.2.13.1 <i>Frame OBJETO POSSUÍDO</i>	360
3.2.13.2 <i>Frame USO</i>	365
3.2.14 Domínio ANIMALIDADE	371
3.2.14.1 <i>Frame BESTIALIDADE</i>	373
3.2.14.2 <i>Frame IRRACIONALIDADE</i>	377
3.2.14.3 <i>Frame INSTINTO</i>	379
3.2.14.4 <i>Frame CIO</i>	380
3.2.14.5 <i>Frame CURRA</i>	382
3.2.15 Domínio SOBRENATURAL	388
3.2.15.1 <i>Frame MONSTRUOSIDADE</i>	388
3.2.16 Domínio ESPACIALIDADE	394
3.2.16.1 <i>Frame ORIENTAÇÃO</i>	395

3.2.16.2 <i>Frame</i> TRAJETÓRIA	398
3.2.16.3 <i>Frame</i> LUGAR	401
3.2.17 Domínio FLORA	407
3.2.17.1 <i>Frame</i> FLOR	407
3.2.18 Domínio SUJEIRA	417
3.2.18.1 <i>Frame</i> MANCHA	417
3.2.19 Domínio EVENTO	422
3.2.19.1 <i>Frame</i> CASO	423
3.2.19.2 <i>Frame</i> FATO	426
3.2.19.3 <i>Frame</i> CONGRESSO	428
3.2.19.4 <i>Frame</i> FENÔMENO	429
3.2.20 Domínio RELIGIÃO	434
3.2.20.1 <i>Frame</i> PECADO	435
3.3 ESTUDO DO GÊNERO TEXTUAL E DO CONCEPTUALIZADOR	438
3.3.1 Gêneros do domínio discursivo jurídico e seus conceptualizadores	439
3.3.2 Gêneros do domínio discursivo jornalístico e seus conceptualizadores	446
3.4 REFLEXÕES SOBRE OS PROCESSOS DE CONCEPTUALIZAÇÃO DO ESTUPRO	462
CONSIDERAÇÕES FINAIS	483
REFERÊNCIAS	490

INTRODUÇÃO

Pensar na condição das mulheres na atualidade e sobre as suas conquistas no decorrer do tempo nos leva a refletir e a questionar acerca dos diversos tipos de violência a que foram e, ainda, são submetidas. Os períodos históricos são distintos, os contextos espacial, social, político, cultural e ideológico, também, entretanto, a ideia de subjugação da mulher e de supremacia do homem, que legitima a violência a ela imposta, persiste com o passar dos séculos.

A reflexão sobre essa situação, historicamente replicada, nos levou a pensar como os grupos humanos, com suas particularidades, compreendem a violência contra a mulher. Pensamos, especificamente, sobre a violência sexual, que contabilizou, no ano de 2018, mais de 66 mil casos no Brasil, o que corresponde a mais de 180 estupros por dia, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019). Em recente atualização, o referido Anuário (2020) apresentou dados comparativos entre os primeiros semestres de 2019 e de 2020, mostrando o impacto do isolamento social, provocado pela pandemia da COVID-19, nas ocorrências de violência contra a mulher no Brasil. De acordo com os números apresentados, no primeiro semestre de 2019, foram contabilizados 28.538 casos de estupro e estupro de vulnerável¹, enquanto, no primeiro semestre de 2020, foram registrados 22.201 casos, indicando uma redução de 22,2 %. Essa diminuição, segundo o Anuário (2020), foi observada nos registros dos crimes que dependiam da presença física da vítima nas delegacias, especialmente, os de estupro que necessitam, também, de exame pericial. Isso não significa que a violência contra a mulher diminuiu durante a pandemia, embora o registro desses crimes indique essa tendência. Essa redução, conforme o Anuário (2020), parece estar relacionada às dificuldades encontradas pelas mulheres para realizar as denúncias, não só por medo, mas, principalmente, pela inexistência de medidas de enfrentamento e apoio.

Isso nos revela que, apesar de estarmos vivendo no século XXI e contarmos com os mais diferenciados avanços, em distintas áreas, a mulher continua sendo vítima de violência, preconceito e discriminação, apenas, pelo fato de ser mulher, o sexo, equivocadamente, considerado frágil e subserviente.

Tendo em vista esse cenário e a motivação por ele provocada, nos propomos a investigar como o estupro é conceptualizado/categorizado no Brasil em diferentes

¹ Meninas de até 14 anos ou vítima com enfermidade ou deficiência mental, sem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.

períodos históricos e manifestado em textos do domínio discursivo jornalístico, estando os resultados do estudo empreendido apresentados nesta Tese.

Assim, ao iniciarmos o nosso estudo, partimos do pressuposto de que a discriminação e a desigualdade sexual sempre existiram, desde os primórdios da humanidade, transformando as relações de gênero, afetivas e sociais, por meio de instrumentos de poder e submissão. Costa (2008) considera que a desigualdade e a assimetria observadas nessas relações mantêm a mulher subjugada ao homem e ao domínio patriarcal. Vale destacar, todavia, que nem todas as sociedades são patriarcais, embora sejam poucas pelo mundo, as sociedades matriarcais existem. Nelas, as mulheres não são subjugadas pelo homem e as mães estão no centro da cultura, de acordo com Göttner-Abendroth (2000).

Considerando, entretanto, a sociedade em que vivemos e a ideologia patriarcal nela dominante, encontramos a divisão entre os sexos, seus afazeres, posturas e condutas que era e, continua sendo, mesmo hoje, comum. A história nos revela que a mulher era tida como propriedade, considerada inferior, e, por causa dessa vulnerabilidade que lhe foi imposta, era, e, ainda, é, recorrentemente, vítima de diversos tipos de violência, como o estupro.

Esse tipo de violência não era bem-visto pelos povos da Antiguidade (ABREU; CAULFIELD, 1995), assim como, também, não é, pelas sociedades contemporâneas. Existem, entretanto, em cada época, particularidades, tanto jurídicas como históricas, culturais, políticas e ideológicas que permeiam tal ato violento, por isso falar sobre o estupro, identificá-lo, compreendê-lo e defini-lo é uma tarefa complexa.

Em decorrência dessa complexidade, o estupro tem sido tema de estudo de diversas ciências e se tornou objeto de interesse e debate, nas mais diferentes áreas de conhecimento; todavia, pelo que sabemos, não contamos com trabalhos de cunho linguístico focados na sua forma de compreensão, isto é, na sua conceptualização, assim como não temos estudos a respeito de como o conhecimento sobre o estupro é organizado, ou seja, como esse ato de violência é categorizado. Por isso, a partir de reflexões embasadas pela Linguística Cognitiva (doravante, LC), propusemos a pesquisa empreendida para compreender como o estupro é conceptualizado e, em consequência, categorizado, em diferentes períodos históricos, tendo em vista que entendemos a cognição não apenas como um fenômeno mental, mas, também, situado e socialmente compartilhado e, para fazermos isto, estabelecemos um diálogo com a Linguística Histórica (doravante, LH).

Nesse sentido, para que as nossas pretensões investigativas pudessem ser viabilizadas, tornou-se necessário encontrarmos um corpus que abrangesse um recorte temporal integrado por períodos históricos distintos. Assim, elegemos como fonte de pesquisa o jornal *O Estado de São Paulo*, tendo em vista que é um suporte textual constituído por textos de diversos gêneros, que apresenta compreensões diversas da realidade, ainda que se possa pensar no direcionamento editorial, e que tem perpetuadas produções de diferentes momentos da história, contemplando, dessa forma, os critérios que julgamos serem essenciais para a constituição do nosso corpus, além de ser de fácil acesso, devido ao acervo disponível na internet. O enfileiramento dos diferentes gêneros textuais nos levou a ampliar o nosso norte teórico. Assim sendo, adotamos uma perspectiva interdisciplinar e propusemos uma discussão que, além de abarcar pressupostos da LC e da LH, a partir da Semântica Cognitiva-Sócio-Histórica (doravante, SCSH), adotou também premissas oriundas dos estudos sobre os gêneros textuais.

Além disso, para realizarmos a investigação e para compreendermos como o estupro é conceptualizado/categorizado em diferentes épocas, foi necessário utilizarmos conhecimentos culturais, antropológicos, jurídicos, psicológicos, sociais, dentre outros, e dispensarmos especial relevância à experiência humana, já que é a partir da interação do ser humano com o mundo que o cerca que se dá a construção do significado. Dessa forma, poderíamos adentrar os contextos específicos de cada ocorrência e sermos capazes de apreender como o estupro estaria sendo compreendido em cada situação documentada nos textos levantados para a constituição do corpus.

Tendo em vista essa perspectiva, definimos que a questão central e motivadora do estudo que culminou nesta Tese poderia, assim, ser expressa:

- Como ocorre o processo de conceptualização e categorização do estupro em textos jornalísticos nos séculos XIX, XX e XXI publicados no Brasil?

Levantamos ainda mais alguns questionamentos que direcionaram a pesquisa empreendida, quais sejam:

- Que mecanismos cognitivos estão envolvidos na conceptualização/categorização do estupro?

- Como a rede conceptual de estupro está organizada?

- Como a dimensão discursiva influencia as formas de se conceptualizar/categorizar o estupro?

Nessa perspectiva, os aspectos antes apresentados constituíram a essência motivacional para a realização deste estudo. O problema da compreensão e da

organização do conhecimento acerca do estupro, em um corpus constituído por textos jornalísticos de distintas sincronias, representa o núcleo central deste trabalho, a partir do qual desenvolvemos e estruturamos todas as suas demais etapas.

Dessa forma, estabelecemos, como objetivo geral desta Tese, estudar a conceptualização e a categorização do estupro por meio dos mecanismos metafórico, metonímico, estruturados por esquemas de imagem e *frames*, instanciadas por expressões linguísticas constantes de textos publicados em jornais produzidos entre os séculos XIX e XXI, a fim de verificarmos manutenções, variações e/ou mudanças nessa conceptualização/categorização no corpus estudado e se os gêneros textuais implicam perspectivas distintas no âmbito desses fenômenos.

A partir desse objetivo geral, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: a) discorrer sobre a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, Teoria da Metáfora e Metonímia Conceptuais, Teoria dos Esquemas de Imagem, Semântica de *Frames* e suas contribuições para o estudo da significação do estupro no corpus; b) investigar e analisar as expressões metafóricas e metonímicas e explicar a estruturação conceptual, por meio dos esquemas imagéticos e a organização por *frames*; c) analisar, no espaço brasileiro, os fatos sócio-históricos, políticos, ideológicos e culturais imbricados nas conceptualizações/categorizações encontradas; d) analisar se a diferença do gênero textual e do conceptualizador interfere na variação conceptual do estupro; e) apresentar as metáforas e metonímias conceptuais, os esquemas imagéticos presentes na sua estruturação e os *frames* relacionados ao estupro a partir do estudo do corpus; e f) verificar manutenções, variações e mudanças no modo de conceptualizá-lo no devir do recorte temporal estudado.

Para o alcance dos objetivos propostos, utilizamos como aporte teórico os estudos da LC, em especial, da Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (doravante, TMCI), da Teoria da Metáfora e Metonímia Conceptuais (doravante, TMMC) e dos Esquemas de Imagem (doravante, esquemas-I), especificamente, as contribuições de Lakoff e Johnson (1980; 1999), Lakoff (1987, 1993, 2007), Johnson (1987), Barcelona (2012, 2009[1996]), Peña Cervel (2012), Fillmore (1982), Rosch (1978, 2011), Kövecses (1988, 1990, 2000, 2002, 2010, 2014, 2015), Kleiber (1995), Almeida (2021, 2020, 2018, 2016), Duque (2015, 2016), Feltes (2007) e, particularmente, da SCSH contamos com os contributos de Santos (2011), Leite (2017), Santana (2019) e Almeida (2020) .

O presente estudo buscou ampliar as discussões de natureza interdisciplinar, dialogando, também, com outras áreas do conhecimento que tinham como foco as

relações humanas e que subsidiaram a interpretação dos processos de conceptualização/categorização, como os estudos da História (SOARES, 1999; VIEIRA, 2011), da Geografia (CAVALCANTI, 2002), da Filosofia (DESCARTES, 1996 [1595-1650]), da Biologia (INGOLD, 1995), do Direito (VIANNA, 2002; WAITES, 2005), além das contribuições da Lexicografia, ainda no âmbito dos estudos linguísticos (BLUTEAU, 1728; SILVA, 1789; PINTO, 1832; AURÉLIO, 1986; AULETE, 2020).

O aparato teórico antes apresentado alicerçou a pesquisa, que culminou nesta Tese, e que foi motivada, também, pela percepção da importância de ampliar as discussões acerca da conceptualização/categorização deste crime que, desde os tempos pré-históricos até a atualidade, é praticado, majoritariamente, por homens contra mulheres como forma de reafirmação de força, poder e propriedade masculina e de subjugação da mulher.

Esta Tese justifica-se pela necessidade de entendermos como os mecanismos cognitivos metafórico e metonímico eram utilizados por membros da sociedade dos séculos XIX e XX e como são usados pelos grupos sociais contemporâneos ao conceptualizar a violência sexual.

Outra justificativa relevante para a realização deste trabalho é a carência no Brasil de pesquisas que façam estudos linguísticos sócio-históricos sobre o tema, como já anteriormente citado. Assim sendo, o nosso estudo justifica-se pela contribuição que oferece para os estudos semântico-históricos, visto que busca vincular os conhecimentos teóricos da LC e os da LH, voltando o olhar dos pesquisadores para a relevância que a interface entre essas duas áreas tem para os estudos da língua portuguesa e, em especial, da Semântica. Dessa forma, esperamos que os resultados desta investigação possam contribuir com os estudos de Semântica Cognitiva (doravante, SC), em perspectiva sócio-histórico-cognitiva, no Brasil, ampliando o escopo dos trabalhos nessa área, uma vez que conseguimos encontrar poucos estudos, como o de Santana (2019), justificando-se, dessa forma, a necessidade de se fazer um estudo histórico, para registrar e descrever as conceptualizações do estupro nos séculos XIX, XX e XXI, que ainda se justifica por trazer uma reflexão sobre como os gêneros atrelam-se à conceptualização/categorização do estupro na passagem do tempo.

Sobre o norte metodológico, adotamos uma metodologia qualitativa, baseada no paradigma da introspecção, de cunho descritivo-interpretativo, bibliográfico e documental. O corpus, como já assinalamos, é composto por textos jornalísticos, coletados no jornal *O Estado de São Paulo*, produzidos nos séculos XIX a XXI,

constituído a partir de pressupostos da Teoria dos Fractais e da Técnica da Saturação Teórica.

Assim, apresentamos, nesta Tese, as diferentes conceptualizações e categorizações do estupro encontradas no nosso corpus, a partir do estudo das distintas formas que expressam a compreensão do referido ato violento, que é praticado, como já assinalamos, desde os primórdios da humanidade, nas variadas épocas, civilizações, sociedades e culturas, por isso a necessidade de o estudo sobre as formas de conceptualização/categorização do estupro.

Para apresentar os resultados do estudo realizado, além dessa *Introdução*, a presente Tese foi organizada, em quatro seções; na primeira, *Considerações filosóficas e teóricas*, discorremos sobre os pressupostos que embasam este trabalho. Essa seção foi dividida em cinco partes; na primeira, apresentamos os postulados da LC e suas implicações filosóficas; na segunda, discorremos sobre o desenvolvimento da SCSH; na terceira, tratamos da compreensão do mundo, da conceptualização; na quarta, enfocamos a organização da experiência humana, a categorização, assim como abordamos a TMCI e os submodelos utilizados no estudo do corpus: Modelo Metafórico, Modelo Metonímico, Modelo de Esquemas-I e o Modelo Proposicional, particularmente, o dos *frames*; e, na quinta, tratamos sobre os gêneros textuais e os domínios discursivos constitutivos do corpus estudado.

Na segunda seção, discorremos sobre algumas considerações teórico-metodológicas da pesquisa em LC, particularmente, em SCSH, apresentamos a abordagem de pesquisa adotada e expomos os critérios procedimentais para a constituição e estudo do corpus. Para atender tais aspectos, organizamos a referida seção em quatro partes. Na primeira, tratamos sobre a motivação que deu origem a este estudo e descrevemos o seu contexto de condução, bem como os elementos que o constituem; na segunda, refletimos sobre os caminhos teóricos e metodológicos do fazer científico; na terceira parte, tratamos da natureza deste trabalho, um estudo qualitativo de dados oriundos de textos jornalísticos, bem como discorremos acerca de questões metodológicas no âmbito da LC/SCSH, das características do tipo de abordagem adotada e expomos as justificativas para sua aplicação na pesquisa realizada; em seguida, apresentamos o corpus de pesquisa, a sua contextualização e os motivos pelos quais optamos por sua utilização; e, por fim, descrevemos os procedimentos de coleta e de estudo dos dados, bem como as notações e convenções utilizadas.

Na terceira seção, apresentamos como o arcabouço teórico adotado foi aplicado, mostrando os domínios da experiência e os *frames*, e as conceptualizações do estupro identificadas nos textos jornalísticos constituintes do corpus. Em seguida, realizamos as nossas reflexões acerca dos processos de conceptualização/categorização do estupro nos textos investigados, bem como sobre a relação entre os gêneros textuais e as compreensões do estupro encontradas.

Por fim, encontram-se as Considerações Finais e as Referências consultadas no decorrer do processo investigativo desenvolvido.

1 CONSIDERAÇÕES FILOSÓFICAS E TEÓRICAS

A seção, ora iniciada, tem por propósito apresentar o aporte teórico norteador da pesquisa empreendida, cujo objetivo, como já informado, foi estudar como ocorre a conceptualização e categorização do estupro em textos jornalísticos produzidos entre os séculos XIX e XXI. A princípio, fazemos uma breve abordagem contextual do surgimento dos estudos da LC e de sua semântica, assim como discorremos sobre o desenvolvimento da SCSH. Em seguida, tratamos da conceptualização e categorização, conceitos importantes para o estudo desenvolvido e apresentamos as noções de prototipicidade e de modelo cognitivo. Abordamos os pressupostos da TMCI que trata sobre a organização do conhecimento experienciado pelo ser humano a partir de mecanismos de construção conceptual e expomos seus conceitos-chave. Por fim, tratamos dos pressupostos da TMMC.

1.1 OS POSTULADOS DA LINGUÍSTICA COGNITIVA E SUAS IMPLICAÇÕES FILOSÓFICAS

O desenvolvimento das Ciências Cognitivas, mais especificamente do cognitivismo na Linguística, constituiu-se por dois movimentos contrários, em seus fundamentos, caracterizados por considerações filosóficas distintas. A primeira geração da Ciência Cognitiva defendeu ideias da filosofia tradicional, como a de separação entre razão e percepção, em que a mente é considerada como uma máquina que processa as suas diferentes capacidades cognitivas, através de módulos mentais. Partindo dessa perspectiva, a linguagem se auto-organizaria, isoladamente, sem intervenção de outro elemento que fizesse parte do corpo humano. Por outro lado, a segunda geração da Ciência Cognitiva considera a mente corpórea, ou seja, trata do papel do corpo na produção de significados para o mundo (LAKOFF; JOHNSON, 1999) e do papel das experiências no processo de construção de sentidos. Para situar a visão que adotamos como base para o estudo das conceptualizações do estupro, faremos, inicialmente, brevíssimas considerações sobre a primeira geração da ciência cognitiva, e, em seguida, trataremos sobre a segunda geração.

1.1.1 A mente como máquina: considerações sobre a primeira geração da Ciência Cognitiva

A Ciência Cognitiva dos anos de 1950 e 1960 propõe uma perspectiva funcional (função de processar) para a mente, por isso, não considera as especificidades do corpo e do cérebro como importantes para o exercício racional humano. Nessa perspectiva, mente e corpo são independentes: a mente funcionaria como processador de símbolos que, ora desempenha somente relações internas entre si, ora assume o papel de ser construções internas da realidade externa, e o corpo, apenas, armazenaria essas funções (EVANS; GREEN, 2006). Partindo dessas concepções, entendemos que o significado estaria, diretamente, relacionado aos objetos no mundo, os quais seriam processados pela mente para produzir representações de conceitos.

De acordo com Lakoff e Johnson (1999), nessa visão, a mente estaria integrada ao cérebro, que seria o *hardware*, onde o *software* da mente funcionaria. A mente seria desencarnada, segundo os autores. Partindo desse pressuposto e sob a influência da tradição filosófica estabelecida a partir de uma perspectiva estritamente cartesiana, podemos afirmar que esse cognitivismo considera a razão humana transcendental, universal, desencarnada e literal.

Dessa forma, o dualismo mente/corpo, que tem origem na filosofia socrático-platônica e que adquire relevância, no racionalismo cartesiano, exerce influência, também, sobre o desenvolvimento da Linguística. A revolução cognitivista priorizou, inicialmente, o estudo de fenômenos linguísticos, estritamente, mentais. Assim, a partir da perspectiva da Linguística Gerativa, movimento liderado por Chomsky, surgiu um interesse pelo estudo formal da língua, com relevância para a sintaxe, que é considerada basilar, para os demais elementos constituintes da linguagem. Nessa perspectiva, parece-nos que o desdobramento sintático é autônomo, e, portanto, não depende do significado, do contexto, de memória enciclopédica e de intenções.

A metáfora A MENTE É UM COMPUTADOR é predominante, nesse paradigma, que considera o significado como uma correspondência entre as palavras e as coisas no mundo, a partir de uma semântica das condições-de-verdade. A verdade é tida como a correspondência entre o conceito e o objeto em uma realidade pré-estabelecida, prevalecendo a visão objetivista de mundo. Nesse sentido, conceitos são literais, alheios ao sistema sensorio-motor e a mente é considerada como uma abstração independente do corpo, a qual só o cérebro tem capacidade de processar. Dessa forma, como afirma Sweetser (1990), ao ver o significado como a relação entre palavras e mundo, a Semântica

das Condições-de-verdade elimina a organização cognitiva do sistema linguístico. Essa semântica, por assumir uma divisão metodológica tão radical e desconsiderar fenômenos como a conceptualização a partir das interações do corpo, não dá lugar para outros elementos que não tenham relação direta com os objetos prontos no mundo.

Com o tempo, uma vertente da Filosofia tomou como motivação a noção de experiência, basilar para a racionalidade, passando a dar relevância ao corpo e ao seu papel fundamental na estruturação e na organização do aparato cognitivo, os quais influenciam e são influenciados pelos tipos de experiências vivenciadas. A Ciência Cognitiva, considerando essa noção de experiência, reformula essa perspectiva, a fim de estimular o desenvolvimento da sua segunda geração, a da mente corpórea. A partir de então, tem-se uma nova visão, em que se defende ser a natureza dos corpos, que possuímos, o que nos possibilita enxergar o mundo sob diferentes perspectivas, o que apresentaremos na subseção, a seguir.

1.1.2 A mente corpórea: a segunda geração da Ciência Cognitiva

Como vimos, a perspectiva cartesiana pressupõe uma separação entre a mente e o corpo, com uma ruptura na forma de ver o ser humano; ele se fraciona em múltiplas partes, em uma realidade na qual ele somente se coloca, mas não a constroi, pois essa já está conclusa, diante dele. Entretanto, parece-nos que observar um ser humano fragmentado significa, tão somente, contemplar nuances da sua realidade. Dessa forma, entendemos que ter, também, o corpo como parâmetro para a construção cognitiva é considerar o ser humano em sua inteireza e como ser capaz de produzir conceitos para si e para a realidade, no fluxo contínuo das experiências nas quais ocorrem.

De acordo com Lakoff e Johnson (1999), a corporificação da razão, como assumida pela Ciência Cognitiva, possibilita uma nova compreensão de como mente e realidade se conectam. A visão cartesiana é rejeitada por esse realismo corpóreo que está incrustado na nossa capacidade de interagir em nossos ambientes físicos e baseia-se na concepção de evolução. Dessa forma, é através da interação do corpo com o meio que a mente se torna corporificada.

A crença em uma mente corpórea é proveniente do fato de que os mecanismos neurais e cognitivos, que possibilitam a nossa percepção e locomoção, são os que originam nossos sistemas conceptuais. As inferências perceptivas e motoras integram aspectos da compreensão do mundo, em que o corpo é base da significação.

A LC, sendo experiencialista, tem como fundamento a corporeidade da mente, em que as interações corpo e ambiente interconectam-se, por meio das experiências estabelecidas entre os aspectos físicos, perceptuais, sociais, culturais, emocionais, sendo todos eles produzidos através do contexto situacional e no tempo. Desse modo, não há uma realidade una e completa, mas aquela que se constitui pelos movimentos do corpo.

Segundo Lakoff (1987), a utilização do termo “experiencial”, para o realismo corpóreo, é tomado em sentido amplo, abrangendo experiências sensório-motoras, emocionais, sociais, culturais, assim como as capacidades inatas que ancoram essas experiências e que as tornam possíveis. Para Lakoff e Johnson (1999), a razão é evolucionária e universal, e coloca o ser humano em um *continuum*, por ser uma capacidade compartilhada por todos os seres humanos. Em grande parte do tempo, essa razão é inconsciente, estruturando-se conceitualmente em decorrência das experiências vividas. De acordo com Lakoff e Johnson (1999), a compreensão de nossa estrutura conceitual fornece subsídios para explicar por que nós possuímos as categorias e os conceitos que temos e por que a nossa corporeidade modela o nosso raciocínio e a estrutura de compreensão que constitui a base para o que concebemos como verdadeiro.

Na década de 1970, a ideia de mente corporificada proporciona uma ampla transformação para os primeiros estudos cognitivistas da linguagem, no que se refere ao enfoque filosófico para o significado, passando a adotar uma perspectiva que incluía as percepções e sensações na estruturação das representações mentais, em uma reação contrária à visão objetivista de mundo, mantida pela Linguística Formal. Essa transformação, gerenciada, principalmente, por Talmy, sinaliza um movimento em busca de uma pesquisa referente ao conteúdo conceitual e à sua estruturação na linguagem (TALMY, 2000). Portanto, evidencia-se a relevância da experiência humana para esse paradigma e o papel fundamental do corpo humano na estruturação cognitiva, em uma relação de mútua influência e indissociabilidade.

A mente corporificada, então, se desenvolve não apenas porque temos percepções a partir do corpo, mas também, porque a interação desse corpo com estímulos externos do ambiente e da cultura em que está inserido é fundamental no processo de construção de significados. Nesse sentido, os significados são construídos por meio de uma mediação corpórea em um mundo biológico, sócio-histórico e culturalmente compartilhado. Conforme Lakoff e Johnson (1999), é a nossa movimentação no espaço, a nossa manipulação de objetos, as nossas interações perceptivas e a estrutura detalhada de nosso cérebro que determinam a nossa compreensão do mundo.

O corpo e a cognição mantêm entre si uma relação indissociável, por meio de interações – conscientes ou não – passíveis de permitir a manifestação de conceitos enraizados na nossa memória enciclopédica, constituídos através das relações sociais, culturais, históricas, sensório-motoras e emocionais, capazes de recriar a realidade a partir das suas bases experienciais.

A partir dessas palavras introdutórias sobre o surgimento da Ciência Cognitiva e suas fases, passaremos a discorrer sobre o percurso histórico de desenvolvimento da semântica, desde os primórdios até a abordagem cognitiva, social, histórica e cultural, tendo em vista que o nosso trabalho está inserido nessa área de estudos, mais especificamente, na SCSH, e, por isso, entendemos ser necessário situar o leitor quanto ao seu desenvolvimento.

Passemos, então, a tratar, na próxima subseção, sobre o desenvolvimento dos estudos semânticos.

1.2 DOS PRIMEIROS ESTUDOS SEMÂNTICOS À SEMÂNTICA COGNITIVA

A linguagem tem sido objeto de atenção do próprio ser humano, desde a Antiguidade. Todavia, diante da inexistência de uma ciência da linguagem, no período anterior ao surgimento da Linguística, no século XIX, os estudos linguísticos eram de domínio da Filosofia, Antropologia, Biologia e até da Medicina. A partir do referido século, surgiu a necessidade de criar uma área autônoma para refletir sobre o significado, e é então que emerge a semântica como uma divisão importante da Ciência da Linguagem. Apesar de a semântica ter se estabelecido como área da Linguística no século XIX, isso não significa que os estudiosos de séculos anteriores aos Oitocentos, ou mesmo os antigos gregos e latinos, fossem indiferentes aos problemas do significado, ao contrário, eles realizaram importantes observações acerca do emprego e do sentido das palavras e citaram aspectos fundamentais da mudança semântica. Na verdade, pode-se afirmar que assuntos relevantes da semântica moderna já foram enunciados em observações de escritores gregos e latinos.

Embora a semântica moderna tenha recebido grande influência das ideias greco-romanas a respeito das palavras e de seu uso, dois aspectos foram determinantes para o seu surgimento no século XIX: inicialmente, o despontar da filologia comparada e, de forma mais ampla, o nascimento da linguística científica na sua perspectiva moderna; o outro aspecto compreende a influência do movimento romântico na literatura, tendo em

vista que seus escritores dedicaram grande interesse aos itens léxicos, que os fascinavam, em decorrência do poder misterioso e estranho das palavras (TRUJILLO, 2012)

No século I a.C., a gramática latina foi codificada por Varrão, que dividiu os estudos linguísticos em três áreas principais: a etimologia, morfologia e sintaxe. Essa organização foi alterada, em 1825, por C. Reisig², ao iniciar a criação de uma nova concepção de gramática, a qual era dividida em etimologia, sintaxe e semasiologia, que era considerada uma disciplina de caráter histórico e que buscava estabelecer os princípios que regem a construção do significado. Essa primeira fase da Semântica (semasiologia) ficou limitada a um pequeno grupo de estudiosos do assunto. (TRUJILLO, 2012)

Em 1833, Michel Bréal delineou o programa da “nova” ciência, sendo que, de acordo com o autor, as leis que antecedem à mudança dos sentidos, à seleção de expressões novas, ao surgimento e ao desaparecimento das locuções, foram deixadas de lado ou apenas mencionadas superficialmente. A semântica só veio a se constituir, enquanto área científica que se dedica a construção de saberes a respeito do significado, com a publicação de um artigo de Michel Bréal no livro *Essai de sémantique: science des significations*, do próprio autor, em 1897, na França. O texto de Bréal foi publicado em um contexto em que a abordagem do significado não era prioridade no âmbito dos estudos da linguagem, devido ao seu caráter abstrato ou, como diz Fernández Jaén (2007, p. 345), por ser considerado “algo indescritível e difícil de delimitar³”. Assim, surgiu a semântica, como um campo do saber científico voltado ao estudo do significado, em um primeiro momento, de natureza, intrinsecamente histórica e tendo como finalidade compreender sua origem e sua evolução, ao longo do tempo.

O período inicial dos estudos do significado foi denominado por Fernández Jaén (2007, 2016) de semântica pré-estruturalista e predominou no cenário acadêmico até os anos de 1930, tendo como principais representantes, além de Reisig e Bréal, Paul, Darmesteter, Wundt, Nyrop, Carnoy, Erdmann, Stern, que trataram, em seus trabalhos, sobre os mecanismos de mudança semântica e a evolução diacrônica do léxico, indo além da etimologia. De uma forma geral, segundo Santos (2015, p. 14), esse período teve as seguintes características:

² Fernández Jaén (2007) considera Reisig o primeiro estudioso que refletiu sobre o significado, numa perspectiva histórica, tendo publicado, em 1839, na Alemanha, o artigo *Vorlesungen über lateinische Sprachwissenschaft*. Nesse sentido, as ideias de Reisig são um antecedente claro dos postulados de Bréal. Porém, possivelmente, segundo o autor, não foi considerado o criador da semântica, por uma questão terminológica, já que chamou de semasiologia e não de semântica a nova área do saber que estava se delineando.

³ Tradução nossa do original: “algo huidizo y difícil de acotar”.

- a) orientação diacrônica ou histórica para análise do significado, por influência da Linguística Histórica e do método histórico comparativo, com foco não apenas no estudo da mudança semântica, mas, sobretudo, nos mecanismos propulsores desse tipo de mudança; b) concepção psicológica de significado, pois tanto os significados lexicais deveriam ser considerados entidades psicológicas e estar atrelados ao pensamento e às ideias, como as mudanças semânticas resultariam de processos psicológicos, e c) caráter hermenêutico do estudo do significado, uma vez que se defendia a possibilidade de interpretar os significados de modo subjetivo, levando em consideração as experiências e o conhecimento de mundo do sujeito interpretante.

Com o desenvolvimento do Estruturalismo, no início do século XX, com base nas ideias de Ferdinand Saussure, o modelo semântico de investigação histórica pré-estruturalista foi deixado em segundo plano, ou, de uma certa forma, interrompido, pois na abordagem estrutural, o objeto de estudo foi a estrutura semântica da língua e não as mudanças ocorridas nas unidades lexicais, havendo raras exceções. Assim, o estudo de qualquer dimensão linguística passou a ser prioridade, sem considerar a variável temporal, e, desse modo, os estudos sincrônicos se fortaleceram em detrimento dos diacrônicos.

Ao considerar o aspecto sincrônico, semanticistas se distanciam da semântica do século XIX e passam a desenvolver estudos sem considerarem outros fatores, como o tempo e a história, além do próprio sistema linguístico, que só foram retomados na década de 1960. Dessa forma, segundo Geeraerts (1993), revisitado por Fernández Jaén (2007), os principais aspectos desse novo enfoque, são os seguintes:

- a) Diferentemente da semântica anterior (que trabalha principalmente no domínio da palavra individual), a semântica estrutural estabelece o significado das palavras estudando sua oposição com o resto das palavras do sistema. b) Este modelo considera que a semântica é uma variável linguística autônoma e que, portanto, o significado linguístico não pode ser explicado a partir de postulados psicológicos. c) A semântica estrutural considera que, na medida em que estudar a mudança semântica pressupõe explicar a evolução do sistema através do qual as palavras têm sentido, não se pode fazer semântica histórica se não tiver estabelecido previamente a semântica sincrônica, assim sendo esta especialidade linguística perde o caráter com o qual havia nascido.⁴ (FERNÁNDEZ JAÉN, 2007, p. 349)

⁴ Tradução nossa do original: “a) A diferencia de la semántica anterior (que trabaja principalmente en el dominio de la palabra individual) la semántica estructural establece el significado de las palabras estudiando su oposición con el resto de palabras del sistema. b) Este modelo considera que la semántica es una variable lingüística autónoma y que, por tanto, el significado lingüístico no se puede explicar a partir

Nesse sentido, a semântica estruturalista detinha-se às relações dentro do sistema e excluía o referente (a coisa à qual o significado e o significante se referem), a história, e, principalmente, o mundo exterior e o modo como o sujeito o percebia e conceptualizava. (SANTOS, 2015).

Esse estágio dos estudos semânticos, de acordo com Santos (2015), se manteve nas primeiras décadas do século XX, mais especificamente nos anos de 1931 a 1963, período em que o Estruturalismo europeu predominou. O marco inicial da semântica estruturalista foi o estudo desenvolvido por Trier, em 1931, que, fundamentado nas ideias saussureanas, desenvolveu a teoria dos campos léxicos como um mecanismo de estudo do vocabulário. Outros representantes que se destacaram foram Porzig, Goodenough, Lounsbury, Lyons e Pottier.

Já o surgimento da semântica estrutural histórica, no estruturalismo, só ocorreu, em 1964, com a publicação do artigo *Pour une sémantique diachronique struatural*, de Eugênio Coseriu. O autor mostra, nesse artigo, que o estudo da mudança semântica explica o aparecimento, a manutenção, a modificação e o desaparecimento das oposições léxicas distintas ao longo da história de uma língua; porém, não é necessário levar em consideração, segundo ele, os aspectos culturais e psicológicos, pois a língua é concebida, nessa perspectiva, como algo imanente e que possui uma lógica interna suficiente para poder buscar a evolução do significado. (FERNÁNDEZ JAÉN, 2007).

A abordagem estruturalista passou a coexistir com a gerativista, nos finais dos anos 1950. Inicialmente, a semântica foi desconsiderada, no novo programa, pois Noam Chomsky, seu fundador, considerava, apenas, o módulo sintático nos estudos da linguagem, sendo este autônomo e independente da semântica. A tentativa de uma integração entre a semântica e o gerativismo, em outras palavras, a aplicação dos estudos gerativistas aos estudos do significado em favor de uma semântica interpretativa, foi proposta, em 1963, por Katz e Fodor e, depois, desenvolvida por Katz, em 1972, sem obter amplo sucesso, conforme discorre Santos (2015). Katz desenvolveu uma semântica formalista, ao combinar os parâmetros gerativistas à metodologia estrutural, o que fez surgir duas vertentes distintas nos estudos semânticos: de um lado, uma Semântica Gerativa de abordagem lógico-formal, e, do outro, em oposição ao formalismo

de postulados psicológicos. c) La semántica estructural considera que, en la medida em que estudiar el cambio semántico implica explicar la evolución del sistema em el que tienen sentido las palabras, no se puede hacer semántica histórica se no se ha establecido previamente la semántica sincrónica por lo que esta especialidade lingüística perde el carácter diacrónico com el que había nacido”.

gerativista, a SC de abordagem, psicológica e cognitiva. Apesar de integrar a semântica aos estudos sintáticos, a semântica histórica descartou a dimensão histórica, adotando uma abordagem sincrônica própria dos sistemas formais. Dessa forma, de acordo com Almeida (2020a, p. 8), nos anos 1970,

a semântica histórica se achava, relativamente, estagnada, pois a historicidade da linguagem não estava, em princípio, na agenda do gerativismo, assim como as questões próprias e particulares da semântica não eram prioridade para os seus pesquisadores, já que o modelo gerativista não precisava de evidências históricas ou nem mesmo da semântica para a priori funcionar.

Em decorrência das divergências de alguns gerativistas, insatisfeitos com a pouca atenção dada ao significado linguístico, surgiu, nos fins dos anos 1970 e princípios dos anos de 1980, uma nova perspectiva, para a investigação do significado, que integra a linguagem à cognição e sua inter-relação com outras capacidades cognitivas do ser humano, sendo, nessa abordagem, a linguagem considerada corporificada.

Desde então, os estudos semânticos começaram a ter destaque, de forma que a organização da realidade humana em categorias e o entendimento dos mecanismos de conceptualização, metafóricos e metonímicos, como geradores de mudança de significado, guiaram a LC ao encontro do estudo histórico da significação humana. (ALMEIDA, 2020a). No que concerne à mudança semântica, como assinala Fernández Jaén (2016), a SC, ao contrário do Estruturalismo e do Gerativismo, resgata alguns postulados pré-estruturalistas que dizem respeito ao desenvolvimento do significado, no decorrer do tempo, partindo da utilização de novas ferramentas teóricas e empíricas, desse novo campo de estudos, que possibilitam aprofundar as investigações, compreendendo a língua como um sistema de mudanças.

Assim, os aspectos históricos do significado serão priorizados, considerando que, conforme Almeida (2020a, p. 11-12),

além de ter concebido a linguagem como um constructo da cognição humana, considerou as mudanças que pelas quais o sistema linguageiro passa no caminhar do tempo, porque compreendeu que o significado está em mutação, pela sua intrínseca relação com as também mutáveis necessidades comunicativas das pessoas falantes (e, aqui, acrescento, escreventes, isto porque os estudos em perspectiva histórica são feitos, basicamente, através da documentação remanescente) e pelo fato de sê-lo uma constante interpretação inter-relacionada com a percepção e criação dos seres humanos da realidade e com as pressões geo-sócio-

histórico-cultural-político-ideológicas vividas pelos seus diferentes grupos.

Nessa perspectiva, foram desenvolvidos, no âmbito da LC, da SC, instrumentos teóricos, utilizados no desenvolvimento dos estudos do significado, no devir do tempo, que se constituíram em uma maneira própria, com uma denominação específica, a saber, Semântica Diacrônica Cognitiva (GEERAERTS, 1997). A designação para a semântica em perspectiva histórica e cognitiva é empregada indistintamente pelos diversos autores que se ocupam desse estudo, em decorrência disso, no nosso estudo, utilizamos o termo Semântica-Cognitiva-Sócio-Histórica, empregado por Almeida (2020a), que defende esse uso por compreender que há estudos diacrônicos que não são propriamente sócio-históricos; dessa forma, a autora utiliza o referido termo, para destacar as inter-relações entre cognição, sócio-história e cultura, no âmbito da linguagem.

Os estudos cognitivos sócio-históricos desenvolveram-se razoavelmente, nos últimos anos do século passado e início do atual, ao focar o estudo da linguagem no tempo. Fernández Jaén (2007) pontua que esses estudos iniciaram de modo sistemático, baseados nos estudos de Geeraerts e, em particular, na publicação do livro *Diachronic prototype semantics: a contribution to historical lexicologia*, em 1997. Nesse estudo, que teve como resultado o referido livro, o autor propôs, a partir da teoria dos protótipos, que o estudo histórico do significado não pode descartar os fundamentos cognitivos da linguagem. Outros pesquisadores, além de Geeraerts (1997), têm se dedicado ao entendimento dos fenômenos do significado numa perspectiva cognitiva sócio-histórica, em diferentes centros acadêmicos do mundo, ampliando, assim, os estudos dessa natureza. Podemos citar, entre outros, os estudos de Silva (1999), Fernández Jaén (2012) e Paz Afonso (2014), na Europa; e os de Santos (2011), Silva (2017) e Santana (2019), além do nosso estudo, que constitui uma contribuição à SCSH no cenário brasileiro⁵.

Nessas investigações, em que os pesquisadores estudam a categorização, a estrutura do significado, a conceptualização, a polissemia, a SCSH produz conhecimentos interdisciplinares sobre o desenvolvimento histórico do significado, suas mudanças, variações e manutenções; além disso, possibilita criar constructos teóricos, para que o

⁵ Novas pesquisas de doutorado vêm sendo realizadas, no Brasil, enfocando o aspecto sócio-histórico-cognitivo da semântica, direcionados para o estudo da conceptualização, a exemplo dos trabalhos de Moreira, Novais, Araújo e Sant'Ana, desenvolvidos na Universidade Federal da Bahia, sob orientação da prof^a A. Ariadne Domingues Almeida. Esses estudos podem contribuir para o estabelecimento de redes, nessa área da semântica, para que futuramente, possam-se sistematizar as possíveis aproximações do comportamento do significado.

desenvolvimento semântico da linguagem, no decorrer do tempo, no espaço e na sociedade, tenha um tratamento mais relevante.

A SCSH procura entender a inter-relação entre os conceitos e como essas conexões se desenvolvem no tempo, adotando uma perspectiva imaginativa do significado, ao conectar aspectos que antes eram tratados isoladamente, buscando atuar de forma integrada e conectada. Além disso, ela possui natureza psicológica e é experientialista; a primeira, porque é necessário compreender a mente humana, para se entender o desenvolvimento histórico do significado e suas variações, manutenções e mudanças; e a segunda, porque cognição e linguagem são corporificadas e determinadas pelas experiências dos indivíduos e de suas culturas, conforme já mencionado. Como afirma Almeida (2020a), essa abordagem da semântica considera, também, os fatores neurocognitivos, no processo de desenvolvimento dos seus estudos; prega a regularidade dos mecanismos de mudança semântica e das próprias mudanças, por serem mecanismos frequentes do sistema conceptual humano; entende o significado como uma entidade conceitual dinâmica; assinala que, entre os diferentes sistemas do sistema da linguagem, não há barreiras nítidas, apenas, zonas difusas de interseção; e, por fim, faz um estudo empírico da linguagem, que está baseado na observação dos usos dos falantes-escreventes nos mais diversos domínios experienciais e de produção da comunicação humana.

Alguns desafios à SCSH são pontuados por Almeida (2020a) e precisam ser vencidos, a partir de pesquisas na área. Tais desafios levantados pela autora dizem respeito às dicotomias que surgiram e que caracterizam a Linguística Moderna e que necessitam ser resolvidos, no estudo histórico do significado. O primeiro desafio se refere à dualidade história interna e história externa. Quando compreendemos a conceptualização humana como resultado de uma mente corporificada, não há justificativa para a separação da história do povo das suas realizações linguísticas. Dessa forma, não há coerência em manter essa oposição na SCSH.

Da mesma forma, não é produtora a diferenciação entre estudos diacrônicos, de um lado, e sócio-históricos, de outro. Alguns estudos têm considerado a dinâmica temporal-cronológica sem contemplar a dimensão sócio-histórica, o que não é possível, pois se a mente é corporificada, as realizações linguísticas são compreendidas de forma integralizadora.

A conexão com as diferentes dimensões que constituem a linguagem compreende um desafio interdisciplinar da LC. Dessa forma, de acordo com Almeida (2020a), além do compromisso interdisciplinar com outras ciências da cognição, como já é postulado

pela LC, os estudos semânticos cognitivos-sócio-históricos precisam ampliar seu olhar interdisciplinar, estabelecendo diálogos mais profundos com áreas como a História, a Sociologia, a Geografia, a Antropologia e a própria Filosofia, corroborando, assim, para uma melhor compreensão da linguagem e do seu significado.

Outra questão colocada por Almeida (2020a) é a relação entre léxico e gramática, no que diz respeito ao estudo histórico e cognitivo do significado e suas mudanças. De uma forma geral, essa relação é considerada sem limites estanques, todavia, no estudo histórico do significado, o conteúdo semântico das palavras não deve ser discutido isoladamente, mas de forma global como um todo indivisível, inclusive, considerando as dimensões da linguagem (fonética-fonológica, morfológica, lexical, sintática, semântica, pragmática e discursiva) como um contínuo que atua de modo global e não como uma divisão hierárquica da linguagem.

Outro desafio a ser vencido pelos estudos da SCSH é a dicotomia linguagem x língua. Tal dicotomia é, também, fundamentada em uma relação hierárquica e de subordinação, na qual o fenômeno mais geral, que abrange os diferentes meios de comunicação, cabe à linguagem: e, à língua compreenderia o verbal, sendo mais específico. Apesar dos poucos estudos, essa dicotomia vem sendo vencida na LC, conforme Almeida (2020a), tendo em vista os estudos de textos multimodais⁶.

A dicotomia sincronia e diacronia é o último desafio apontado por Almeida (2020a). Nos estudos históricos da linguagem, de forma especial, nos estruturais, defende-se que, em algumas situações, só se pode fazer diacronia, se este estudo for precedido de trabalhos sincrônicos, conforme já assinalado. Na LC e, também, na SCSH, portanto, entende-se que

Os mecanismos produtores das mudanças semânticas já assentadas no tempo [...] são os mesmos geradores das mudanças mais cotidianas e efêmeras, por isso, a distinção entre o que é sincrônico e o que é diacrônico é imprecisa, não havendo diferenças claras, para a Linguística Cognitiva e também para a Semântica Sócio-histórico-Cognitiva, entre sincronia e diacronia. (ALMEIDA, 2020a, p. 20)

Sincronia e diacronia, para a LC, não são aspectos opostos, ambos estão vinculados um no outro. Dessa forma, na SCSH, a linguagem é entendida como uma rede de significação em que passado e presente se acham interconectados.

⁶ As pesquisas de Forceville (2006) e Almeida (2016, 2018b) já abordam essa modalidade de estudo no campo da LC.

Por fim, Fernández Jaén (2016) destaca que, apesar de ter sua origem na primeira metade do século XIX, a semântica histórica, ainda, não alcançou um nível de desenvolvimento tão vasto quanto de outras disciplinas linguística diacrônica, como a sintaxe, a fonética ou a morfologia histórica. Isso ocorre, provavelmente, em decorrência das ideias estruturalistas terem predominado, durante grande parte do século XX, e a pesquisa sobre a mudança semântica ter sido suspensa para o estudo de outras especialidades. Entretanto, em virtude dos estudos de LC e da recuperação do legado pré-estruturalista, nas últimas décadas, houve o ressurgimento da semântica histórica e o nascimento da SCSH que busca responder o porquê e como muda o significado da linguagem, entre outras questões.

Assim, concluída a abordagem sobre o percurso histórico de desenvolvimento da semântica, passaremos a tratar, na sequência, sobre os processos cognitivos integrantes do sistema conceptual. Sob a perspectiva da LC/SCSH, abordaremos noções como conceptualização, categorização e MCIs: metáforas e metonímias conceptuais, esquemas-I e *frames*. Ao abordar esses aspectos, trataremos do papel de cada um deles no processo de produção de sentidos, considerando a premissa de que grande parte de nosso sistema cognitivo-conceptual é metafórica e metonímica, tendo em vista a urgência de elaborar conceitos.

Iniciaremos, discorrendo sobre o processo de conceptualização.

1.3 A COMPREENSÃO DO MUNDO: A CONCEPTUALIZAÇÃO

Partindo do pressuposto de que a mente e o corpo interagem no processo de construção de sentidos e de que a experiência de mundo, o contexto sócio-histórico-cultural e as suas relações intervêm na forma de compreensão, podemos considerar que a conceptualização é um processo cognitivo complexo, multidimensional, perspectivista, categorizador e individual de formação de conceitos.

Feltes (2007), ao considerar que o ser humano é naturalmente um ser experienciador e neural, afirma que a projeção de padrões neurais permite conceituar o mundo constituído de conceitos concretos e conceitos abstratos mais complexos, com base em padrões inferenciais utilizados em processos sensório-motores, que estão diretamente ligados ao corpo. Isto é, observamos, experienciamos e armazenamos vivências em nossa mente em forma de conceitos.

Nesse sentido, o conceito pode ser definido, também, como um processo e não, apenas, como um produto, já que não está objetivamente definido no cérebro. É na interação, na situação comunicacional e na experiência corporal que os conceitos se estruturam.

Ao interagir no mundo, através da observação do ambiente que nos cerca, da percepção de gestos, da associação de atos com fatos, estamos experienciando e conceituando tais vivências. É através dessa experiência que reconhecemos alguma coisa como um tipo de coisa. Se observarmos, por exemplo, o conceito concreto FACA (FELTES, 2007), perceberemos que sua construção conceptual não é fixa, mas variável, de acordo com o seu contexto de uso. Dessa forma, FACA pode ser objeto de CUTELARIA, pode ser exemplo de ARMA, pode ser um tipo de FERRAMENTA. Quer dizer, o conceito FACA pode ser compreendido como uma coisa, parte de um tipo de coisa, dependendo de seu contexto e do conceptualizador. Essa classificação que fazemos de forma inconsciente, essa organização por tipos, por grupos, é o que chamamos de categorização. É um processo cognitivo de compreensão das características dos objetos por critérios de similaridade ou semelhança contextuais, que tem origem e concomitância na conceptualização.

Além disso, podemos considerar, ainda, que a base corpórea e experiencial do processo de conceptualização está diretamente vinculada, também, aos nossos comportamentos comunicativos. A forma de interação, bem como a perspectiva adotada, exerce especial influência na maneira de compreender o que é comunicado, já que o que se expressa assume um direcionamento e um determinado foco de atenção, de acordo com a percepção da existência do outro e da intenção em comunicar algo.

Nesse sentido, a construção do significado não ocorre, apenas, a partir da linguagem, já que, ao contrário do que defendiam os estudos linguísticos tradicionais, essa, por si só, não possui significado, ou seja, o sentido não é pré-concebido. Embora a linguagem, em todas as suas formas de expressão, funcione como importante instrumento de ativação de sentidos, é a interação entre ela, o contexto e a experiência humana de mundo, mediada pela cognição que possibilitará formas diferenciadas de compreensão no momento de elaboração dos mais diferentes discursos.

De acordo com Geeraerts

O significado não é apenas uma reflexão objetiva do mundo exterior, é uma maneira de dar forma a esse mundo. Pode-se dizer que ele

interpreta o mundo de uma maneira particular, que ele incorpora uma perspectiva sobre o mundo. A maneira mais fácil de entender o ponto é pensar em perspectivas espaciais aparecendo em expressões linguísticas, e a forma que a mesma situação objetiva pode ser interpretada linguisticamente de maneiras diferentes⁷. (GEERAERTS, 2006, p. 4).

Nessa perspectiva, ao construir o significado, o conceptualizador aciona elementos cognitivos e contextuais a partir de um ponto de vista determinado, ou seja, a conceptualização é ativada por um dado elemento, que, relacionado ao contexto geo-sócio-histórico-cultural-político-ideológico, aciona, automaticamente, aspectos ligados ao elemento motivador inicial que integra a memória enciclopédica do conceptualizador.

Dessa forma, são acionados *frames* e esquemas-I, estruturadores de compreensões, a partir de manifestações, verbais ou não, verbo-imagéticas, entre outras, as quais, por sua parte, licenciam metáforas e metonímias. Esse processo ocorre de forma automática e inconsciente, não sendo entendido, apenas, como o reflexo do mundo, mas como o resultado de interações mediadas pela construção cognitiva, a partir de situações empíricas vivenciadas pelos conceptualizadores.

Nesse sentido, considerando o nosso corpus de estudo, entendemos que a conceptualização do estupro se dá e pode variar, a partir do lugar de fala dos conceptualizadores, ou seja, a partir do contexto espacial, social, histórico, cultural, político e ideológico vivenciado e das experiências de mundo responsáveis pela construção do conhecimento enciclopédico dos envolvidos na situação comunicativa. É o que chamamos de mente corporificada, pois é a conjuntura de todas essas dimensões que influenciarão na forma de compreender o estupro, podendo diferir de pessoa para pessoa ou de sociedade para sociedade, bem como nos diferentes espaços nos diversos tempos.

Assim, do mesmo modo que construímos significados ou atribuímos novos sentidos para um dado conceito, podemos, também, restringí-lo semanticamente, a depender do contexto experiencial. Isso acontece em virtude de sermos capazes de perceber similaridades e diferenças entre elementos conceptuais e, por isso, podemos

⁷ Tradução nossa do original: “Meaning is not just an objective reflection of the outside world, it is a way of shaping that world. You might say that it construes the world in a particular way, that it embodies a perspective onto the world. The easiest way to understand the point is to think of spatial perspectives showing up in linguistic expressions, and the way in which the same objective situation can be construed linguistically in different ways”

categorizá-los. Essa capacidade é essencial em nosso sistema conceitual, considerando que a atividade de significar decorre da organização da nossa rede de conhecimento enciclopédico. (EVANS; GREEN, 2006).

Nessa perspectiva, Lakoff e Johnson (1999), afirmam:

O que faz de conceitos conceitos é a habilidade inferencial, a habilidade de uni-los de forma a produzir inferências. Um conceito corpóreo é uma estrutura neural que é, na verdade, parte do, ou faz uso do, sistema sensorio-motor de nossos cérebros. Muito de nossa inferência conceitual é, portanto, inferência sensorio-motora (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 20).

Em outras palavras, o resultado das interações no e com o mundo que construímos se reflete na categorização que fazemos, processo que será tratado na próxima subseção.

1.4 A ORGANIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA HUMANA: A CATEGORIZAÇÃO

No processo de conhecimento e de interação com e no mundo, agrupamos entidades semelhantes, criando categorias a partir de associações. Essa é uma estratégia cognitiva, decorrente da experiência corpórea, a qual projeta as diferentes possibilidades de conceptualização que têm base no processo de categorização e que é um mecanismo dos conceptualizadores para organização do conhecimento enciclopédico em classes específicas. De acordo com Almeida (2018a, p. 271), a categorização é

um processo mental realizado, quase sempre de forma automática e inconsciente, pela espécie humana, em suas diferentes interações cotidianas, para organizar, em classes, tudo aquilo que experiencia, de modo a criar, a partir da junção de entidades, uma nova organização e um novo conhecimento.

Para Lakoff (1987) a categorização é intrínseca ao pensamento humano,

Sem a habilidade de categorizar, nós não poderíamos funcionar, seja em um mundo físico, seja em nossas vidas sociais e intelectuais. O entendimento de como categorizamos é central para a compreensão de como nós pensamos e como nós funcionamos, e, portanto, central para um entendimento do que nos torna humanos⁸. (LAKOFF, 1987, p. 6).

⁸ Tradução nossa do original: “Without the ability to categorize, we could not function at all, either in the physical world or in our social and intellectual lives. An understanding of how we categorize is central to

É importante ressaltar que o estudo de como categorizamos os seres vivos em geral, as coisas e os eventos presentes no mundo não é recente. Desde a Antiguidade, já havia a preocupação em desvendar como essa classificação é realizada. Na Teoria Clássica da Categorização, propõe-se que essa é feita através de condições necessárias e suficientes, ou seja, as coisas são categorizadas a partir dos traços que possuem em comum. De Aristóteles até os últimos trabalhos de Wittgenstein (embora este tenha pensado nos jogos da linguagem), as categorias são consideradas como recipientes dentro dos quais seus membros estariam, e sua identidade organizacional no grupo é definida pelas características comuns, de modo que, nessa caracterização clássica, nenhum membro da categoria pode possuir *status* especial, já que todos compartilham propriedades em comum (DE MACEDO, 2002).

A Teoria Clássica da Categorização defende que existe uma organização inerente ao mundo físico, ou seja, o mundo é organizado de forma objetiva e lógica e essa estruturação é independente do ser humano. De acordo com essa visão, uma categoria é definida pela uniformidade interna, pela inflexibilidade - seus limites bem precisos, definidos e invariáveis - e pelas propriedades divididas, isto é, as condições necessárias e suficientes compartilhadas por todas as entidades-membros.

A partir de um enfoque semântico componencial (LYONS, 1979), é possível dizer que a estrutura do significado de uma categoria se organiza semanticamente em termos de traços necessários e suficientes, compartilhados por todos os seus membros. Utilizemos como exemplo o item léxico VACA (LYONS, 1979), que possui como traços: [fêmea], [bovino], [adulto]. Estes traços são diferentes, por exemplo, de TOURO, que, apesar de pertencer a um mesmo campo léxico, possui traços diferentes: [macho], [bovino], [adulto]. Nesse sentido, a categorização se forma por traços essenciais, de forma analítica distintiva, como aponta a teoria de base aristotélica. Os sujeitos, dessa forma, podem se comunicar, desde que compartilhem as mesmas distinções semânticas e as mesmas concepções do mundo.

De uma forma geral, a análise componencial não se encaixa em um estudo mais experiencial, pois não dá conta daquilo que a perspectiva experiencialista assume. Este distanciamento acontece, por exemplo, com categorias como MÃE, que, atualmente, assume novos significados, novas relações, novas perspetivações. A Teoria Semântica Clássica, cujos pressupostos sustentam grande parte da metodologia componencial, não

any understanding of how we think and how we function, and therefore, central to an understanding of what makes us human”.

é, como assinala Lakoff (1987), uma teoria de como a mente faz com que o mundo tenha sentido, mas sim, uma teoria a respeito de como são as coisas no mundo. Partindo do enfoque cognitivo, Lakoff (1987) afirma que é possível abranger, também, outros aspectos na descrição categorial ou propor modelos alternativos que mostrem informações relevantes sobre a conceituação das categorias.

Wittgenstein (1991 [1953]) propõe uma relação entre a linguagem e os jogos, voltando os estudos da categorização para o contexto. Para o filósofo, devemos voltar nossa atenção para o uso das palavras e das sentenças, que são tão diversificadas quanto os jogos, e não nos ater, apenas, na busca dos significados. Isto é, tudo que denominamos de “signos”, “palavras”, “frases” possui diferentes usos. Não existe um sentido único, definitivo, mas jogos de linguagem que surgem enquanto outros se tornam obsoletos e desaparecem.

Ao analisar a palavra JOGO, Wittgenstein (1991 [1953]) afirma que, embora existam diferentes jogos, cada um deles têm algo em comum com outros e isso os une em torno do que denominamos de JOGO. Este elo corresponde a semelhanças que se sobrepõem e não a traços comuns. Assim, o autor propõe a noção de Semelhanças de Família, que seriam como as semelhanças que se entrecruzam entre os membros de uma família: estatura, cor dos olhos, andar, temperamento etc., ou seja, os membros precisariam ter algum atributo típico da família para serem considerados como membros da família, e não apresentar todas as características da família. Por isso, o filósofo considera que os limites das categorias são difusos.

Não foi Wittgenstein (1991 [1953]), todavia, quem desenvolveu, sistematicamente, as ideias de semelhança familiar no âmbito da categorização. Foram outros estudiosos que relacionaram tais noções com resultados experimentais, sistematizando uma perspectiva semântica alternativa à Teoria Clássica da Categorização. A partir dos estudos iniciados na Psicologia Cognitiva, que passaram a compreender o sujeito como fonte de significado, são confirmadas empiricamente as ideias e a certeza de Wittgenstein de que a Teoria Clássica do Significado (e da Categorização) é inadequada para predizer a classe denotacional das palavras.

Categorizar é uma forma cognitiva de organizar o mundo. Desde que nascemos, estabelecemos classificações, ou seja, já categorizamos, ainda, bebês. Categorizar compreende selecionar. Lakoff e Johnson (1999) defendem que, até as amebas, para sobreviverem, necessitam fazer seleção do que é indispensável para suas existências. Por

ser um ato mental, a categorização é inerente às ações humanas, pois permite que sejam lembrados aspectos que possibilitem a economia cognitiva aos indivíduos.

Organiza-se o mundo em categorias, para minimizar, a quantidade de informação que se precisa aprender, perceber, lembrar e reconhecer; sem isso, a vida seria caótica e cada experiência se tornaria exclusiva. Nosso cérebro não teria como manter ativos um extenso número de informações exclusivas. Corresponde, portanto, a um mecanismo cognitivo que facilita a experiência e a relação dos indivíduos com o ambiente, permitindo o estabelecimento de comparações e posicionamentos sobre determinadas situações.

Para Lakoff e Johnson (1999), a forma como categorizamos está relacionada com a nossa natureza e com nossa forma de interação com o mundo, tanto no nível do corpo quando no nível da mente, destacando que corpo e mente são indissociáveis. Dessa forma, a categorização não é resultado do raciocínio consciente, mas elaborada, quase sempre, de forma involuntária e inconsciente, a partir das vivências no mundo.

Conforme foi dito anteriormente, as categorias não são definições fixas, mas seleções maleáveis, de coisas, compreendidas pela elaboração de entidades concretas e abstratas, como eventos, ações, emoções, relações espaciais e sociais, bem como outros entes abstratos de todo alcance. Nesse sentido, podemos definir categorização como um processo bio-psico-cognitivo de ordenação e relacionamento dos conceitos em um dado contexto, que se faz presente no tratamento da informação dos registros do conhecimento.

O contexto é variável e flexível e possibilita à categorização uma maleabilidade e dinamicidade que está relacionada a sua condição causal. Os estudos da Psicologia Cognitiva revelaram a importância do contexto na categorização, ao defenderem que os exemplos típicos, os protótipos, estão relacionados às experiências corpóreas. A Teoria dos Protótipos, segundo Rosch (1978), fundamenta-se na ideia de que as categorias são organizadas em torno de protótipos, que correspondem ao melhor exemplar de uma categoria, sem limites fixos, e desprovido de condições necessárias e suficientes, como na Teoria Clássica da Categorização. Para exemplificar, Rosch (1978) mostra que as entidades estão organizadas em torno de categorias prototípicas, que podem ser verificadas em relação a outra categoria, como MOBÍLIA. Ao observar a avaliação de estudantes universitários sobre essa categoria, Rosch (1978) verifica que cadeira, sofá, mesa e cama foram, reincidentemente, apontados como membros integrantes da categoria MOBÍLIA e, por isso, foram considerados como protótipos, já que os outros membros se organizam em torno dela; por outro lado, cinzeiro, rádio, relógio e vaso foram indicados como membros periféricos dessa categoria.

Ainda de acordo com Rosch (1978), as categorias possuem níveis de estruturação que nós utilizamos para organizar, mentalmente, as relações de inclusão. Dessa forma, um dos níveis funciona como o nível básico de especificidade, que é o mais econômico cognitivamente, o mais saliente e o mais acessado; o supraordenado, que é um nível de natureza mais genérica e possui menor informatividade; já o nível subordinado, indica menor abrangência e maior informatividade do que o nível básico.

Apesar de essa versão da teoria ter contribuído para o desenvolvimento de um novo modelo de categorização, entretanto, foram encontrados problemas com a noção de protótipos. Por conta disso, Rosch (1978) e seus colaboradores reformularam a teoria padrão, revisando a estrutura da categoria. Assim, a noção de protótipo como melhor exemplar foi descartada, passando a ser tido como efeito de protótipo, abrindo espaço para a versão ampliada da teoria.

Alguns pesquisadores consideram a versão ampliada da teoria como a continuação da versão padrão, entretanto, objetivando superar algumas limitações da versão anterior, ela traz algumas alterações significativas, como apontam os estudos de Kleiber (1995), tais como: a substituição da noção de protótipo por efeito prototípico e a ideia de semelhança de família. Na versão ampliada, o protótipo apresenta diferentes formas, passando a existir diversos efeitos prototípicos, conforme o modelo da categoria que os originou e deixa de ser o melhor exemplar da categoria. Dessa forma, na organização das categorias, os elementos não se vinculam em torno de um exemplar comum a todos, mas como cadeias, ou seja, a vinculação acontece um a um. Assim, a posição central do protótipo deixa de existir e passa a ser considerado o conceito de semelhanças de família (WITTGENSTEIN, 1991 [1953]), em que os membros de uma categoria estão associados uns com os outros sem que tenham que existir, impreterivelmente, características comuns a todos eles.

Na versão ampliada da Teoria dos Protótipos é mantida a noção de fronteiras fluidas. Os vários membros ou propriedades de uma categoria possuem, geralmente, diferentes graus de saliência (uns são prototípicos e outros periféricos), agrupando-se, fundamentalmente, por similaridades parciais ou "semelhanças-de-família", utilizando aqui o conceito criado por Wittgenstein (1991 [1953]), já que os limites entre si, bem como entre diferentes categorias são, frequentemente, imprecisos.

Lakoff (1987) apresenta a noção de categoria radial, relacionada ao efeito de protótipo, tendo como base a Teoria do Protótipo desenvolvida por Rosch. No processo de categorização, segundo o autor, a categoria é estruturada de forma radial, composta

por uma categoria central (ou prototípica), a partir de modelos cognitivos comuns e por extensões periféricas, que são variações da categoria prototípica e não categorias independentes. Lakoff (1987), para ilustrar, usa o exemplo clássico, e aqui já citado, da categoria MÃE, que é prototípica, mas inclui outras categorias, dentre as quais: mãe de aluguel, mãe adotiva etc.

Para o referido autor, essas categorias de mãe são estabelecidas culturalmente e, por isso, variam de cultura para cultura, necessitando ser aprendidas. Essas categorias, sobre as quais não podem ser feitas antecipações a partir de regras gerais, estruturam radialmente a categoria prototípica MÃE e que é definida por um grupo de modelos cognitivos convergentes, a saber: a mãe do sexo feminino, que gerou uma criança, passou-lhe os genes, alimentou, cuidou, tem ou teve uma relação afetiva com o pai da criança, é mais velha e, legalmente, sua responsável. Não encontramos, entretanto, todos esses modelos na categoria mãe adotiva, tendo em vista que essa não gera, nem dá à luz e, por isso, não exerce influência genética. Dessa forma, a categoria mãe adotiva é considerada uma categoria radial, por ser entendida através de sua relação com o modelo prototípico de mãe, sendo, tal categoria, tida como outra fonte de efeitos prototípicos (LAKOFF, 1987).

Lakoff (1987) postula que as categorias não são estáveis e claramente definidas e, por isso, são radiais, ou seja, podem adentrar outras categorias, originando efeitos de prototipicidade. São estabelecidas por semelhança de família e implantadas conforme o objetivo, situação comunicativa e contexto. Nesse sentido, de acordo com alguns aspectos, como o cultural, uma categoria central pode passar a ser periférica, da mesma forma que as categorias menos prototípicas podem assumir o centro da estrutura radial ao se tornarem prototípicas.

Rosch (2011) propõe um diálogo entre o campo da matemática chamado lógica difusa, mais especificamente, a teoria de conjuntos difusos, e o campo da psicologia que estuda conceitos e categorização, utilizando a noção de grau de adesão, aplicada aos conjuntos, para os conceitos. De acordo com a autora, as pessoas formam e usam a ideia/imagem de uma categoria, a partir dos melhores exemplos, aqueles que possuem um grau de adesão maior à categoria, sendo, por isso, mais facilmente gerada, em detrimento dos exemplos mais pobres. Essa representação, muitas vezes, serve como o ponto de referência a que as pessoas recorrem, quando executam tarefas relevantes para a categoria, como identificar algo como um membro da categoria ou ao utilizá-la de alguma outra forma. Rosch (2011) denominou isso de representação de protótipo, ou seja, a

suposição de que diferentes tipos de conceitos desenvolveriam diferentes tipos de protótipos. Isso não significa que o protótipo volta a ser o centro da categoria, mas que são observados os níveis de adesão que determinados membros apresentam em relação à categoria.

Nesse sentido, muitos conceitos teriam protótipos padrão, com diferentes graus de adesão, que seriam tipicamente acionados, podendo, entretanto, tanto protótipos quanto os membros gradientes serem reorganizados e mudar de forma a depender da circunstância, ou seja, do contexto.

No caso de nosso objeto de estudo, o estupro é categorizado como integrante de categorias mais amplas, como violência, crime, assim como é compreendido como uma categoria constituída por diferentes membros, por exemplo: defloração, abuso, ofensa etc. Essas possibilidades de categorização estão diretamente relacionadas às experiências do agente categorizador, cultura, tempo, espaço e ao contexto geo-sócio-histórico-político-ideológico.

A categorização humana, dessa forma, é o ponto principal da SC, em perspectiva sócio-histórico-cultural, e essencial para o nosso estudo. Com fundamentação nos estudos de Rosch (1978, 2011), Lakoff e Johnson (1999), Lakoff (1987) e Kleiber (1995), a LC, a partir de seus teóricos, considera que a categorização linguística ocorre, geralmente, na base de efeitos do ato de categorizar, ou seja, efeitos de protótipos.

A seguir, trataremos sobre a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados.

1.4.1 A Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados

Como já pontuado anteriormente, a SC tem como base o estudo do significado corporificado. Vimos, na subseção anterior, que a categorização é uma maneira natural de identificar um tipo de objeto ou de experiência, não só apreendendo certas características, mas descartando umas e evidenciando outras, tendo por base a pessoa categorizadora, suas experiências e o contexto de uso, como afirmam Lakoff e Johnson (2002 [1980]).

De acordo com Lakoff (1987), a categorização do mundo é realizada, através de MCIs, que são as estruturas cognitivas que formam domínios, a partir dos quais os conceitos ganham significação. A experiência corpórea, biológica, cultural, espacial, social e histórica estrutura o conhecimento na mente do sujeito, elaborando conceitos que se armazenam na memória de uma maneira, relativamente, estável. Tais conhecimentos

apreendidos, experienciados, parcialmente, estruturados e hierarquizados são os domínios cognitivos, que possuem estruturas modificáveis por meio das experiências que vão sendo experimentadas, no decorrer da vida, modificando as estruturas anteriores.

Essas estruturas de armazenagem de experiências são acionadas para constituir os significados linguísticos, que ao reunir informações sobre uma determinada área de conhecimento formam os domínios. Esse apresenta natureza complexa e pode conter, dentro de si, outros domínios (LANGACKER, 1987). Tal elemento pode possuir informações sobre eventos, objetos, categorias, esquemas etc. O referido autor conceitua o domínio como um contexto para a caracterização de uma unidade semântica, já que, segundo o autor, todas as unidades linguísticas, em algum aspecto, são dependentes do contexto. Em outras palavras, corresponde a um grande sistema de conceitos que estão relacionados entre si.

De acordo com Miranda (2009), domínios conceptuais são conjuntos de conhecimentos prévios e estruturados, social e culturalmente produzidos, relativamente estáveis e que podem ser identificados e evocados em eventos discursivos, e são flexíveis, conforme as necessidades de instanciação.

Nesse sentido, destaca-se a importância dos domínios para entender metáforas e metonímias, considerando que esses mecanismos cognitivos são tratados em termos de transferência, projeção, de características de um domínio (fonte) para outro domínio (alvo). O termo projeção, utilizado para definir a correspondência entre domínios, corresponde a um mapeamento, de um domínio de origem a um domínio alvo, que é sistematicamente estruturado por meio de correspondências ontológicas e epistêmicas. Assim, nas projeções entre domínios, transferimos características entre entidades do mesmo ou de outro domínio, ampliando a significação básica de um elemento para outro, criando novos significados. Ao falarmos em indisposição do mercado, por exemplo, transferimos do MCI SAÚDE nosso conhecimento sobre indisposições, não uma doença, mas um mal-estar, indicação de mau funcionamento da economia (CHIAVEGATTO, 2009). É esse raciocínio que Lakoff leva para sua TMCI.

Os MCIs são assim denominados, porque são, conforme anteriormente visto, modelos que derivam de experiências que organizam e originam sentido cognitivo e que abrangem capacidades imaginativas, como metáfora e metonímia. Por se constituírem em fonte de efeitos prototípicos que dão forma e conteúdo à realidade, são capazes de guiar processos interligados de raciocínio e categorização. Tais efeitos são derivados dessas estruturas cognitivas complexas, em função da forma como nossas experiências estão

organizadas na mente. Dessa forma, a referencialidade de determinada categoria ou modelo, para o entendimento de um determinado domínio de experiência, é originada a partir dos modelos que estão sendo acionados em uma situação particular de interação, sendo, portanto, relacionada a fatores de ordem sociocultural.

Considerando o exemplo de Fillmore (1982), dado em Lakoff (1987), SOLTEIRÃO é um homem adulto, não casado. O nome é utilizado para categorizar pessoas de uma sociedade em que é esperado o casamento. Por isso, não é utilizado para fazer referência ao Papa, por exemplo, nem a uma criança. É um efeito prototípico simples, pois não entra em conflito com nosso conhecimento.

Como anteriormente posto, ao conceituar MÃE, o problema é expandido, pois há diversas possibilidades de conceitualização: MÃE é definida como uma mulher que deu à luz a uma criança. Entretanto, essa definição abrange todas as outras possíveis. Para Lakoff (1987), MÃE é um conceito baseado na combinação de MCIs, formando, por isso, um modelo complexo:

- a) modelo de nascimento- deu à luz;
- b) modelo genético- maternidade genética;
- c) modelo de criação- alimentadora, criadora.

MÃE seleciona, então: mãe adotiva, mãe de leite, mãe biológica. O grupo complexo, formado por um protótipo composto, pode irradiar informações que esquematizarão uma estrutura radial para a categoria MÃE, conforme descrito por Lakoff (1987), composta por mãe adotiva, mãe que dá à luz, mãe biológica, mãe que é esposa do pai, mãe que cuida dos filhos, mãe que é dona de casa etc. Para o autor (LAKOFF, 1987), como aqui já anteriormente assinalado, uma estrutura radial é aquela na qual há um tipo central e variações convencionais, as quais não podem ser determinadas por preceitos gerais.

Segundo McCauley (1987), em diferentes contextos, os modelos cognitivos podem corresponder a modelos culturais, considerando que o sistema conceptual humano e várias categorias por ele produzidas são, ao mesmo tempo, cognitivos e culturais. Tal aspecto é resultante do fato de que a cognição humana está diretamente relacionada à experiência corpórea, sociocultural e histórica. Dessa forma, o que se compreende como modelos culturais⁹ são esquematizações coletivas, intersubjetivas, definidas como características de grupos, no sentido de que são conhecimentos partilhados.

⁹ As emoções, de acordo com Kövecses (2000), são, normalmente, apresentadas como modelos cognitivos, ou modelos culturais, pois uma emoção pode ser entendida através de diferentes modelos

A forma como alguns sujeitos compreendem determinado aspecto da realidade é resultante de uma elaboração de natureza coletiva, porque se partilha, enquanto espécie, de um mesmo tipo de organismo, com potencialidades específicas, e porque a maneira de funcionamento no mundo é condicionada pelas práticas socioculturais da comunidade da qual se faz parte, elaboradas no espaço e no tempo.

Os MCIs utilizam quatro princípios estruturadores: as estruturas de imagens esquemáticas, as estruturas proposicionais, os mapeamentos metonímicos e os mapeamentos metafóricos. Os modelos proposicionais e os esquemas de imagens se caracterizam a partir das estruturas básicas que se sustentam nos domínios concretos da experiência. Já os metonímicos e metafóricos se definem como mapeamentos que fazem uso dos modelos estruturais. Esses princípios dão origem aos tipos básicos de modelos cognitivos que contribuem para a estruturação da experiência conceptual ou linguístico-conceptual que são os modelos:

1. de esquema de imagens;
2. proposicionais;
3. de projeções metafóricas;
4. de projeções metonímicas;
5. e os simbólicos.

Tais estruturas cognitivas são, efetivamente, significativas, pois estão relacionadas, respectivamente, a aspectos perceptuais do aparato cognitivo humano e com aspectos básicos de sua experiência físico-corporal. Elas constituem a base para formação de MCIs mais complexos, porque têm natureza corporal-cinestésica, criam uma estrutura à experiência de espaço, são projetados para domínios conceituais abstratos através da metáfora e da metonímia, e estruturam modelos cognitivos complexos (FELTES, 2007).

Apresentamos, a seguir, uma breve abordagem sobre os modelos cognitivos que são trabalhados nesta Tese, quais sejam: Modelo de Esquema de Imagem, Modelo Metafórico, Modelo Metonímico e Modelos Proposicionais, em particular, *frames*, tendo em vista que esses pontos dialogam com a nossa proposta de investigação e resgatam

cognitivos que são prototípicos daquela emoção e diferentes modelos culturais que variam em função de aspectos socioculturalmente situados (KÓVECSES, 2010). Dessa forma, metáforas conceptuais, metonímias conceptuais, conceitos relacionados convergem para um modelo (prototípico) de uma emoção, de onde serão formadas estruturas radiais. Essa observação é importante, considerando que estamos tratando do conceito ESTUPRO, que está diretamente relacionado a outros conceitos abstratos ligados à emoção, como RAIVA, TRISTEZA, ÓDIO etc.

aspectos importantes do paradigma teórico adotado para o estudo das conceptualizações metafóricas e metonímicas do estupro.

A seguir, discorreremos sobre o Modelo Metafórico.

1.4.1.1 Modelo Metafórico

Até meados do século XX, a metáfora era, tradicionalmente, entendida como um ornamento linguístico e que deveria ser empregada, apenas, no discurso poético e retórico. Essa noção de metáfora se propagou, de acordo com Eco (2013 [2007]), por problemas de tradução¹⁰. Por isso, era descrita pela visão tradicional como integrante do domínio da linguagem, sendo utilizada com o objetivo de ornamentar ideias e provocar enganos no pensamento racional, ou seja, a metáfora era considerada, tão somente, um desvio da linguagem, que deveria ser evitado.

Nessa perspectiva, a metáfora não deveria, portanto, ser utilizada, em alguns tipos de discurso, como no discurso científico, que priorizava a utilização de uma linguagem literal, clara e determinada. Segundo essa visão, a ciência se fazia com a razão e o literal, enquanto a poesia se fazia com a imaginação e com a metáfora (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]).

No final da década de 1970, no entanto, houve uma reformulação na maneira de conceber a objetividade, característica do pensamento filosófico ocidental, que considerava a linguagem como espelho da realidade. Com essa nova perspectiva no paradigma, passou-se a entender que o mundo objetivo não é diretamente acessível, mas construído através das experiências, desconstruindo, assim, a ideia racionalista do conhecimento efetivo das coisas.

Começa a surgir, então, no panorama dos estudos científicos, a Linguística Cognitiva que transformou os estudos sobre a metáfora, passando a considerar a interação, as estratégias comunicativas e o contexto geo-sócio-histórico-cultural-político-ideológico na construção do significado. De acordo com Almeida (2016), o primeiro registro ocidental sobre a metáfora foi realizado na Antiguidade Clássica, por Aristóteles,

¹⁰ Conforme os estudos de Humberto Eco (2013), sobre o signo e a interpretação, “[...] a maior contribuição dada por Aristóteles à teoria da metáfora constitui em sublinhar o seu valor cognitivo. [...] Não existe na Idade Média uma teoria da metáfora como um instrumento de conhecimento, pelo menos não no sentido aristotélico em questão. E a resposta, que tentaremos documentar, é que os autores medievais não só tiveram acesso à Poética e à Retórica muito tardiamente, mas, também, conheceram esses textos por meio de traduções bastante equívocas. [...]” (ECO, 2013 [2007], p.103).

que a conceituou de modo amplo, como forma de conhecimento, concebendo o seu efeito cognitivo, conforme, também, pontuado por Eco [2013[2007]]. A partir de 1970, essa visão foi retomada, passando a considerar, no estudo da metáfora, o aspecto cognitivo na realização das compreensões, pois se passa a entender que o uso e a experiência são a base do significado linguístico.

Nesse contexto de ênfase dos estudos sobre metáfora e cognição, Lakoff e Johnson, em 1980, lançam o *Metaphors we live by*, obra que se tornou um marco no desenvolvimento da SC. A sua premissa basilar é a de que a metáfora não é mero recurso estilístico, mas um mecanismo que possibilita conceptualizar a própria experiência humana.

Lakoff e Johnson (2002 [1980]) propuseram a análise de expressões linguísticas e a existência de um sistema conceptual metafórico subjacente à linguagem, que influencia a construção de significados e a forma de conceptualizar o mundo, percorrendo os caminhos abertos por Reddy (1979), que defendia a metáfora do canal no processo de comunicação. Lakoff e Johnson ampliaram as notações feitas por Reddy sobre a metáfora do canal, quando propuseram que havia algo além das expressões linguísticas metafóricas, subjacente à linguagem, determinado por generalizações, que seriam as metáforas conceptuais. (LAKOFF, 1993).

Desde então, começaram a ser desenvolvidos diferentes trabalhos que enfocavam outros aspectos externos à língua na construção do significado. O desenvolvimento da LC se deu através da investigação dos princípios que regem a linguagem, como as generalizações, relacionando-os aos estudos da cognição humana.

As generalizações que governam as expressões metafóricas não estão na linguagem, mas no pensamento; elas são mapeamentos gerais entre domínios conceptuais. Além disso, esses princípios gerais que tomam forma de mapeamentos conceptuais não se aplicam somente às expressões poéticas novas, mas também à linguagem ordinária. (LAKOFF, 1993).

Os estudos da LC passaram, assim, a abordar a linguagem sob a perspectiva de meio de conhecimento articulado com as experiências humanas de mundo. Passou-se a estudar as unidades e as estruturas linguísticas, a partir da compreensão de que são manifestações de capacidades cognitivas gerais acrescidas à experiência de vida social, individual e cultural dos sujeitos. A linguagem, para a LC, não pode ser vista como entidade autônoma, independente, desconectada do contexto geo-sócio-histórico-cultural-político-

ideológico em que é produzida, opondo-se, assim, aos paradigmas linguísticos do Estruturalismo e do Gerativismo.

A análise linguística na LC, dessa forma, passou a ter como característica a importância atribuída à semântica e à preocupação com tentar demonstrar a natureza enciclopédica e perspectivante da significação (GEERAERTS, 1997).

Além disso, inserida nesse campo de investigação, a SCSH dedica-se a investigar os sistemas conceituais, os significados e as inferências a partir do pressuposto básico de que as compreensões são instanciadas por meio do corpo, cérebro e experiência no mundo, ou seja, adquirem significados, a partir da corporificação, principalmente, através das capacidades perceptuais e motoras.

A concepção de metáfora proposta por Lakoff e Johnson (2002 [1980]) ficou conhecida como a Teoria da Metáfora Conceptual e fundamenta-se na hipótese de que “a essência da metáfora é compreender e experienciar uma coisa em termos de outra (LAKOFF; JOHNSON (2002 [1980], p. 5).

As metáforas conceituais determinam a utilização de expressões linguísticas metafóricas, as quais, por sua vez, são evidências linguísticas das metáforas que lhe são subjacentes (KÖCESES, 2002), ou seja, a metáfora conceptual é um fenômeno mental que nos permite fazer projeções entre domínios distintos, enquanto a expressão metafórica é a realização linguística da metáfora conceptual, trata-se de uma manifestação do pensamento metafórico.

Langacker (1987), conforme visto anteriormente, propõe que a noção de domínio (domínio cognitivo) diz respeito a áreas do saber que estão na base da construção do significado de conceitos expressos linguisticamente.

Dessa forma, de acordo com a TMMC, a metáfora é constituída por dois domínios de experiência: um domínio A, denominado domínio-fonte, que, normalmente, é concreto e que integra a nossa experiência de mundo; e um domínio conceptual B, chamado de domínio-alvo, que é, geralmente, mais abstrato e precisa de estruturação para ser compreendido. Há uma projeção metafórica, que relaciona o domínio-fonte ao domínio-alvo, e essa projeção é acionada, naturalmente, por uma associação estrutural que liga A a B. No processo de estruturação da metáfora, têm-se como resultado a mescla dos conceitos oriundos dos dois domínios. Assim, compreender uma metáfora significa realizar o mapeamento entre os domínios da experiência.

A respeito da sistematicidade do fenômeno, Grady (1997a) afirma que a projeção sistemática dos elementos entre os domínios conceptuais engloba não somente objetos e

propriedades características daquele domínio (construções, viagens, guerra...), mas também as relações, os eventos e os cenários que o definem. Significa dizer que a TMMC enfoca no mapeamento das inferências do domínio-fonte para o domínio-alvo.

Pode-se ilustrar essa afirmação com o exemplo:

- Aquele relacionamento chegou ao fim.

É possível observar, no exemplo, que o relacionamento pode ser compreendido como um viajante que chegou a um destino final. Segundo Almeida et al. (2010), a metáfora possibilita compreender e atribuir ideias, exercendo um papel importante para o sistema conceptual humano. Pode-se observar dois domínios conceptuais (amor e viagem), aproximá-los e entender um em termos do outro, entender o AMOR como uma VIAGEM.

De acordo com Kövecses (2010), esses dois domínios AMOR e VIAGEM, verificados no exemplo destacado, são, respectivamente, domínio-alvo e domínio-fonte. A expressão linguística metafórica é: *Aquele relacionamento chegou ao fim*. E a metáfora conceptual é: o AMOR É VIAGEM. Na estrutura do evento metafórico, é possível dizer que *relacionamento* corresponde a um papel de viajante dentro da viagem.

Kövecses (2010) afirma, ainda, que os domínios-fonte mais comuns, no mapeamento metafórico, são relacionados ao CORPO HUMANO, ANIMAIS, PLANTAS, COMIDAS e FORÇA e os domínios-alvo mais comuns englobam categorias conceptuais como EMOÇÃO, MORALIDADE, PENSAMENTO, RELAÇÕES HUMANAS e TEMPO. Dessa forma, Kövecses (2010) assume que as metáforas conceptuais estão relacionadas às experiências humanas corporificadas.

Isso significa dizer que o significado linguístico é corporificado e surge a partir da capacidade biológica e das experiências físicas e geo-sócio-histórico-culturais. Assim, o significado pragmático deve ser estudado como parte do aparato cognitivo envolvido na conceptualização. A consequência disso, para a TMMC, é que o pensamento e o raciocínio, possibilitados pela metáfora, são considerados como estruturados por esquemas-I, ou seja, possuem uma base corporificada, de acordo com Evans e Green (2006).

Segundo Lakoff e Johnson (2002 [1980]), as metáforas conceptuais podem ser classificadas, de acordo com as suas funções cognitivo-linguísticas, em três tipos: metáforas orientacionais, metáforas ontológicas e metáforas estruturais. Para os autores,

as metáforas orientacionais dão a um conceito uma orientação espacial, por exemplo, FELIZ É PARA CIMA possibilita a produção de expressões como: *Ele ficou pra cima depois da boa notícia*. Esta metáfora está baseada, a princípio, em nossa experiência corporal (cima/baixo, frente/trás, dentro/fora, em cima de/fora de fundo/raço, central/periférico), mas inclui, também, as nossas vivências culturais, considerando que as metáforas baseadas nestas orientações podem sofrer alteração de uma cultura para outra.

As metáforas ontológicas possibilitam a compreensão de conceitos abstratos (eventos, atividades, emoções e ideias) como entidades e substâncias. Segundo Lakoff e Johnson (2002 [1980]), compreender nossas vivências e tratá-las como entidades discretas ou substâncias permite-nos selecionar partes de nossa experiência e tratá-las como entidades discretas ou substâncias de uma espécie uniforme, ou seja, considerando que podemos identificar o que vivenciamos como entidades ou substâncias, podemos referir-nos a elas, categorizá-las, agrupá-las e quantificá-las e, assim, raciocinar sobre elas (KÖVECSES, 2000). As metáforas ontológicas incluem a personificação, que é uma espécie de metáfora em que os objetos físicos são concebidos como pessoa (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]), ou seja, algo não-humano é conceptualizado como humano.

As metáforas estruturais “utilizam um conceito detalhadamente estruturado e delineado, de maneira clara, para estruturar um outro conceito” (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]), isso quer dizer que, a partir desta metáfora, um conceito é estruturado, metaforicamente, em termos de outro, a partir de correlações sistemáticas encontradas em nossa experiência. Para ilustrar, observemos o exemplo TEMPO É DINHEIRO, que se realiza em diferentes expressões linguísticas metafóricas como: *De que maneira você gasta seu tempo hoje em dia?* (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]). Essa classificação foi reformulada, pelos autores, na nova edição do livro *Metaphors we live by*, em 2003 (LAKOFF; JOHNSON, 2003).

A metáfora, para Lakoff e Johnson (2002 [1980]), está relacionada à noção de perspectiva, na medida em que diferentes modos de conceber fenômenos particulares estão associados a distintas metáforas. Dessa forma, o processo de construção metafórica está relacionado às experiências físicas do ser humano com o seu corpo e com o mundo em que vive. Tal processo se constitui em um mecanismo cognitivo que, por sua vez, origina as expressões linguísticas metafóricas que produzimos na realização da linguagem, como já assinalado.

Com o desenvolvimento dos estudos da área, entretanto, começaram a surgir alguns questionamentos sobre o papel da experiência na construção de metáforas conceptuais, considerando que nem todos os conceitos metafóricos pareciam atrelados a uma experiência corpórea. Partindo dessa perspectiva, Grady (1997a) propõe a hipótese da existência de metáforas primárias, consideradas como aquelas que estão diretamente arraigadas na experiência humana e explica por que algumas metáforas parecem estar mais relacionadas à experiência do que outras. Dessa forma, o autor explica a falta de base experiencial entre alguns domínios-fonte e alvo e esclarece que nem todos os elementos de um domínio são mapeados na compreensão de uma metáfora, mas, apenas, alguns aspectos do domínio são projetados.

As metáforas primárias são consideradas mais básicas, em que o mapeamento se dá de maneira parcial entre um domínio ligado às experiências sensorio-motoras e outro domínio relacionado à experiência subjetiva, mantendo inferências e, algumas vezes, preservando a representação lexical, já que a manutenção da inferência é a propriedade mais relevante das metáforas conceptuais. (LAKOFF; JOHNSON, 1999).

Nas metáforas primárias, de acordo com Grady (1997a), os domínios-fonte são constituídos por *inputs* sensoriais; dessa forma, possuem conteúdo imagético, embora menos abstrato e mais restrito, não abrangendo conceitos relacionados à cultura. Por outro lado, esses domínios-fonte correspondem a experiências simples da vida cotidiana, como peso, altura, calor, tamanho. De uma certa forma, essas experiências básicas são universais, inerentes ao ser humano, e não requerem aprendizado. Para ilustrar, é comum que, ao sentirmos o peso de um objeto quando o carregamos, aprendemos que, quanto mais pesado o objeto, mais difícil será carregá-lo. É a partir desse tipo de experiência que a metáfora DIFICULDADE É PESO emerge.

A base experiencial, a partir da qual uma metáfora primária surge, é denominada por Grady (1997b) como cena primária, ou seja, uma representação cognitiva de um tipo recorrente de experiência que envolve uma estreita correlação entre duas dimensões da experiência. Por isso, emergem metáforas como AFEIÇÃO É CALOR, pois, desde tenra idade, experienciamos o calor emitido pelo abraço daqueles que tomam conta de nós, e a correlação da ideia de que a afeição, o amor e o carinho, transmitidos no abraço, estão relacionados ao calor do corpo. A partir dessa experiência, isso é estabelecido, naturalmente, em nosso sistema conceptual.

Embora Grady (1997b) afirme que metáforas primárias surgem a partir de experiências humanas universais e, portanto, não abrangem aspectos culturais, muitas

vezes, essas experiências não são percebidas da mesma forma em diferentes culturas. Dessa forma, a motivação de uma metáfora primária seria mais física do que cultural, podendo assim existir em diferentes línguas e de formas semelhantes, enquanto a motivação de metáforas complexas, que são combinações de metáforas primárias, corresponderia a aspectos culturais subjacentes a cada língua. Nesse sentido, as metáforas primárias poderiam se combinar, baseadas em determinados aspectos culturais, e cada língua poderia ter diferentes metáforas complexas.

Metáforas complexas são constituídas por mesclas conceptuais de metáforas primárias, as quais não estão tão diretamente relacionadas às experiências corpóreas. Para ilustrar, Grady (1997a) propõe o exemplo da metáfora TEORIAS SÃO EDIFÍCIOS. Para o autor, essa metáfora é complexa e é formada pelas metáforas primárias ORGANIZAÇÃO É ESTRUTURA FÍSICA e PERSISTIR É PERMANECER ERETO. Essa composição de metáforas complexas a partir de metáforas primárias explica o fato de facilmente se identificar a base de algumas metáforas, as primárias, e de outras não, as complexas. Por outro lado, metáforas complexas têm maior probabilidade de sofrer variações, por mesclarem elementos de influências diversas, tais como cultural, social e até mesmo histórica.

Lakoff e Johnson (1999), a partir de Grady (1997a; 1997b), adotaram essa abordagem, e consideraram que as metáforas primárias são como átomos que, agrupados, formam moléculas que são as metáforas complexas. Além dessa classificação correlacional, produzida a partir de um mapeamento de dois domínios experienciais diferentes na interação do ser humano com o mundo, Grady (1997) diz que as metáforas podem, também, ser classificadas pela semelhança, ou seja, tendo como base a percepção humana de semelhança entre objetos.

O autor observou que muitas expressões metafóricas, recorrentes nas línguas naturais, não são geradas por correlação entre domínios experienciais distintos, por exemplo a expressão *Aquiles é um leão*. Grady (1997) considera que, nesse exemplo, o mapeamento entre leão e homem corajoso é muito provavelmente baseado na percepção de aspectos comuns em seus comportamentos, ou seja, por similaridade.

Kövecses (2002), baseando-se em Lakoff e Turner (1989) e Lakoff e Johnson (1980), trata sobre diferentes tipos de metáforas conceptuais e estabelece critérios para sua classificação. Para o autor, as metáforas variam quanto o grau de convencionalidade, a função cognitiva, a natureza e o grau de generalidade.

No que diz respeito ao grau de convencionalidade, as metáforas são convencionais ou criativas e se estabelecem a partir da existência de um *continuum*, constituído pelos sentidos mais convencionais de se pensar sobre determinado conceito, aos mais criativos, que conectam domínios conceptuais de maneira incomum. Para Lakoff e Johnson (2002 [1980], p. 139), as metáforas convencionais são aquelas que “estruturam o pensamento conceptual ordinário de nossa cultura, o qual se reflete em nossa linguagem do dia a dia”, já as metáforas criativas encontram-se fora do sistema conceptual, “são capazes de nos dar uma nova compreensão de nossa experiência” (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 139).

A função cognitiva da metáfora é o segundo critério apontado por Kövecses (2002), que se relaciona à classificação proposta por Lakoff e Johnson (2002 [1980]), ao classificar as metáforas em: estruturais, orientacionais e ontológicas, já apresentadas anteriormente.

Conforme a natureza, as metáforas podem ser baseadas em conhecimento ou imagens, segundo Kövecses (2002). Nas primeiras, o mapeamento se dá entre estruturas de dois domínios efetivos do conhecimento; são as metáforas padrão ou regulares. Nas segundas, em oposição às primeiras, há dois tipos de projeção: esquema imagético e de imagem, nas quais não há a representação de um conceito pelos domínios-fontes, mas de uma estrutura esquemática.

Por fim, quanto ao nível de generalidade, as metáforas podem ser de nível genérico ou de nível específico (LAKOFF; TURNER, 1989). As metáforas de nível genérico não possuem domínios-fonte e alvo específicos, já que elas são formadas por conceitos, notadamente, genéricos. De uma forma geral, esses conceitos são hierarquicamente superiores ou superordenados e envolvem várias instâncias específicas. Já as metáforas de nível específico são constituídas por conceitos peculiares, que, em oposição aos conceitos genéricos, apresentam uma estrutura com muitos detalhes.

As pesquisas sobre a metáfora tiveram um novo direcionamento após a consolidação da TMMC, que colaborou, de forma especial, para o desenvolvimento dos estudos que abordam a metáfora como um mecanismo cognitivo, presente na linguagem e na vida cotidiana, e não, apenas, como ornamento da linguagem poética. Além disso, outros desdobramentos da TMMC vêm sendo desenvolvidos a partir das investigações neurocognitivas da linguagem. A partir desses trabalhos, Lakoff e Jerome Feldman, enquanto membro de um projeto interdisciplinar sediado no Instituto Internacional de Ciência da Computação de Berkeley, desenvolveram a Teoria Neural da Linguagem e do

Pensamento e, nesse projeto, Lakoff (2008) apresenta a Teoria Neural da Metáfora, na qual os desenvolvimentos em ciência cerebral e da computação neural ampliaram a compreensão do funcionamento da metáfora conceptual¹¹. O surgimento dessa teoria ocorreu em 1997, com a publicação de trabalhos desenvolvidos por Sriniv Narayanan, Joe Grady e Christopher Johnson e a nova abordagem mostrou que “os mapeamentos da metáfora são circuitos físicos – circuitos de ligação que, quando ativados, formam ligações dentro de circuitos neurais integrados¹²”. (LAKOFF, 2008, p. 31).

Ademais, Kövecses, ao tratar sobre as estruturas conceptuais que constituem a metáfora, também, propõe uma nova abordagem para o seu estudo, denominada de “visão multiníveis da metáfora conceptual” (KÖVECSES, 2017, p.322). Nessa abordagem, o linguista propõe que a metáfora conceptual abrange quatro estruturas que correspondem a quatro níveis de esquematicidade distintos. Esses níveis, em ordem decrescente de esquematicidade são: esquemas-I, domínios, *frames* e espaços mentais.

A esquematicidade diz respeito à relação entre conceitos: quanto mais geral, maior nível de esquematicidade; quanto mais específico, menor o nível de esquematicidade. De acordo com Langacker (2008, p. 55 e 56), “uma caracterização esquemática é instanciada por um número de caracterizações mais específicas, cada uma servindo para elaborar suas especificações mais gerais”¹³

Para Kövecses (2017) os esquemas-I são o nível mais esquemático, pois percorrem todo o sistema conceptual e são observados em uma grande variedade de conceitos e experiências significativas. Dessa forma, um conceito pode possuir vários esquemas-I distintos, assim como o mesmo esquema-I pode estar presente em diferentes conceitos.

Em seguida, encontramos os domínios que estão em um nível imediatamente abaixo dos esquemas-I. Para Langacker (2008), uma expressão linguística evoca vários domínios conceptuais que serão ativados pelo contexto. Esse conjunto de domínios é chamado de domínio matriz e “pressupõe uma variedade de conceitos que caracterizam diferentes aspectos do domínio”¹⁴ (KÖVECSES, 2017, p. 325). Nesse sentido, o domínio apresenta mais informação do que os esquemas-I e por isso são menos esquemáticos.

¹¹ Nessa investigação, porém, não usamos essa teoria, pois Lakoff (2008) apresenta, apenas, um estudo neural da metáfora, não expondo, pelo que sabemos, pressupostos para o estudo da metonímia, processo cognitivo muito recorrente no nosso estudo.

¹² 21 Tradução nossa do original: “The metaphor mappings are physical circuits - linking circuits that, when activated, form links within integrated neural circuits”

¹³ Tradução nossa do original: “A schematic characterization is instantiated by any number of more specific ones, each serving to elaborate its coarse-grained specifications.”

¹⁴ Tradução nossa do original: “[...] presupposes a variety of concepts that characterize different aspects of the domain”.

Já os *frames*, segundo o autor, são estruturas menos esquemáticas do que os domínios, aspecto que pode estabelecer a diferença entre as duas estruturas, considerando a discussão que envolve a utilização desses termos. Nesse sentido, os *frames* elaboram aspectos particulares de uma matriz de domínio, ou seja, perspectivas realizadas dentro de um domínio. Assim, os domínios incluem ou são constituídos por *frames*, por isso esses são considerados menos esquemáticos, já que apresentam informações conceitualmente mais específicas do que os domínios.

Kövecses (2017, p. 325) considera que “de maneira geral, os *frames* que detalham um domínio consistem de papéis e relações entre os papéis e os papéis podem ser preenchidos por valores específicos”¹⁵. Quando os papéis são preenchidos por valores particulares no discurso real em situações comunicativas específicas dão origem aos espaços mentais que correspondem ao quarto nível de esquematicidade proposto por Kövecses (2017).

Para Fauconnier (2007, p. 351), espaços mentais são “montagens parciais construídas à medida que pensamos e falamos para fins de compreensão local e ação. Eles contêm elementos e são estruturados por *frames* e modelos cognitivos”¹⁶. Assim, quando pensamos, falamos e construímos significados, diversos espaços mentais são acionados no processo de elaboração do pensamento e do discurso, estando conectados ao conhecimento mais esquemático e, também, ao mais específico, assim como ao contexto de produção do discurso.

Os espaços mentais podem ser produzidos a partir de estruturas armazenadas na memória de longo prazo (esquemas-I, domínios e *frames*) e, também, por meio de pistas contextuais obtidas na experiência imediata, sendo os espaços mentais produzidos *online* no discurso. Dessa forma, os espaços mentais são mais específicos do que os *frames*, pois operam com instâncias específicas de papéis e relações.

Enfim, os esquemas-I, domínios, *frames* e espaços mentais são todos usados pelos conceptualizadores para a organização e atribuição de significado às nossas experiências, sendo o esquema-I, o mais esquemático e os espaços mentais, menos esquemático, mas conceitualmente mais específico.

¹⁵ Tradução nossa do original: “In general, the frames elaborating a domain consist of roles and relations between roles and the roles can be filled by particular values”.

¹⁶ Tradução nossa do original: Mental spaces are very partial assemblies constructed as we think and talk for purposes of local understanding and action. They contain elements and are structured by frames and cognitive models”.

Até aqui discutimos o papel da metáfora no processo de construção conceptual. Passaremos a tratar na subsecção, a seguir, sobre o Modelo Metonímico.

1.4.1.2 Modelo Metonímico

Além das metáforas, fazem parte, também, do processo cognitivo as metonímias conceptuais. Em LC, a metonímia é considerada como um mecanismo cognitivo conceptual que está presente nas interações cotidianas de diversas formas, sendo entendida como uma figura do pensamento. Desse modo, a metonímia não é, somente, uma figura de linguagem ou um mero efeito contextual, como prega a tradição (BARCELONA, 2012).

Lakoff e Johnson (1980), em seu livro *Metaphors We Live By*, anteriormente citado, dão início aos estudos cognitivistas sobre a metáfora e, também, sobre a metonímia, embora a tenham tratado superficialmente. De acordo com esses autores, metáfora e metonímia são processos de natureza diferentes:

A metáfora é principalmente um modo de conceber uma coisa em termos de outra, e sua função primordial é a compreensão. A metonímia, por outro lado, tem principalmente uma função referencial, isto é, permite-nos usar uma entidade para representar outra. Mas metonímia não é meramente um recurso referencial. Ela também tem a função de propiciar o entendimento. (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 92-93).

Alguns estudiosos questionam esse conceito apresentado pelos autores, no que diz respeito à função referencial da metonímia. Esse conceito é ampliado em Lakoff (1987), ao afirmar que “é extremamente comum que as pessoas tomem um aspecto bem compreendido de algo ou de fácil percepção e usem para representar a coisa como um todo ou para algum outro aspecto ou parte dela¹⁷” (LAKOFF, 1987, p. 77). Segundo o autor, na elaboração de uma metonímia, está presente, tanto o aspecto linguístico, quanto o modo de percepção do conceptualizador. Ele considera que, nos protótipos metonímicos provenientes de estereótipos, os atos referenciais são independentes.

¹⁷ Tradução nossa do original: “Metonymy is one of the basic characteristics of cognition. It is extremely common for people to take one well-understood or easy-to-perceive aspect of something and use it to stand either for the thing as a whole or for some other aspect or part of it”.

Para Barcelona (2012), a metonímia é um fenômeno de conceptualização e a conceitua da seguinte forma:

A metonímia é a projeção assimétrica de um domínio conceptual, chamado “fonte”, sobre outro domínio conceptual chamado “meta”, situados ambos dentro do mesmo domínio conceptual funcional e conectados por uma função pragmática. O resultado da projeção é a ativação mental da meta¹⁸ (BARCELONA, 2012, p. 126).

Considerando a compreensão de Barcelona (2012), verificamos que, ao contrário do que foi pontuado por Lakoff e Johnson (2002 [1980]), a referência não é aspecto principal no conceito de metonímia. Além disso, observamos que há, nos termos do autor, uma perspectivização do domínio-fonte sobre o domínio-alvo, ou seja, há uma ativação mental, apontando para uma projeção intradomínio.

Já Radden e Kövecses (2007, p.337) conceituam metonímia como “um processo cognitivo no qual uma entidade conceitual, o veículo, fornece acesso mental à outra entidade conceitual, o alvo, dentro do mesmo modelo cognitivo idealizado¹⁹”. De acordo com esses autores, esse conceito é produzido, a partir de três propriedades cognitivas da metonímia, quais sejam: “(i) A metonímia é um fenômeno conceitual; (ii) A metonímia é um processo cognitivo; (iii) A metonímia opera dentro de um modelo cognitivo idealizado²⁰” (RADDEN; KÖVECSES, 2007, p. 335).

Na primeira propriedade, a metonímia é tida como um fenômeno conceptual, porque tem base em nossas experiências; é subordinada a princípios conceituais gerais e sistemáticos que estruturam nossos pensamentos e ações. Na segunda, a metonímia não substitui uma entidade por outra, conforme a perspectiva tradicional, mas interconecta-as para dar origem a um outro significado. E, na terceira propriedade, a proposta dos MCIs de Lakoff (1987) é defendida, facilitando a compreensão dos processos metonímicos como processos conceptuais, considerando que “o conceito de MCI deve incluir não só o conhecimento enciclopédico das pessoas de um domínio específico, mas também os

¹⁸ Tradução nossa do original: “La metonimia es la proyección asimétrica de un dominio conceptual, llamado “fuente”, sobre otro dominio conceptual llamado “meta”, situados ambos dentro del mismo dominio conceptual funcional y conectados por una función pragmática. El resultado de la proyección es la activación mental de la meta”.

¹⁹ Tradução nossa do original: “Metonymy is a cognitive process in which one conceptual entity, the vehicle, provides mental access to another conceptual entity, the target, within the same idealized cognitive model.

²⁰ Tradução nossa do original: “(i) Metonymy is a conceptual phenomenon; (ii) Metonymy is a cognitive process; (iii) Metonymy operates within an idealized cognitive model”.

modelos culturais idealizados de que são parte²¹". (RADDEN; KÖVECSES, 2007, p. 337).

Essas relações metonímicas estão fundamentadas em relações de contiguidade (não apenas no sentido espacial, mas também temporal, causal ou conceptual), tradicionalmente, denominadas por "continente pelo conteúdo", "causa pelo efeito", "instrumento pelo agente que o utiliza ou pela atividade com ele praticada", "matéria pelo objeto fabricado dessa matéria", "parte pelo todo" etc. (e o inverso de algumas destas relações) (SILVA, 1997).

A contiguidade é determinada, a partir de correspondências na experiência. Lakoff e Turner (1989) propõem que a projeção metonímica envolve só um domínio, ao contrário da metáfora, conforme já assinalado por Lakoff (1987). Isso pode ser observado no exemplo: *Jorge Amado é divertido de ler* (a expressão metonímica refere-se ao livro escrito por Jorge Amado).

Segundo Lakoff (1987), o Modelo Metonímico tem as seguintes características:

- Há um conceito "alvo" A a ser compreendido para algum objetivo em algum contexto;
- Existe uma estrutura conceptual que contém A e um outro conceito B;
- B é qualquer parte de A ou com uma associação bem próxima de A na estrutura conceptual. Uma escolha de B determinará A dentro da estrutura conceptual;
- Comparada a A, B é mais fácil de entender, mais fácil de lembrar, mais fácil de identificar ou mais imediatamente útil para determinado propósito em determinado contexto;
- O Modelo Metonímico é um modelo de como A e B estão relacionados em uma estrutura conceptual, sendo o relacionamento especificado por uma função de B para A.

A metonímia é considerada um dos mecanismos cognitivos que mais originam efeitos prototípicos, pois ela está baseada a partir do princípio de que um membro de uma categoria, uma subcategoria ou um submodelo, é tomado como representativo da categoria ou do modelo como todo. Tal mecanismo cognitivo se constitui em um processo que explora a ligação pragmática entre as entidades.

Tendo em vista essa possibilidade de a metonímia produzir diversos efeitos prototípicos, pensando sobre a variação conceptual, entendemos que tais efeitos originam

²¹ Tradução nossa do original: "The ICM concept is meant to include not only people's encyclopedic knowledge of a particular domain but also the idealized cultural models they are part of".

diferentes perspetivações e que, provavelmente, é a partir delas que ocorre essa variação (ALMEIDA, no prelo). Isso, todavia, será tratado mais adiante, no estudo do corpus.

Ao pensarmos em metonímia como um processo cognitivo, tomemos, mais uma vez, o exemplo da mãe como dona de casa (LAKOFF, 1987). Nós tendemos, como já assinalado, a pensar na categoria mãe em termos da subcategoria estereotipada, mãe dona de casa, mesmo sem mencioná-la, porque esse modelo está incrustado nas representações sociais e nas simbólicas da categoria mãe. Ou seja, utilizamos a condição de dona de casa (PARTE) para fazer referência a mãe (TODO). Da mesma forma, quando dizemos: *Ele é apenas um rosto bonito*, como apontam Radden e Kövecses (2007), fazemos referência à PARTE (rosto) que está PELO TODO (corpo). Entretanto, a metonímia não é, apenas, uma substituição; as expressões não estão resumidas a duas palavras, mas a duas entidades conceituais socioculturalmente situadas, pessoa e rosto, que se inter-relacionam, dinamicamente, na formação e na realização de crenças e de valores.

Metonímia e metáfora, apesar de serem mecanismos cognitivos, como já anteriormente assinalado, distinguem-se pelo fato de, na metáfora, as correspondências conceituais ocorrerem entre dois domínios distintos, enquanto que, na metonímia, tais correspondências acontecerem dentro de um mesmo domínio conceitual, como já exposto anteriormente. Assim, por meio da metonímia

destacamos um aspecto que julgamos mais importante daquilo que buscamos compreender, bem como podemos ressaltar uma parte de algo que conhecemos melhor, em detrimento de especificidades que não conhecemos bem ou que desconhecemos ou ainda que queremos omitir, de forma que, através da metonímia, procedemos a generalizações acerca de algo ou de alguém e, em sentido oposto, fazemos especificações para compreendermos algo ou alguém. (ALMEIDA; SANTOS, 2020, p. 62).

Embora sejam mecanismos distintos, metáfora e metonímia podem ocorrer simultaneamente em uma mesma instanciação (BARCELONA, 2009). Assim, de acordo com o autor, há, no processamento cognitivo, uma integração entre os domínios que propicia a manifestação de metáforas a partir de um mapeamento metonímico.

A respeito da classificação das metonímias, Barcelona (2012) destaca que não existe, em LC, uma única tipologia para as diferentes relações metonímias. Há propostas de classificações diversas, a partir de critérios que cada autor julga ser mais relevante.

Assim, o autor propõe uma classificação e alguns critérios para a identificação de metonímias.

O primeiro critério diz respeito à vinculação entre o domínio-fonte e o domínio-alvo. Barcelona (2012) mostra, a partir da espécie de função pragmática, os tipos mais comuns, na classificação tipológica de outros autores, que abrangem subtipos, como LOCALIZAÇÃO E LOCALIZADO (Brasil por Governo Brasileiro); PRODUTOR E PRODUTO (autor pela obra); CAUSA E EFEITO (predição e causa da predição); RECIPIENTE E CONTEÚDO (vaso por líquido); LUGAR PELA INSTITUIÇÃO (palácio do planalto por presidente); além de diversos outros.

O segundo critério está relacionado ao anterior e trata sobre a generalização ou grau de abstração da metonímia, sendo possível, por meio dele, classificar as metonímias a partir da tipologia:

- TODO PELA PARTE – o domínio-fonte é o domínio comum e abrange o domínio-alvo, que seria como um subdomínio dentro do domínio-fonte. No exemplo, “comemos porco”, fazemos referência ao todo, o ‘porco’, para nos referirmos a parte, ‘a carne do animal’.
- PARTE PELO TODO – aqui, temos a situação inversa, ou seja, o domínio-fonte é uma parte do domínio-alvo, que é o domínio comum. No exemplo, “várias pernas passaram apressadas”, na qual a parte, ‘várias pernas’, é usada para referirmos às pessoas que caminhavam apressadamente.
- PARTE POR PARTE: nesse caso, tanto o domínio-fonte como o alvo são subdomínios dentro de um domínio cognitivo mais amplo, por exemplo, o verbo “veranear”, cuja compreensão implica projetar a estação do ano durante a qual se realiza uma determinada atividade, sobre essa mesma atividade.

Esses tipos de relações metonímicas identificadas por Barcelona (2012), também, são apresentados por Radden e Kövecses (2007). Os autores consideram importante diferenciar o todo de suas partes, já que o nosso conhecimento de mundo é organizado por MCIs estruturados a partir de como se percebe o todo e suas partes. Nessa perspectiva, Radden e Kövecses (2007) sugerem a integração dos dois primeiros tipos de relações metonímicas, constituindo uma conceituação mais ampla, “todo e suas partes”, e o terceiro tipo diz respeito às várias “partes de um MCI”.

Atribui-se a relação entre o “todo e suas partes” às coisas e a vários MCIs, a saber: coisa e parte, escala, constituição, evento complexo, categoria e membro, categoria e propriedade e redução. Já a relação “partes de um MCI” é atribuída a entidades

conceituais que se constituem partes de um MCI inteiro, mais precisamente, os modelos de evento, tais como: ação, percepção, causa, produção, controle, posse, contentor, localização, signo, referência e modificação.

A distinção entre as metonímias convencionais e as não convencionais é abordada por Pinheiro (2010), que tem as primeiras como representações naturais das entidades-alvo às quais servem como pontos e referências, não sendo consideradas como desvios e não tendo grande dependência do contexto. Por outro lado, as metonímias não-convencionais são, inicialmente, compreendidas com estranhamento. Nessa perspectiva, as metonímias

operam de forma convencional, de modo que, em um dado sistema, não chamam a atenção pela originalidade e materialização, o que é o caso das metonímias mais gerais, e, em outra dimensão, atuam de maneira incomum, não convencional, particularmente, no que diz respeito às metonímias mais específicas. (ALMEIDA, 2020b, p. 88).

Considerando os diferentes autores citados e os conceitos por eles apresentados, adotamos para o estudo da metonímia, na nossa Tese, o conceito proposto por Barcelona (2012), que sugere que, a partir do domínio-fonte, são feitas projeções sobre o domínio-alvo, ou meta, estando os dois localizados dentro de um mesmo domínio conceptual.

A conceptualização metonímica é encontrada na compreensão do estupro, em ocorrências estruturadas, por exemplo, a partir da metonímia do tipo TODO PELA PARTE, como CRIME POR ESTUPRO, em que os conceitos crime e estupro integram domínios contíguos, sendo que a referência ao todo (crime) é a sua parte (estupro).

A seguir, trataremos sobre os conceitos relacionados os quais, de acordo com Kövecses (1988, 1990, 2000, 2014, 2015), são tidos como conceitos metonímicos.

1.4.1.2.1 Conceitos relacionados e inerentes

Conforme visto até aqui, a construção do conteúdo conceitual para a compreensão de um domínio se dá por meio de metáforas e metonímias e, também, de acordo com Kövecses (1988, 1990, 2000, 2014, 2015), através de conceitos relacionados que, conforme o autor, “são conceitos que fazem parte da rede de conceitos associados ao

conceito em questão²²” (KÖVECSES, 1990, p. 41). Esses conceitos, segundo Kovecses (2015) ao tratar sobre as emoções, “são emoções ou atitudes que o sujeito de uma emoção (isto é, pessoa que sente uma emoção) tem em relação ao objeto ou causa da emoção²³”. (KÖVECSES, 2015, p. 158). Tal afirmação pode ser aplicada ao nosso objeto de estudo, o estupro, considerando que é um ato provocador de emoções e atitudes, tanto por parte do agente do estupro, quanto por sua vítima.

Nessa perspectiva, podemos considerar que o conceito de estupro está vinculado ao conceito de sentimento e de comportamento, fazendo com que diferentes conceitos estejam interligados na mesma rede conceptual. No que diz respeito ao estupro, esses conceitos expressam as atitudes e os sentimentos protagonizados pelas partes envolvidas no ato, ou seja, o estuprador e a sua vítima. A violência e o ódio, por exemplo, são uma forma de agir e uma emoção que o agente ativo do estupro pode ter em relação à sua vítima e vice-versa. A partir do nosso conhecimento de mundo, inferimos que um estupro não é consensual e, por isso, é violento. Por conseguinte, a realização do ato causa, por exemplo, ódio na vítima, sendo possível, também, que a motivação do estupro seja originada pelo mesmo sentimento.

Ao ato do estupro, está relacionada uma ampla rede conceitual de sentimentos e comportamentos, que corresponde a diversos conceitos relacionados, da mesma forma que ocorre em outros atos potencialmente provocadores de emoções e atitudes. Podemos destacar, como conceitos relacionados mais relevantes para o estupro: DESRESPEITO, ABUSO, ÓDIO, VIOLÊNCIA, AGRESSÃO, POSSE, HONRA, CRIME E SEXO.

Dentre os diversos conceitos relacionados vinculados ao estupro, alguns estão mais diretamente ligados ao ato. Tais conceitos são denominados de inerentes, de acordo com Kövecses (1990, 2014, 2015), e correspondem aos mais prototípicos. A violência, por exemplo, é prototípica do estupro, pois é inerente ao ato, não há estupro sem violência física e psicológica. Dessa forma, se distribuirmos esses conceitos em um contínuo, alguns estarão intrinsecamente relacionados ao estupro; uns terão uma relação mais fluida com o conceito, enquanto outros, ligeiramente, se associam a ele. Os conceitos que estão mais inerentes ao conceito de estupro são os mais prototípicos, conforme dito anteriormente.

²² Tradução nossa do original: “related concepts are ones that form a part of the network of concepts associated with the concept in question”.

²³ Tradução nossa do original: “are emotions or attitudes that the subject of an emotion (i.e. the person feeling an emotion) has in relation to the object or cause of the emotion”

De uma forma geral, Kövecses (1988, 1990, 2014, 2015) propõe que os conceitos relacionados, mais especificamente, os conceitos inerentes, atuam como metonímias conceptuais, já que, de acordo com o autor, ao falarmos um conceito inerente, é possível referenciar os demais conceitos a que ele está vinculado. Nessa perspectiva, os conceitos relacionados podem ser considerados como partes que compõem o todo, isto é, parte de uma metonímia completa. O conceito de VIOLÊNCIA, por exemplo, pode indicar ESTUPRO, já que os dois domínios, ESTUPRO e VIOLÊNCIA, são conceitos relacionados. Partindo desse pressuposto, consideramos, nesta Tese, os conceitos relacionados, como DESRESPEITO, OFENSA, ABUSO, VIOLÊNCIA, ÓDIO, AGRESSÃO, POSSE, CRIME, DELITO, dentre outros, encontrados no corpus, como conceitos metonímicos, considerando que se constituem em parte do conceito do domínio-alvo ou como decorrente desse.

Tendo em vista que os conceitos relacionados, também, podem corresponder a formas eufemísticas, entendemos ser necessário, para o nosso estudo, abordar o eufemismo. Por isso, na subseção a seguir, trataremos sobre esse tópico.

1.4.1.2.2 O eufemismo como estratégia cognitiva

A metáfora e a metonímia, conforme já apresentado, se constituem em importantes mecanismos cognitivos que atuam no processo de construção de significados do mundo. Esses mecanismos cognitivos, como já dito anteriormente, se materializam na linguagem através de expressões linguísticas que, muitas vezes, a depender do assunto tratado, podem ser constituídas por itens lexicais, com conceitos similares, tidos como menos impactantes ao receptor. Temos, dessa forma, paralelamente às metáforas e metonímias, possivelmente utilizadas, o uso do recurso do eufemismo.

De acordo com Mélis (2010, p. 51), o eufemismo “permite simultaneamente contornar e convocar o termo particular que supostamente designa mais adequada e diretamente a realidade em questão²⁴”. Nesse sentido, é entendido como um recurso cognitivo utilizado para abrandar uma forma de expressão, tida como indelicada ou grosseira, encontrando-se, dessa forma, estritamente relacionado a ideia de tabu²⁵

²⁴ Tradução nossa do original: “permet simultanément de contourner et de convoquer le terme particulier qui est censé désigner plus adéquatement et plus directement la réalité en question”.

²⁵ Para Almeida (2007, p. 28), tabu é entendido como “o termo ou a expressão que é, de certa forma, evitada e não deve ser proferida por se acreditar que tenha o poder de causar-lhe algum malefício”.

linguístico, ou seja, o não uso de determinadas palavras, expressões ou assuntos considerados transgressores em certas sociedades e que está diretamente vinculado às influências culturais.

Nessa perspectiva, Fiorin (2008) considera positiva essa ideia de modificar o uso linguístico como forma de evitar constrangimentos na interação. De acordo com o linguista, entretanto, a busca por outros itens lexicais pode se tornar inútil, tendo em vista que tais itens podem ser contaminados pelos preceitos discriminatórios existentes em uma sociedade. Nesse sentido, para o autor, embora alguns itens léxicos sejam “fortemente identificados com atitudes racistas, machistas, etc.”, “não basta mudar a linguagem para que a discriminação deixe de existir” (FIORIN, 2008, p. 3).

Considerado como uma figura de linguagem em gramáticas e dicionários, o eufemismo, em vários estudos, é entendido como um fenômeno basicamente lexical, que consiste na substituição de palavras, consideradas inadequadas, por outras equivalentes e aceitáveis. Por isso, tais estudos se restringem à observação dos mecanismos linguísticos utilizados na produção dos eufemismos. Por outro lado, outras abordagens buscam entender o seu funcionamento em situações de uso, considerando os contextos nos quais são produzidos, tendo em vista que o eufemismo é motivado por fatores sociais e culturais.

Nesta Tese, consideramos que o eufemismo não é, apenas, uma figura de linguagem, restrita a substituição de palavras, mas um processo cognitivo de atenuação de um conceito através do uso de conceitos relacionados. Entendemos, ainda, que não está restrito à dimensão lexical, mas realiza-se, também, em outras dimensões, já que se atrela à cognição humana. Além disso, é motivado por tabus linguísticos e sua compreensão envolve o conhecimento de aspectos culturais e sociais no tempo e espaço em que se elaboram.

Considerando que o nosso objeto de estudo, o estupro, é um tema que engloba dimensões, como sexo e violência, por exemplo, os quais, por si só, são cercados de tabuísmos e preconceitos, concebemos que o uso do eufemismo, a depender do contexto, é intrínseco a construção de sentido. Assim, entendemos que o eufemismo ocorre através dos mecanismos cognitivos da metáfora e da metonímia e, por isso, teremos, nas ocorrências, eufemismos por metáfora e por metonímia.

Dessa forma, diante do exposto, ocupamos-nos, neste trabalho, de verificar e apontar os usos eufemísticos presentes nas conceptualizações do estupro, realizados de forma simultânea a ocorrência de metáforas e metonímias, indicando a sua ocorrência, quando for o caso.

Acreditamos, ainda, que o contexto exerce influência sobre o uso ou não uso do eufemismo, assim como sobre as formas de conceptualizar. Por isso, consideramos importante tratar sobre o papel do contexto na emergência de significados, o que será realizado na subseção a seguir, na qual será abordada a relação entre os mecanismos cognitivos e o contexto.

1.4.1.2.3 O contexto e a construção de sentido

Tendo em vista a importância do contexto no processo de construção de sentido e na utilização dos mecanismos e recursos cognitivos de processamento conceitual, consideramos relevante discorrer sobre essa relação.

Antes, porém, de iniciarmos a discussão, cabe destacar que, nesta Tese, concebemos o conceito de contexto em sentido amplo, isto é, compreendendo que é constituído por uma variedade de aspectos e suas especificidades. Assim, inserido nessa compreensão estão os aspectos espaciais, culturais, sociais, políticos, ideológicos e históricos, além de outros mais específicos, como o conhecimento sobre os conceptualizadores, por exemplo.

Para tratarmos sobre o papel do contexto no processo de construção conceptual, nos pautaremos nos estudos de Kövecses (2010), em que é discutida a sua importância para o desenvolvimento da criatividade metafórica. Apesar de o autor citado tecer as suas considerações, no estudo referido, especificamente sobre a metáfora, propomos aqui a ampliação das suas proposições, também, para a metonímia. Assim, entendemos que, quando falamos, pensamos e agimos metaforicamente ou metonimicamente, buscamos os materiais conceituais, para a construção do sentido, no contexto. Dessa forma, podemos considerar que é a partir do contexto que as estruturas cognitivas (*esquema-I e frames*), assim como os recursos (eufemismo) e mecanismos cognitivos (metáforas e metonímias), considerados nesta Tese, são motivados.

De acordo com Kövecses (2010), o contexto, também, é responsável por proporcionar a criatividade na conceptualização, ou seja, nos termos do autor, a criatividade é induzida pelo contexto. Ele propõe, ainda, alguns fatores contextuais que promovem essa criatividade, a saber: (1) o contexto físico imediato, (2) o que sabemos sobre as principais entidades participantes do discurso, (3) o contexto cultural imediato, (4) o cenário social imediato e (5) o próprio contexto linguístico imediato.

Ao tratar sobre conceptualização metafórica, Kövecses (2005) sugere que as pessoas sofrem a “pressão da coerência” que corresponde a pressão de suas experiências corporais e a pressão do contexto que as cerca. Isso, por sua vez, remete a ideia da universalidade e da variação que está diretamente relacionada a criatividade conceitual. Nesse sentido, o autor pontua que a principal força motriz por trás da variação é o contexto. Afirma, ainda, que vários fatores contextuais definem essa variação como diferenças conceituais, históricas, culturais e ambientais.

Assim, Kövecses (2010) estabelece a distinção entre dois tipos de contexto: o global, que diz respeito aos fatores contextuais que afetam todos os membros de uma comunidade linguística quando conceituam algo, como: o ambiente físico, fatores sociais, contexto cultural, história e preocupações e interesses diferenciais; e, o local, que corresponde ao contexto local mais imediato, como: o cenário físico imediato, o conhecimento sobre as principais entidades do discurso, o contexto cultural imediato, o cenário social imediato e o contexto linguístico imediato, anteriormente citados.

Ademais, ao discutirem sobre a relevância do ambiente na produção de conceitos, Lakoff e Johnson (1980 [2002]) destacam o papel da cultura nesse processo. Os autores pontuam que os sentidos das coisas emergem a partir da nossa interação com o mundo, assim como através do conhecimento que construímos como integrantes de uma determinada cultura. Nesse sentido, Kövecses (2005, p. 7) afirma que “as metáforas conceituais, em geral, produzem modelos culturais que operam no pensamento”²⁶, estabelecendo, dessa forma, uma interassociação com a cultura, em que os conceitos são compartilhados por uma comunidade de falantes. Assim, o contexto cultural é considerado um *locus* profícuo de construção conceitual, pois, além dos aspectos culturais que o integram, é constituído, também, por representações sociais, ideológicas, políticas e históricas que permeiam as relações sociais em um espaço.

Nessa perspectiva, é com base na conexão entre cognição e contexto, amplamente considerado, que entendemos que a forma como estruturamos conceitos, por meio de metáforas e metonímias, é substancialmente motivada pelo modo como culturalmente, ideologicamente, socialmente, historicamente e espacialmente conceptualizamos as situações, ou seja, é a interação entre a cognição e esses aspectos que possibilitam que nós produzamos determinada conceptualização. A esse respeito, Kövecses (2005, p. 293) afirma que “a metáfora é inevitavelmente conceptual, linguística, neurocorpórea e

²⁶ Tradução nossa do original: Conceptual metaphors converge on, and often produce, cultural models that operate in thought.

sociocultural ao mesmo tempo”²⁷. É nesse sentido que o autor chama a atenção para o fato de que a cultura, também, é responsável pela variação conceitual, já que, mesmo conceitos, que emergem de experiências universais, podem não aparecer em todas as línguas ou serem distintamente compreendidos, como as metáforas ligadas à emoção, por exemplo, como já assinaladas (KÖVECSES, 2005).

A partir do exposto e considerando que o corpus, selecionado para este estudo, é constituído por textos produzidos em diferentes séculos e por conseguinte, em diferentes períodos históricos, caracterizados por acontecimentos distintos, que delineiam as especificidades, valores, pensamentos, ideologias²⁸, regras e convenções da sociedade de cada época, implicando, dessa forma, em diferentes formas de pensar e de compreender o mundo, buscamos, através da observação desses aspectos, entender a relação entre os contextos das ocorrências estudadas e as formas de conceptualização verificadas no corpus.

Assim, para além de apenas descrever as metáforas e as metonímias encontradas, buscamos discorrer sobre os aspectos contextuais que motivaram a sua ocorrência, destacando o papel do contexto na compreensão do estupro e que será tratado no estudo do corpus.

Nas subseções 1.4.1.2, 1.4.1.2.1, 1.4.1.2.2 e 1.4.1.2.3 objetivamos discorrer, de forma sucinta, sobre a metonímia, elencando algumas posições teóricas de determinados autores que contribuíram para a ampliação e o enriquecimento dos conceitos seminais de Lakoff e Johnson (2002[1980]) acerca desse fenômeno como processo cognitivo. Apresentamos algumas propostas tipológicas para nortear o nosso estudo do corpus e explicamos que alguns conceitos relacionados ao estupro, observados nos textos jornalísticos estudados, e que foram considerados, nesta Tese como metonímicos. Além disso, tratamos do eufemismo e da importância do contexto na construção conceptual.

Na subseção seguinte, discorreremos sobre o Modelo de Esquema de Imagem.

²⁷ Tradução nossa do original: Metaphor is inevitably conceptual, linguistic, neural-bodily, and social-cultural – all at the same time.

²⁸ Neste trabalho, consideramos ideologia como o conjunto de ideias e representações que contribuem para a reprodução e manutenção da sociedade.

1.4.1.3 Modelo de Esquemas de Imagem

Os esquemas-I sustentam a estrutura conceptual dos MCIs. São projeções esquemáticas de imagens, compreendidas como representações das experiências corporais, em interação com o mundo. Essas imagens não são, apenas, perceptuais, mas cinestésicas, ou seja, abrangem o movimento de nossos corpos de formas específicas e, de acordo com Johnson (1987), se manifestam no nível cognitivo por meio dos esquemas-I. Segundo o autor, tais esquemas são conceitos rudimentares significativos porque derivam da (e são ligados à) experiência pré-conceptual humana (derivada da percepção, ação e movimento corpóreos, e da manipulação de objetos), a qual é diretamente mediada e estruturada pela experiência humana.

O conceito de esquema-I, no âmbito da LC, é usado por Lakoff (1987), ao buscar desenvolver uma teoria da categorização, assim como por Johnson (1987), quando busca produzir uma epistemologia e filosofia moral. Esse conceito foi utilizado, posteriormente, em outros campos de estudo com diferentes perspectivas analíticas (OAKLEY, 2007).

Johnson (1987) descreve o esquema-I como “um padrão recorrente e dinâmico de nossas interações perceptivas e programas motores que proporcionam coerência e estrutura à nossa experiência²⁹”. O significado corporificado tem estreita relação com esse conceito, já que é por meio da base corporificada que os esquemas-I emergem, a partir de nossa experiência sensorial e perceptual, na interação com o mundo à nossa volta, constituindo, assim, o nosso sistema conceptual; dessa forma, um dos aspectos mais relevantes desse modelo é a corporificação.

Seguindo esse mesmo raciocínio, Lakoff (1987) afirma que os esquemas-I ancoram conceptualmente, a partir das noções de espaço e de tempo, a maioria dos conceitos que veiculam socioculturalmente. Assim, esses esquemas se constituem em estruturas cognitivas produzidas na mente humana, desde o nascimento, originadas a partir das representações experienciais decorrentes da interação do ser humano no ambiente à sua volta. Tais representações funcionam como redes e se repetem, em nossas interações cotidianas, a partir da manipulação de objetos físicos, da nossa movimentação no espaço e das interações perceptivas, das quais resultam esquemas básicos de imagem e que auxiliam na nossa compreensão metafórica do mundo.

²⁹ Tradução nossa do original: “a recurring, and dynamic pattern of our perceptual interactions and motor programs that gives coherence and structure to our experience”.

Os esquemas-I representam padrões esquemáticos que refletem domínios. São exemplos de esquemas: RECIPIENTE, TRAJETÓRIA, FORÇA, EQUILIBRIO, dentre outros. São abstratos e, por isso, consistem em padrões que resultam de instâncias repetidas da experiência de base corpórea, segundo a LC. Essas experiências são armazenadas e estabelecidas, antes mesmo de a criança produzir linguagem, sendo, dessa forma, as bases de nossos conceitos mais fundamentais. Por exemplo, o esquema-I RECIPIENTE é resultante da experiência com objetos que tem um interior, um limite e o exterior, dando origem a expressões que indicam movimento para dentro ou para fora, por exemplo: *Ela jogou fora o documento*. O esquema, também, pode ser usado metaforicamente: *Ela está por fora do que nós vamos fazer, Atirei-me para dentro do vestido*.

Johnson (1987) ilustra como os esquemas-I agem em nosso sistema conceptual e, também, linguístico, quando exemplifica o esquema-I RECIPIENTE por meio das cenas do início de um dia:

Você acorda de um sono profundo e olha debaixo das cobertas para o seu quarto. Você gradualmente sai do seu estado letárgico, descobre-se, põe seu robe, alonga-se e anda alegremente do quarto para o banheiro. Você olha no espelho e vê seu rosto olhando para você. Você abre o armário do banheiro, pega a pasta de dente, espreme um pouco de pasta na escova, coloca a escova na boca, escova os dentes rapidamente e enxágua a boca³⁰. (JOHNSON, 1987, p. 30).

No exemplo destacado, Johnson (1987) relata a rotina de uma pessoa, ao acordar, e destaca que a experiência de entrar e sair dos espaços é recorrente e, por isso, dá origem a padrões que favorecem a formação do esquema-I RECIPIENTE.

Segundo Johnson (1987), existem pelo menos cinco acarretamentos relevantes atrelados a essas estruturas imagético-esquemáticas para a orientação DENTRO e FORA: (i) a experiência de estar dentro de algo tipicamente envolve a proteção ou resistência a forças externas; (ii) a contenção, também, limita e restringe forças dentro do recipiente; (iii) por causa dessa restrição de forças, o objeto contido ganha uma fixidez relativa de localização; (iv) essa fixidez relativa de localização dentro do recipiente significa que o objeto contido torna-se acessível ou inacessível à vista de algum observador; (v) experienciamos a transitividade de contenção.

³⁰ Tradução nossa do original: “You wake out of a deep sleep and peer out from beneath the covers into your room. You gradually emerge out of your stupor, pull yourself out from under the covers, climb into your

De acordo com Lakoff (1987), certos conceitos são resultantes de esquemas-I e tais esquemas podem servir de domínio-fonte na estruturação metafórica na TMMC. O mesmo autor cita alguns esquemas-I mais básicos e mais centrais, oriundos da experiência corpórea, a saber: RECIPIENTE, PARTE-TODO, LIGAÇÃO, CENTRO-PERIFERIA, ORIGEM-PERCURSO-META e PARA CIMA-PARA BAIXO.

Uma listagem de esquemas, também, é apresentada por Johnson (1987, p. 126), em que ele acrescenta outros tipos à lista apresentada por Lakoff (1987): EQUILÍBRIO, COMPULSÃO, BLOQUEIO, CONTRA-FORÇA, RESTRIÇÃO, REMOÇÃO, DESBLOQUEIO, ATRAÇÃO, POSSIBILITAÇÃO, CICLO, PERTO-LONGE, ESCALA, FUSÃO, SEPARAÇÃO, CHEIO-VAZIO, COMBINAÇÃO, SUPERPOSIÇÃO, INTERAÇÃO, CONTATO, PROCESSO, SUPERFÍCIE, OBJETO, COLEÇÃO³¹.

Essa noção de esquemas é retomada por Croft e Cruse (2004, p. 45) que, a partir de características próprias dos esquemas, os reúnem em grupos, e apresentam, além dos já citados, os seguintes:

- Esquemas de UNIDADE / MULTIPLICIDADE: REITERAÇÃO, INCONTÁVEL-CONTÁVEL;
- Esquemas de IDENTIDADE: SUPERIMPOSIÇÃO;
- Esquemas de EXISTÊNCIA: ESPAÇO AO REDOR³².

No que diz respeito ao esquema PARTE-TODO, é possível utilizar o nosso corpo como base, sendo um todo, dividido em partes componentes. Um bom exemplo de como esse esquema-I estrutura conceitos abstratos é quando pensamos em SOCIEDADE, como no exemplo: *Cada setor da sociedade deve fazer a sua parte.*

Já para o esquema-I LIGAÇÃO, podemos utilizar como exemplo a ligação mãe/filho, pelo cordão umbilical e que se estende pela infância e pelos anos subsequentes através de novas conexões. Relações sociais e interpessoais são compreendidas em termos de ligação como no exemplo do conceito de CASAMENTO: *Minha mãe e meu pai são unidos pelos laços do matrimônio.*

³¹ Tradução nossa do original: “CONTAINER, BALANCE, COMPULSION, BLOCKAGE, COUNTERFORCE, RESTRAINT, REMOVAL, ENABLEMENT, ATTRACTION, MASS-COUNT, PATH, LINK, CENTERPERIPHERY, CYCLE, NEAR-FAR, SCALE, PART-WHOLE, MERGING, SPLITTING, FULL-EMPTY, MATCHING, SUPERIMPOSITION, ITERATION, CONTACT, PROCESS, SURFACE, OBJECT, COLLECTION”.

³² Tradução nossa do original: “MERGING, COLLECTION, SPLITTING, ITERATION, PART-WHOLE, MASS-COUNT, LINK; IDENTITY - MATCHING, SUPERIMPOSITION; EXISTENCE - REMOVAL, BOUNDED SPACE, CYCLE, OBJECT, PROCESS”.

No esquema-I CENTRO – PERIFERIA, experienciamos nosso corpo em termos de CENTRO – o tronco e os órgãos internos – e de PERIFERIA- o cabelo, os dedos da mão e os pés. A periferia depende do centro, mas o centro não depende da periferia, o centro é mais importante e a periferia é vista como dependente do centro. Por exemplo, a frase: *Brasília é o centro político do Brasil.*

O esquema-I ORIGEM-PERCURSO-META é comumente utilizado na estruturação de eventos complexos ao se apropriar de um esquema espaço-temporal. Ele tem a seguinte lógica, conforme Feltes (2007): em atividades humanas, há um ponto de início, um ponto final e uma sequência de posições contíguas conectando a origem ao destino. Como no exemplo:

Ela estudou bastante para conseguir a aprovação!

Esse esquema-I é considerado importante na conceptualização de VIOLÊNCIA encontrada em Feltes (2007), na análise dessa categoria:

[...] entendendo-se que os atos violentos sejam dirigidos a algo ou a alguém, então é possível que o esquema ORIGEM-PERCURSO-META possa estar presente como princípio da categoria. De fato, na construção de modelos proposicionais que atuassem como condições de pano de fundo para a definição dos membros da categoria, certamente, seria necessário um cenário que contivesse, por exemplo, um agente/ (ORIGEM), uma ação/ (PERCURSO) e um paciente/vítima/objeto (META)[...] (FELTES, 2007, p. 260).

Outro esquema-I que se constitui de base pré-conceptual da categoria VIOLÊNCIA é o de FORÇA que seria um esquema cinestésico de base corporal, mais especificamente, compreendido em termos de FORÇA FÍSICA que insere à sua estrutura o esquema-I CONTATO.

Quanto ao esquema-I ESCALA, está relacionado aos aspectos qualitativos (graus de intensidade) e quantitativos (podem aumentar e diminuir) da nossa experiência. Noções como mais, menos e igual são a base desse esquema-I. Por exemplo, em *Estou um pouco amedrontada!*, o grau de intensidade é menor do que em *Eles estão com muito medo!*, que tem intensidade mais elevada.

Já o esquema-I PERTO-LONGE, é estruturado por duas ou mais entidades, uma trajetória e alguma distância entre as entidades; se a distância for pequena, o polo PERTO é ativado, quando a distância é grande, o polo LONGE do esquema é acionado. No exemplo *A aproximação dele resultou no abuso*, o polo PERTO foi ativado.

No que diz respeito ao esquema-I BLOQUEIO, refere-se às situações que apresentam obstáculos que bloqueiam ou resistem a alguma força. É caracterizado pelos seguintes elementos: uma trajetória com uma direção, um destino que não pode ser alcançado, uma entidade se movimentando e outra que bloqueia ou resiste à força da entidade que se move. Ao dizermos, por exemplo, *Ela estava indo para casa quando o crime aconteceu.*, houve um bloqueio, o crime, que não permitiu que a vítima chegasse ao seu destino.

Peña Cervel (2012) apresenta alguns tipos de esquemas-I, como os que nos auxiliam na compreensão de construções metafóricas do tipo: *João caiu em uma depressão*. Nesta expressão, são acionados os esquemas-I VERTICALIDADE e RECIPIENTE, visto que o verbo “cair” indica uma orientação vertical para baixo, na qual João é a entidade em movimento, vítima desse deslocamento descendente, que alcançará um destino, à depressão. Por outro lado, a depressão é concebida como uma região tridimensional que tem João no seu interior.

O esquema-I VERTICALIDADE é constituído por uma trajetória vertical que consiste nos seguintes elementos estruturais: uma origem, uma direção e um destino. No exemplo, *Hoje, sua garota está pra baixo!*, o estado de humor da garota descreve uma trajetória vertical para baixo.

Observamos, através da apresentação dos esquemas-I, que, assim como foi exemplificado, anteriormente, para a categoria VIOLÊNCIA, pensar nos elementos estruturantes da categoria ESTUPRO envolve, também, reconhecer os esquemas-I, considerando que eles atuam como princípios estruturantes de MCIs e, por conseguinte, de todo e qualquer processo de conceptualização (OAKLEY, 2007).

No processo de conceptualização, quando os esquemas-I são acionados, eles se interconectam de diversas formas e, dinamicamente, não funcionam isolados e como entidades estáticas, mas conectadas entre si. Oakley (2007), ao tratar sobre a diversidade de esquemas-I, apresenta a possibilidade de uma sobreposição entre eles ou da existência de alguns mais ou menos prototípicos, formando uns mais complexos, a partir de outros mais simples.

Lakoff (1987, p. 442-3) denomina essas conexões de transformações. Segundo o autor, cada uma delas apresenta aspectos relevantes da experiência humana visual, auditiva, sinestésica e, sobretudo, corporal. Ele pontua quatro transformações:

- Do foco no percurso para o final do percurso: situação em que se segue mentalmente o percurso de um objeto em movimento e, depois, se focaliza o ponto onde ele para;

- Do múltiplo para a massa: a partir de um grupo de vários objetos, imaginá-lo como um conjunto de entidades e, finalmente, como uma massa homogênea; analogamente, uma sequência de pontos é vista à distância como uma linha contínua;

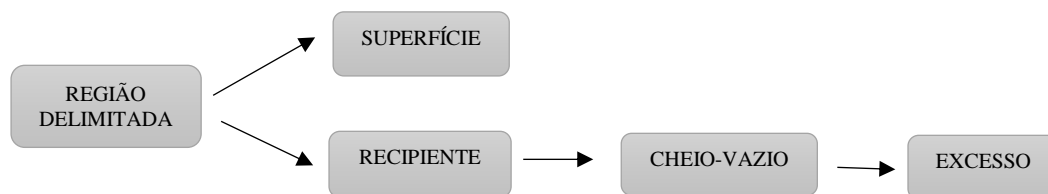
- Seguir uma trajetória ou, por outras palavras, do movimento zerodimensional para o movimento uni-dimensional: percebendo um objeto em movimento contínuo, pode-se traçar, mentalmente, o seu percurso ou a sua trajetória;

- Sobreposição: imaginando uma esfera grande e um cubo pequeno, aumentar o tamanho do cubo até que a esfera possa caber dentro dele e, depois, reduzir o tamanho do cubo e colocá-lo dentro da esfera.

Seguindo essa perspectiva, encontramos em alguns trabalhos a proposição de um sistema de dependência entre os esquemas-I, a partir de estudos relacionados à metáfora e à metonímia e, também, à polissemia. Dentre esses estudos, destaca-se o de Peña Cervel (2012), segundo o qual, os esquemas-I estruturam princípios que não fazem parte de um mesmo nível de categorização, eles possuem padrões que se acham inter-relacionados, em decorrência das várias formas de vínculos conceptuais dependentes, existentes entre eles. Nesse sentido, a autora categoriza os esquemas em básicos e subsidiários ou dependentes, considerando que as estruturas são organizadas de forma hierárquica, em níveis diferentes, de acordo com o grau de generalidade.

Partindo da lista de classificação de alguns estudiosos, Peña Cervel (2012) propõe uma taxonomia de esquemas-I, a partir do desenvolvimento de um modelo de dependência conceptual entre eles. Nesse modelo, ela procura identificar os elementos relevantes de cada esquema-I e sua lógica interna, atribuindo a três esquemas básicos, REGIÃO DELIMITADA, ORIGEM-PERCURSO-META e PARTE-TODO, o nível mais alto na hierarquia, de forma que os padrões dependentes são particularidades desses esquemas básicos. As figuras, a seguir, ilustram como a autora elenca os esquemas-I e a dependência entre eles. As caixas representam os esquemas-I básicos e as setas indicam que os esquemas-I apontados são dependentes do que os precedem.

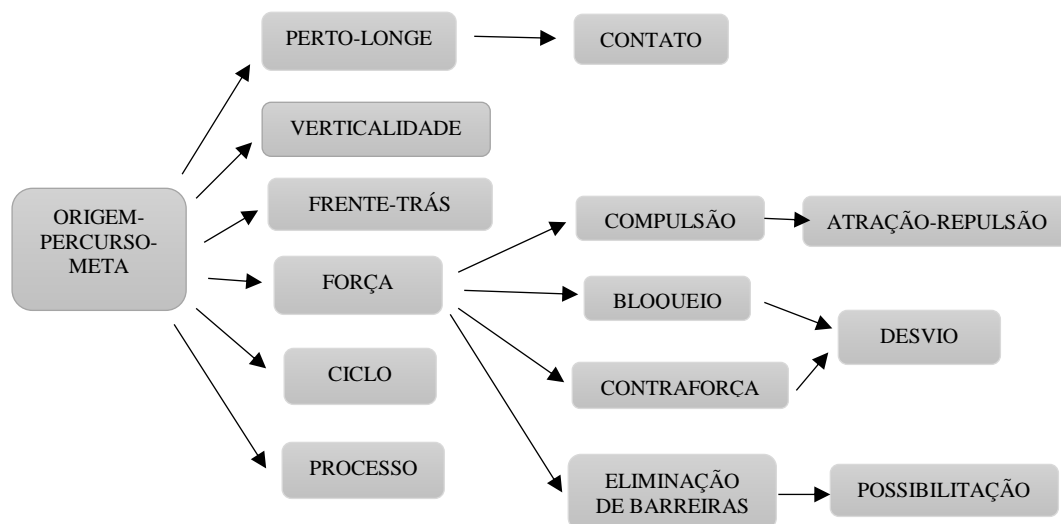
Figura 1 – Esquema-I REGIÃO DELIMITADA e dependentes.



Fonte: Adaptada de Peña Cervel (2012, p. 87)

Na figura 1, de acordo com a autora, o esquema-I REGIÃO DELIMITADA é o nó dominante e dele dependem os esquemas-I SUPERFÍCIE e RECIPIENTE. Da mesma forma, esquema-I RECIPIENTE empresta a sua estrutura e material conceptual ao esquema-I CHEIO-VAZIO, do qual o esquema-I EXCESSO é subsidiário. Observemos como se dá a relação entre os esquemas dependentes do esquema-I ORIGEM-PERCURSO-META, na figura 2:

Figura 2 - Esquema-I ORIGEM-PERCURSO-META e dependentes.

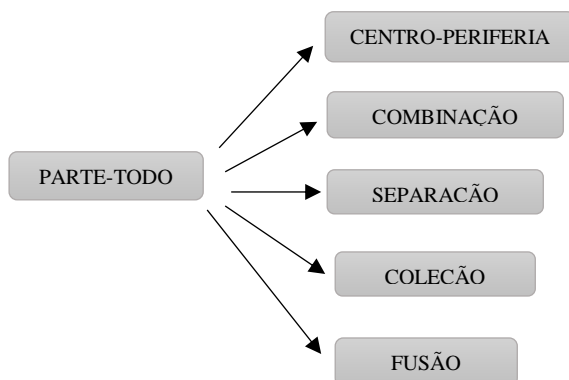


Fonte: Adaptada de Peña Cervel (2012, p. 88)

Na figura 2, os esquemas-I PERTO-LONGE, VERTICALIDADE, FRENTE-TRAZ, FORÇA, CICLO e PROCESSO são dependentes de ORIGEM-PERCURSO-META. O PERTO-LONGE abrange o CONTATO. O esquema-I FORÇA abarca COMPULSÃO (e seus esquemas-I subsidiários ATRAÇÃO-REPULSÃO), BLOQUEIO e CONTRA-FORÇA (junto com o esquema dependente DESVIO) e ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS (e seu padrão subsidiário POSSIBILITAÇÃO).

Já na figura 3, a autora apresenta o esquema-I básico PARTE-TODO, relacionado com seus esquemas dependentes CENTRO-PERIFERIA, COMBINAÇÃO, SEPARAÇÃO, COLEÇÃO e FUSÃO.

Figura 3 - Esquema-I PARTE-TODO e dependentes.



Fonte: Adaptada de Peña Cervel (2012, p. 88)

A natureza dinâmica dos esquemas-I é demonstrada nessa proposta de Peña Cervel (2012) de agrupar os esquemas-I. Na proposta da autora, um mesmo conceito pode acionar diferentes esquemas-I, a depender da perspectiva. Por exemplo, a expressão *Ele trouxe a desonra para o seio da família*, pode evocar pelo menos três esquemas-I: ORIGEM-PERCURSO-META, pois houve uma trajetória para a realização do estupro, CENTRO-PERIFERIA, considerando que o estupro foi levado ao centro da família e CONTATO, já que, para a consumação do estupro, é necessário o contato físico.

Diante do exposto, verificamos que os esquemas-I funcionam como elementos que ancoram todo o processo de conceptualização, considerando que, de acordo com Lakoff (1987), estão presentes em qualquer outro modelo na estruturação dos MCIs. Entendemos, também, que há, em determinados conceitos e nas suas perspetivações, a ocorrência comum de esquemas-I, ou seja, poderíamos dizer que, de uma forma geral, alguns esquemas-I se repetem na estruturação de conceptualizações instanciadas a partir de diferentes domínios-fonte integrantes de um mesmo *frame*. Por isso, tendo em vista a importância do *frame* para o nosso estudo, discorreremos sobre ele na subseção a seguir, onde abordaremos sobre o Modelo Proposicional.

1.4.1.4 Modelo Proposicional

Os Modelos Cognitivos Proposicionais são baseados em proposições a partir das quais emergem um conjunto de significados elaborados no decorrer de nosso desenvolvimento sociocognitivo. De acordo com Lakoff (1987), esses MCIs apresentam as seguintes características: a) não usam mecanismos imaginativos; b) possuem um conjunto de elementos usados no MCI, que podem ser desde conceitos de nível básico, como entidades, ações, estados, propriedades etc. até conceitos caracterizados por outros modelos cognitivos; c) apresentam um caráter objetivista, uma vez que são estruturados por entidades mentais, dependentes da experiência humana, que possuem propriedades e relações entre elas; e d) estruturam-se a partir de propriedades dos elementos e das relações obtidas entre eles.

As principais características desses modelos são as estruturas informacionais que representam os conceitos genéricos arquivados na memória e a possibilidade de descrição de uma sistematização da experiência representada conceitualmente na memória de longo prazo a partir de palavras que ganham significados no contexto social, cultural e situacional quando são pronunciadas. Lakoff (1987) descreve alguns tipos de MCIs proposicionais, quais sejam: a proposição, o *frame*, o cenário (às vezes, chamado de "script"), o feixe de traços, a taxonomia e a categoria radial. Neste estudo, utilizaremos o modelo proposicional do tipo *frame*, por isso, discutiremos, apenas, sobre esse tipo.

1.4.1.4.1 Semântica de *Frames*

Podemos considerar que *frames* são esquemas cognitivos não imagéticos que envolvem um conjunto de conceitos inter-relacionados e que orientam uma estratégia de percepção e de interpretação utilizada pelas pessoas, a fim de compreender e de dar respostas ao mundo. Correspondem a uma estrutura conceptual de formato proposicional oposta aos esquemas-I que são mentais e não proposicionais.

O conceito de *frame* se refere a um sistema estruturado de informações, arquivado na memória de longo prazo e estruturado, a partir da sistematização da experiência. Se constitui em um elemento da cognição, essencialmente, relacionado ao fenômeno da compreensão. A discussão do conceito de *frame* deu origem à Semântica de *Frames*, desenvolvida na década de 1970 e amplamente difundida por Fillmore (1982). Após estruturação da teoria, na década de 1970, o autor a apresentou, mais globalmente, na

década de 1980, em dois artigos publicados: *Frame Semantics* (1982) e *Frames and the semantics of understanding* (1985).

Fillmore (2009 [1982]) define um *frame* como um enquadre, como uma descrição esquematizada das nossas experiências. *Frame* é compreendido então como

qualquer sistema de conceitos relacionados de tal modo que, para entender qualquer um deles, é preciso entender toda a estrutura na qual se enquadram; quando um dos elementos dessa estrutura é introduzido em um texto, ou em uma conversa, todos os outros elementos serão disponibilizados automaticamente. (FILLMORE, 2009 [1982], p. 25).

A partir da utilização de determinadas palavras em um dado texto, são construídos, ao mesmo tempo, sentidos produzidos e outros interpretados pelos conceptualizadores. Esse processo de construção de sentidos está baseado na frequente retomada desses elementos.

O significado é subordinado a *frames*. Nessa perspectiva, o processo de construção do sentido necessita acionar a estrutura de conhecimentos que interliga elementos e entidades que estão relacionados à cena da experiência humana, a partir das bases físicas e culturais de tal experiência. Fillmore (2009 [1982]) exemplifica, utilizando a noção de comprar e vender, por exemplo: *João vendeu o carro*. Há, nessa sentença, o *frame* de EVENTO COMERCIAL, constituída por um comprador, um vendedor, um valor, uma cobrança, um produto etc.

Assim como Fillmore (2009 [1982]), Duque (2015, p. 30) diz que “*frames* são Gestalts cujas partes, ou papéis, estabelecem relações entre si”. Nesse sentido, o *frame* corresponde ao conhecimento de todos os conceitos relacionados que são acionados mutuamente, integrando um determinado contexto que é, cognitivamente, ativado, a partir do item linguístico ou expressão que aciona o *frame*. Diante disso, podemos considerar que, para entender o significado de ‘escola’, é imprescindível compreender todo o contexto em que a palavra está inserida, como ‘aula’, ‘professor’, ‘aluno’, correspondendo a uma categoria da experiência que possibilite a elaboração de um contexto que leve a sua compreensão. Dessa forma, para o entendimento de uma parte, é preciso entender o todo em que o conceito está imerso.

O *frame*, para Lakoff (2007 [2004]), é uma estrutura conceitual do pensamento e que constroi a nossa forma de ver o mundo. Ele dá, como exemplo, a palavra elefante que é um *frame* que evoca a imagem de um elefante e o que já se sabe sobre esses animais.

Dessa forma, o *frame* de elefante inclui um animal muito grande, orelhas grandes e flexíveis etc., e qualquer uma dessas características, também, podem evocar o *frame* do elefante. Isso ocorre porque identificamos os *frames* através da linguagem, ou seja, as palavras são determinadas em relação aos *frames* conceituais. Ao ouvirmos uma palavra, o seu *frame* (ou sua coleção de *frames*) é acionado no cérebro.

O conceito apresentado por Lakoff (2007 [2004]) é corroborado por Duque (2015) que compreende *frames* como “mecanismos cognitivos através dos quais organizamos pensamentos, ideias e visões de mundo”. (DUQUE, 2015, p. 26). Uma proposta metodológica para o estudo do *frame* aplicada ao discurso é feita por Duque (2015), tendo como base os estudos da Teoria Neural da Linguagem, na qual os *frames* são compreendidos como circuitos neurais, cujos papéis correspondem aos núdulos desses circuitos (LAKOFF, 2008).

A elaboração de *frames* é de essencial importância para a diferenciação de elementos que não se resumem, apenas, à segmentação de traços semânticos, de uma semântica baseada em valores de verdade. A distinção entre “menino” e “homem”, por exemplo, está além do traço característico da diferença de faixa etária, compreendendo outros aspectos como diferenças comportamentais e físicas, grau de maturidade etc. É possível afirmar, nesse caso, que há um *frame* específico para “menino” e um para “homem”.

Nesse sentido, podemos dizer que a diferença entre “menino”, “garoto”, “rapaz”, “pirralho”, “fedelho”, “moleque” e “guri”, por exemplo, consiste na distinção de *frames* que abrangem várias informações, algumas em comum entre os *frames*, outras específicas de cada um. Tal aspecto demonstra a relevância dos *frames* para a produção de imagens cognitivas, assim como ressalta a importância do estudo de tal aspecto no âmbito da LC.

O conceito de *frame* pode ser utilizado para estabelecer distinções no domínio social de utilização de uma palavra. Em uma cena jurídica, por exemplo, no âmbito da linguagem legal, ou seja, a linguagem de especialidade, o conceito de OFENSA é vinculado, com algumas exceções, ao de CRIME. Todavia, fora desse *frame*, na linguagem geral, está vinculado ao desabono moral. Dessa forma, segundo afirma Fillmore (2009 [1982]), os *frames* estruturam os significados das palavras, e a palavra evoca o *frame*. De acordo com o autor, a partir de uma perspectiva semântica, é possível visualizar os mesmos fatos, partindo de enquadramentos diferentes, enquadramentos que tornam tais fatos, fatos diferentes. Essa definição é relevante, no presente estudo, tendo

em vista que se considera que o mesmo fato, estupro, pode ser conceituado de formas distintas, evocando diferentes *frames*.

O *frame* mantém estreita relação com nossas experiências arquivadas em nossa memória. Vale ressaltar que tal arquivamento diz respeito aos conceitos concretos, que temos internalizados, a partir de experiências com o mundo, com o meio, que servem de estrutura para o pensamento e conceitos abstratos. Nesse sentido, entendemos que o *frame* diz respeito a conceitos presentes na nossa memória de longo prazo.

Dessa forma, como este trabalho busca verificar as formas de conceptualização e categorização do estupro, baseado nos MCIs, apresentados por Lakoff (1987), e, no que diz respeito aos modelos proposicionais, observar a inter-relação entre os domínios cognitivos e os *frames* instanciados a partir das ocorrências, adotamos o conceito de *frames* de Fillmore (2009 [1982]).

Considerando essa perspectiva e por entender que os domínios são estruturas conceptuais mais esquemáticas do que os *frames*, conforme afirma Kövecses (2017) e pontua Almeida (2021) ao citar o referido autor, destacando que “enquanto os domínios são mais esquemáticos, os *frames* possuem menor esquematicidade, envolvem mais informações conceptualmente específicas” (ALMEIDA, 2021, p. 372), decidimos organizar o nosso estudo a partir dos domínios verificados nas ocorrências, por envolver informações mais gerais, e discorreremos sobre os *frames* acionados em cada um deles, por apresentarem informações mais específicas, nos termos de Kövecses (2017).

Ademais, considerando que o nosso corpus é composto por textos jornalísticos que compreendem diversos gêneros textuais, que, por sua vez, são capazes de acionar diversos *frames*, entendemos ser necessário, também, para a realização do nosso estudo, tratar sobre a relação entre gênero e *frame*, o que será feito na subseção, a seguir.

1.4.1.4.2 Gênero textual e *frame*

Os textos jornalísticos que constituem o corpus do estudo apresentado nesta Tese correspondem a unidades de mensagem que se agrupam em classes, mais conhecidas como gêneros, extensão que é desdobrada em espécies chamadas tipos. A produção dos textos jornalísticos está atrelada a universos culturais e ideológicos, direcionadores das formas e dos conteúdos a que a sociedade tem acesso. (MARQUES DE MELO, 2009).

A compreensão dos gêneros jornalísticos e de suas extensões só tem sentido se fizermos uma análise ampla sobre o que lhes é peculiar, ou seja, os suportes e as

engrenagens que permitem o fluxo das mensagens concebidas, produzidas e difundidas, o que inclui, evidentemente, os mecanismos de interação com o público, o objetivo do texto, o seu agente produtor, a época de produção, a sociedade, a cultura e a ideologia dominante.

Para Bakhtin (1986 [1895-1975], p. 60), gêneros são "tipos relativamente estáveis de expressões linguísticas desenvolvidas em situações comunicacionais específicas, que se refletem na forma, no conteúdo e na estrutura". Segundo o autor, os gêneros comunicacionais podem ser estilísticos e orgânicos. Os estilísticos representam formas de expressão, sejam elas individuais ou coletivas; já os orgânicos, se caracterizam pela "adequação funcional às diferentes esferas da atividade humana" (BAKHTIN, 1986 [1895-1975], p.60), tais como a produção científica, os documentos empresariais ou, mesmo, as matérias jornalísticas.

Seguindo essa perspectiva, Bakhtin propôs uma classificação que contempla duas categorias de gêneros: primários, ou seja, os gêneros da comunicação oral (conversas de salão, conversas familiares, diálogos filosóficos, diálogos sociopolíticos etc.), e secundários, pertencentes ao universo da comunicação escrita (poema, artigo, notícia etc.). Integrando o grupo dos secundários, os gêneros jornalísticos pertencem, ainda, a uma categoria mais ampla, a dos gêneros midiáticos, cuja configuração é determinada por suportes tecnológicos (meios de comunicação) que condicionam o uso dos códigos de expressão linguística.

Nos textos jornalísticos, independente do gênero, o que encontramos é o uso da linguagem por meio da reutilização de suas próprias características para a construção de sentidos. Em outras palavras, é a prática da metalinguagem, ou seja, o uso da linguagem para explicar a própria linguagem que está a serviço da produção de conteúdo nos mais diversificados cenários. Não podemos deixar de considerar a existência de um jogo de linguagem entre os produtores de informação e o público que se almeja alcançar.

De acordo com Duque (2016), o jogo de linguagem, dentro da perspectiva ecológica, é uma negociação de sentido que "necessita de um grupo de indivíduos (pelo menos dois), um contexto e um propósito comunicativo, de modo que recursos pragmáticos façam parte do processo desde o início" (DUQUE, 2016, p. 164). Esse jogo de linguagem, na esfera dos textos jornalísticos, ancora novas perspectivas e conceitos e conduz a construção de sentido do leitor, a partir de indexadores linguísticos que ativam determinados *frames* e ideias, tendenciosamente, apresentados. Segundo o autor, *frames* não apenas guiam a conceptualização, mas orientam a construção de novos *frames*,

remodelam os já existentes e até desconstróem outros, destruindo a estruturação conceptual prévia (DUQUE, 2016). É nesse contexto que os textos jornalísticos são produzidos, considerando que apresentam um jogo de linguagem com estruturas conceptuais intencionalmente produzidas, tendo em vista atingir um público específico e conduzir a sua construção de sentido.

Consideramos que esse processo de manipulação e direcionamento de sentido, também, diz respeito à construção dos *frames*, tendo em vista que são modelos conceptuais que desenvolvemos para dar sentido ao mundo ao nosso redor. No jogo de linguagem, pensamos e temos conceitos sobre as coisas que não condizem, necessariamente, com as do nosso interlocutor. No que concerne aos textos jornalísticos, os seus produtores têm consciência do jogo de linguagem que precisam para permitir que os *frames* do público alvo sejam os mesmos por eles propostos. Tal produção de sentido é amplamente ecológica, segundo Duque (2016), pois leva em consideração, além do jogo de linguagem, o entorno para a construção de sentido, além de emergirem geo-sócio-historico-culturalmente e política-ideologicamente.

Entendemos que isso permite a concepção diferenciada dos conceitos, objetivando o convencimento das ideias do outro. Para tanto, são fornecidos não apenas itens lexicais para a leitura, mas, também, julgamentos de valor, intencionalidade, cenários mentais e, até mesmo, cargas emocionais e estados de espírito. Isso foi observado no estudo do nosso corpus, em que a ideologia patriarcal, que estrutura a construção geo-histórico-social-cultural-político-ideológica de subjugação feminina, é expressa através da compreensão da mulher como o sexo frágil; ou, através da sua “coisificação”, em que o seu corpo pode ser possuído, invadido, usurpado ou tomado, como algo que não lhe pertence; e, ainda, pela sua culpabilização, em virtude das roupas que usa, dos horários que sai, dos lugares que frequenta ou da sua conduta. Essas compreensões parecem autorizar ou licenciar a violência sexual e se materializam em diferentes instanciações na língua, mais especificamente, nos textos jornalísticos, no caso desta Tese, que descortinam a ideologia dominante sublimada nesses textos.

No estudo do nosso corpus, verificamos a proeminência de textos informativos e, também, de alguns textos opinativos, criados a partir de diferentes gêneros. A intencionalidade desses textos está atrelada ao gênero utilizado, assim como ao jogo de linguagem estabelecido pelo produtor do conteúdo que, além de projetar a mensagem pretendida, fornece elementos conceptuais que apontam para a sua compreensão de mundo, através dos indexadores linguísticos utilizados e *frames* acionados. Por outro

lado, propicia ao leitor uma construção de sentido que pode ser a intencionalmente pretendida ou não e que será produzida a partir do conhecimento enciclopédico do leitor/conceptualizador.

Até aqui apresentamos os aportes teóricos que serviram de fundamentação para o presente estudo, a fim de nos subsidiar na investigação da conceptualização do estupro, a partir da teoria dos MCIs e da SCSH.

Na próxima subseção, trataremos sobre o gênero textual e sobre o domínio discursivo jornalístico, fonte dos textos eleitos como material investigativo para a pesquisa que realizamos. Inicialmente, retomaremos a discussão sobre gênero e discorreremos sobre domínio discursivo. Na sequência, apresentaremos o domínio discursivo jornalístico e abordaremos, de forma breve, a história da imprensa no Brasil. Em seguida, trataremos sobre a estrutura, a forma e os gêneros textuais encontrados nos textos integrantes do nosso corpus.

1.5 GÊNEROS TEXTUAIS E DOMÍNIO DISCURSIVO

As atividades que desenvolvemos, cotidianamente, são permeadas pela linguagem. A sua forma de utilização é definida pelos papéis sociais que ocupamos, pelas relações que estabelecemos e pelo objetivo da comunicação, sendo materializada através dos textos produzidos a partir de diferentes gêneros textuais. Dessa forma, os textos materializam e os gêneros organizam as práticas sociais de linguagem exercidas pelos seres humanos. Nesse sentido, Marcuschi pontua que

A circulação dos gêneros textuais na sociedade é um dos aspectos mais fascinantes, pois como a própria sociedade se organiza em todos os seus aspectos[...] os gêneros são a manifestação mais visível desse funcionamento que eles ajudam a constituir, envolvendo crucialmente a linguagem, atividades enunciativas, intenções e outros aspectos. (MARCUSCHI, 2006, p.30)

Ainda, segundo o referido autor, os gêneros textuais são dinâmicos e maleáveis e podem ser adequados às atividades, necessidades e inovações sócio-culturais, o que possibilita a existência de uma variedade deles, sendo, dessa forma, praticamente impossível apresentar uma classificação fixa. A esse respeito, Bakhtin afirma:

A riqueza e diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo. (BAKHTIN, 2003, p. 262)

Assim, por estarem diretamente relacionados às atividades humanas, os gêneros textuais devem ser vistos como produtos cognitivos das ações sócio-culturais. Nesse sentido, as atividades comunicativas, permeadas pela tecnologia através de veículos, como televisão, rádio, telefone e internet, por exemplo, propiciam o surgimento de formas de comunicação inovadoras (e-mail, bate-papos virtuais, teleconferências etc.) e, por conseguinte, de gêneros textuais, também, novos.

De acordo com Fiorin (2006), os gêneros são meios de apreender a realidade, pois os diferentes modos de interação, além de implicarem no aparecimento de novos gêneros, favorecem a alteração dos já existentes. Diante disso, podemos considerar que a maleabilidade e adaptabilidade dos gêneros textuais possibilita a sua caracterização não apenas pela forma, mas, também, por meio de aspectos sócio-comunicativos e funcionais. Assim, em muitos casos, o gênero será determinado pela forma, em outros, pela função, ou, ainda, pelo suporte ou ambiente em que os textos aparecem, de acordo com Marchuschi (2005), que exemplifica:

Suponhamos o caso de um determinado texto que aparece numa revista científica e constitui um gênero denominado "artigo científico"; imaginemos agora o mesmo texto publicado num jornal diário e então ele seria um "artigo de divulgação científica". É claro que há distinções bastante claras quanto aos dois gêneros, mas para a comunidade científica, sob o ponto de vista de suas classificações, um trabalho publicado numa revista científica ou num jornal diário não tem a mesma classificação na hierarquia de valores da produção científica, embora seja o mesmo texto. (MARCHUSCHI, 2005, p. 21)

A situação exemplificada por Marchuschi (2005) foi observada no nosso estudo, considerando que encontramos leis, processos e outros documentos jurídicos trasladados no jornal investigado.

Ao tratar sobre a concepção de gêneros como práticas sócio-históricas, Marchuschi (2008) destaca que

Gênero textual refere os textos materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais são textos que

encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. Em contraposição aos tipos, os gêneros são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas constituindo em princípio listagens abertas. (MARCUSCHI, 2008, p. 155)

Nesse sentido, os tipos estão em contraposição aos gêneros. Assim, o tipo corresponde a uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição, categorizando-se em narração, descrição, exposição, argumentação e injunção. Já o gênero diz respeito a textos materializados que utilizamos no dia-a-dia e que possuem características sócio-comunicativas definidas por conteúdo, propriedades funcionais, construção composicional e estilo. O texto, por sua vez, é a entidade concreta, realizada materialmente e corporificada em algum gênero textual, constituindo-se em práticas discursivas nas quais estão inseridos contexto, história, historicidade e ideologia.

Nesse sentido, os gêneros constituem práticas discursivas relacionadas às esferas sociais e de produção discursiva em que se apresentam, constituindo os domínios discursivos. De acordo com Marchuschi (2005),

Esses domínios não são textos nem discursos, mas propiciam o surgimento de discursos bastante específicos. Do ponto de vista dos domínios, falamos em discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso etc., já que as atividades jurídica, jornalística ou religiosa não abrangem um gênero em particular, mas dão origem a vários deles. Constituem práticas discursivas dentro das quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que, às vezes, lhe são próprios (em certos casos exclusivos) como práticas ou rotinas comunicativas institucionalizadas. (MARCHUSCHI, 2005, p. 22)

Dessa forma, diante do exposto e tendo em vista o corpus estudado, consideramos que os textos que o integram fazem parte do domínio discursivo jornalístico e correspondem a diferentes gêneros textuais, conforme veremos na sequência. A seguir, trataremos sobre o referido domínio discursivo.

1.5.1 O domínio discursivo jornalístico

A imprensa abrange vários veículos comunicativos que exercem poder persuasivo sobre as sociedades. Sabemos que o jornalismo é uma das vertentes da imprensa e que as

práticas discursivas desenvolvidas em seu âmbito integram o domínio discursivo jornalístico, cuja função prototípica é apresentar os fatos de maneira objetiva e imparcial, desprovida de subjetividade e tendenciosidade. Todavia, apesar de ser caracterizado por tais especificidades, os textos extraídos dessa fonte, comumente, apresentam traços de parcialidade, intencionalmente construída, a fim de atender interesses determinados, conforme já tratado.

Para tanto, os gêneros textuais, por meio de sua funcionalidade e maleabilidade, são estrategicamente utilizados, a fim de cumprir um objetivo específico. É nesse sentido que Marcuschi (2008) salienta que cada gênero possui uma intencionalidade específica e clara dentro de seu contexto de produção.

Assim, considerando o corpus estudado, no âmbito do domínio discursivo jornalístico, verificamos a existência de diferentes gêneros textuais utilizados para atender finalidades diversas, sendo que alguns deles são específicos do domínio discursivo jurídico, ou seja, encontramos, no corpus, gêneros oriundos de dois domínios discursivos distintos, cumprindo uma determinada finalidade.

Nesse sentido, destacamos que consideramos o jornal como um suporte de gêneros textuais e nos termos de Marchuschi (2008), “entendemos aqui como suporte de um gênero um *locus* físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto” (MARCUSCHI, 2008, p. 147). Assim, o jornal *O Estado de São Paulo* se constitui no suporte em que observamos a existência de dois domínios discursivos distintos, o jornalístico e o jurídico, e seus diferentes gêneros. Não observamos, entretanto, a mescla entre esses gêneros, não se constituindo, portanto, em intergenericidade.³³

Isso posto, e tendo em vista que o nosso corpus é constituído por textos jornalísticos produzidos em diferentes séculos e, por conseguinte, em períodos históricos diversificados, caracterizados por peculiaridades sociais e culturais que se refletem na produção dos referidos textos, assim como no conteúdo linguístico por eles veiculados, consideramos relevante realizar uma breve exposição sobre o surgimento da imprensa e a circulação dos jornais no Brasil, para situar o leitor quanto ao desenvolvimento, objetivos e importância atribuída a esse veículo produtor de conceptualizações e para delimitar o domínio discursivo dos gêneros cujos textos constituem o corpus da pesquisa realizada.

³³ A intergenericidade ou intertextualidade intergenérica, denominada também por Marcuschi (2008) de configuração híbrida, é um gênero que toma a forma ou exerce a função de outro.

Dessa forma, passaremos a tratar sobre a imprensa no Brasil, na próxima subseção.

1.5.1.1 Breves considerações sobre a imprensa no Brasil

A imprensa brasileira foi criada, apenas, em 1808, com a chegada da Corte Portuguesa através da implantação da Imprensa Régia e da Biblioteca do Rei. Antes disso, a metrópole proibia a circulação de livros e periódicos principalmente pelo receio da propagação de ideias contrárias a Corte. O primeiro jornal impresso no Brasil foi a Gazeta do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1808, todavia três meses antes havia sido impresso em Londres, idealizado por Hipólito da Costa, o *Correio Braziliense*.

A imprensa brasileira, aos poucos, passou a conquistar sua liberdade de expressão e os periódicos se disseminaram no país, atuando ativamente nos debates políticos, econômicos e sociais, por exemplo, a Independência do Brasil (1822), a Abolição dos Escravos (1888) e a Proclamação da República (1889), assim como na produção literária que ocupava algumas colunas dos jornais diários, atuando na divulgação de autores locais e regionais.

Esse período, para Filho (2000),

É a época de ebulição do jornalismo político-literário, em que as páginas impressas funcionam como caixa acústica de ressonância, programas político-partidários, plataformas de políticos, de todas as ideias. É época em que o jornal se profissionaliza: surge a redação como um setor específico [...] Nessa época do jornalismo literário, os fins econômicos vão para segundo plano. Os jornais são escritos com fins pedagógicos e de formação política. (FILHO, 2000, p. 11-12).

No final do referido século, sem ignorar a importância do discurso político, o jornalismo começou a incorporar outros assuntos e a explorar novos gêneros textuais como notas, reportagens, entrevistas e crônicas. De acordo com Traquina (2005), muitos fatores sociais colaboraram para a expansão do jornalismo, sobretudo a escolarização da sociedade e o processo de urbanização, intensificando o crescimento de futuras metrópoles.

Seria, principalmente, nas últimas décadas do século XIX, surpreendida pela turbulência das transformações sociais, que a cultura letrada e a imprensa começariam decididamente a avançar para além das elites tradicionais. Nessa época, em ritmo acelerado, no compasso de um modo de vida que exporta capitais e invade, rapidamente,

inúmeros espaços do planeta, a história da formação das metrópoles brasileiras multiplica o tempo e a experiência social. (CRUZ, 2000, p. 42).

No século XX, a imprensa adquire novas perspectivas: o valor de troca – venda de espaço para a publicidade – torna-se prioridade em relação ao valor de uso – parte noticiosa – conforme Filho (2000). Neste século, a imprensa designa-se como uma grande empresa³⁴ que visava ao lucro, à publicidade e aos anunciantes e, por consequência, a literatura ocupava esporadicamente suplementos e cadernos literários. A partir dos anos 1960, os jornalistas começaram a se especializar de acordo com essas editorias, considerando as afinidades com temas que habitualmente costumavam cobrir ou que abordavam com maior facilidade. Essa tendência de especialização incentivou os repórteres a escreverem para públicos específicos.

A expansão da imprensa, também, foi impulsionada pela liberdade, por meio da conquista de direitos fundamentais e da democracia como nova forma de governo. Os jornais passaram a ser reconhecidos como um meio de denunciar as mazelas e injustiças sociais. Desse modo, o jornalismo passou a figurar como um aliado da sociedade e a ser considerado como o Quarto Poder (SODRÉ, 1999).

Já no século XXI, vivemos uma nova revolução no jornalismo devido à era da informação e do conhecimento, que exige uma série de novas transformações e adaptações dos antigos meios de comunicação ao mesmo tempo em que abre novas perspectivas, como o jornalismo *on-line*. Isso fez surgir a necessidade de utilização de novas tecnologias nas práticas comunicativas, tendo em vista o surgimento de demandas emergentes, tais como: a interatividade, a instantaneidade e a convergência midiática.

Nessa era digital, o jornalismo depara-se com grandes transformações na sociedade: o cidadão participa da produção da notícia, o jornalista enfrenta diversas alterações em sua área de atuação e, em consequência, o conteúdo da notícia sofre modificações. As transformações sociais que se refletem no jornalismo obedecem à lógica de produção no âmbito de conglomerados multimídia inseridos no mercado com a estrutura do capitalismo transnacional. Essas empresas que produzem conteúdos jornalísticos possuem a capacidade de, mesmo quando fazem dele um produto de sucesso, reduzir o caráter social do jornalismo. Em outras palavras, as empresas de comunicação, visando a

³⁴ Conforme Maria Eleutério (2008) com a República Velha (1889 – 1930), a imprensa se diversificou em relação ao conteúdo e à forma. Neste período, a imprensa contou com novas tecnologias, como por exemplo, o uso de fotografias nas matérias, ocorreu um aumento nas tiragens, melhorou a qualidade do papel, barateou o custo da impressão, entre outros fatores que contribuíram para a imprensa tornar-se uma grande empresa.

atrair mais leitores e, também, mais publicidade, parecem construir as notícias para atenderem ao gosto do cliente, no que diz respeito às suas sensações e expectativas imediatas.

Além disso, o jornalismo da era digital precisa lidar com a velocidade da informação, que é responsável pela dificuldade de profundidade nas matérias jornalísticas e as torna mais superficiais e descontextualizadas. Ademais, com essa facilidade de produção e divulgação, as notícias falsas ou mal apuradas, as *fake news*, passaram a ser uma ameaça presente e constante. Dessa forma, para garantir a veracidade do conteúdo veiculado, foram desenvolvidos os sites de verificação da validade da informação.

Assim, com a expansão do poder de comunicação, surge, como um grande desafio para o jornalismo do século XXI, a tarefa de seleção da informação e da preservação da credibilidade do interlocutor.

Após a breve apresentação sobre o percurso de desenvolvimento da imprensa, na sequência, discorreremos sobre a estrutura do jornal, suas partes e seções, bem como os seus gêneros textuais.

1.5.1.2 Gêneros do domínio discursivo jornalístico

Considerando o percurso de desenvolvimento da imprensa brasileira e, por conseguinte, dos jornais por ela produzidos, observamos que o seu conteúdo, tanto no que diz respeito ao material linguístico apresentado, quanto à sua forma, sofreram mudanças no decorrer do tempo.

Partindo do pressuposto de que a função do jornal é, basicamente, a comunicação e o compartilhamento de informações, entendemos que a forma como ele é estruturado objetiva garantir que essa função seja cumprida de maneira eficaz. Por isso, em um jornal, há várias sessões que abrigam textos de diversos gêneros que, por sua vez, possuem algumas características comuns a todos eles, enquanto há outras que servem para distinguí-los.

No que diz respeito ao jornal *O Estado de São Paulo*, fonte dos textos que constituem o nosso corpus, observamos que esse veículo de comunicação apresentou variações na sua estruturação no decorrer do tempo. As edições do referido jornal, no século XIX, denominado na época de *A Província de São Paulo*, apresentavam poucas páginas que eram constituídas, normalmente, pelas seguintes seções: Seção livre; Seção científica; Seção econômica; Seção judiciária; Letras e artes; Noticiário; Avisos e anúncios.

No decorrer do século XX, o jornal ampliou o número de páginas e seções, incorporando, também, às suas edições, os cadernos, assim como modificou a apresentação, passando a utilizar imagens coloridas, gráficos e efeitos visuais que buscavam despertar a atenção do leitor. Já no século XXI, o destaque fica por conta das edições virtuais do jornal e da diversidade de informações, propagandas e serviços que são oferecidos e divulgados nas suas páginas, sejam elas físicas ou virtuais.

No que concerne ao material linguístico veiculado, não nos ateremos a questões ortográficas ou gramaticais que caracterizam cada época, tendo em vista não ter sido esse o nosso objetivo neste trabalho. Nos ocupamos, assim, em observar os gêneros textuais produzidos, considerando que o jornal é constituído por uma diversidade deles, os quais possibilitam compreensões diversas, a partir de diferentes perspectivas e, por isso, verificar a conceptualização/categorização do estupro, em cada um desses gêneros, tornou-se importante para o nosso estudo.

Nesse sentido, entendemos que o gênero é constituído por certos elementos que podem ser concebidos como formas de expressão por meio de textos, programas e materiais com diferentes características, que originam produções diferenciadas denominadas de formato. Os formatos midiáticos são variantes dos gêneros, estando a eles subordinados, ao mesmo tempo em que se desenvolvem segundo suas lógicas internas, próprias e multiplicam potencialidades. São, em resumo, o instrumento – a forma – que produtores de conteúdo adotam para se manifestar e para fazer circular textos elaborados em harmonia com circunstâncias distintas. O gênero artigo, no Jornalismo, por exemplo, é produzido a partir do momento em que se pretende ter uma apreciação do texto opinativo, cuja finalidade é avaliar os acontecimentos.

Segundo Beltrão (2006), os tipos de textos jornalísticos (informativo, opinativo, interpretativo, diversional, utilitário) tem o papel de suprir a necessidade social. O surgimento e/ou a consolidação do gênero dos textos jornalísticos são sempre respostas às demandas sociais evidenciadas em momentos históricos datados, especialmente em períodos de crise ou de profundas transformações (ASSIS, 2010).

Marques de Melo (2009) propõe uma categorização para a distribuição dos tipos e gêneros textuais, fundamentada "em observações empíricas do jornalismo brasileiro no quinquênio 2002-2007" (MARQUES DE MELO, 2009, p.35), conforme apresentamos a seguir:

1. Informativo (Nota, Notícia, Reportagem, Entrevista);

2. Opinativo (Editorial, Comentário, Artigo, Resenha, Coluna, Caricatura, Carta, Crônica);
3. Interpretativo (Análise, Perfil, Enquete, Cronologia, Dossiê);
4. Diversional (História de interesse humano, História colorida);
5. Utilitário (Indicador, Cotação, Roteiro, Serviço).

No nosso corpus, verificamos a ocorrência de alguns dos gêneros apresentados e de outros que não aparecem na categorização proposta por Marques de Melo (2009), a saber: reportagem, entrevista, notícia, artigo, carta, comentário (gêneros citados pelo referido autor) e depoimento (característico do nosso corpus) que fazem parte do domínio discursivo jornalístico; e, os gêneros, processo judicial, petição, projeto de código penal, código penal, autos de processo, habeas corpus, certidão e ata (gêneros característicos do nosso corpus), que fazem parte do domínio discursivo jurídico.

Faremos, a seguir, uma breve abordagem sobre os gêneros apresentados, destacando as suas principais características e finalidades. Salientamos que essa sucinta caracterização tem por objetivo situar o leitor quanto às especificidades desses gêneros textuais nos períodos estudados, considerando que a estruturação linguística, apresentada em cada um, traz intencionalidades e vivências que, sublimadas ou não, possibilitam diferentes compreensões, as quais são permeadas pelas experiências dos conceptualizadores e pela influência do contexto social, cultural e linguístico, nos termos de Kövecses (2010).

Assim, passemos à descrição. Iniciemos pelo gênero reportagem.

I - Reportagem

A reportagem é um gênero textual com características próprias e que tem por objetivo transmitir informações para os leitores. É marcada por uma estrutura textual maior e mais detalhada. Normalmente, o tema abordado é apresentado de forma abrangente, citando-se fontes, entrevistas e outras informações obtidas através de pesquisas. Apesar de ser predominantemente informativa, a reportagem também pode apresentar aspectos opinativos, refletindo o juízo de valor do repórter (FERRARI; SODRÉ, 1986).

II - Entrevista

A entrevista é um dos gêneros textuais com função, geralmente, informativa, marcado pela oralidade e produzido por meio da interação entre duas ou mais pessoas. Possui uma função social muito importante, sendo essencial para a difusão do conhecimento, a formação de opinião e o posicionamento crítico da sociedade.

Tem como objetivo propor um debate sobre determinado tema, sendo o discurso direto a sua principal característica, ou seja, as palavras proferidas pelo entrevistado e o entrevistador são transcritas de maneira fidedigna e, portanto, pode haver muitas marcas de oralidade bem como observações (geralmente entre parênteses) que descrevem as ações de ambos, por exemplo, risos (SOUZA, 2010).

III - Notícia

De acordo com Lustosa (1996, p. 17), “notícia é a técnica de relatar um fato” ou, ainda, “notícia é o relato do fato, não o fato”. Esse relato, entretanto, implica em uma abordagem própria que, além de descrever fatos que emocionem o leitor, precisa despertar seu interesse.

Segundo Lage (1999, p. 30), “a notícia só é notícia se trazer informação. Do contrário, ela é um relato do nada”. Essa informação é transformada em notícia através da redação jornalística que segue a estrutura característica do gênero, além de observar aspectos sóciohistóricos e culturais pertencentes à esfera em que esse gênero circula.

A notícia tem por objetivo apresentar fatos de forma ágil e imediata, por isso o conteúdo a ser informado é breve e não requer grandes pesquisas ou tempo de elaboração. Por sempre estar relacionada a fatos recentes, a relevância da notícia é temporária e expira em pouco tempo, devendo a matéria ser feita de forma direta e em poucos parágrafos (LUSTOSA, 1996).

IV - Artigo

No jornalismo, o artigo é considerado um texto de natureza opinativa, mais do que informativa, que é publicado e veiculado em uma seção específica do jornal. Os autores frequentes de artigos são denominados articulistas. É comum que em jornais impressos, pessoas públicas da sociedade (especialistas, intelectuais, autoridades) sejam

convidadas para escreverem artigos sobre determinados temas, por isso, normalmente, os articulistas não são jornalistas.

Os artigos contêm comentários, análises, críticas, contrapontos, e, às vezes, ironia e humor. Muitas vezes, não refletem, necessariamente, a opinião do jornal e as empresas costumam não assumir responsabilidade por eles, já que são os próprios articulistas quem assinam o texto (GAGLIARDI; AMARAL, 2009).

V - Comentário

O comentário é um conjunto de observações que uma pessoa pode fazer sobre um determinado fato, assunto ou acontecimento. Essas observações funcionam como um parecer ou uma análise mais técnica ou crítica, mas elas também podem ser feitas com base em interpretações próprias, acerca do tema, ou seja, comentários opinativos.

O comentário também pode conter dados inéditos ou indicações sobre um tópico relacionado aquele assunto em questão (SILVA, 2014).

VI – Depoimento

O depoimento é um gênero textual que traz narrativas de fatos reais vividos por uma pessoa. Pode ser um documento jurídico, quando corresponder a um depoimento oficial, prestado em lugares específicos e a pessoas com legitimidade para tal, assim como pode, também, ser produzido de forma particular e por vontade própria, sem finalidade jurídica, apenas como um meio de expor situações ocorridas na vida de alguém. (KEMIAC, 2008)

VII - Carta

A carta é uma modalidade de escrita conhecida desde a Antiguidade até os dias atuais, assumindo, agora, outros suportes, a exemplo do e-mail. No período do Império brasileiro, a escrita de cartas nos jornais representou, na sociedade da época, uma forma de marcar o seu lugar ao expor queixas, dúvidas, opiniões e indagações sobre diversos assuntos.

O gênero epistolar adota diversas formas no jornal, servindo para comunicar algo a alguém, reclamar, solicitar, solucionar algum problema, agradecer, anunciar ou ofertar

trabalho e para tantos outros fins. No século XIX, as pessoas utilizavam a imprensa como meio de comunicação com o outro ao seu redor e era por meio da carta publicada no jornal que esse discurso era selado (SOUTO MAIOR, 2001).

Concluímos, assim, a apresentação dos gêneros integrantes do domínio discursivo jornalístico. Encontramos no corpus, todavia, vários textos concernentes à esfera jurídica no século XIX, conforme já destacado, que correspondem a diferentes gêneros textuais, por isso, optamos por agrupá-los, para estudo, no domínio discursivo jurídico, conforme veremos na sequência.

1.5.1.3 Gêneros do domínio discursivo jurídico

O domínio discursivo jurídico é caracterizado por práticas discursivas que dão origem a diferentes gêneros textuais que lhes são próprios ou específicos como rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradoras de relação de poder.

De acordo com a sua função e natureza, esses gêneros se diferenciam em grupos e classes. Sua estrutura, elementos internos e externos determinam sua diversidade e vão ao encontro da função realizada pelos mesmos nas diferentes sociedades. (MARCUSCHI, 2003).

No nosso corpus, encontramos os seguintes gêneros textuais integrantes do domínio discursivo jurídico: processo judicial/autos de processo, petição, *habeas corpus*, projeto de código penal/código penal, certidão e ata, conforme já apresentado. Vejamos, brevemente, cada um deles:

I- Processo judicial / Autos de processo

Um processo pode ser definido como um instrumento legal que objetiva eliminar conflitos através da justiça, por meio da aplicação das fontes do direito brasileiro, tendo como pilares a lei e a jurisprudência. O processo judicial necessita de agentes que são denominados de sujeitos de um processo judicial. Para que seja formado e julgado, devem haver, inicialmente, três sujeitos envolvidos, a saber: o autor do processo, o acusado, o Juiz.

Com a instauração, o mesmo deverá tramitar pelas fases de um processo judicial que, costuma ocorrer nas seguintes etapas: Petição Inicial, Citação do Réu, Contestação,

Audiência de Conciliação, Especificação de Provas, Produção de Provas (perícia), Audiência e Sentença.

Os Autos de Processo são as peças constitutivas de um processo, tais como as petições, termos de audiências, certidões (CINTRA, 2002).

II- Petição

Como visto, a petição corresponde a uma das fases do Processo Judicial, sendo, também, um dos Autos do Processo, ou seja, é um dos documentos jurídicos que o constituem. Pode ser definida como o ato processual escolhido pelo direito para dar início ao andamento processual e deve ser instaurado pela parte que busca determinado bem jurídico tutelado em lei (CINTRA, 2002).

III- *Habeas-corpus*

A expressão *habeas corpus* significa apresente o corpo. Ele é uma garantia constitucional que tutela a liberdade de locomoção do ser humano. Assim, corresponde a um dos remédios constitucionais, como são chamados os instrumentos que visam a garantir algum direito fundamental do indivíduo. De acordo com o art. 5º, LXVIII, da Constituição Federal de 1988, “conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder”.

Em outras palavras, o *habeas corpus* é uma forma de prevenir ou anular a prisão arbitrária, feita por motivos outros que não o estrito cumprimento da lei (FERREIRA FILHO, 1999).

IV - Código Penal / Projeto de Código Penal

É o conjunto de normas jurídicas que regulam o poder punitivo do Estado, definindo crimes e a eles vinculando penas ou medidas de segurança. A função do Código Penal é a proteção de bens jurídico-penais, que derivam da Constituição da República: a vida, a liberdade, o patrimônio, o meio ambiente, a incolumidade pública, formam, por exemplo, o rol de valores, interesses e direitos que, elevados à categoria de bens jurídico-penais, constituirão o objeto de proteção do Direito Penal. Pensemos em penas como espécies de

punições para as condutas que os legisladores entenderam como sendo ofensivas à ordem pública e social, ou seja, é interesse e obrigação do Estado punir as pessoas que vierem a cometer algum crime.

Para a consolidação de um Código Penal, é necessário construir, previamente, um projeto desse Código, que corresponde a sua versão inicial, que poderá sofrer alterações, emendas ou supressões antes de ser aprovado e sancionado (DELMANTO, 2000).

V- Certidão

É o instrumento escrito, passado pelo registrador, que afirma ato ou fato constante de seus registros ou informa sua inexistência, como elemento de prova. Em outras palavras, é uma declaração, feita por escrito, que objetiva comprovar ato ou assentamento constante de processo, livro ou documento que se encontre em repartições públicas. A certidão pode ser de inteiro teor - transcrição integral, também chamada traslado - ou resumida, desde que expresse, fielmente, o conteúdo do original. A ação de certificar é assegurada a quem a lei atribui tal função para asseverar uma certeza juridicamente relevante. (CENEVIVA, 2010). A certidão, conforme tratado anteriormente, se constitui em um dos tipos de autos de processo.

VI – Ata

É um documento que possui valor jurídico e tem como intencionalidade ou objetivo a realização de registros de ideias, informações e decisões tomadas por uma coletividade. Trata-se de um documento de caráter formal e que pode gerar efeitos jurídicos (MEDEIROS, 2006).

Concluída a apresentação sobre a estrutura do texto jornalístico e os gêneros que o constituem, trataremos, a seguir, sobre as considerações metodológicas para realização do nosso trabalho e os procedimentos de coleta e estudo das ocorrências.

2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS DA PESQUISA

A atividade de pesquisa, a nosso ver, constitui-se em um labor científico mediado pelo tempo, considerando que todas as etapas de sua execução são determinadas por demarcações temporais fixadas pela instituição de formação do conhecimento à qual está vinculado o pesquisador. Por outro lado, a temporalidade incide, também, sobre o fazer científico, compreendendo aproximações, distanciamentos, descobertas e reavaliações de métodos e teorias. Entendemos que esse refazer-se acontece, no decorrer de todas as etapas que constituem a formação acadêmica e acompanha o pesquisador por toda sua trajetória científica, determinando os caminhos de pesquisa que irá percorrer. Tais releituras e reanálises pressupõem que a construção científica seja contemplada com avanços progressivos, o que ocorre lentamente.

Podemos observar que parte da produção científica disponível se constitui dos mesmos construtos teórico-metodológicos e carecem de inovação, mesmo sendo inquietantes as incansáveis e incessantes tentativas de linguistas em desvelar aos olhos atentos e curiosos de estudantes, professores e pessoas interessadas no estudo dos fenômenos da linguagem, os detalhes, minúcias e particularidades das transformações ocorridas nas línguas. Nesse sentido, são inquietantes por serem encontradas em apenas uma parcela da produção linguística disponível, construções teórico-metodológicas inéditas e inovadoras que abordam, tratam e explicam o fenômeno da linguagem sobre o qual se debruça o pesquisador.

Quanto à outra parcela das pesquisas desenvolvidas, não querendo minimizar a sua importância, visto que trazem contribuições fundamentais em diferentes aspectos da investigação linguística, ressalvamos a reiterada repetição teórica e o resgate de afirmações proferidas por renomados pesquisadores, atenuando, dessa forma, a atuação do autor na construção do raciocínio teórico-metodológico próprio, inibindo a possibilidade do surgimento de novas formas de pensar e de teorizar linguisticamente. Isso é o que Morin (1998) denomina *imprinting*, ou seja, são os determinismos culturais responsáveis pela normalização, invariância e reprodução das ideias na vida e da vida dos indivíduos.

Essa utilização de teorias e metodologias já consolidadas norteia e fundamenta os estudos e deve ser adotada como aporte para a construção de novas reflexões e novas acepções acerca do fazer linguístico e não, apenas, como repetição com a finalidade de reafirmar as constatações do autor, já afirmadas, anteriormente, por outros linguistas.

Essa repetição de discursos coloca o pesquisador em uma situação de inércia teórica, pois o fazer científico requer esforço cognitivo e a busca por respostas e alternativas outras que preencham as lacunas deixadas por construções teóricas e metodológicas, anteriormente, dadas.

Tomando essa inquietação como chave analítica e considerando as discussões existentes acerca do fazer metodológico em LC e em SCSH, buscamos, nesta seção, apresentar o roteiro metodológico adotado para a realização do nosso estudo.

A princípio, apresentamos a motivação que originou esse estudo e descrevemos o seu contexto de condução, detalhando os elementos que o constituem. Em seguida, realizamos uma reflexão sobre os caminhos teóricos e metodológicos do fazer científico. Tratamos, a seguir, da natureza deste trabalho, um estudo qualitativo de dados oriundos de textos jornalísticos, bem como discorremos acerca de questões metodológicas no âmbito da SCSH, das características do tipo de abordagem adotada e expomos as justificativas para sua aplicação neste trabalho. Apresentamos o corpus de pesquisa, a sua contextualização e os motivos pelos quais optamos por sua utilização. E, por fim, descrevemos os procedimentos de coleta e de estudo dos dados.

2.1 CONCEPTUALIZAÇÕES DO ESTUPRO, POR QUÊ? – O OBJETO DE PESQUISA

Sabemos que o trabalho de pesquisa é complexo e os obstáculos já se instauram na busca e definição do objeto de estudo. Diante de uma diversidade de possibilidades, várias já, exaustivamente, estudadas, eis que nós, pesquisadores, nos encontramos diante da questão que será a gênese do nosso trabalho: a definição do nosso objeto de pesquisa.

Entendemos que o conhecimento teórico aliado ao olhar atento e investigativo para a linguagem são fundamentais no estabelecimento e delimitação do objeto a ser estudado, na escolha da perspectiva teórico-investigativa e metodológica que conduzirá o desenvolvimento do trabalho.

Essa condução teórica consiste no embasamento científico a que iremos recorrer para direcionar e respaldar a nossa pesquisa, para, a partir das contribuições já consolidadas por outros linguistas, construir o nosso olhar e as nossas possibilidades de investigação e explicação para o fenômeno da linguagem em estudo. Salientamos, mais uma vez, que não devemos restringir as nossas conclusões a apenas repetições de constatações já realizadas, anteriormente, mas buscar respostas para as lacunas deixadas

por estudos progressos e construirmos, a partir delas, explicações teóricas, possibilidades metodológicas e abordagens analíticas legítimas.

Assim, a partir dessas considerações e tendo por base os estudos da LC, em especial, da SCSH, que buscam compreender as relações entre os fenômenos linguísticos e o processamento cognitivo humano, ecologicamente, situado, nos voltamos nesse estudo para a questão da significação, mais precisamente, para as formas de compreensão, ou seja, para as conceptualizações.

Compreendemos que a construção do significado se constitui em um processo individual, cognitivo e, também, espacial, social, cultural e histórico, sendo a confluência de todas essas dimensões que produzirá compreensões diversificadas de uma mesma palavra, de um mesmo texto ou de um mesmo fato, ainda que em contextos idênticos. Dessa forma, observamos que a investigação das conexões estabelecidas entre o cognitivo e o contexto no processo de conceptualização, realizado através de diferentes mecanismos, por exemplo, a metáfora e metonímia, é um objeto que carecia de maiores explicações.

Nesse sentido, empreendemos um estudo acerca das conceptualizações/categorizações do estupro em textos publicados em jornais, conforme já informado, por esse veículo de informação apresentar situações diversificadas da realidade, além de ser incontestável a sua relevância como importante fonte de registro histórico, pois, uma vez que atua como mediador da relação entre o sujeito e o mundo, influencia na forma e conteúdo do conhecimento veiculado, a partir de um ponto de vista geo-sócio-histórico-cultural-político-ideológico determinado.

Consideramos que essa afirmação pode ser constatada, através da diversidade de construções linguísticas que instanciam o estupro e que podem ser encontradas nesses textos. O significado dessas expressões linguísticas advém das construções mentais de papéis sociais elaborados a partir das experiências vivenciadas que são internalizadas, inconscientemente, pelos indivíduos.

Selecionamos o texto jornalístico para compor o corpus, por ter como princípio veicular notícias variadas, além de ser constituído por vários outros gêneros textuais, e informar os leitores sobre os diversos fatos ocorridos no mundo, embora saibamos que as informações, veiculadas nos jornais, ou seja, o conteúdo informacional divulgado nos textos jornalísticos não está isento de neutralidade. De qualquer forma, constitui-se em um instrumento de construção de conceptualizações, tanto por parte de quem produz o texto jornalístico como da de quem as lê. Nesse sentido, buscamos compreender como as

metáforas e metonímias, utilizadas nas conceptualizações/categorizações sobre o estupro, estão relacionadas ao contexto em que foram produzidas.

Por concebermos a metáfora e a metonímia como mecanismos, eminentemente, humanos e os seus usos serem partes integrantes da linguagem da vida cotidiana, entendemos que as formas de pensar, de compreender, de dizer, de convencer e de explicitar o que se pensa não são possíveis na ausência de metáforas e metonímias.

O mesmo ocorre na construção dos textos jornalísticos em que tais mecanismos são, amplamente, utilizados, pois, esses textos instanciam conceptualizações do mundo e do momento histórico em que são realizados. Nessa perspectiva, verificamos que diversos significados podem ser elaborados, tendo em vista que a construção do sentido se dá a partir de um ponto de vista espacial, social, cultural, histórico, ideológico e político determinado, que conduzirá a compreensão das metáforas e metonímias, estruturadas por *frames* e esquemas-I.

Tais mecanismos são utilizados para conceptualizar o mundo e, dessa forma, tornam-se importantes para o estudo, conhecimento e reflexão sobre o contexto vivido, já que, a partir dele, podemos entender as conceptualizações realizadas nos diferentes períodos históricos investigados. Consideramos que investigar a expressividade linguística, utilizada nos textos jornalísticos, significa procurar compreender os pensamentos, crenças e criações de sentido no processo de conceptualização no momento de sua produção.

As metáforas e metonímias tornam-se, portanto, objetos de pesquisa importantes, que podem revelar aspectos relevantes que subjazem ao estudo exclusivamente linguístico, evidenciando a atuação do processo cognitivo na geração de conceptualizações.

Na subsecção seguinte, apresentamos o tipo de pesquisa adotado e tecemos reflexões acerca do carácter metodológico utilizado para a realização dos estudos no âmbito da LC, particularmente SCSH, assim como sobre as suas implicações.

2.2 O TIPO DE PESQUISA

As primeiras linhas introdutórias da subsecção anterior revelam as angústias vividas por linguistas que primam pelo fazer científico legítimo. Consideramos, aqui, a legitimidade como o olhar diferenciado do pesquisador sobre a língua que resulta em produção científica teórico-metodológica inovadora.

Para direcionar a pesquisa, pelo menos uma teoria científica é adotada e essa funcionará como o seu eixo norteador. No caso do presente estudo, como já informado anteriormente, assumimos como base para direcioná-lo os pressupostos teóricos da LC, em especial, a TMCI, a TMMC, dos Esquemas-I e a Semântica de Frames, na abordagem da SCSH, especificamente, as contribuições de Lakoff e Johnson (2002[1980], 1999), Lakoff (2007, 1993, 1987), Johnson (1987), Barcelona (2012, 2009[1996]), Peña Cervel (2012), Fillmore (1982), Rosch (2011, 1978), Kövecses (2017, 2015, 2014, 2010, 2005, 2002, 2000, 1990, 1988), Almeida (2021, 2020, 2018, 2016, 2007), Santana (2019), dentre outros.

Os estudos da metáfora e da metonímia, em uma perspectiva cognitivista, têm Lakoff e Johnson (2002[1980]) como seus fundadores, entretanto, os autores não propõem uma metodologia para estudá-los. São apresentadas as metáforas subjacentes as expressões linguísticas, mas não há, por exemplo, a descrição dos procedimentos adotados para a sua identificação. Pouca atenção é dispensada à metodologia, deixando-a, dessa forma, a cargo da intuição do pesquisador.

Nesse sentido, sabemos que o caráter metodológico dos estudos desenvolvidos no âmbito da LC é, geralmente, qualitativo³⁵. Os pesquisadores da área, comumente, utilizam análises introspectivas, com foco em uma determinada categoria, já que a estrutura conceptual é o principal objeto de estudo da LC.

Sabemos, no entanto, que o tipo de pesquisa e, conseqüentemente, a metodologia utilizada, no âmbito da LC, sofre alguns questionamentos e é motivo de debates, entre os linguistas cognitivos e outros estudiosos da Ciência da Cognição. Essa situação é decorrente do caráter introspectivo das análises empreendidas que pode produzir algumas dificuldades ao comparar diferentes análises empíricas realizadas à luz dos postulados da TMMC, por exemplo. Tais dificuldades ocorreriam tanto por conta das diferentes intuições dos pesquisadores como pela falta de limite em considerar o que seria metafórico e metonímico. Diante dessas dificuldades, diferentes teóricos, a exemplo de Lakoff (1987), Schmitt (2017), Gibbs (2008) e Talmy (2007), tecem variadas considerações sobre a questão metodológica em LC.

Lakoff considera que grandes teorias só são, efetivamente, importantes se forem, substancial e minuciosamente, pormenorizadas. Partindo desse pressuposto, o estudo, de acordo com Lakoff (1987), deve ser bem detalhado, apresentando, para tanto, um nível

³⁵ É importante destacar que há, também, no âmbito da LC, muitos estudos quantitativos baseados na Linguística de corpus.

de especificidade rico e minucioso, de modo que ele possa ser abordado por outras técnicas.

Schmitt (2017) assume como perspectiva a TMMC de Lakoff e Johnson e elege procedimentos metodológicos que objetivam “representar conceitos metafóricos como padrões semânticos homogêneos” (SCHMITT, 2017, p. 286). Assim, o citado autor propõe a análise sistemática de metáforas como um procedimento metodológico em pesquisa social qualitativa, congregando, para tanto, procedimentos de interpretação hermenêutica que permitam que os achados sejam preservados de uma subjetividade desprovida de sistematização. A esse respeito, o autor aponta como vantagens a possibilidade de reconstrução de modelos cognitivos, a avaliação de ações motivadas por metáforas, a identificação de modelos de pensamento que caracterizam sujeitos, grupos sociais, ou mesmo uma cultura etc. Nesse sentido, Schmitt (2017, p.35) afirma:

A compreensão investigativa das imagens linguísticas de outra pessoa é expressa através dos horizontes culturais de um sujeito histórico; as características sociais do sujeito, sua experiência de vida e seu nível de educação tanto permitem como limitam essa compreensão. Regras práticas para a coleta de material e procedimentos para o processamento não impõem limites ao pesquisador, mas convidam-no à descoberta de vários conceitos metafóricos de pensamento, sentimento e ação, os quais são, então, tecidos em interpretações multifacetadas e apresentadas de uma maneira compreensível e convincente.

Fica evidente, dessa forma, que é de suma importância, no desenvolvimento da análise sistemática de metáforas, a competência do pesquisador no campo de investigação, a sua sensibilidade teórica, o escopo de seus conhecimentos subjetivos e sua habilidade de interpretação. (SCHMITT, 2017).

Já Gibbs (2008) diz que existem poucas referências publicadas que tratam da metodologia em LC, especialmente, sobre a identificação de metáforas. A esse respeito, o autor afirma que há a necessidade de se estabelecer uma metodologia, para este fim, e conclui dizendo:

Em geral, espera-se que haja um interesse crescente em questões metodológicas voltadas à definição da existência de metáfora na linguagem e no pensamento. Meu instinto diz que resoluções de alguns dos debates teóricos sobre metáfora e pensamento dependerão do modo pelo qual os estudiosos respondem a essas questões metodológicas. [...] Um desafio futuro para todos os estudiosos de metáfora é ter mais clareza sobre o tipo de evidência empírica que é necessária, e sobre como deve ser obtida e analisada, a fim de caracterizar de modo

apropriado o alcance e os limites da mente metafórica³⁶. (GIBBS, 2008, p. 13).

Faz-se necessário destacar que Gibbs, na posição de psicolinguista experimental, utiliza os experimentos como procedimentos de análise e de metodologia. Todavia, o autor citado, apesar do posicionamento de seus colegas da Psicologia, não considera que os linguistas cognitivos devam realizar experimentos, a fim de que suas ideias sejam consideradas como teorias psicológicas. Para Gibbs (2008), o fenômeno, tratado pelos linguistas cognitivos, apresenta diferentes níveis nos quais a compreensão linguística pode ser estudada e explicada.

Nesse sentido, se, por um lado, a abordagem qualitativa se constitui em uma das especificidades dos estudos realizados pelos linguistas cognitivos, tendo como principal técnica a introspecção, por outro lado, tal abordagem traz limitações, o que faz com que o pesquisador procure outros caminhos metodológicos para subsidiá-la, conforme afirma Talmy (2007), que, ainda, acrescenta

cada metodologia pode ser vista como tendo certas capacidades e limitações que lhe conferem uma perspectiva particular sobre a natureza da organização conceitual na linguagem. A este respeito, nenhuma metodologia única é privilegiada sobre as outras ou considerada o padrão-ouro da investigação. [...] A metodologia da introspecção começa essa abordagem e ocupa algum espaço porque ela tem sido central no desenvolvimento da linguística cognitiva e continua como sua metodologia principal, e porque seu perfil particular de limitações tem, em parte, conduzido ao padrão na utilização de outras metodologias. Introspecção linguística é a atenção consciente dirigida por um usuário da língua a aspectos particulares de como se manifesta a linguagem em sua própria cognição³⁷. (TALMY, 2007, p. xi-xii).

³⁶ Tradução nossa do original: “In general, there is likely to be a heightened interest in methodological questions for defining the existence of metaphor in language and thought. My hunch is that resolutions to some of the theoretical debates about metaphor and thought will partly depend on the way scholars respond to these methodological concerns. [...] A future challenge for all metaphor scholars is to have greater clarity about what kinds of empirical evidence is needed, and how it is to be obtained and analyzed, to properly characterize the reach and limits of the metaphorical mind”.

³⁷ Tradução nossa do original: “Each methodology can be seen as having certain capacities and limitations that accord it a particular perspective on the nature of conceptual organization in language. In this respect, no single methodology is privileged over others or considered the gold standard of investigation. [...] The methodology of introspection begins this account and occupies some space because it has been central in the development of cognitive linguistics and continues as its main methodology, and because its particular profile of limitations has in part led to pattern in the use of other methodologies. Linguistic introspection is conscious attention directed by a language user to particular aspects of language as manifest in her own cognition more”.

De acordo com Talmy (2007), a introspecção é a atenção consciente exercida pelo usuário da língua. Nesse sentido, é, da mesma forma, utilizada pelo pesquisador que, também, é usuário da língua.

Como vimos, a metodologia utilizada nos estudos em LC não é predefinida e, também, não é única. Isso pode estar relacionado ao fato de se tratar de uma área recente, formada por diversas teorias, que conduzem o pesquisador a diferentes abordagens e a trilhar diversificados percursos metodológicos. Dessa forma, fica à critério do próprio pesquisador determinar seus caminhos metodológicos, considerando o seu objeto de estudo e as abordagens e procedimentos científicos gerais da Linguística, assim como de outras áreas.

Além de não haver o estabelecimento de uma metodologia predefinida, quando são encontrados percursos metodológicos já definidos, os pesquisadores evidenciam, apenas, o estudo da metáfora e não propõem procedimentos que possam ser utilizados na identificação de metonímia³⁸, por exemplo.

A partir da complexidade relatada, portanto, consideramos que as orientações propostas por Lakoff (1987), anteriormente reproduzidas, são importantes, no sentido de que os linguistas cognitivos devem realizar estudos bastante detalhados, de modo que venham a servir como base para outras técnicas. Entendemos ser relevante, também, a proposta metodológica de Schmitt (2017), citada anteriormente, pois comunga com as orientações de Lakoff (1987), corroborando para o detalhamento do estudo através da análise sistemática de metáforas. Além do mais, consideramos, também, necessário, para o desenvolvimento de um estudo detalhado e passível de ser abordado por outros campos das ciências cognitivas, pontuar algumas ponderações feitas por Gibbs (2008), anteriormente abordadas, no que diz respeito aos fenômenos de estudo da LC e às suas diferentes possibilidades de investigação e explicação, não necessitando, dessa forma, que sejam realizados experimentos para que as ideias defendidas pelos linguistas cognitivos sejam tidas como teorias psicológicas, mas que sejam adotados procedimentos metodológicos, de modo que os estudos desenvolvidos possam ser abordados por outras técnicas.

Para nós, as ponderações feitas por Gibbs (2008) são pertinentes e passíveis de serem executadas, tendo em vista que a adoção do detalhamento do estudo sugerido por

³⁸ Até onde pesquisamos, não foram identificados procedimentos para a identificação de metonímias, na literatura da LC; a metonímia é mencionada, apenas, por Steen et. al. (2010) como um fator que pode interagir com a metáfora.

Lakoff (1987), aplicado, nesta Tese, através da análise sistemática de metáforas, proposta por Schmitt (2017) e, também, utilizada para a análise de metonímias, se constituem em procedimentos que permitem ao leitor acompanhar o percurso metodológico realizado e, por conseguinte, compreender o processo de construção conceptual investigado, bem como os mecanismos cognitivos que lhe são inerentes. Por outro lado, o detalhamento e a sistematicidade utilizados, neste estudo, tornarão possível que outras possibilidades e perspectivas de investigação sejam vislumbradas no âmbito da LC ou em outras áreas do conhecimento.

Diante do exposto, optamos por utilizar, no devir da realização da pesquisa, uma metodologia qualitativa, por considerar que essa metodologia, baseada na introspecção, aliada a alguns procedimentos analíticos, conforme explicitado, que promovem a sistematização dos dados e favorecem o estudo, possibilita o estabelecimento de uma estruturação coerente para o seu desenvolvimento e, para a posterior, apresentação dos resultados. Dessa forma, buscamos tecer uma alternativa metodológica que possa fazer uso de outros procedimentos que possibilitem a realização da análise introspectiva atrelada à sistematização.

A partir das reflexões realizadas, consideramos que a investigação acerca das conceptualizações/categorizações do estupro, à luz dos pressupostos da LC, está inserida em uma perspectiva que propõe conexões metodológicas e procedimentais e tem como objetivo propiciar a clareza da metodologia eleita para o leitor interessado. Isso, no entanto, não implica em que as especificidades metodológicas deixem de ser assumidas. Pelo contrário, o trabalho aqui empreendido conecta orientações metodológicas e adota, delas, os procedimentos considerados relevantes e necessários para este estudo.

Assim, conforme dito anteriormente, o estudo das conceptualizações/categorizações do estupro será desenvolvido, a partir de uma perspectiva qualitativa, baseada na introspecção, com formação de corpus histórico, constituído por textos jornalísticos, como já assinalado. Nesse sentido, o estudo das expressões linguísticas metafóricas e metonímicas compreenderá:

- (i) levantar as expressões linguísticas metafóricas e metonímicas identificadas no corpus;
- (ii) compreender os significados metafóricos e metonímicos do estupro instanciados nas expressões linguísticas encontradas nos textos jornalísticos sensíveis ao contexto sócio-histórico-político-ideológico e cultural;

- (iii) analisar a relação entre experiências corpóreas e as inferências metafóricas e metonímicas na construção dos conceitos;
- (iv) identificar os esquemas-I e os *frames* que estruturam as conceptualizações metafóricas e metonímicas.

Pretendemos, assim, com essa investigação, contribuir para as discussões metodológicas no campo de estudos da LC e, por extensão, no âmbito das demais Ciências da Cognição.

A seguir, trataremos sobre a constituição do nosso corpus de estudo.

2.3 O CORPUS: TEXTO JORNALÍSTICO, POR QUÊ?

Conforme já informado, selecionamos o jornal como o fornecedor do material linguístico utilizado na investigação realizada neste estudo, por entendermos que esse veículo de comunicação se constitui em uma relevante fonte de registro histórico, dada a sua abrangência, a diversidade de material linguístico apresentado e, também, o tempo de veiculação, considerando que pode abranger períodos distintos.

Nesse sentido, entendemos que os meios de comunicação de massa, sempre, assumiram significativa importância, em variadas sociedades, em diferentes espaços sócio-temporais, impactando diretamente no estilo de vida e ditando normas e padrões de comportamento. Basta observarmos o cotidiano para constatar a absorção dos valores propagados pela mídia em classes de indivíduos distinguidas, segundo o poder econômico e cultural que detêm.

Por isso, para além da função de produtores e difusores de conhecimento, os meios de comunicação de massa cumprem, ainda, o papel de mediadores do conhecimento, possibilitando, a partir da veiculação de informações, o contato com a “realidade” e intervindo no seu processo de compreensão dessa mesma “realidade”. É a partir dessa interação com o ambiente ao nosso redor que elaboramos conceitos e significamos o mundo, conforme Lakoff e Johnson (2002 [1980]), ao tratarem sobre o experiencialismo. Para os autores, a experiência é resultado de estruturas cognitivas e sensório-motoras corporificadas que geram significado e constroem conceitos através de interações permanentes com o ambiente. Ao compreender o mundo e nos fazer entender, acessamos os conceitos que construímos por meio de nossa experiência.

Esse processo de compreensão do mundo implica em organização do conhecimento e, ao tratar sobre isso, Maturana (2001) propõe que existe uma congruência estrutural mínima entre o ser vivo e o meio, da qual depende a existência do primeiro. Nessa congruência, uma perturbação do meio não contém em si mesma uma especificação de seus efeitos sobre o ser vivo, é este, em sua estrutura, que determina sua própria mudança frente a tal perturbação. Nessa perspectiva, o autor entende que, para explicar o fenômeno do conhecer, é necessário explicar o ser no qual se materializa esse fenômeno, ou seja, é necessário explicar o conhecedor, que, nesse caso, é o ser humano. Mas para explicá-lo, é necessário tratar sobre a experiência do observador. A existência depende, então, do observador e, a isso, Maturana (2001) chama de objetividade entre parênteses.

Assim, como ser humano, como ser vivo, o observador não pode distinguir entre ilusão e percepção, logo, qualquer afirmação cognitiva sua é válida no contexto das coerências que a constituem como válida. Se há discordância entre o observador e outra pessoa, é porque essa outra pessoa está em um domínio de realidade diferente daquele do observador, porém, igualmente, legítimo. Nesse sentido, diferentes pessoas produzem perspectivas diversificadas da realidade ou das realidades, nos termos de Maturana (2001), pois são experiências distintas que vão originar conceitos, também, diversos.

Assim, diferentes perspectivas são encontradas, nos textos jornalísticos, e as interpretações e compreensões produzidas, a partir delas, são entendidas como “modelos de referência” (GOMES, 2008). Desse modo, afetam a percepção da vida cotidiana, já que atuam sobremaneira na constituição dos saberes que se constroem sobre o mundo, portanto na construção de modelos cognitivos idealizados.

Dessa forma, para compreender como os fatos sócio-históricos, ideológicos, políticos e culturais influenciam nas formas de conceptualizar o mundo, os textos jornalísticos produzidos em diferentes sincronias tornam-se adequados, pois, nos jornais, são relatados fatos relacionados a contextos reais, trazendo aspectos importantes, não apenas sobre a língua, mas também sobre as percepções da realidade e os papéis de homens e mulheres que são construídos social, espacial, político, ideológico, cultural e historicamente, e, no caso do objeto da pesquisa feita, a conceptualização/categorização do estupro no recorte temporal estudado, conforme já destacado.

Na subseção, a seguir, discorreremos sobre a contextualização do corpus.

2.3.1 Contextualização do corpus

O jornal *O Estado de São Paulo* foi selecionado como fonte de pesquisa para a realização da investigação apresentada nesta Tese, por ser um veículo de divulgação de notícias de ampla abrangência e circulação nacional e, principalmente, por possuir um acervo digital, com disponibilidade integral para consulta *online*, que compreende o lastro temporal definido para a realização do estudo (séc. XIX, XX e XXI), como anteriormente assinalado. Dessa forma, possibilitou o estudo em perspectiva histórica, tendo em vista que disponibiliza todas as edições do referido periódico na íntegra, a partir das últimas décadas do século XIX, mais precisamente do ano de 1875, que corresponde a data da primeira edição digitalizada desse jornal, constituindo um fator determinante para a sua seleção, considerando a reduzida disponibilidade de edições digitalizadas de jornais produzidos na época referida.

Esse recorte temporal foi estabelecido em virtude de termos optado pela investigação de textos jornalísticos impressos, o que exclui, automaticamente, quaisquer produções textuais anteriores ao surgimento da imprensa.

Por fim, considerando que decidimos realizar a investigação em textos jornalísticos brasileiros, em língua portuguesa, só encontramos material disponível no século XIX, pois corresponde ao período em que se deu o evento da imprensa jornalística no Brasil, como já observado anteriormente.

Nesse sentido, o referido jornal se constituiu em uma importante fonte para investigação, tendo em vista que possibilitou o estudo das conceptualizações/categorizações do estupro em diferentes períodos, contemplando os aspectos necessários para o fornecimento dos textos que constituíram o nosso corpus.

Na próxima subseção, apresentamos um breve percurso histórico do jornal *O estado de São Paulo*.

2.3.2 “O Estadão” – Notas sobre o percurso histórico

A opção pela escolha do jornal *O Estado de São Paulo* para a realização deste estudo já foi justificada na seção anterior, todavia, achamos necessário elencar algumas informações de caráter descritivo sobre o referido periódico, considerando que determinadas especificidades e intenções podem, conforme citamos anteriormente, influenciar nas escolhas dos gêneros textuais e conceptualizadores-escreventes, que, por

sua vez, influenciarão nas suas escolhas linguísticas-conceituais a compreensão dos conceptualizadores-leitores. Dessa forma, faremos uma breve abordagem sobre o perfil do jornal *O Estado de São Paulo*, apresentando algumas características como público-alvo, história de circulação, dentre outras informações.

O jornal *O Estado de S. Paulo* nasceu com o nome de *A Província de São Paulo*. Seus fundadores foram um grupo de republicanos, liderados por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, que decidiram criar um diário de notícias para combater a monarquia e a escravidão. A redação, administração e oficinas foram instaladas em um sobrado na Rua do Palácio, n.14, no Centro Velho de São Paulo.

O periódico começou a ser publicado em 4 de janeiro de 1875. Nessa época, ainda durante o Império, foi o pioneiro em venda avulsa no país, fato pelo qual foi ridicularizado pela concorrência. A venda avulsa foi impulsionada pelo imigrante francês Bernard Gregoire, que saía às ruas montado num cavalo e tocando uma corneta para chamar a atenção do público e que, décadas depois, viraria o próprio símbolo do jornal. Suas primeiras edições tinham quatro páginas e uma tiragem de 2.000 exemplares. Em expansão, a partir do ano 1877, a sede do jornal passa a utilizar como impressora uma máquina manual, cujos principais trabalhadores contratados eram negros ex-escravos.

Em 1897, a tiragem do jornal salta para mais de 18.000 exemplares, mostrando sua maior divulgação no país. Em 2003, o jornal publica sua edição número 40.000, e a partir de 2010, lança, além das versões impressa e *online* a aplicativo para uso em tablets ou celulares³⁹.

O nome *Província* foi conservado, até 31 de dezembro de 1889, um mês após a queda da Monarquia e instituição da República no Brasil. Somente em janeiro de 1890, após o estabelecimento de uma nova nomenclatura para as unidades da federação pela República, receberia sua atual designação.

De acordo com dados disponibilizados no portal do jornal⁴⁰, podemos traçar o perfil dos seus leitores atualmente, de forma que: 56% homens, 22% tendo entre 25 e 34 anos e 59% pertencente à denominada classe média. Isto considerando que o total líquido de leitores investigados foi de 1.016.000, no estado de São Paulo. Podemos inferir, a partir

³⁹ Informações coletadas na página oficial do jornal O Estado de São Paulo, na área dos acervos. Disponível em: http://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1900.shtm . Acesso em 24 abril 2019.

⁴⁰ Informações coletadas em: <http://publicidade.estadao.com.br/estadao/estadao-dados-de-mercado/>. Acesso em: 15 abril 2020.

desses dados, que o público-alvo do jornal não é composto pelas classes populares, mas sim, pela classe média (ou média alta) da população brasileira.

No que diz respeito ao posicionamento político/ideológico do jornal, na época do seu surgimento, Novelli (2013, p.3) afirma que “como o jornal era claramente abolicionista [...] defendia a imigração para substituir o trabalho servil”, de forma que “a imigração era um ótimo negócio para aqueles mesmos proprietários de terra que lucraram, e lucravam ainda nesta época, já que o fim da escravidão só ocorreu 14 anos mais tarde, imensamente com a exploração dos escravos na lavoura”. Em outras palavras, o jornal apoiava a abolição da escravatura, assim como defendia a vinda de imigrantes para substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre, não porque fosse abolicionista, como apontado por Novelli (2013), mas visando ao que proporcionaria maior lucro.

Dessa forma, tendo em vista o apoio às oligarquias, o jornal apresentava as movimentações articulatórias de trabalhadores, também em outros países, deixando transparecer seu interesse em, ao apoiar o abolicionismo, contribuir na estruturação da vida dos imigrantes. Considerando que viriam para o Brasil por meio de financiamento do governo, seria preciso enquadrar-se em um perfil ideal para o trabalhador imigrante: “robusto, ordeiro e responsável”⁴¹.

Nesse sentido, entendemos que o lugar de fala dos escreventes do jornal estudado relaciona-se, claramente, com os interesses patriarcais no século XIX e em parte do século XX, sendo mais discreto em algumas parcelas da sociedade, mas não inexistente, na segunda metade do século XX e no século XXI. Dessa forma, consideramos que tais posicionamentos ideológicos tiveram reflexos sobre as formas de conceptualização/categorização do estupro.

Tais informações podem facilitar a compreensão sobre algumas escolhas dos escreventes em suas produções, de forma que possam contribuir para o entendimento das motivações espaciais, sociais, políticas, ideológicas, históricas e culturais, além das intencionalidades presentes nas escritas que constituem o corpus estudado.

Após a apresentação desse breve levantamento descritivo a respeito do jornal utilizado como fonte, passemos, com a seção seguinte, à demonstração dos procedimentos metodológicos adotados no estudo do corpus.

⁴¹ A este respeito, vide Pilagallo (2012), que, como aponta Novelli (2013), reforça esta ideia.

2.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos utilizados, na pesquisa realizada, mesclaram orientações metodológicas de Lakoff (1987), Gibbs (2008) e Schmitt (2017), anteriormente expostas, por considerarmos que tais orientações possibilitam a realização das etapas de coleta, seleção e análise dos dados, de maneira clara e estruturada. Utilizaremos, também, a proposta de Almeida (2020c) para a constituição do corpus. A mesclagem metodológica proposta surge como uma possibilidade de estudo nas pesquisas em LC, pois adota o caráter qualitativo, aliado a utilização de alguns procedimentos para coleta e análise dos dados.

Os procedimentos realizados para a consecução do estudo foram os seguintes: inicialmente, foi realizado um levantamento teórico sobre a LC, Conceptualização, Categorização, TMMC, TMCI, Esquemas-I e *frames*. Em seguida, procedeu-se à constituição do corpus, que incluiu textos do jornal *O Estado de São Paulo* produzidos entre os séculos XIX e XXI, como já amplamente informado. Após, realizamos a seleção dos textos e investigamos as instanciações metafóricas e metonímicas do domínio ESTUPRO, organizando-as em modelos metafóricos e metonímicos comuns. O processo de análise foi o passo seguinte, e, por fim, realizamos a sistematização dos resultados, acompanhada da respectiva discussão.

A seguir, discorreremos sobre cada etapa procedimental realizada no devir da realização do estudo, a fim de explicitarmos a trajetória percorrida e os meios utilizados para a consecução dos resultados que serão apresentados. Sabemos que, no desenvolvimento do estudo, determinados procedimentos, ocorrem paralelamente, e, não, apenas, de forma isolada. Todavia, essa compartimentalização procedimental tem em vista expor a sistematização adotada e que será apresentada na sequência.

Na próxima subseção discorreremos sobre o levantamento teórico.

2.4.1 Do levantamento teórico

Para que fosse possível investigar as conceptualizações/categorizações do estupro, emersas em textos jornalísticos, foi necessário que, inserida no âmbito da LC, a pesquisa feita tivesse sua fundamentação teórica ancorada nos pressupostos da TMMC, da TMCI, da Categorização, dos Esquemas-I e *frames*, conforme anteriormente exposto, especificamente da SCSH.

Para delinear essa matriz epistemológica, portanto, realizamos leituras acerca da evolução dos estudos sobre a metáfora, desde sua origem, traçando um panorama histórico e ressaltando a importância dos trabalhos seminais de Lakoff e Johnson (1980), que resultaram na TMMC, assim como das contribuições de Lakoff (1987, 1993, 2007), Johnson (1987), Barcelona (2012, 2009[1996]), Peña Cervel (2012), Fillmore (1982), Rosch (1978, 2011), Kövecses (2017, 2015, 2014, 2010, 2005, 2002, 2000, 1990, 1988), Almeida (2021, 2020, 2018, 2016, 2007), Duque (2016, 2015), Feltes (2007), dentre outros, conforme já explicitado anteriormente.

Assim, realizamos tal estudo, a partir da leitura das obras referidas, por meio de conteúdo impresso ou digital, como também, da leitura de artigos, Dissertações e Teses que abordam o citado tema, como a Dissertação *Conceptualizações do golpe/impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff em jornais dos países do Mercosul* (COSTA, 2018) e as Teses: *Um estudo sociocognitivo de conceptualizações de trabalho em textos jornalísticos dos séculos XIX, XX e XXI* (SILVA, 2017); *Estudo sócio-histórico-cognitivo das conceptualizações e categorizações do amor em cartas do século XIX e XX* (SANTANA, 2019) e *A polissemia do verbo “tomar” ao longo da história da língua portuguesa: um estudo à luz da linguística cognitiva* (SANTOS, 2011).

Além disso, para situar o tema eleito em um panorama histórico, jurídico, social e cultural, tornou-se necessário realizarmos leituras sobre: violência contra a mulher, violência de gênero, a história do estupro, o crime de estupro no ordenamento jurídico brasileiro e sobre a cultura do estupro. O estudo em questão, também, estabeleceu, um diálogo interdisciplinar com outras áreas do saber que auxiliaram a interpretação dos processos de conceptualização, dialogando, dessa forma, com a História (SOARES, 1999; VIEIRA, 2011), com a Geografia (CAVALCANTI, 2002), com a Filosofia (DESCARTES, 1996[1595-1650]), com a Biologia (INGOLD, 1995), com o Direito (VIANNA, 2002; WAITES, 2005), além das contribuições da Lexicografia (BLUTEAU, 1728; SILVA, 1789; PINTO, 1832; AURÉLIO, 1986; AULETE, 2020), no âmbito dos estudos linguísticos, bem como de outros campos dos estudos da linguagem, dialogando com autores como Eco (2013, 2007).

Essa leitura objetivou, também, termos uma percepção sobre as metáforas e metonímias de base cultural, em diferentes fontes, para o conhecimento de possíveis domínios metafóricos e metonímicos relacionados ao estupro, possibilitando uma visão inicial dos conceitos culturalmente utilizados para fazer referência ao tema, servindo, dessa forma, como subsídio para o desenvolvimento da pesquisa.

Com base na referida fundamentação teórica e demais leituras realizadas, pudemos examinar as conceptualizações/categorizações do estupro, manifestas na emergência das metáforas e metonímias, no contexto dos textos publicados em jornais, os quais apresentam posicionamentos, ideologias, sentimentos e ideias sobre o tópico em questão.

Após essas leituras, nos debruçamos sobre os aspectos de constituição do corpus, como o tamanho da amostra, representatividade, o momento de encerrar a coleta etc., conforme veremos na próxima subseção.

2.4.2 Da constituição do corpus

A formação de um corpus histórico, como é o caso do utilizado nesta Tese, para que seja representativo, implica em considerarmos, no processo de constituição, diferentes fatores, dentre os quais: a suficiência da amostra, conservação, possibilidade de recuperação contextual, quantidade e qualidade dos dados. Discorreremos, na sequência, sobre a importância desses fatores para a representatividade do corpus, assim como apresentaremos a proposta de Almeida (2020c) para a sua constituição e, também, a Técnica da Saturação, aplicada por Santana (2019), ambas adotadas nesta Tese.

Assim, considerando a investigação em LH, concebemos que os seus pesquisadores, ao se debruçarem sobre o passado da linguagem, enfrentam diversas dificuldades, pois se deparam “diante de incertezas, e, também, de ausências, de silenciamentos” (ALMEIDA, 2020c, p. 149). Dentre tais dificuldades, destacamos a constituição da amostra do material linguístico que pleiteiam investigar, já que, na maioria das vezes, as informações disponíveis são insuficientes, o que levou Labov a considerar a árdua tarefa do pesquisador em LH como “a arte de fazer o melhor uso dos maus dados.”⁴² (LABOV, 2008 [1972], p. 20).

A insuficiência do material linguístico referida diz respeito à conservação por meio da escrita e a fragmentação da amostra, ou seja, no primeiro caso, a amostra escrita é encontrada isolada, afastada do contexto e da situação que a originou, considerando que tais informações são necessárias ao investigador; e, no segundo caso, porque as amostras correspondem a recortes textuais de produções mais amplas, que sobreviveram por obra do acaso, “por azar” (ou sorte), até os nossos dias. (LABOV, 2008 [1972]).

⁴² Tradução nossa do original: “to make the best use of bad data”.

Mattos e Silva (1991), ao fazer referência ao estudo da documentação remanescente do português arcaico, que pode ser estendida para outros períodos da língua, defende que o pesquisador do passado precisa buscar a melhor forma de analisar seu objeto de estudo e tentar minimizar as divergências e insuficiências que seu corpus histórico encontrará.

Outro fator a ser considerado no estudo do passado da linguagem, além dos já apresentados, diz respeito à questão da representatividade da amostra, visto que o trabalho do pesquisador estará restrito ao que restou do texto no decorrer do tempo. No tocante aos estudos sócio-históricos, isso corresponde a uma dificuldade, já que a quantidade e a qualidade dos textos são variadas de um período para outro.

Para esta Tese, o corpus de investigação, como já explicitado, foi constituído por textos jornalísticos produzidos pelo jornal *O Estado de São Paulo*, entre os séculos XIX e XXI, mais especificamente, entre os anos de 1875 a 2020, pelas razões anteriormente expostas.

A escolha do referido jornal foi determinada pela existência e disponibilidade do material *online* para pesquisa, conforme, também, já exposto. Ao nos debruçarmos sobre a quantidade de ocorrências para a realização do estudo, nos deparamos com a seguinte questão: Quantas ocorrências são necessárias para compor um corpus representativo de um dado período?

Alguns autores, conforme ressaltam Silva e Silva (2013), afirmam que a representatividade do corpus está atrelada ao seu tamanho, ou seja, quanto maior, mais representativo; outros defendem que, independentemente do tamanho, o corpus é um conjunto finito de dados linguísticos; assim, “não há consenso sobre o tamanho mínimo para que um corpus seja indicado como representativo.” (SILVA; SILVA, 2013, p. 5).

Constatamos, diante do exposto, que a constituição de um corpus não é uma tarefa fácil e clara para o pesquisador. A partir dessa dificuldade, Almeida (2020c) propõe uma mudança de perspectiva no processo de constituição do corpus, dando enfoque a qualidade, em detrimento da quantidade. Essa proposta se dá pela união de elementos da Teoria dos Fractais (PAIVA, 2010; MORS, 2010) a princípios gerais da Teoria da Complexidade (MORIN, 2015 [1999]; CAPRA, 2006 [1996]; CAPRA; LUISI, 2014), para, dessa forma, discutir a construção dos corpora de uma pesquisa Semântica Sócio-Histórica-Cognitiva. Optamos pela utilização dessa proposta na construção metodológica desta Tese, por a considerarmos adequada e eficiente ao cumprimento do objetivo da pesquisa realizada.

Para Almeida (2020c), na constituição de um corpus, os pesquisadores, muitas vezes, priorizam a quantificação, “desconsiderando que padrões de organização próprios do fenômeno, objeto de estudo, exatamente, por serem padrões de organização, ocorrerão em qualquer ‘pedaço de corpus’, isto se considerarmos o princípio ‘holográfico’ da complexidade.” (ALMEIDA, 2020c, p. 173).

A autora, a partir do princípio holográfico⁴³, defende que, em um corpus formado por cartas, por exemplo, o padrão de organização das cartas será o mesmo, o que modifica é a estrutura da carta⁴⁴, isto é, o uso linguístico. Dessa forma, cada parte possui a estrutura do todo, ou seja, o todo está na parte e a parte está no todo. Essa perspectiva possibilita que passemos a observar a linguagem qualitativamente e não, apenas, quantitativamente. De acordo com Almeida (2020c), isso se dá através do conhecimento da Matemática dos Fractais, utilizada para estudar objetos fragmentados e irregulares, que possuem estruturas similares em diferentes níveis de escala.

A Geometria dos Fractais foi desenvolvida por Benoit Mandelbrot, na segunda metade do século XX. É um modelo matemático que estuda casos que a Geometria Euclidiana não tinha resposta. De acordo com Capra (2006, [1996]), os fractais possuem autossemelhança, irregularidade e complexidade infinita. Essas noções são consideradas por Almeida (2020), ao utilizar o conhecimento da teoria dos fractais na composição de um corpus. Utilizando o exemplo das cartas de amor ela destaca:

cada parte do corpus pode ser vista como outra pequena parte desse corpus, no seu todo, isto porque cada carta de amor assemelha-se a todas cartas de amor, já que, na parte, está inscrito o todo; a parte não é

⁴³ Morin (2015 [1999], p. 93-96) apresenta sete princípios, complementares e interdependentes, que auxiliam a pensar a complexidade. Esses princípios são: 1) o princípio sistêmico ou organizacional; 2) o princípio “holográfico”; 3) o princípio do circuito retroativo; 4) o princípio do circuito recursivo; 5) princípio da autonomia/ dependência (auto-organização); 6) o princípio dialógico e 7) O princípio da reintrodução do conhecimento em todo conhecimento.

⁴⁴ Para falar do “padrão de organização” e da “estrutura” do gênero carta, Almeida (2020) tem como base Capra e Luisi (2014) que apresentam as três perspectivas que caracterizam os seres vivos: o padrão de organização, a estrutura e o processo. Apoiados em Maturana e Varela (1995), os autores compreendem o padrão de organização como “a configuração de relações que proporciona a um sistema suas características essenciais” (CAPRA; LUISI, 2014, p. 373); a estrutura “é a incorporação física do seu padrão de organização” (CAPRA; LUISI, 2014, p. 373); e o processo “é a atividade envolvida na incorporação contínua do padrão de organização do sistema” (CAPRA; LUISI, 2014, p. 373), ou seja, é a união entre organização e estrutura. Para ilustrar a diferença entre essas perspectivas, Capra e Luisi (2014) examinam uma bicicleta. Segundo eles, o padrão de organização de uma bicicleta é constituído através das relações funcionais que a caracterizam, como o pedal, o pneu, o guidão, as rodas, a corrente. O mesmo padrão “bicicleta” pode ser incorporado em muitas estruturas diferentes, por exemplo, uma bicicleta de corrida, de montanha, para ciclo turismo pode ter o guidão modelado de diferentes formas; os pneus podem ser estreitos ou largos, constituídos por tubos ou borracha. Portanto, a estrutura é uma bicicleta física específica; e o processo é a ligação entre o padrão de organização da bicicleta e a sua estrutura que está na mente do designer.

somente um todo em si mesmo; a parte é, ao mesmo tempo, uma réplica desse todo; isto pensando no que se concebe como gênero e, no caso particular do exemplo, como carta de amor. (ALMEIDA, 2020c, p. 177).

Cada parte do corpus, dessa forma, é única, mas corresponde ao todo, porque mantém o mesmo padrão que as demais partes, ou seja, o todo. Nessa perspectiva, torna-se desnecessário a utilização de uma grande quantidade de dados para o estudo da linguagem, considerando que o estudo de um número reduzido de dados manteria os mesmos resultados, já que o padrão não muda.

Para finalizar a coleta dos dados, diante do apresentado, é necessário alcançar a saturação da informação pesquisada, já que, em um texto, ocorrem redundâncias que podem ser eliminadas para a compreensão do padrão de estruturação semântica, nos termos de Almeida (2020c).

Para tanto, a referida autora propõe a utilização da Técnica de Saturação que é um procedimento utilizado em pesquisas de caráter qualitativo, em que o tamanho da amostragem é definido pelo critério da saturação, ou seja, a fase da pesquisa em que não aparece mais nenhum elemento novo ou relevante nas ocorrências, sendo considerado, portanto, o momento de encerrar a coleta dos dados. O uso do termo saturação, mais especificamente, saturação teórica (*theoretical saturation*), foi cunhado por Glaser e Strauss (1967) e compreende o lapso temporal em que o pesquisador apreende a lógica interna do grupo ou da coletividade em estudo (MINAYO, 2006), de forma que a inserção de novos estratos sociais não acrescenta novos elementos à pesquisa (BAUER; AARTS, 2008).

Nesse sentido, quando a coleta de dados atinge um determinado ponto em que nenhum elemento novo é encontrado e ocorrem repetições, esta pode ser encerrada pois não será mais produtiva. Dessa forma, a quantidade de dados do corpus não pode ser definida, previamente, pois “o pesquisador precisa coletar dados até que todas as categorias estejam saturadas, caso contrário, a teoria será construída de forma irregular e não terá densidade e precisão.” (STRAUSS; CORBIN, 2008, p. 205).

Assim, considerando a grande quantidade de textos jornalísticos produzidos no lastro temporal definido para o estudo realizado nesta Tese, e, tendo em vista não ser imprescindível um corpus constituído por um grande número de dados, de acordo com a proposta de Almeida (2020c), anteriormente apresentada, adotamos, neste estudo, a Técnica da Saturação para a constituição da amostragem, considerando, também, que a

referida técnica foi aplicada por Santana (2019), em sua Tese, sendo constatada, pela autora, a viabilidade da sua utilização. Quando as conceptualizações/categorizações do estupro não apresentavam nenhum domínio ou *frame* novos, consideramos que a saturação teórica foi alcançada, sendo, a amostra considerada representativa. Dessa forma, não estabelecemos uma quantidade de textos que seriam examinados, isso foi determinado pela saturação. Decidimos aplicar a Técnica da Saturação por década, a fim de que todos os períodos fossem devidamente contemplados, não incorrendo, dessa forma, na possibilidade de a saturação ocorrer precocemente.

Assim, para que a Técnica da Saturação fosse utilizada com êxito, sistematizamos cuidadosamente a sua execução, pois, apesar de parecer um procedimento de fácil constatação, o pesquisador, de acordo com Stratus e Corbin (2008), deve estar alerta aos critérios usados na aplicação e alcance da saturação na amostra. Por conta disso, a partir dos trabalhos de Fontanella et. al. (2011) e Falqueto e Farias (2016), que utilizaram uma representação gráfica, com o objetivo de mostrar o processo de saturação em entrevistas, apresentamos a saturação no nosso corpus em quadros e tabelas. Para ilustrar, exporemos as etapas que seguimos para encontrar o ponto de saturação nos textos jornalísticos da década de 1870.

Para preencher os referidos quadros, realizamos a leitura individual de cada texto, conforme apresentado na subseção 2.4.3, na sequência cronológica de produção, a fim de identificarmos as expressões linguísticas que instanciavam as conceptualizações para o estupro. Tendo em vista que o nosso estudo é organizado por domínios, a cada expressão encontrada, destacamos o domínio acionado e compomos um quadro para cada texto lido que distinguiam os domínios já encontrados e os novos, assim como os *frames*, conforme apresentado nos quadros 1, 2 e 3:

Quadro 1 – Identificação dos DOMÍNIOS e *FRAMES* no texto 1.

TEXTO 1	DOMÍNIOS IDENTIFICADOS	<i>FRAMES</i> IDENTIFICADOS
18/09/1875	1. JUSTIÇA	1. CRIME

Fonte: elaboração nossa

No quadro 1, mostramos, apenas, o domínio e o *frame* que foram identificados na expressão linguística constante do texto 1. Já no Quadro 2, apresentamos os domínios e os *frames* encontrados no texto 2, que correspondem a domínios e *frames* reincidentes, ou seja, que foram observados, também, no texto 1. No texto 2, verificamos a ocorrência

de um novo domínio, da FLORA, e de um novo *frame*, da FLOR, conforme podemos ver no quadro 2:

Quadro 2 – Identificação dos DOMÍNIOS e *FRAMES* no texto 2.

TEXTO 2	DOMÍNIOS REINCIDENTES	FRAMES	
		REINCIDENTES	NOVOS
08/08/1876	1. JUSTIÇA	REINCIDENTES	NOVOS
		1. CRIME	- x -
	DOMÍNIOS NOVOS	FRAMES	
	1. FLORA	REINCIDENTES	NOVOS
-x-		1. FLOR	

Fonte: elaboração nossa

Podemos observar que não foram verificados domínios novos no texto 3, conforme apresentado no quadro 3:

Quadro 3 – Identificação dos DOMÍNIOS e *FRAMES* no texto 3.

TEXTO 3	DOMÍNIOS REINCIDENTES	FRAMES	
		REINCIDENTES	NOVOS
18/08/1876	1. JUSTIÇA	REINCIDENTES	NOVOS
		1. CRIME	- x -
	DOMÍNIOS NOVOS	FRAMES	
	- x -	REINCIDENTES	NOVOS
- x -		- x -	

Fonte: elaboração nossa

Para preencher os quadros 4, 5 e 6, utilizamos os mesmos procedimentos descritos anteriormente.

Quadro 4 – Identificação dos DOMÍNIOS e *FRAMES* no texto 4.

TEXTO 4	DOMÍNIOS REINCIDENTES	FRAMES	
		REINCIDENTES	NOVOS
04/01/1877	1. JUSTIÇA	REINCIDENTES	NOVOS
		1. CRIME	- x -
	DOMÍNIOS NOVOS	FRAMES	
	- x -	REINCIDENTES	NOVOS
- x -		- x -	

Fonte: elaboração nossa

Quadro 5 – Identificação dos DOMÍNIOS e *FRAMES* no texto 5.

TEXTO 5	DOMÍNIOS REINCIDENTES	FRAMES	
		REINCIDENTES	NOVOS
13/03/1877	1. JUSTIÇA	REINCIDENTES	NOVOS
		1. CRIME	- x -
	DOMÍNIOS NOVOS	FRAMES	
	- x -	REINCIDENTES	NOVOS
- x -		- x -	

Fonte: elaboração nossa

Quadro 6 – Identificação dos DOMÍNIOS e *FRAMES* no texto 6.

TEXTO 6	DOMÍNIOS REINCIDENTES	FRAMES	
		REINCIDENTES	NOVOS
30/05/1877	1. JUSTIÇA 2. FLORA	1. CRIME 2. FLOR	- x -
	DOMÍNIOS NOVOS	FRAMES	
	- x -	REINCIDENTES	NOVOS
		- x -	- x -

Fonte: elaboração nossa

Essas etapas foram repetidas em todos os textos jornalísticos em que foram encontradas conceptualizações do estupro, sendo produzidos novos quadros para cada texto, até que não surgisse nenhum domínio ou *frame* novos. A partir desses quadros, elaboramos tabelas que possibilitaram visualizar os domínios e *frames* encontrados, como podemos ver, a seguir, na tabela 1.

Tabela 1 – Ponto de saturação dos textos da década de 1870.

DOMÍNIO	FRAME	TEXTO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
			JUSTIÇA	CRIME	X	X	x	x	x	x			x	x	x		X	
	DELITO										X							
FLORA	FLOR		X					x	x				x			x	x	x
EVENTO	FATO														X			

Fonte: elaboração nossa

Na tabela 1, apresentamos a saturação dos textos encontrados na década de 1870. Nessa década, só há edições, do jornal *O Estado de São Paulo*, disponíveis a partir do ano de 1875, por isso, a referida década é composta pelos anos de 1875 a 1880.

A tabela 1 foi assim constituída:

I- Na primeira linha, foram registrados os textos lidos, em ordem cronológica de produção, nos quais encontramos compreensões sobre o estupro. Dessa forma, o texto 1 corresponde ao primeiro texto lido, em que foram verificadas conceptualizações. O texto 2 equivale ao segundo lido, e assim por diante até atingir o ponto de saturação;

II- A partir da segunda linha, utilizamos um “X”, maiúsculo e em negrito, para indicar a existência de um novo domínio ou novo *frame*, e “x”, minúsculo, para informar que o domínio ou *frame* encontrado é recorrente, ou seja, foi verificado em textos anteriores.

Consideramos que esse controle viabiliza a constatação de quando ocorreu a saturação teórica, pois a ilustração possibilita a visualização de novos domínios e *frames*

ou repetições de outros já detectados, colaborando, assim, para ratificar, visualmente, os achados do pesquisador.

III- A coluna sombreada de cinza, na tabela 1, correspondente ao texto 14, indica o ponto em que ocorreu a saturação, ou seja, não houve mais nenhuma informação nova ou relevante a partir desse ponto.

Depois de verificar a saturação teórica, optamos por fazer a leitura de outros textos para reafirmar a constatação. Fontanella et. al. (2011) propõem que sejam feitas mais uma ou duas entrevistas e Falqueto e Farias (2016), mais quatro, depois de encontrado o ponto de saturação. Objetivando ter uma margem maior de segurança em relação à saturação, no nosso estudo, decidimos por realizar a leitura de mais três textos, de acordo com os procedimentos adotados por Santana (2019). Todavia, na década de 1870, cuja saturação está ilustrada na tabela 1, após o ponto de saturação, só encontramos mais dois textos que apresentavam conceptualizações/categorizações do estupro, por isso a referida tabela está assim constituída. Os referidos textos confirmam o ponto de saturação encontrado.

É possível observar, na tabela 1, que houve a verificação dos domínios JUSTIÇA, FLORA e EVENTO e a ocorrência dos *frames* CRIME e DELITO, no domínio JUSTIÇA; FLOR, no domínio FLORA; e, FATO, no domínio EVENTO. Os domínios JUSTIÇA e FLORA foram os mais recorrentes e foram se repetindo, até saturar no texto 14, já que não surgiu nenhum domínio ou *frame* novo. O domínio JUSTIÇA apresentou dois *frames* distintos, sendo que o CRIME ocorreu de forma contundente.

As conceptualizações do estupro encontradas na década de 1870 não apresentaram muita variação no que diz respeito aos domínios e *frames*, talvez isso tenha ocorrido pelo fato de que só há textos disponíveis a partir de 1875, conforme já pontuado, o que torna o período de coleta mais reduzido.

Por fim, observamos que a aplicação da técnica da saturação, no nosso corpus, confirma a proposta de Almeida (2020c), que muda a perspectiva de quantidade para qualidade, na composição de um corpus.

Após apresentar os aspectos metodológicos para composição do corpus, a seguir, explicitaremos sobre o procedimento de seleção dos textos.

2.4.3 Da seleção dos textos

Realizamos a seleção dos textos, a partir das orientações de Schmitt (2017), que foram adaptadas para, também, realizar o estudo das metonímias. Foi feita a verificação

preliminar de metáforas e metonímias de base cultural, em fontes heterogêneas da vida cotidiana, para o conhecimento de possíveis domínios metafóricos e metonímicos sobre o estupro, servindo, portanto, como preparação para a coleta dos dados. Após a leitura de diversos materiais referentes ao tópico e aos períodos estudados, com atenção às construções metafóricas e metonímicas produzidas na compreensão do estupro, conforme anteriormente explicitado, foi possível termos uma visão inicial dos conceitos, culturalmente apropriados, usados para fazer referência ao ato. Tais leituras, para além do corpus selecionado, forneceram um panorama cultural que, não só colaborou para a identificação de metáforas e metonímias, mas, também, favoreceu a compreensão do contexto em que esses mecanismos cognitivos foram acionados.

Assim, como já informamos, começamos o processo de triagem dos textos, a partir da leitura das edições *online* do jornal *O Estado de São Paulo*, acessadas no site do referido jornal, a partir da aba “Acervo”, sendo a busca realizada em “Em todo o acervo”, “Edição Brasil”. Essa leitura teve início pelas produções do ano de 1875, quando se tem a disponibilidade desses textos em formato digital, conforme, também, já assinalado. Realizamos a leitura do material, na íntegra, em ordem cronológica de produção, até atingir o ponto de saturação, conforme estabelecido na Técnica da Saturação.

Procedeu-se, então, à seleção manual dos textos que continham as instanciações metafóricas e metonímicas do domínio ESTUPRO. Consideramos, nessa seleção, as instanciações correspondentes tanto ao ato em si (substantivo), como: violência, ofensa, abuso etc; quanto a sua prática (verbo e suas flexões), por exemplo: violentar, violentou, ofensa, ofendeu, ofendida, abusar, abusado, abusou etc. Assim, a cada dado encontrado, realizamos a leitura do texto, em que se encontrava a ocorrência, em sua totalidade, para atestar a relação ao tema proposto. Verificada a pertinência contextual, procedemos à identificação do *frame* acionado em cada ocorrência encontrada e que foi utilizado para agrupá-las. Para isso, identificamos os itens lexicais acionadores do *frame*, em cada ocorrência, e buscamos as suas definições em dicionários, para atestar a pertinência dos referidos itens léxicos ao *frame* acionado.

Após verificarmos e registrarmos as definições dos itens lexicais, os textos de origem foram copiados e armazenados em pastas, por século, para posterior leitura e classificação. Isso foi feito até atingir a saturação conforme apresentado na seção 2.4.2.

Na sequência, descreveremos a preparação dos textos para a realização do estudo desenvolvido.

2.4.4 Da preparação e do estudo dos textos

Uma vez realizada a coleta dos textos, iniciamos o trabalho de preparação do material obtido. Para a preparação desse material, observamos as orientações metodológicas sugeridas por Lakoff (1987), Gibbs (2008) e Schmitt (2017), conforme anteriormente citado, no que diz respeito ao detalhamento do estudo, a fim de que ele possa ser utilizado, posteriormente, por outros pesquisadores. Dessa forma, elaboramos um roteiro detalhado dos passos procedimentais utilizados, considerando as orientações de Schmitt (2017), no que se refere à verificação de metáforas de base cultural, que foram adaptadas para o estudo realizado. O roteiro elaborado abrange as seguintes etapas: (1) leitura de todo o texto; (2) verificação e coleta das expressões linguísticas metafóricas e metonímicas; (3) identificação dos domínios-fonte e alvo; (4) identificação das metáforas, das metonímias, dos esquemas-I e *frames*; (5) reconstrução dos mapeamentos cognitivos; (6) verificação das dimensões individual, espacial, social, cultural, política, ideológica e histórica dos conceitos metafóricos e metonímicos encontrados; (7) estudo das conceptualizações metafóricas e metonímicas encontradas, dos esquemas-I e *frames*; (8) sistematização; e (9) apresentação dos resultados.

As etapas do roteiro, que serviram de base para a preparação dos dados, foram pensadas e organizadas da forma exposta, tendo em vista os objetivos da pesquisa empreendida. No decorrer da descrição mais detalhada que se segue, na qual apresentamos cada uma das etapas realizadas para uma melhor compreensão dos procedimentos adotados, justifica-se a escolha procedimental.

A seguir, discorreremos sobre o procedimento de leitura para a consecução do estudo realizado.

2.4.4.1 A leitura

Inicialmente, como já informado, foram realizadas leituras criteriosas do material selecionado. A seleção desse material ocorreu, conforme descrito na subseção anterior. O objetivo dessas leituras foi, não apenas, a familiarização com o texto, mas, também, a compreensão do contexto na sua integralidade.

As leituras empreendidas possibilitaram a percepção e a compreensão de instanciações metafóricas e metonímicas sobre o estupro presentes no texto; algumas, facilmente, perceptíveis e outras só detectáveis, tão somente, após uma observação

bastante cuidadosa. Dentre as dificuldades encontradas nessa etapa, podemos destacar a identificação da conceptualização/categorização do estupro por meio de uma referência indireta, como a compreensão do ato através da qualificação do acusado, sem que a ação correspondente estivesse explícita, por exemplo: o acusado ser qualificado como SELVAGEM, que conduz à compreensão do estupro como ANIMALIDADE, embora isso não estivesse explícito na ocorrência. Ainda, o cuidado para não generalizar as conceptualizações ao desprezar pistas linguísticas que poderiam conduzir a compreensões mais específicas, como conceber o ESTUPRO como CRIME e desprezar suas tipologias elaboradas por projeções metonímicas, a saber: CRIME DE ESTUPRO, CRIME DE DEFLORAMENTO, CRIME DE HOMENS CONTRA MULHERES, CRIME DE TORTURA etc. Além disso, relacionar o contexto social, cultural, político, histórico e ideológico às expressões linguísticas metafóricas e metonímicas encontradas, observando a possibilidade de instanciarem compreensões novas, criativas ou já convencionalizadas.

Foi nessa etapa que as leituras feitas sobre o estupro (nas diferentes vertentes social, cultural, jurídica, ideológica e histórica) e a verificação das metáforas e metonímias presentes no material lido subsidiaram o nosso olhar para a apreensão das possíveis construções metafóricas e metonímicas presentes no texto, as quais podem ficar veladas pelas peculiaridades linguísticas de cada grupo, espaço ou época, se isso for de desconhecimento do pesquisador. Daí a importância da leitura atenta e da observação das pistas linguísticas e contextuais na identificação e levantamento das metáforas, metonímias, esquemas-I, domínios e *frames*, assim como o estudo de textos de outros campos do saber, para ajudar nessa leitura.

Essa etapa de leitura possibilitou a verificação e o levantamento das expressões linguísticas metafóricas e metonímicas, que constituiu o próximo passo do estudo empreendido, conforme veremos na subseção, a seguir.

2.4.4.2 A verificação e levantamento das expressões metafóricas e metonímicas

A etapa de identificação das expressões metafóricas e metonímicas consistiu no levantamento dos elementos linguísticos que, ao fazerem referência a determinado fato dentro de um contexto, evocaram sentidos diversos e diferentes compreensões da realidade, ou seja, estabeleceram relações entre domínios distintos, no caso das metáforas, ou entre domínios contíguos, no caso das metonímias, para realizar a conceptualização.

Nessa perspectiva, esse processo de levantamento metafórico e metonímico demandou que tivéssemos conhecimento e sensibilidade para perceber a ocorrência dessas conceptualizações, já que algumas utilizações poderiam ter se tornado mais convencionais, ao ponto de não serem facilmente detectadas.

A etapa de leitura, anterior a esta, possibilitou a nossa familiarização com o texto, bem como a sua apropriação, favorecendo a identificação das expressões metafóricas e metonímicas. Dessa forma, a leitura criteriosa dos textos selecionados para a realização da pesquisa foi desvelando os elementos linguísticos que expressavam compreensões diferenciadas para o estupro. Procedemos, então, à nova etapa de leitura, seguida do levantamento dos fragmentos que evidenciavam atualizações de algum conceito metafórico ou metonímico do estupro. Identificada a ocorrência, a expressão linguística foi destacada, e os exemplos foram numerados em ordem crescente. Colocamos em itálico o fragmento textual que consiste em uma expressão linguística metafórica ou metonímica, e, entre parênteses, ao final de cada ocorrência, a data, página, gênero textual e o conceptualizador, quando havia essa identificação. Nos casos em que não encontramos o registro da autoria, entendemos que essa seria do jornal, por isso colocamos a observação “autoria do jornal”, após o registro do gênero textual.

Esse recorte favoreceu a visualização da expressão linguística, assim como a comparação dos sentidos evocados isoladamente e dentro do contexto. Tal procedimento, também, foi necessário para a identificação dos domínios e *frames* que foram estabelecidos na etapa seguinte do estudo e que a seguir será explicitado.

2.4.4.3 Os domínios e os frames

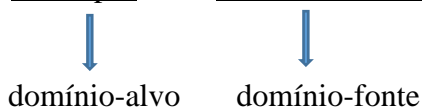
Após o destaque e recorte das expressões linguísticas metafóricas e metonímicas, iniciamos a identificação dos domínios-fonte e alvo existentes nessas construções e dos *frames* evocados.

O domínio-fonte é responsável pela categorização de conceitos que determinam o que se quer dizer acerca do domínio-alvo. É o contexto que circunscreve essa ação da metáfora e da metonímia, ou seja, o conceptualizador constrói o significado a partir do contexto e das suas experiências de mundo. E, nesse processo de construção do significado, a percepção dos domínios-fonte e alvo é primaz para a compreensão. O *frame*, por sua vez, é um dentre outros mecanismos necessários à construção de sentido e

a sua identificação nos possibilitará entender como são acionados e relacionados no processo de conceptualização/categorização do estupro.

Nesse sentido, podemos dizer que a experiência com o mundo é fundamental para o processo de identificação dos domínios conceptuais e dos *frames*. Dessa forma, para o estabelecimento desses elementos, realizamos a leitura das expressões metafóricas e metonímicas destacadas, observando as relações de sentido instanciadas a partir delas, através do nosso conhecimento enciclopédico e das pistas textuais, identificamos um domínio (domínio-fonte) que foi utilizado para compreender o outro domínio (domínio-alvo), ou seja, a compreensão de um domínio se deu, parcialmente, em termos do outro. Por exemplo, quando dizemos:

O estupro é um rito masculino de dominação!



Verificamos a existência de um domínio-fonte: RITO e todos os conceitos atrelados a ele, como costume, cerimônia, obrigação, por exemplo. A escolha por um desses conceitos está diretamente relacionada ao agente conceptualizador e ao contexto no qual o enunciado ocorreu. Dessa forma, entendemos que o estupro pode, nesse contexto, ser compreendido como algo que faz parte da cultura masculina opressora, mas para que seja assim entendido, é necessário que o conceptualizador realize essa construção cognitiva. Observamos, ainda, o *frame* evocado na ocorrência, que, no caso do exemplo dado, corresponde à MASCULINIDADE, ativado a partir do item léxico ‘masculino’.

Tais construções cognitivas, que derivam das projeções seletivas entre os domínios fonte e alvo resultando nos conceitos metafóricos e metonímicos e das pistas linguísticas que ativam os *frames*, são o resultado das intrincadas relações biológicas, espaciais, sociais, históricas, política, ideológicas e culturais nas quais o ser humano vive diariamente. Nessa perspectiva, realizamos o procedimento previsto para esta etapa, que consistiu em identificar os domínios conceptuais (fonte e alvo) e os *frames* existentes no recorte textual selecionado, por meio da leitura e análise criteriosas.

Buscamos, inicialmente, identificar: expressões linguísticas, palavras, sentenças ou pequenos trechos no fragmento textual analisado. Em seguida, vinculamos as palavras-chave encontradas às seguintes perguntas: *O que deve ser compreendido? Em termos de que se deve compreender? Quais frames são evocados a partir dessas pistas linguísticas?*

A *conceptualização* ocorre em domínios e *frames* diferentes ou no mesmo domínio e *frame*? Tais perguntas foram formuladas com o objetivo de obter como resposta as expressões metafóricas ou metonímicas e identificar a perspectiva assumida pelo conceptualizador/autor, para, assim, podermos determinar os domínios da conceptualização e os *frames* acionados.

Identificados os domínios e *frames*, realizamos a verificação das suas definições dicionarizadas. Para isso, recorremos a dicionários produzidos nos séculos que compreendem o período estudado, séculos XIX, XX e XXI. Assim, utilizamos para o século XIX a versão *online* do *Diccionario da Lingua Brasileira* (PINTO, 1832). Quando o referido dicionário não apresentava registro para o item léxico pesquisado, recorremos aos dicionários *Vocabulario portuguez & latino* (BLUTEAU, 1728) e *Diccionario da lingua portugueza* (SILVA, 1789), também, *online*, que, apesar de não serem do século XIX, mas do século XVIII, consideramos que apresentam os registros de um período anterior, temporalmente, mais próximo, já que, também, serão expostos os registros das definições do respectivo item léxico encontrados no período posterior mais próximo, século XX, assim como no século XXI.

Para o século XX, por não haver dicionário *online* de livre acesso para esse período, optamos por consultar a versão impressa do *Novo dicionário da língua portuguesa* (AURÉLIO, 1986). Já para o século XXI, utilizamos o *Dicionário Caldas Aulete* (2020), também, na versão *online*.

A escolha dos dicionários não foi aleatória, considerando que o principal critério para a seleção foi o reconhecimento e a relevância dos autores e das obras. O segundo critério foi determinado pela disponibilidade para a livre consulta dessas obras *online*, considerando a facilidade de acesso e a segurança pessoal, tendo em vista o período pandêmico vivenciado. Como já relatado, apenas não foi encontrado o dicionário, dentro desses parâmetros, para o século XX, o que foi solucionado com a edição impressa, já que não conseguimos localizar uma edição virtual. Esses dicionários, também, foram utilizados para a busca das definições dos itens lexicais acionadores dos *frames*, conforme, anteriormente, tratado.

Tal procedimento possibilitou a interpretação dos domínios para que fosse possível propor as metáforas e metonímias referentes a cada um deles, já que o domínio-fonte dá a sustentação para a percepção do que se pretende dizer acerca do domínio-alvo, assim como, permitiu atestar a relação entre o domínio e o *frame* evocado.

Ademais, através do procedimento descrito, pudemos, ainda, estabelecer os domínios da experiência, a partir dos quais organizamos e apresentamos o nosso estudo, destacando os *frames* evocados em cada domínio. Optamos por essa forma de organização, por comungarmos com a visão multinível da metáfora, proposta por Kövecses (2017), e já apresentada, quando o autor afirma que os domínios são esquematicamente mais amplos do que os *frames*, sendo esses possuidores de maiores especificidades e aqueles, de maior generalidade. Acreditamos que essa forma de organização se constitui em um meio didático e eficaz de apresentar os resultados do estudo desenvolvido.

Dessa forma, a realização dos procedimentos, até aqui, descritos foi essencial para a consecução da etapa seguinte, que se explicita na próxima subseção.

2.4.4.4 A identificação das metáforas, das metonímias e dos esquemas-I estruturadores das construções conceptuais

A análise preliminarmente realizada das expressões linguísticas possibilitou a identificação dos domínios da experiência e dos *frames*, procedimento necessário ao processo de compreensão da conceptualização do estupro. De posse desses elementos, buscamos nos dicionários selecionados em cada século, a definição do item léxico acionador do domínio-fonte, para observar manutenções ou mudanças conceituais, assim como para verificar a pertinência da possível relação entre esse item léxico e um determinado *frame*. Assim, ao lermos uma ocorrência, verificamos os itens lexicais que acionam a imagem mental ali descrita, ou seja, os elementos responsáveis pela ativação do *frame*. Por exemplo, na ocorrência “O desnaturado pae, segundo referiu a victima, no dia que cometeu tão *hediondo crime*, surrou-a antes, mandando-a á praia a fim de buscar areia, e ali consumou seu *bestial e repugnante intento*”, as expressões linguísticas “hediondo crime” e “bestial e repugnante intento” acionam o domínio VIOLÊNCIA, concomitantemente ao domínio JUSTIÇA, ativado pela palavra “crime”.

Na sequência, buscamos propor metáforas e metonímias conceptuais que acionassem a compreensão resultante da relação estabelecida entre os dois domínios do conhecimento. Dessa forma, em relação à ocorrência apresentada, ao relacionarmos os conceitos CRIME e INTENTO ao conceito de ESTUPRO, verificamos que dizem respeito a conceptualizações metonímicas e propomos as compreensões CRIME POR

ESTUPRO e INTENÇÃO POR ESTUPRO, instanciadas pelas expressões linguísticas “hediondo crime” e “bestial e repugnante intento”, respectivamente.

A identificação dos esquemas-I se deu a partir dos itens linguísticos que ativaram a estruturação conceptual; assim, por exemplo, ainda considerando a ocorrência anterior, o item ‘tão’ ativou o esquema-I ESCALA, por indicar uma elevação na gravidade do ato; e, a expressão linguística “seu bestial e repugnante intento” acionou o esquema-I LIGAÇÃO, pois vincula o ato ao acusado através do pronome ‘seu’.

Esses procedimentos foram aplicados em todas as ocorrências e as expressões metafóricas e metonímicas do corpus analisado foram agrupadas e estudadas por domínio e, a partir de cada domínio, foram identificados os *frames* nele acionados. A ocorrência de conceitos similares foi constante, durante o processo de triagem, todavia, fizemos a alocação dos conceitos muito próximos em um domínio mais abrangente, como a inclusão dos conceitos de INTUITO e INTENTO no *frame* INTENÇÃO, assim como agrupamos os conceitos de CRIME, CORRUPÇÃO, VIOLAÇÃO e DELITO no domínio JUSTIÇA.

Vale ressaltar que tal procedimento não significou superinterpretação ou o desejo de descobrir uma única metáfora ou metonímia central a partir da qual todas as outras derivariam. Pelo contrário, nenhuma expressão metafórica ou metonímica foi deixada de lado pela dificuldade de delimitação em uma determinada categoria. Todas foram analisadas individualmente para verificarmos a possibilidade de inclusão em uma categoria identificada, na observação das primeiras ocorrências, ou para analisar a existência de um conceito metafórico ou metonímico diferente, portanto parte de outra categoria, ainda, não delimitada.

Em alguns exemplos, verificamos a ocorrência de mais de uma conceptualização no mesmo fragmento textual. Nesse caso, discorremos sobre cada conceptualização identificada em uma mesma ocorrência, separadamente, ou seja, na subseção correspondente a cada domínio por ela relacionado, implicando na repetição do exemplo, assim como repetimos, também, os esquemas-I atrelados a essas ocorrências.

Optamos por essa estratégia de estudo, para que todas as conceptualizações identificadas fossem analisadas e, ao mesmo tempo, para que a sistematicidade estabelecida fosse mantida. Assim, a ocorrência “O *crime* que, impiedoso, bestial, não se contenta em tomar os bens do seu semelhante, mas ainda se compraz em assassínio, em *estupro* e toda a série de *bestialidades*”, será discutida no domínio JUSTIÇA, pela compreensão do CRIME POR ESTUPRO, e, também, no domínio ANIMALIDADE, tendo em vista a conceptualização ESTUPRO É ANIMALIDADE.

O processo de leitura, análise, identificação e alocação das expressões metafóricas e metonímicas em metáforas e metonímias representativas de cada categoria foi contínuo até o término da análise.

Na subseção, a seguir, trataremos sobre a reconstrução dos mapeamentos.

2.4.4.5 A reconstrução dos mapeamentos

Para compreendermos como os diferentes conceitos metafóricos e metonímicos foram instanciados, fez-se necessário analisarmos os respectivos mapeamentos que projetaram tais conceitos e determinaram as possíveis gerações de sentido, que constituíram da interpretação realizada.

Para entendermos como a rede de mapeamentos foi processada, observamos como se deu o processo de significação através da (re)construção dos domínios conceituais, considerando que o processamento resulta de operações mentais que se iniciam nas representações verbais e, portanto, são instanciados por expressões linguísticas. Dessa forma, a partir das metáforas e metonímias propostas, foram elencados os conceitos relacionados a cada domínio do conhecimento e estabelecida a provável correspondência de sentidos entre eles.

Além disso, buscamos verificar a estruturação conceptual dessas metáforas e metonímias, através da descrição da ancoragem realizada pelos esquemas-I e *frames*, que foram identificados a partir dos itens linguísticos que os acionaram.

É importante poder analisar, explicar e descrever, com base nos esquemas-I, como se estruturam os conceitos relativos ao estupro, expressos por meio da linguagem verbal, nos textos jornalísticos, considerando que tais esquemas servem como base cognitiva para a emergência das metáforas e das metonímias.

As referidas projeções e os esquemas-I identificados foram observados, assim como a descrição dos mapeamentos sugeridos e os *frames* por eles evocados, visto que os mapeamentos oferecem uma estrutura conceptual e revelam os elementos do significado apresentados nas expressões linguísticas metafóricas e metonímicas. Dessa forma, ao observarmos a ocorrência “As referidas menores em seus depoimentos dizem positivamente que o autor de sua *deshonra* foi o professor Bento de Siqueira, seu tio”, verificamos que o item lexical ‘desonra’ ativa o *frame* HONRA, assim como instancia a conceptualização metonímica DESONRA POR ESTUPRO, do tipo CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA, que faz parte do domínio MORALIDADE. Esse item léxico, nessa

ocorrência, está relacionado à virgindade, sendo que a “perda da honra”, em decorrência do estupro, corresponde à perda da virgindade. Essa metonímia é alicerçada pelo esquema-I LIGAÇÃO, acionado pela expressão linguística “autor de sua” que vincula o acusado ao ato.

Esse procedimento de reconstrução de mapeamentos é indissociável da experiência física, social, espacial, política, ideológica, histórica e cultural humana, considerando que experiências diferentes dão origem a metáforas e metonímias diversas. Dessa maneira, durante essa etapa de pesquisa realizada, buscamos reconstruir relações cognitivas que originaram as expressões metafóricas e metonímicas analisadas, bem como os esquemas-I e os *frames* estruturadores dessas construções cognitivas, a partir de um cenário individual, social, cultural, político, ideológico e histórico dado, sobre o que discorreremos na próxima subseção.

2.4.4.6 A contextualização metafórica e metonímica

Uma vez realizada a reconstrução dos mapeamentos que originaram as metáforas e metonímias usadas em textos jornalísticos sobre o estupro, iniciamos o trabalho de análise do contexto individual, espacial, social, cultural, político, ideológico e histórico em que estavam inseridos os textos analisados.

Sabemos que a complexidade da organização social, traduzida em estilos e hábitos de vida, é fundamentalmente influenciada por diferentes aspectos sociais: cultura, economia, política, tecnologia, história e a própria sociedade. No decorrer do tempo, transformações resultantes do desenvolvimento social têm modificado as condições de trabalho, o indivíduo (quanto a seus costumes, crenças e estilos de vida), as relações entre o eu e o outro, e, por conseguinte, a forma de compreender e significar a realidade.

Cada cultura tem suas próprias e distintivas formas de compreender e organizar o mundo. É pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos fornece os meios pelos quais se pode dar sentido ao mundo social e construir significados. Ao tratarmos da constituição dos sentidos, retomamos a relação com a metáfora e metonímia conceituais, processos cognitivos que têm o conceptualizador como o seu principal agente, considerando que este está atrelado às suas experiências e as utiliza para interagir, no espaço, com os outros e constituir seus significados individuais e sociais.

Dessa forma, realizamos, nessa etapa da pesquisa feita, a verificação da contextualização metafórica e metonímica, considerando que a utilização das expressões

linguísticas, e conseqüentemente, das metáforas e metonímias a elas relacionadas, está atrelada às interações dos sujeitos nos contextos geo-sócio-históricos-culturais-políticos-ideológicos em que vivem.

Para tanto, realizamos leituras em textos, relacionados as épocas estudadas, que abordavam tópicos presentes nas diferentes esferas que, de alguma forma, estavam relacionadas ao estupro, como: família, gênero, justiça, sociedade etc. Tais leituras constituíram-se essenciais, pois possibilitaram elencar elementos importantes e representativos das citadas esferas, em cada época de registro da ocorrência, o que permitiu subsidiar o estudo, a partir do conhecimento das diferentes perspectivas acerca dos referidos tópicos, em cada período analisado.

Nesse sentido, buscamos compreender, por exemplo, quando da instauração do processo de estupro, por que ocorre o deslocamento do enfoque dos fatos para a conduta afetivo-sexual dos envolvidos, tanto agressores quanto, principalmente, vítimas, dando origem a diversificadas formas de conceptualizar o referido ato, embora a legislação seja clara ao tipificar como crime o ato de forçar outrem à conjunção carnal ou a outro ato libidinoso. Dessa forma, buscamos entender o que estava por trás dessa mudança de enfoque. Seriam questões apenas jurídicas? De gênero? Como se pensavam tais questões nos séculos passados? E no presente?

Os elementos significativos encontrados foram elencados e discorremos sobre a provável influência e relevância no processo de cada conceptualização.

Buscamos, dessa forma, verificar, neste estudo, a influência dos fatores sociais, históricos, políticos, ideológicos e culturais nessas conceptualizações. Assim, pudemos estabelecer, com mais propriedade, uma correlação entre o contexto de ocorrência e as metáforas e metonímias instanciadas.

A seguir, trataremos sobre como se desenvolveu o estudo realizado, o que está apresentado na próxima subseção.

2.4.4.7 Os procedimentos de estudo

Com base nos objetivos estabelecidos para a realização da pesquisa feita, no estudo dos dados, enfocamos três aspectos: (I) as conceptualizações/categorizações do estupro manifestas nos textos jornalísticos, (II) os fatos sócio-históricos, políticos, ideológicos e culturais imbricados nessas conceptualizações e (III) as manutenções, variações e/ou mudanças metafóricas e metonímicas observadas nos períodos estudados.

Os procedimentos de estudo, relativos a cada um desses aspectos, são descritos a seguir:

I. Do estudo das conceptualizações

A primeira fase foi intracategorial, sendo realizado o estudo individual das metáforas e metonímias, sobre o estupro, retiradas de cada texto do corpus, conforme anteriormente descrito. As metáforas e metonímias atestadas foram estudadas, de acordo com o aporte teórico da LC, conforme já destacado, o que possibilitou visualizar os domínios-fonte e alvo, os mapeamentos evocados na estruturação das metáforas e metonímias encontradas, bem como os esquemas-I, *frames* e domínios estruturadores dessas conceptualizações.

II. Do estudo dos fatores históricos, sociais, políticos, ideológicos e culturais

A segunda etapa de estudos consistiu em uma análise intercategorial. Nesse estágio, foi verificada a dimensão espacial, social, histórica, política, ideológica e cultural das metáforas e metonímias atestadas, considerando a hipótese de que, em decorrência de o corpus ser constituído por textos de diferentes períodos históricos, cada período investigado recorreu a modelos metafóricos e metonímicos diferentes na conceptualização/categorização do estupro.

III. Do estudo das manutenções, variações e/ou mudanças nas conceptualizações

Nessa etapa do estudo, verificamos as ocorrências de manutenção, variação e/ou mudança nas conceptualizações metafóricas e metonímicas do estupro. Buscamos identificar as manutenções, variações e/ou mudanças registradas, quando ocorreram, e, relacioná-las ao cenário histórico, ideológico, cultural e social presente no recorte temporal estudado, como tentativa de propor uma explicação coerente para tal alteração.

Quanto a apresentação individualizada dos aspectos estudados, destacamos que teve por objetivo explicitar o enfoque dado neste trabalho, e não, separar o estudo linguístico do extralinguístico, tendo em vista que são aspectos interconectados no processo de construção conceptual.

A seguir, trataremos sobre a sistematização do estudo realizado.

2.4.4.8 A sistematização

Após a realização do estudo, iniciamos a sistematização das metáforas e metonímias conceituais propostas a partir das expressões linguísticas encontradas. Tal procedimento foi realizado, com o objetivo de tornar possível a visualização dos dados que foram coletados e de subsidiar a discussão dos resultados.

Não utilizamos, entretanto, nenhum programa computacional para a sistematização dos resultados. Optamos pela sistematização manual, considerando que este trabalho não teve por objetivo obter resultados estatísticos, mas sim, uma amostragem para ser discutida, paralelamente, aos resultados.

A fim de explorar de maneira detalhada as ocorrências, os resultados foram apresentados a partir de cada domínio verificado, sendo destacados os *frames* observados em cada domínio, conforme já assinalado. Para tanto, elaboramos quadros, nos quais foram enumeradas as conceptualizações metafóricas e metonímicas encontradas, bem como os domínios, *frames* e esquemas-I, estruturadores dessas conceptualizações, assim como os gêneros textuais observados e seus conceptualizadores. Tal procedimento possibilitou a visualização dos resultados de uma forma mais global, permitindo a constatação de recorrências conceituais, das vinculações entre os conceitos e das relações entre as conceptualizações, o gênero textual e o conceptualizador. Por isso, constituiu-se em um instrumento produtor para o estudo das conceptualizações do estupro, já que, ao observar os dados ilustrados, foi possível estabelecer algumas inter-relações, que, ainda, não tinham sido observadas.

Realizamos a sistematização dos resultados, a partir das orientações encontradas em Schmitt (2017) para o estudo das metáforas, as quais foram adaptadas para o estudo, também, das metonímias, como antes informado. Dessa forma, realizamos a: (i) identificação e análise das expressões metafóricas e metonímicas encontradas; (ii) organização das metáforas e metonímias em domínios conceituais, ou seja, aquelas que se referiam ao mesmo domínio e *frame* foram agrupadas conjuntamente; (iii) tentativa de reconstrução dos mapeamentos; (iv) avaliação quanto ao caráter individual ou cultural dos mapeamentos reconstruídos; (v) avaliação das ações motivadas pelos conceitos metafóricos e metonímicos encontrados; (vi) identificação dos esquemas-I, estruturadores dessas conceptualizações.

Objetivamos, com esses procedimentos, evidenciar as metáforas e metonímias conceituais sobre o estupro que figuravam nos textos jornalísticos, bem como as

motivações contextuais que licenciaram essas ocorrências. A partir da sistematização do estudo, realizamos a discussão dos resultados encontrados, seguida das nossas considerações acerca do processo de conceptualização investigado.

Diante do exposto, esperamos que os procedimentos metodológicos, anteriormente estabelecidos, e, utilizados na realização desta Tese, tenham representado uma opção metodológica produtora e passível de ser utilizada nas pesquisas desenvolvidas no âmbito da LC.

A seguir, trataremos das notações e convenções utilizadas neste trabalho.

2.4.5 Notações e convenções

Apresentamos, nessa subseção, as notações e convenções utilizadas no estudo do nosso corpus, as quais são explicitadas, a seguir:

I- Para destacar as expressões linguísticas metafóricas e metonímicas, encontradas nas ocorrências constantes dos textos jornalísticos selecionados, utilizamos o itálico, conforme propõem Lakoff e Johnson (2002 [1980]).

(xx) Na Limeira estão preparados para entrar em julgamento quatro processos por *crime de estupro*. Em um desses processos o acusado *deflorou* a própria filha. (14/06/1885, p. 2; Notícia; A autoria do jornal)

II- Para apresentar os domínios-fonte e alvo (Domínio-fonte: GUERRA e Domínio-alvo: ESTUPRO), as metáforas e metonímias conceptuais (ESTUPRO É GUERRA e TODO PELA PARTE), os esquemas-I (esquema-I LIGAÇÃO), seguimos, ainda, a convenção proposta por Lakoff e Johnson (2002 [1980]), sendo utilizadas maiúsculas no registro. Incluímos, também, essa mesma convenção para o *frame* (*frame* FLORA).

III- Para citar e copiar no corpo do texto, trechos das ocorrências, utilizamos aspas duplas (“autor da sua deshonra”) e para as formas linguísticas (adjetivo ‘nefando’), aspas simples.

IV- Para identificar o texto jornalístico em que consta a ocorrência, apresentamos informações entre parênteses, ao final do trecho selecionado, na seguinte ordem:

data (dia, mês, ano) da edição do jornal, página, gênero textual e escrevente/conceitualizador, seguido da sua profissão/função (quando não encontrado o registro do nome do escrevente/conceitualizador, consideramos que o texto é de autoria do jornal, sendo apresentada essa informação).

(xx) O *crime* que, impiedoso, bestial, não se contenta em tomar os bens do seu semelhante, mas ainda se compraz em assassinio, em *estupro* e toda a série de *bestialidades*. (23/01/1981, p. 2; Artigo; João Nowacki, leitor).

V- Para transcrever a ocorrência, preservamos as abreviaturas, a ortografia, a pontuação e a acentuação, conforme aparece no respectivo jornal.

VI- O estudo das ocorrências é apresentado por domínio, por questões didáticas, conforme anteriormente tratado, e, a partir deles, são apresentados e discutidos os *frames* que os integram e que foram verificados no nosso corpus.

VII- Para identificar as ocorrências, utilizamos a numeração em ordem crescente de apresentação, sendo atribuído um novo número a uma mesma ocorrência que venha a se repetir em um outro domínio.

VIII- Para a notação dos nomes das categorias mais gerais, utilizamos caixa alta; e, as categorias mais específicas, apenas, a letra inicial em caixa alta. Para a categoria ESTUPRO, empregamos a caixa alta em negrito para deixá-la em destaque.

XIX- Para a notação nos quadros 113 e 114 utilizamos maiúsculas em negrito para os domínios (**JUSTIÇA**), metáforas (**ESTUPRO É ANIMALIDADE**) e metonímias (**CRIME POR ESTUPRO**) mais gerais; maiúsculas sem negrito para os *frames* (CRIME), metáforas (ESTUPRO É IRRACIONALIDADE) e metonímias (CRIME DE TORTURA POR ESTUPRO) mais específicas; e, apenas, a inicial maiúscula nas especificações dos *frames* (Crime de estupro).

XX- Para o preenchimento do quadro 114, utilizamos um (X), quando pudemos identificar o conceitualizador, e (O), quando essa identificação não pôde ser realizada.

Determinados os procedimentos metodológicos e as convenções e notações adotadas ao longo da pesquisa realizada, trataremos, a seguir, do estudo das ocorrências e interpretação dos resultados.

3 PREMISSAS CONTEXTUAIS E ESTUDO DO CORPUS

O presente capítulo discorre acerca das características contextuais da época estudada e trata sobre a aplicação dos procedimentos interpretativos adotados por nós no estudo do corpus, estando organizado da seguinte forma: inicialmente, discorreremos sobre o contexto espacial-sócio-histórico-cultural-político-ideológico predominante nos séculos XIX, XX e XXI; em seguida, realizamos uma interpretação das ocorrências, partindo da identificação dos domínios e *frames* acionados, sendo essa interpretação realizada a partir da apresentação das metáforas e das metonímias encontradas e dos respectivos esquemas-I, estruturadores dessas conceptualizações; em seguida, apresentamos a sistematização dos resultados do estudo realizado; e, por fim, discutimos esses resultados, com as possíveis inferências que pudemos fazer a partir das metáforas, metonímias, domínios, *frames* e esquemas-I, encontrados no corpus e utilizados pelos conceptualizadores na compreensão do estupro.

Dessa forma, considerando que o fenômeno do estupro é complexo, multidimensional e tem suas determinações não somente na violência criminal, mas, sobretudo, nas relações macrossociais, fez-se necessário, para compreendê-lo, e compreender suas conceptualizações, estudá-lo, também, em seu espaço, sociedade e historicidade cultural. Para tanto, fazemos, a seguir, a contextualização da época investigada, conforme anteriormente destacado, os séculos XIX, XX e XXI.

3.1 PREMISSAS CONTEXTUAIS

O conhecimento de aspectos culturais, sociais, políticos, ideológicos e históricos de épocas pretéritas é fundamental para o entendimento de como a sociedade pensava sobre um dado fenômeno em um período determinado, de como esse pensamento ainda está presente nos nossos dias e de como nós pensamos diferente dos nossos antepassados.

A apreensão desse conhecimento nos possibilitou compreender o processo de construção de significados e, por conseguinte, das conceptualizações do estupro, além de favorecer o desenvolvimento de uma abordagem interdisciplinar. Nesse sentido, discorreremos, a seguir, sobre as especificidades de cada período estudado, aspectos que são imprescindíveis para a contextualização da nossa investigação e, em seguida, tratamos do estudo desenvolvido na etapa analítica do presente trabalho.

3.1.1 Algumas considerações sobre o estupro nos séculos XIX, XX e XXI

Antes de abordarmos, especificamente, o recorte temporal eleito para o estudo realizado, consideramos importante discorrer, brevemente, sobre como o estupro foi considerado no decorrer do tempo, desde a Antiguidade.

Sabemos que esse ato violento está relacionado ao domínio e à submissão de pessoas, geralmente, mulheres. Especificamente sobre esta última parcela da humanidade, Soares (1999, p. 125) diz que o estupro é “uma violência masculina que é exercida contra as mulheres pela necessidade dos homens de controlá-las e de exercer sobre elas o seu poder”. Tal ato foi tratado como um crime contra a propriedade, desde o código judaico do Velho Testamento até o feudalismo, já que roubar ou raptar uma mulher de seu pai ou marido, seus proprietários de direito, acabaria com o seu valor de propriedade, principalmente, no caso de virgens.

Na Grécia Antiga, o crime era punido com multa, a posteriori, a pena passou a ser a de morte. De acordo com Margolis (2006, p. 30), “alguns ainda argumentam que na Grécia Antiga o estupro era direito de domínio do homem”.

Foi em Roma que surgiu o termo *strupum* que, na lei, significava o crime de conjunção carnal ilícita com mulher virgem ou viúva honesta, mas sem o emprego de violência. Em Roma, as mulheres, também, eram consideradas propriedade dos homens, eles exerciam o direito de posse que lhes foram concedidos sobre todos os membros do seu clã (MARGOLIS, 2006).

Durante a Idade Média, “[...] as concepções da sociedade cristã não concedem nenhum lugar específico às mulheres” (LE GOFF, 1989, p.193). Capez e Prado (2012, p.19) assinalam que, nessa época, “o direito canônico atingiu a repressões nunca antes cogitadas, punindo até o mero pensamento e o desejo”. Todavia, só era considerado estupro quando era cometido com violência e contra mulher virgem. Segundo Prado (2002, p.198), o estupro no Direito Canônico

alcançava apenas o coito com mulher virgem e não casada, mas honesta. O *stuprum violentum de publica*, com a pena capital, onde se cortava a cabeça do indivíduo que cometesse tal crime, em praça pública.

A partir do século XVI, o crime de estupro passou a ser considerado como de violência sexual, tida como roubo da castidade e da virtude. Entretanto, pelo fato de a lei

considerar esposas e filhas como propriedade patriarcal, a prática nos tribunais era resolver o crime de estupro entre os homens.

Esse período, época em que teve início a colonização do Brasil, é permeado pela violência aos milhares de índios mortos e índias estupradas, sendo, entretanto, a história de nosso país considerada na perspectiva do dominador. Por isso que a chegada, conquista e dominação do povo europeu na América foi tida como “mais uma etapa gloriosa de uma civilização superior” (ALVES, 2004, p. 25), cumprindo seu objetivo de disseminar pelo mundo as “verdades” engendradas durante o processo, denominado de “desenvolvimento” histórico.

Assim, ao chegarem ao Brasil, os colonizadores encontraram as índias, com seus corpos nus, transitando por toda a costa. Para eles, algo incomum, pois na Europa o corpo feminino era considerado pecaminoso, um caminho para o inferno.

Dessa forma, ao desembarcarem em terras brasileiras sem as suas famílias, europeus cobiçavam as índias e acabavam por “usar” essas mulheres para a sua satisfação sexual, sem a existência de laços afetivos e, muitas vezes, empregavam a força para a prática do ato.

Com o estabelecimento da Companhia de Jesus, entretanto, a sexualidade passou a ser controlada por sua moral Cristã. Índios foram proibidos de andarem nus e de realizarem seus casamentos poligâmicos. Foi permitida a união entre brancos e índios e foram diversos os pedidos encaminhados ao rei para que mandasse mulheres brancas, a fim de que se instalasse a ordem familiar e o sistema de contratação de casamento nas novas terras, induzindo as mulheres da Colônia a preservarem a virgindade pré-matrimonial (VAINFAS, 1997).

No Brasil, bígamos, concubinatórios, fornicadores e adúlteros sofreram severas punições pelos padres por não praticarem os ditames da família e do casal monogâmico. A criminalização da sexualidade desviante, tanto pela Igreja quanto pelas instituições públicas (representada, principalmente, pela classe médica e jurídica), possibilitou o estabelecimento de uma disciplina moralizante da sexualidade e a relevância do casamento e da rigidez familiar até o século XIX.

Ao tratar sobre opressão sexual, Foucault (1988) afirma que o ato desvela a hipocrisia burguesa, que apenas faz concessões às sexualidades ilegítimas limitadas a espaços circunscritos. Segundo o autor, a repressão sexual está associada com o advento da ordem da dominação burguesa. Nesse sentido, a sexualidade, além de ser passível de

juízo, passou a ser gerida, administrada e inserida em um sistema que busca, através do seu controle, utilidade e bom funcionamento, manter o poder.

Na primeira época do reinado de D. Pedro II, entre 1840 e 1867 até a Guerra do Paraguai, segundo Del Priore (2014, p.71), “copiavam-se tanto os esplendores do Segundo Império francês quanto os maus costumes. Paris dominava o mundo. O Rio de Janeiro contagiava-se por imitação”. Nesse contexto de mudanças comportamentais, no sistema patriarcal dominante, a aparência de homens e mulheres expressava muito sobre os sexos.

Para Del Priore (2014), nesse período, o homem buscava, o quanto possível, diferenciar a mulher de si. Ele, o sexo forte, ela, o fraco; ele, o sexo nobre, ela, o belo. A propagação da mulher frágil é observada na literatura, no erotismo das músicas e na pintura romântica. Esse culto a mulher é considerado um culto narcisista de homem patriarcal, de sexo dominante que se serve do oprimido, ou seja, o homem estima a fragilidade feminina para se sentir superior, dominador.

No período colonial, as moças eram forçadas a se casarem com homens mais velhos. Elas tinham entre 12 e 13 anos, eram entregues ao matrimônio, logo após a primeira menstruação, sem ter conhecimento algum sobre seu corpo, seus órgãos, sobre sexo e era na noite de núpcias que elas eram, não poucas vezes, estupradas. Não havia punição entre casais, visto que as mulheres eram tidas como propriedade dos homens, de acordo com a legislação vigente criada pelo governo monárquico.

O Código Filipino, a legislação do período colonial que permaneceu até o século XIX, por exemplo, permitia que o marido assassinasse a esposa em caso de adultério. Era facultativo a pais e maridos o enclausuramento forçado das esposas e filhas ou recolhimentos em ordens religiosas e sanatórios. Posteriormente, o Código Criminal do Império definia como crime sexual o agravo cometido a “mulheres honestas”, um termo que constou no Código Penal de 1940, em vigor até 2003.

Para Fausto (2001), o intuito da legislação presente no Código Penal de 1830 e no Código Penal de 1890, era a proteção da honra, mas não se tratava de proteger a honra como um atributo da mulher e sim como apanágio do homem, do pai, da família.

A ideologia patriarcal, que estruturava as relações sociais no Brasil Colônia, dava, aos homens, poder irrestrito sobre as mulheres, algo que justificava atos de violência cometidos por pais e maridos. Isso disseminou entre os homens, de uma forma geral, um sentimento de posse sobre o corpo feminino, atrelado à ideia de honra masculina. Cabia, então, aos homens disciplinar e controlar os corpos femininos para garantir a ordem.

O Brasil passou por um processo civilizatório e higienizador, no século XIX, onde as mulheres pobres foram duramente atingidas, tanto pela violência do Estado, quanto pela violência já normalizada por seus companheiros. Com a derrubada dos cortiços pelo Estado, elas foram obrigadas a ir para a rua, já que, antes, trabalhavam em casa (como cozinheiras e lavadeiras). Isso fez com que a repressão policial contra essas mulheres fosse acentuada, além de elevar, também, a violência conjugal.

Em paralelo a isso, no século XIX, a medicina social assegurava como características biológicas femininas a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal. Em oposição, o homem conjugava à sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios.

A pobreza nas ruas e a multidão, consideradas como sinônimo de ameaça política e contágio moral, marcaram o início da República. Nesse ambiente, surgiu a preocupação com uma série de crimes contra a pessoa e a propriedade e que desencadeou as sensações de medo, espanto e indignação produzidas pela correlação que se estabeleceu entre crescimento urbano, pobreza, doença e criminalidade. Tais aspectos reforçavam a concepção de que nas cidades o homem entraria em um declínio físico e moral.

A partir desse contexto, buscou-se meios para garantir um crescimento urbano mais ordenado e a difusão de saberes que possibilitariam o aprimoramento dos mecanismos de controle social, por exemplo, na mudança das compreensões e práticas da saúde e na concepção e abrangência da criminalidade. As diversas espécies de “desvios” passaram a ser classificados e para cada um deles criaram-se determinadas formas de enfrentamento, fundamentadas na crença na ciência como base do progresso.

Foi nesse ambiente que o século XIX ficou conhecido como “Século da Ciência” e surgiu, então, uma nova concepção para o crime em si. Os crimes sexuais passaram a ser apontados como produto da mudança de costumes que afetava a instituição familiar e fizeram surgir o interesse pelo aprofundamento de conceitos relacionados às patologias do instinto sexual e sobre os crimes praticados contra a honra das mulheres. Por meio de justificações biológicas e, posteriormente, sociológicas, surgiu o conceito de criminoso nato, à medida que se criava uma figura para o estuprador como um sujeito vagabundo, errante e proveniente das periferias das cidades. O estuprador passou a ser considerado como a degeneração de uma esfera social ainda não contemplada pela Ciência e pelo Progresso.

O que se verificava, no final do século XIX, era uma atmosfera sombria, caracterizada pela proliferação dos crimes sexuais que, paralelamente ao crescimento do consumo de álcool, dos casos de suicídio e de loucura, dos índices de criminalidade e das nevroses e suas diversas manifestações (da histeria à epilepsia), atingia não apenas a vida, a honra e a liberdade de suas vítimas, mas, também, comprometia a segurança social.

Foi com o advento da República e a promulgação do Código Penal de 1890 que a legislação passou a dar maior atenção aos “Direitos Humanos de Segunda Geração”, destacando os direitos sociais, culturais e econômicos, que correspondem aos direitos de igualdade. (LENZA, 2010).

No início da República, com o desenvolvimento da urbanização, da industrialização e da diminuição do prestígio social, relacionado essencialmente à terra, houve um afrouxamento das relações patriarcais e da autoridade paterna, o que possibilitou que a opinião pessoal se tornasse cada vez mais frequente na escolha dos parceiros, podendo ser realizada pelos próprios interessados e não mais, apenas, pelos pais (LEWKOWICKS, 1989; NAZZARI, 1989).

O namoro e o amor pré-nupcial, durante esse período, tornaram-se fundamentais na escolha e na realização dos casamentos, já que o rapaz teria a oportunidade de mostrar suas intenções à família da moça, tornando esse espaço um *locus* privilegiado (mas não o único) da aproximação física pré-nupcial. Por outro lado, as intenções apresentadas entre os namorados poderiam conceder este sentido ao namoro, caso eles utilizassem a perda da virgindade como meio de confrontar as normas e o não-consentimento dos pais às suas escolhas, considerando que a prática da sexualidade pré-matrimonial contestaria a autoridade paterna, “forçando” um casamento com o escolhido, quando a perda da virgindade da mulher fosse revelada. (TRIGO, 1989).

Dessa forma, as mulheres passaram a ter a “possibilidade” de utilizar a sua virgindade como “moeda de troca”, favorecendo o aceite do homem e dos pais. A mulher, entretanto, apesar dessas mudanças, se manteve presa à misoginia sexual repressiva, que pregava a honradez e a virgindade, e, mais uma vez, submissa à autoridade do homem e às obrigações de procriar e de educar os filhos.

A problemática dos crimes sexuais está inserida nessa questão: se a prática da sexualidade pré-nupcial era, algumas vezes, aceitável, quando vinculada à realização do casamento (casos de raptos, estupros e defloramentos para conseguirem se casar com auxílio da Justiça, conforme estabelecia a legislação de 1890); por outro lado, era punida, quando se distanciava das prerrogativas da contratação do matrimônio. Nesse sentido, era

considerada como prática livre da sexualidade (relações que não objetivavam o casamento e nem a reprodução), relatada e apresentada nos processos e inquéritos de corrupção de menores, atentados ao pudor e atos libidinosos.

Por isso, nesse contexto, a reputação da mulher estava relacionada à conduta sexual, que integrava a honra familiar e deveria ser defendida pelo homem. Algranti (1993) destaca que a mulher, considerada honesta, era aquela virgem, enquanto solteira, fiel, quando casada, e casta, ao tornar-se viúva. A autora ressalta que a transgressão de normas de conduta sexual por uma das mulheres da casa, esposa, filha ou irmã, mancharia a honra do homem e, por consequência, de toda a família.

A virgindade era entendida como um bem a ser protegido e, nessa tarefa, dedicavam-se todos os homens e as instituições por eles representadas: Estado e Igreja. A virgindade era mais do que um bem pertencente à mulher, pertencia à família, pois sua perda corresponderia à desonra familiar; era também um bem público, já que sua preservação era sinal de respeito aos bons costumes e sua falta, sinal de desrespeito a uma ordem moral. Era entendida como um pré-requisito para um bom casamento que era o futuro possível para as moças e desejado pelas famílias.

Caufield (2000, p. 205) afirma que

Moças da classe trabalhadora, ou mais frequentemente seus pais ou responsáveis, recorriam à Polícia e à Justiça para que intermediassem os conflitos que envolviam a perda da virgindade, geralmente com a esperança de que as autoridades forçassem os defloradores a casar.

Na passagem do século XIX para o XX, no Brasil, o casamento ganhou relevância por ser considerado como uma forma de assegurar o ordenamento social, sendo as reformulações nos códigos legislativos, que ocorreram naquele período, reflexos de uma política social que visava a normatizar a sexualidade e as práticas relacionadas à contratação matrimonial, difundidas por médicos e juristas para a constituição das nomeadas famílias higiênicas e morais, castigando os que subvertessem as normas sociais e assegurando, dessa forma, a estabilidade social (ESTEVEVES, 1989).

De acordo com Silva (1984), as mudanças legislativas, ocorridas no período, objetivavam a moralização da população através da punição daqueles que fossem de encontro à doutrina estatal de desenvolvimento e de divulgação de papéis sociais e casamento, disseminando na República, para esse fim, um modelo que seria tido como o desejável para a sexualidade e para a família: sexo restrito ao casamento com mulheres

recatadas, pudicas, virgens e castas, destinadas a cuidarem do lar, do marido e dos filhos; e homens dedicados à esfera pública do trabalho, como maneira de sustentar o lar e a família. Qualquer desrespeito à figura feminina e à sua sexualidade deveria ser coibido, a fim de se manter a estrutura familiar e do casamento, consideradas como pedras angulares da sociedade (RAGO, 1991; VARGAS, 1999).

Todavia, a sexualidade da mulher era condicionada à vontade do marido, segundo Simone de Beauvoir (1967). Para a autora, dentro da sociedade patriarcal, o casamento está para a mulher, assim como a realização profissional está para o homem, de forma que, para que o casamento fosse bom, seria necessário que a mulher fizesse concessões, dentre as quais, manter uma vida sexual ativa, a depender do desejo do marido:

O homem, pelo fato de ser quem ‘toma’ a mulher - sobretudo em sendo numerosas as solicitações femininas - tem maior possibilidade de escolha. Mas como o ato sexual é considerado um serviço imposto à mulher e no qual assentam as vantagens que lhe são concedidas, é lógico que não se dê importância a suas preferências singulares (p. 175).

Chalhoub (2001, p. 180), ao estudar padrões de comportamento de homens e de mulheres da classe trabalhadora do Rio de Janeiro na primeira metade do século XX, afirma: “a honra do homem depende da conduta da mulher, que lhe deve ser absolutamente fiel, e é exatamente essa dependência que legitima seu poder sobre ela”. Assim, os crimes contra a ordem familiar e, em especial, os que atentassem contra a honra e sexualidade das mulheres, deveriam ser punidos rigorosamente (DELMANTO, 1986; GAMA, 1929). Para os defloramentos, raptos e estupros, entretanto, a legislação assegurava a extinção da punibilidade (artigo 276, Código Penal 1890) àqueles acusados que se casassem com as vítimas.

Em termos gerais, a maneira como se entende o casamento na República, como monogâmico, é resultado de construções históricas que remetem à filosofia grega do Estoicismo⁴⁵ e à moral propagada há vinte séculos pelo Cristianismo. Em seus primórdios, o casamento possibilitava ao casal a saúde do corpo, o equilíbrio do espírito, o bem da comunidade, o favorecimento da fidelidade mútua, a prática do ato sexual que tinha em vista, apenas, a reprodução (em detrimento do uso do prazer), a preservação da

⁴⁵ Doutrina fundada por Zenão de Cício (335-264 a.C.), e desenvolvida por várias gerações de filósofos, que se caracteriza por uma ética em que a imperturbabilidade, a extirpação das paixões e a aceitação resignada do destino são as marcas fundamentais do homem sábio, o único apto a experimentar a verdadeira felicidade [O estoicismo exerceu profunda influência na ética cristã].

propriedade e do sistema de herança, a educação moralmente correta da descendência no lar, a promulgação da ideia da família como lugar que prima pelo amor e união, e da misoginia dos papéis sociais (FOUCAULT 1999; MOTT, 2001). Embora mudanças significativas tenham ocorrido nos dois milênios seguintes, muitas dessas concepções persistiram.

A virgindade e o controle do desejo sexual foram as bases que nortearam as diretrizes do enlace matrimonial, representadas pela existência da honra e moralidade das mulheres (futuras mães e esposas). Essa regulação matrimonial foi especialmente desenvolvida e divulgada pela Igreja Católica, desde o século III e destacava que o recato e pureza (virgindade) seriam precondições para a efetivação dos casamentos. O modelo cristão do casamento (monogâmico, heterossexual e indissolúvel) coexistia com outros modelos de união como os concubinatos, amasiamentos, divórcios e re-casamentos, então proibidos pela Igreja (VAINFAS, 1986).

Esse modelo cristão de casamento objetivava garantir a preservação dos bens e posses pelas classes mais favorecidas e “moralizar” as uniões dos mais pobres que buscavam outros modelos. Entretanto, apesar do esforço da igreja, existiram outras formas de satisfação sexual pré e pós-matrimonial, como as fugas e raptos, estupros, jogos pueris⁴⁶, uso de métodos contraceptivos e da prostituição que, apesar de proibidos, eram tolerados pela Igreja, tendo em vista possibilitar algumas válvulas de escape em um sistema moral tão rígido (FLANDRIN 1987, 1988).

A partir das mudanças políticas, sociais e culturais que vieram após a República, a mulher elegante, dona de um corpo ampulheta e que dominava os desejos masculinos durante a maior parte do século XIX, ficou para trás. A partir do início do século XX, surgiram muitos ginásios, professores de ginástica e os manuais de medicina destacavam as vantagens corporais e morais das atividades físicas. Paralelamente, o trabalho nas ruas, o motor e a explosão indicavam que o movimento das cidades necessitava de velocidade e agilidade. Sobre essa mudança comportamental, Pierry Levy (1998) destaca que foi com a revolução industrial que teve início o processo que conduziu a revolução informacional e demográfica, ainda em curso, que ampliou os contatos e a conexão da humanidade consigo mesma, modificando as relações intra e interpessoais. Vale destacar, nesse

⁴⁶ Os jogos pueris só não permitiam a penetração vaginal, garantindo a vivência da sexualidade entre os amantes, sem que se ameaçasse o estatuto de sacralidade que representava a virgindade pré-nupcial. (FLANDRIN 1987, 1988).

contexto, o surgimento da pílula anticoncepcional que foi fundamental para mudanças de comportamentos da mulher.

De acordo com Del Priore (2014), essa nova maneira de viver abrangia a exposição física, a busca do prazer e da agitação, a crença na ciência e no progresso, a ideia de multidão, um processo de formação de uma cultura construída no hibridismo urbano do gosto das camadas médias e populares. Segundo a autora, o século XX trouxe um corpo novo que gosta de se mostrar, um corpo íntimo e sexuado que, gradativamente, iria burlar a disciplina do passado em prol do prazer.

Apenas no século XX, com a entrada das mulheres no mercado de trabalho e o questionamento do lugar de subalternidade, algumas mudanças começam a ocorrer. A Segunda Guerra Mundial e o desenvolvimento econômico possibilitaram que se aproveitasse uma “mão de obra parada”. Com a inserção das mulheres no mercado de trabalho pós-guerra, há uma virada nas regras e valores sociais, que conduzem à explosão do movimento feminista na Europa e EUA nos anos 1960 e no Brasil da década posterior.

Teve início, dessa forma, a reflexão sobre as diferentes denominações de estupro, de acordo com sua relação às sociedades pré-modernas e às sociedades modernas. Na primeira, a mulher e seu acesso sexual eram vistos como patrimônio do homem, já nas sociedades modernas, as conquistas das mulheres tanto no espaço público, quanto individual, fizeram por garantir o resguardo de suas garantias individuais (SEGATO, 1999).

No que diz respeito à questão jurídica, quanto a criminalização da prática sexual violenta, o art. 213 do Código Penal brasileiro, por décadas, ostentou o tipo penal do estupro como caracterizado pela circunstância elementar da conjunção carnal, ao descrever a conduta delituosa que a lei penal viria a punir. A posse materializada pelo desejo masculino só se completaria pelo coito, pela penetração, sendo considerados, quaisquer outros atos de natureza sexual, como atentado violento ao pudor e não como estupro. Em sua antiga redação, o citado dispositivo legal, que tipificava o estupro, indicava como vítima a mulher, conferindo ao delito características de um crime próprio, eminentemente masculino. Com a reforma do Código Penal em 2009, e o advento da Lei 12.015/09, houve uma igualdade de gênero nos polos ativo e passivo dos delitos sexuais, ou seja, homens e mulheres podem ser agressores e/ou vítimas. Ressalta-se, entretanto, que, mesmo com o advento da lei, as mulheres ainda são as maiores vítimas dos delitos sexuais. Isso pode ser constatado através dos casos de estupro e demais crimes sexuais, que são encaminhados à Justiça todos os anos, pois revelam que o sistema de dominação

de gênero, fundado na figura do macho, ainda se encontra bem presente. Nesse sentido, segundo Bourdieu (2012, p.22):

quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação, ou, em outros termos, quando seus pensamentos e percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação de dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão.

Diante do exposto, constatamos que, na análise das ocorrências encontradas nos textos produzidos no recorte temporal estudado, estão presentes aspectos e peculiaridades, característicos da época, nas conceptualizações do estupro, que são, também, marcadas pela afirmação da subordinação da mulher meio pelo qual os homens as mantêm como o segundo sexo.

Isto posto, apresentaremos, na próxima subseção o estudo das ocorrências do nosso corpus.

3.2 ESTUDO DO CORPUS

Nesta seção, apresentamos o estudo das ocorrências identificadas no corpus desta Tese. Inicialmente, é relevante explicar como a categoria ESTUPRO, nosso objeto de estudo, é encontrada no corpus.

No desenvolvimento da pesquisa, como já salientado, observamos, nas ocorrências estudadas, que o conceito de ESTUPRO está relacionado a outras categorias conceituais que são acionadas na sua compreensão, como os conceitos de VIOLÊNCIA e CRIME.

Conforme tratado na seção 1.4, desta Tese, Rosch (1978) propõe uma organização intercategorial, que traz níveis de inclusão superordenado, básico e subordinado. No que diz respeito ao nosso estudo, o CRIME seria o nível básico, já que corresponde à dimensão da categorização que apresenta aspectos comuns aos demais elementos da categoria, e, por isso, é cognitivamente mais econômico; a VIOLÊNCIA, seria o nível mais geral, o superordenado; e, o ESTUPRO, o nível mais específico, subordinado. Assim, o ESTUPRO estaria em um nível que traz maiores especificidades e em que são apresentadas uma quantidade maior de características para identificar o tipo de CRIME. Este, por sua vez, estaria em um nível mais básico, com menos informações do que o nível específico, porém, com mais atributos do que o nível mais genérico, que é o da

VIOLÊNCIA. Essas categorias estão entrelaçadas e, ao acionar a categoria ESTUPRO, as categorias CRIME e VIOLÊNCIA são, também, ativadas.

Encontramos, ainda, outras categorias de conceitos relacionados, utilizadas para referenciar o ESTUPRO, que, também, estão incluídas no nível mais específico, como ABUSO, ATENTADO e VIOLAÇÃO, por exemplo. No que diz respeito a esses conceitos, apesar de, supostamente, eles estarem em um mesmo nível categorial, não significa que a relação entre tais categorias e o conceito de ESTUPRO é linear e uniforme.

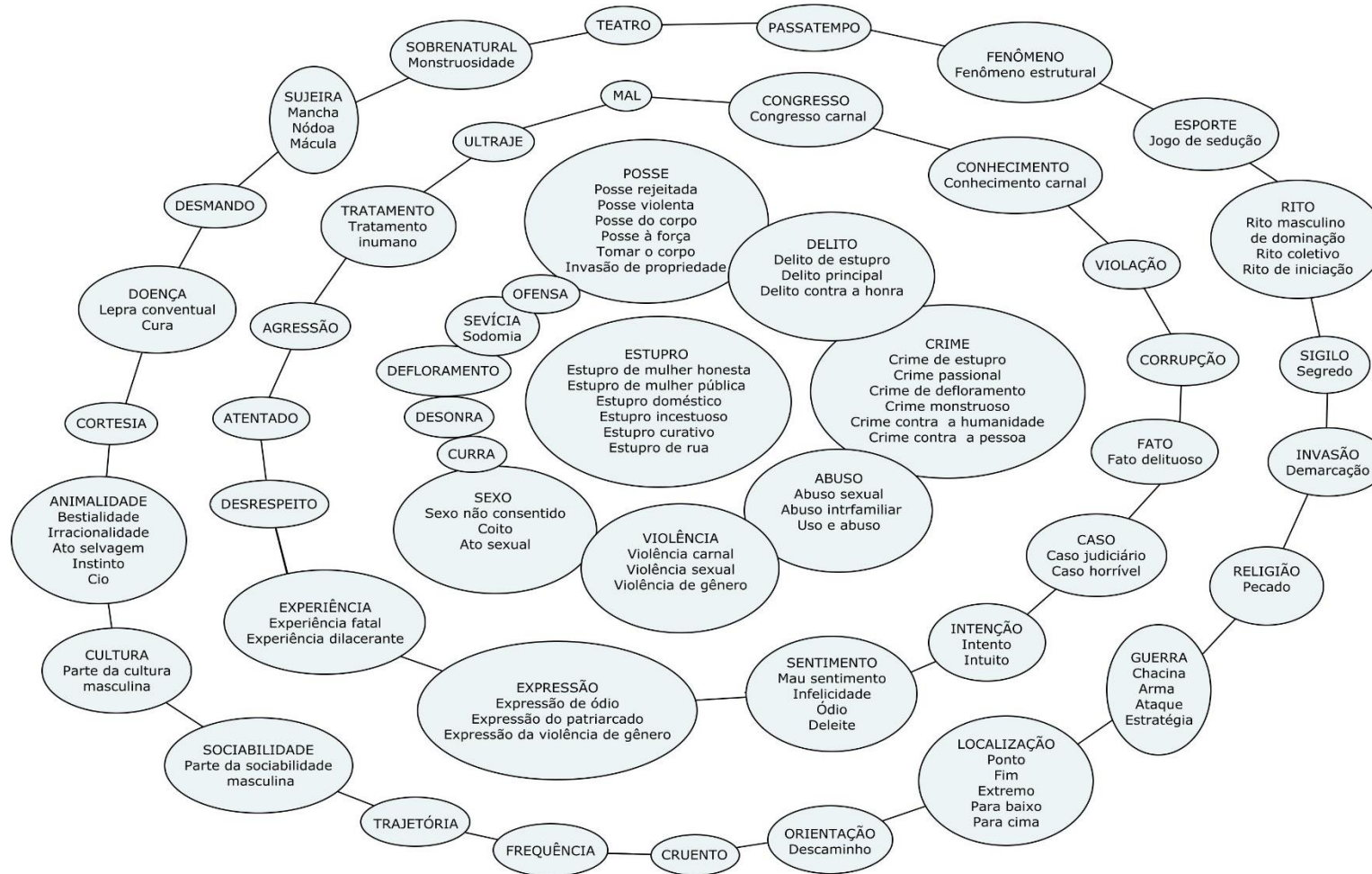
Nesse sentido, cabe retomar, aqui, a noção de fronteiras fluidas, da Teoria do Protótipo desenvolvida por Rosch, considerando que algumas categorias apresentam maior grau de prototipicidade e outras menor. Alguns elementos não são da categoria, mas adjungidos a tal categoria por efeito do contexto e são agrupados por semelhanças parciais, tendo em vista que os limites entre as categorias são, normalmente, difusos.

Dessa forma, para ilustrar essas relações intercategoriais, utilizamos a categoria radial, proposta por Lakoff (1987), e que está relacionada ao efeito de protótipo, sendo constituída por uma categoria central (prototípica), no caso desta Tese tal categoria é o ESTUPRO; e, por extensões periféricas, que compreendem variações da categoria prototípica, estando, assim, todos os elementos integrantes dessa rede radial, interconectados entre si, direta ou indiretamente, assim como à categoria central, ESTUPRO.

Definimos o ESTUPRO como categoria central em virtude de a conexão intercategoriais ocorrer a partir desse conceito, ou seja, é a partir do ESTUPRO que emerge a conexão entre a VIOLÊNCIA SEXUAL, ABUSO e CRIME, por exemplo. Quanto às categorias periféricas, consideramos a proximidade conceitual em relação à categoria central para estabelecer a posição de uma categoria na rede radial, isto é, quanto mais próxima conceitualmente da categoria central, menos periférica; quanto mais distante do centro, mais periférica.

Essas relações estão ilustradas na figura 4, a seguir:

Figura 4: Rede radial da categoria ESTUPRO



Fonte: elaboração nossa

Na figura 4, observamos que as categorias conceituais encontradas, no nosso corpus, para fazer referência à categoria ESTUPRO, estão dispostas em torno dessa, formando redes, sendo que o distanciamento apresentado, em relação ao centro, corresponde à maior ou menor similaridade com a categoria central. Ressaltamos que a similaridade observada e a estruturação da rede categorial, exposta na figura 4, foram realizadas considerando o contexto das ocorrências, tendo em vista que, conforme Rosch (2011), o grau de adesão de uma categoria não é estável, podendo sofrer alterações de acordo com as circunstâncias, ou seja, podem modificar o nível de similaridade a depender do contexto. Isso foi percebido no recorte temporal estudado, tendo em vista que as peculiaridades espaciais, sociais, culturais, históricas, políticas e ideológicas de cada período parecem ter influenciado no comportamento das categorias, quando essas se tornaram mais específicas e mais inovadoras, no corpus, no devir do tempo.

Dessa forma, verificamos que, de uma maneira geral, as diversas categorias foram encontradas em todo o período investigado, sendo que verificamos uma maior diversidade delas nos séculos XX e XXI. Algumas dessas ocorreram nos três séculos, como as categorias ABUSO, VIOLÊNCIA, CRIME, VIOLAÇÃO, GUERRA, POSSE e ANIMALIDADE. Outras, foram observadas, pontualmente, no século XIX, como DESRESPEITO, DEFLORAMENTO e CORRUPÇÃO; algumas no século XX, DESMANDO, CONHECIMENTO, AGRESSÃO, EXPERIÊNCIA, ULTRAJE, MAL, DELITO, PASSATEMPO, MONSTRUOSIDADE, RELIGIÃO, CASO, FATO, CONGRESSO e ORIENTAÇÃO; e, outras, no século XXI, FENÔMENO, CURRA, CULTURA, SOCIABILIDADE, RITO, SIGILO, ESPORTE, CRUENTO, EXPRESSÃO e CORTESIA. As demais categorias ocorreram, alternadamente, em pelo menos dois dos três séculos investigados. Isso parece mostrar que as categorias mais relacionadas ao estupro, talvez as mais prototípicas ao ato, se repetem no decorrer do tempo, enquanto as demais ocorrem em períodos específicos sendo motivadas pelo contexto, conforme já sinalizado.

No que diz respeito às especificidades das categorias apresentadas na rede radial ilustrada na figura 4, passemos à sua discussão. Inicialmente, destacamos as categorias mais específicas encontradas para o ESTUPRO, a saber: estupro de mulher honesta, estupro de mulher pública, estupro doméstico, estupro incestuoso, estupro curativo e estupro de rua. Essa classificação revela que diferentes aspectos contextuais são considerados ao se estabelecerem categorias, no caso das citadas, a conduta da mulher, o âmbito de realização do ato e a cultura, respectivamente. Essa especificidade é atribuída

ao estupro, através dos qualificadores ‘mulher honesta’, ‘mulher pública’, ‘doméstico’, ‘incestuoso’ e ‘curativo’, criando categorias variantes do estupro, distintas, por estarem relacionadas a contextos específicos, mas similares, por corresponderem ao mesmo ato.

A partir dessa categoria central, observamos outras, muito próximas e similares à primeira. Dessa forma, as categorias SEXO, DEFLORAMENTO, DESONRA e CURRA são mais similares ao centro, tendo em vista que, em algumas ocorrências, a sua utilização é sinonímica ao estupro, além de terem, também, o caráter eufemístico. Por isso, na figura 4, os limites de tais categorias se mesclam e se aproximam da categoria central, demonstrando que aspectos prototípicos do estupro estão, significativamente, presentes nessas categorias. Pelo mesmo motivo, as categorias VIOLÊNCIA, ABUSO, CRIME e DELITO apresentam seus limites interconectados entre si e próximos do ESTUPRO, por possuírem, também, elementos da categoria prototípica, contudo em grau diferente das categorias SEXO, DEFLORAMENTO, DESONRA e CURRA, já que essas compreendem atos que estão diretamente relacionados ao aspecto sexual, prototípico ao estupro e, por isso, são mais próximas; enquanto aquelas, por serem mais abrangentes, englobam outros aspectos, além do sexual, sendo esse acionado quando a categoria é especificada, como em: delito de estupro, delito contra a honra, crime de estupro, crime de defloração, abuso sexual, violência carnal, violência sexual, dentre outras.

Nessa mesma perspectiva, encontramos, ainda, as categorias SEVÍCIA, OFENSA e POSSE, vinculadas ao ESTUPRO, porém não tão próximas quanto as, anteriormente, apresentadas, visto que são conceitualmente amplas e a vinculação à categoria central, para ser estabelecida, precisa ser contextualizada. Em outras palavras, são necessárias mais informações para que essa relação aconteça, ou seja, o nível de adesão, à categoria prototípica, é menor, em relação as demais, já discutidas. Todas essas categorias, entretanto, estão vinculadas entre si e com a categoria central através de elementos similares que as interconectam. Assim, o ESTUPRO compreende a CURRA, o SEXO e a VIOLÊNCIA, que podem resultar na DESONRA e no DEFLORAMENTO, constituindo um ABUSO, que é considerado CRIME ou DELITO e pressupõe POSSE do corpo, OFENSA e SEVÍCIA.

Em um grau de similaridade menor à categoria central, em relação as demais categorias já apresentadas, estão as categorias ULTRAJE, TRATAMENTO, AGRESSÃO, ATENTADO, DESRESPEITO, EXPRESSÃO, EXPERIÊNCIA, SENTIMENTO, INTENÇÃO, CASO, FATO, CORRUPÇÃO, VIOLAÇÃO, MAL, CONGRESSO e CONHECIMENTO. Dentre essas, o nível de adesão ao ESTUPRO é

variável, ou seja, algumas possuem o nível maior, por compreenderem conceitos intrínsecos ao ato, como: AGRESSÃO, ATENTADO, DESRESPEITO, CORRUPÇÃO e VIOLAÇÃO. Por outro lado, as categorias MAL, ULTRAJE, TRATAMENTO, EXPRESSÃO, EXPERIÊNCIA, SENTIMENTO, CASO, FATO, CONGRESSO e CONHECIMENTO apresentam menor adesão, considerando que os aspectos similares ao ESTUPRO só são perceptíveis contextualmente e na sua especificidade, como em ‘expressão de ódio’ ou em ‘congresso carnal’, por exemplo.

Dessa forma, a conexão intercategorial se dá ao acionarmos esses aspectos (violência, desrespeito, crime, sexo etc.) e, a partir deles, estabelecermos a ligação entre as categorias, ou seja, esses e outros aspectos estão presentes nas categorias referidas, não de maneira uniforme e total, mas diferenciada e parcial, e permitem a vinculação entre elas e a categoria central, através da percepção desses aspectos comuns. A violência e o desrespeito, por exemplo, estão presentes no ESTUPRO, ABUSO, CRIME, AGRESSÃO, ATENTADO, SEVÍCIA, entre outras; o CRIME é observado nas categorias citadas e, também, em VIOLAÇÃO, CORRUPÇÃO, CASO (caso judiciário), FATO (fato delituoso) etc; a categoria SEXO permeia as demais e está presente em CONGRESSO (congresso carnal) e CONHECIMENTO (conhecimento carnal).

Por fim, consideramos as categorias DESMANDO, SUJEIRA, DOENÇA, CORTESIA, ANIMALIDADE, CULTURA, SOCIABILIDADE, TRAJETÓRIA, FREQUÊNCIA, SOBRENATURAL, FENÔMENO, GUERRA, CRUENTO, ORIENTAÇÃO, LOCALIZAÇÃO, RELIGIÃO, INVASÃO, RITO, ESPORTE, PASSATEMPO, SIGILO e TEATRO como as mais distantes da categoria central ESTUPRO, por prototipicamente não apresentarem relação com o ESTUPRO, sendo que essa relação só se estabelece no contexto, mesmo quando tais categorias são especificadas. Assim, as categorias específicas ‘rito de dominação’ e ‘sessão de horrores’ só são relacionadas ao ESTUPRO contextualmente, ou seja, necessitam de um nível informacional ainda maior, em relação às anteriores, para a vinculação ao centro. Nesse sentido, o grau de adesão das referidas categorias é mais discreto em relação às demais. Vale ressaltar, mais uma vez, que a adesão à categoria é variável e determinada contextualmente, isto é, nos termos de Rosch (2011), estabelecido pelas circunstâncias.

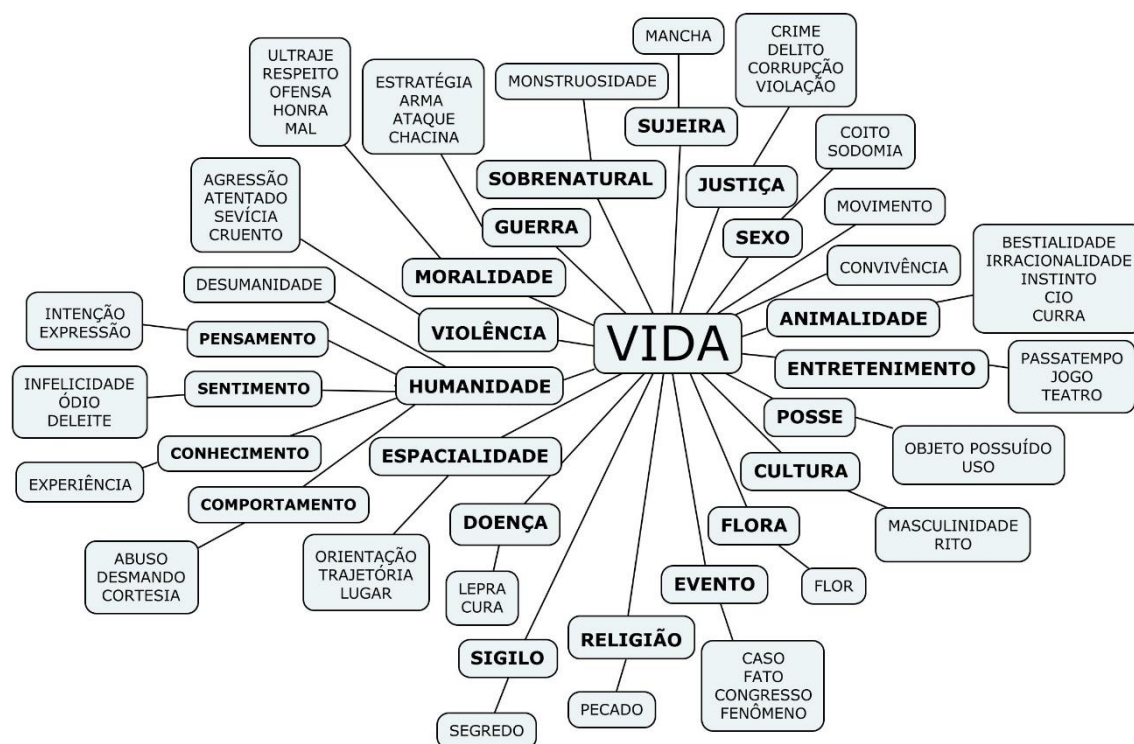
Assim, todas as categorias apresentadas na figura 4 estão interconectadas entre si e, de forma direta ou indireta, ao centro, com maior ou menor grau de adesão, de acordo com o contexto apresentado nas ocorrências estudadas, integrando a rede categorial do ESTUPRO verificada no nosso corpus.

Após expor e discutir tais relações intercategoriais, passemos ao estudo das suas conceptualizações.

3.2.1 Estudo das conceptualizações do estupro

O estudo das expressões linguísticas encontradas no corpus nos possibilitou verificar modelos metafóricos e metonímicos subjacentes à conceptualização do ESTUPRO, estruturados por modelos imago-esquemáticos, domínios e *frames*. Iniciamos com a identificação dos *frames* acionados em cada domínio, propostos a partir da leitura dos jornais, e assim os organizamos, conforme está ilustrado na figura 5.

Figura 5 – A organização dos domínios e *frames*



Fonte: elaboração nossa

Conforme podemos observar na figura 5, o domínio VIDA é o mais geral e central, e a partir dele são associados os demais domínios, e os seus *frames*, que estão vinculados, de forma direta ou indireta, ao domínio mais geral.

Os domínios identificados, a partir do domínio VIDA, foram: HUMANIDADE, VIOLÊNCIA, MORALIDADE, SIGILO, JUSTIÇA, CULTURA,

ENTRETENIMENTO, SEXO, DOENÇA, GUERRA, POSSE, ANIMALIDADE, SOBRENATURAL, ESPACIALIDADE, FLORA, SUJEIRA, EVENTO e RELIGIÃO. O domínio HUMANIDADE, por ser amplo, compreende outros domínios, como: COMPORTAMENTO, SENTIMENTO, PENSAMENTO e CONHECIMENTO.

Cada domínio, por sua vez, apresenta o seu *frame* e outros *frames* evocados dentro do domínio, quais sejam:

- Domínio VIDA: *frame* MOVIMENTO e CONVIVÊNCIA.
- Domínio HUMANIDADE: *frame* DESUMANIDADE.
- Domínio COMPORTAMENTO: *frames* ABUSO, DESMANDO e CORTESIA.
- Domínio PENSAMENTO: *frames* INTENÇÃO e EXPRESSÃO.
- Domínio CONHECIMENTO: *frame* EXPERIÊNCIA.
- Domínio SENTIMENTO: *frames* INFELICIDADE, ÓDIO e DELEITE.
- Domínio VIOLÊNCIA: *frames* AGRESSÃO, ATENTADO, SEVÍCIA e CRUENTO.
- Domínio MORALIDADE: *frames* ULTRAJE, RESPEITO, OFENSA, HONRA e MAL.
- Domínio SIGILO: *frame* SEGREDO.
- Domínio JUSTIÇA: *frames* CRIME, DELITO, CORRUPÇÃO e VIOLAÇÃO
- Domínio CULTURA: *frames* MASCULINIDADE e RITO.
- Domínio ENTRETENIMENTO: *frames* PASSATEMPO, JOGO e TEATRO.
- Domínio SEXO: *frames* COITO e SODOMIA.
- Domínio DOENÇA: *frames* LEPRA e CURA.
- Domínio GUERRA: *frames* ESTRATÉGIA, ARMA, ATAQUE e CHACINA.
- Domínio POSSE: *frames* OBJETO POSSUÍDO e USO.
- Domínio ANIMALIDADE: *frames* BESTIALIDADE, IRRACIONALIDADE, INSTINTO, CIO e CURRA.
- Domínio SOBRENATURAL: *frame* MONSTRUOSIDADE.
- Domínio ESPACIALIDADE: *frames* ORIENTAÇÃO, TRAJETÓRIA e LUGAR.
- Domínio FLORA: *frame* FLOR.
- Domínio SUJEIRA: *frame* MANCHA.
- Domínio EVENTO: *frames* CASO, FATO, CONGRESSO e FENÔMENO
- Domínio RELIGIÃO: *frame* PECADO.

Após expor os domínios e os *frames* encontrados no corpus, realizamos, a seguir, a apresentação do estudo desenvolvido, no recorte temporal proposto, em uma perspectiva

sócio-histórico-cognitiva. Dessa forma, as seções são definidas por domínios e, em cada um deles, são elencados os *frames* acionados. Os domínios são estudados individualmente, por questões didáticas, como já explicitado na metodologia, indicados nas próximas subseções, e, no estudo de cada um, serão expostos os seus *frames*, as ocorrências selecionadas, os processos metafóricos e metonímicos verificados e acompanhados dos esquemas-I responsáveis por sua estruturação.

Passemos a apresentação do estudo.

3.2.1.1 As conceptualizações metafóricas e metonímicas

As ocorrências que serão apresentadas, nesta subseção, trazem expressões linguísticas metafóricas e metonímicas, assim, consideradas, por estabelecerem relações entre domínios distintos, ou seja, os domínio-alvo e fonte não fazem parte do mesmo domínio conceptual, no caso das metáforas; ou, por serem instanciadas por expressões linguísticas que fazem parte de um mesmo domínio conceptual, ou seja, o veículo e o alvo não são distintos, mas contíguos, no caso das metonímias, como já expresso na seção destinada à discussão teórica. As conceptualizações metafóricas e metonímicas foram organizadas por domínios e *frames*, apresentados no tópico anterior, e ilustrados, na figura 5, sendo apresentados os domínios, a seguir, na figura 6, pela relação de contiguidade de seus domínios-fonte ao domínio-alvo ESTUPRO, ou seja, considerando os mapeamentos metafóricos e metonímicos que foram produzidos.

Figura 6- Relação de contiguidade entre os domínios e o domínio-alvo ESTUPRO



Fonte: elaboração nossa

A figura 6 apresenta os domínios encontrados no corpus. A disposição desses domínios na imagem corresponde aos modelos cognitivos metafórico e metonímico encontrados em cada domínio. Dessa forma, o ESTUPRO, que é o alvo da conceptualização, está integrado ao domínio VIDA, que é amplo e abrange os demais domínios. Os domínios MORALIDADE, EVENTO, SIGILO, VIOLÊNCIA e JUSTIÇA são contíguos ao ESTUPRO, compreendendo domínios em que foram encontradas, apenas, conceptualizações metonímicas, por isso, os referidos domínios estão ilustrados, na figura 6, integrados aos domínios ESTUPRO e VIDA. Por outro lado, os domínios RELIGIÃO, SUJEIRA, ESPACIALIDADE, DOENÇA, FLORA, GUERRA, ANIMALIDADE, SEXO e SOBRENATURAL estão apresentados distantes do ESTUPRO por corresponderem a domínios distintos, nos quais foram verificadas conceptualizações metafóricas. Os domínios HUMANIDADE (incluindo os domínios CONHECIMENTO, PENSAMENTO, SENTIMENTO e COMPORTAMENTO), ENTRETENIMENTO, CULTURA e POSSE apresentam tanto conceptualizações metonímicas como metafóricas, por isso estão ilustrados mais próximos do domínio ESTUPRO.

As conceptualizações encontradas em cada domínio são discutidas a seguir.

3.2.2 Domínio geral VIDA

Várias foram as definições para o conceito de vida ao longo da história, ao que parece, o primeiro filósofo a apresentar uma definição formal de vida foi Aristóteles, em seu tratado denominado *Da Alma* (COUTINHO, 2005). Para Aristóteles, todos os seres contêm dois princípios: a matéria e a forma que, segundo Ross (1987), podem ser compreendidos como inseparáveis. Segundo o filósofo, a vida é algo pelo qual um ser se nutre, cresce e perece por si mesmo (ARISTÓTELES, 2001 [384 - 322 a.C]).

Emmeche e El-Hani (1999) apontam que uma definição de vida deveria satisfazer os seguintes requisitos: ser geral e abranger todas as formas possíveis de vida; ser coerente com a compreensão dos sistemas vivos na ciência moderna; apresentar lógica conceitual, com conceitos claros e bem definidos, sendo capaz de organizar uma grande parte do campo do conhecimento da biologia; e ser suficientemente específica para distinguir sistemas vivos de sistemas que obviamente não são vivos.

Amparado nessas condições sobre a definição de vida, podemos destacar, presente na literatura contemporânea, a seguinte definição de vida que se afasta apenas de elencar uma lista de propriedades: vida como autopoiese.

A autopoiese consiste em uma idéia de uma organização circular como atributo definidor dos sistemas vivos. A vida seria um sistema organizacionalmente fechado, ocorrendo através de uma rede de interações, no qual todos componentes são ao mesmo tempo produto e produtor da rede. Não se trata, contudo, de negar a importância do intercâmbio entre sistema vivo e ambiente. A rede de componentes que corresponde ao sistema vivo é fechada em termos organizacionais, mas aberta em termos materiais e energéticos, ou seja, ela está sempre trocando matéria e energia com o ambiente externo (MATURANA; VARELA, 1973).

Nessa perspectiva, podemos considerar que todos os elementos que integram o ambiente, independente de serem vivos ou não, estão, de uma certa forma, interconectados, sendo produtores ou produtos da relação estabelecida entre os seres vivos e os não vivos, compondo, dessa forma, a rede de relações que constitui a vida.

Para entender como o ser humano pode compreender a vida no devir do tempo, buscamos, ainda, as definições dicionarizadas para o referido item léxico, as quais apresentamos no quadro 7:

Quadro 7 – Definições dicionarizadas para VIDA

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2019)
VIDA	1. O estado do animal ou planta enquanto faz funções naturais. 2. O tempo que dura esse estado, 3. Procedimento moral. [...]	1. Conjunto de propriedades e qualidades graças às quais animais e plantas, ao contrário dos organismos mortos ou da matéria bruta, se mantêm em contínua atividade, manifestada em funções orgânicas tais como o metabolismo. 2. Estado ou condição dos organismos que se mantêm nessa atividade desde o nascimento até a morte; existência. [...]	1. Biol. Condição da existência de alguns seres como os homens, animais e outros organismos, marcada por nascimento, desenvolvimento, envelhecimento e morte; EXISTÊNCIA. 2. Estado de quem está vivo. 3. Duração desse estado; EXISTÊNCIA. 4. A vivência de alguém. 5. Condições nas quais alguém vive. [...]

Fonte: Elaboração nossa.

As definições apresentadas no quadro 7 corroboram com o que foi, anteriormente, discutido sobre o conceito de vida. Considerando essa perspectiva, observamos que, ao pensarmos em vida, diversos elementos são acionados, dentre os quais: seres humanos, animais, vegetais, relacionamentos, sentimentos, sociedades, culturas, doenças, mortes,

comportamentos, entre outros. Esses elementos integram, dessa forma, o *frame* VIDA, encontrado em nosso estudo e que pode ser observado nas ocorrências (1) e (2):

- (1) E taes *crimes*, exclama o dr. accusador particular, não datavam de pouco tempo: *vinham* de ha vinte annos, pois alli no promptuario se liam cartas que datavam de 1900. (11/05/1918, p.3; Processo Judicial; A. Covello, accusador particular).
- (2) Aqueles que enfrentam conflito armado, como a república Democrática do Congo, *convivem com a violência sexual* como uma das formas mais perversas de expressão de ódio ao inimigo. (14/11/2010, p. 192; Artigo; Débora Diniz, antropóloga e professora).

Nas ocorrências apresentadas, podemos observar que o estupro está sendo referido, em (1), como ‘crime’ e, em (2), como ‘violência sexual’. Essas conceptualizações, entretanto, estão acompanhadas dos itens léxicos ‘vinham’, em (1), e ‘convivem’, em (2), cujas definições, encontradas nos dicionários Caldas Aulete (2020), Aurélio (1986) e Pinto (1832), foram as seguintes:

Quadro 8 – Definições dicionarizadas para VIR e CONVIVER

ITENS LÉXICOS	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
VIR	1. Passar para o lugar onde estamos. Voltar. Chegar. Proceder. Derivar-se. [...]	1. Transportar-se de um lugar (para quele que estamos). 2. Regressar, voltar, chegar. 3. Proceder, provir. [...]	1. Transportar-se (algo ou alguém) de um lugar para aquele onde está a pessoa que fala. 2. Ir-se movendo por um caminho (em direção a ou até um lugar). 3. Chegar para ficar algum tempo. 4. Alcançar o fim de um caminho, CHEGAR. [...]
CONVIVER	Sem registro.	1. Viver em comum com outrem em intimidade, em familiaridade. 2. Ter convivência. 3. Habitar-se aos poucos, com serenidade, a um mal de qualquer natureza. [...]	1. Viver na mesma comunidade ou residência de (uma pessoa, tendo contato com ela); ter convivência, intimidade. 2. Habitar ou partilhar o mesmo espaço; coexistir. 3. Ter certo tipo de relacionamento. 4. Adaptar-se, ajustar-se a, ou aceitar (uma situação difícil, um mal). [...]

Fonte: Elaboração nossa.

Como podemos observar no quadro 8, as definições encontradas para os verbos ‘vir’ e ‘conviver’, que correspondem ao infinitivo das formas verbais ‘vinham’ e ‘convivem’, encontradas nas ocorrências, indicam ações características de seres vivos, ou

seja, a possibilidade de locomoção e de viver. Dessa forma, percebemos que é atribuída ao estupro, ainda que indiretamente, capacidades vitais expressas nas expressões “os crimes [...] vinham”, em (1), considerando que os crimes se deslocavam no tempo, como se fossem vivos, ativando o *frame* MOVIMENTO; e, “convivem com a violência sexual”, em (2), tendo em vista que pessoas conviviam com a violência sexual, ou seja, viviam juntos, partilhavam a existência, evocando o *frame* CONVIVÊNCIA.

Além desses exemplos, consideramos que, no nosso corpus, as demais ocorrências estudadas integram domínios que estão vinculados ao domínio VIDA. Assim, a partir desse pressuposto, consideramos, nesta Tese, que o domínio geral VIDA abrange os outros domínios encontrados no nosso corpus, na conceptualização do estupro, estando esses vinculados àquele, mais geral.

Observemos no quadro 9, a síntese dos achados para o domínio VIDA.

Quadro 9- Síntese do domínio geral VIDA

FRAME	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	ITENS LEXICAIS ACIONADORES DO FRAME
MOVIMENTO	(1)E taes crimes, exclama o dr. accusador particular, não datavam de pouco tempo: <i>vinham</i> de ha vinte annos, pois allí no promptuario se liam cartas que datavam de 1900.	Séc. XX (11/05/1918))	Processo Judicial	A. Covello, acusador particular.	Vinham
CONVIVÊNCIA	(2) Aqueles que enfrentam conflito armado, como a república Democrática do Congo, <i>convivem</i> com a violência sexual como uma das formas mais perversas de expressão de ódio ao inimigo.	Séc XXI (14/11/2010)	Artigo	Débora Diniz, antropóloga e professora	Convivem
DOMÍNIOS INTEGRANTES DO DOMÍNIO GERAL VIDA					
HUMANIDADE (COMPORTAMENTO, PENSAMENTO, CONHECIMENTO e SENTIMENTO)		ANIMALIDADE	MORALIDADE	FLORA	ESPACIALIDADE CULTURA
DOENÇA	SEXO GUERRA SUJEIRA POSSE EVENTO SIGILO	VIOLÊNCIA	JUSTIÇA	RELIGIÃO	ENTRETENIMENTO SOBRENATURAL

Fonte: Elaboração nossa.

No quadro 9, ilustramos os achados que, no nosso corpus, constituíram o domínio VIDA. Podemos observar que, além de ser instanciado pelos itens léxicos ‘vinham’ e ‘convivem’, o referido domínio é amplo, por compreender aspectos diversificados da existência dos seres e, por isso, é composto pelos demais domínios encontrados no corpus e que a ele estão relacionados.

Nessa perspectiva, temos, dentre esses domínios, o HUMANIDADE que, por sua vez, também, é amplo e é constituído por outros mais específicos, conforme já dito. Assim, passaremos a tratar sobre o domínio HUMANIDADE na subseção seguinte.

3.2.3 Domínio HUMANIDADE

A natureza humana compreende o conjunto de traços diferentes que o ser humano tende a ter e que determinam a sua ação no mundo, incluindo as maneiras de pensar, sentir ou agir. A condição de ser racional e dotado de consciência e inteligência estabeleceu um distanciamento entre o ser humano e os outros animais, não apenas no aspecto físico, mas, também, no comportamental. Para a humanidade, definiram-se comportamentos racionalmente esperados e aceitáveis, tidos como humanos, considerando o que se distanciasse disso, como inadequado, impróprio, incorreto, ou, em outros termos, desumano.

De acordo com Rousseau (1983 [1712-1778]), os seres humanos no estado de natureza são, normalmente, bons e os maus hábitos são produto da civilização corrompida. Entretanto, o agir consciente e voluntário implica em ter discernimento sobre as consequências da ação. Nesse sentido, uma implicação que pode ser logicamente deduzida do agir do ser humano no mundo que o cerca é a de que a ação humana, intencional, significa ação propositada, ou seja, consciente, que está voltada à realização de certos fins. Essa implicação inclui o fato de que causa e efeito são categorias da ação humana. Nesse sentido, as ações são realizadas, tendo em vista atingir determinado objetivo, isto é, o agir humano é motivado.

A esse respeito, Mises (2010, p. 35) afirma:

Ação humana é comportamento propositado. Também podemos dizer: ação é a vontade posta em funcionamento, transformada em força motriz; é procurar alcançar fins e objetivos; é a significativa resposta do ego aos estímulos e às condições do seu meio ambiente; é o ajustamento consciente ao estado do universo que lhe determina a vida.

De acordo com essa definição, o ser humano age para atender o seu desejo, a sua necessidade. Todavia, as ações humanas são valoradas, a partir de um conjunto de preceitos e regras que regem o comportamento do ser humano em sociedade, que deve ser seguido, tendo em vista a prática e a manutenção do respeito, da justiça e da paz. Quando esses preceitos e regras são rompidos, a ação humana tende a ser, negativamente, avaliada e sujeita a punições e sanções.

Buscamos, também, as definições dicionarizadas para o item léxico ‘humanidade’, expostas, a seguir, no quadro 10.

Quadro 10– Definições dicionarizadas para HUMANIDADE

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurêlio (1986)	Caldas Aulete (2020)
HUMANIDADE	1. A natureza do homem. 2. Benignidade, brandura de condição. [...]	1. A natureza humana. 2. O gênero humano. 3. Benevolência, clemência, compaixão. [...]	1. Qualidade do que é humano. Natureza ou condição humana. 2. Sensibilidade para com o humano, piedade na relação com os semelhantes. Benevolência, bondade. 3. O conjunto dos seres humanos. O gênero humano. [...]

Fonte: Elaboração nossa.

Ao observarmos as definições apresentadas no quadro 10, verificamos que o conceito de humanidade diz respeito às especificidades naturais dos seres humanos. Dessa forma, quando pensamos em humanidade, abrimos um *frame* constituído por diferentes elementos, como: PENSAMENTO, RAZÃO, RACIOCÍNIO, FALA, CARÁTER, CONHECIMENTO, CORPO, ROSTO, HOMEM, MULHER, EMOÇÃO, COMPORTAMENTO etc. No nosso corpus, os elementos linguísticos que acionaram o *frame* HUMANIDADE foram: ‘tratamento inumano’, ‘abuso’, ‘desmando’, ‘intuito’, ‘intento’, ‘expressão’, ‘maus sentimentos’, ‘infelicidade’ e ‘ódio’.

Podemos observar a utilização de um desses elementos, na ocorrência (3):

- (3) Investigações da Corte Criminal Internacional sobre os conflitos em Ruanda, República Democrática do Congo e Uganda mostram que o *estupro* é ora um rito de iniciação, ora uma peça de deleite de militares e civis. Só recentemente ele foi assumido como crime de tortura e *tratamento inumano* contra as mulheres em situação de conflito armado. (14/11/2010, p. 192; Artigo; Débora Diniz, antropóloga e professora).

Na ocorrência (3), temos a expressão “tratamento inumano”, que estabelece a referência ao ESTUPRO. Nessa compreensão, destacamos o item léxico ‘inumano’ que caracteriza o ‘tratamento’, isto é, a ação. É, especialmente, a partir desse item léxico que a compreensão do ESTUPRO é construída. Por isso, vamos verificar, a seguir, no quadro 11, as definições encontradas para ‘inumano’ nos dicionários consultados.

Quadro 11 – Definições dicionarizadas para INUMANO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Caldas Aulete (2019)	Aurèlio (1986)	Michaelis (2020)
INUMANO	1. Falta de humanidade; DESUMANO; CRUEL. [...]	1. Alheio ao sentimento de humanidade. 2. Desumano, cruel, atroz. [...]	1. Que demonstra desumanidade; cruel, desalmado, insensível. 2. Que é ou parece ser alheio à condição humana. [...]

Fonte: Elaboração nossa.

De acordo com as definições apresentadas no quadro 11, entendemos que ‘inumano’ corresponde à desumanidade, ou seja, é uma característica de ações cruéis, praticadas por pessoas desprovidas de sensibilidade, humanidade.

Dessa forma, na ocorrência (3), podemos observar que o domínio HUMANIDADE foi acionado pela falta dela, ou seja, através do item léxico ‘inumano’ que indica a falta de humanidade e ativa o *frame* DESUMANIDADE. A utilização da expressão “tratamento inumano” para referenciar o estupro aponta para a compreensão do ato como algo desumano, cruel e irracional, instanciando a metáfora ESTUPRO É DESUMANIDADE. A estruturação conceptual é realizada pelo esquema-I TODO/PARTE, considerando que o estupro é um dentre outros tipos de tratamento desumano. O domínio HUMANIDADE, conforme dito anteriormente, por ser amplo, aciona outros domínios mais específicos, dentre os quais, verificamos no nosso estudo, a saber: COMPORTAMENTO, PENSAMENTO, CONHECIMENTO e SENTIMENTO. Vejamos, a seguir, no quadro 12, a síntese dos achados para o domínio HUMANIDADE.

Quadro 12 - Síntese do domínio HUMANIDADE

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMAS-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
DESUMANIDADE	(3) Investigações da Corte Criminal Internacional sobre os conflitos em Ruanda, República Democrática do Congo e Uganda mostram que o estupro é ora um rito de iniciação, ora uma peça de deleite de militares e civis. Só recentemente ele foi assumido como crime de tortura e tratamento inumano contra as mulheres em situação de conflito armado. (14/12/2010, p. 192; Artigo;	Séc. XXI (14/11/2010)	Artigo	Débora Diniz, antropóloga e professora.	Metafórico ESTUPRO É DESUMANIDADE	TODO/PARTE	Inumano
DOMÍNIO COMPORTAMENTO		DOMÍNIO PENSAMENTO		DOMÍNIO CONHECIMENTO		DOMÍNIO SENTIMENTO	

Fonte: Elaboração nossa.

Conforme ilustrado no quadro 12, observamos que o domínio HUMANIDADE é acionado, no nosso corpus, pela ausência da humanidade, ativando o *frame* DESUMANIDADE, assim como por aspectos característicos dos seres humanos, os quais constituem outros domínios, como: COMPORTAMENTO, PENSAMENTO, CONHECIMENTO e SENTIMENTO, que serão abordados na sequência.

Inicialmente, trataremos sobre o domínio COMPORTAMENTO, na próxima subseção.

3.2.3.1 Domínio COMPORTAMENTO

No nosso corpus, encontramos compreensões do estupro inseridas no domínio COMPORTAMENTO. De acordo com os registros identificados nos dicionários consultados, o item léxico ‘comportamento’ é definido como:

Quadro 13 – Definições dicionarizadas para COMPORTAMENTO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
COMPORTAMENTO	1. Sem registro.	1. Maneira de se comportar, procedimento, conduta. 2. Conjunto de atitudes e reações do indivíduo em face do meio social.	1. Maneira de se comportar, de viver, de agir e reagir etc.; CONDUTA; PROCEDIMENTO. 2. Modo de agir, em geral, em relação aos fatores ambientais. 3. Conjunto de reações e atitudes do indivíduo diante do meio social, em sua interação com as situações etc. 4. Reação de algo em determinadas circunstâncias. [...]

Fonte: Elaboração nossa.

Conforme podemos verificar no quadro 13, as definições encontradas para o item léxico ‘comportamento’ dizem respeito às atitudes e posturas assumidas pelo indivíduo no ambiente em que vive e atua. Esse comportamento humano é submetido à valoração e é avaliado, positiva ou negativamente, de acordo com as convenções morais, jurídicas e sociais que regem o convívio em sociedade. Essa valoração perpassa pela noção de ética, que Dubrin (2003, p.69) define como: “[...] as escolhas morais que uma pessoa faz e o que essa pessoa deveria fazer”. É o que ela considera como certo e errado ou como bom ou mau. É transformar valores em ação.

A ética pode ser definida, dessa forma, como o conjunto de regras e preceitos de ordem valorativa e moral de um indivíduo, de um grupo social ou de uma sociedade.

Segundo Stukart (2003), a ética é uma palavra que vem do grego ETHOS, que significa estudo de caráter, juízo do ser humano e reflete sobre a situação vivida; para ele, “A ética não analisa o que o homem faz, como a psicologia e a sociologia, mas o que ele deveria fazer. É um juízo de valores, como virtude, justiça, felicidade, e não um julgamento da realidade” (STUKART, 2003, p. 14).

Para Danilo Marcondes (2009), a ética consiste na determinação do que é certo ou errado, bom ou mau, permitido ou proibido, segundo o conjunto de normas e valores adotados, historicamente, por uma sociedade. Nesse sentido, por valores, entendemos ser o conjunto de características que uma pessoa ou mesmo uma empresa ou organização possui. Esses valores constituem a ética, ou seja, a forma como a pessoa, a empresa ou a organização se comportam e interagem com outras pessoas, empresas, organizações e até mesmo com o meio ambiente.

A relevância dessa definição consiste no fato de que, para que as ações humanas sejam consideradas éticas, o ser humano deve agir de acordo com tais valores. Deste modo, se institui a noção do dever, que é fundamental na ética. Esta noção restringe a liberdade do ser humano, no que concerne à vazão dos seus instintos, impulsos e desejos, tornando-a limitada por normas baseadas em valores éticos. O conceito de ética, dessa forma, está relacionado com a visão moral que as pessoas têm do mundo e que aplicam em suas vidas, constituindo um conjunto de regras através das quais é possível estabelecer uma boa convivência em sociedade. Todavia, nem sempre as atitudes são regidas pelos valores e pela ética, dando origem a diversos tipos de comportamento, alguns identificados na conceptualização do estupro e que evocaram os *frames* ABUSO, DESMANDO e CORTESIA, conforme veremos na sequência.

3.2.3.1.1 *Frame* ABUSO

No nosso corpus, encontramos ocorrências em que o estupro é compreendido como abuso. Essa compreensão é acionada a partir dos itens léxicos ‘abusou’, ‘abusado’. ‘abusa’, ‘usado e abusado’, ‘abusos’, ‘abuso sexual’ e ‘abuso intrafamiliar’, que se constituem em variações de ‘abuso’. Antes, porém, de apresentar as ocorrências em que esses itens lexicais aparecem, convém expor as definições encontradas nos dicionários, no recorte temporal investigado, para o item léxico ‘abuso’, origem das referidas variações. Podemos observar essas definições no quadro 14:

Quadro 14 – Definições dicionarizadas para ABUSO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIO CONSULTADO		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
ABUSO	1. Mau uso.	1. Mau uso, ou uso errado, excessivo, injusto; excesso, decomedimento, abusão. 2. Exorbitância de atribuições ou poderes. 3. Aquilo que contraria as boas normas, os bons costumes. 4. Ultraje ao pudor, violação, defloramento. [...]	1. Uso exagerado de algo. 2. Uso errado ou indevido de algo. 3. Aproveitamento exorbitante de atribuições, função, prerrogativas etc. (<u>abuso</u> de poder). 4. Violação das boas normas de comportamento, da boa educação, dos costumes estabelecidos. 5. Atentado ao pudor, à honra. 6. Estupro, defloração não consentida. [...]

Fonte: Elaboração nossa

As definições apresentadas, no quadro 14, evidenciam que o conceito do item léxico ‘abuso’ está relacionado a uma atitude má, errada, exagerada, indevida e que implica na violação das boas normas de comportamento e costumes, podendo, também, consistir em atentado ao pudor e à honra e em estupro. A partir das definições apresentadas, podemos considerar que a essência do conceito, que é o uso indevido de algo, se manteve no período investigado, sendo, contudo, registrado de forma expandida nos dicionários dos séculos XX e XXI.

Para contextualizar o uso do referido item léxico nas ocorrências encontradas nas diferentes épocas estudadas, vamos discorrer sobre alguns aspectos da sociedade de onde emergiram tais ocorrências.

Nos tempos coloniais, o abuso de uma donzela, de “boa família”, era punido com severidade. As prostitutas, as escravas ou as mulheres negras livres não tinham a mesma proteção. No século XIX, a comunidade exercia intensa e permanente vigilância sobre a honra da mulher. Esse contexto histórico, que compreendeu parte do período escravocrata brasileiro, evidenciava papéis sexuais marcados por relações violentas. Nesse período, meninos iniciavam a vida sexual com escravas de propriedade de seus genitores, e, nesse contexto, não exigiam, dessas mulheres, o consentimento. Esse comportamento não era considerado como ilícito, já que as escravas eram consideradas objetos de propriedade dos senhores, que tinham sobre elas o direito de usar e dispor. Tal comportamento era lícito e considerado natural, a princípio sem qualquer condenação moral. Dessa forma, admitiam-se as relações sexuais com meninas escravas, sem o seu consentimento, e essa conduta não era identificada como estupro.

Mesmo com a vigência da Lei do Ventre Livre em 1871, que declarava livres os filhos de escravas nascidos a partir de então, as crianças negras não ficaram efetivamente livres. Em outras palavras, as crianças negras permaneciam escravas e vulneráveis às ordens e desejos dos senhores de suas mães.

A falta de proibição legal específica e a naturalização dessa conduta propiciavam a reiteração da violência contra meninas, juntando-se a isso a ausência de percepção sobre a infância, só construída no século seguinte⁴⁷. Somente no século XX, a criança começa a ser objeto de investimento afetivo, econômico, educativo e existencial, surgindo interesse de filantropos, médicos e estadistas em auxiliar menores provenientes de famílias pobres. A medicina, a psiquiatria, o direito e a pedagogia contribuíram para a formação de uma nova mentalidade de atendimento à criança no século XX.

Essa prática de estupro contra meninas foi bastante recorrente nos nossos achados. Em fragmentos textuais que narravam tal prática, encontramos a compreensão do estupro como abuso, compreendendo conceitos que estão relacionados, tendo em vista que o abuso é um tipo de violência, assim como o estupro. Dessa forma, por corresponderem a conceitos contíguos, entendemos que as compreensões verificadas instanciam a metonímia ABUSO POR ESTUPRO, do tipo CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA ou CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA, já que é uma ação que não ocorre em uma trajetória linear, mas circular, ou seja, o abuso leva ao estupro, mas o estupro, também, gera o abuso. Observemos os exemplos (4), (5) e (6):

- (4) [...] oculta-se ainda o nome de quem *abusou de uma infeliz menina*[...] (05/07/1885, p.1; Processo Judicial; Alípio Z. de Carvalho, Juiz de Direito).
- (5) O primeiro, de Pitangueiras, sob n. 2.827, relatado pelo sr. ministro Brito Bastos foi interposto do despacho que pronunciou um cidadão por haver raptado e *abusado* de uma menor. Havia nos autos coisas de uma novidade absoluta. Esta, por exemplo: os peritos, examinando a vítima e interrogados sobre os instrumentos que serviram para execução do crime, instrumento que desde que o mundo é mundo tem sido, mais ou menos, um só, responderam com importunável segurança que foi... a sedução. (31/10/1911, p. 4; Autos de processo; Luiz de Araújo, secretário do tribunal).
- (6) Esse indivíduo, de más entranhas estava pronunciado em dois processos, um por crime de estupro de uma menor, filha de sua amasia, facto ocorrido em Capatera, de Santo Antonio da Boa

⁴⁷ Foucault (1997) aponta que, conforme o sistema capitalista foi se desenvolvendo nas sociedades europeias, surgiu uma nova reorganização estrutural e conceitual entre mulheres, homens e crianças, a qual permitiu que o conceito de família nuclear, incluindo a criança como membro central surgisse.

Vista, outro por crime de morte, cometido em 24 de Maio de 1913, numa raia no Itambé. A primeira victima fora Guilhermina de 14 annos, filha de Francisco Leme e Leopoldina Silva, menor essa que, vivendo em companhia da mãe – que, por sua vez era amasia de Jose Claudino, uma occasião em que ella se occupava em misteres da lavoura, *abusou* da dita menor, não negando seu crime, ao ser interrogado pela mãe della, o que ocasionou um rompimento brusco. (15/12/1913, p. 6; Notícia; Aatoria do jornal).

Nessas ocorrências, a compreensão do estupro como abuso se deu a partir da utilização dos itens lexicais ‘abusou’, em (4) e (6), e ‘abusado’, em (5), os quais possibilitaram a inferência de que quem praticou a ação de abusar - definida no *Diccionario da Língua Portuguesa* (MORAES, 1789) como “fazer mau uso de alguma coisa” - cometeu o abuso, no caso dessas ocorrências, o estupro.

Observamos, nesse contexto, que o estupro, quando é, assim, conceptualizado, tem como causa principal que a criança, diante de seu agressor se constitui em um ser incapaz, indefeso e sem discernimento, o que é ativado através da expressão “infeliz menina”, em (4), e do item léxico ‘menor’, em (5) e (6), que demonstra, claramente, a tenra idade das vítimas e sua incapacidade de defesa. Por outro lado, o adulto, indivíduo maduro sexualmente, portanto capaz de distinguir as consequências dos seus atos, diante da imaturidade da criança, a toma como um objeto capaz de satisfazer sua volúpia.

Temos, em (4), a estruturação conceptual do esquema-I PROCESSO, por haver uma mudança de estado da vítima, que é acionada pelo item lexical ‘infeliz’. Há, ainda, o esquema de LIGAÇÃO, ativado pela expressão “o nome de quem abusou”, em (4), que vincula o acusado ao ato; a expressão “abusado de uma menor”, em (5), e “abusou da dita menor”, em (6), que relacionam o acusado à vítima. O esquema-I de CICLO é projetado pelo movimento circular entre a causa e a consequência, isto é, um leva ao outro. Sendo esse esquema, em (4) e (6), instanciado pelo ítem léxico ‘abusou’, e, em (5), por ‘abusado’.

A construção cognitiva do abuso como estupro decorre da compreensão do ato como uma atividade sexual não desejada, onde o agressor usa a força, faz ameaças ou promessas à vítima que se torna incapaz de negar consentimento, ou seja, abusa da sua incapacidade de defesa, seja em decorrência da tenra idade ou pela vulnerabilidade social ou psicológica. Nessa perspectiva, podemos propor que a metonímia ABUSO POR ESTUPRO está relacionada com a metonímia CRIME POR ESTUPRO, já que ambas parecem agenciar domínios inter-relacionados, uma vez que ativam um *frame* de relações

de violência – o agressor vs. a vítima. Esse conceito é atualizado, por exemplo, em contextos que evocam a dinâmica de alguém que comete violência sexual contra outrem, tal como se evidencia nos exemplos (7) e (8), em que a vítima do abuso não é uma criança. Vejamos:

(7) “Chama-se *estupro* o ato pelo qual o homem *abusa com violência* de mulher. Por violência entende-se não só o emprego da força física, como o de meios que privarem a mulher de suas faculdades físicas, e assim da possibilidade de resistir e defender-se, como sejam o hypnotismo, o chloroformio, o ether e em geral os anestheticos narcoticos” (07/11/1890, p.1; Código Penal; Jurista anônimo).

(8) Inicialmente, foram registrados 26 casos de pacientes que acusavam Abdelmassih de *estupro*. Os relatos das vítimas diziam que os *abusos* aconteciam durante as consultas na clínica de fertilização do ex-médico. (22/06/2017, p.15; Notícia; Fábio de Castro e José Maria Tomazela, jornalistas).

Em (7), a utilização do item lexical ‘ato’ para fazer referência ao estupro aponta para a metonímia ATO POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE, considerando que o estupro é um ato mais específico. Há, ainda, nessa utilização, a presença de um eufemismo por metonímia, considerando que o conceito de ato sublima a negatividade intrínseca ao estupro. Verificamos, também, através do uso dos itens léxicos ‘abusa’, em (7), e ‘abusos’, em (8), utilizados para descrever o ato do estupro, que há, nessas ocorrências, a estruturação metonímica do ABUSO POR ESTUPRO, do tipo CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA/CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA. Na conceptualização observada em (7), o estupro é compreendido não apenas como abuso, mas um ato que é intensificado pelo uso de violência, ou seja, qualquer prática que obrigue a pessoa a manter relações sexuais pelo uso de força, intimidação, coerção, chantagem, ameaça ou outro mecanismo que limite a vontade pessoal, como, o contexto apresentado em (8).

Temos, na ocorrência (7), a ancoragem conceptual do esquema-I ESCALA, pela intensificação do ato através do uso da violência, ativado pela expressão “com violência”. Encontramos, ainda, os esquemas-I ORIGEM/PERCURSO/META e PROCESSO, ativados pelo uso da expressão “pelo qual”, em (7), e “os abusos aconteciam durante as consultas”, em (8), indicando uma trajetória percorrida e uma mudança ocorrida com a prática do abuso. Há, também, o esquema-I FORÇA, ativado pela expressão “abusa com violência”, em (7). O esquema-I COMPULSÃO, também, pode ser observado, sendo

acionado pela expressão “o homem abusa”, em (7) e “acusavam Abdelmassih de estupro”, em (8).

Na ocorrência (9), encontramos a compreensão do estupro como abuso reforçada pelo uso da expressão “usado e abusado”, como podemos observar a seguir:

- (9) A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, que possui cerca de 1,5 milhão de seguidores, apóia o projeto que autoriza o Sistema Único de Saúde (SUS) a proceder ao aborto quando a gestante corre risco de vida ou em caso de gravidez decorrente de *estupro*. “Nossa posição é promover a dignidade da vida e para que *o corpo não seja usado e abusado*”. (29/08/1997, p. 16; Reportagem; Pastor Evangélico, Humberto Kirchheim).

Nessa ocorrência, verificamos que a conceptualização é, também, estruturada pela metonímia **ABUSO POR ESTUPRO**, do tipo **CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA/CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA**, em que a referência ao uso e abuso do corpo (causa/consequência) é o estupro (consequência/causa). Podemos observar, ainda, que o conceptualizador expressa a preocupação com a violência física das mulheres, todavia não faz referência à violência psicológica. Tal ocorrência é conceptualmente alicerçada pelos esquemas-I de **CICLO** e **ESCALA**, ativados pela expressão linguística “usado e abusado”, que aponta para um movimento circular contínuo entre o uso e o abuso, assim como um excesso na prática de tais atos. Há, ainda, nessa ocorrência, a compreensão do estupro como posse, acionada pelo item léxico ‘uso’, que é discutida na subseção 3.2.13.2.

Encontramos, também, a conceptualização do estupro como abuso sexual, conforme pode ser observado nas ocorrências (10) e (11):

- (10) O Ministério Público do Paraná entrou com ação civil contra o diretor do Instituto Médico-Legal (IML) local, Francisco Moraes e Silva, por improbidade administrativa, com enriquecimento ilícito. Ao mesmo tempo, está investigando denúncias de *abuso sexual* e ainda fraudes contra o DPVAT, o seguro obrigatório de veículos. No caso de *abuso sexual*, duas garotas menores de idade já prestaram depoimento e confirmaram que teriam sido molestadas pelo diretor quando passaram pelo IML para exames de comprovação de *estupro*. (02/02/2000, p. 20; Notícia; Miriam Karam, jornalista).
- (11) A Vigilância Sanitária encontrou ontem no lixo do consultório do pediatra e terapeuta Eugenio Chipkevitch, de 47 anos, acusado de molestar pacientes menores de idade, 17 frascos vazios do medicamento Dormonid. [...] Em fitas que registram cenas de

abuso sexual, entregues à polícia, o terapeuta aplica injeções, supostamente de sedativos em garotos. [...] O promotor José Carlos Blat disse não ter dúvidas de que o pediatra molestou os pacientes. “É crime hediondíssimo, inafiançável. Jamais vi cenas tão gritantes”, afirmou. O pediatra poderá ser responsabilizado também por *estupro* e corrupção de menores. (23/03/2002, p. 51; Notícia; Andréa Portella e Renato Lombardi, jornalistas).

No contexto dessas ocorrências, são relatados casos de estupro realizados contra menores e são compreendidos como abuso sexual. O termo abuso sexual é utilizado de forma ampla para categorizar atos de violação sexual em que não há consentimento da outra parte. Fazem parte desse tipo de violência qualquer prática com teor sexual que seja forçada, como a tentativa de estupro, carícias indesejadas e sexo oral forçado. Hoje, no Brasil, a Lei 12.015/2009 integra o Código Penal e protege as vítimas nos casos dos crimes contra a dignidade sexual.

Considerando o anteriormente exposto, observamos que, nas ocorrências (10) e (11), a conceptualização do estupro, que ocorre a partir da metonímia ABUSO SEXUAL POR ESTUPRO, vinculada à metonímia mais geral ABUSO POR ESTUPRO, é do tipo CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA/CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA. Essas ocorrências são ancoradas conceptualmente pelos esquemas-I LIGAÇÃO, FORÇA E CONTATO, acionado pela expressão “teriam sido molestadas pelo diretor”, em (10), e “acusado de molestar pacientes”, em (11), visto que vinculam a vítima ao acusado e indicam a existência de força, além do contato físico. Verificamos, ainda, em (11), o esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, acionado pela expressão “o terapeuta aplica injeções, supostamente de sedativos, em garotos”, que indica uma trajetória percorrida, estando o foco no PERCURSO.

Verificamos, ainda, no corpus, a ocorrência da tipificação do abuso, como pode ser observado no seguinte exemplo:

- (12) Se o estupro de rua já foi chamado de *cruento*, o *abuso intrafamiliar* é o estupro doméstico. (10/11/2013, p.143; Artigo; Débora Diniz, antropóloga, professora).

Nessa ocorrência, observamos a compreensão do estupro como abuso intrafamiliar, que instancia a metonímia ABUSO INTRAFAMILIAR POR ESTUPRO, vinculada à metonímia mais geral ABUSO POR ESTUPRO, do tipo CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA/CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA. Essa conceptualização está

ancorada pelo esquema-I TODO/PARTE, acionado pela expressão “abuso intrafamiliar”, que diz respeito a um conjunto de abusos do qual o estupro é integrante. Há, também, a utilização do item léxico ‘cruento’ para qualificar o estupro. Essa palavra, de acordo com o *Dicionário Caldas Aulete* (2020), significa “Em que corre muito sangue; cheio de sangue, banhado em sangue; sangrento; sanguinolento; cruel, sanguinário, desumano”; dessa forma, podemos inferir que o estupro seria um ato sanguinolento. Essa conceptualização é tratada na subseção 3.2.4.5. Temos, ainda, nessa ocorrência, a tipificação do estupro como de rua e doméstico, que diz respeito a níveis categoriais do estupro.

A seguir, trataremos sobre o *frame* DESMANDO.

3.2.3.1.2 *Frame* DESMANDO

Encontramos, também, no domínio COMPORTAMENTO, a compreensão do estupro como desmando. Essa compreensão foi encontrada, apenas, uma vez no nosso corpus, no início do século XX. Todavia, para ampliar a definição do item léxico e estabelecer uma comparação entre os diferentes períodos, vamos apresentar, também, a definição encontrada nos dicionários dos séculos XX e XVIII. Salientamos que recorreremos ao dicionário Moraes (1789), em decorrência de não termos encontrado registro do item no dicionário do século XIX, data de registro da ocorrência, conforme foi explicitado na metodologia. Vejamos o quadro 15:

Quadro 15 – Definições dicionarizadas para DESMANDO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Moraes (1789)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
DESMANDO	1. Desordem do que se desmanda, excede e traspassa o mandado superior, os deveres. [...]	1. Ato ou efeito de desmandar (se). 2. Ato de indisciplina, transgressão de ordens, desobediência. 3. Excesso, abuso, desregramento.	1. Ação ou resultado de desmandar (-se), uso arbitrário ou excessivo do poder; ABUSO; IMODERAÇÃO. 2. Transgressão disciplinar ou de regulamento; DESOBEDIÊNCIA. 3. Desregramento moral, devassidão.

Fonte: Elaboração nossa.

Podemos observar, a partir do exposto no quadro 15, que a definição de desmando aparece ampliada no século XXI, abrangendo, além da noção de indisciplina, a ideia de imoralidade.

Observemos, no exemplo (13), o uso do referido item léxico:

(13) Um dos juizes desta capital decretou a prisão preventiva de um cidadão accusado de haver *estuprado* a própria irman. O réu pediu ao Tribunal uma ordem de “habeas-corpus” allegando que nem havia justa causa para a prisão, nem esta podia ser concedida, em face da lei de 1871. Por esta lei, a prisão preventiva não poderá ser concedida se houver decorrido mais de um anno da perpetração do delicto. [...] (secretário).

Desde que a própria esposa do accusado resolveu perturbar a paz do seu lar (o delicto foi communicado á policia pela mulher do paciente) e ir invocar o auxilio da autoridade publica para cohibir os *desmandos* de seu marido, sabendo que com isso sacrificaria o marido, a cunhada e a si própria, é de crer-se que assim procedeu pela convicção em que estava de que o marido era o autor do delicto que se lhe imputava. (24/10/1916, págs. 3 e 4; Processo judicial; Luiz de Araújo, secretário do tribunal).

Nessa ocorrência, podemos verificar que ‘desmando’ está sendo utilizado para referenciar o estupro e corresponde à imoderação, excesso, exagero, abuso de ordem moral. Dessa forma, o estupro é compreendido como desmando, na perspectiva de que é um comportamento imoral, excessivo e abusivo, assim como o referido ato. Tais conceitos estão vinculados e por serem próximos, possibilitam a compreensão do estupro como desmando, que é estruturada pela metonímia DESMANDO POR ESTUPRO, do tipo CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA, em que a referência ao desmando (causa) é o estupro (consequência). A ancoragem conceptual é realizada pelo esquema-I de LIGAÇÃO, ativado pelo item lexical ‘de’, que vincula o ato ao agente. A compreensão do estupro como delito é, também, encontrada nessa ocorrência, sendo discutida na subseção 3.2.7.2.

Na subseção, a seguir, trataremos sobre o *frame* CORTESIA.

3.2.3.1.3 *Frame* CORTESIA

Encontramos, ainda, no domínio COMPORTAMENTO, a compreensão do estupro a partir do *frame* CORTESIA. Em relação ao comportamento humano, a cortesia refere-se, diretamente, ao tratamento dispensado às outras pessoas. Para explicar por que

incluímos o *frame* CORTESIA no domínio COMPORTAMENTO, recorreremos às definições do referido item, apresentadas em dicionários de diferentes períodos, conforme ilustramos no quadro a seguir:

Quadro 16 – Definições dicionarizadas para CORTESIA

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (18)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
CORTESIA	1. Procedimento do cortesão. Urbanidade. [...]	1. Maneiras de homem da corte. 2. Delicadeza, amabilidade, urbanidade. 3. Cumprimento, mesura, reverência. 4. Oferta ou presente feito por qualquer organização comercial ou industrial a clientes seus, como prova de cortesia, amabilidade. [...]	1. Qualidade, atributo de quem ou do que é cortês; amabilidade; gentileza; polidez. 2. Atitude ou gesto delicado, cortês; gentileza. 3. Gesto que representa uma saudação educada e respeitosa a alguém. 4. Oferta especial, brinde, serviço extra oferecido como demonstração de apreço ou como <i>marketing</i> ; mimo; presente. [...]

Fonte: Elaboração nossa.

Apresentamos, no quadro 16, as definições encontradas em dicionários dos séculos XIX, XX e XXI para o item léxico ‘cortesia’. Apesar de a ocorrência estudada ser do século XXI, achamos necessário mostrar a definição do referido item lexical nos diferentes períodos para nos certificarmos do pertencimento desse *frame* ao domínio COMPORTAMENTO.

Na definição encontrada no *Dicionário da Língua Brasileira* (PINTO, 1832), exposta no quadro 16, a descrição é sucinta e faz referência ao comportamento do cortesão. Dessa forma, consideramos oportuno, para sabermos qual a abrangência do item léxico, buscarmos, também, a definição de ‘cortesão’. De acordo com o mesmo dicionário, ‘cortesão’ é definido como: “De corte. Urbano. Discreto. O que serviu, que anda na corte: o que sabe os usos da corte” (PINTO, 1832). Essa definição parece referir-se ao homem, frequentador da corte e que, por estar presente nesse ambiente social, visto como refinado, teria comportamento discreto, educado e gentil. Assim, a definição de ‘cortesão’ e a sua condição de agente da ‘cortesia’ coadunam com a definição encontrada para o item léxico, reafirmando a ideia de cortesia como um comportamento. Diante do exposto, podemos considerar que a conceptualização encontrada na ocorrência a seguir faz parte do domínio COMPORTAMENTO, vejamos:

- (14) “Será justo, então, o réu Fernando Cortez, primário, trabalhador, sofrer pena enorme e ter a vida estragada por causa de um fato sem consequências, oriundo de uma falsa virgem? Afinal de contas, esta

vítima, amorosa com outros rapazes, vai continuar a sê-lo. Com Cortez, assediou-o até se entregar. E o que em retribuição lhe fez Cortez? *Uma cortesia...*” (decisão de um Tribunal de Justiça).

A gentileza de Fernando Cortez indignou a jurista Silvia Pimentel. Tanto que, ao lado das pesquisadoras Valéria Pandjarian e Ana Lúcia Schritzmeyer, ela decidiu escanear outras *cortesias* do gênero pelas cinco regiões do Brasil. Diante de 50 decisões de tribunais de Justiça, as três compilaram tudo em livro e confirmaram o seguinte: o crime de estupro era o único do mundo em que a vítima é acusada e considerada culpada da violência praticada contra ela. [...] Por sua experiência como vice-presidente do Cedaw, Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, organismo da ONU, o *estupro* continua entre o crime e a *cortesia* pelos hemisférios afora. (30/08/2009, p. 208; decisão de um Tribunal de Justiça / Entrevista; jurista anônimo / Silvia Pimentel, jurista e professora entrevistada).

Nessa ocorrência, a utilização da palavra cortesia para referenciar o estupro, assim como acontece com as definições encontradas para esse item léxico e apresentadas no quadro 16, nos permitem verificar que estupro e cortesia são conceitos distintos, ou seja, integram diferentes domínios. Por isso, a compreensão apresentada na ocorrência (14) instancia a metáfora ESTUPRO É CORTESIA, que é estruturada conceptualmente pelo esquema-I CICLO, ativado pela expressão linguística “o estupro continua entre o crime e a cortesia”, indicando um movimento circular entre um e outro conceito.

Ademais, verificamos que a compreensão do estupro como cortesia mostra a forma como a mulher é considerada nesse contexto, ou seja, como alguém que queria sofrer esse tipo de violência sexual. Essa compreensão do estupro, além de se constituir em uma ironia, inverte a posição da mulher, que passa de vítima a ré, revelando, ainda, a presença de estereótipos, preconceito e discriminação de gênero.

A seguir, apresentaremos o quadro 17, com a síntese dos resultados encontrados para o domínio COMPORTAMENTO.

Quadro 17 - Síntese do domínio COMPORTAMENTO

<i>FRAME</i>	<i>FRAGMENTO</i>	<i>PERÍODO</i>	<i>GÊNERO TEXTUAL</i>	<i>CONCEPTUALIZADOR</i>	<i>TIPO DE MAPEAMENTO</i>	<i>ESQUEMA-I</i>	<i>ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME</i>
ABUSO	(4) [...] occulta-se ainda o nome de quem <i>abusou</i> de uma infeliz menina [...].	Séc. XIX (05/07/1885)	Processo Judicial	Alípio Z. de Cravalho, Juiz de Direito.	Metonímico CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA / CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (ABUSO POR ESTUPRO)	PROCESSO LIGAÇÃO CICLO	Abusou
	(5) O primeiro, de Pitangueiras, sob n. 2.827, relatado pelo sr. ministro Brito Bastos foi interposto do despacho que pronunciou um cidadão por haver raptado e <i>abusado de uma menor</i> . Havia nos autos coisas de uma novidade absoluta. Esta, por exemplo: os peritos, examinando a vítima e interrogados sobre os instrumentos que serviram para execução do crime, instrumento que desde que o mundo é mundo tem sido, mais ou menos, um só, responderam com importunável segurança que foi... a sedução.	Séc. XX (31/10/1911)	Autos de processo	Luiz de Araújo, Secretário do Tribunal.	Metonímico CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA / CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (ABUSO POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO CICLO	Abusado

FRAME	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
	(6) Esse indivíduo, de más entranhas estava pronunciado em dois processos, um por crime de <i>estupro</i> de uma menor, filha de sua amasia, facto ocorrido em Capatera, de Santo Antonio da Boa Vista, outro por crime de morte, cometido em 24 de Maio de 1913, numa raia no Itambé. A primeira victima fora Guilhermina de 14 annos, fiha de Francisco Leme e Leopoldina Silva, menor essa que, vivendo em companhia da mãe – que, por sua vez era amasia de Jose Claudino, uma occasião em que ella se occupava em misteres da lavoura, <i>abusou da dita menor</i> , não negando seu crime, ao ser interrogado pela mãe della, o que ocasionou um rompimento brusco.	Séc. XX (15/12/1913)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA / CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (ABUSO POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO CICLO	Abusou
ABUSO	(7) “Chama-se <i>estupro</i> o ato pelo qual o homem <i>abusa com violência</i> de mulher. Por violência entende-se não só o emprego da força phiysica, como o de meios que privarem a mulher de suas faculdades phisicas, e assim da possibilidade de resistir e defender-se, como sejam o hypnotismo, o chloroformio, o ether e em geral os anesthesicos narcoticos”.	Séc. XIX (07/11/1890)	Código Penal	Jurista anônimo	Metonímico TODO PELA PARTE (ATO POR ESTUPRO) CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA / CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (ABUSO POR ESTUPRO)	ESCALA ORIGEM/PERCURSO/META FORÇA PROCESSO COMPULSÃO	Abusa
	(8) Inicialmente, foram registrados 26 casos de pacientes que acusavam Abdelmassih de <i>estupro</i> . Os relatos das vítimas diziam que os <i>abusos</i> aconteciam durante as consultas na clínica de fertilização do ex-médico.	Séc. XXI (22/06/2017)	Notícia	Fábio de Castro e José Maria Tomazela (jornalistas)	Metonímico CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA / CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (ABUSO POR ESTUPRO)	ORIGEM/PERCURSO/META PROCESSO COMPULSÃO	Abusos

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
ABUSO	(9) A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, que possui cerca de 1,5 milhão de seguidores, apóia o projeto que autoriza o Sistema Único de Saúde (SUS) a proceder ao aborto quando a gestante corre risco de vida ou em caso de gravidez decorrente de estupro. “Nossa posição é promover a dignidade da vida e para que o corpo não seja usado e abusado”.	Séc. XXI (29/08/1997)	Reportagem	Huberto Kirchheim (Pastor Evangélico)	Metonímico CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA / CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (ABUSO POR ESTUPRO)	CICLO ESCALA	Abusado
	(10) O Ministério Público do Paraná entrou com ação civil contra o diretor do Instituto Médico-Legal (IML) local, Francisco Moraes e Silva, por improbidade administrativa, com enriquecimento ilícito. Ao mesmo tempo, está investigando denúncias de abuso sexual e ainda fraudes contra o DPVAT, o seguro obrigatório de veículos. No caso de abuso sexual, duas garotas menores de idade já prestaram depoimento e confirmaram que teriam sido molestadas pelo diretor quando passaram pelo IML para exames de comprovação de estupro.	Séc. XXI (02/02/2000)	Notícia	Miriam Karam (jornalista)	Metonímico CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA / CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (ABUSO SEXUAL POR ESTUPRO / ABUSO POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO FORÇA CONTATO	Abuso sexual

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
	(11) A Vigilância Sanitária encontrou ontem no lixo do consultório do pediatra e terapeuta Eugenio Chipkevitch, de 47 anos, acusado de molestar pacientes menores de idade, 17 frascos vazios do medicamento Dormonid. [...] Em fitas que registram cenas de <i>abuso sexual</i> , entregues à polícia, o terapeuta aplica injeções, supostamente de sedativos em garotos. [...] O promotor José Carlos Blat disse não ter dúvidas de que o pediatra molestou os pacientes. “É crime hediondíssimo, inafiançável. Jamais vi cenas tão gritantes”, afirmou. O pediatra poderá ser responsabilizado também por <i>estupro</i> e corrupção de menores.	Séc. XX (23/03/2002)	Notícia	Andréa Portella e Renato Lombardi (jornalistas)	Metonímico CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA / CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (ABUSO SEXUAL POR ESTUPRO / ABUSO POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO FORÇA CONTATO ORIGEM/PERCURSO/META	Abuso sexual
	(12) Se o <i>estupro</i> de rua já foi chamado de cruento, o <i>abuso intrafamiliar</i> é o <i>estupro doméstico</i> .	Séc. XXI (10/11/2013)	Artigo	Débora Diniz (antropóloga, professora)	Metonímico CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA / CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (ABUSO INTRAFAMILIAR POR ESTUPRO / ABUSO POR ESTUPRO)	TODO/PARTE	Abuso intrafamiliar

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
DESMANDO	(13) Um dos juízes desta capital decretou a prisão preventiva de um cidadão acusado de haver <i>estuprado</i> a própria irman. O réu pediu ao Tribunal uma ordem de “habeas-corpus” alegando que nem havia justa causa para a prisão, nem esta podia ser concedida, em face da lei de 1871. Por esta lei, a prisão preventiva não poderá ser concedida se houver decorrido mais de um ano da perpetração do delicto. [...]Desde que a própria esposa do acusado resolveu perturbar a paz do seu lar (o delicto foi communicado á policia pela mulher do paciente) e ir invocar o auxilio da autoridade publica para cohibir <i>os desmandos</i> de seu marido, sabendo que com isso sacrificaria o marido, a cunhada e a si própria, é de crer-se que assim procedeu pela convicção em que estava de que o marido era o autor do delicto que se lhe imputava.	Séc. XX (24/10/1916)	Processo judicial	Luiz de Araújo (secretário do tribunal)	Metonímico CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA (DESMANDO POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO	Desmandos
CORTESIA	(14) Afinal de contas, esta vítima, amorosa com outros rapazes, vai continuar a sê-lo. Com Cortez, assediou-o até se entregar. E o que em retribuição lhe fez Cortez? <i>Uma cortesia</i> ... [...] tanto que, ao lado das pesquisadoras Valéria Pandjjarjian e Ana Lúcia Schritzmeyer, ela decidiu escanear outras <i>cortesias</i> do gênero pelas cinco regiões do Brasil. [...] o estupro continua entre o crime e a cortesia pelos hemisférios afora.	Séc. XXI (30/08/2009)	Entrevista	Silvia Pimentel (jurista, professora)	Metafórico ESTUPRO É CORTESIA	CICLO	Cortesia

Fonte: Elaboração nossa.

Após apresentarmos o quadro 17, passaremos a tratar sobre o domínio PENSAMENTO.

3.2.3.2 Domínio PENSAMENTO

Podemos conceituar o pensamento como a atividade intelectual ou o processamento mental realizado pelo ser humano ao atuar no ambiente ao seu redor, construindo, dessa forma, a sua percepção do mundo. Nos dicionários consultados, as definições para o item léxico ‘pensamento’ foram as seguintes:

Quadro 18 – Definições dicionarizadas para PENSAMENTO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
PENSAMENTO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ato do entendimento. 2. Entendimento. Intento. [...] 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ato ou efeito de pensar, refletir, meditar; processo mental que se concentra nas ideias. 2. Faculdade de pensar logicamente. 3. Poder de formular conceitos. 4. Aquilo que é pensado; o produto do pensamento; ideia. 5. Reflexão, meditação. 6. Mente, intelecto, espírito. [...] 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ação ou resultado de pensar. 2. Capacidade ou atividade de formular e/ou evocar ideias, juízos, conceitos etc.; REFLEXÃO. 3. Cada produto dessa atividade mental; IDÉIA. 4. Linha conceitual característica de um intelectual, de um grupo ou de uma época. 5. Mente, cabeça, maneira de pensar. 6. Expressão resumida de uma ideia em forma de frase.

Fonte: Elaboração nossa.

De acordo com as definições expostas no quadro 18, podemos considerar que o pensamento é a potencialidade humana que permite à espécie atuar no mundo, através de um processo de racionalização, deliberação e modificação do seu mundo exterior e interior.

Ao tecer suas considerações acerca da mente humana, Morin (2002) considera a existência de dois tipos de pensamento: o pensamento racional, relacionado à lógica, ao cálculo e à razão, e o pensamento mítico, vinculado a uma esfera mitológica, do imaginário, das analogias e dos símbolos. De acordo com o autor, o raciocínio humano acontece a partir da interação entre estes dois tipos de pensamento, que não podem ser vistos separadamente, de forma que o âmbito da imaginação - dos mitos, crenças, superstições - adquire para o ser humano tanta importância quanto o âmbito do pensamento racional.

A partir dessa constatação, Morin (2002) diz que o conhecimento é uma reconstrução do real pelo ser humano e que, por isso, não é completo, nem pode ser considerado como um reflexo exato do mundo objetivo, sendo sempre permeado por constantes "erros e ilusões". Tudo isso leva o autor a ressaltar que o conhecimento humano não se encerra nos princípios da razão e da lógica e deve ser sempre considerado dentro de seus limites e incertezas.

Assim, podemos dizer que o pensamento é uma forma de processamento mental que permite aos seres modelarem sua percepção do mundo ao redor de si, e com isso lidar com ele de uma forma efetiva e de acordo com suas metas, planos e desejos.

Ao refletirmos sobre pensamento, evocamos diferentes elementos, como: reflexão, intenção, ideia, propósito, expressão, raciocínio etc. Nesse sentido, considerando a conceituação apresentada e as definições encontradas nos dicionários, anteriormente apresentadas no quadro 18, verificamos, no nosso corpus, a presença do domínio PENSAMENTO, sendo ativado, nesse domínio, os *frames* INTENÇÃO e EXPRESSÃO, a partir dos itens léxicos: 'intuito', 'intento' e 'expressão'.

A compreensão do estupro como um objetivo, a partir do *frame* INTENÇÃO, é tratada na próxima subseção.

3.2.3.2.1 *Frame* INTENÇÃO

A intenção pode ser entendida como a razão de ser de uma ação específica. É mentalmente construída e diz respeito a um propósito ou objetivo que se pretende atingir. Nesse sentido, as ações humanas voluntárias têm, sempre, uma intenção preexistente.

No nosso corpus, encontramos ocorrências em que o ESTUPRO é compreendido como INTENÇÃO. Essa compreensão foi acionada a partir dos itens léxicos 'intuito' e 'intento'. Para considerarmos que esses itens léxicos integram o *frame* INTENÇÃO e, consequentemente, o domínio PENSAMENTO, buscamos nos dicionários as suas definições, conforme podemos verificar no quadro exposto na sequência:

Quadro 19 – Definições dicionarizadas para INTUITO e INTENTO

ITENS LÉXICOS	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
INTUITO	1. Interesse que se põe a mira quando se faz alguma ação.	1. Objeto que se tem em vista, intento, plano. 2. Fim, escopo.	1. Intenção, objetivo, fim, escopo.

INTENTO	1. Intenção.	1. Plano, desígnio, projeto, intenção. 2. Aplicado, atento.	1. Aquilo que se pretende realizar; Intenção, objetivo, projeto. [...]
----------------	--------------	--	---

Fonte: Elaboração nossa.

Podemos observar que as definições de ‘intuito’ e ‘intento’, apresentadas no quadro 19, são sinonímicas, isto é, ambos os itens lexicais são, similarmente, definidos nos dicionários consultados, nos respectivos períodos. Essas definições são, também, sinonímicas ao conceito de INTENÇÃO, sendo, portanto, pertinente a proposição do domínio INTENÇÃO para os referidos itens léxicos. Além disso, verificamos que intenção e estupro são conceitos que estão relacionados, no sentido de que antes de realizar um ato é necessário pensar nele, isto é, antes de praticar o estupro, o autor teve a intenção de fazê-lo. Assim, consideramos que intenção e estupro são conceitos contíguos, licenciadores de conceptualizações metonímicas.

Conforme já apresentado, intuito é o mesmo que um objetivo, uma meta ou um desejo a ser conquistado, assumindo o significado de um propósito, ou seja, aquilo que se pretende fazer ou realizar. Na ocorrência (15), podemos verificar a compreensão do estupro como INTENÇÃO, instanciada, a partir da expressão linguística “abomináveis intuítos”, sendo estruturada pela metonímia INTENÇÃO POR ESTUPRO, vinculada à metonímia mais geral PENSAMENTO POR ESTUPRO, do tipo PARTE PELO TODO, em que a referência a abomináveis intuítos (parte) é o estupro (todo). Vejamos a ocorrência:

- (15) No extenso relatório que apresentou, a autoridade policial citada, depois de rememorar os delitos atribuídos a Benedito Moreira de Carvalho, estampa os seus “Antecedentes Policial-criminais”, por onde se vê que, além dos treze crimes de homicídio e estupro com sobrevivência das vítimas, já havia o acusado praticado, anteriormente, nada menos do que oito delitos, sendo suas vítimas moças moradoras em bairros das redondezas da Capital. [...] Ninguém mais do que Benedito Moreira de Carvalho se mostrou infenso á convivência social normal, feriu mais os seus preceitos éticos, ofendeu mais a nossa população, sacrificando impiedosamente, bestialmente aos seus *abomináveis intuítos*, pobres e indefesas crianças e senhoras que tiveram a desventura de cruzar o seu caminho! (24/07/1954, p. 9; Notícia; Autoria do jornal).

Verificamos, nessa ocorrência, que a conceptualização referida está ancorada pelo esquema-I LIGAÇÃO, acionados pelo item léxico ‘seus’, que indica de quem são os intuítos ou os pensamentos e os vincula ao seu agente. Ainda pode ser observado, nessa

ocorrência, que o intuito é qualificado como ‘abominável’, indicando a repulsa e avaliação negativa que tal ato representa e apontando para a ancoragem conceptual pelo esquema-I PARTE/TODO, já que a tipificação do intuito leva à compreensão de que é uma parte dentre os diversos tipos de intuito. Temos, também, a estruturação pelo esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, ativado pela expressão linguística “pobres e indefesas crianças e senhoras que tiveram a desventura de cruzar o seu caminho”, indicando uma trajetória percorrida para a consumação do ato, sendo enfocada, nesse caso, o polo ORIGEM.

Podemos observar, ainda, que a utilização do item lexical ‘bestialmente’ permite a compreensão do ato como uma atitude irracional, típico de um animal. Essa compreensão instancia a metonímia IRRACIONALIDADE POR ESTUPRO, do tipo PARTE PELO TODO, vinculada à metáfora ESTUPRO É ANIMALIDADE que é discutida na subseção 3.2.14 Além disso, verificamos, também, a utilização dos itens lexicais ‘delitos’ e ‘crimes’ para fazer referência ao estupro, apontando para a metonímia conceptual TODO PELA PARTE, conceptualizações que são discutidas no domínio JUSTIÇA na subseção 3.2.7.

Observamos, ainda, compreensão semelhante na ocorrência (16):

- (16) Joaquim Francisco de Camargo, homem violento, acostumado a levar ao seio das famílias a corrupção, assim fez ele, conseguindo entrar na casa de João Pereira e este, levado pelas promessas d’aquelle consentiu, até que Joaquim Francisco, com promessas de casamento, conseguiu os seus *máus*, porém, costumados *intentos* – deflorou a menor Mariana. (13/02/1882, p.2; Certidão; José Theodoro da Silva, escrivão).

Nessa ocorrência, observamos a utilização do item léxico ‘intentos’ para fazer referência ao estupro, permitindo a inferência de que a realização do ato era o objetivo do acusado. Essa compreensão aponta para a estruturação metonímica INTENÇÃO POR ESTUPRO, vinculada à metonímia mais geral PENSAMENTO POR ESTUPRO, do tipo PARTE PELO TODO, uma vez que a referência ao intento (parte) é o estupro (todo). Tal conceptualização está ancorada pelo esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, acionado pelo item léxico ‘intentos’, considerando que, nessa conceptualização, o foco está no polo META. Há, ainda, o esquema-I de CICLO, ativado pelo item lexical ‘costumados’, visto que faz referência a algo costumeiro, ou seja, que se repete, sem determinação do tempo em que ocorria.

Observamos, ainda, na ocorrência (16), uma valoração, a partir da utilização do adjetivo ‘máus’ para qualificar o substantivo ‘intentos’, indicando a estruturação conceptual pelo esquema-I CIMA/BAIXO, já que a valoração negativa acionada, através do adjetivo ‘máus’, possui orientação para baixo. Temos, também, o esquema-I LIGAÇÃO, ativado pelo uso do item lexical ‘seus’, que vincula o acusado à realização do ato.

A seguir, tratamos sobre a expressão do pensamento, a partir do *frame* EXPRESSÃO.

3.2.3.2.2 *Frame* EXPRESSÃO

Denomina-se expressão toda manifestação do pensamento materializada através de palavras, atitudes, gestos, posturas, seja acerca de uma determinada situação ou circunstância processada mentalmente e expressa de variadas formas. A palavra expressão é utilizada, principalmente, na manifestação do interior anímico de um ser humano. Desta forma se refere a diversos modos de externar o pensamento que explicam as possibilidades do ser humano em mostrar sua forma de pensar, sentir e experimentar. Um exemplo típico é apresentado pela arte que abrange várias modalidades técnicas. Podemos considerar que a necessidade de expressão humana é uma característica de sua natureza e que se efetiva em qualquer meio ou circunstância. Esse tipo de tendência se desenvolve, especialmente, graças à capacidade de comunicação por meio de palavras, mas que, também, é efetivada através da linguagem corporal na interação com o outro.

As definições dicionarizadas para o item lexical ‘expressão’ são apresentadas no quadro 20:

Quadro 20 – Definições dicionarizadas para EXPRESSÃO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
EXPRESSÃO	1. Ação de exprimir. Palavra ou gesto com que se exprimem os conceitos.	1. Ato de espremer suco de fruta, planta etc.; espremedura. 2. Ato de exprimir (se). 3. Enunciação do pensamento por meio de gestos ou palavras escritas ou faladas; verbo. 4. Dito, frase. 5. Semblante, gesto. 6. O modo como o gesto, a voz ou a fisionomia revelam ou denotam a intensidade dum sentimento ou dum estado moral. 7. vivacidade, animação. 8. Personificação. 9. Representação, manifestação. [...]	1. Ação ou resultado de expressar (-se), exprimir(-se). 2. Manifestação de pensamento ou sentimento através de palavras, gestos, fisionomia, arte etc. 3. Realce dado a determinada palavra, frase, locução etc. em um discurso. 4. Semblante, feição, ar (expressão de enfado; expressão carrancuda). 5. Manifestação intensa de emoção, ideia etc.; EXPRESSIVIDADE. 6. Importância, vulto (músico de expressão). 7. Personificação, encarnação.

			8. Gram. Diz-se de qualquer elemento lexical (palavra, frase, locução, sentença etc.). [...]
--	--	--	--

Fonte: Elaboração nossa.

Diante das várias definições encontradas para o item léxico ‘expressão’, nos dicionários Aurélio (1986) e Caldas Aulete (2020), conforme apresentado no quadro 20, observamos que, de uma forma geral, dizem respeito à materialização do pensamento através de variadas formas. Desse modo, consideramos as ocorrências encontradas no corpus, que trazem esse item lexical, como integrantes do domínio PENSAMENTO, já que apresentam conceptualizações que fazem referência à expressão do pensamento, conforme podemos observar nos exemplos (17) e (18):

(17) Ou ainda por uma das formas mais perversas de *expressão do patriarcado – o estupro*. (10/11/2013, p.143; Artigo; Débora Diniz, antropóloga e professora).

(18) Onde há desigualdade entre homens e mulheres, *há violência de gênero e o estupro é sua expressão mais perversa*. (16/11/2008, p. J7; Artigo; Débora Diniz e Janaína Penalva, pesquisadoras).

Nessas ocorrências, podemos observar a conceptualização do estupro como expressão do pensamento, a partir das construções linguísticas “expressão do patriarcado”, em (17), e “expressão mais perversa”, em (18), que, apesar de serem específicas, revelam aspectos que compreendem o domínio PENSAMENTO, como a ideologia, presente nessas ocorrências, considerando que são construídas mentalmente e, antes de serem expressas pelo conceptualizador, habitam seu pensamento. Nesse sentido, compreendem conceitos contíguos, pensamento e estupro, possibilitando que essas compreensões sejam estruturadas pela metonímia EXPRESSÃO POR ESTUPRO, vinculada à metonímia mais geral PENSAMENTO POR ESTUPRO, do tipo PARTE PELO TODO. A ancoragem conceptual é realizada pelo esquema-I LIGAÇÃO que é ativado pelas expressões “do patriarcado”, em (17), e “há violência de gênero e o estupro é sua expressão”, em (18), que relaciona a prática do ato a ideologia existente em cada contexto. Há, ainda, o esquema-I FORÇA, acionado por ‘violência’, em (18), conceito que indica a existência de força. O esquema-I PARTE/TODO, também, pode ser observado, sendo ativado por “do patriarcado”, em (17), e “de gênero”, em (18), já que indicam partes de todo. Ademais, temos o esquema-I ESCALA, acionado pelo item

lexical 'mais', em ambas as ocorrências, visto que indica uma gradação. Verificamos, ainda, na ocorrência (18), a compreensão do estupro como violência, que é discutida na subseção 3.2.4.

A seguir, apresentaremos, no quadro 21, a síntese dos achados para o domínio PENSAMENTO.

Quadro 21- Síntese do domínio PENSAMENTO

FRAME	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
INTENÇÃO	(15) No extenso relatório que apresentou, a autoridade policial citada, depois de rememorar os delitos atribuídos a Benedito Moreira de Carvalho, estampa os seus “Antecedentes Policial-criminais”, por onde se vê que, além dos treze crimes de homicídio e <i>estupro</i> com sobrevivência das vítimas, já havia o acusado praticado, anteriormente, nada menos do que oito delitos, sendo suas vítimas moças moradoras em bairros das redondezas da Capital. [...] Ninguém mais do que Benedito Moreira de Carvalho se mostrou infenso á convivência social normal, feriu mais os seus preceitos éticos, ofendeu mais a nossa população, sacrificando impiedosamente, bestialmente aos seus <i>abomináveis intuits</i> , pobres e indefesas crianças e senhoras que tiveram a desventura de cruzar o seu caminho!	Séc. XX (24/07/1954)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico PARTE PELO TODO (INTENÇÃO POR ESTUPRO / PENSAMENTO POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO PARTE/TODO ORIGEM/PERCURSO/META	Intuito
	(16) Joaquim Francisco de Camargo, <i>homem violento</i> , acostumado a levar ao seio das famílias a corrupção, assim fez ele, conseguindo entrar na casa de João Pereira e este, levado pelas promessas d’aquelle consentiu, até que Joaquim Francisco, com promessas de casamento, conseguiu os seus <i>máus</i> , porém, <i>costumados intentos – deflorou</i> a menor Mariana.	Século XIX (13/02/1882)	Certidão	José Theodoro da Silva, escrivão.	Metonímico PARTE PELO TODO (INTENÇÃO POR ESTUPRO / PENSAMENTO POR ESTUPRO)	ORIGEM/PERCURSO/META CICLO CIMA/BAIXO LIGAÇÃO	Pensamento

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
EXPRESSÃO	(17) Ou ainda por uma das formas mais perversas de <i>expressão do patriarcado</i> – o estupro.	Séc. XXI (10/11/2013)	Artigo	Débora Diniz, antropóloga, professora.	Metonímico PARTE PELO TODO (EXPRESSÃO POR ESTUPRO / PENSAMENTO POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO PARTE/TODO ESCALA	Expressão do patriarcado
	(18) Onde há desigualdade entre homens e mulheres, há violência de gênero e o estupro é sua expressão mais perversa.	Séc. XXI (16/11/2008)	Artigo	Débora Diniz e Janaína Penalva, pesquisadoras	Metonímico PARTE PELO TODO (EXPRESSÃO POR ESTUPRO / PENSAMENTO POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO FORÇA PARTE/TODO ESCALA	Expressão mais perversa.

Fonte: Elaboração nossa.

Concluída a apresentação do quadro 21, discorreremos, a seguir, sobre o domínio CONHECIMENTO.

3.2.3.3 Domínio CONHECIMENTO

A tarefa de conhecer é estabelecida na relação entre alguém, que busca o conhecimento, e algo a ser conhecido. Dessa forma, é resultado da junção da curiosidade de um indivíduo com a manifestação de alguma coisa que, de certa forma, desperta interesse. Através do conhecimento o ser humano adentra os diversos campos do saber, para deles apropriar-se, situando pessoas, fatos ou fenômenos em um contexto mais amplo e lhes atribuindo sentido e função.

As definições encontradas, nos dicionários consultados, para o item léxico ‘conhecimento’, são as seguintes, apresentadas no quadro 22:

Quadro 22 – Definições dicionarizadas para CONHECIMENTO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
CONHECIMENTO	1. Ação de conhecer. Ideia, notícia. [...]	1. Ato ou efeito de conhecer. 2. Ideia, noção. 3. Informação, notícia, ciência. 4. Prática da vida, experiência. 5. Discernimento, critério, apreciação. 6. Conhecimento de si mesmo. [...].	1. Ato de conhecer algo pela razão, pela experiência ou pela informação recebida. 2. Compreensão, percepção intelectual dos fatos e relações entre eles. 3. Domínio de um assunto, uma técnica, uma arte etc. 4. O conjunto do que é conhecido, sabido por alguém, ou por um grupo, ou em determinado campo de atividade, determinada época. 5. Instrução, erudição. 6. Ant. Relação sexual, cópula, esp. entre homem e mulher. [...]

Fonte: Elaboração nossa.

De acordo com as definições apresentadas, verificamos que o conhecimento, além de ser definido como apropriação do saber, também, é entendido como relação sexual, embora essa seja uma definição antiga, segundo o dicionário de Caldas Aulete (2020). Essa compreensão, todavia, não é registrada nos outros dicionários consultados, mas foi encontrada no nosso corpus, apenas, em uma ocorrência, como podemos observar no exemplo (19):

- (19) Depois que os debates passaram do específico para o geral, a discussão durante algum tempo gerou filológica e filosoficamente em torno do significado da palavra *estupro*. Várias definições foram trazidas à baila, entre as quais a do FBI que define o crime

como “o conhecimento carnal de uma mulher mediante o uso da força”. (17/01/1974, p. 29; Reportagem; Assef Kfourri, jornalista).

Verificamos, nessa ocorrência, que o estupro está sendo compreendido como “conhecimento carnal”, equivalente ao contato carnal, ou seja, o conhecimento do corpo da mulher. Vale destacar a utilização da expressão “uso da força”, mostrando que esse contato carnal foi forçado, caracterizando, dessa forma, o estupro. Nesse contexto, conhecimento e estupro são conceitos próximos, vinculados e, por isso, propiciam a conceptualização do estupro por meio da metonímia CONHECIMENTO POR ESTUPRO do tipo CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA. Essa conceptualização é ancorada conceptualmente pelos esquemas-I FORÇA, CONTATO e COMPULSÃO, ativados pela expressão “uso da força”, indicando a existência de força, resistência e contato físico. O esquema-I LIGAÇÃO, também, pode ser verificado, sendo ativado pela expressão “conhecimento carnal de uma mulher”, que vincula o ato à vítima. Há, ainda, nessa ocorrência, a conceptualização do estupro como crime que é tratada na subseção 3.2.7.1.

Ademais, a utilização da expressão “conhecimento carnal” se constitui em um uso eufemístico, que abranda a negatividade do item léxico ‘estupro’. Temos, assim, na ocorrência (19), um eufismo por metonímia.

Encontramos, ainda, no domínio CONHECIMENTO, a compreensão do estupro como “experiência dilacerante” que ativou o *frame* EXPERIÊNCIA, conforme veremos na próxima subseção.

3.2.3.3.1 *Frame* EXPERIÊNCIA

O conceito de experiência é, comumente, concebido como o de um conhecimento adquirido empiricamente, isto é, em contato sensorial com a realidade. Para complementar essa definição, recorreremos aos dicionários e as definições encontradas para o referido item léxico estão expressas na sequência:

Quadro 23 – Definições dicionarizadas para EXPERIÊNCIA

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
EXPERIÊNCIA	1. Conhecimento das coisas por meio da prática. 2. Tentativa feita para averiguar uma coisa.	1. Ato ou efeito de experimentar (-se); experimento, experimentação. 2. Prática da vida. 3. Habilidade, perícia, prática, adquiridas com o exercício	1. Ação ou resultado de experimentar. 2. Habilidade. Conhecimento adquirido com a prática (<u>experiência</u> de vida, <u>experiência</u> profissional).

		constante duma profissão, duma arte ou ofício. 5. Conhecimento que nos é transmitido pelos sentidos. 7. Conjunto de conhecimentos individuais ou específicos que constituem aquisições vantajosas acumuladas historicamente pela humanidade. [...]	3. Conhecimento, aprendido adquirido a partir da vivência de uma situação. 4. Experimentação, experimento. 5. Teste, ensaio, tentativa. 6. Fil. Conhecimento adquirido através do uso dos sentidos.
--	--	--	---

Fonte: Elaboração nossa

As definições expostas no quadro 23 corroboram com o conceito apresentado para o item léxico ‘experiência’, reafirmando, dessa forma, a sua relação com o conhecimento, mais especificamente, com a sua construção através das vivências. Essa compreensão foi encontrada no nosso corpus e pode ser observada na ocorrência (20):

(20) Condenações para o *crime de estupro* são poucas, e as estatísticas aumentam. O horror do ato e os danos à mulher, tanto mentais quanto físicos, são indelévels e quase sempre ignorados por todos. É uma *experiência dilacerante*, que aleija e, frequentemente, *experiência fatal*. É um subproduto da guerra e um passatempo nos tempos de paz. (17/01/1974, p. 29; Reportagem; Assef Kfourir, jornalista).

Nessa ocorrência, temos a compreensão do estupro como uma experiência. Se pensarmos nesses dois conceitos, experiência e estupro, veremos que eles têm uma relação, são contíguos. Ainda que não sejam tão próximos ou similares, estão relacionados, no sentido de que correspondem a vivências, um mais geral (experiência) e o outro mais específico (estupro), licenciando, dessa forma, a metonímia EXPERIÊNCIA POR ESTUPRO, do tipo CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA. Observamos, também, que a experiência é caracterizada como “experiência dilacerante” e “experiência fatal” que correspondem a categorias mais específicas.

A metonímia referida tem a ancoragem conceptual realizada pelo esquema-I PARTE/TODO, ativado pelos itens léxicos ‘dilacerante’ e ‘fatal’, que indicam partes específicas do todo experiencial. Os esquemas-I FORÇA, CONTATO e PERTO/LONGE são acionados por ‘horror do ato’, ‘aleija’ e ‘físicos’, que apontam para a existência de força, aproximação e contato físico entre a vítima e o acusado. Há, ainda, o esquema-I PROCESSO que é ativado pela expressão ‘os danos à mulher, tanto mentais quanto físicos’, indicando uma mudança de estado. Temos, também, o esquema-I ESCALA,

acionado por ‘dilacerante’ e ‘fatal’, pois apontam para uma elevada mensuração negativa em relação ao ato.

Podemos verificar, também, nessa ocorrência, a compreensão do estupro como guerra e passatempo, que são discutidas nas subseções 3.2.12 e 3.2.9.1, respectivamente.

Concluída a discussão sobre o domínio CONHECIMENTO, apresentaremos, a seguir, o quadro 24, com a síntese dos resultados para o referido domínio.

Quadro 24- Síntese do domínio CONHECIMENTO

<i>FRAME</i>	<i>FRAGMENTO</i>	<i>PERÍODO</i>	<i>GÊNERO TEXTUAL</i>	<i>CONCEPTUALIZADOR</i>	<i>TIPO DE MAPEAMENTO</i>	<i>ESQUEMA-I</i>	<i>ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME</i>
CONHECIMENTO	(19) Depois que os debates passaram do específico para o geral, a discussão durante algum tempo gerou filológica e filosoficamente em torno do significado da palavra <i>estupro</i> . Várias definições foram trazidas à baila, entre as quais a do FBI que define o crime como “o <i>conhecimento carnal</i> de uma mulher mediante o uso da força.	Séc. XX (17/01/1974)	Reportagem	Assef Kfourri, jornalista	Metonímico CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA (CONHECIMENTO POR ESTUPRO)	FORÇA CONTATO COMPULSÃO LIGAÇÃO	Conhecimento carnal
EXPERIÊNCIA	(20) Condenações para o crime de <i>estupro</i> são poucas, e as estatísticas aumentam. O horror do ato e os danos à mulher, tanto mentais quanto físicos, são indelévels e quase sempre ignorados por todos. É uma <i>experiência dilacerante</i> , que aleija e, frequentemente, <i>experiência fatal</i> . É um subproduto da guerra e um passatempo nos tempos de paz.	Séc. XX (17/01/1974)	Reportagem	Assef Kfourri, jornalista	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (EXPERIÊNCIA POR ESTUPRO)	PARTE/TODO FORÇA CONTATO PERTO/LONGE PROCESSO ESCALA	Experiência dilacerante Experiência fatal

Fonte: Elaboração nossa.

Finalizada a apresentação do quadro 24, passaremos, a seguir, a discorrer sobre o domínio SENTIMENTO.

3.2.3.4 Domínio SENTIMENTO

Os sentimentos são fenômenos complexos que envolvem compreensão e integração (POLSTER; POLSTER, 2001). De acordo com Polster e Polster (2001), os sentimentos possuem uma avaliação pessoal e uma tentativa de encaixe de um acontecimento específico em um esquema mais amplo das próprias experiências do ser.

Le Doux (2007) defende que, para o sentimento ocorrer, é necessário a existência de três componentes processuais possibilitados pela emoção: a representação do estímulo emocional, a recuperação de significados associados a esse estímulo e a percepção consciente de estados do corpo. Para o autor, sentimentos são emoções conscientes. A conscientização da emoção é, portanto, a condição que distingue o sentimento.

Diferentes vezes, sentimento e emoção são usados como sinônimos, todavia são conceitos distintos. Vejamos as definições encontradas nos dicionários consultados para esses itens lexicais, a seguir:

Quadro 25 – Definições dicionarizadas para SENTIMENTO e EMOÇÃO

ITENS LÉXICOS	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
SENTIMENTO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sensação de dor ou de prazer. 2. Opinião, parecer em matérias de doutrina etc. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ato ou efeito de sentir (se). 2. Capacidade para sentir; sensibilidade. 3. Faculdade de conhecer, perceber, apreciar; percepção, noção, senso. 4. Disposição afetiva em relação a coisas de ordem moral ou intelectual. 5. Afeto, afeição, amor. 6. Entusiasmo, emoção. 7. Pesar, tristeza, desgosto, mágoa. [...] 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ação ou resultado de sentir. 2. Capacidade ou aptidão para receber as impressões do mundo externo; faculdade de sentir. 3. Manifestação do que se sente. 4. Tudo o que se refere ao coração em contraposição à razão. 5. Dor, pena, pesar, mágoa, desgosto. 6. Pressentimento, suspeita, presunção. [...]
EMOÇÃO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Alvorço, motim de povo. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ato de mover (moralmente). 2. Abalo moral; comoção. 3. Reação intensa e breve do organismo a um lance inesperado, a qual se acompanha de um estado afetivo de conotação, penosa ou agradável. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reação tanto psíquica como física ante um fato, uma situação, uma percepção, uma notícia etc., que se manifesta, subjetivamente, como sensação intensa (p. ex., de medo ou raiva, alegria ou tristeza etc.) e, fisiologicamente, com alterações que levam o corpo a agir de acordo com esse estímulo. [...]

Fonte: Elaboração nossa.

De acordo com as definições apresentadas no quadro 25, podemos considerar que sentimento e emoção, apesar de serem conceitos distintos, estão estritamente relacionados. A emoção é a reação do cérebro a um estímulo ambiental. Já o sentimento é o resultado de uma experiência emocional. Em outras palavras, uma emoção gera um sentimento, que pode gerar novas emoções e outros sentimentos, constituindo, assim, um ciclo psicológico.

No nosso corpus, encontramos ocorrências em que o estupro é compreendido como um sentimento e não como emoção. Chegamos a essa inferência ao considerarmos que a emoção da atração sexual teve como resultado o sentimento de prazer, materializado no estupro.

Podemos observar a compreensão do estupro como sentimento na ocorrência (21):

(21) Embora todas ellas sejam victimas dos *maus sentimentos* de Mauricio Marcondes os exames feitos nas dez só em três foram de resultado positivo. Uma destas conta 5 annos e as duas outras 14, estando aquelle individuo processado por crimes de estupro e atentado ao pudor. (10/08/1917, p.5; Notícia; Autoria do jornal).

A compreensão apresentada, na ocorrência (21), nos revela que os conceitos de sentimento e estupro estão imbricados, considerando que a ação do estupro é motivada por um sentimento, seja ele bom ou ruim. Nesse sentido, são conceitos vinculados e contíguos que propiciam a conceptualização do estupro como sentimento e licenciam a metonímia SENTIMENTO POR ESTUPRO, do tipo CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA, na qual a referência ao sentimento (causa) é o estupro (consequência). Essa ocorrência é ancorada pelo esquema-I LIGAÇÃO, acionado pela expressão “vítimas dos maus sentimentos de Maurício”, que vincula a vítima e o ato ao acusado. O esquema-I PARTE/TODO, também, pode ser verificado, sendo ativado a partir da expressão “maus sentimentos”, considerando que é uma espécie dentro do todo sentimento. Além disso, há, ainda, na ocorrência (21), uma valoração por meio do adjetivo ‘maus’ que qualifica o substantivo ‘sentimentos’, apontando para a estruturação conceptual pelo esquema-I CIMA/BAIXO, tendo em vista que a valoração negativa acionada pelo adjetivo referido tem a orientação para baixo.

Segundo Damásio (2012 [1994]), o sentimento é um conceito que está vinculado à emoção. Para ele, sentimentos e emoções são processos diferentes, mas, concomitantemente permeados. A emoção é um conjunto das alterações no estado do corpo relacionadas a certas imagens mentais que acionaram um sistema cerebral

específico, sendo a origem do sentir de uma emoção a ocorrência dessas alterações vinculadas às imagens mentais que iniciaram o processo. Em outras palavras, um sentimento está relacionado à conexão entre uma imagem do corpo, com uma imagem de alguma outra coisa, por exemplo uma imagem visual de um rosto ou a auditiva de uma melodia. Nessa perspectiva, podemos dizer que os sentimentos estão vinculados às experiências cotidianas e às emoções que elas provocam. No corpus estudado, encontramos conceptualizações em que o estupro é compreendido a partir do item léxico ‘infelicitado’, que evocou o *frame* INFELICIDADE, conforme veremos na sequência.

3.2.3.4.1 *Frame* INFELICIDADE

Infelicidade é a emoção que acomete as pessoas que não estão satisfeitas no meio em que vivem e se demonstram inseguras, pessimistas, rancorosas e frustradas com relações pessoais. Quando a infelicidade está em estágio mais avançado, é considerada revoltante e destruidora do conforto interior, o que pode ocasionar a crise de existência e levar o indivíduo ao isolamento e autoexclusão do mundo externo, se privando, assim, do meio social.

As definições encontradas para o item léxico ‘infelicidade’, podem ser observadas no quadro 26:

Quadro 26 – Definições dicionarizadas para INFELICIDADE

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
INFELICIDADE	1. Falta de felicidade. Infortúnio, desgraça.	1. Qualidade ou estado de infeliz. 2. Desgraça, desdita, infortúnio. [...]	1. Estado, qualidade ou condição de infeliz. 2. Acontecimento ou situação de consequências nefastas que causam, ger., grande dor, imenso pesar. 3. Adversidade, azar.

Fonte: Elaboração nossa.

No quadro 26, observamos que, de acordo com as definições apresentadas, a infelicidade, além de corresponder a uma sensação, também, denomina um acontecimento que causa infelicidade. Essa compreensão foi encontrada no nosso corpus, conforme podemos verificar na ocorrência (22):

(22) O dr. J.R. Leme da Silva proferiu hoje longo despacho no processo em que Avelino Camillo de Lima é denunciado como incurso na inserção do artigo 268 combinado com o artigo 272 do Código Penal, como tendo *infelicitado* a menor, de 16 anos, Dulcina de

Aguiar Rodrigues, no lugar denominado Peruhube, desta comarca, em Novembro último. De acordo com a prova produzida no processo, julgou improcedente a denuncia, para o efeito de impronunciar o referido denunciado. Assim julgou aquele juiz por ter a testemunha de nome Gabriel Antonio Rodrigues confessado ser o autor do delicto, pois pretende casar-se com a menor Dulcina. [...] Em face das declarações de fls. 64, 82 e 83 v., deverá ser instaurado o competente processo criminal contra Gabriel Antonio Rodrigues que confessou a autoria do *estupro* da paciente Dulcina, devendo o sr. promotor publico requerer o que estender necessário para iniciar a acção penal. (07/07/1928, p. 4; Notícia; Autoria do jornal).

A compreensão do estupro como infelicidade, se dá, nessa ocorrência, por meio do item léxico ‘infelicitado’ que faz referência ao estado em que ficou a vítima após o estupro. Considerando que a ação de infelicitar causa a falta de felicidade, podemos, a partir dessa perspectiva, propor que infelicidade e estupro são conceitos relacionados, já que o estupro leva à infelicidade e, por isso, instancia a metonímia INFELICIDADE POR ESTUPRO do tipo CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA, vinculada à metonímia mais geral SENTIMENTO POR ESTUPRO. Verificamos, também, a existência de um eufemismo por metonímia, considerando que a referência ao estupro como infelicidade atenua a carga negativa que o item linguístico ‘estupro’ evoca.

Essa compreensão é estruturada pelo esquema-I LIGAÇÃO, ativado pela expressão “tendo infelicitado a menor”, que vincula o acusado à vítima e “confessado ser o autor do delicto”, que liga o acusado ao ato. O esquema-I PROCESSO, também, pode ser verificado, sendo ativado pelas expressões “tendo infelicitado a menor” e “pretende casar-se com a menor”, apontando para mudança de estado da vítima em decorrência do estupro.

Encontramos, ainda, uma compreensão do estupro que acionou o *frame* ÓDIO, sendo tratada na subseção seguinte.

3.2.3.4.2 *Frame* ÓDIO

O ódio é uma emoção intensa de raiva e aversão. Traduz-se na forma de antipatia, aversão, desgosto, rancor, inimizade ou repulsa contra uma pessoa ou algo, assim como o desejo de evitar, limitar ou destruir o seu objetivo. O ódio pode se basear no medo, justificado ou não. É descrito com frequência como o contrário do amor ou da amizade.

Vejamos as definições encontradas para o item léxico ‘ódio’, no quadro a seguir exposto:

Quadro 27 – Definições dicionarizadas para ÓDIO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
ÓDIO	1. Inimizade com desejo de que venha mal a pessoa odiada.	1. Paixão que impele a causar ou desejar mal a alguém; execração, rancor, raiva, ira. 2. Aversão a pessoa, atitude, coisa etc.; repugnância, antipatia, desprezo, repulsão.	1. Sentimento de profundo rancor e inimizade, ger. produzido por medo, ofensa sofrida, inveja etc. 2. Forte aversão a algo ou alguém. 3. Objeto de repulsa, desgosto.

Fonte: Elaboração nossa.

As definições antes expostas de uma forma geral, tem o conteúdo bem próximo, embora as encontradas nos dicionários dos séculos XX e XXI sejam mais ampliadas. Tais definições apresentam o ‘ódio’ como uma sensação negativa contra alguém.

Encontramos, no nosso corpus, essa compreensão referenciando o estupro, a partir da expressão linguística “expressão de ódio”, conforme podemos observar na ocorrência a seguir:

- (23) Mas, mesmo nesse contexto de opressão às mulheres, estudos recentes do governo sul-africano mostraram que um em cada quatro homens já *violentou* uma mulher e o primeiro *estupro* ocorreu na adolescência deles [...] A *violência sexual* contra meninas e mulheres é um fenômeno estrutural na África do Sul. [...] Aqueles que enfrentam conflito armado, como a república Democrática do Congo, convivem com a *violência sexual* como *uma das formas mais perversas de expressão de ódio ao inimigo*. (14/11/2010, p. 192; Artigo; Débora Diniz, antropóloga e professora).

Nessa ocorrência, a conceptualização do estupro ocorre a partir da expressão linguística “expressão de ódio”, que indica um sentimento e, como já dito, sentimento e estupro são conceitos contíguos, que possibilitam a compreensão da expressão de ódio como estupro e licencia a metonímia ÓDIO POR ESTUPRO, do tipo CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA, vinculada à metonímia mais geral SENTIMENTO POR ESTUPRO. A ancoragem conceptual se dá por meio dos esquemas-I FORÇA, CONTATO e COMPULSÃO, acionados pela expressão “violência sexual”, que indica a existência de força, resistência e contato físico. O esquema-I LIGAÇÃO, também, ocorre e é ativado pela expressão “violência sexual contra meninas”, que vincula o ato às vítimas. Verificamos, ainda, nessa ocorrência, a compreensão do estupro como violência, que é discutida na subseção 3.2.4.

A seguir, trataremos sobre o *frame* DELEITE.

3.2.3.4.3 *Frame* DELEITE

O deleite pode ser considerado como aquilo que é ou demonstra excesso de satisfação, quando se sente contentamento, prazer gozo ou delícia. Nesse sentido, pode, também, ser entendido como algo que produz regozijo, gera regalo, diversão e alegria.

Observemos as definições encontradas para esse item léxico, apresentadas no quadro 28:

Quadro 28 – Definições dicionarizadas para DELEITE

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
DELEITE	1. Gosto com lascívia, prazer carnal.	1. Gozo íntimo e suave. 2. Prazer inteiro, pleno; delícia, deleitação.	1. Sensação ou sentimento de intenso prazer, de grande satisfação. 2. Satisfação íntima.

Fonte: Elaboração nossa.

Para a inclusão do *frame* DELEITE no domínio SENTIMENTO, recorreremos aos dicionários apresentados no quadro 28. Assim, a partir das definições encontradas, podemos considerar que deleite é um sentimento, tendo em vista que é o ato de demonstrar satisfação ou contentamento em relação a algo. Além disso, pode, também, significar o “saboreamento” de determinada situação ou ação, ou seja, o sentimento de aproveitamento positivo sobre o acontecido. Pode, ainda, indicar um agrado ou ato que tem a intenção de provocar a sensação de prazer e gozo.

Dessa forma, considerando os conceitos apresentados, observamos, no corpus, a compreensão do estupro como deleite, conforme podemos verificar na ocorrência (24):

- (24) Investigações da Corte Criminal Internacional sobre os conflitos em Ruanda, República Democrática do Congo e Uganda mostram que o *estupro* é ora um rito de iniciação, ora uma *peça de deleite* de militares e civis. (14/11/2010, p. 192; Artigo; Débora Diniz, antropóloga e professora).

Nessa ocorrência, a expressão “peça de deleite” permite a compreensão do estupro como uma das coisas que causa satisfação e prazer a algumas pessoas, segundo o conceptualizador. Essa compreensão nos leva a perceber que estupro e deleite são conceitos vinculados, na perspectiva de que proporcionam uma satisfação a alguém, ainda que unilateral e doentia. Dessa forma, temos a instanciação da metonímia DELEITE POR ESTUPRO, do tipo, CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA, considerando que o sentimento de satisfação do agente ativo decorre do estupro. A ancoragem conceptual é realizada por

meio do esquema-I PARTE/TODO, ativado pelo item léxico ‘peça’, já que o estupro é uma dentre outras formas de delito. Há, também, o esquema-I LIGAÇÃO, ativado pela expressão “de militares e civis”, que vincula o ato a seus prováveis agentes.

Apresentaremos, a seguir, a síntese dos resultados encontrados para o domínio SENTIMENTO, no quadro 29:

Quadro 29 - Síntese do domínio SENTIMENTO

FRAME	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
SENTIMENTO	(21) Embora todas ellas sejam victimas dos <i>maus sentimentos</i> de Mauricio Marcondes os exames feitos nas dez só em três foram de resultado positivo. Uma destas conta 5 annos e as duas outras 14, estando aquelle individuo processado por crimes de <i>estupro</i> e atentado ao pudor.	Séc. XX (10/08/1917)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA (SENTIMENTO POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO PARTE/TODO CIMA/BAIXO	Maus sentimentos
INFELICIDADE	(22) O dr. J.R. Leme da Silva proferiu hoje longo despacho no processo em que Avelino Camillo de Lima é denunciado como incurso na inserção do artigo 268 combinado com o artigo 272 do Código Penal, como tendo <i>infelicitado</i> a menor, de 16 annos, Dulcina de Aguiar Rodrigues, no lugar denominado Peruhye, desta comarca, em Novembro último. [...] Assim julgou aquele juiz por ter a testemunha de nome Gabriel Antonio Rodrigues confessado ser o autor do delicto, pois pretende casar-se com a menor Dulcina. [...] Em face das declarações de fls. 64, 82 e 83 v., deverá ser instaurado o competente processo criminal contra Gabriel Antonio Rodrigues que confessou a autoria do <i>estupro</i> da paciente Dulcina, devendo o sr. promotor publico requerer o que estender necessário para iniciar a acção penal.	Séc. XX (07/07/1928)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímia CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (INFELICIDADE POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO PROCESSO	Infelicitado

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO <i>FRAME</i>
ÓDIO	(23) Mas, mesmo nesse contexto de opressão às mulheres, estudos recentes do governo sul-africano mostraram que um em cada quatro homens já violentou uma mulher e o primeiro <i>estupro</i> ocorreu na adolescência deles [...] A violência sexual contra meninas e mulheres é um fenômeno estrutural na África do Sul. [...] Aqueles que enfrentam conflito armado, como a república Democrática do Congo, convivem com a violência sexual como uma das formas mais perversas de <i>expressão de ódio</i> ao inimigo.	Séc. XXI (14/11/2010)	Artigo	Débora Diniz (antropóloga e professora)	Metonímico CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA (ÓDIO POR ESTUPRO)	FORÇA CONTATO COMPULSÃO LIGAÇÃO	Expressão de ódio
DELEITE	(24) Investigações da Corte Criminal Internacional sobre os conflitos em Ruanda, República Democrática do Congo e Uganda mostram que o estupro é ora um rito de iniciação, ora uma <i>peça de deleite</i> de militares e civis.	Séc. XXI (14/11/2010)	Artigo	Débora Diniz (antropóloga e professora)	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (DELEITE POR ESTUPRO)	PARTE/TODO LIGAÇÃO	Peça de deleite

Fonte: Elaboração nossa.

Após termos apresentado o quadro 29 com os achados para o domínio SENTIMENTO, passaremos a tratar sobre o domínio VIOLÊNCIA, na próxima subseção.

3.2.4 Domínio VIOLÊNCIA

A violência é um fenômeno presente na vida das pessoas, nas sociedades e nas nações, não só na contemporaneidade, mas desde os tempos mais remotos. Constitui-se em uma ameaça constante, de múltiplas facetas, difícil de ser extinguida, gênese dos sentimentos de medo, insegurança e impotência que permeiam as relações humanas e que causam danos aos indivíduos, em suas particularidades e na sociedade como um todo.

O conceito de violência, segundo Imbusch (2003), consiste em um dos mais complexos das Ciências Sociais. No entanto, há controvérsias quanto à definição mais apropriada. O conceito é extremamente difuso e varia, desde danos físicos e psicológicos a formas específicas de crime e comportamentos constrangedores nas ruas ou nos esportes, incluindo vários tipos de discriminação. A ideia que temos sobre o que seja violência está atrelada a uma noção seletiva e moldada direta e fortemente por interesses da mídia, que nem sempre apresenta alguns aspectos relevantes do conceito de violência (IMBUSCH, 2003).

As definições do item léxico ‘violência’, encontradas nos dicionários consultados, são aqui apresentadas:

Quadro 30 – Definições dicionarizadas para VIOLÊNCIA

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
VIOLÊNCIA	1. Ímpeto, força, intensidade.	1. Qualidade de violento. 2. Ato violento. 3. Ato de violentar. 4. Constrangimento físico ou moral; uso da força; coação.	1. Qualidade do que é violento. 2. Emprego abusivo, ger. ilegítimo, da força ou da coação com o fim de se obter algo 3. O ato violento. 4. Grande força ou poder próprio a uma ação, processo ou fenômeno natural. 5. O temperamento tempestuoso de quem facilmente se torna agressivo. 6. Jur. Ação de constranger física ou moralmente uma pessoa para submetê-la aos desejos de outra. 7. Opressão, tirania.

Fonte: Elaboração nossa.

De acordo com as definições apresentadas no quadro 30, a violência se constitui em uma ação ou comportamento excessivo que causa constrangimento e dano físico e psicológico. As definições expostas, também, nos possibilitam perceber a abrangência do fenômeno violência e da sua complexidade. A diversidade desse fenômeno dá origem às suas várias tipologias, dentre elas, a violência sexual, mais especificamente, o estupro, que é o objeto de nosso interesse.

Ao pensarmos em violência, lembramos de diversos elementos que envolvem tanto a violência física quanto a psicológica, como: agressão, maus tratos, roubo, morte, assalto, estupro, espancamento, assédio, atentado ao pudor, calúnia, difamação etc., e que, além de conter o papel de um agressor, ou agressores *versus* vítima(s), evoca, também, os papéis de crueldade, tortura, abuso, poder etc. que estão relacionados entre si e que estruturam o evento em questão. Esses elementos constituem o domínio VIOLÊNCIA que foi acionado no nosso corpus através dos itens lexicais: ‘violência’, ‘violentada’, ‘violentar’, ‘violentou’, ‘violência carnal’, ‘violência sexual’, ‘violência de gênero’, ‘agressão’, ‘agressão sexual’, ‘atentado’, ‘sevícia’ e ‘cruento’.

A identificação desses itens lexicais, nos permitiu perceber que a conceptualização do estupro se deu, nesse domínio, a partir dos seguintes *frames*: VIOLÊNCIA, AGRESSÃO, ATENTADO, SEVÍCIA e CRUENTO.

Verifica-se que, dessa forma, o *frame* VIOLÊNCIA, aliado a outros mecanismos cognitivos, orienta o modo de pensarmos e de construirmos o significado dos eventos a ele associados, e, por isso, é cenário de diversas conceptualizações inter-relacionadas, como as que foram verificadas no corpus.

Passemos a discorrer sobre o *frame* VIOLÊNCIA, na próxima subseção.

3.2.4.1 *Frame* VIOLÊNCIA

No nosso corpus, encontramos a referência ao ESTUPRO a partir dos itens lexicais ‘violência’, ‘violentada’, ‘violentar’ e ‘violentou’. Consideramos esses itens léxicos como ativadores da compreensão do ESTUPRO como VIOLÊNCIA, por corresponderem a esse conceito e à sua prática, ou seja, quem “violentou” praticou a violência; quem foi “violentada”, sofreu a ação da violência etc. Nesse sentido, entendemos que tais itens integram o *frame* VIOLÊNCIA, no nosso corpus, conforme pode ser verificado nas ocorrências (25), (26) e (27):

- (25) O governador Euclides Triches, do Rio Grande do Sul, assinou ato demitindo, “a bem do serviço público”, o delegado de polícia Afonso Irmar Schinini, indiciado em 28 processos por *estupro*, e que já estava afastado do cargo. [...] Disse que Afonso Schinini vem praticando *violências* contra meninas, desde 1957 quando era comissário de bordo, de uma empresa aérea, da qual foi dispensado depois que tentou *estuprar* uma menor de 8 anos, durante uma viagem. (10/11/1973, p.23; Notícia; Autoria do jornal).
- (26) Para Jandira, a norma técnica garante às vítimas de *violência*, principalmente as mulheres mais pobres, tratamento justo. “Queremos garantir que a vida dessas mulheres não seja também *violentada, como foi seu corpo durante o estupro* e, posteriormente, em clínicas clandestinas, diz”. (18/08/1999, p. 13; Reportagem; Arnaldo Galvão, Jornalista e Jandira Fegalhi, relatora do projeto).
- (27) A herdeira mimada é apresentada como vítima de uma *curra* – como na época da peça se definia o *estupro*. Só que a história não foi bem assim, Maria Cecília pediu para ser *currada*. Num certo sentido, ela intimou seus agressores a praticarem a *violência*. (19/03/2008, p. 46; Entrevista; L.C.M., jornalista).

Essas ocorrências tratam sobre a violência sexual contra a mulher, que se repete nas diferentes épocas. Nos contextos apresentados, o item lexical ‘violência’ é utilizado para fazer referência ao estupro. Esses conceitos são contíguos, ou seja, há aspectos de um no outro, por isso, a compreensão apresentada licencia a metonímia VIOLÊNCIA POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE, em que a referência à violência (todo) é o estupro (parte). O esquema-I CICLO pode ser verificado, na ocorrência (25), ativado pela expressão “vem praticando violências”, pois sugere que as violências vinham ocorrendo já há algum tempo, de forma contínua, sem referência ao seu término. Os esquemas-I COMPULSÃO, FORÇA, CONTATO e PERTO/LONGE foram acionados, em (25) e (26), através da expressão “violências contra meninas”, em (25), e pelo item léxico ‘violentada’, em (26), considerando que é possível inferir, pelo uso desses itens no léxico, que houve resistência da vítima, utilização de força, aproximação e contato entre a vítima e o acusado. Há, ainda, o esquema-I LIGAÇÃO, acionado pelas expressões “estuprar uma menor”, em (25), e “vítimas de violência”, em (26), que vinculam a vítima ao ato, e por “seus agressores”, em (27), que relaciona os agressores à vítima. O esquema-I PROCESSO, também, foi verificado, em (26), ativado pela expressão linguística “violentada, como foi seu corpo durante o estupro”, indicando uma modificação no estado da vítima, ocasionada pelo estupro.

Na ocorrência (27), verificamos a utilização do item léxico ‘curra’ para fazer referência ao estupro. De acordo com o dicionário Caldas Aulete (2020), curra é a “ação ou resultado de currar, praticar violência sexual e coletiva contra uma pessoa; estupro”, ou seja, são definições, em parte, sinonímicas. Tal palavra, conforme o contexto apresentado na ocorrência (27), foi empregada por ser o modo como o estupro era definido na época de produção da peça abordada na notícia. Essa ocorrência será discutida na seção 3.2.14.5.

No estudo do corpus, encontramos outras ocorrências em que são utilizados itens lexicais como ‘violentar’, ‘violentada’, ‘violentou’ e ‘violentado’, para fazer referência à ação de estuprar, como podemos observar nos exemplos (28) a (35):

- (28) Em Mecejana (Ceará) Florencio da Costa tentára por varias vezes *violentar* sua sobrinha Antonia, que o repellira sempre. (24/11/1887, p. 1; Notícia; Aatoria do jornal).
- (29) Entretanto, escreve o São Paulo, interrogada na Maternidade, onde se acha, Maria Francisca affirma ter sido *violentada* no carcere por soldados que a embriagaram, e, ainda se concedendo que o seu filho tivesse sido concebido antes da prisão – o que não foi devidamente averiguado, pois as pesquisas em torno do *estupro* deviam ser orientadas por um médico legista bastante perito e conhecedor da matéria – o facto denunciado não perde uma parcella sequer da sua gravidade, e impõe-se a punição rigorosa e seria dos soldados violentadores. (16/04/1909, p. 6; Notícia; Aatoria do jornal).
- (30) Os jornaes desta capital publicam a noticia de que um official do exercito, da guarnição de S. Luiz, *violentou* alli uma menor de dez annos. Sobre esse *facto* fazem-se muitos comentários. (12/01/1914, p. 1; Notícia; Aatoria do jornal).
- (31) O juiz da 3ª Vara Criminal, substituto, Dr. José Carlos Ferreira de Oliveira, condenou Nicola Marconi, acusado de ter, na manhã de 21 de fevereiro do ano passado, em uma escavação existente a margem da estrada que liga a rodovia São Paulo-Campinas ao Frigorífico Armour, após *violentar* a menor Maria José Cavalcanti, de nove anos de idade, tê-la assassinado, asfixiando-a. A pena imposta foi a de vinte anos de reclusão, sendo dezesseis pelo homicídio qualificado e, quatro pelo *estupro*. (17/08/1945, p.5; Notícia; Aatoria do jornal).
- (32) Foi preso em flagrante *delito de estupro* o indivíduo Adalberto dos Santos, natural de Sergipe, morador á rua Xavier da Silveira, 63. O perverso indivíduo, após ludibriar a boa fé de um menor de seis anos, atraira-o para sua residência, onde o *violentou*. (17/05/1958, p.12; Notícia; Aatoria do jornal).

- (33) Agentes da Delegacia de Vigilância e Capturas prenderam anteontem, em Guaxupé, Francisco de Marcos, fugitivo da cadeia de Marília, onde cumpria pena de 18 anos por crimes de *estupro* e de morte de uma menor. [...] Francisco *violentou* outra menor naquela cidade, crime presenciado pelo menor Antonio de Paula Fernandes, qual foi ameaçado pelo criminoso. Temeroso de que Antonio o denunciasse, Francisco o *violentou* também, matou-o e queimou o cadáver. (25/07/1961, p. 23; Notícia; Autoria do jornal).
- (34) Foi finalmente esclarecido o desaparecimento de toda uma família no interior do município de Frederico Whestphalen, no Rio Grande do Sul: Antônio Filinkoski, sua mulher Cenita e mais sete filhos foram localizados na última terça-feira Novo Hamburgo, a 44 quilômetros de Porto Alegre, para onde foram levados pelo comerciante Antenor da Rosa depois que Antônio ameaçou denunciá-lo à polícia pelo *estupro* de suas duas filhas de 13 e 12 anos. A família foi levada à polícia por uma irmã do próprio comerciante e lá Antônio confirmou que Antenor *violentou* suas filhas, mas não quis denunciar o sequestro. (05/02/1981, p. 17; Notícia; Autoria do jornal).
- (35) Uma investigação sobre roubos no Shopping Eldorado, em Pinheiros, na zona oeste de São Paulo, levou a polícia a prender um homem que foi reconhecido por três vítimas de *estupro* na região. Anelton Ribeiro de Avelar, de 33 anos, é suspeito ainda de ter *violentado* outras cinco mulheres no bairro. (25/11/2004, p. 43; Notícia; Marcelo Godoy, jornalista).

Nas ocorrências destacadas no corpus, verificamos que a violência é parte constitutiva do estupro, havendo, portanto, a conceptualização metonímica VIOLÊNCIA POR ESTUPRO, do tipo, TODO PELA PARTE, como a que ocorre, nos exemplos (28) a (35). Nessas ocorrências, os itens léxicos ‘violentar’, ‘violentada’, ‘violentou’ e ‘violentado’, que indicam a ação da violência, instanciam tal conceptualização, que aponta para a estruturação conceptual, a partir do esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, acionado pelas expressões “tentara por várias vezes”, em (28), “soldados que a embriagaram”, em (29), e “após ludibriar a boa fé de um menor de seis anos, atraira-o para sua residência”, em (32), que indicam uma trajetória feita até atingir o objetivo. Há, também, o esquema-I LIGAÇÃO, ativado pelo item lexical ‘sua’, em (28); pela expressão “de uma menor”, em (33); “de suas duas filhas” e “suas filhas”, em (34); “de estupro” e “outras cinco mulheres”, em (35), que vinculam o ato à vítima e vice-versa; Verificamos, ainda, o esquema-I CENTRO/PERIFERIA, acionado pela expressão “em torno do”, em (29), que aponta para o estupro como um elemento central de algumas pesquisas.

O esquema-I BLOQUEIO pode ser observado, também, e é acionado pelo item léxico ‘repellira’, em (28), que indica um afastamento que utiliza a força e impede a aproximação. Temos, ainda, o esquema-I EXCESSO, ativado pelo item lexical ‘várias’, em (28), e ‘embriagaram’, em (29), indicando uma ação ilimitada. Os esquemas-I FORÇA, CONTATO e PERTO/LONGE foram observados, tendo sido acionados pelos itens lexicais ‘violentada’, em (29), ‘violentou’, em (30), (32), (33) e (34), ‘violentar’, em (31), e ‘violentado’, em (35), que indicam a existência de força, aproximação e o contato físico entre as partes. Há, ainda, o esquema-I PROCESSO, acionado pela expressão “violentou também, matou-o e queimou o cadáver”, em (33), que mostra mudanças, refletidas nas diferentes violências, sofridas pela vítima do estupro.

Foram, também, encontradas, nessas ocorrências, a conceptualização do estupro como fato, em (29) e (30), como delito, em (32), e como crime, em (33). Tais conceptualizações são discutidas nas subseções 3.2.19.2, 3.2.7.2 e 3.2.7.1, respectivamente.

A compreensão do estupro como violência foi, também, encontrada em nosso corpus com diferentes especificações, como: violência carnal, violência sexual e violência de gênero decorrentes da conceptualização metonímica. A violência sexual do estupro corresponde, implicitamente, a violência carnal. Essa especificação da compreensão do estupro como violência é tratada na sequência.

3.2.4.1.1 Violência Carnal

A compreensão do estupro como violência carnal foi encontrada no corpus e está expressa na ocorrência (36):

(36) O capítulo primeiro trata da *violencia carnal*. É *crime*: a) atentar contra o pudor de pessoa de um ou outro sexo por meio de violencias ou ameaças com o fim de saciar paixões lascivas; b) corromper pessoa menor, praticando a libidinagem; c) deflorar mulher menor empregando seducção, engano ou fraude; d) estuprar a mulher virgem ou não, mas honesta. (01/10/1890, p.2; Projeto do Código Penal; Jurista anônimo).

Vale destacar que a ocorrência (36) foi retirada do projeto do código penal, que havia sido publicado no jornal em estudo. Esse foi o primeiro Código Penal da República, elaborado em 1890, com o objetivo de fazer a “construção da ordem legal republicana”

que, segundo Alvarez, Salla e Souza (2007), foi publicado após o sistema escravista, quando se iniciou a expansão da urbanização no Brasil. Esse foi um dos fatores determinantes que justificaram a necessidade de publicação desse código pelos detentores do poder, no sentido de ter um conjunto de leis que regesse e determinasse as relações sociais de uma nova proposta de sociedade.

Nesse código, os crimes sexuais foram reunidos sob o título “dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor.”. Entre os tipos penais envolvendo a sexualidade, estavam o “defloramento”, o “estupro” e o “atentado ao pudor”, entre outros. Nos artigos referentes a tais crimes, consta a seguinte redação:

Art. 267 – deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude. Pena – de prisão celular de um a quatro anos. Art. 268 – estuprar mulher virgem ou não, mas honesta. Parágrafo 1º - Se a estuprada for mulher pública ou prostituta. Pena – de prisão celular por seis meses a dois anos. Art. 269 – chama-se estupro o ato pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não. Art. 276 – Nos casos de defloramento como nos de estupro de mulher honesta, a sentença que condenar o criminoso o obrigará a dotar a ofendida [...]. Parágrafo único – Não haverá lugar a imposição da pena se seguir-se casamento [...] (ABREU; CAULFIELD, 1995, p. 18).

O crime de defloramento, segundo o código penal de 1890, consiste em “deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude” (ABREU; CAULFIELD, 1995, p. 15), sendo que a idade limite foi definida em 21 anos, mas a maioria dos casos envolvia adolescentes entre 14 e 16 anos.

Considerando o anteriormente exposto, verificamos, no estudo do exemplo (36), a utilização da expressão “violência carnal” para fazer referência a crimes, dentre eles, o estupro e outras ações relacionadas a questões sexuais. As palavras formadoras de tal expressão acionam o entendimento da conceptualização do estupro como a realização da prática sexual através da utilização da força que permite a compreensão do estupro como violência carnal. Há, nessa conceptualização, a projeção metonímica VIOLÊNCIA CARNAL POR ESTUPRO, do tipo PARTE PELO TODO, em que a referência à violência carnal (parte), é o estupro (todo). Essa metonímia está atrelada a metonímia mais geral VIOLÊNCIA POR ESTUPRO. A expressão linguística “violência carnal” aciona o *frame* da violência sexual e os elementos a ele vinculados, como: agressividade, força, crueldade, violação de regras, convenções ou normas sociais, corrupção física e moral, luxúria e despudor.

Tal compreensão está atrelada ao esquema-I PARTE/TODO, que é acionado pelos itens lexicais ‘atentar’, ‘corromper’, ‘deflorar’, ‘estuprar’, os quais fazem referência às

ações que integram o conceito de violência carnal, considerando que o estupro é uma parte do todo violência carnal, ou seja, o estupro é um membro da categoria violência carnal (que, por sua vez, é membro da categoria mais geral violência), já que, de acordo com o código penal de 1890, tal expressão abrange outros tipos de violência sexual como o “atentado ao pudor”, a “libidinagem” e o “defloramento”; o esquema-I FORÇA, também, é observado, pois estrutura a conceptualização e é ativado pela expressão “por meio de violência”, que, também, aciona o esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META e focaliza, nesse caso, o PERCURSO.

Vale destacar que, por o ESTUPRO estar incluído na categoria VIOLÊNCIA CARNAL e ambos pertencerem a um mesmo domínio da experiência, conseqüentemente, compartilham algumas características comuns, tais como a agressividade, força, crueldade etc. Da mesma forma, outros aspectos do domínio VIOLÊNCIA CARNAL são projetados no domínio ESTUPRO, tais como: violação de regras, convenções ou normas sociais, corrupção física e moral, luxúria, despudor etc. Essas características, também, foram observadas, na ocorrência (37):

(37) Conforme o comprovam os documentos juntos, o paciente Matheus Ruiz foi denunciado pelo promotor publico da comarca de Jahú como incurso nas penas do artigo 268, combinado com os artigos 269 e 273, paragrapho 4.o, do Codigo Penal, pela accusação de *estupro* na pessoa da menor Sierra Ruiz, de dezenove annos, que era tida por sua filha, com a circumstancia de sua miserabilidade attestada pela autoridade policial. (Vide certidões inclusas). [...]São casos judiciários de grande relevância que se repetem em toda parte quase quotidianamente, que constituem com frequencia preliminares nos processos communs de *violencia carnal* e que, sem embargo ainda não encontraram uma decisão formal proferida, no período republicano, pela jurisprudência de nossos tribunaes. (25/03/1917, p. 10; Habeas-corpus; Hilario Freire, Advogado).

Na ocorrência (37), a conceptualização do estupro como violência carnal é estruturada pelo esquema-I PARTE/TODO, ativado por “violência carnal”, que indica um tipo de violência, ou seja, uma parte do todo violência. O esquema-I CICLO, também, foi observado, sendo acionado pela expressão linguística “são casos judiciários de grande relevância que se repetem em toda parte quase cotidianamente”, indicando um movimento circular de ocorrência do ato. Há, ainda, o esquema-I RECIPIENTE, ativado pela expressão “estupro na menor”, pois faz referência ao corpo da menor como o recipiente em que o estupro ocorre, conforme foi discutido anteriormente. O esquema-I

LIGAÇÃO, também, ancora essa ocorrência e é acionado pelos itens ‘da’ e ‘sua’, visto que vincula a pessoa em questão à menor Serra Ruiz e ao pai. Encontramos, também a conceptualização do estupro como casos judiciais, que instância a metonímia CASOS JUDICIÁRIOS POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE, conceptualização discutida na subseção 3.2.19.1.

A seguir, trataremos sobre a especificação da compreensão do estupro como violência sexual.

3.2.4.1.2 Violência Sexual

A dimensão da violência é concebida por valores atribuídos a determinados grupos sociais, considerados como menores detentores de poder político e social e representada pelas dimensões de gênero, etnia e geracional. Estudos demonstram que o desenvolvimento econômico, social e cultural pelo qual passou o Brasil é marcado pela colonização e escravidão, que gerou uma sociedade escravagista, elites oligárquicas dominantes em cujo imaginário social está inscrita a ideia de que podem explorar e dominar categorias sociais marginalizadas em função da etnia, gênero e idade. (FALEIROS, 2007).

As categorias dominadas, dessa forma, dentre elas os índios, negros, mulheres e crianças pobres, viveram e muitas ainda vivem excluídas. Esta dimensão da violência guarda relação com as causas de violência sexual contra a mulher, que era e ainda é considerada objeto, propriedade do homem e como o segundo sexo.

Para Bandeira (1998), o estupro é uma violência sexual vista como ação que envolve um certo grau de racionalização, através de uma ação pensada, em que o agressor, supostamente, age guiado por impulsos, que são colocados como incontroláveis. Nesse sentido, existe uma relação entre a prática de estupro e a possibilidade de se exercer a força e poder sobre a mulher violentada, sendo, dessa forma, um ato narcísico do agressor para com sua vítima. De acordo com a autora, o agressor entende que infringe uma norma social, embora não considere o seu ato como irregular, ou seja, é uma ação irracional. Por outro lado, há o desejo masculino de fazer uso do poder e controle, podendo ser executado por meio da violência sexual.

A violência sexual implica em uso de força, crueldade, poder, abuso, injustiça, coação, opressão, constrangimento, desrespeito, dano, todos associados à veemência, fúria e impetuosidade, constituindo, dessa forma, o caráter negativo do estupro.

A violência sexual é conceituada como qualquer ato sexual indesejado, ou tentativa de ato sexual, avanço ou comentário sexual não desejado, assim como quaisquer outros contatos e interações de natureza sexual efetuados por uma pessoa sobre outra, contra a sua vontade.

A compreensão do estupro como violência sexual foi encontrada no corpus, conforme pode ser observado nas ocorrências (38), (39), (40) e (41):

- (38) Além do roubo, *violenta* uma mulher. No caso, temos um processo de vitimização sob vários aspectos: a invasão de domicílio, o roubo e o *estupro*.[...]Não são poucos os casos em que as vítimas de *estupro* atingidas pelos meios de comunicação mudam de bairros, de cidade e até de país. Outras preferem omitir a *violência sexual* da polícia e da imprensa, temendo exatamente a depreciação e o escárnio público. (25/05/1986, p. 48; Artigo; Ramão Gomes Portão, publicista de direito e advogado).
- (39) Poucos dias depois da denúncia do *estupro*, em junho de 1992, um relatório divulgado pelo delegado Brivaldo Soares, de Belém, confirmava que havia ocorrido a *violência sexual* contra a estudante Silvia Letícia da Luz Ferreira. (29/11/1994, p. 20; Reportagem; Gabriela Athias, jornalista).
- (40) A experiência pioneira do hospital municipal do Jabaquara, em São Paulo, revela que, desde 1989, apenas 140 abortos foram realizados em mulheres que alegaram ser vítimas de *estupro*. Esse exemplo contraria as preocupações do deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE). Ele quer suspender uma norma técnica do Ministério da Saúde, que, na prática, padroniza e estende esse serviço de assistência às *vítimas de violência sexual* a todos os hospitais públicos do Sistema único de Saúde (SUS). Cavalcanti diz que essa norma é o primeiro passo para legalizar o aborto, porque exige um simples boletim de ocorrência para que gestações de até 20 semanas sejam interrompidas. O deputado afirma que seria necessário provar, com exame médico, que o crime realmente ocorreu. (18/08/1999, p. 13; Reportagem; Arnaldo Galvão, Jornalista e Jandira Fegalhi, relatora do projeto).
- (41) Mas, mesmo nesse contexto de opressão às mulheres, estudos recentes do governo sul-africano mostraram que um em cada quatro homens já *violentou* uma mulher e o primeiro *estupro* ocorreu na adolescência deles [...] A *violência sexual* contra meninas e mulheres é um fenômeno estrutural na África do Sul. [...] Aqueles que enfrentam conflito armado, como a república Democrática do Congo, convivem com a *violência sexual* como uma das formas mais perversas de expressão de ódio ao inimigo. (14/11/2010, p. 192; Artigo; Débora Diniz, antropóloga e professora).

Nessas ocorrências, a utilização da expressão “violência sexual” para fazer referência ao estupro instancia a metonímia VIOLÊNCIA SEXUAL POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE, considerando que a violência sexual engloba vários outros tipos de violência, incluindo o estupro. Essa conceptualização está atrelada à metonímia mais geral VIOLÊNCIA POR ESTUPRO. Essas ocorrências estão conceptualmente ancoradas pelos esquemas-I FORÇA, CONTATO, COMPULSÃO e PERTO/LONGE, acionados pelos itens léxicos ‘violenta’, em (38), ‘violência’ e ‘contra’, em (39), ‘violência’, em (40), e ‘violentou’, em (41), visto que indica a existência da violência, da aproximação das pessoas envolvidas e do contato entre elas. O esquema-I LIGAÇÃO, também, foi verificado, ativado pelo item lexical ‘de’, em (38) e (40), pela expressão “contra a estudante”, em (39) e “contra meninas”, em (41), estabelecendo o vínculo entre a vítima e o fato. Há, ainda, o esquema-I PROCESSO, instanciado pela expressão linguística “as vítimas de estupro atingidas pelos meios de comunicação mudam de bairros, de cidade e até de país”, em (38), e pelo item lexical ‘gestações’, em (40), que apontam para alterações na vida das vítimas em decorrência do estupro. Verificamos, ainda, nessa ocorrência, a compreensão do estupro como expressão de ódio, que é discutida na subseção 3.2.3.4.2.

A especificação da compreensão do estupro como violência de gênero será abordada na sequência.

3.2.4.1.3 Violência de Gênero

A violência de gênero é um tipo de violência física ou psicológica exercida contra qualquer pessoa ou grupo de pessoas sobre a base de seu sexo ou gênero que impacta de maneira negativa em sua identidade e bem-estar social, físico ou psicológico, segundo Segato (2003). De acordo com a Organização das Nações Unidas, o termo é utilizado para distinguir a violência comum daquela que se dirige a indivíduos ou grupos sobre a base de seu gênero, constituindo uma violação dos direitos humanos.

A conceptualização do estupro como violência de gênero, também, foi encontrada, dentre as ocorrências, conforme pode ser observado no exemplo (42):

- (42) É a principal *expressão da violência de gênero*, pois é um crime de homens contra mulheres. [...] Onde há desigualdade entre homens e mulheres, *há violência de gênero e o estupro é sua expressão mais perversa*. (16/11/2008, p. J7; Artigo; Débora Diniz e Janaína Penalva, pesquisadoras).

Nessa ocorrência, o estupro é conceptualizado como expressão da violência de gênero, compreensão que é estruturada pela metonímia VIOLÊNCIA DE GÊNERO POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE, visto que o estupro é uma das manifestações da violência de gênero. Tal conceptualização, também, está vinculada à metonímia mais geral VIOLÊNCIA POR ESTUPRO. A ancoragem conceptual ocorre por meio dos esquemas-I LIGAÇÃO, FORÇA, CONTATO e COMPULSÃO, acionados pela expressão “crime de homens contra mulheres”, que indica a existência de força, de resistência e de contato físico entre os envolvidos no estupro, além de estabelecer um vínculo entre o ato, o acusado e a vítima. O esquema-I ESCALA, também, pode ser observado, sendo acionado pelas expressões linguísticas “principal expressão” e “expressão mais perversa”, que apontam para uma gradação elevada. A utilização da expressão “violência de gênero” para fazer referência ao estupro, também, se constitui em um eufemismo, pois atenua a conotação negativa que a palavra estupro evoca.

Na subseção, a seguir, apresentaremos o *frame* AGRESSÃO.

3.2.4.2 *Frame* AGRESSÃO

Ainda no domínio VIOLÊNCIA, encontramos ocorrências em que o estupro é compreendido como uma agressão que é definida nos dicionários consultados da seguinte forma:

Quadro 31– Definições dicionarizadas para AGRESSÃO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Moraes (1789)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
AGRESSÃO	1. O ato de acometer, fazer alguma hostilidade primeiro.	1. Ação ou efeito de agredir. 2. Bordoada, cacetada, pancada. 3. Investida, acometimento, ataque. 4. Provocação, desafio, hostilidade. 5. Ofensa, acometimento, ataque. 6. Conduta caracterizada por intuito destrutivo.	1. Ação ou resultado de agredir. 2. Ataque físico ou moral. 3. Ato ou atitude hostil, desrespeitosa etc. 4. Fig. Ação ou resultado de ofender, insultar verbalmente. 5. Fig. P.ext. Aquilo que ofende, insulta; INSULTO; OFENSA. 6. Aquilo que agride os sentidos. 7. Aquilo que agride o bom senso, a lógica, padrões estabelecidos. [...] .

Fonte: Elaboração nossa.

Podemos observar, no quadro 31, que a definição de agressão se manteve no decorrer do período investigado, sendo extendida nos dicionários dos séculos XX e XXI.

De uma forma geral, consiste em uma ação violenta que pode ser verbal, psicológica ou física.

No nosso corpus, encontramos compreensões do estupro a partir dos itens léxicos ‘agressão’ e ‘agressão sexual’. Ambas envolvem violência, porém, a última é mais específica, pois se constitui em tipos de violência de natureza sexual, ou mesmo tentativa de violência, atitude ou comentário sexual, cometido contra outra pessoa, sem o seu consentimento. Está comumente associada ao crime de estupro, pois abrange os diversos tipos de toques inapropriados, beijos e torturas de forma sexual. Podemos observar essas conceptualizações nas ocorrências (43) a (45):

(43) Essas marcas permitiram, segundo ele, concluir, com grande probabilidade de acerto, que Wilma Montesi foi vítima de uma tentativa de *estupro*. [...] Para ele, tudo está claro: um indivíduo tenta *violar* Wilma. Esta desmaia. A síncope prolonga-se. O autor da *odiosa agressão* supõe-na morta. (09/02/1957, p. 2; Notícia; Autoria do jornal).

(44) Os três levaram Maria Cristina para a Ilha Porchat, onde tentaram *estuprá-la*. Como a moça gritasse, reagindo a *agressão*, um dos soldados espancou-a, deixando-a bastante ferida. (04/04/1979, p. 18; Notícia; Autoria do jornal).

(45) O “Rape Crisis Center” se propõe a disseminar informações médicas, hospitalares, policiais e legais às vítimas de *agressão sexual*. Opera um serviço telefônico de emergência cuja função é denunciar um caso de *estupro* à polícia, quando a vítima prefere ficar no anonimato. (17/01/1974, p. 29; Reportagem; Assef Kfourri, jornalista).

Em (43), observamos a compreensão do estupro como “odiosa agressão”, em (44), como “agressão”, e, em (45), como “agressão sexual”. Ao pensarmos nos conceitos de agressão e estupro, percebemos que eles estão inter-relacionados, tendo em vista que compartilham aspectos comuns, como a violência física e psicológica, desrespeito, dentre outros. Tendo em vista essa relação conceitual, verificamos que as compreensões listadas são estruturadas pela metonímia AGRESSÃO POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE, em (43) e em (44); e pela metonímia mais específica AGRESSÃO SEXUAL POR ESTUPRO, em (45), vinculada à metonímia mais geral AGRESSÃO POR ESTUPRO, e, ainda a TODO PELA PARTE, considerando que o estupro é um tipo de agressão sexual, que, por sua vez, é uma das espécies de agressão. Temos, então, níveis categoriais, do mais amplo para o mais específico, ou seja, a VIOLÊNCIA abrange a

AGRESSÃO, que abrange a AGRESSÃO SEXUAL, que, por sua vez, abrange o ESTUPRO, conforme apresentamos na subseção 3.2.1.

Verificamos que essas conceptualizações estão conceptualmente estruturadas pelo esquema-I TODO/PARTE, acionado pelas expressões “odiosa agressão”, em (43), “agressão”, em (44), e “agressão sexual” e “caso de estupro”, em (45), tendo em vista que se constituem em conceitos mais gerais (TODO) dos quais o estupro é uma PARTE. Temos, ainda, nessas ocorrências, o esquema-I FORÇA, ativado pelo item lexical ‘agressão’, em (43), (44) e (45), e ‘espancou-a’, em (44), que apontam para a existência de força. Há, também, o esquema-I LIGAÇÃO, acionado por “autor da odiosa agressão”, em (43), que liga o acusado ao ato; a expressão “estuprá-la”, em (44), que relaciona à vítima ao estupro; e, “vítimas de agressão sexual”, em (45), que vincula a vítima à agressão e o caso ao estupro. Temos, também, em (43), o esquema-I PROCESSO, ativado pela expressão “um indivíduo tenta violar Wilma. Esta desmaia. A síncope prolonga-se”, que aponta para alterações decorrentes do estupro. Em (44), observamos, ainda, o esquema-I COMPULSÃO, acionado por meio do item lexical ‘reagindo’, que indica uma reação da vítima contra a atitude do agressor. O esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, também, pode ser verificado, em (44), ativado pela expressão “Os três levaram Maria Cristina para a Ilha Porchat, onde tentaram estupra-la”, que aponta para uma trajetória desenvolvida na tentativa de consumir o ato.

O *frame* ATENTADO será abordado na próxima subseção.

3.2.4.3 *Frame* ATENTADO

Encontramos, ainda, no domínio da VIOLÊNCIA, a conceptualização do estupro como atentado. Conceitualmente, o atentado é definido como um ato de violência que visa a causar algum dano ou mesmo destruir algo ou alguém. As definições encontradas nos dicionários consultados para o item léxico ‘atentado’ são apresentadas no quadro 32:

Quadro 32 – Definições dicionarizadas para ATENTADO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
ATENTADO	1. O que se inova na lide. 2. O que se comete contra algum despacho que o veda. 3. Crime contra a vida, bens, honra de alguém. [...]	1. Tentativa ou execução de crime. 2. Ofensa às leis ou à moral. [...]	1. Tentativa ou execução de crime contra pessoas, ideias, etc., ger. em nome de uma causa política ou religiosa. 2. Ofensa aos preceitos morais, ou às disposições legais, ou às convenções da sociedade.

Fonte: Elaboração nossa.

No quadro 32, as definições apresentadas nos permitem conceber o atentado como uma ação ilegal contra alguém ou alguma coisa que vai de encontro aos princípios morais, legais e convenções sociais.

Nas ocorrências, encontramos a compreensão do estupro como atentado. Verificamos que esses conceitos são contíguos, considerando que há aspectos do estupro em um atentado e vice-versa, por isso a conceptualização apresentada é ancorada por uma metonímia que no caso é ATENTADO POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE, no qual a referência ao atentado (todo) corresponde ao estupro (sua parte).

A partir das definições apresentadas no quadro 32, podemos observar que estupro e atentado, apesar de serem conceitos distintos, são contíguos, ou seja, estão entrelaçados, considerando que envolvem violência, são abusivos e infringem a lei. É nesse sentido que o estupro pode ser considerado parte do atentado, pois este, por ser mais amplo, envolve outros tipos de violência. Essa compreensão é ancorada pelo esquema de imagem TODO/PARTE, conforme pode ser observado em (46) e (47):

(46) A guerra d’O Século aos conventos, é, já lhes disse, um expediente da administração pouco decente, pois sentencia sem provas, inventa victimas que nunca tiveram nas Trinas, conclue de violações sobre que ainda não há veredicto cirurgico incontestável e, finalmente, defende A outrances seculares, indigita sacerdotes para auctores do *atentado*, quando a devassa judicial inda a bem dizer nada apurou. (11/09/1891, p.1; Reportagem; Fialho D’Almeida, jornalista).

(47) Uma jovem professora vitima de *estupro*. Os autores do *atentado* são uns “teddy boys”, alunos da infeliz, que a tomam por uma outra. Redimem-se do pecado pela consciência e arrependimento. (15/07/1961, p.7; Comentário; Novais Teixeira, Jornalista).

Nas ocorrências (46) e (47), podemos observar, a partir da utilização do item lexical ‘auctores’, para fazer referência àquele que é responsável pelo estupro, que a utilização desse item no plural permite a inferência de que o estupro não teria sido cometido por apenas um agente, mas, supostamente, alguns, o que, também, é acionado pela expressão “sacerdotes para auctores do atentado”, em (46), e “os autores do atentado são uns teddy boys”, em (47). Verificamos, ainda, nas ocorrências, a presença do esquema-I LIGAÇÃO, ativado por “autores do atentado”, que vincula o atentado a alguém que o praticou. Da mesma forma, o item léxico ‘auctores’ permite a inferência de que o

esquema-I COMPULSÃO é acionado, ao fazer referência aos agentes causadores do estupro, ou seja, há a indicação de força, representada pelos acusados.

Observamos, ainda, na ocorrência (47), a utilização do item lexical ‘pecado’ para fazer referência ao estupro, possibilitando a instanciação da metonímia PECADO POR ESTUPRO, do tipo CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA, em que a referência ao pecado (consequência) é o estupro (causa), discutida na subseção 3.2.20.1.

Nas ocorrências (46) e (47), observamos que a conceptualização do estupro em termos de atentado expressa a inter-relação entre as categorias violência / crime / atentado / estupro, considerando que a violência corresponde à categoria de dimensão mais ampla, ou nos termos de Rosch (1978), superordenada; crime compreende a categoria de nível básico; e, atentado e estupro, as categorias mais específicas, ou, subordinadas. Vejamos no exemplo (48):

(48) E verdade que Nunes, sendo encontrado em flagrante pela mulher de Franciscmo Piloto, na pratica do *atentado* de que se trata, compreendeu (talvez por ignorancia) que havia cometido um crime no qual cabia á justiça publica funccionar. (27/10/1886, p. 999; Carta; Autoria do jornal).

Verificamos, mais uma vez, a presença da metonímia ATENTADO POR ESTUPRO, no exemplo (48). Essa ocorrência encontra ancoragem conceptual no esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, acionado pelo item lexical ‘flagrante’, que focaliza a meta. Temos, também, o esquema-I CONTATO, ativado pela expressão “prática do atentado”, que aponta para o contato físico. O esquema-I TODO/PARTE, também, estrutura a conceptualização e é ativado pelos itens léxicos ‘atentado’ e ‘crime’, já que o estupro é um tipo de atentado, assim como, também, é uma dentre as tipologias criminais. Há, ainda, o esquema-I RECIPIENTE, instanciado pela expressão “no qual cabia”, em que o crime seria uma região delimitada, dentro da qual compete à justiça atuar.

Nas ocorrências (49) e (50), as categorias crime e atentado, que fazem referência ao estupro, aparecem acompanhadas de qualificadores, como pode ser observado, a seguir:

(49) Quando o jornal O Paulista denunciou o nefando crime de defloramento praticado em uma menor de 11 annos de idade, filha de Francisco Luiz Cardoso, pelo agente do correio d’esta villa, Carlos Diogo Nunes; todos aquelles que ainda se deixam impulsionar pelos sentimentos da honra, da moral e da virtude, esperavam que o exm. barão do Parnahyba, como a primeira

autoridade da província e como homem justiceiro e imparcial, tomasse as necessarias providencias para que o autor de tão *cynico attentado* tivesse o correctivo que a lei impõe ao caso”. (27/10/1886, p. 999; Carta; Aatoria do jornal).

- (50) A prova testemunhal merece também do dr. promotor uma analyse penetrante, da qual ressurge num todo harmônico e poderosamente logico, a certeza de que Roberto Moscardini praticou, com effeito, o crime hediondo de que a promotoria publica o accusa. Refere-se o dr. promotor ás declarações da victima, revestidas de um tom de tocante sinceridade, de uma verdade pungente e profunda, que lembra o trecho de Shakespeare: Eu te darei grinaldas, vestidos brancos, sapatinhos de seda, se consentires - por que tal foi a linguagem usada pelo réu, ao procurar obter consentimento de sua filha ao *innominavel attentado*. (Manuel Carlos, Promotor Público) [...] Santina é uma criança. E a psychologia revela nas crianças uma imaginação viva, uma invenção prodigiosa; essa faculdade inventiva nellas se manifesta, sobretudo, quando indicam, cheias de uma ingenuidade que muitas vezes abala decisivamente a convicção daquelles que as escutam, indivíduos innocentes como autores de *attentados ignóbeis* ás suas pessoas. (09/04/1913, p.2; Processo Judicial; Augusto Covello, advogado do réu).

O uso dos adjetivos ‘nefando’ e ‘cynico’, nas expressões “nefando crime” e “cynico atentado”, observadas na ocorrência (49), e os adjetivos ‘hediondo’, ‘inominável’ e ‘ignóbeis’, nas expressões “crime hediondo”, “inominável atentado” e “atentados ignóbeis”, verificadas na ocorrência (50), qualifica os substantivos que os acompanham e que correspondem a categorias inter-relacionadas, conforme anteriormente destacado, especificando-as. Nesse sentido, cria-se um membro radial da categoria. Essa compreensão é acionada pelo esquema-I TODO/PARTE, considerando que o estupro é um tipo de atentado e de crime, ou seja, é uma parte do todo atentado e crime, conforme já relatado. O esquema RECIPIENTE é projetado a partir da expressão “praticado em uma menor”, em (49), que possibilita a inferência de que o corpo da menor é o recipiente dentro do qual o crime ocorre. Essa compreensão aponta para uma estruturação conceptual pela metáfora CORPO É LUGAR. Observamos, ainda, em (49), o esquema-I ESCALA, ativado pelo item lexical ‘tão’, que indica uma gradação no nível de qualificação do atentado. A ocorrência (50) está estruturada pelo esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, ativado pelo item lexical ‘praticou’ e pela expressão “ao procurar obter consentimento”, que evidenciam a META e o PERCURSO, respectivamente, pois mostra que houve uma trajetória percorrida para a consumação do ato. Há, ainda, em (50), o esquema-I LIGAÇÃO, ativado por “autores de atentados”, que vincula os agentes ao ato.

Na sequência, discutiremos o *frame* SEVÍCIA.

3.2.4.4 *Frame* SEVÍCIA

De acordo com Silva (2002, p. 89), sevícia é "maus tratos, ofensas físicas, agressões, toda espécie de atentado à integridade corporal do outro cônjuge". Rodrigues (2000, p.73) inclui no conceito de sevícia "o fato de um cônjuge forçar o outro a um comportamento não querido, através de força material". Os conceitos apresentados são jurídicos e caracterizam a sevícia como um ato de violência contra um cônjuge. Vejamos as definições, encontradas nos dicionários, para sevícia, apresentadas no quadro 33:

Quadro 33 – Definições dicionarizadas para SEVÍCIA

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
SEVÍCIA	1. Crueldade, mau tratamaneto que o marido dá a sua mulher, o pai ao filho, o senhor ao escravo.	1. Maus-tratos; ofensas físicas. 2. Atos de crueldade; desumanidade.	1. Prática da crueldade física e psíquica; ESPANCAMENTO; TORTURA; MAUS-TRATOS. [...]

Fonte: Elaboração nossa

As definições apresentadas no quadro 33 revelam que sevícia diz respeito a um tratamento cruel, desumano e implica em sofrimento físico e psíquico. Nos dicionários consultados não encontramos, nas definições apresentadas, a necessidade da relação conjugal entre as partes envolvidas no ato, embora no dicionário de Pinto (1832) seja listado entre os casos, o mau tratamento que o marido dá a sua mulher. Esse, entretanto, não se constitui em característico ao ato, já que pode ocorrer, também, do pai para o filho, senhor e escravo, segundo o referido dicionário. Dessa forma, entendemos que a sevícia pode ocorrer entre pessoas que não sejam, necessariamente, cônjuges, como no contexto apresentado na ocorrência (51):

(51) Uma menor de 14 anos, filha adotiva de um desembargador e sobrinha de um cônsul em Manaus, drogada e *seviciada sexualmente* por um grupo de menores de tradicionais famílias da cidade, acusou ontem, perante o juiz de menores, os filhos de um ex-deputado federal e subsecretário de Estado, e de um coronel do Exército de a terem possuído à força, sob o efeito de alucinógenos, e de serem traficantes de entorpecentes. (04/02/1978, p. 14; Notícia; Autoria do jornal).

Nessa ocorrência, observamos que o conceptualizador utiliza a expressão “seviciada sexualmente” para fazer referência ao ato de estuprar. Essa compreensão é possível, pois o uso do qualificador ‘sexualmente’ nos possibilita entender que os maus tratos sofridos pela vítima adentraram a dimensão sexual. Nesse sentido, percebemos que os conceitos de sevícia e estupro estão imbricados, considerando que há aspectos comuns entre eles. Por isso, tal compreensão é estruturada a partir da metonímia SEVÍCIA POR ESTUPRO, do tipo CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA, considerando que o estupro é o produto dos maus tratos sexuais sofridos pela vítima. A ancoragem conceptual é realizada pelos esquemas-I LIGAÇÃO e CONTATO, acionado pela expressão “seviciada sexualmente por um grupo de menores”, considerando que vincula a vítima ao ato e indica o contato. Há, ainda, os esquemas-I FORÇA e COMPULSÃO, ativados pela expressão “possuído à força”, que indica a existência de força e resistência. O esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, também, é acionado pela expressão “possuído à força, sob o efeito de alucinógenos”, visto que aponta para um percurso realizado.

Encontramos, ainda, no domínio da violência, uma compreensão do estupro que evocou o *frame* CRUENTO, conforme veremos na subseção seguinte.

3.2.4.5 *Frame* CRUENTO

Para inserir a conceptualização do estupro como cruento no domínio VIOLÊNCIA, buscamos a definição do referido item léxico nos dicionários e apresentamos no quadro 34:

Quadro 34 – Definições dicionarizadas para CRUENTO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
CRUENTO	<ol style="list-style-type: none"> 1. De sangue. 2. Ensanguentado. 3. Que gosta de fazer sangue. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Em que há sangue, sanguinolento, sangrento, cruel. 2. Banhado em sangue, ensanguentado. 3. Cruel. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Em que corre muito sangue; cheio de sangue, banhado em sangue (guerra <i>cruenta</i>, campo <i>cruento</i>); SANGRENTO; SANGUINOLENTO. 2. Cruel, sanguinário, desumano (ditadura <i>cruenta</i>). 3. Que fere, que punge; PUNGENTE.

Fonte: Elaboração nossa.

Como podemos observar no quadro 34 as definições encontradas nos revelam que o conceito de cruento diz respeito a atos sanguinários, cruéis e violentos. Assim sendo,

entendemos que a compreensão do estupro nestes termos possibilita a sua inserção no domínio VIOLÊNCIA.

A compreensão referida pode ser observada na ocorrência (52):

(52) Se o *estupro* de rua já foi chamado de *cruento*, o abuso intrafamiliar é o *estupro* doméstico. (10/11/2013, p.143; Artigo; Débora Diniz, antropóloga, professora).

Nessa ocorrência, podemos observar que o escrevente/conceitualizador apresenta duas categorias de estupro: o estupro de rua, também, chamado de *cruento*; e o estupro doméstico que é o abuso intrafamiliar. Nesse contexto, o estupro de rua e o *cruento* correspondem ao mesmo tipo de ato, de acordo com o escrevente/conceitualizador. Nessa perspectiva, temos conceitos que integram domínios contíguos, sendo instanciada a metonímia CRUENTO POR ESTUPRO, do tipo CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA, considerando que o estupro gera violência, dor e feridas com sangue.

Essa compreensão está estruturada pelo esquema-I PARTE/TODO, acionado por “estupro de rua” e “estupro doméstico”, por serem partes de um todo. O esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, também, pode ser observado, sendo ativado por “Se o estupro de rua já foi chamado de *cruento*”, que aponta para uma trajetória.

Concluída as discussões sobre o domínio VIOLÊNCIA, apresentamos, a seguir, no quadro 35, a síntese do que foi encontrado para o referido domínio.

Quadro 35- Síntese do domínio VIOLÊNCIA

FRAME	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
VIOLÊNCIA	(25) O governador Euclides Triches, do Rio Grande do Sul, assinou ato demitindo, “a bem do serviço público”, o delegado de polícia Afonso Irmar Schinini, indiciado em 28 processos <i>por estupro</i> , e que já estava afastado do cargo. [...] Disse que Afonso Schinini vem praticando <i>violências contra meninas</i> , desde 1957 quando era comissário de bordo, de uma empresa aérea, da qual foi dispensado depois que tentou <i>estuprar</i> uma menor de 8 anos, durante uma viagem.	Séc. XX (10/11/1973)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (VIOLÊNCIA POR ESTUPRO)	CICLO COMPULSÃO FORÇA CONTATO PERTO/LONGE LIGAÇÃO	Violências contra meninas
	(26) Para Jandira, a norma técnica garante às vítimas de <i>violência</i> , principalmente as mulheres mais pobres, tratamento justo. “Queremos garantir que a vida dessas mulheres não seja também <i>violentada</i> , como foi seu corpo durante o <i>estupro</i> e, posteriormente, em clínicas clandestinas, diz”.	Séc. XX (18/08/1999)	Reportagem	Arnaldo Galvão, jornalista, e Jandira Fegalhe, relatora do projeto.	Metonímico TODO PELA PARTE (VIOLÊNCIA POR ESTUPRO)	COMPULSÃO FORÇA CONTATO PERTO/LONGE LIGAÇÃO PROCESSO	Violência, violentada
	(27) A herdeira mimada é apresentada como vítima de uma curra – como na época da peça se definia o <i>estupro</i> . Só que a história não foi bem assim, Maria Cecília pediu para ser currada. Num certo sentido, ela intimou seus agressores a praticarem a <i>violência</i> .	Séc. XXI (19/03/2008)	Entrevista	L.C.M. (jornalista)	Metonímico TODO PELA PARTE (VIOLÊNCIA POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO	Violência
	(28) Em Mecejana (Ceará) Florencio da Costa tentára por varias vezes <i>violentar</i> sua sobrinha Antonia, que o repellira sempre.	Séc. XIX (24/11/1887)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (VIOLÊNCIA POR ESTUPRO)	ORIGEM/PERCURSO/META LIGAÇÃO BLOQUEIO EXCESSO	Violentar

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
VIOLÊNCIA	(29) Entretanto, escreve o São Paulo, interrogada na Maternidade, onde se acha, Maria Francisca afirma ter sido <i>violentada</i> no carcere por soldados que a embriagaram, e, ainda se concedendo que o seu filho tivesse sido concebido antes da prisão – o que não foi devidamente averiguado, pois as pesquisas em torno do <i>estupro</i> deviam ser orientadas por um médico legista bastante perito e conhecedor da matéria – o facto denunciado não perde uma parcella sequer da sua gravidade, e impõe-se a punição rigorosa e seria dos soldados violentadores.	Séc. XX (16/04/1909)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (VIOLÊNCIA POR ESTUPRO)	ORIGEM/PERCURSO/META EXCESSO FORÇA CONTATO PERTO/LONGE CENTRO/PERIFERIA	Violentada, violentadores
	(30) Os jornaes desta capital publicam a notícia de que um oficial do exercito, da guarnição de S. Luiz, <i>violentou</i> alli uma menor de dez annos. Sobre esse facto fazem-se muitos comentários.	Séc. XX (12/01/1914)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (VIOLÊNCIA POR ESTUPRO)	FORÇA CONTATO PERTO/LONGE	Violentou
	(31) O juiz da 3ª Vara Criminal, substituto, Dr. José Carlos Ferreira de Oliveira, condenou Nicola Marconi, acusado de ter, [...] após <i>violentar</i> a menor Maria José Cavalcanti, de nove annos de idade, tê-la assassinado, asfixiando-a. A pena imposta foi a de vinte annos de reclusão, sendo dezesseis pelo homicídio qualificado e, quatro pelo <i>estupro</i> .	Séc. XX (17/08/1945)	Noticia	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (VIOLÊNCIA POR ESTUPRO)	FORÇA CONTATO PERTO/LONGE	Violentar

FRAME	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
VIOLÊNCIA	(32) Foi preso em flagrante delito de <i>estupro</i> o indivíduo Adalberto dos Santos, natural de Sergipe, morador á rua Xavier da Silveira, 63. O perverso indivíduo, após ludibriar a boa fé de um menor de seis anos, atraira-o para sua residência, onde o <i>violentou</i> .	Séc. XX (17/05/1958)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (VIOLÊNCIA POR ESTUPRO)	ORIGEM/PERCURSO/META FORÇA CONTATO PERTO/LONGE	Violentou
	(33) Agentes da Delegacia de Vigilância e Capturas prenderam anteontem, em Guaxupé, Francisco de Marcos, fugitivo da cadeia de Marília, onde cumpria pena de 18 anos por crimes de <i>estupro</i> e de morte de uma menor. [...] Francisco <i>violentou</i> outra menor naquela cidade, crime presenciado pelo menor Antonio de Paula Fernandes, qual foi ameaçado pelo criminoso. Temeroso de que Antonio o denunciasse, Francisco também, matou-o e queimou o cadáver.	Séc. XX (25/07/1961)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (VIOLÊNCIA POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO FORÇA CONTATO PERTO/LONGE PROCESSO	Violentou
	(34) Foi finalmente esclarecido o desaparecimento de toda uma família no interior do município de Frederico Westphalen, no Rio Grande do Sul: Antônio Filinkoski, sua mulher Cenita e mais sete filhos foram localizados na última terça-feira Novo Hamburgo, a 44 quilômetros de Porto Alegre, para onde foram levados pelo comerciante Antenor da Rosa depois que Antônio ameaçou denunciá-lo à polícia pelo <i>estupro</i> de suas duas filhas de 13 e 12 anos. família foi levada à polícia por uma irmã do próprio comerciante e lá Antônio confirmou que Antenor	Séc. XX (05/02/1981)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (VIOLÊNCIA POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO FORÇA CONTATO PERTO/LONGE	Violentou

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
	<i>violentou</i> suas filhas, mas não quis denunciar o sequestro.						
	(35) Uma investigação sobre roubos no Shopping Eldorado, em Pinheiros, na zona oeste de São Paulo, levou a polícia a prender um homem que foi reconhecido por três vítimas de <i>estupro</i> na região. Aneflson Ribeiro de Avelar, de 33 anos, é suspeito ainda de ter <i>violentado</i> outras cinco mulheres no bairro.	Séc. XXI (25/11/2004)	Notícia	Marcelo Godoy, jornalista	Metonímico TODO PELA PARTE (VIOLÊNCIA POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO FORÇA CONTATO PERTO/LONGE	Violentado
VIOLÊNCIA	(36) O capítulo primeiro trata da <i>violencia carnal</i> . É crime: a) atentar contra o pudor de pessoa de um ou outro sexo por meio de violencias ou ameaças com o fim de saciar paixões lascivas; b) corromper pessoa menor, praticando a libidinagem; c) <i>deflorar</i> mulher menor empregando sedução, engano ou fraude; d) <i>estuprar</i> a mulher virgem ou não, mas honesta.	Séc. XIX (01/10/1890)	Projeto do Código Penal	Jurista anônimo	Metonímico PARTE PELO TODO (VIOLÊNCIA CARNAL POR ESTUPRO / VIOLÊNCIA POR ESTUPRO)	PARTE/TODO FORÇA ORIGEM/PERCURSO/META	Violência carnal, violências

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO <i>FRAME</i>
VIOLÊNCIA	(37) Conforme o comprovam os documentos juntos, o paciente Matheus Ruiz foi denunciado pelo promotor publico da comarca de Jahú como incurso nas penas do artigo 268, combinado com os artigos 269 e 273, paragrapho 4.o, doCodigo Penal, pela accusação de <i>estupro</i> na pessoa da menor Sierra Ruiz, de dezenove annos, que era tida por sua filha, com a circumstancia de sua miserabilidade attestada pela autoridade policial. (Vide certidões inclusas). [...]São casos judiciários de grande relevância que se repetem em toda parte quase quotidianamente, que constituem com frequencia preliminares nos processos communs de <i>violencia carnal</i> e que, sem embargo ainda não encontraram uma decisão formal proferida, no período republicano, pela jurisprudência de nossos tribunaes.	Séc. XX (25/03/1917)	Habeas-corpus	Hilário Freire, advogado	Metonímico PARTE PELO TODO (VIOLÊNCIA CARNAL POR ESTUPRO / VIOLÊNCIA POR ESTUPRO)	PARTE/TODO CICLO RECIPIENTE LIGAÇÃO	Violência carnal

FRAME	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
VIOLÊNCIA	(38) Além do roubo, violenta uma mulher. No caso, temos um processo de vitimização sob vários aspectos: a invasão de domicílio, o roubo e o <i>estupro</i> .[...] Não são poucos os casos em que as vítimas <i>de estupro</i> atingidas pelos meios de comunicação mudam de bairros, de cidade e até de país. Outras preferem omitir a <i>violência sexual</i> da polícia e da imprensa, temendo exatamente a depreciação e o escárnio público.	Séc. XX (25/05/1986)	Artigo	Ramão Gomes Portão, publicista de direito e advogado.	Metonímico TODO PELA PARTE (VIOLÊNCIA SEXUAL POR ESTUPRO / VIOLÊNCIA POR ESTUPRO)	FORÇA CONTATO COMPULSÃO PERTO/LONGE LIGAÇÃO PROCESSO	Violenta, violência sexual
	(39) Poucos dias depois da denúncia do <i>estupro</i> , em junho de 1992, um relatório divulgado pelo delegado Brivaldo Soares, de Belém, confirmava que havia ocorrido a <i>violência sexual</i> contra a estudante Silvia Letícia da Luz Ferreira.	Séc. XX (29/11/1994)	Reportagem	Gabriela Athias (jornalista)	Metonímico TODO PELA PARTE (VIOLÊNCIA SEXUAL POR ESTUPRO / VIOLÊNCIA POR ESTUPRO)	FORÇA CONTATO PERTO/LONGE COMPULSÃO LIGAÇÃO	Violência sexual
	(40) A experiência pioneira do hospital municipal do Jabaquara, em São Paulo, revela que, desde 1989, apenas 140 abortos foram realizados em mulheres que alegaram ser vítimas de <i>estupro</i> . [...] na prática, padroniza e estende esse serviço de assistência às vítimas de <i>violência sexual</i> a todos os hospitais públicos do Sistema único de Saúde (SUS). Cavalcanti diz que essa norma é o primeiro passo para legalizar o aborto, porque exige um simples boletim de ocorrência para que gestações de até 20 semanas sejam interrompidas. O deputado afirma que seria necessário provar, com exame médico, que o crime realmente ocorreu.	Séc. XX (18/08/1999)	Reportagem	Arnaldo Galvão, jornalista, e Jandira Fegalhi, relatora do projeto	Metonímico TODO PELA PARTE (VIOLÊNCIA SEXUAL POR ESTUPRO)	FORÇA CONTATO COMPULSÃO PERTO/LONGE LIGAÇÃO PROCESSO	Violência sexual

FRAME	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
VIOLÊNCIA	(41) Mas, mesmo nesse contexto de opressão às mulheres, estudos recentes do governo sul-africano mostraram que um em cada quatro homens já violentou uma mulher e o primeiro <i>estupro</i> ocorreu na adolescência deles [...] A <i>violência sexual</i> contra meninas e mulheres é um fenômeno estrutural na África do Sul. [...] Aqueles que enfrentam conflito armado, como a república Democrática do Congo, convivem com a <i>violência sexual</i> como uma das formas mais perversas de expressão de ódio ao inimigo.	Séc. XXI (14/11/2010)	Artigo	Débora Diniz, antropóloga e professora	Metonímico TODO PELA PARTE (VIOLÊNCIA SEXUAL POR ESTUPRO / VIOLÊNCIA POR ESTUPRO)	FORÇA CONTATO COMPULSÃO PERTO/LONGE LIGAÇÃO	Violentou, violência sexual
VIOLÊNCIA	(42) É a principal expressão da <i>violência de gênero</i> , pois é um crime de homens contra mulheres. [...] Onde há desigualdade entre homens e mulheres, há <i>violência de gênero</i> e o <i>estupro</i> é sua expressão mais perversa.	Séc. XXI (16/11/2008)	Artigo	Débora Diniz e Janaína Penalva, pesquisadoras	Metonímico TODO PELA PARTE (VIOLÊNCIA DE GÊNERO POR ESTUPRO / VIOLÊNCIA POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO FORÇA CONTATO COMPULSÃO ESCALA	Violência de gênero
AGRESSÃO	(43) Essas marcas permitiram, segundo ele, concluir, com grande probabilidade de acerto, que Wilma Montesi foi vítima de uma tentativa de <i>estupro</i> . [...] Para ele, tudo está claro: um indivíduo tenta violar Wilma. Esta desmaia. A síncope prolonga-se. O autor da <i>odiosa agressão</i> supõe-na morta.	Séc. XX (09/02/1957)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (AGRESSÃO POR ESTUPRO)	TODO/PARTE FORÇA LIGAÇÃO PROCESSO	Agressão

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
AGRESSÃO	(44) Os três levaram Maria Cristina para a Ilha Porchat, onde tentaram estuprá-la. Como a moça gritasse, reagindo a <i>agressão</i> , um dos soldados espancou-a, deixando-a bastante ferida.	Séc. XX (04/04/1979)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (AGRESSÃO POR ESTUPRO)	TODO/PARTE FORÇA LIGAÇÃO COMPULSÃO ORIGEM/PERCURSO/META	Agressão
	(45) O “Rape Crisis Center” se propõe a disseminar informações médicas, hospitalares, policiais e legais às vítimas de <i>agressão sexual</i> . Opera um serviço telefônico de emergência cuja função é denunciar um caso de <i>estupro</i> à polícia, quando a vítima prefere ficar no anonimato.	Séc. XX (17/01/1974)	Reportagem	Assef Kfourri, jornalista	Metonímico TODO PELA PARTE (AGRESSÃO SEXUAL POR ESTUPRO / AGRESSÃO POR ESTUPRO)	TODO/PARTE FORÇA LIGAÇÃO	Agressão sexual
ATENTADO	(46) A guerra d’O Século aos conventos, é, já lhes disse, um expediente da administração pouco decente, pois sentencia sem provas, inventa vítimas que nunca tiveram nas Trinas, conclue de violações sobre que ainda não há veredicto cirurgico incontestável e, finalmente, defende A outrances seculares, indigita sacerdotes para auctores do <i>atentado</i> , quando a devassa judicial inda a bem dizer nada apurou.	Séc. XIX (11/09/1891)	Reportagem	Fialho D’Almeida, jornalista	Metonímico TODO PELA PARTE (ATENTADO POR ESTUPRO)	TODO/PARTE LIGAÇÃO COMPULSÃO	Atentado
	(47) Uma jovem professora vitima de <i>estupro</i> . Os autores do <i>atentado</i> são uns “teddy boys”, alunos da infeliz, que a tomam por uma outra. Redimem-se do pecado pela consciência e arrependimento.	Séc. XX (15/07/1961)	Comentário	Novais Teixeira, jornalista	Metonímico TODO PELA PARTE (ATENTADO POR ESTUPRO)	TODO/PARTE LIGAÇÃO COMPULSÃO	Atentado

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
ATENTADO	(48) E verdade que Nunes, sendo encontrado em flagrante pela mulher de Francisco Piloto, na pratica <i>do attentado</i> de que se trata, compreendeu (talvez por ignorancia) que havia cometido um crime no qual cabia á justiça publica funcconar.	Séc. XIX (27/10/1886)	Carta	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (ATENTADO POR ESTUPRO)	ORIGEM/PERCURSO/META CONTATO TODO/PARTE RECIPIENTE	Atebtado
	(49) Quando o jornal O Paulista denunciou o nefando crime de defloramento praticado em uma menor de 11 annos de idade, filha de Francisco Luiz Cardoso, pelo agente do correio d'esta villa, Carlos Diogo Nunes; todos aquelles que ainda se deixam impulsionar pelos sentimentos da honra, da moral e da virtude, esperavam que o exm. barão do Parnahyba, como a primeira autoridade da província e como homem justiceiro e imparcial, tomasse as necessarias providencias para que o autor de tão cynico <i>attentado</i> tivesse o correctivo que a lei impõe ao caso.	Séc. XIX (27/10/1886)	Carta	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (ATENTADO POR ESTUPRO)	TODO/PARTE RECIPIENTE ESCALA	Atentado
	(50) A prova testemunhal merece também do dr. promotor uma analyse penetrante, da qual ressurge num todo harmônico e poderosamente logico, a certeza de que Roberto Moscardini praticou, com effeito, o crime hediondo de que a promotoria publica o accusa. Refere-se o dr. promotor ás declarações da victima, revestidas de um tom de tocante sinceridade, de uma verdade pungente e profunda, que lembra o trecho de Shakespeare: Eu te darei grinaldas, vestidos brancos, sapatinhos de seda, se consentires - por que tal foi a linguagem usada pelo réu, ao	Séc. XX (09/04/1913)	Processo judicial	Augusto Covello, advogado	Metonímico TODO PELA PARTE (ATENTADO POR ESTUPRO)	TODO/PARTE ORIGEM/PERCURSO/META LIGAÇÃO	Atentado

FRAME	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
	procurar obter consentimento de sua filha ao innominavel <i>atentado</i> [...]essa faculdade inventiva nellas se manifesta, sobretudo, quando indicam, cheias de uma ingenuidade que muitas vezes abala decisivamente a convicção daquelles que as escutam, indivíduos innocentes como autores de ignóbeis ás suas pessoas.						
SEVÍCIA	(51) Uma menor de 14 anos, filha adotiva de um desembargador e sobrinha de um cônsul em Manaus, drogada e <i>seviciada sexualmente</i> por um grupo de menores de tradicionais famílias da cidade, acusou ontem, perante o juiz de menores, os filhos de um ex-deputado federal e subsecretário de Estado, e de um coronel do Exército de a terem possuído à força, sob o efeito de alucinógenos, e de serem traficantes de entorpecentes.	Séc. XX (04/02/1978)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA (SEVÍCIA POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO CONTATO FORÇA COMPULSÃO ORIGEM/PERCURSO/META	Seviciada sexualmente
CRUENTO	(52) Se o <i>estupro</i> de rua já foi chamado de <i>cruento</i> , o abuso intrafamiliar é o <i>estupro</i> doméstico.	Séc. XXI (10/11/2013)	Artigo	Débora Diniz, antropóloga, professora	Metonímico CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA (CRUENTO POR ESTUPRO)	PARTE/TODO ORIGEM/PERCURSO/META	Cruento

Fonte: Elaboração nossa.

Após a exposição sobre o domínio VIOLÊNCIA, apresentamos os resultados encontrados para o domínio MORALIDADE, na subseção seguinte.

3.2.5 Domínio *MORALIDADE*

Sánchez Vasquez (1969, p. 14), ao tratar sobre moral, emprega o conceito de costume, quando diz que “certamente, moral vem do latim *mos* ou *mores*, "costume" ou "costumes", no sentido de conjunto de normas ou regras adquiridas por hábito”. Nessa perspectiva, podemos definir moralidade como o conjunto de comportamentos que são aceitos, esperados e incentivados pelos indivíduos de uma sociedade, abrangendo um conjunto de crenças, normas e valores que determinam esses comportamentos e estabelecem o que está certo e errado, o que é bem e mal na esfera do convívio social. Assim, moralidade pode ser entendida como o conjunto das normas para o agir específico ou concreto.

Os valores morais são transmitidos e consolidados de geração em geração, sendo passados através da convivência em sociedade, da cultura e tradições vigentes, além da transmissão por meio da educação formal. Entretanto, no atual nível de desenvolvimento da civilização, é possível dizer que a moral, também, é transmitida e consolidada pelos meios de comunicação de uma forma geral.

A moral está presente nos códigos, que buscam regulamentar o comportamento das pessoas. De acordo com Augusto Comte (1798-1857), a Moral se constitui na prevalência dos instintos amáveis sobre os impulsos desagradáveis. (ROUX, 1920). Entendemos por instintos simpáticos aqueles que aproximam o indivíduo dos outros.

Em outras palavras, a ideia de moralidade pode estar associada às noções de justiça, ação e dever: a moralidade não se relaciona àquilo que cada um quer para si e sim às formas de agir com o outro, tendo por base códigos morais distintos. Assim, entendemos que, entre esses aspectos, está a possibilidade de se formarem juízos morais: quando falamos que alguém está se comportando de forma correta, estabelecemos um juízo moral. Se, em uma comunidade fictícia, as mulheres fossem treinadas a rasparem os cabelos, seria um juízo moral falar que uma mulher de cabelos longos estaria se comportando de forma inadequada. O oposto também é válido: em uma comunidade em que as mulheres fossem ensinadas a nunca cortarem os cabelos, ao dizer que uma mulher com cabelos curtos está se comportando de forma incorreta, fazemos um juízo moral.

Para colaborar no delineamento do conceito de MORALIDADE, buscamos, também, as definições dicionarizadas para o referido item lexical, conforme podemos observar no quadro 36:

Quadro 36 – Definições dicionarizadas para MORALIDADE

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
MORALIDADE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Documento a respeito dos costumes. 2. Sentido moral que se aplica a algum pensamento etc. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qualidade do que é moral. 2. Doutrina ou reflexão moral. 3. Conceito ou intuito moral de certas fábulas ou narrativas. 4. Significação moral. 5. Gênero dramático semi-religioso dos fins da Idade Média. [...] 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Característica ou qualidade do que é moral, do que é conforme os princípios ou valores morais, éticos [Antôn.: imoralidade]. 2. Conjunto de princípios ou regras morais [Antôn.: imoralidade.]. 3. Atitude ou conduta de um indivíduo ou sociedade, do ponto de vista moral. 4. Fil. Doutrina ou reflexão moral. 5. Lição ou ensinamento que se pode tirar de uma fábula, história ou acontecimento; MORAL. [...]

Fonte: Elaboração nossa.

Podemos verificar, no quadro 36, que a definição de moralidade corresponde aos costumes, condutas e valores praticados em determinadas sociedades. Por se referir a costumes, não podemos considerar que os princípios morais são totalmente universais, já que existem aspectos que diferem de cultura para cultura, conforme anteriormente exemplificado.

Considerando a perspectiva apresentada, encontramos, no corpus, conceptualizações do estupro relacionadas à moralidade, como a encontrada na ocorrência (53):

(53) O Código, no artigo 269, obervou o sr. Camto, define o que é *estupro* e, no artigo 263 e parágrafo 1.º estabelece *duas classes de estupro: o de mulher honesta, virgem ou não e o de mulher publica.* (23/04/1913, p.6; Notícia; Cunha Camto, ministro).

Vemos, nessa ocorrência, a tipificação do estupro, que o inclui em diferentes categorias: o estupro de mulher honesta, virgem ou não, e o estupro de mulher pública. Essa diferenciação diz respeito a valores morais relacionados à conduta da mulher, presentes em uma sociedade, em uma determinada época, que implica no tipo e duração da pena imposta ao acusado do crime de estupro. Assim, verificamos que a categoria

estupro abrange categorias mais específicas, como as suas tipologias, estando, concomitantemente, inserida em categorias mais amplas, a exemplo de violência e crime. Essa categorização do estupro apresenta uma compreensão do ato relacionada à moralidade de forma sublimada, ou seja, não aparece explicitamente, mas é inferida ao se estabelecer a distinção do estupro a partir da conduta da mulher, sendo essa, por sua vez, vinculada à avaliação moral. A metonímia PARTE PELA PARTE estrutura tal conceptualização, considerando que as categorias estupro de mulher honesta e estupro de mulher pública integram o estupro. A estruturação conceptual é realizada pelo esquema I PARTE/TODO, acionado pelas expressões “mulher honesta” e “mulher pública” que correspondem a partes que integram um todo mais amplo.

Essa conceptualização, dentre outras, encontradas no corpus, nos possibilitou perceber que tal construção conceptual está inserida no domínio MORALIDADE, pois, quando pensamos sobre ela, acionamos os conceitos de comportamento, atitude, retidão, bons costumes, honestidade, respeito, dignidade, ofensa, honra, ultraje etc., ou seja, elementos que constituem o seu *frame*. Nas ocorrências estudadas, encontramos a compreensão do estupro realizada a partir de alguns desses elementos, como: ultraje, desrespeito, ofensa, honra e mal, que, apesar de serem conceitos distintos, são contíguos ao conceito de estupro, pois se constituem em consequências desse ato. Esses itens lexicais acionaram *frames* no domínio MORALIDADE, os quais serão apresentados e discutidos na sequência.

Iniciemos com a discussão sobre o *frame* ULTRAJE, que será apresentada a seguir.

3.2.5.1 Frame ULTRAJE

A ação que causa um insulto a alguém é considerada um ultraje. Esse conceito pode, também, ser entendido como uma difamação, injúria ou calúnia que foi feita contra outrem. Assim, cometer um ultraje é quando se utiliza do desrespeito ou da malícia para agredir a dignidade de alguém, se constituindo, dessa forma, em uma afronta moral.

Essa conceituação é corroborada pelas definições encontradas nos dicionários consultados, conforme podemos observar no quadro 37:

Quadro 37 – Definições dicionarizadas para ULTRAJE

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
ULTRAJE	1. Ofensa com desprezo.	1. Ato ou efeito de ultrajar.	1. Ofensa grave, insulto, injúria pesada; calúnia;

		2. Insulto, afronta, ofensa extremamente grave. 3. Calúnia, difamação.	violação do bom nome ou reputação de outrem.
--	--	---	--

Fonte: Elaboração nossa.

Considerando as definições apresentadas no quadro 37, entendemos que um ultraje diz respeito à violação da moralidade, sendo essa compreensão encontrada no nosso corpus, como podemos observar na ocorrência (54):

(54) Antonio Leite da Fonseca não quis injuriar Luiz de Sampaio Souza, apenas profligou o homem que Hilario e Isabel accusavam como o autor da sua desonra, usando dos qualificativos que lhe pareceram convenientes para a defesa da sociedade contra *um dos seus membros que a ultrajava*. (12/09/1911, p.10; Processo judicial (defesa do querelado); Manuel Joaquim da Silva Filho, advogado).

Nessa ocorrência, verificamos que o comportamento do acusado, a ação de praticar o estupro, é entendido como algo que ultraja a sociedade, ou seja, viola seus valores morais. Nesse sentido, podemos inferir que o estupro está sendo compreendido como ultraje, isto é, a falta de moralidade, desmoralização, apontando para uma inter-relação entre os conceitos de estupro e ultraje. A contiguidade conceitual apresentada possibilita que tal compreensão seja estruturada pela metonímia ULTRAJE POR ESTUPRO, do tipo CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA, vinculada à metonímia DESMORALIZAÇÃO POR ESTUPRO. A conceptualização metonímica é estruturada, em (54), pelos esquemas-I COMPULSÃO e LIGAÇÃO, acionados pela expressão “autor da sua deshonra”, na qual o autor e o acusado são, respectivamente, os agentes causadores da desonra e, por isso, estão vinculados ao ato.

A seguir, apresentamos a discussão sobre o *frame* RESPEITO.

3.2.5.2 *Frame* RESPEITO

Dentre os valores éticos, destacamos o respeito que é uma atitude que, no campo das relações interpessoais, contribui para que tais relações se tornem adequadas e satisfatórias. Vejamos as definições encontradas para o item léxico ‘respeito’ nos dicionários consultados:

Quadro 38 – Definições dicionarizadas para RESPEITO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
RESPEITO	1. Consideração, atenção. 2. Relação de uma coisa com outra. 3. Veneração, reverência. 4. Intuito. [...]	1. Ato ou efeito de respeitar (-se). 2. Reverência, veneração. 3. Obediência, deferência, submissão, acatamento. [...]	1. Ação ou resultado de respeitar (-se). 2. Sentimento de reverência ou consideração; APREÇO; ATENÇÃO. 3. Apreço que se tem por alguém ou alguma coisa; DEFERÊNCIA. 4. Sentimento de apreensão; TEMOR; MEDO. 5. Atitude de deferência ou obediência em relação a outrem ou a algo (<u>respeito</u> às leis; <u>respeito</u> aos pais); ACATAMENTO; SUBMISSÃO. [...]

Fonte: Elaboração nossa.

As definições apresentadas no quadro 38 revelam que o respeito está diretamente relacionado a questões morais, considerando que abrange o relacionamento interpessoal, sendo expresso através das atitudes e condutas. A falta de respeito, o desrespeito, implica na violação de valores e infringe os preceitos da moralidade. Dessa forma, quando o respeito não existe, conseqüentemente, há ofensa, desacato, mau comportamento, desonestidade, desmoralização, tornando as relações difíceis e abusivas.

No nosso corpus, encontramos essa compreensão do estupro, a partir do item léxico ‘desrespeito’, como pode ser observado na ocorrência (55):

(55) Disse mais que a embriaguez não póde levar um homem a tal ponto que faça esquecer os sentimentos humanos, chegando até *a desrespeitar* a uma menor que em companhia do acusado vivia. (14/07/1889, p.3; Processo Judicial; Promotor Público)

Nessa ocorrência, a compreensão do estupro como desrespeito revela que tais conceitos estão imbricados, considerando que um leva ao outro. Por isso, temos a estruturação conceptual ancorada na metonímia CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA, do tipo DESRESPEITO POR ESTUPRO, em que a referência ao desrespeito (consequência) é o estupro (causa). Tal metonímia está relacionada à metonímia DESMORALIZAÇÃO POR ESTUPRO. Observamos, nessa construção conceptual, a utilização de um eufemismo, para fazer referência ao estupro. Essa estratégia cognitiva abranda o efeito negativo, intrínseco, ao conceito de estupro. Há, nessa compreensão, o esquema-I PARTE/TUDO acionado por ‘desrespeitar’, considerando que o desrespeito é uma dentre

outras atitudes que constituem essa violência. Temos, ainda, o esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, acionado pelas expressões “levar [...] a tal ponto”, “chegando até a desrespeitar”, que indicam um deslocamento para a consecução do ato. O esquema-I LIGAÇÃO, também, está presente, ativado pela expressão linguística “menor que em companhia do acusado”, que revela uma vinculação entre a menor e o acusado. Verificamos, também, nessa ocorrência, a compreensão do estupro como ponto/lugar, que será tratada na subseção 3.2.16.3.

Apresentaremos a discussão sobre o *frame* OFENSA, na próxima subseção.

3.2.5.3 *Frame* OFENSA

Ainda no domínio MORALIDADE, encontramos, nas ocorrências estudadas, a utilização do item lexical ‘ofensa’, para fazer referência ao estupro. Buscamos, nos dicionários, as definições para o referido item léxico, as quais são apresentadas na sequência:

Quadro 39 – Definições dicionarizadas para OFENSA

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
OFENSA	1. Ação, dito ou pensamento contra a justiça ou a civilidade devida.	1. Injúria, agravo, ultraje, afronta. 2. Lesão, dano. 3. Desconsideração, desacato, menosprezo. 4. Postergação de preceitos, violação de regras, transgressão, pecado, falta. 5. Mågoa ou ressentimento de pessoa ofendida. [...]	1. Ação ou palavra que faz com que alguém seja vítima de injustiça, menosprezo ou desacato; AGRAVO; AFRONTA; ULTRAJE. 2. Ação que causa dano físico. 3. Ação de atacar; OFENSIVA. 4. Ação que revela desconsideração; DESACATO 5. Violação ou transgressão de uma regra. 6. Sensação de aborrecimento diante de algo que fere a sensibilidade,

Fonte: Elaboração nossa.

Podemos observar, no quadro 39, que, nos dicionários consultados, o item léxico ‘ofensa’ é definido como uma ação desmoralizante, contra a justiça ou civilidade, que pode causar dano físico ou psicológico. As definições encontradas para o referido item léxico vão ao encontro de um aspecto característico de atos delituais, como o estupro, que ao serem conceituados como uma ação contra a justiça, causadora de desacato, implicam, assim, em uma violação moral. Esse entendimento nos possibilitou incluir a compreensão do estupro, que ativou o *frame* OFENSA, no domínio MORALIDADE. Além disso,

verificamos que os conceitos ofensa e estupro são contíguos, no sentido de que compartilham aspectos comuns, como a falta de respeito.

Considerando essa perspectiva, verificamos, no nosso corpus, que a compreensão do estupro como ofensa aponta para a metonímia OFENSA POR ESTUPRO do tipo CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA, vinculada à metonímia DESMORALIZAÇÃO POR ESTUPRO, como pode ser observado nos exemplos (56) e (57):

(56) Diz Antonia Maria da Conceição, que chegando ao conhecimento da supplicante, que se vae instaurar processo contra José Ferreira Leite por defloramento practicado na suplicante, vem esta perante v. s. declarar que injusta é a imputação feita ao referido Ferreira Leite [...] a supplicante declara que perdoa-lhe a *offensa* que recebeu [...]. (14/11/1878, p.1; Petição Judicial; Augusto José Pereira, escrivão).

(57) Desde que a offendida tem um marido, desaparecem para ella as consequências mais deploráveis da *offensa*; e os futuros filhos do casal não devem ficar expostos á devassa da maldade publica, que lhes apontará nas grades da prisão um homem accusado da deshonra de sua mãe. (25/03/1917, p. 10; Habeas-corpus; Hilario Freire, advogado).

Nessas ocorrências, o estupro, objeto da conceptualização que foi construída, está sendo concebido como uma ofensa. A partir das ocorrências apresentadas, podemos considerar que o uso do referido item léxico consiste em uma estratégia cognitiva, o eufemismo por metonímia, entendida como o uso de um conceito menos agressivo, para fazer referência a um ato grave, em virtude do efeito negativo que o conceito de estupro pode provocar. Nas ocorrências identificadas com essa conceptualização, o sentido é mais abrangente, pois inclui a ofensa verbal, física, moral e psicológica.

Tais ocorrências nos permitem verificar que essa compreensão decorre do fato de que a ofensa corresponde a um ato que atinge alguém, na sua honra, na sua dignidade, e que pode causar dano físico e psicológico, aspectos que são projetados, metonimicamente, entre os domínios OFENSA e ESTUPRO, já que eles possuem entre si uma relação de contiguidade, como já pontuado.

Em (56), a expressão “a ofensa que recebeu” evoca a ideia de uma trajetória feita para o recebimento dessa ofensa, havendo, dessa forma, a existência do esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META estruturando essa conceptualização. Observamos, ainda,

em (56), o esquema-I CONTATO, ativado pelo item lexical ‘recebeu’, visto que a ofensa foi recebida, a partir do contato sexual forçado. Já em (57), a estruturação conceptual é feita pelos esquemas-I CONTATO, LIGAÇÃO e PERTO/LONGE, acionados pela expressão “homem acusado da desonra de sua mãe”, considerando que relaciona o acusado ao ato e indica a aproximação entre as partes.

Vale a pena destacar que as ocorrências (56) e (57) estão contidas em textos que tratam de questões jurídicas. Nesse contexto, a ofensa é compreendida como o ato criminoso, conforme exposto, sendo o item léxico ‘ofendido(a)’, comumente, usado para designar a pessoa que sofre diretamente a ação criminosa.

Nas ocorrências (58) e (59), verificamos a utilização de ‘ofendida’, para fazer referência à “estuprada”. Assim como em (56) e (57), observamos, nessas ocorrências, a utilização do eufemismo na referência ao estupro. A utilização de determinados itens léxicos, como ‘ofensa’ e ‘ofendida’, por serem mais gerais e omitirem o crime realizado, amenizam o peso do que está sendo dito, suavizando o impacto que a palavra ‘estupro’ provoca, como podemos observar nos exemplos seguintes:

(58) A desistência ou perdão da *offendida*, que demais [ININT] é miserável [...]. (14/11/1878, p.1; Petição Judicial; Augusto José Pereira, escrivão).

(59) Não obstante ter o pae da mesma se oposto por uma petição á continuação do processo e o protesto d’elle, de sua mulher e da *ofendida*. (13/02/1882, p.2; Certidão; José Theodoro da Silva, escrivão).

Em (58) e (59), inferimos a compreensão do estupro como ofensa, a partir do item lexical ‘ofendida’, que faz referência à vítima do estupro, como já indicado. Partindo dessa caracterização da vítima, a inferência é coerente, considerando que há, nesse contexto, uma relação na estruturação conceptual do agente recebedor da ação e da ação propriamente dita. Essa compreensão está ancorada pelo esquema-I PARTE/TODO, acionado por ‘ofendida’, já que a vítima é um dos agentes que integram o estupro, ou seja, é parte do ato. Verificamos, ainda, que a estruturação conceptual ocorre por meio do esquema-I LIGAÇÃO, acionado pela expressão “da ofendida”, que vincula o ato ao agente passivo desse ato, em uma relação de causa e efeito.

Por outro lado, podemos compreender o estupro como ofensa, no sentido de que é um ato que ofende as mulheres, na sua integridade física e psicológica, não só pela falta

de consentimento na apropriação do seu corpo por outrem, mas também pela violação e ímpeto de tortura do agressor. Apesar de todos esses aspectos serem intrínsecos ao estupro, essas questões não tinham relevância nas investigações dos casos desse tipo de violência sexual no século XIX. Na maioria das vezes, a individualidade da mulher era ignorada ou descaracterizada, para dirimir a culpa do agressor, destacando, para isso, a sua conduta, como podemos observar no exemplo (60):

(60) Provam que a *offendida* conviveu com uma prostituta de costumes depravados. [...] Ignora-se se a menor foi deflorada a esse tempo. (05/07/1885, p.1; Processo Judicial; Alípio Z. de Carvalho, Juiz de Direito).

A ocorrência (60) está inserida em um fragmento textual que destaca, negativamente, a conduta da mulher, em detrimento da sua situação. O conceptualizador, ao narrar tal fato, parece querer justificar a violência sofrida, o estupro, já que ressalta que “a ofendida vivia com uma prostituta de costumes depravados”, permitindo assim a inferência de que a “ofendida” teria o mesmo trabalho, tido como “desonesto”. A expressão utilizada qualificaria as práticas características de mulheres, ditas desonestas, assim consideradas na época em estudo, e que, por isso, não teriam crédito em suas palavras e as penas aos agressores, quando instauradas, seriam reduzidas.

Em (60), temos, mais uma vez, a utilização do item lexical ‘ofendida’, instanciando a conceptualização da vítima do estupro. Seguindo o mesmo raciocínio, anteriormente, exposto para as ocorrências (58) e (59), inferimos, a partir da caracterização da vítima, que o estupro é, metonimicamente, compreendido como uma OFENSA.

Apesar de na ocorrência (60) o estupro ter sido conceptualizado como ofensa, e a vítima ser compreendida como ofendida, vale destacar que, dentre os vários aspectos e fatores que envolvem os casos de estupro ocorridos no século XIX, a conduta da mulher na sociedade, o seu comportamento moral e sua honra eram vistos como condicionantes para a tipificação do crime de estupro. Uma conduta social considerada reprovável poderia levar à absolvição do acusado pela não configuração do delito ou, então, uma punição mais leve. Da mesma forma, um caso de comportamento moral tido como adequado para a sociedade da época, poderia eximir o réu da pena se esse viesse a casar-se com a vítima como um ato de reparação do erro.

Observamos que, em (60), há o esquema-I PROCESSO, ativado pelo item lexical ‘conviveu’, que permite a inferência de que houve uma alteração, durante um

determinado período da vida da vítima, que favoreceria a violência, sofrida, concebida como ofensa.

Dessa forma, o fato de a vítima ter, supostamente, convivido com alguém que praticava atos que eram avaliados, negativamente, cria um cenário que evoca um *frame* de promiscuidade, que produz efeitos de sentido, com todas as suas implicações de sedução, libertinagem, orgia, permissividade, sexo etc. que, no processo de conceptualização, se explica, em grande parte, por dois postulados de base Linguística Cognitiva: a cognição corporificada e o experiencialismo (JOHNSON, 1987), que destacam a experiência sensório-motora como fonte de conceptualizações, em conjunto com o contexto sociocultural. Nesse sentido, conhecer aspectos relacionados às peculiaridades sociais, culturais, ideológicas e históricas da época em estudo, conforme anteriormente afirmado, se torna relevante para a compreensão do processo de construção dos significados.

Foi encontrada, também, uma ocorrência em que a ofensa é tipificada, como podemos observar no exemplo (61):

- (61) O miserável relacionando-se com João Baptista de Oliveira, fiscal do Mercado, offereceu-se para baptizar uma sua filhinha, de quatro annos de idade, no que foi attendido. Mas, ao em vez de levar a infeliz creança para a igreja, conduziu-a para o matto, *estuprando-a brutalmente*. Ao ser preso pelo commisario de policia de Ponta Grossa, o miserável confessou cynicamente o seu *crime*. Os médicos verificaram que, além da *horrível offensa physica*, a innocente creança ficou contaminada de syphilis. (21/02/1913, p. 1; Notícia; Aatoria do jornal).

Na ocorrência (61), temos, mais uma vez, a compreensão do estupro como ofensa. Todavia, nessa ocorrência, a expressão “horrível ofensa physica” categoriza duplamente a ofensa, por meio dos itens léxicos ‘horrível’ e ‘physica’. A estruturação, assim como nas ocorrências (56) a (60), ocorreu através da metonímia CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA. Embora o estupro compreenda tanto a ofensa física quanto a moral, o foco, nessa ocorrência, ocorreu na primeira, considerando que, na época, não havia certa preocupação com a questão psicológica das vítimas.

Podemos observar que, na ocorrência (61), ocorreu a ancoragem conceptual por meio do esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, acionado pela expressão linguística “conduziu-a para o mato”, indicando que houve uma trajetória percorrida para a consumação do ato. Há, também, o esquema-I PARTE/TODO, ativado pela expressão

“offensa physica”, já que se configura uma espécie de ofensa dentre outros tipos. O esquema-I ESCALA, também, pode ser verificado, sendo acionado pelo item léxico ‘horível’ que indica um alto nível de repúdio ao ato. Temos, ainda, o esquema-I PROCESSO, ativado pela expressão linguística “ficou contaminada de sífilis”, apontando para uma mudança de estado ocasionada pelo estupro. A conceptualização do estupro como crime, também verificada na ocorrência (61), é discutida na subseção 3.2.7.1.

Na próxima subseção, discorreremos sobre o *frame* HONRA.

3.2.5.4 *Frame* HONRA

O conceito de honra decorre da avaliação do procedimento de uma pessoa e de seu estado social, baseado nas ações daquele indivíduo. No que diz respeito à honra da mulher, estaria, no século XIX até a segunda metade do século XX, relacionada à “honestidade sexual” (virgindade), aos valores de preservação da família e moralidade social.

No nosso corpus, encontramos a compreensão do ESTUPRO como a falta da honra, ou seja, a desonra. Buscamos nos dicionários as definições para esse item lexical, as quais estão apresentadas no quadro 40:

Quadro 40 – Definições dicionarizadas para DESONRA

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
DESONRA	1. Desdouro, deslute. 2. Falta de honra com que alguém trata a outrem.	1. Falta de honra. 2. Perda de honra, descrédito. 3. Ação ou acontecimento que provoca a perda da honra de alguém.	1. Ausência ou perda da honra, da dignidade, do respeito dos outros; DESLUSTRE; IMPUDOR; INDIGNIDADE; OPRÓBRIO; VERGONHA: <i>agir com desonra</i> . [Antôn.: glória, honra]. 2. Fig. O que ou quem é motivo de desonra, vergonha ou humilhação.

Fonte: Elaboração nossa.

As definições apresentadas no quadro 40 mostram que a desonra é caracterizada pelo despespeito e impudor, entretanto, não há referência ao aspecto sexual. Por inferirmos que a utilização do item léxico ‘desonra’ para referenciar o estupro teria relação com a sexualidade, buscamos pela definição do referido item, também, no *Dicionário da Língua Portuguesa* (MORAES, 1989), para averiguar se a definição apresentada abrangeria o referido aspecto. Nesse dicionário, todavia, não encontramos o

item lexical ‘desonra’, mas sim ‘deshonrar’, que é definido como “fazer acção que deshonre a alguém; dizer-lhe palavras, fazer-lhe obras, acção contra sua honra. Injuriar de palavras. Deshonrar uma mulher, deflorá-la”. No dicionário Pinto (1832) o item léxico ‘deshonrar’ é definido como “tratar a alguém com deshonra. Offender a honra a alguém difamando-o, etc. Deflorar fallando de huma donzella”.

Diante dessas definições, atestamos que a desonra está relacionada, também, à perda da virgindade, entendida, nas ocorrências constituintes do nosso corpus, como a perda da honra da mulher que causaria a sua desonra. Dessa forma, constatamos que os conceitos de desonra e de estupro estão relacionados, já que a perda da honra pode ser uma consequência do estupro. Considerando essa perspectiva, encontramos, nas ocorrências, a conceptualização do estupro como desonra, apontando para a metonímia DESONRA POR ESTUPRO, do tipo CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA, na qual a referência à desonra (consequência) é o estupro (causa). Essa metonímia, assim como as anteriormente apresentadas, está relacionada à metonímia DESMORALIZAÇÃO POR ESTUPRO. Essa compreensão pode ser verificada nas ocorrências (62) a (67):

- (62) [...] fui também acusado da autoria do defloramento de Benedicta do Patrocínio, filha de Maria do Patrocínio, messalina conhecida que querendo chamar para a sua companhia a filha em questão, e industriada pelo verdadeiro autor da sua *deshonra*, emprestou-me a responsabilidade criminosa que daquele facto resultava. (05/07/1885, p.1; Artigo; Francisco Teixeira de Souza Leite, acusado).
- (63) [...] conseguiu por meio de promessas e affagos *deshonrar* a menor Antonia Maria da Conceição. (14/11/1878, p.1; Petição Judicial; Augusto José Pereira, Escrivão).
- (64) Antonio Leite da Fonseca não quis injuriar Luiz de Sampaio Souza, apenas profligou o homem que Hilario e Isabel accusavam como o autor da sua *desonra*, usando dos qualificativos que lhe pareceram convenientes para a defesa da sociedade contra um dos seus membros que a ultrajava. (12/09/1911, p.10; Processo judicial, defesa do querelado; Manuel Joaquim da Silva Filho, advogado).
- (65) As referidas menores em seus depoimentos dizem positivamente que o autor de sua *deshonra* foi o professor Bento de Siqueira, seu tio. No interrogatório a que o submeteu o dr. delegado de policia, o acusado nega o crime. O sigilo de que estava cercado o inquérito ate ante-hontem nos inibiu de mandar antes noticias desse escandaloso caso. Enviaremos amanha informações minuciosas. (28/10/1913, p.5; Notícia; Autoria do jornal).

- (66) Um dos juízes desta capital decretou a prisão preventiva de um cidadão acusado de haver *estuprado* a própria irman. O réu pediu ao Tribunal uma ordem de “habeas-corpus” allegando que nem havia justa causa para a prisão, nem esta podia ser concedida, em face da lei de 1871. Por esta lei, a prisão preventiva não poderá ser concedida se houver decorrido mais de um anno da perpetração do delicto(...) Ora, a victima negava terminantemente de que o acusado fosse o autor da sua *deshonra*, e testemunhas não havia que a desmentissem. (24/10/1916, p. 4; Processo judicial, Luiz de Araújo, secretário).
- (67) Desde que a offendida tem um marido, desaparecem para ella as consequências mais deploráveis da *offensa*; e os futuros filhos do casal não devem ficar expostos á devassa da maldade publica, que lhes apontará nas grades da prisão um homem acusado da *deshonra* de sua mãe. (25/03/1917, p. 10; Habeas-corpus; Advogado, Hilario Freire).

Observamos, nas ocorrências, que o estupro, quando conceptualizado como desonra, tem como causas principais a faixa etária, crianças em sua maioria, e a grande possibilidade de, por estarem desonradas, não conseguirem casar, ficando, assim, à margem da sociedade e da família.

Nessas ocorrências, a conceptualização metonímica é estruturada pelo esquema-I LIGAÇÃO, acionado pelas expressões “autor da sua deshonra”, em (62), (64), (65) e (66); “desonrar a menor”, em (63); e, “acusado da deshonra de sua mãe”, em (67), nas quais o autor e o acusado são, respectivamente, os agentes causadores da desonra e, por isso, estão vinculados ao ato. Em (63), a conceptualização é estruturada, também, pelo esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, acionado pelo item léxico ‘conseguiu’, indicando que houve uma trajetória percorrida até atingir a meta. Temos, ainda, em (63), o esquema-I CONTATO, ativado pelo item lexical ‘afagos’, que faz referência ao contato físico. Em todas as ocorrências, verificamos a presença do esquema-I PROCESSO, visto que houve uma mudança de estado, que foi acionada pela perda da honra.

Há, ainda, nessas ocorrências, a conceptualização do estupro como crime e caso, em (64); como delito, em (65); e, como ofensa, em (66). Tais compreensões são discutidas nas subseções 3.2.7.1, 3.2.19.1, 3.2.7.2 e 3.2.5.3, respectivamente.

Passaremos a tratar sobre o *frame* MAL, na próxima subseção.

3.2.5.5 *Frame MAL*

No corpus estudado, encontramos ocorrências em que o estupro era compreendido como mal, ou seja, algo ruim. Para entendermos o conceito do referido item léxico, recorremos as suas definições dicionarizadas, que são apresentadas no quadro 41:

Quadro 41 – Definições dicionarizadas para MAL

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
MAL	<ol style="list-style-type: none"> 1. Nome genérico de tudo o que causa dano, ruína ou destruição e é contrário ao bem. 2. Doença, infortúnio. [...] 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aquilo que é nocivo, prejudicial, mau; aquilo que prejudica ou fere. 2. Aquilo que se opõe ao bem, à virtude, à probidade, à honra. 3. Estado mórbido, moléstia, enfermidade, doença. 4. Epidemia, calamidade. 5. Angústia, tormento, mágoa, sofrimento, aflição. 6. Desgraça, infelicidade, infortúnio. 7. Dano, estrago, prejuízo. [...] 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não bem, de modo imperfeito ou irregular; INCORRETAMENTE. 2. Sem conforto ou bem-estar físico. 3. Em má situação. 4. Contra o direito e a justiça. 5. De maneira cruel; BARBARAMENTE; DESUMANAMENTE. 6. Em oposição à ética, à moral. 7. O contrário do bem, tudo que se opõe à virtude, à honra, à moral. 8. Tudo o que ocorre para o dano ou ruína de outra coisa. 9. Atitude perniciososa, má. 10. O que é nocivo, prejudicial. 11. O que faz sofrer, infortúnio. 12. Estrago, dano, prejuízo. 13. Castigo, punição: [...]

Fonte: Elaboração nossa.

De acordo as definições apresentadas no quadro 41, concebemos que ‘mal’ é definido como algo ruim, desumano e imoral. A partir dessas definições e tomando o conceito de moral, anteriormente exposto, consideramos que o estupro foi, nessa ocorrência, conceptualizado como algo relacionado ao aspecto moral, entendido nesse contexto, como um juízo moral. Assim, o mal é uma consequência do estupro, ou seja, são conceitos relacionados e apontam para a metonímia MAL POR ESTUPRO, do tipo CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA, na qual a referência ao mal (consequência) é o estupro (causa). Considerando o contexto das ocorrências, tal metonímia, também, está relacionada à metonímia DESMORALIZAÇÃO POR ESTUPRO, já que o mal está sendo entendido como um dano moral, conforme pode ser observado nos exemplos (68) e (69):

(68) O réu, ao correr do processo, por mais de uma vez confessou a autoria do delicto, acrescentando tel-o praticado em defesa da honra de sua irman Julia. Acontece, porém que o proceder do acusado não foi mais [ININT] com os interesses da ordem moral de sua própria irman, na pior hypothese, qual a de ter o réu se convencido de modo completo do *defloramento* de sua irman pela

referida praça. O seu dever, desde que entre os dois não exerciam impedimentos para o casamento, não era outro senão o de promover por esse modo, a *reparação do mal*. A ação do réu foi violenta e precipitada, impressionando bastante a circunstancia importante de não ter a defesa provado que a victima se recusasse a reparar *o mal*, de sorte que uma tal circunstancia pudesse também celar no espirito dos oito jurados [...] (16/04/1909, p. 3; Notícia; Aatoria do jornal).

- (69) De conformidade com essas idéias, o dr. FERREIRA NOVAES sustenta que o casamento, com um terceiro, da filha *violada* pelo próprio pae, “apagou o delicto em face do Codigo Penal, e , ante o acto resolutivo dessa martyr, amparado pela piedade de quem se fez marido della, burlada ficou a ação da justiça”. [...]O casamento apaga o delicto, restituindo a mulher a sua posição social. Dá-se assim a mais completa *reparação do mal causado*, ficando prejudicado todo e qualquer procedimento da justiça. (25/03/1917, p. 10; Habeas-corpus; Advogado, Hilario Freire).

Na ocorrência (68), essa conceptualização metonímica é alicerçada pelo esquema-I PROCESSO, acionado pelo item léxico ‘reparação’, que indica ter ocorrido um dano à situação da vítima, decorrente do estupro, ou seja, ocorreu uma mudança. Nessa ocorrência, verificamos a conceptualização do estupro como delito e como defloramento, que serão discutidas nas subseções 3.2.7.2 e 3.2.17.1, respectivamente.

Observamos que a ocorrência (69) é, também, estruturada pelo esquema-I PROCESSO, acionado pela expressão linguística “mal causado”, indicando que o ato provocou um dano à vítima. Temos, ainda, o esquema-I COMPULSÃO, acionado pelo item léxico ‘causado’, ou seja, o mal foi provocado por força de alguém. Encontramos, também, nessa ocorrência, a conceptualização do estupro como delito que é tratada na subseção 3.2.7.2.

Após a discussão dos resultados encontrados para o domínio MORALIDADE, apresentaremos, a seguir, o quadro síntese com esses achados.

Quadro 42 – Síntese do domínio MORALIDADE

FRAME	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
MORALIDADE	(53) O Código, no artigo 269, observou o sr. Camto, define o que é estupro e, no artigo 263 e parágrafo 1.º estabelece duas classes de <i>estupro: o de mulher honesta, virgem ou não e o de mulher pública.</i>	Séc. XX (23/04/1913)	Notícia	Cunha Camto, ministro	Metonímico PARTE PELA PARTE (ESTUPRO DE MULHER HONESTA / PÚBLICA POR ESTUPRO)	PARTE/TODO	Estupro de mulher honesta virgem ou não e o de mulher pública
ULTRAJE	(54) Antonio Leite da Fonseca não quis injuriar Luiz de Sampaio Souza, apenas profligou o homem que Hilario e Isabel accusavam como o autor da sua desonra, usando dos qualificativos que lhe pareceram convenientes para a defesa da sociedade contra <i>um dos seus membros que a ultrajava.</i>	Séc. XX (12/09/1911)	Processo judicial	Manuel Joaquim da Silva Filho, advogado	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (ULTRAJE POR ESTUPRO / DESMORALIZAÇÃO POR ESTUPRO)	COMPULSÃO LIGAÇÃO	Desonra Ultrajava
DESRESPEITO	(55) Disse mais que a embriaguez não pôde levar um homem a tal ponto que faça esquecer os sentimentos humanos, chegando até a <i>desrespeitar</i> a uma menor que em companhia do acusado vivia.	Séc. XIX (14/07/1889)	Processo Judicial	Promotor Público	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (DESRESPEITO POR ESTUPRO / DESMORALIZAÇÃO POR ESTUPRO)	PARTE/TODO ORIGEM/PERCURSO/META LIGAÇÃO	Desrespeitar
OFENSA	(56) Diz Antonia Maria da Conceição, que chegando ao conhecimento da suplicante, que se vae instaurar processo contra José Ferreira Leite por <i>defloramento</i> practicado na suplicante, vem esta perante v. s. declarar que injusta é a imputação feita ao referido Ferreira Leite [...] [...] a suplicante declara que perdoa-lhe a <i>ofensa</i> que recebeu.	Séc. XIX (14/11/1878)	Petição Judicial	Augusto José Pereira, escrivão	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (OFENSA POR ESTUPRO / DESMORALIZAÇÃO POR ESTUPRO)	ORIGEM/PERCURSO/META CONTATO	Ofensa

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO <i>FRAME</i>
OFENSA	(57) Desde que a <i>offendida</i> tem um marido, desaparecem para ella as consequências mais deploráveis da <i>offensa</i> ; e os futuros filhos do casal não devem ficar expostos á devassa da maldade publica, que lhes apontará nas grades da prisão um homem accusado da deshonra de sua mãe.	Séc. XX (25/03/1917)	Habeas corpus	Hilario Freire, advogado	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (OFENSA POR ESTUPRO / DESMORALIZAÇÃO POR ESTUPRO)	CONTATO LIGAÇÃO PERTO/LONGE	Ofendida, ofensa
	(58) A desistência ou perdão da <i>offendida</i> , que demais [ININT] é miserável.	Séc. XIX (14/11/1878)	Petição Judicial	Augusto José Pereira, escrivão	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (OFENSA POR ESTUPRO / DESMORALIZAÇÃO POR ESTUPRO)	PARTE/TODO LIGAÇÃO	Ofendida
	(59) Não obstante ter o pae da mesma se oposito por uma petição á continuação do processo e o protesto d'elle, de sua mulher e da <i>offendida</i> .	Séc. XIX (13/02/1882)	Certidão	José Theodoro da Silva, escrivão	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (OFENSA POR ESTUPRO / DESMORALIZAÇÃO POR ESTUPRO)	PARTE/TODO LIGAÇÃO	Ofendida
	(60) Provam que a <i>offendida</i> conviveu com uma prostituta de costumes depravados. [...] Ignora-se se a menor foi <i>deplorada</i> a esse tempo.	Séc. XIX (05/07/1885)	Processo Judicial	Alípio Z. de Carvalho, Juiz de Direito	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (OFENSA POR ESTUPRO / DESMORALIZAÇÃO POR ESTUPRO)	PROCESSO	Ofendida

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO <i>FRAME</i>
OFENSA	(61) O miserável relacionando-se com João Baptista de Oliveira, fiscal do Mercado, offereceu-se para baptizar uma sua filhinha, de quatro annos de idade, no que foi attendido. Mas, ao em vez de levar a infeliz creança para a egreja, conduziu-a para o matto , <i>estuprando-a brutalmente</i> . Ao ser preso pelo commisario de policia de Ponta Grossa, o miserável confessou cynicamente o seu crime. Os médicos verificaram que, além da <i>horrível offensa physica</i> , a innocente creança ficou contaminada de syphilis.	Séc. XX (21/02/1913)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (OFENSA POR ESTUPRO/ DESMORALIZAÇÃO POR ESTUPRO)	ORIGEM/PERCURSO/META PARTE/TODO ESCALA PROCESSO	Ofensa física
DESONRA	(62) [...] fui também accusado da autoria do defloramento de Benedicta do Patrocínio, filha de Maria do Patrocínio, messalina conhecida que querendo chamar para a sua companhia a filha em questão, e industriada pelo verdadeiro autor da sua <i>deshonra</i> , emprestou-me a responsabilidade criminosa que daquele factio resultava.	Séc. XIX (05/07/1885)	Artigo	Francisco Teixeira de Souza Leite, acusado	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (DESONRA POR ESTUPRO / DESMORALIZAÇÃO POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO PROCESSO	Desonra
	(63) [...] consegui por meio de promessas e affagos <i>deshonrar</i> a menor Antonia Maria da Conceição.	Séc XIX (14/11/1878)	Petição Judicial	Augusto José Pereira, escrivão	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (DESONRA POR ESTUPRO / DESMORALIZAÇÃO POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO ORIGEM/PERCURSO/META CONTATO PROCESSO	Desonrar

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO <i>FRAME</i>
DESONRA	(64) Antonio Leite da Fonseca não quis injuriar Luiz de Sampaio Souza, apenas profligou o homem que Hilario e Isabel accusavam como o autor da sua <i>desonra</i> , usando dos qualificativos que lhe pareceram convenientes para a defesa da sociedade contra um dos seus membros que a ultrajava.	Séc. XX (12/09/1911)	Processo judicial	Manuel Joaquim da Silva Filho, advogado	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (DESONRA POR ESTUPRO / DESMORALIZAÇÃO POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO PROCESSO	Desonra
	(65) As referidas menores em seus depoimentos dizem positivamente que o autor de sua <i>deshonra</i> foi o professor Bento de Siqueira, seu tio. No interrogatório a que o submeteu o dr. delegado de policia, o acusado nega o crime. O sigilo de que estava cercado o inquérito ate ante-hontem nos inibiu de mandar antes noticias desse escandaloso caso. Enviaremos amanha informações minuciosas.	Séc. XX (28/10/1913)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (DESONRA POR ESTUPRO / DESMORALIZAÇÃO POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO PROCESSO	Desonra
	(66) Um dos juízes desta capital decretou a prisão preventiva de um cidadão acusado de haver <i>estuprado</i> a própria irman. O réu pediu ao Tribunal uma ordem de “habeas-corpus” allegando que nem havia justa causa para a prisão, nem esta podia ser concedida, em face da lei de 1871. Por esta lei, a prisão preventiva não poderá ser concedida se houver decorrido mais de um anno da perpetração do delicto. Ora, a victima negava terminantemente de que o acusado fosse o autor da sua <i>deshonra</i> , e testemunhas não havia que a esmentissem.	Séc. XX (24/10/1916)	Processo judicial	Luiz de Araújo, secretário	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (DESONRA POR ESTUPRO / DESMORALIZAÇÃO POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO PROCESSO	Desonra

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO <i>FRAME</i>
	(67) Desde que a offendida tem um marido, desaparecem para ella as consequências mais deploráveis da offensa; e os futuros filhos do casal não devem ficar expostos á devassa da maldade publica, que lhes apontará nas grades da prisão um homem accusado da <i>deshonra</i> de sua mãe.	Séc. XX (25/03/1917)	Habeas-corpus	Hilario Freire, advogado	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (DESONRA POR ESTUPRO / DESMORALIZAÇÃO POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO PROCESSO	Ofendida Ofensa Desonra
MAL	(68) O réu, ao correr do processo, por mais de uma vez confessou a autoria do delicto, acrescentando tel-o praticado em defesa da honra de sua irman Julia. Acontece, porém que o proceder do accusado não foi mais [ININT] com os interesses da ordem moral de sua própria irman, na pior hypothese, qual a de ter o réu se convencido de modo completo do <i>defloramento</i> de sua irman pela referida praça. O seu dever, desde que entre os dois não exerciam impedimentos para o casamento, não era outro senão o de promover por esse modo, a <i>reparação do mal</i> . A acção do réu foi violenta e precipitada, impressionando bastante a circumstancia importante de não ter a defesa provado que a victima se recusasse a <i>reparar o mal</i> , de sorte que uma tal circumstancia pudesse também celar no espirito dos oito jurados.	Séc. XX (16/04/1909)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (MAL POR ESTUPRO / DESMORALIZAÇÃO POR ESTUPRO)	PROCESSO	Honra Ordem moral Reparação do mal Reparar o mal

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO <i>FRAME</i>
	(69) De conformidade com essas idéias, o dr. Ferreira Novaes sustenta que o casamento, com um terceiro, da filha violada pelo próprio pae, “apagou o delicto em face do Código Penal e, ante o acto resolutivo dessa martyr, amparado pela piedade de quem se fez marido della, burlada ficou a ação da justiça”. [...] O casamento apaga o delicto, restituindo a mulher a sua posição social. Dá-se assim a mais completa reparação do mal causado, ficando prejudicado todo [...]	Séc. XX (25/03/1917)	Habeas corpus	Hilário Freire (Advogado)	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (MAL POR ESTUPRO / DESMORALIZAÇÃO POR ESTUPRO)	PROCESSO COMPULSÃO	Reparação do mal

Fonte: Elaboração nossa.

Após a apresentação do quadro 42, com a síntese dos resultados encontrados para o domínio MORALIDADE, passaremos a tratar sobre o domínio SIGILO, na subseção seguinte.

3.2.6 Domínio SIGILO

Sigilo é a condição de algo que é mantido como oculto e secreto, fazendo com que poucas pessoas saibam da sua existência, por isso não se pode ou não se deve revelar ou divulgar. Algumas situações que envolvem atitudes negativamente avaliadas costumam ser objeto de sigilo. Quando pensamos em sigilo, acionamos outros elementos, tais como: confiança, proibição, segredo, mistério, informação, relacionamento etc., que integram o seu *frame*. No nosso corpus, encontramos conceptualizações do estupro emersas em contextos que ativaram o *frame* SEGREDO, conforme veremos na sequência.

3.2.6.1 Frame SEGREDO

No corpus estudado, encontramos ocorrências que apresentavam contextos em que eram abordadas situações sigilosas. Isso, no caso do objeto de estudo desta Tese, se deve ao fato de que, durante muito tempo, a reputação da mulher esteve atrelada à sua conduta, por isso havia grande preocupação em ocultar qualquer fato que desabonasse sua reputação. Essa era avaliada de acordo com os padrões ideológicos dominantes e o comportamento da mulher expressaria os valores morais que possuía. Nessa mesma perspectiva, eram consideradas as situações que envolviam questões sexuais, mesmo quando a situação abrangesse um estupro. Por isso, vítimas de estupro, até nos dias atuais, escolhem o silêncio à denúncia, por medo de serem mal vistas, desmerecidas, desvitimadas, desmoralizadas e até culpabilizadas por seu infortúnio, tornando o estupro um segredo que é dividido, na maioria das vezes, apenas com o estuprador. Essa compreensão do estupro foi encontrada no corpus, por isso, recorreremos aos dicionários para verificar as definições do item léxico ‘segredo’, que estão apresentadas no quadro 43:

Quadro 43 – Definições dicionarizadas para SEGREDO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
SEGREDO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cosa oculta. 2. Silencio no que se sabe e não se diz. 3. Invento secreto. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aquilo que não pode ser revelado, sigilo. 2. Aquilo que se oculta à vista, ao conhecimento; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. O que ninguém deve saber ou não pode ser divulgado; SIGILO. 2. O que é sabido por poucos.

	[...]	aquilo que não se divulga; sigilo. 3. Assunto, problema, negócio, conhecido de uns poucos. [...]	3. Silêncio, discrição. 4. Causa desconhecida de algo (<u>segredos</u> da vida); ENIGMA; MISTÉRIO. 5. Confidência, confissão que se faz a alguém. [...]
--	-------	--	---

Fonte: Elaboração nossa.

As definições apresentadas no quadro 43 corroboram com a ideia de segredo como algo sigiloso. Se pensarmos nos conceitos de estupro e segredo, perceberemos que eles estão vinculados, no sentido de que o estupro é um tipo de violência em que há, normalmente, uma tendência a ser ocultada. Essa compreensão pode ser observada na ocorrência (70):

(70) De um *segredo* entre um homem violentador e uma mulher inocente, o *estupro* ascende ao patamar social de rito coletivo. (14/11/2010, p. 192; Artigo; Débora Diniz, antropóloga e professora).

A conceptualização do estupro expressa na ocorrência (70) é estruturada pela metonímia SEGREDO POR ESTUPRO, do tipo CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA. Essa compreensão é ancorada pelo esquema-I LIGAÇÃO, acionado pela expressão “segredo entre um homem violentador e uma mulher”, que vincula o acusado à vítima e ao ato. Os esquemas-I FORÇA, CONTATO, COMPULSÃO e PERTO/LONGE, também, podem ser verificados, sendo acionados pelos itens léxicos ‘violentador’ e ‘estupro’, que indicam a presença de força, resistência, aproximação e contato físico entre os envolvidos. Há, ainda, o esquema-I CIMA/BAIXO, ativado por ‘ascende’, que aponta para uma projeção de baixo para cima. Temos, também, o esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, acionado pelos itens léxicos ‘de’ e ‘ao’, que indicam uma trajetória de ascensão do ato.

A seguir, apresentamos o quadro síntese dos achados para o domínio SIGILO.

Quadro 44 - Síntese do domínio SIGILO

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
SEGREDO	De um <i>segredo</i> entre um homem violentador e uma mulher inocente, o estupro ascende ao patamar social de rito coletivo.	Séc. XX (14/11/2010)	Artigo	Débora Diniz, antropóloga e professora	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (SEGREDO POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO COMPULSÃO FORÇA CONTATO PERTO/LONGE CIMA/BAIXO ORIGEM/PERCURSO/META	Segredo

Fonte: Elaboração nossa.

Após a apresentação do quadro 44, trataremos sobre o domínio JUSTIÇA, na subseção seguinte.

3.2.7 Domínio JUSTIÇA

De acordo com uma percepção comum de justiça, seu significado pode ser entendido como princípios morais que estão em conformidade com o Direito. Cada povo define justiça de uma maneira, de acordo com a sociedade, sua cultura, sua política, suas ideologias e seus pensamentos, e cada espaço/tempo tem sua concepção de justiça ligada às circunstâncias do momento. O ser humano tem sua consciência alterada, ao longo dos tempos, os valores estão em constante mudança, e junto a eles, concepções como justiça e moral são alteradas, acompanhando o pensamento coletivo.

De acordo com De Sen (2011, p.12), "a justiça está fundamentalmente conectada ao modo como as pessoas vivem e não meramente à natureza das instituições que a cercam". Nesse sentido, a justiça corresponde a um estado ideal de interação social em que há um equilíbrio, que, por si só, deve ser razoável e imparcial entre os interesses, riquezas e oportunidades entre as pessoas envolvidas em um determinado grupo social.

Diferentes elementos integram o domínio JUSTIÇA. Quando pensamos nesse tema são acionados diversos *frames* que compõem esse domínio, a saber: lei, juiz, promotor, advogado, réu, sentença, crimes, denúncia, condenação etc. Dentre as ocorrências encontradas no corpus, verificamos a conceptualização do estupro, a partir de elementos do léxico que integram e acionam esse domínio, como: “julgamento”, “réu”, “crime”, “ação”, “flagrante”, “delito”, “denúncia”, “queixa”, “judicial”, “processo”, “inquérito”, “vítima”, “atentado ao pudor”, “violência sexual”, “câmara criminal” etc. Podemos observar que esses conceitos estão relacionados ao conceito de estupro, tendo em vista que são aspectos da esfera jurídica da qual o estupro, também, faz parte. Assim, podemos dizer que tais conceitos são contíguos ao conceito de estupro, por isso instanciam metonímias, como veremos na sequência.

No domínio JUSTIÇA, as conceptualizações verificadas acionaram os seguintes *frames*: CRIME, DELITO, CORRUPÇÃO e VIOLAÇÃO. Passemos, a seguir, a discussão da conceptualização do estupro a partir do *frame* CRIME.

3.2.7.1 *Frame CRIME*

O Código Criminal do Império do Brasil foi sancionado pela lei de 16 de dezembro de 1830, substituindo o livro *V das Ordenações Filipinas* (1603), que correspondia à codificação penal portuguesa. A legislação criminal, adotada no Império, significou uma ruptura em relação às penalidades supliciantes da codificação portuguesa (esquartejamento, amputação, açoites etc.), por privilegiar a aplicação da pena de privação da liberdade (o encarceramento), praticamente, inexistente no livro V, mas que foi aplicada predominantemente no Código de 1830 (SALLA, 2006). As punições do Antigo Regime eram exemplares e recaíam sobre o corpo do condenado. Nos casos da aplicação da pena de morte, podia ocorrer uma combinação de suplícios (açoites e tenazes quentes⁴⁸), além do esquartejamento antes ou depois da morte, de acordo com a condição do criminoso e o tipo de crime (LARA, 1999).

O Código de 1830 foi substituído pelo Código Penal de 1890, que tratava sobre o crime, em seu art. 13, assim:

Haverá tentativa de crime sempre que, com intenção de cometê-lo, executar alguém, atos exteriores que, pela sua relação direta com o fato punível, constituam começo de execução, e esta não tiver lugar por circunstâncias independentes da vontade do criminoso.

Em 1940, foi promulgado outro Código Penal que, em sua redação original, acolhia um conceito tripartido de crime, relacionado à teoria clássica da conduta. Eram, portanto, elementos do crime o fato, a ilicitude e a culpabilidade, ou seja, o crime é um fato típico e ilícito independente da culpabilidade de quem o praticou. Segundo o art. 1º da Lei de Introdução do Código Penal (decreto-lei n. 2.848, de 7-12-1940):

Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativamente ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.

⁴⁸ A expressão linguística “tenazes quentes”, diz respeito a um tipo de alicate utilizado por ferreiros e serralheiros para manusear objetos metálicos quentes à distância. De acordo com o dicionário Aurélio (2020), o item léxico ‘tenaz’ é definido como “ Ferramenta para segurar carvão, ferro em brasa etc., similar a uma tesoura. Pinça [...]”.

No que diz respeito ao crime de estupro, no Brasil, apenas no ano de 2009, através da instituição da Lei 12.015, o estupro foi reconhecido legalmente como um crime contra a dignidade e liberdade sexual. Até então, no Código Penal de 1940, o estupro era designado no título referente aos crimes contra os costumes (ANGHER, 2005). A atual Lei 12.015 define o estupro, em seu art. 213, como:

Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos. § 1º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos: Pena - reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos. § 2º Se da conduta resulta morte: Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos (BRASIL, 2009, Lei 12.015/2009).

Nesta modalidade, qualquer pessoa pode ser vítima do crime de estupro; além disso, a tipificação da violência abrange qualquer conduta de caráter sexual sem o consentimento da vítima. Entretanto, no Código Penal vigente, não está expresso o conceito de crime, como continha nas legislações passadas, ficando a cargo dos doutrinadores o definirem e conceituarem. (MIRABETE, 2006).

O conceito formal de crime parte do pressuposto de que crime consiste em uma violação à lei penal incriminadora. Para Damásio de Jesus (1980), este conceito resulta do aspecto da técnica jurídica, ou seja, do ponto de vista da lei. Em relação a este conceito abundam definições; Fragoso (1995) descreve o conceito formal de crime como uma conduta contrária ao Direito, a que lhe atribui pena; Pimentel (1990) diz que o conceito formal caracteriza o crime como sendo todo ato ou fato que a lei proíbe sobre ameaça de uma pena, conceituando-o como o fato ao qual a ordem jurídica associa a pena como legítima consequência; para Nucci (2010), o crime é fato típico e antijurídico, onde a culpabilidade é mero pressuposto de aplicação da pena.

Os dicionários consultados trazem as seguintes definições para o item léxico ‘crime’, expostas no quadro 45:

Quadro 45– Definições dicionarizadas para CRIME

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
CRIME	I. Malefício contra as Leis de Deus ou humanas. [...]	1. Segundo o conceito formal, violação culpável da lei penal, delito. 2. Segundo o conceito substancial, ofensa de um	1. Violação da lei penal, dolosa ou culpável, por ação ou por omissão. 2. Jur. Segundo o conceito material, ação que ofende um bem sob tutela jurídica.

		bem jurídico tutelado pela lei penal. 3. Segundo o conceito analítico, fato típico, antijurídico e culpável. 4. Qualquer ato que suscita a reação organizada da sociedade. 5. Ato digno de repreensão ou castigo. [...]	3. Num conceito amplo, qualquer atividade ilegal. 4. Transgressão moral ou ética, rejeitada pela sociedade. 6. Fig. Ato ou situação condenáveis, de consequências negativas. [...]
--	--	---	---

Fonte: Elaboração nossa.

As definições apresentadas no quadro 45 revelam que o item léxico ‘crime’ é definido como uma ação ilegal, imoral e de efeitos negativos. Tais aspectos integram o seu conceito e são acionados quando falamos ou pensamos em um crime.

No nosso corpus, a compreensão do estupro como crime se deu a partir do item lexical ‘crime’ e das expressões “crime de defloração”, “crimes passionais”, “crime contra a humanidade”, “crime contra os costumes”, “crime contra a pessoa”, “crime de tortura”, “crime de homens contra mulheres”, “crime contra a honra”, “crime particular e afiançável”, “crime de matéria particular e afiançável”, “crime hediondo”, “hediondo crime”, “nefando crime”, “bárbaro crime” e “sumário crime”, que se constituem em especificidades da categoria crime.

Apesar de toda a complexidade teórica que envolve o conceito de crime, para o senso comum, conceptualizar o estupro como crime parece ser um dos entendimentos mais utilizados para o referido ato, já que as atitudes que o caracterizam dão-lhe uma aceção delituosa, conforme podemos observar nas ocorrências (71) e (72):

(71) O miserável relacionando-se com João Baptista de Oliveira, fiscal do Mercado, ofereceu-se para baptizar uma sua filhinha, de quatro annos de idade, no que foi attendido. Mas, ao em vez de levar a infeliz creança para a igreja, conduziu-a para o matto, *estuprando-a brutalmente*. Ao ser preso pelo commisario de policia de Ponta Grossa, o miserável confessou cynicamente o seu *crime*. (21/02/1913, p. 1; Notícia; Autoria do jornal).

(72) Depois que os debates passaram do específico para o geral, a discussão durante algum tempo gerou filológica e filosoficamente em torno do significado da palavra *estupro*. Várias definições foram trazidas à baila, entre as quais a do FBI que define o *crime* como “o conhecimento carnal de uma mulher mediante o uso da força”. (17/01/1974, p. 29; Reportagem; Assef Kfourri, jornalista).

Nessas ocorrências, podemos verificar a utilização de crime para fazer referência ao estupro, compreensão que é estruturada pela metonímia CRIME POR ESTUPRO, do

tipo TODO PELA PARTE, considerando que o estupro (parte) é um dos tipos de crime (todo). Temos, assim, o esquema-I TODO/PARTE ancorando essas conceptualizações, sendo ativado a partir do item léxico ‘crime’. Podemos observar, na ocorrência (71), o esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, acionado pela expressão linguística “conduziu-a para o mato”, indicando que houve uma trajetória percorrida. Há, também, os esquemas-I FORÇA, CONTATO e COMPULSÃO, ativados pela expressão “estuprando-a brutalmente”, em (71), e “uso da força”, em (72), que indica a existência de força, resistência e contato físico entre os agentes do ato. O esquema-I LIGAÇÃO, também, pode ser verificado, sendo ativado pela expressão “conhecimento carnal de uma mulher”, em (72), que vincula o ato à vítima.

A compreensão do estupro como crime não está limitada ao âmbito jurídico, mas está presente, também, na significação que lhe é atribuída pelo senso comum. Todavia, algumas questões étnicas, históricas, políticas e culturais, em alguns períodos, suprimem o caráter criminal do estupro. De uma forma geral, as atitudes, que caracterizam o estupro e que a ele estão vinculadas, tipificam a conceptualização desse tipo de violência, como pode ser observado nas ocorrências (73) a (75):

- (73) Trata-se de um *estupro*, praticado em uma menor desvalida, de 12 annos de idade [...] Tornou-se ainda mais grave este *crime*, segundo o inquérito que corre pela delegacia de policia, por ser praticado por um homem actualmente exerce o cargo de juiz de direito e de órfãos [...]. (20/12/1903, p. 3; Notícia; Jornalista, Oscar de Castro).
- (74) Trata depois das declarações do réu e das suas victimas, procurando mostrar que, em crimes como aquele não é possível nunca conseguir-se prova concludente, e que raras vezes há testemunhas de vista. Mostra que estão provados nos autos os *crimes* commetidos pelo réu – e que são *estupro*, *defloramento* e *atentado ao pudor*, e entra depois a referir-se mais detidamente as declarações das victimas. Então, o orador pinta os processos de que lançava mão Maurício: a seducção persistente junto á sua victima, a fim de lhes ganhar a confiança, depois de que, por meio de violência, conseguia os seus fins abjectos. (11/05/1918, p.3; Processo Judicial; A. Covello, acusador particular).
- (75) Ele diz que a Norma Técnica sobre prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes é “o primeiro passo para a legalização do aborto, a pretexto de regulamentar o atendimento das vítimas de *estupro*”. Cavalcanti afirma que a “norma da morte” permite que uma mulher realize o aborto com até cinco meses de gestação, bastando declarar que foi *estuprada*, sem comprovar que foi vítima desse

crime. (18/08/1999, p. 13; Reportagem; Arnaldo Galvão, jornalista e Jandira Fegalhi, relatora do projeto).

A ocorrência do estupro na sociedade, desde épocas pretéritas, era tratada com preocupação por parte do poder público e da sociedade, que buscava realizar, juridicamente, sua punição. Isso pode ser constatado pelo número de casos que são levados ao conhecimento da justiça para apuração e julgamento, como pode ser observado nos exemplos (73) a (75), apesar do contexto sociojurídico não ser muito favorável à condição da mulher e ao respeito à sua individualidade.

Verificamos, nesses exemplos, a conceptualização metonímica CRIME POR ESTUPRO, ancorada pela metonímia mais geral TODO PELA PARTE. Na estruturação dessas ocorrências, observamos a existência do esquema-I TODO/PARTE, já que o conceptualizador trata do estupro que é uma parte do todo crime. O esquema-I RECIPIENTE, também, pode ser observado, em (73), ativado pela expressão “praticado em uma menor”, que indica que o estupro ocorreu na menor, ou seja, seu corpo foi o recipiente em que o estupro foi praticado. Há, ainda, o esquema-I ESCALA, em (73), acionado pela expressão “ainda mais grave”, que aponta para um aumento no nível de gravidade do crime.

O exemplo (74) encontra, também, ancoragem conceptual no esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, acionado pelas expressões “sedução persistente”, “ganhar confiança” e “conseguir os seus fins”, apontando para uma trajetória percorrida pelo acusado para a realização do ato. Há ainda, em (74), os esquemas-I FORÇA, CONTATO e COMPULSÃO, ativados pela expressão “por meio de violência”, que indica a existência de força, resistência e o contato físico entre as partes. Verificamos, ainda, na ocorrência (74), a conceptualização do estupro como “fins abjectos”, que corresponde a conceptualização metonímica do tipo TODO PELA PARTE, em que a referência a fins abjectos é o estupro, considerando que o estupro é uma parte do todo “fins abjectos”.

Na ocorrência (75), aborda-se a possibilidade de realização do aborto, de forma legal, quando um caso de estupro resulta em gravidez. O Código Penal Brasileiro, escrito em 1940, diz que o aborto resultante de um ato de violência sexual não é punido, ou seja, não se pune o aborto que resulta de estupro. Segundo o artigo 128, II, do referido Código Penal, a gravidez, advinda do estupro, pode ser interrompida através do aborto, todavia, foi somente em 1989, após anos de lutas de grupos organizados de mulheres, que a lei

penal finalmente saiu do papel e criaram-se condições para sua operacionalização, através da portaria n°. 682, de 26 de abril de 1989, que criou o primeiro serviço de aborto legal em um hospital público. Na ocorrência (75), encontramos a conceptualização do estupro como violência sexual (discutida na subseção 3.2.4.1.2), e como crime, a partir da metonímia TODO PELA PARTE, conforme anteriormente destacado. Essa ocorrência está estruturada conceptualmente pelo esquema-I PROCESSO, acionado pela expressão “agravos resultantes da violência sexual”, visto que houve alterações na vida da vítima em decorrência da violência sofrida. O esquema-I LIGAÇÃO, também, pode ser verificado, ativado pelas expressões “vítimas de estupro” e “vítima desse crime”, que permite vincular a vítima ao ato. Há, ainda, os esquemas-I FORÇA e CONTATO, acionados pela expressão “violência sexual”, que indica a utilização de força e do contato físico entre os envolvidos.

Encontramos, ainda, dentre as ocorrências, a compreensão do estupro como crime vinculada a compreensão do estupro como abuso, conforme podemos verificar nas ocorrências (76) e (77):

(76) O primeiro, de Pitangueiras, sob n. 2.827, relatado pelo sr. ministro Brito Bastos foi interposto do despacho que pronunciou um cidadão por haver raptado e *abusado* de uma menor. Havia nos autos coisas de uma novidade absoluta. Esta, por exemplo: os peritos, examinando a vítima e interrogados sobre os instrumentos que serviram para execução *do crime*, instrumento que desde que o mundo é mundo tem sido, mais ou menos, um só, responderam com importunável segurança que foi... a sedução. (31/10/1911, p. 4; Autos de processo; Luiz de Araújo, secretário do tribunal).

(77) A primeira vítima fora Guilhermina de 14 anos, filha de Francisco Leme e Leopoldina Silva, menor essa que, vivendo em companhia da mãe – que, por sua vez era amasia de Jose Claudino, uma ocasião em que ella se occupava em misteres da lavoura, *abusou* da dita menor, não negando *seu crime*, ao ser interrogado pela mãe della, o que ocasionou um rompimento brusco. (15/12/1913, p. 6; Notícia; Autoria do jornal).

Nessas ocorrências, a compreensão do estupro como crime está vinculada à conceptualização do estupro como abuso, instanciada a partir dos itens lexicais ‘abusado’ e ‘abusou’, em (76) e (77), respectivamente, já discutida na seção 3.2.3.1.1. Observamos, nos contextos dessas ocorrências, que as vítimas do estupro são menores, o que parece favorecer a compreensão do estupro como abuso, que, por sua vez, é, também, entendido

como crime. Assim, tal conceptualização é estruturada pela metonímia CRIME POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE. Verificamos que há o esquema-I TODO/PARTE, acionado por ‘crime’ que é o todo. Há, ainda, o esquema-I LIGAÇÃO, ativado pela expressão “abusado de uma menor”, em (76), e “abusou da dita menor”, em (77), que relacionam o acusado à vítima. O esquema-I CICLO é projetado pelo movimento circular entre a causa e a consequência, isto é, um leva ao outro, sendo esse esquema, em (77), instanciado pelo item léxico ‘abusou’, e, em (76), por ‘abusado’.

Na ocorrência (78), o estupro, também, é conceptualizado como crime e essa compreensão está vinculada à referência ao ato através do item lexical ‘violentou’, como podemos observar a seguir:

(78) Agentes da Delegacia de Vigilância e Capturas prenderam anteontem, em Guaxupé, Francisco de Marcos, fugitivo da cadeia de Marília, onde cumpria pena de 18 anos por crimes de *estupro* e de morte de uma menor. [...] Francisco *violentou* outra menor naquela cidade, *crime* presenciado pelo menor Antonio de Paula Fernandes, qual foi ameaçado pelo criminoso. Temeroso de que Antonio o denunciasse, Francisco o *violentou* também, matou-o e queimou o cadáver. (25/07/1961, p. 23; Notícia; Aútoria do jornal).

Essa ocorrência, também, é estruturada pela metonímia CRIME POR ESTUPRO do tipo TODO PELA PARTE, assim como as conceptualizações anteriormente discutidas. A ancoragem conceptual ocorre por meio do esquema-I TODO/PARTE, ativado por ‘crime’, que constitui o todo do qual o estupro é parte. Há, também, o esquema-I LIGAÇÃO, acionado pela expressão “pelo menor”, que vincula o ato à vítima. Os esquemas-I FORÇA, CONTATO, COMPULSÃO e PERTO/LONGE podem ser verificados, sendo ativados pelo item léxico ‘violentada’, que indica a existência de força na aproximação, resistência e no contato físico entre as partes. Há, também, o esquema-I PROCESSO, acionado pela expressão “violentou também, matou-o e queimou o cadáver”, que mostra mudanças refletidas nas diferentes violências sofridas pela vítima do estupro.

Na ocorrência (79), a compreensão do estupro como crime está vinculada à sua conceptualização como desonra, como podemos observar na sequência:

(79) As referidas menores em seus depoimentos dizem positivamente que o autor de sua *deshonra* foi o professor Bento de Siqueira, seu tio. No interrogatório a que o submeteu o dr. delegado de polícia, o acusado nega o *crime*. O sigilo de que estava cercado o inquirido ate ante-hontem nos inibiu de mandar antes noticias desse

escandaloso caso. Enviaremos amanhã informações minuciosas. (28/10/1913, p.5; Notícia; A autoria do jornal).

A compreensão presente, no exemplo (79), ocorre pela metonímia CRIME POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE, que está vinculada à metonímia DESONRA POR ESTUPRO. A ancoragem conceptual é realizada por meio do esquema-I TODO/PARTE, ativado pelo item léxico ‘crime’, indicando o todo que engloba o estupro. Temos, também, os esquemas-I FORÇA, CONTATO, LIGAÇÃO e PERTO/LONGE, acionados pela expressão “autor da sua desonra”, que liga o acusado ao ato e indica força, aproximação e contato entre os envolvidos. Há, ainda, nessa ocorrência, o esquema-I PROCESSO, ativado através do item lexical ‘desonra’, considerando que houve mudança de estado na situação da vítima, ocasionada pela perda da honra.

Verificamos a realização de outras especificações do crime, como pode ser observado na ocorrência (80):

(80)[...] por ser o *crime particular e afiançável*, tornaram incompetentes os juízes da pronuncia [...]. (14/11/1878, p.1, Petição Judicial; Augusto José Pereira, escrivão).

A utilização dos itens lexicais ‘particular’ e ‘afiançável’ revela a estruturação metonímica TODO PELA PARTE, que instância a metonímia CRIME POR ESTUPRO, mais especificamente CRIME PARTICULAR E AFIANÇÁVEL POR ESTUPRO, considerando que o estupro é um dos tipos de crime particular e afiançável. A ancoragem conceptual é realizada por meio do esquema-I TODO/PARTE, acionado pelos itens léxicos ‘particular’ e ‘afiançável’, através das quais o conceptualizador faz as tipificações do crime. Nessa ocorrência, o estupro é conceptualizado como um crime particular, ou seja, um tipo de crime que não aceita denúncia, conforme Vieira (2011), por ser um crime contra a honra, em que a queixa deve ser feita, inicialmente, pela vítima, para posterior ação do Ministério Público, quando necessário, e não por denúncia de terceiros; e, além dessa especificidade, é passível de ser afiançável. No século XIX, os crimes dividiam-se em públicos e privados, conforme a vítima:

- Públicos (contra o livre gozo dos direitos políticos dos cidadãos, segurança do Império, tranquilidade pública dos cidadãos, contra a boa ordem, administração pública, contra o tesouro e a propriedade pública);

- Particulares (contra liberdade e propriedade individual).

Vale ressaltar que, conforme dito anteriormente, essa ocorrência foi encontrada em uma peça judicial e, portanto, as compreensões encontradas estão relacionadas às funções jurídicas dos agentes conceptualizadores. Essa mesma conceptualização pode ser observada, na ocorrência (81):

(81) [...] que sendo o *crime de matéria particular e afiançável*, não se dando o caso de flagrante delicto, não podia ser iniciado o processo por denúncia, e sim por queixa da ofendida ou de quem legalmente a representava. (13/02/1882, p.2; Certidão; José Theodoro da Silva, escrivão).

A conceptualização do estupro como um crime particular parece ser realizada, nessas ocorrências, com o objetivo de descaracterizar a denúncia, contribuindo para inocentar o agressor. Na ocorrência (81), essa inferência é acionada pelo uso da expressão “não podia ser iniciado o processo por denúncia”, ou seja, à medida que o referido crime é incluído na categoria de crime particular, ele passa a ser considerado de menor gravidade e, dessa forma, a denúncia não deveria ser acatada, a não ser através da queixa da ofendida ou de seu representante legal. Do mesmo modo, a utilização da expressão “não se dando o caso de flagrante delicto” possibilita a inferência de que o fato, por não ter sido flagrado, pode não ter ocorrido. Além disso, tal conceptualização parece tornar o estupro um fato sem muita relevância, dirimindo a importância que a violência sexual contra menores deveria ter. Temos, na ocorrência (81), a estruturação conceptual, a partir do esquema-I TODO/PARTE, acionado pela expressão “de matéria particular e afiançável”, em que o conceptualizador realiza a tipificação do crime.

No corpus, encontramos ocorrências que relatam a violência sexual contra crianças, cometida por pessoas próximas. Esse crime, entretanto, era repugnado pela sociedade. Isso pode ser observado nas ocorrências (82) a (85):

(82) Quando o jornal O Paulista denunciou o *nefando crime de defloramento*⁴⁹ praticado em uma menor de 11 anos de idade, filha de Francisco Luiz Cardoso, pelo agente do correio d’esta villa, Carlos Diogo Nunes. (27/10/1886, p. 999; Carta; Aatoria do jornal).

(83) A 28 do corrente, apresentou-se ao coronel Horácio Jucá, terceiro comissário de polícia da capital, a menor Maria Feitosa, de 11 anos de idade, que declarou ter sido deflorada por seu próprio

⁴⁹ De acordo com Vieira (2011), no século XIX, os principais crimes sexuais que chegavam à justiça eram o defloramento e o estupro. Entretanto, não havia uma distinção clara entre eles. No próprio Código Penal de 1830, alguns artigos tratam de defloramento, usando, algumas vezes, a palavra estupro. Por isso, consideramos, neste estudo, os crimes de defloramento como casos de estupro.

pae, o soldado do batalhão policial de nome José Alves Feitosa, residente á rua dos Olhos d'Agua, no bairro da Levada. O desnaturado pae, segundo referiu a victima, no dia que cometeu tão *hediondo crime*, surrou-a antes [...]. (06/11/1909, p. 4; Notícia; Aatoria do jornal).

- (84) A 28 do corrente, apresentou-se ao coronel Horácio Jucá, terceiro comissário de polícia da capital, a menor Maria Feitosa, de 11 annos de idade, que declarou ter sido deflorada por seu próprio pae, o soldado do batalhão policial de nome José Alves Feitosa, residente á rua dos Olhos d'Agua, no bairro da Levada [...]. Apurada a verdade desse *barbaro crime* será Feitosa excluído do batalhão e posto a disposição do fôro judicial. (06/11/1909, p. 4; Notícia; Aatoria do jornal).
- (85) Entrou hontem em julgamento o reu preso Roberto Moscardini, pronunciado no artigo 206, combinado com o artigo 273, n.4, do Código Penal, accusado de haver, por meio de violência, com o fim de saciar paixões lascivas e por depravação moral, attentado contra o pudor de sua própria filha, Santina Laura Violeta, de 11 para 12 annos de idade. [...] A prova testemunhal merece também do dr. promotor uma analyse penetrante, da qual ressurge num todo harmônico e poderosamente logico, a certeza de que Roberto Moscardini praticou, com effeito, o *crime hediondo* de que a promotoria publica o accusa. (09/04/1913, p.2; Processo Judicial; Siqueira Reis Junior, escrivão).

A conceptualização realizada é licenciada pelas expressões “nefando crime”, em (82), “hediondo crime”, em (83), “bárbaro crime”, em (84), e “crime hediondo”, em (85). Essas compreensões são estruturadas pela metonímia CRIME POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE. Observa-se, porém, que a compreensão do estupro como crime é amplificada pela presença dos qualificadores ‘nefando’, ‘hediondo’ e ‘bárbaro’, que ativam a ancoragem conceptual pelo esquema-I EXCESSO, e revelam o sentimento de indignação que permeia tal fato. A utilização dessas palavras, pelo conceptualizador, indica que, nessa conceptualização, o crime de estupro foi incluído em categorias delituais que são tratadas com indignação pelo senso comum e de forma mais severa pela lei. O esquema-I TODO/PARTE, também, alicerça essas conceptualizações, ativado pelo item lexical ‘crime’, considerando que o estupro é parte desse todo. Em (82), o esquema-I RECIPIENTE é projetado a partir da expressão “praticado em uma menor”, que possibilita a inferência de que o corpo da menor é o recipiente dentro do qual o crime ocorre, como já observado. Essa compreensão aponta para um mapeamento conceptual pela metáfora CORPO É LUGAR. Observamos que as ocorrências são estruturadas pelo

esquema-I ESCALA, acionado pelos itens lexicais ‘hediondo’, em (82) e (85), ‘tão’, em (83), e ‘bárbaro’, em (84), que indicam uma gradação no nível de gravidade do crime.

Uma outra ocorrência instanciou a conceptualização do estupro como crime através da caracterização da responsabilidade de quem praticou o ato, como podemos observar no exemplo (86):

(86) [...] emprestou-me a *responsabilidade criminosa* que daquelle *facto* resultava. (05/07/1885, p.1; Artigo; Francisco Teixeira de Souza Leite, acusado).

Nessa ocorrência, verificamos, através da utilização do item lexical ‘facto’, que faz referência ao estupro, que há, também, a estruturação metonímica FATO POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE. A consequência da realização de tal fato, acionada pelo item lexical ‘resultava’, teve como efeito a imputação da responsabilidade pelo crime, acionada pela expressão “responsabilidade criminosa”, ao acusado. Daí, pode-se inferir que se a responsabilidade de quem praticou o ato foi conceptualizada como criminosa, por conseguinte, o ato praticado, o estupro, foi conceptualizado como crime, sendo tal compreensão ancorada pela metonímia CRIME POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE. Essa ocorrência é estruturada, conceptualmente, a partir do esquema-I TODO/PARTE, acionado pelo item lexical ‘facto’, que é mais geral, e faz referência ao estupro, que é mais específico; temos, ainda, os esquemas-I LIGAÇÃO e CENTRO/PERIFERIA, acionados pela expressão “emprestou-me a responsabilidade criminosa”, que estabelece uma vinculação entre um agente e a responsabilidade pela prática do ato, ou seja, algo que estava na periferia (a autoria do ato) e que foi levado para o centro (para o acusado). Há, também, o esquema-I PROCESSO, acionado pelo item léxico ‘resultava’, considerando que a realização do estupro se constituiu em um processo que teve como resultado a imputação da responsabilidade, por sua autoria, a alguém.

Verificamos, também, no corpus, a compreensão do estupro como crime a partir de diferentes especificações, as quais apresentamos na sequência. Iniciamos pelo crime de estupro.

3.2.7.1.1 Crime de Estupro

Encontramos o *frame* CRIME acionado em ‘crime de estupro’, conforme podemos observar nas ocorrências seguintes:

- (87) Na Limeira estão preparados para entrar em julgamento quatro processos por *crime de estupro*. (14/06/1885, p.2; Notícia; Autoria do jornal).
- (88) Compareceu a julgamento, em primeiro lugar, o réu preso Faustino Cabral dos Santos, pronunciado nos artigos 283 (polygamia) e 265 combinado com os artigos 267 e 272 (estupro) do Código Penal.[...]Em dias de Fevereiro de 1912, o mesmo réu, empregando violência, teve relações com a menor de 16 anos Bianca Borretti. Condennado, em primeiro julgamento, a 1 anno de prisão cellular pelo crime do artigo 28 do Código (polygamia) e absolvido do *crime de estupro*, foi o réu mandado a novo Jury pela câmara criminal do Tribunal de Justiça, que, quanto ao *crime de estupro* anulou desde o libelo o julgamento. (04/01/1914, p.8; Processo Judicial; Mário A. Cabral, escrivão:).
- (89) Ora, como o *crime de estupro*, que é o imputado ao paciente Matheus Ruiz, está assim subordinado á norma geral do art. 276 paragrapho único; e, como nos casos de *estupro incestuoso*, de pai ou irmão, a offendida não se pode casar com o offensor por impedimento dirimente, bem se segue que a regra daquelle paragrapho único do art. 276 só encontra execução pratica nos casamentos com terceiro. [...]Tanto mais assim deve ser, quanto o apagamento do delicto, pelo casamento com terceiro, representa a conclusão mais bondosa e humana, mais consoante com o recato da existência familiar, mais protectora da tranquillidade privada, mais abrigadora do pudor da offendida, cuja honra deixa de ser objeto de discussão judiciaria, e mais liberal para o acusado, libertando-o de uma accusação que mais infama e deprime a família novamente constituída, do que a elle proprio, pela exclusiva invocação de um remoto e vago interesse social. (25/03/1917, p. 10; Habeas-corpus; Hilario Freire, advogado).

Nas ocorrências (87), (88) e (89) observamos que o estupro é compreendido como crime, porém há uma especificação do tipo de crime que é apresentada por meio da expressão “de estupro”. Essa compreensão está alicerçada pela metonímia PARTE PELO TODO, considerando que o crime de estupro é um dos tipos de crime, vinculada à metonímia CRIME POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE. A ancoragem conceptual é feita pelo esquema-I PARTE/TODO, acionado por “de estupro”, tendo em vista que o estupro, também, é parte do todo crime. Há, ainda, o esquema-I LIGAÇÃO, ativado por “teve relações com a menor”, em (88) e por “imputado ao paciente Matheus Ruiz”, em (89), que vincula o acusado ao crime. Temos, ademais, em (88), os esquemas-I FORÇA, CONTATO e COMPULSÃO, acionados pela expressão “empregando

violência”, apontando para a existência de força, resistência e contato físico entre as partes.

Observamos, ainda, em (89), a presença do item léxico ‘incestuoso’, que categoriza o estupro, nesse contexto, como incesto. De acordo com o Dicionário Caldas Aulete (2020), esse ato se constitui na “relação sexual entre pais e filhos, irmãos entre si (em ambos os casos, mesmo entre adotivos), que é proibida pelos costumes, pela Igreja e leis sociais”. Além disso, apesar de o dicionário consultado não mencionar, essa proibição é, também, da genética, uma vez que os filhos oriundos de incesto podem ter problemas de saúde. Essa categorização é alicerçada pela metonímia PARTE PELA PARTE, considerando que o estupro incestuoso é uma parte, ou seja, um tipo, de estupro.

Encontramos, ainda, o *frame* CRIME com a especificação ‘de defloração’ que, a seguir, será tratada.

3.2.7.1.2 Crime de Defloração

Dentre as ocorrências verificadas no *frame* CRIME, encontramos algumas categorizadas como ‘crime de defloração’, ao especificar o tipo criminal. Essa compreensão pode ser observada nas ocorrências (90), (91), (92) e (93), que são conceitualmente estruturadas pela metonímia CRIME POR ESTUPRO, mais especificamente, CRIME DE DEFLORAMENTO POR ESTUPRO, do tipo PARTE PELO TODO, pois trazem uma especificação do tipo de crime ao utilizar a expressão “de defloração”, considerando que o estupro, assim como o defloração, está inserido na categoria CRIME, ou seja, é uma, dentre as diversas tipologias criminais:

(90) [...] revendo em meu cartório o *summario crime* em que é auctora a justiça e réu José Ferreira Leite, por *crime de defloração* na menor Antonia [...]. (14/11/1878, p.1; Petição Judicial; Augusto José Pereira, escrivão).

(91) [...] qualquer direito e acção contra José Ferreira Leite pelo *crime* que lhe é imputado *de defloração* de sua tutelada [...]. (14/11/1878, p.1; Petição Judicial; Augusto José Pereira, escrivão).

Podemos observar que o defloração foi conceptualizado como crime, em virtude de as circunstâncias de realização do ato serem correspondentes às condições necessárias, descritas no Código Penal de 1830, para tipificação desse crime. Em (90), observa-se que

o defloramento foi realizado contra uma menor, contemplando a redação do artigo 219 e, em (91), nota-se que o acusado era tutor da vítima e, por isso, a tinha em seu poder e guarda, cumprindo, assim, o prescrito no artigo 220.

Observamos que, também, em (90), ocorre a estruturação da conceptualização pelos esquemas-I RECIPIENTE e DENTRO/FORA, acionados pela expressão “na menor”, considerando que o crime de estupro foi praticado “na menor”, ou seja, a menor, ou o seu corpo, é o recipiente do crime. Há, também, em (90) e (91), o esquema-I PARTE/TODO, já que o defloramento é uma parte do todo crime, acionado pelo item léxico ‘defloramento’. Em (91), temos o esquema-I LIGAÇÃO, ativado pela expressão “defloramento de sua tutelada”, que relaciona o acusado ao crime.

Encontramos, na ocorrência (90), o uso da expressão “summario crime”, que diz respeito aos prazos procedimentais, para a conceptualização do estupro. O rito sumário ocorrerá, da mesma forma que o ordinário, respeitando as mesmas regras processuais, com exceção do prazo para a realização da audiência que deverá ocorrer em tempo menor do que no ordinário⁵⁰.

Nas ocorrências (90) e (91), verificamos, através da utilização dos itens lexicais ‘menor’, em (90), e ‘tutelada’, em (91), que o crime de estupro foi cometido contra menores. Apesar de ser considerado um ato ilícito, para o estupro de menor, no século XIX, segundo Silva (2014), não existia disposição legal específica.

Até então, as descrições de crime de estupro constantes do Código Criminal de 1830 e do Código Republicano de 1890 não previam qualquer tipificação específica para o crime praticado contra menores de catorze anos, tampouco traziam hipóteses de agravamento de pena para tais situações. (SILVA, 2014, p. 4).

Duas razões são apontadas para a ausência de dispositivo legal específico; a primeira, devido à falta de proteção especial à infância, que só veio, efetivamente, a acontecer com o advento da Constituição Federal de 1988, como já assinalado, e a segunda razão, em virtude de questões culturais, como a problemática de gênero que envolve esse tipo de crime.

O *frame* CRIME, também, foi especificado como ‘passional’, o qual será apresentado na sequência.

⁵⁰ O procedimento sumário está disciplinado no Código de Processo Penal entre os arts. 531 a 540 e, de acordo com o autor Mirabete (2000), tem relação às contravenções e aos crimes a que se comina pena de detenção. Os procedimentos penais podem ser sumário, ordinário e sumaríssimo.

3.2.7.1.3 Crime Passional

Encontramos, ainda, no *frame* CRIME, outras compreensões do estupro que evocaram conceptualizações distintas, como a especificação em crime passional. Essa modalidade criminal está relacionada à ideia dos crimes cujas ocorrências são originadas em função de uma paixão envolta por ciúme e posse e a não aceitação do fim de um relacionamento amoroso, podendo, também, estar relacionado a fatores psicológicos e sociais.

A partir dessa perspectiva, podemos considerar que a compreensão do estupro como um crime passional apresenta outros aspectos e motivações. Essa compreensão pode ser observada na ocorrência (92):

(92) A seu vêr de acordo com essa doutrina anti-social e illogica só os crimes culposos, os crimes praticados por imperícia ou imprudência é que deveriam ser punidos, os outros, sejam embora, o *estupro*, o roubo e o assassinato deveriam merecer as graças da justiça, são todos *crimes passionais*. (23/12/1916, p. 9; Processo Judicial; Sylvio de Andrade Maia, Promotor de Justiça).

Nessa ocorrência, a tipificação do estupro como crime passional o inclui em uma categoria de delitos que buscam sua motivação na paixão. Todavia, esse não é um tipo de crime previsto no Código Penal e a utilização dessa expressão se constitui em uma tentativa, por parte dos advogados, para diminuir ou justificar a violência doméstica e o feminicídio cometidos contra mulheres diariamente.

A conceptualização verificada em (92) é estruturada pela metonímia CRIME POR ESTUPRO, mais especificamente CRIME PASSIONAL POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE, considerando que o estupro é uma parte do todo, ou seja, é um dos tipos de crime passional. O esquema-I TODO/PARTE pode ser observado nessa ocorrência, sendo acionado pelas expressões “crimes culposos” e “crimes passionais”, que indicam um todo do qual o estupro é parte.

Outra especificação encontrada no *frame* CRIME é a do ‘crime contra a humanidade’, que será apresentado a seguir.

3.2.7.1.4 Crime Contra a Humanidade

Encontramos, no corpus, a conceptualização do estupro como crime contra a humanidade, que é uma expressão de direito internacional que descreve atos que são deliberadamente cometidos como parte de um ataque generalizado ou

sistemático contra qualquer população civil. Nessa ocorrência, categoriza-se sobre a primeira vez em que o estupro é considerado um crime contra a humanidade, conforme podemos observar na ocorrência (93):

(93) Num veredicto que aponta pela primeira vez o *estupro como crime contra a humanidade*, o Tribunal Penal Internacional para *crimes de guerra* na ex-Iugoslávia condenou ontem três servo-bósnios a penas de prisão que variam de 12 anos a 28 anos. (23/02/2001, p. 12; Notícia; Aurtoria do jornal).

A conceptualização metonímica CRIME POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE, especificamente CRIME CONTRA A HUMANIDADE POR ESTUPRO, é instanciada, nessa ocorrência, visto que o estupro é uma parte do todo, ou seja, é um dos tipos de crime contra a humanidade. O esquema-I TODO/PARTE pode ser observado, sendo ativado pela expressão “crime contra a humanidade”, visto que diz respeito a um conjunto de crimes do qual o estupro faz parte.

Encontramos, ainda, no *frame* CRIME, a especificação dessa compreensão como ‘crime contra os costumes e contra a pessoa’, que será tratada na próxima subseção.

3.2.7.1.5 Crime Contra os Costumes e Contra a Pessoa

Os costumes estão sempre se modificando ao longo da vida. Ao mesmo tempo que a sociedade muda, o Direito muda. Em 1940, durante o Estado Novo, Getúlio Vargas outorgou uma nova legislação penal (Código Penal de 1940; Decreto-Lei 2.848), que modificou os crimes para os costumes daquela época. Os crimes sexuais passavam a ser crimes contra os costumes e não mais crimes contra a honra e segurança das famílias.

Na ocorrência (94), verificamos que o estupro é compreendido como crime contra os costumes e crime contra a pessoa. Essas compreensões incluem o ato em diferentes categorias do Código Penal nas quais o estupro estaria incluído. No contexto dessa ocorrência, aborda-se a possibilidade de transferir o estupro da categoria de crimes contra os costumes para a categoria de crimes contra a pessoa, que são os delitos que atentam contra a integridade de uma pessoa, havendo ameaça à vida ou não, conforme podemos observar na sequência:

(94) A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga o *abuso sexual* de crianças e adolescentes vai propor ao Congresso a modificação do Código Penal, para transformar o *estupro*, que

hoje é crime contra os costumes, em crime contra a pessoa. (19/05/2004, p. 34; Notícia; Edson Luiz, jornalista).

Na ocorrência apresentada, temos a conceptualização metonímica CRIME POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE, especificamente CRIME CONTRA OS COSTUMES/CRIME CONTRA A PESSOA POR ESTUPRO, tendo em vista que o estupro é uma parte do todo, ou seja, é um dos tipos de crime contra os costumes/contra a pessoa.

O esquema-I TODO/PARTE pode ser observado, sendo acionado pelas expressões “crime contra os costumes”/”crime contra a pessoa”, considerando que correspondem a categorias de crimes das quais o estupro faz parte. Há, também, o esquema-I FORÇA, ativado por ‘contra’, que indica a imposição de algo ou de uma ação a alguém.

Nessa ocorrência, verificamos, também, a conceptualização do estupro como abuso sexual, que é discutida na subseção 3.2.3.1.1.

Tratamos, a seguir, da especificação do *frame* CRIME em ‘crime de tortura’.

3.2.7.1.6 Crime de Tortura

Encontramos no *frame* CRIME, a conceptualização do estupro como crime de tortura, de modo que ocorre uma especificação da ação criminosa e uma nova categorização.

Esse tipo de crime é tratado na Lei 9.455/1997, mas as discussões sobre o tema são anteriores a ela. No ano de 1948, logo após a Segunda Guerra Mundial, adotada e proclamada pela resolução 217 A (III), a Declaração Universal dos Direitos Humanos veio consagrar os “novos” direitos do ser humano. Neste cenário, onde os direitos inerentes à pessoa humana passam a ser protegidos mundialmente, a tortura foi colocada em discussão, uma vez que feria diretamente os princípios consagrados. A vida, a liberdade e a dignidade da pessoa humana são princípios fundamentais que devem ser observados por todos os cidadãos, sobretudo os membros do Estado. Atos de tortura e as tentativas de praticar atos dessa natureza necessitam ser coibidos, assim as políticas de segurança pública devem fundar-se em tais princípios.

A compreensão do estupro como crime de tortura é encontrada na ocorrência (95):

(95) Investigações da Corte Criminal Internacional sobre os conflitos em Ruanda, República Democrática do Congo e Uganda mostram que o *estupro* é ora um rito de iniciação, ora uma peça de deleite

de militares e civis. Só recentemente ele foi assumido como *crime de tortura* e tratamento inumano contra as mulheres em situação de conflito armado. (14/11/2010, p. 192; Artigo; Débora Diniz, antropóloga e professora).

Verificamos, também, nessa ocorrência, a conceptualização metonímica CRIME POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE, especificamente CRIME DE TORTURA POR ESTUPRO, já que o estupro é uma parte do todo, ou seja, é um dos tipos de crime de tortura.

A ancoragem conceptual é realizada pelo esquema-I TODO/PARTE, sendo ativado pela expressão “crime de tortura”, visto que diz respeito a um conjunto de crimes do qual o estupro faz parte.

Nessa ocorrência, verificamos, também, a conceptualização do estupro como rito de iniciação e peça de deleite. Tais conceptualizações são discutidas nas subseções 3.2.8.2 e 3.2.3.4.3, respectivamente.

Verificamos, ainda, no *frame* CRIME, a especificação ‘crime de homens contra mulheres’ que será abordada na próxima subseção.

3.2.7.1.7 Crime de Homens Contra Mulheres

A violência de gênero, historicamente replicada, é reafirmada pela propagação da ideia de desigualdade entre os sexos e, em razão dela, as mulheres são vítimas de violência porque são mulheres. Por isso, são, frequentemente, vítimas de abuso físico, sexual, psicológico, moral, patrimonial, simbólico, praticados por homens. Essa ideia de desigualdade entre homens e mulheres legitima e perpetua a cultura de violência de gênero, pois, ao viabilizar a reprodução de práticas de opressão e dominação, reforçam a dominação masculina e a subjugação da mulher.

A compreensão do estupro como crime de homens contra mulheres pode ser observada na ocorrência (96):

(96) É a principal expressão da violência de gênero, pois é um *crime de homens contra mulheres*. [...] Onde há desigualdade entre homens e mulheres, há violência de gênero e o *estupro* é sua expressão mais perversa. (16/11/2008, p. J7; Artigo; Débora Diniz e Janaína Penalva, pesquisadoras).

Nessa ocorrência, a conceptualização do estupro é estruturada a partir da metonímia CRIME DE HOMENS CONTRA MULHERES POR ESTUPRO, também, vinculada à

metonímia mais geral CRIME POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE, em que a referência a crime de homens contra mulheres (todo) é o estupro (parte). A ancoragem conceptual ocorre por meio dos esquemas-I LIGAÇÃO, FORÇA e CONTATO, acionados pela expressão “crime de homens contra mulheres”, que indica a existência de força e contato físico entre os envolvidos no estupro, além de estabelecer um vínculo entre o ato, o acusado e a vítima. O esquema-I ESCALA, também, pode ser observado, sendo acionado pelas expressões linguísticas “principal expressão” e “expressão mais perversa”, que apontam para uma gradação elevada. Há, ainda, o esquema-I TODO/PARTE, ativado por “crime de homens”, indicando um todo que abrange o estupro. A utilização da expressão “crime de homens contra mulheres” para fazer referência ao estupro, também, se constitui em um eufemismo, pois atenua a conotação negativa que a palavra estupro evoca.

A especificação ‘crime contra a honra’, também, foi encontrada no *frame* do CRIME, conforme veremos na sequência.

3.2.7.1.8 Crime Contra a Honra

A tipificação do crime de estupro como uma ação contra a honra pode ser observada na ocorrência (97):

(97) A miserabilidade da offendida é, nos processos públicos por *crimes contra a honra*, uma questão prejudicial. – Em, o facto de ser a victima menor de 16 annos nem sempre lhes dá o character de *estupro*. Não lhes dá, por exemplo, quando a victima não é mulher honesta. (23/04/1913, p. 6; Notícia; Cunha Canto, ministro).

A formação da Legislação Republicana no Brasil ocorreu, a partir de diversos debates em torno da definição de cidadania para homens e mulheres que deveriam ser a base de uma sociedade moderna, moralizada e progressista, que teria como “função” assegurar o futuro da nação brasileira em torno da honra e da honestidade dos cidadãos e das cidadãs, aliados à grande preocupação do Estado com a vida cotidiana e íntima das pessoas, e à preservação do modelo de família burguesa, que apareceram fortemente colocados na Legislação Republicana, especialmente no Código Penal de 1890. No referido Código, o estupro era tratado no “Título VIII - Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das familias e do ultraje publico ao pudor”.

Na ocorrência (97), encontramos o estupro compreendido como um crime contra a honra. Essa compreensão foi realizada, a partir da expressão “crimes contra a honra”, que instancia a metonímia CRIME POR ESTUPRO, mais especificamente CRIME CONTRA A HONRA POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE. A estruturação conceptual é feita pelo esquema-I COMPULSÃO, ativado pela expressão linguística “contra a honra” e pelo esquema-I TODO/PARTE, acionado por “crime contra a honra”, que se constitui em uma categoria de crimes do qual o estupro faz parte.

O *frame* DELITO foi verificado no domínio JUSTIÇA e será tratado na subseção seguinte.

3.2.7.2 *Frame* DELITO

No corpus, foram encontradas ocorrências em que o estupro é entendido como delito. O Direito Brasileiro adota o critério bipartido que compreende o crime e o delito como sinônimos, diferentemente da contravenção penal, ou seja, crime e delito são termos equivalentes.

Nos dicionários consultados, encontramos para delito as definições apresentadas no quadro 46:

Quadro 46 – Definições dicionarizadas para DELITO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
DELITO	1. Crime, culpa, transgressão da lei.	1. Fato que a lei declara punível, crime. 2. Culpa, falta, pecado. [...]	1. Jur. Qualquer ato capaz de infringir a lei estabelecida; CRIME. 2. Qualquer ato que constitua uma transgressão da moral vigente; FALTA.

Fonte: Elaboração nossa.

Como podemos observar, no quadro 46, as definições encontradas para o item lexical ‘delito’ são sinonímicas, corroborando com o entendimento do direito brasileiro que considera o crime e o delito como análogos, conforme, anteriormente, tratado.

Dessa forma, no nosso corpus, encontramos a compreensão do estupro como delito a partir dos itens lexicais ‘delito’, ‘fato delituoso’, ‘delito de estupro’, ‘delito principal’ e ‘delitos contra a honra’, sendo que os três últimos se constituem em categorias mais específicas do delito, conforme veremos na sequência.

A compreensão do estupro, a partir do domínio-fonte DELITO, é apresentada nas ocorrências (98) a (101):

- (98) Entrou hontem em julgamento o réu preso Roberto Moscardini, pronunciado no art. 266 combinado com o art. 273 n.4, do Código Penal e acusado de haver, por meio de violência, com o fim de saciar paixões lascivas e por depravação moral, atentado contra o pudor de sua própria filha, Santana Laura Violeta, de 11 para 12 annos de idade. O *facto delituoso* imputado ao reu ocorreu em Novembro do anno passado e em diversas noites dos meses anteriores, á rua Paulino Guimarães, 22 nesta capital. [...] (Siqueira Reis Junior, escrivão)
A accusação contra o reu é improcedente, sob o ponto de vista jurídico, porque o *delicto* esta erroneamente classificado: de uma tentativa de defloramento, segundo o corpo de delicto, fizeram um attentado ao pudor: O primeiro quesito deverá, pois, ser negado pelo jury. (09/04/1913, p.2; Processo Judicial; Augusto Covello, advogado do réu).
- (99) O dr. J.R. Leme da Silva proferiu hoje longo despacho no processo em que Avelino Camillo de Lima é denunciado como incurso na inserção do artigo 268 combinado com o artigo 272 do Código Penal, como tendo infelicitado a menor, de 16 annos, Dulcina de Aguiar Rodrigues, no lugar denominado Peruhybe, desta comarca, em Novembro último. De accordo com a prova produzida no processo, julgou improcedente a denuncia, para o effeito de impronunciar o referido denunciado. Assim julgou aquele juiz por ter a testemunha de nome Gabriel Antonio Rodrigues confessado ser o autor do *delicto*, pois pretende casar-se com a menor Dulcina. [...] Em face das declarações de fls. 64, 82 e 83 v., deverá ser instaurado o competente processo criminal contra Gabriel Antonio Rodrigues que confessou a autoria do *estupro* da paciente Dulcina, devendo o sr. promotor publico requerer o que estender necessário para iniciar a acção penal. (07/07/1928, p. 4; Notícia; Autoria do jornal).
- (100) No extenso relatório que apresentou, a autoridade policial citada, depois de rememorar os *delitos* atribuídos a Benedito Moreira de Carvalho, estampa os seus “Antecedentes Policial-criminais”, por onde se vê que, além dos treze *crimes* de homicídio e *estupro* com sobrevivência das vítimas, já havia o acusado praticado, anteriormente, nada menos do que oito *delitos*, sendo suas vítimas moças moradoras em bairros das redondezas da Capital. (24/07/1954, p. 9; Notícia; Autoria do jornal).
- (101) Gastaram-se laudas e laudas de papel para provar que Manuel Repuyos (Risadinha) e Antonio de Carvalho (Gato) não mantiveram congresso carnal com a vítima, num esforço estrênuo, diligente e estafante, porem anódino, pois, é extremamente irrelevante perquirir-se se a ação dos dois chegou a esse extremo; tenham ou não violentado a menor, são co-autores do *delito* que contra ela se perpetrou. (26/10/1955, p.12; Notícia; Autoria do jornal).

A conceptualização encontrada, nos exemplos (98), (99), (100) e (101), ocorre pela metonímia DELITO POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE, considerando que

o estupro é um tipo, isto é, uma parte do todo delito. Essas ocorrências possuem ancoragem conceptual pelo esquema-I LIGAÇÃO, acionado por “imputado ao réu”, em (98), “confessado ser o autor”, em (99), “suas vítimas”, em (100), e “violentado a menor”, em (101), que vinculam o acusado ao ato. O esquema-I PROCESSO pode ser observado, em (99), acionado pela expressão “pretende casar-se com a menor”, em que a alteração ocorre com o casamento. Há, ainda, os esquemas-I FORÇA, CONTATO, PERTO/LONGE e COMPULSÃO, acionados pelos itens lexicais ‘violência’, em (98), ‘estupro’, em (99) e (100), e ‘violentado’, em (101), visto que indicam a existência de força, resistência e o contato físico entre as partes envolvidas. Temos, também, o esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, ativado pela expressão “com o fim de saciar paixões lascivas”, em (98), indicando uma trajetória percorrida para a realização do ato, sendo enfocada a meta. O esquema-I CICLO, também, pode ser verificado, em (98), sendo acionado pela expressão “ocorreu em Novembro do anno passado e em diversas noites dos meses anteriores”, que sugere a repetição do ato durante um período. Observamos, nessas ocorrências, ainda, o esquema-I TODO/PARTE, considerando que o delito é um todo do qual o estupro é uma parte. O esquema-I EXCESSO, foi verificado, em (101), sendo acionado pela expressão “a esse extremo”, que aponta para uma gradação.

Em (98), encontramos a referência ao estupro através da expressão “facto delituoso”. Essa compreensão ocorre pela metonímia FATO POR ESTUPRO, do tipo MAIS AMPLO PELO MAIS ESPECÍFICO, tratada na subseção 3.2.19.2, que está atrelada à metonímia CRIME POR ESTUPRO e DELITO POR ESTUPRO, considerando que crime e delito são fatos específicos. Nessa ocorrência, o fato foi qualificado como delituoso, o que o inclui na categoria de delito. Já em (99), verificamos a compreensão do estupro como infelicidade, conceptualização que é discutida na subseção 3.2.3.4.1. Em (101), verificamos a conceptualização do estupro como “congresso carnal”, que é uma expressão equivalente à relação sexual, correspondendo, dessa forma, a uma compreensão eufemística do estupro, que é discutida na subseção 3.2.19.3.

Verificamos a compreensão do estupro como delito vinculada à conceptualização do estupro como desonra, conforme podemos observar na ocorrência (102):

- (102) Um dos juízes desta capital decretou a prisão preventiva de um cidadão accusado de haver *estuprado* a própria irman. O réu pediu ao Tribunal uma ordem de “habeas-corpus” allegando que nem havia justa causa para a prisão, nem esta podia ser concedida, em face da lei de 1871. Por esta lei, a prisão preventiva não poderá ser

concedida se houver decorrido mais de um anno da perpetração do *delicto*. (Luiz de Araújo, secretário). Ora, a victima negava terminantemente de que o accusado fosse o autor da sua *deshonra*, e testemunhas não havia que a desmentissem. (24/10/1916, págs. 3 e 4; Processo Judicial; Advogado anônimo).

A compreensão presente, no exemplo (102) ocorre pela metonímia DELITO POR ESTUPRO do tipo TODO PELA PARTE, que está vinculada à metonímia DESONRA POR ESTUPRO. A ancoragem conceptual é realizada por meio dos esquemas-I CONTATO, LIGAÇÃO e PERTO/LONGE, acionados pela expressão “autor da sua desonra”, que vincula o acusado ao ato, apontando para a aproximação e o contato entre os envolvidos. Há, ainda, nessa ocorrência, o esquema-I PROCESSO, ativado através do item lexical ‘desonra’, considerando que, em virtude da perda da honra, houve mudança de estado na situação da vítima. O esquema-I TODO/PARTE, também, foi verificado, tendo em vista que o estupro está inserido na categoria de delitos. Observamos, nessas ocorrências, ademais, o esquema-I TODO/PARTE, considerando que o delito é um todo do qual o estupro é uma parte.

Encontramos, ainda, a conceptualização do estupro a partir de categorias específicas de delito que serão tratadas na sequência.

3.2.7.2.1 Delito de estupro

A compreensão do estupro especificada em delito de estupro foi encontrada no corpus, conforme podemos observar nas ocorrências (103) e (104):

(103) Segundo comunicação transmittida hontem para o Gabinete de Investigações e Capturas, foi preso no bairro do Kerozene, em S. Pedro, onde reside, Sebastião Antonio Gonçalves, que se acha preso pelos *crimes* de infanticídio, *estupro* e provocação de aborto. Esse desgraçado homem foi processado por *delicto de estupro* e de provocação de aborto na pessoa de sua própria filha Rita Maria de Jesus. (24/08/1915, p. 6; Notícia; Autoria do jornal).

(104) Foi preso em flagrante *delito de estupro* o indivíduo Adalberto dos Santos, natural de Sergipe, morador á rua Xavier da Silveira, 63. O perverso indivíduo, após ludibriar a boa fé de um menor de seis anos, atraira-o para sua residência, onde o *violentou*. (17/05/1958, p.12; Notícia; Autoria do jornal).

Essas ocorrências instanciam a metonímia DELITO POR ESTUPRO, mais especificamente, DELITO DE ESTUPRO POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE. Tal compreensão possui ancoragem conceptual pelo esquema-I LIGAÇÃO, acionado por “preso pelos crimes”, em (103), e “o violentou”, em (104) que vinculam o acusado ao ato. O esquema-I PROCESSO pode ser observado, em (103), sendo ativado pela expressão “provocação de aborto”, que aponta para uma alteração na situação da vítima, a gravidez decorrente do estupro, e, além disso, o aborto. Há, ainda, os esquemas-I FORÇA, CONTATO, PERTO/LONGE e COMPULSÃO, acionados pelos itens lexicais ‘estupro’, em (103), e ‘violentou’, em (104), visto que indicam a existência de força, resistência e o contato físico entre as partes envolvidas. Temos, também, o esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, em (104), ativado pela expressão “após ludibriar a boa fé de um menor de seis anos, atraía-o para a sua residência”, indicando uma trajetória percorrida para a realização do ato, sendo enfocada a meta.

Em (103), observamos, ademais, a utilização do item léxico ‘crime’ para compreender o estupro, todavia, conforme dito anteriormente, estupro e delito são palavras equivalentes.

A compreensão do estupro como delito principal é, a seguir, abordada.

3.2.7.2.2 Delito principal

Vejamos a conceptualização encontrada na ocorrência (105):

(105) Depois de interrogarem as vítimas conhecidas (em casos *de estupro* é muito frequente não haver queixa das vítimas), as autoridades traçaram o método de ação do criminoso: usando a escada de incêndio dos edifícios, ele surpreende as mulheres em seus apartamentos, sempre entre 3 e 6 horas da madrugada. Após consumir o “*delito principal*”, antes de fugir, ele rouba. (10/11/1977, p.13; Notícia; A autoria do jornal).

Nessa ocorrência, observamos que o estupro é compreendido como delito principal, que é uma das formas de classificação dos crimes utilizada pela doutrina e pela jurisprudência que considera a relação entre os delitos, se há ou não a dependência de outra infração para a sua configuração e consumação. Nesse sentido, o crime principal é aquele que existe independentemente da ocorrência de outro delito, como o estupro, por exemplo.

A conceptualização metonímica DELITO POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE, mais especificamente, DELITO PRINCIPAL POR ESTUPRO, é instanciada, nessa ocorrência, visto que o estupro é uma parte do todo, ou seja, é um dos tipos de delito. O esquema-I TODO/PARTE pode ser observado, sendo ativado pela expressão “delito principal”, visto que diz respeito a um conjunto de delitos do qual o estupro faz parte. O esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, também, pode ser verificado, sendo ativado pela expressão “usando a escada de incêndio dos edifícios, ele surpreende as mulheres em seus apartamentos”, indicando uma trajetória percorrida pelo agente para a realização do ato.

Verificamos, ainda, outra especificação da compreensão do estupro como delito, a saber, delito contra a honra, conforme veremos na próxima subseção.

3.2.7.2.3 Delito contra a honra

A formação da Legislação Republicana no Brasil ocorreu a partir de diversos debates em torno da definição de cidadania para homens e mulheres que deveriam ser a base de uma sociedade moderna, moralizada e progressista, que teria como “função” assegurar o futuro da nação brasileira em torno da honra e da honestidade dos cidadãos e das cidadãs. Paralelamente, havia a preocupação do Estado com a vida cotidiana e íntima das pessoas e com a preservação do modelo de família burguesa que apareceram fortemente colocados na Legislação Republicana, especialmente no Código Penal de 1890. No referido Código, o estupro era tratado no “Título VIII - Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje publico ao pudor”.

A tipificação do delito de estupro como uma ação contra a honra pode ser observada na ocorrência (106):

- (106) Um indivíduo foi pronunciado por haver *estuprado* uma filha de vinte annos. Recorrendo para o Tribunal disse o criminoso que a pronuncia estava errada porque o *estupro* só se dá quando há violência physica e nenhum traço de violência physica a victima apresentava. [...] O artigo 357, por seu turno, estabelece que haverá violência á pessoa todas as vezes que, por meio de lesões corporaes, “ameaças” ou “outro qualquer modo” se reduzir alguém a não poder defender os bens próprios ou alheios sob a sua guarda. Nada impede que essa noção de violência seja aplicada no caso de *delictos contra a honra*. (24/10/1916, p. 4; Processo Judicial; Luiz de Araújo, secretário).

Na ocorrência (106), como antes assinalado, encontramos o estupro compreendido como um delito contra a honra. Essa compreensão foi realizada, a partir da expressão “delitos contra a honra” que instancia a metonímia DELITO POR ESTUPRO, especificamente DELITO CONTRA A HONRA POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE. A estruturação conceptual é feita pelo esquema-I FORÇA, ativado pela expressão linguística “contra a honra”, que aponta para a existência de força. Há, ainda, os esquemas-I PERTO/LONGE e CONTATO, acionados pelos itens lexicais ‘violência’, ‘ameaça’ e pela expressão “lesão corporal”. O esquema-I TODO/PARTE, também, foi acionado através da expressão “delitos contra a honra”, que compreende um conjunto de crimes do qual o estupro faz parte.

A seguir, trataremos sobre o *frame* CORRUPÇÃO.

3.2.7.3 *Frame* CORRUPÇÃO

No domínio JUSTIÇA, encontramos o acionamento do *frame* CORRUPÇÃO. De um modo geral, a corrupção é o ato ou efeito de corromper alguém ou algo, com a finalidade de obter vantagens em relação aos outros por meios considerados ilegais ou ilícitos ou, conforme as definições encontradas nos dicionários consultados, apresentadas na sequência:

Quadro 47 – Definições dicionarizadas para CORRUPÇÃO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
CORRUPÇÃO	1. Corrompimento, prevaricação, atarcação.	1. Ato ou efeito de corromper, decomposição, putrefação. 2. Devassidão, depravação, perversão. 3. Suborno, peita.	1. Ação ou resultado de corromper(-se). 2. Adulteração das características originais de algo; DESVIRTUAÇÃO; DETURPAÇÃO. 3. Decomposição orgânica; DETERIORAÇÃO, PUTREFAÇÃO. 4. Soc. Ato ou efeito de subornar, vender e comprar vantagens, desviar recursos, fraudar, furtar em benefício próprio e em prejuízo do Estado ou do bem público; ALICIAÇÃO. 5. Fig. Degeneração moral; DEPRAVAÇÃO; IMORALIDADE; PERVERSÃO.

Fonte: Elaboração nossa.

Nesses termos, a corrupção é entendida como a alteração do bom estado de uma coisa, cuja prática se constitui em transgressão da lei, ou seja, em um ato delitual. A partir dessa definição e do nosso conhecimento de mundo, entendemos que o *frame* CORRUPÇÃO integra o domínio JUSTIÇA.

Observemos a compreensão do estupro como corrupção no exemplo (107):

(107) Joaquim Francisco de Camargo, homem violento, acostumado a levar ao seio das famílias a *corrupção*, assim fez ele, conseguindo entrar na casa de João Pereira e este, levado pelas promessas d’aquelle consentiu, até que Joaquim Francisco, com promessas de casamento, conseguiu os seus máus, porém, costumados *intentos* – *deflorou* a menor Mariana. (13/12/1882, p.2; Certidão; José Theodoro da Silva, escrivão).

A conceptualização metonímica CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA, especificamente, CORRUPÇÃO POR ESTUPRO é instanciada, na ocorrência (107), haja vista que a realização dessa violência sexual permite a inferência, de que tal ação resultaria em uma alteração no estado da vítima, tanto no que diz respeito à questão física, quanto moral, ou seja, o estupro corromperia a mulher não apenas no corpo, mas também, na sua honra.

Verificamos que essa metonímia é estruturada pelo esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, em que percebemos uma trajetória do estupro dentro de um espaço, acionado pela expressão “levar ao seio das famílias a corrupção”. A mesma expressão, também, aciona os esquema-I RECIPIENTE, DENTRO/FORA e CENTRO/PERIFERIA, uma vez que a corrupção, o estupro, repercute dentro da família, mais especificamente, no seu centro, ou seja, no núcleo familiar.

Na subsecção seguinte, abordaremos o *frame* VIOLAÇÃO.

3.2.7.4 *Frame* VIOLAÇÃO

No domínio JUSTIÇA, temos, ainda, o *frame* VIOLAÇÃO. As definições dicionarizadas, encontradas para o item léxico ‘violação’, estão expostas a seguir:

Quadro 48 – Definições dicionarizadas para VIOLAÇÃO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aulete (1986)	Caldas Aulete (2020)
VIOLAÇÃO	1. Ação de violar e ser violado.	1. Ato ou efeito de violar. 2. Estupro. 3. Ofensa ao direito alheio. 4. Infração de normas ou disposições legais ou contratuais.	1. Ação ou resultado de violar. 2. Desrespeito ao que é sagrado, santo, ao que merece consideração (<i>violação</i> de túmulos); PROFANAÇÃO. 3. Ação de submeter alguém, contra sua vontade, a uma relação sexual; ESTUPRO. 4. Invasão de espaço, território ou recinto privado que são delimitados por lei: <i>violação do espaço aéreo nacional: violação de um domicílio.</i>

			<p>5. Transgressão a lei, norma, regra ou obrigação estabelecidas.</p> <p>6. Qualquer tipo de ofensa aos direitos e liberdades alheia.</p>
--	--	--	--

Fonte: Elaboração nossa.

Nas definições apresentadas no quadro 48, observamos que, de uma forma geral, a violação é uma transgressão moral, física ou psicológica. Diz respeito ao ato de violar, ou seja, desobedecer, faltar ao respeito, profanar, estuprar, violentar. Nesse sentido, violação e estupro podem ser entendidos como atos equivalentes, a depender do contexto.

Todavia, o item léxico ‘violação’ nem sempre é encontrado nos códigos penais, produzidos no recorte temporal estudado, para referenciar o estupro. No código de 1830, verificamos a utilização do item lexical ‘deflorar’ e da expressão linguística ‘ter cópula carnal por meio de violência’ para fazer referência a esse crime sexual. O código de 1890 traz a referenciação ao estupro expressa através das expressões “ato pelo qual o homem abusa de uma mulher” e “violência carnal”, por exemplo.

Já no código de 2009, encontramos o uso do item léxico ‘violação’ expressando o estupro. O artigo 215 do referido código é denominado de violação sexual mediante fraude. Vejamos:

Art. 215. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima: Pena - reclusão, de 2 a 6 anos.

Podemos conceituar, assim, o delito de violação sexual, mediante a fraude, como o ilícito penal denominado pela doutrina como estelionato sexual, no qual o sujeito ativo não se vale de violência ou grave ameaça e sim de meios capazes de levar a vítima a erro ou mantê-la em erro. Em outras palavras, o sujeito ativo vale-se de fraude (engodo, ardid, artifícios) ou qualquer outro meio que impeça a livre manifestação de vontade da vítima, a fim de abusar, sexualmente, desta, pois - pela circunstância do momento - a vítima não é capaz de manifestar, livremente, sua vontade.

Apesar de o item léxico ‘violação’ não ser utilizado em todos os códigos penais consultados para referenciar o estupro, encontramos ocorrências com essa compreensão em todo o período investigado, a partir dos itens lexicais ‘violação’, ‘violar’, ‘violam’, ‘violara’, ‘violado’, ‘hediondas violações’ e ‘violação dos seus corpos’.

Nas ocorrências, notamos que essa compreensão aponta para a metonímia VIOLAÇÃO POR ESTUPRO, do tipo CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA, na qual a

referência à violação (consequência) é estupro (causa). Podemos observar essa conceptualização, nas ocorrências (108) a (113):

- (108) A guerra d'O Século aos conventos, é, já lhes disse, um expediente da administração pouco decente, pois sentencia sem provas, inventa victimas que nunca tiveram nas Trinas, conclue de *violações* sobre que ainda não há veredicto cirurgico incontestável e, finalmente, defende A outrances seculares, indigita sacerdotes para auctores do atentado, quando a devassa judicial inda a bem dizer nada apurou [...] Que a *violação* da educanda Sarah é evidente. (11/09/1891, p.1; Reportagem; Fialho D"Almeida, jornalista).
- (109) Em nenhuma Delegacia de Polícia foi registrada ocorrência de *estupro* ou tentativa de *violação* de alunas da UNB. (27/09/1968, p. 6; Reportagem; Aatoria do jornal).
- (110) O juiz britânico Bertrand Richards desencadeou uma onda de revolta na opinião pública do país por condenar um homem de 35 anos, por *estupro* de uma jovem caronista de 17 anos, a uma multa equivalente a 500 mil cruzeiros. O juiz afirmou q uma jovem não tem direito algum à proteção da lei, já que parou um carro, “o que anima os homens à *violação*”, acrescentando que para o acusado, “um pai de família, o caso constitui uma tragédia”. (07/01/1982. P.9; Notícia; Aatoria do jornal).
- (111) “Você *abusou e arruinou* mulheres muçulmanas por causa da etnia delas”, disse a juíza Florence Mumba, apontando para Kunarac. Ele foi acusado pela juíza de cometer contra suas vítimas as “*mais hediondas violações à dignidade e aos direitos humanos*”. (23/02/2001, p. 12; Notícia; Aatoria do jornal).
- (112) O comando militar dos EUA no Iraque abriu uma investigação sobre denúncias de que cinco soldados americanos *estupraram* uma moça iraquiana e depois a mataram, com três membros de sua família. Eles também teriam queimado o corpo dela para encobrir a *violação*, disse sob anonimato um oficial militar americano. (01/07/2006, p.12; Notícia. Aatoria do jornal).
- (113) Pressupor que somente o *estupro* seguido de morte seria hediondo é ignorar como as mulheres descrevem a experiência da *violação dos seus corpos* – muitas preferem a morte à sobrevivência humilhante de terem sido despossuídas da dignidade e da privacidade. (16/11/2008, p. J7; Artigo; Débora Diniz e Janaína Penalva, pesquisadoras).

Essas ocorrências estão, conceptualmente, ancoradas pelos esquemas-I LIGAÇÃO, FORÇA e CONTATO, acionados pelas expressões “violação da educanda”, em (108), “violação de alunas”, em (109), “estupro de uma jovem, em (110), “abusou e arruinou mulheres”, em (111), “soldados americanos estupraram uma moça”, em (112), e

“violação dos seus corpos”, em (113), visto que vincula o ato à vítima, em (109), (110), (111) e (113), o acusado à vítima, em (112), e indica a existência de força e contato físico entre as partes envolvidas. Em (111), (112) e (113), há o esquema-I PROCESSO, acionado pela expressão “você abusou e arruinou mulheres”, em (111), pela expressão “estupraram uma moça iraquiana e depois a mataram”, em (112), e “sobrevivência humilhante”, em (113), apontando para uma mudança da situação das mulheres em decorrência do estupro. Temos, ainda, em (113), o esquema-I COMPULSÃO, ativado pela expressão “cometer contra suas vítimas”, que aponta para uma ação agressiva. Temos, também, nessa ocorrência, o esquema-I ESCALA, acionado pela expressão “mais hediondas”, que indica uma elevada gradação no nível de gravidade do ato.

Em outras ocorrências, encontramos a conceptualização do estupro como violação, instanciada a partir do verbo violar, como pode ser observado nas ocorrências (114) a (117).

- (114) Que foi um padre o autor do *estupro* e esse vivendo de casa e pucarinho no convento, juntamente com os outros que *violam* a torto e a direito as rapariguitas que lhes vão tractar dos quartos. (11/09/1891, p.1; Reportagem; Fialho D’Almeida, jornalista).
- (115) Por nossa parte sabemos que, recentemente, na comarca de Agudos, o promotor, que procedia contra um pae que *violara* a filha miserável, concordou com a perempção da acção requerida pelo réu, pela superveniência do casamento com terceiro, mandando o juiz que se archivassem os autos. (25/03/1917, p. 10; Habeas-corporis; Hilario Freire, advogado).
- (116) Essas marcas permitiram, segundo ele, concluir, com grande probabilidade de acerto, que Wilma Montesi foi vítima de uma tentativa de *estupro*. [...] Para ele, tudo está claro: um indivíduo tenta *violar* Wilma. Esta desmaia. A síncope prolonga-se. O autor da odiosa agressão supõe-na morta. (09/02/1957, p. 2; Notícia; Autoria do jornal).
- (117) A reserva está sob os cuidados de uma comissão de sindicância, enviada ao local para apurar diversas acusações que pesam sobre o chefe do posto, uma delas a de ter *violado uma índia de 13 anos*. [...] Ainda no decorrer da semana, segundo o delegado, será instaurado inquérito contra Franklin Mader por *estupro*. (23/06/1979, p. 10; Notícia; Autoria do jornal).

Nessas ocorrências, a utilização do verbo violar, expresso nas formas ‘violam’, em (114), ‘violara’, em (115), ‘violar’, em (116) e ‘violado’, em (117), possibilita a compreensão do estupro como violação, considerando que o agente, que pratica a ação de

violar, exerce a violação. Nessa perspectiva, a conceptualização do estupro ocorre, nessas ocorrências, a partir da metonímia VIOLAÇÃO POR ESTUPRO, do tipo CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA.

Os esquema-I LIGAÇÃO e CONTATO estruturam a conceptualização acionados pela expressão “os outros que violam”, em (114), “um pae que violara a filha”, em (115), “um indivíduo tenta violar Wilma”, em (116), e “violado uma índia”, em (117), visto que o conceito de violação está relacionado ao contato entre as partes envolvidas. Há, ainda, os esquemas de EXCESSO, CICLO e ORIGEM/PERCURSO/META, ativados pela expressão “a torto e a direito”, em (114), considerando que essa expressão faz referência às inúmeras vezes que a violação aconteceu, que isso ocorria repetidamente e que havia uma trajetória percorrida para a realização do referido ato. O esquema-I TODO/PARTE é observado, em (116), acionado pela expressão “odiosa agressão”, que inclui o estupro na categoria agressão, que é mais ampla. Há, ainda, nessa ocorrência, o esquema-I FORÇA, ativado pelo item léxico ‘agressão’, que indica a presença de força. O esquema-I PROCESSO é verificado, em (116), sendo acionado pela expressão “um indivíduo tenta violar Wilma. Esta desmaia. A síncope prolonga-se”, que aponta para alterações decorrentes do estupro.

Apresentaremos, a seguir, o quadro com a síntese do que foi encontrado para o domínio JUSTIÇA.

Quadro 49 - Síntese do domínio JUSTIÇA

FRAME	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
CRIME	(71) O miserável relacionando-se com João Baptista de Oliveira, fiscal do Mercado, ofereceu-se para baptizar uma sua filhinha, de quatro annos de idade, no que foi attendido. Mas, ao em vez de levar a infeliz creança para a igreja, conduziu-a para o matto , estuprando-a brutalmente. Ao ser preso pelo commisario de policia de Ponta Grossa, o miserável confessou cynicamente o seu <i>crime</i> .	Séc. XX (21/02/1913)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (CRIME ESTUPRO) POR	ORIGEM/PERCURSO/META FORÇA CONTATO TODO/PARTE COMPULSÃO	Crime
	(72) Depois que os debates passaram do específico para o geral, a discussão durante algum tempo gerou filológica e filosoficamente em torno do significado da palavra estupro. Várias definições foram trazidas à baila, entre as quais a do FBI que define o <i>crime</i> como “o conhecimento carnal de uma mulher mediante o uso da força”.	Séc. XX (17/01/1974)	Reportagem	Assef Kfourri, jornalista	Metonímico TODO PELA PARTE (CRIME ESTUPRO) POR	FORÇA CONTATO COMPULSÃO LIGAÇÃO TODO/PARTE	Crime
	(73) Trata-se de <i>um estupro</i> , praticado em uma menor desvalida, de 12 annos de idade [...]Tornou-se ainda mais grave este <i>crime</i> , segundo o inquérito que corre pela delegacia de policia, por ser praticado por um homem actualmente exerce o cargo de juiz de direito e de órfãos [...].	Séc. XX (20/12/1903)	Notícia	Oscar de Castro, jornalista	Metonímico TODO PELA PARTE (CRIME ESTUPRO) POR	TODO/PARTE RECIPIENTE ESCALA	Crime

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO <i>FRAME</i>
CRIME	(74) Trata depois das declarações do réu e das suas vítimas, procurando mostrar que, em <i>crimes</i> como aquele não é possível nunca conseguir-se prova concludente, e que raras vezes há testemunhas de vista. Mostra que estão provados nos autos os <i>crimes</i> cometidos pelo réu – e que são <i>estupro</i> , <i>defloramento</i> e atentado ao pudor, e entra depois a referir-se mais detidamente as declarações das vítimas. Então, o orador pinta os processos de que lançava mão Maurício: a sedução persistente junto á sua vítima, a fim de lhes ganhar a confiança, depois de que, por meio de violência, conseguia os seus fins abjectos	Séc. XX (11/05/1918)	Processo Judicial	A. Covello, acusador particular	Metonímico TODO PELA PARTE (CRIME POR ESTUPRO)	TODO/PARTE ORIGEM/PERCURSO/META FORÇA CONTATO COMPULSÃO	Réu Crimes Prova Testemunhas Autos Processos
	(75) Ele diz que a Norma Técnica sobre prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes é “o primeiro passo para a legalização do aborto, a pretexto de regulamentar o atendimento das vítimas de estupro”. Cavalcanti afirma que a “norma da morte” permite que uma mulher realize o aborto com até cinco meses de gestação, bastando declarar que foi estuprada, sem comprovar que foi vítima desse <i>crime</i> .	Séc. XX (18/08/1999)	Reportagem	Arnaldo Galvão, jornalista e Jandira Fegalhi, relatora do projeto.	Metonímico TODO PELA PARTE (CRIME POR ESTUPRO)	TODO/PARTE PROCESSO LIGAÇÃO FORÇA CONTATO	Crime

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO <i>FRAME</i>
CRIME	(76) O primeiro, de Pitangueiras, sob n. 2.827, relatado pelo sr. ministro Brito Bastos foi interposto do despacho que pronunciou um cidadão por haver raptado e abusado de uma menor. Havia nos autos coisas de uma novidade absoluta. Esta, por exemplo: os peritos, examinando a vítima e interrogados sobre os instrumentos que serviram para execução do <i>crime</i> , instrumento que desde que o mundo é mundo tem sido, mais ou menos, um só, responderam com importunável segurança que foi... a sedução.	Séc. XX (31/10/1911)	Autos de processo	Luiz de Araújo, Secretário do Tribunal.	Metonímico TODO PELA PARTE (CRIME ESTUPRO) POR	LIGAÇÃO CICLO TODO/PARTE	Autos Vítimas Crime
	(77) A primeira vítima fora Guilhermina de 14 annos, filha de Francisco Leme e Leopoldina Silva, menor essa que, vivendo em companhia da mãe – que, por sua vez era amasia de Jose Claudino, uma ocasião em que ella se occupava em misteres da lavoura, abusou da dita menor, não negando seu <i>crime</i> , ao ser interrogado pela mãe della, o que ocasionou um rompimento brusco.	Séc. XX (15/12/1913)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (CRIME ESTUPRO) POR	LIGAÇÃO CICLO TODO/PARTE	Vítima Crime
	(78) Agentes da Delegacia de Vigilância e Capturas prenderam anteontem, em Guaxupé, Francisco de Marcos, fugitivo da cadeia de Marília, onde cumpria pena de 18 anos por crimes de estupro e de morte de uma menor. [...] Francisco violentou outra menor naquela cidade, <i>crime</i> presenciado pelo menor Antonio de Paula Fernandes, qual foi ameaçado pelo criminoso. Temeroso de que Antonio o denunciasse,	Séc. XX (25/07/1961)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (CRIME ESTUPRO) POR	LIGAÇÃO FORÇA CONTATO COMPULSÃO PERTO/LONGE PROCESSO TODO/PARTE	Delegacia Pena Crimes Criminoso

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO <i>FRAME</i>
	Francisco o violentou também, matou-o e queimou o cadáver.						
CRIME	(79)As referidas menores em seus depoimentos dizem positivamente que o autor de sua deshonra foi o professor Bento de Siqueira, seu tio. No interrogatório a que o submeteu o dr. delegado de polícia, o acusado nega o <i>crime</i> . O sigilo de que estava cercado o inquérito ate ante-hontem nos inibiu de mandar antes noticias desse escandaloso caso. Enviaremos amanha informações minuciosas.	Séc. XX (28/10/1913)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (CRIME ESTUPRO) POR	LIGAÇÃO FORÇA CONTATO PERTO/LONGE PROCESSO TODO/PARTE	Depoimentos Interrogatório Delegado Crime Inquérito
	(80) [...] por ser o <i>crime particular e afiançável</i> , tornaram incompetentes os juízes da pronuncia.	Séc. XIX (14/11/1878)	Petição Judicial	Augusto José Pereira, escrivão	Metonímico TODO PELA PARTE (CRIME PARTICULAR E AFIANÇÁVEL POR ESTUPRO / CRIME POR ESTUPRO)	TODO/PARTE	Crime Juízes
	(81) [...] que sendo o <i>crime de matéria particular e afiançável</i> , não se dando o caso de flagrante delicto, não podia ser iniciado o processo por denúncia, e sim por queixa da ofendida ou de quem legalmente a representava.	Séc. XIX (13/02/1882)	Certidão	José Theodoro da Silva, escrivão	Metonímico TODO PELA PARTE (CRIME PARTICULAR E AFIANÇÁVEL POR ESTUPRO / CRIME POR ESTUPRO)	TODO/PARTE	Crime Flagrante delito Processo Denúncia Queixa Ofendida

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO <i>FRAME</i>
CRIME	(82) Quando o jornal O Paulista denunciou o <i>nefando crime</i> de defloramento praticado em uma menor de 11 annos de idade, filha de Francisco Luiz Cardoso, pelo agente do correio d'esta villa, Carlos Diogo Nunes.	Séc. XIX (27/10/1886)	Carta	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (CRIME ESTUPRO) POR	EXCESSO RECIPIENTE ESCALA TODO / PARTE	Denunciou Crime
	(83) O desnaturado pae, segundo referiu a victima, no dia que cometeu tão <i>hediondo crime</i> , surrou-a antes [...].	Séc. XIX (06/11/1909)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (CRIME ESTUPRO) POR	EXCESSO ESCALA TODO / PARTE	Vítima Hediondo crime
	(84) Apurada a verdade desse <i>barbaro crime</i> será Feitosa excluído do batalhão e posto a disposição do fôro judicial.	Séc. XIX (06/11/1909)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (CRIME ESTUPRO) POR	EXCESSO ESCALA TODO / PARTE	Bárbaro crime Fôro Judicial
	(85) A prova testemunhal merece também do dr. promotor uma analyse penetrante, da qual ressurgue num todo harmônico e poderosamente logico, a certeza de que Roberto Moscardini praticou, com effeito, o <i>crime hediondo</i> de que a promotoria publica o accusa.	Séc. XX (09/04/1913)	Processo Judicial	Siqueira Reis Junior, escrivão	Metonímico TODO PELA PARTE (CRIME ESTUPRO) POR	EXCESSO ESCALA TODO?PARTE	Prova testemunhal Crime hediondo Promotoria pública
	(86) [...] emprestou-me a <i>responsabilidade criminosa</i> que daquelle facto resultava.	Séc. XIX (05/07/1885)	Artigo	Francisco Teixeira de Souza Leite, acusado.	Metonímico TODO PELA PARTE (CRIME ESTUPRO) POR	TODO/PARTE LIGAÇÃO PROCESSO CENTRO/PERIFERIA	Responsabilidade criminos

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO <i>FRAME</i>
CRIME	(87) Na Limeira estão preparados para entrar em julgamento quatro processos por <i>crime de estupro</i> .	Séc. XIX (14/06/1885)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico PARTE PELO TODO / TODO PELA PARTE (CRIME DE ESTUPRO / CRIME POR ESTUPRO)	PARTE / TODO	Crime de estupro
	(88) Compareceu a julgamento, em primeiro lugar, o réu preso Faustino Cabral dos Santos, pronunciado nos artigos 283 (polygamia) e 265 combinado com os artigos 267 e 272 (estupro) do Código Penal.[...]Em dias de Fevereiro de 1912, o mesmo réu, empregando violência, teve relações com a menor de 16 anos Bianca Borretti. Condennado, em primeiro julgamento, a 1 anno de prisão cellualar pelo crime do artigo 28 do Código (polygamia) e absolvido do <i>crime de estupro</i> , foi o réu mandado a novo Jury pela câmara criminal do Tribunal de Justiça, que, quanto ao <i>crime de estupro</i> anulou desde o libelo o julgamento.	Séc. XX (04/01/1914)	Processo Judicial	Mário A. Cabral, (escrivão)	Metonímico PARTE PELO TODO / TODO PELA PARTE (CRIME DE ESTUPRO / CRIME POR ESTUPRO)	PARTE/TODO LIGAÇÃO FORÇA CONTATO COMPULSÃO	Julgamento Réu Preso Código Penal Crime Crime de estupro Juri Câmara criminal Tribunal de Justiça
	(89) Ora, como o <i>crime de estupro</i> , que é o imputado ao paciente Matheus Ruiz, está assim subordinado á norma geral do art. 276 paragrapho único; e, como nos casos de <i>estupro incestuoso</i> , de pai ou irmão, a offendida não se pode casar com o offensor por impedimento dirimente, bem se segue que a regra daquelle	Séc. XX (25/03/1917)	Habeas-corporus	Hilário Freire, advogado	Metonímico PARTE PELO TODO / TODO PELA PARTE (CRIME DE ESTUPRO / CRIME POR ESTUPRO/)	PARTE/TODO LIGAÇÃO	Crime Estupro incestuoso Ofendida Ofensor

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
	paragrapho [...] só encontra execução pratica nos casamentos com terceiro.						
CRIME	(90) [...] revendo em meu cartório o sumario crime em que é auctora a justiça e réu José Ferreira Leite, por <i>crime de defloramento</i> na menor Antonia [...].	Séc. XIX (14/11/1878)	Petição Judicial	Augusto José Pereira, escrivão	Metonímico PARTE PELO TODO (CRIME DE DEFLOREMENTO POR ESTUPRO / CRIME POR ESTUPRO)	RECIPIENTE DENTRO/FORA PARTE/TODO	Sumário crime Justiça Réu Crime de defloramento
	(91) [...] qualquer direito e acção contra José Ferreira Leite pelo <i>crime</i> que lhe é imputado <i>de defloramento</i> de sua tutelada [...].	Séc. XIX (14/11/1878)	Petição Judicial	Augusto José Pereira, escrivão	Metonímico PARTE PELO TODO (CRIME DE DEFLOREMENTO POR ESTUPRO / CRIME POR ESTUPRO)	PARTE/TODO LIGAÇÃO	Crime Defloramento
	(92) A seu vêr de accordo com essa doutrina anti-social e illogica só os crimes culposos, os crimes praticados por imperficia ou imprudência é que deveriam ser punidos, os outros, sejam embora, <i>o estupro</i> , o roubo e o assassinato deveriam merecer as graças da justiça, são todos <i>crimes passionais</i> .	Séc. XX (23/12/1916)	Processo Judicial	Sylvio de Andrade Maia, Promotor	Metonímico TODO PELA PARTE (CRIME PASSIONAL POR ESTUPRO / CRIME POR ESTUPRO)	TODO/PARTE	Crimes Justiça

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
	(93) Num veredicto que aponta pela primeira vez o <i>estupro como crime contra a humanidade</i> , o Tribunal Penal Internacional para crimes de guerra na ex-Iugoslávia condenou ontem três servo-bósnios a penas de prisão que variam de 12 anos a 28 anos.	Séc. XX (23/02/2001)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (CRIME CONTRA A HUMANIDADE POR ESTUPRO / CRIME POR ESTUPRO)	TUDO/PARTE	Veredito Crime Tribunal Penal Condenou Penas de prisão
CRIME	(94) A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga o abuso sexual de crianças e adolescentes vai propor ao Congresso a modificação do Código Penal, para transformar o <i>estupro, que hoje é crime contra os costumes, em crime contra a pessoa</i> .	Séc. XXI (19/05/2004)	Notícia	Edson Luiz, jornalista	Metonímico TODO PELA PARTE (CRIME CONTRA OS COSTUMES/CRIME CONTRA A PESSOA / CRIME POR ESTUPRO)	TUDO/PARTE FORÇA	Inquérito Código Penal Crime
	(95) Investigações da Corte Criminal Internacional sobre os conflitos em Ruanda, República Democrática do Congo e Uganda mostram que o <i>estupro</i> é ora um rito de iniciação, ora uma peça de deleite de militares e civis. Só recentemente ele foi assumido como <i>crime de tortura</i> e tratamento inumano contra as mulheres em situação de conflito armado.	Séc. XXI (14/11/2010)	Artigo	Débora Diniz, antropóloga, professora	Metonímico TODO PELA PARTE (CRIME DE TORTURA POR ESTUPRO / CRIME POR ESTUPRO)	TUDO/PARTE	Criminal Crime

FRAME	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
CRIME	(96) É a principal expressão da violência de gênero, pois é um <i>crime de homens contra mulheres</i> . [...]Onde há desigualdade entre homens e mulheres, há violência de gênero e o estupro é sua expressão mais perversa.	Séc. XXI (16/11/2008)	Artigo	Débora Diniz e Janaína Penalva, pesquisadoras	Metonímico TODO PELA PARTE (CRIME DE HOMENS CONTRA MULHERES / CRIME POR ESTUPRO)	TODO/PARTE LIGAÇÃO FORÇA CONTATO ESCALA	Crime
	(97) A miserabilidade da ofendida é, nos processos públicos por <i>crimes contra a honra</i> , uma questão prejudicial. – Em a, o facto de ser a vítima menor de 16 annos nem sempre lhes dá o caracter de estupro. Não lhes dá, por exemplo, quando a vítima não é mulher honesta.	Séc. XX (23/04/1913)	Notícia	Cunha Canto, ministro	Metonímico TODO PELA PARTE CRIME CONTRA A HONRA POR ESTUPRO / CRIME POR ESTUPRO)	COMPULSÃO TODO/PARTE	Ofendida Processos Crime Vítima
DELITO	(98) Entrou hontem em julgamento o réu preso Roberto Moscardini, pronunciado no art. 266 combinado com o art. 273 n.4, do Código Penal e acusado de haver, por meio de violência, com o fim de saciar paixões lascivas e por depravação moral, atentado contra o pudor de sua própria filha, Santana Laura Violeta, de 11 para 12 annos de idade. O facto delituoso imputado ao reu ocorreu em Novembro do anno passado e em diversas noites dos meses anteriores, á rua Paulino Guimarães, 22 nesta capital. [...] A accusação contra o reu é improcedente, sob o ponto de vista jurídico, porque o <i>delicto</i> esta erroneamente classificado: de uma tentativa de defloramento, segundo o corpo de delicto, fizeram um attentado ao pudor: O primeiro	Séc. XX (09/04/1913)	Processo Judicial	Augusto Covello, advogado.	Metonímico TODO PELA PARTE (DELITO POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO ORIGEM/PERCURSO/META FORÇA CONTATO PERTO/LONGE COMPULSÃO TODO/PARTE CICLO	Julgamento Réu Preso Código Penal Fato delituosos Corpo de delito Juri

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO <i>FRAME</i>
	quesito deverá, pois, ser negado pelo jury.						
DELITO	(99) O dr. J.R. Leme da Silva proferiu hoje longo despacho no processo em que Avelino Camillo de Lima é denunciado como incurso na inserção do artigo 268 combinado com o artigo 272 do Código Penal, como tendo infelicitado a menor, de 16 annos, Dulcina de Aguiar Rodrigues, no lugar denominado Peruhye, desta comarca, em Novembro último. De accordo com a prova produzida no processo, julgou improcedente a denuncia, para o effeito de impronunciar o referido denunciado. Assim julgou aquele juiz por ter a testemunha de nome Gabriel Antonio Rodrigues confessado ser o autor do <i>delicto</i> , pois pretende casar-se com a menor Dulcina. [...]Em face das declarações de fls. 64, 82 e 83 v., deverá ser instaurado o competente processo criminal contra Gabriel Antonio Rodrigues que confessou a autoria do estupro da paciente Dulcina, devendo o sr. promotor publico requerer o que estender necessário para iniciar a acção penal.	Séc. XX (07/07/1928)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (DELITO ESTUPRO) POR	LIGAÇÃO FORÇA CONTATO PERTO/LONGE COMPULSÃO TODO/PARTE PROCESSO	Despacho Processo Denunciado Código Penal Comarca Prova Julgou Juiz Testemunha Criminal Promotor Público Ação penal Delito
	(100) No extenso relatório que apresentou, a autoridade policial citada, depois de rememorar os <i>delitos</i> atribuídos a Benedito Moreira de Carvalho, estampa os seus “Antecedentes Policial-criminais”, por onde se vê que, além dos treze crimes de homicídio e estupro com	Séc. XX (24/07/1954)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (DELITO ESTUPRO) POR	LIGAÇÃO FORÇA CONTATO PERTO/LONGE COMPULSÃO TODO/PARTE	Autoridade policial Delitos Antecedentes policial-criminais Crimes Vítimas

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO <i>FRAME</i>
	sobrevivência das vítimas, já havia o acusado praticado, anteriormente, nada menos do que oito <i>delitos</i> , sendo suas vítimas moças moradoras em bairros das redondezas da Capital.						
DELITO	(101) Gastaram-se laudas e laudas de papel para provar que Manuel Repuyos (Risadinha) e Antonio de Carvalho (Gato) não mantiveram congresso carnal com a vítima, num esforço estrênuo, diligente e estafante, porem anódino, pois, é extremamente irrelevante perquirir-se se a ação dos dois chegou a esse extremo; tenham ou não violentado a menor, são co-autores do <i>delito</i> que contra ela se perpetrou.	Séc. XX (26/10/1955)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (DELITO ESTUPRO) POR	LIGAÇÃO EXCESSO FORÇA CONTATO PERTO/LONGE COMPULSÃO TODO/PARTE	Vítima Delito
	(102) Um dos juízes desta capital decretou a prisão preventiva de um cidadão acusado de haver estuprodo a própria irman. O réu pediu ao Tribunal uma ordem de “habeas-corporus” allegando que nem havia justa causa para a prisão, nem esta podia ser concedida, em face da lei de 1871. Por esta lei, a prisão preventiva não poderá ser concedida se houver decorrido mais de um anno da perpetração do <i>delicto</i> . Ora, a victima negava terminantemente de que o acusado fosse o autor da sua deshonra, e testemunhas não havia que a desmentissem.	Séc. XX (24/10/1916)	Processo Judicial	Luiz de Araújo, secretário	Metonímico TODO PELA PARTE (DELITO ESTUPRO) POR	LIGAÇÃO CONTATO PERTO/LONGE PROCESSO TODO/PARTE	Juízes Prisão preventiva Réu Tribunal Habeas-corporus Lei Delito Vítima

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO <i>FRAME</i>
DELITO	(103) Segundo comunicação transmittida hontem para o Gabinete de Investigações e Capturas, foi preso no bairro do Kerozene, em S. Pedro, onde reside, Sebastião Antonio Gonçalves, que se acha preso pelos crimes de infanticídio, estupro e provocação de aborto. Esse desgraçado homem foi processado por <i>delicto de estupro</i> e de provocação de aborto na pessoa de sua própria filha Rita Maria de Jesus.	Séc. XX (24/08/1915)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (DELITO POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO PROCESSO FORÇA CONTATO PERTO/LONGE COMPULSÃO	Investigações e capturas Preso Crimes Processado
	(104) Foi preso em flagrante <i>delito de estupro</i> o indivíduo Adalberto dos Santos, natural de Sergipe, morador á rua Xavier da Silveira, 63. O perverso indivíduo, após ludibriar a boa fé de um menor de seis anos, atraira-o para sua residência, onde o violentou.	Séc. XX (17/05/1958)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (DELITO DE ESTUPRO POR ESTUPRO / DELITO POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO ORIGEM/PERCURSO/META FORÇA CONTATO PERTO/LONGE COMPULSÃO	Preso Flagrante delito de estupro
	(105) Depois de interrogarem as vítimas conhecidas (em casos de <i>estupro</i> é muito frequente não haver queixa das vítimas), as autoridades traçaram o método de ação do criminoso: usando a escada de incêndio dos edifícios, ele surpreende as mulheres em seus apartamentos, sempre entre 3 e 6 horas da madrugada. Após consumir o " <i>delito principal</i> ", antes de fugir, ele rouba.	Séc. XX (10/11/1977)	Notícia	Autor anônimo	Metonímico TODO PELA PARTE (DELITO PRINCIPAL POR ESTUPRO / DELITO POR ESTUPRO)	TODO/PARTE ORIGEM/PERCURSO/META	Interrogarem Vítimas Queixa Criminoso Delito principal Rouba

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO <i>FRAME</i>
DELITO	(106) Um indivíduo foi pronunciado por haver estuprado uma filha de vinte annos. Recorrendo para o Tribunal disse o criminoso que a pronuncia estava errada porque <i>o estupro</i> só se dá quando há violência physica e nenhum traço de violência physica a victima apresentava. [...] O artigo 357, por seu turno, estabelece que haverá violência á pessoa todas as vezes que, por meio de lesões corporaes, “ameaças” ou “outro qualquer modo” se reduzir alguém a não poder defender os bens próprios ou alheios sob a sua guarda. Nada impede que essa noção de violência seja aplicada no caso de <i>delictos contra a honra</i> .	Séc. XX (24/10/1916)	Processo Judicial	Luiz de Araújo, secretário	Metonímico TODO PELA PARTE (DELITO CONTRA A HONRA / DELITO POR ESTUPRO)	FORÇA CONTATO PERTO/LONGE TODO/PARTE	Tribunal Criminoso Delitos
CORRUPÇÃO	(107) Joaquim Francisco de Camargo, homem violento, acostumado a levar ao seio das famílias <i>a corrupção</i> , assim fez ele, conseguindo entrar na casa de João Pereira e este, levado pelas promessas d’aquelle consentiu, até que Joaquim Francisco, com promessas de casamento, conseguiu os seus máus, porém, costumados intentos – <i>deflorou a menor</i> Mariana.	Séc. XIX (13/12/1882)	Certidão	José Theodoro da Silva, escrivão	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (CORRUPÇÃO POR ESTUPRO)	ORIGEM/PERCURSO/META RECIPIENTE DENTRO/FORA CENTRO/PERIFERIA	Corrupção

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO <i>FRAME</i>
VIOLAÇÃO	(108) A guerra d'O Século aos conventos, é, já lhes disse, um expediente da administração pouco decente, pois sentença sem provas, inventa vítimas que nunca tiveram nas Trinas, conclue de <i>violações</i> sobre que ainda não há veredicto cirurgico incontestável e, finalmente, defende A outrances seculares, indigita sacerdotes para auctores do atentado, quando a devassa judicial inda a bem dizer nada apurou [...] Que a <i>violação</i> da educanda Sarah é evidente.	Séc. XIX (11/09/1891)	Reportagem	Fialho D'Almeida, jornalista	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (VIOLAÇÃO POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO FORÇA CONTATO	Sentença Provas Vítimas Violações Judicial Violação
	(109) Em nenhuma Delegacia de Polícia foi registrada ocorrência de estupro ou tentativa de <i>violação</i> de alunas da UNB.	Séc. XX (27/09/1968)	Reportagem	Autoria do jornal	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (VIOLAÇÃO POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO FORÇA CONTATO	Delegacia de Polícia Violação
	(110) O juiz britânico Bertrand Richards desencadeou uma onda de revolta na opinião pública do país por condenar um homem de 35 anos, por <i>estupro</i> de uma jovem caronista de 17 anos, a uma multa equivalente a 500 mil cruzeiros. O juiz afirmou q uma jovem não tem direito algum à proteção da lei, já que parou um carro, “o que anima os homens à <i>violação</i> ”, acrescentando que para o acusado, “um pai de família, o caso constitui uma tragédia”.	Séc. XX (07/01/1982)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (VIOLAÇÃO POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO FORÇA CONTATO	Juiz Condenar Lei Violação

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO <i>FRAME</i>
VIOLAÇÃO	(111) “Você abusou e arruinou mulheres muçulmanas por causa da etnia delas”, disse a juíza Florence Mumba, apontando para Kunarac. Ele foi acusado pela juíza de cometer contra suas vítimas as “mais hediondas <i>violações</i> à dignidade e aos direitos humanos”.	Séc. XXI (23/02/2001)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (VIOLAÇÃO POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO FORÇA CONTATO PROCESSO	Juíza Acusado Vítimas Violações
	(112) O comando militar dos EUA no Iraque abriu uma investigação sobre denúncias de que cinco soldados americanos <i>estupraram</i> uma moça iraquiana e depois a mataram, com três membros de sua família. Eles também teriam queimado o corpo dela para encobrir a <i>violação</i> , disse sob anonimato um oficial militar americano.	Séc. XXI (01/07/2006)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (VIOLAÇÃO POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO FORÇA CONTATO PROCESSO	Denúncias Violação
	(113) Pressupor que somente o <i>estupro</i> seguido de morte seria hediondo é ignorar como as mulheres descrevem a experiência da <i>violação</i> dos seus corpos – muitas preferem a morte à sobrevivência humilhante de terem sido despossuídas da dignidade e da privacidade.	Séc. XXI (16/11/2008)	Artigo	Débora Diniz e Janafina Penalva, pesquisadoras	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (VIOLAÇÃO POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO FORÇA CONTATO PROCESSO COMPULSÃO ESCALA	Violação
	(114) Que foi um padre o autor do estupro e esse vivendo de casa e pucarinho no convento, juntamente com os outros que <i>violam</i> a torto e a direito as rapariguitas que lhes vão tractar dos quartos.	Séc. XIX (11/09/1891)	Reportagem	Fialho D’Almeida, jornalista	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (VIOLAÇÃO POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO CONTATO EXCESSO CICLO ORIGEM/PERCURSO/META	Violam

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO <i>FRAME</i>
VIOLAÇÃO	(115) Por nossa parte sabemos que, recentemente, na comarca de Agudos, o promotor, que procedia contra um pae que <i>violara</i> a filha miserável, concordou com a perempção da acção requerida pelo réu, pela superveniência do casamento com terceiro, mandando o juiz que se archivassem os autos.	Séc. XX (25/03/1917)	Habeas corpus	Hilario Freire, advogado	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (VIOLAÇÃO POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO CONTATO	Comarca Promotor Violara Ação Réu Juiz Autos
	(116) Essas marcas permitiram, segundo ele, concluir, com grande probabilidade de acerto, que Wilma Montesi foi vítima de uma tentativa de estupro. [...] Para ele, tudo está claro: um indivíduo tenta <i>violiar</i> Wilma. Esta desmaia. A síncope prolonga-se. O autor da odiosa agressão supõe-na morta.	Séc. XX (09/02/1957)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (VIOLAÇÃO POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO CONTATO TODO/PARTE FORÇA PROCESSO	Vítima Violar
	(117) A reserva está sob os cuidados de uma comissão de sindicância, enviada ao local para apurar diversas acusações que pesam sobre o chefe do posto, uma delas a de <i>ter violado</i> uma índia de 13 anos. [...] Ainda no decorrer da semana, segundo o delegado, será instaurado inquérito contra Franklin Mader por <i>estupro</i> .	Séc. XX (23/06/1979)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (VIOLAÇÃO POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO CONTATO	Acusações Violado Delegado Inquérito

Fonte: Elaboração nossa.

Após apresentar, no quadro 49, a síntese do domínio JUSTIÇA, passaremos a tratar sobre o domínio CULTURA, na subseção seguinte.

3.2.8 Domínio CULTURA

Cultura é um conceito de várias acepções, por isso, defini-la não é uma tarefa simples. A cultura compreende aspectos multidisciplinares e é objeto de interesse de áreas como sociologia, antropologia, história, comunicação, administração, economia, entre outras. Nessas áreas, a cultura é abordada, a partir de diferentes perspectivas e usos, considerando que possui um caráter transversal e que atravessa diversas áreas da vida cotidiana. Por outro lado, a palavra cultura, também, tem sido utilizada como um termo equivalente a palavras como mentalidade, espírito, tradição e ideologia (CUCHE, 2002). Além disso, é comum encontrarmos o uso das expressões “cultura política”, “cultura empresarial”, “cultura agrícola”, “cultura de células”, que permite concluir que, ao nos referirmos a ela, devemos considerar que existem conceitos diversificados de cultura em uso na contemporaneidade.

De acordo com Botelho (2001, p.2), a cultura se produz “através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas”. Já Chauí destaca a necessidade de ampliar o conceito de cultura, considerando-o no sentido de produção coletiva de símbolos, valores, ideias e comportamentos, “de modo a afirmar que todos os indivíduos e grupos são seres e sujeitos culturais” (CHAUÍ, 1995, p.81). Nesse sentido, são considerados os modos de fazer, a tradição oral, a organização social de cada comunidade, os costumes, as crenças e as manifestações da cultura popular que remontam as origens de cada grupo.

Vejam as definições dicionarizadas, encontradas para o item léxico ‘cultura’, nos dicionários consultados, que estão expostas no quadro 50:

Quadro 50 – Definições dicionarizadas para CULTURA

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1987)	Caldas Aulete (2020)
CULTURA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Arte, maneira de cultivar as terras. 2. Se diz do engenho, das ciências etc. 3. Falando do estilo, ornato. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ato, efeito ou modo de cultivar. 2. Cultivo. 3. O complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e doutros valores 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ação, processo ou resultado de cultivar a terra, ou certa planta. 2. Agr. Parte cultivada de um solo, de uma região. 3. Agr. Produto desse cultivo. 4. Conjunto de atividades voltadas para a criação de plantas e animais.

		espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade; civilização. 4. O desenvolvimnto de um grupo social, uma nação etc., que é fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento desses valores; civilização, progresso. 5. Atividade e desenvolvimento intelectuais; saber, ilustração, instrução. [...]	5. Soma das informações e conhecimentos de uma pessoa, ou de um grupo social. 6. Conjunto de costumes predominantes num grupo ou classe social. 7. Antr. Tudo o que caracteriza uma sociedade qualquer, compreendendo sua linguagem, suas técnicas, artefatos, alimentos, costumes, mitos, padrões estéticos e éticos. 8. Antr. Conjunto dos valores intelectuais e morais, das tradições e costumes de um povo, nação, lugar ou período específico (cultura asteca/celta/mediterrânea); CIVILIZAÇÃO. 9. A ação e o método de cultivar tecidos vivos, microrganismos etc. em ambiente favorável e controlado. [...]
--	--	--	--

Fonte: Elaboração nossa.

Podemos observar, nas definições apresentadas no quadro 50, que o item léxico ‘cultura’ possui variadas acepções que abrangem determinadas áreas do conhecimento, como: agronomia, sociologia e antropologia. Esses diferentes aspectos, entretanto, dizem respeito a formas específicas de algo, seja na agricultura, costumes ou comportamento e direcionam o entendimento do referido item lexical para a referência a determinados modos de agir que caracterizam as sociedades. Nesta Tese, voltamos nossa atenção para a vertente dos costumes e comportamento social, tendo em vista que nosso objeto está inserido nessa esfera.

Diante do exposto, verificamos, no corpus, a ocorrência de conceptualizações do estupro que integram o domínio da CULTURA. Seu *frame* é constituído por elementos, como: costume, religião, tradição, sociedade, história etc., tendo sido ativado, no nosso corpus, pelas expressões ‘cultura masculina’, ‘sociabilidade masculina’, ‘rito de iniciação’, ‘rito coletivo’ e ‘rito masculino de dominação’. Essas expressões acionaram os *frames* MASCULINIDADE e RITO.

Destacamos que consideramos a expressão ‘sociabilidade masculina’ integrante do domínio CULTURA por entendermos que a socialização se constitui em um processo de interiorização de conceitos, valores e crenças de determinada cultura. Em outras palavras, a socialização acontece na interação entre os homens, o ambiente e a cultura que fazem parte desse ambiente.

Para Berger e Luckmann (1985) o ser humano só se torna, efetivamente, membro de uma sociedade quando compreende e internaliza o conhecimento produzido por essa sociedade, passando a apreender o mundo como uma realidade dotada de sentido e que

possibilita a compreensão entre os seus integrantes. Assim, é através da troca de experiências, costumes e saberes entre os indivíduos em sociedade que se aprende a ser humano, ou seja, a socialização é permeada pela cultura. Por isso, entendemos que a “sociabilidade masculina” faz parte do domínio CULTURA.

Ao pensarmos nos conceitos de estupro, cultura, masculinidade e rito, observamos que correspondem a domínios distintos, por isso, as conceptualizações instanciadas a partir desses domínios-fonte licenciaram mapeamentos metafóricos, conforme veremos na sequência.

A seguir, trataremos sobre o *frame* MASCULINIDADE.

3.2.8.1 *Frame* MASCULINIDADE

O mundo social é constituído por características culturais e estruturas sociais que conduzem o comportamento, crenças, atitudes e posturas daqueles que integram a sociedade. A aprendizagem dessas características ocorre no contato constante com os aspectos culturais vigentes na comunidade onde se vive ou em outros grupos sociais que se tem contato no decorrer da vida. As diferentes experiências vivenciadas ao longo do tempo proporcionam alterações no comportamento e na compreensão do mundo, assim como interferem na forma de interagir nesse mundo, produzindo diferentes construções ideológicas que são historicamente reproduzidas.

Dentre essas construções, encontramos os padrões de comportamento, culturalmente construídos e difundidos pela sociedade, como o comportamento esperado para o homem. A pressão social cobra que ele demonstre masculinidade, isto é, seja hétero, viril, goste de futebol e cerveja, por exemplo. Essa cobrança, normalmente, leva a maioria dos homens a reproduzirem os padrões a que foram habituados e a constantemente provarem a própria masculinidade, motivados pela necessidade de serem aceitos. Entretanto, essa necessidade de autoafirmação, muitas vezes, é distorcida pela ideia de supremacia do homem diante da mulher, fazendo com que eles, legitimados por uma masculinidade tóxica e doentia, tomem atitudes violentas e cruéis contra elas.

Considerando essa perspectiva, encontramos, no nosso corpus, contextos em que a ideia de masculinidade, entendida como um conjunto de atributos, comportamentos e papéis atribuídos ao homem, parece tencionar incluir, entre essas características, o aspecto masculino violento e dominador, buscando explicar, dessa forma, a realização de ações violentas contra a mulher, como o estupro.

Buscamos, nos dicionários, a definição do item léxico ‘masculinidade’, as quais estão expostas no quadro 51:

Quadro 51 – Definições dicionarizadas para MASCULINIDADE

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Moraes (1789)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
MASCULINIDADE	1. Linha de masculinidade: a descendência por varão, oposta a que linha por fêmea. 2. Clausula de masculinidade: a que se punha nos morgados e vínculos em que as fêmeas serão excluídas. 3. Leis modernas: o ser de homem, oposto a fêmea.	1. Qualidade de masculino ou de másculo. 2. Virilidade.	1. Qualidade de masculino. 2. Qualidade de quem tem comportamento másculo; VIRILIDADE.

Fonte: Elaboração nossa.

As definições apresentadas no quadro 51 revelam que o conceito de masculinidade é o mesmo nos diferentes séculos, isto é, diz respeito ao comportamento esperado para o homem macho e viril. Apesar de não estar explícito nessas definições, existem particularidades que são acrescidas a partir do contexto sócio, histórico e cultural vivenciado em cada período. Assim, o conceito é essencialmente o mesmo, entretanto, contextualmente variável. Por exemplo, a masculinidade, no século XVIII, exigia que o homem fosse o provedor de sua casa, entretanto, no século XXI, isso não é regra.

Essa masculinidade, vivenciada no século XXI e verificada no nosso corpus, legitima a violência contra a mulher, conforme podemos observar, na ocorrência a seguir, na conceptualização do estupro como parte da cultura masculina, vejamos:

(118) Foram três colegas da escola que *violentaram* a menina sul-africana, um sinal de que *o estupro é parte da cultura masculina compartilhada*. (14/11/2010, p. 192; Artigo; Débora Diniz, antropóloga e professora).

Nessa ocorrência, a compreensão do estupro como parte da cultura masculina instancia a metonímia CULTURA MASCULINA POR ESTUPRO, do tipo CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA, em que a referência à cultura masculina (causa) é a consequência (estupro). Em nosso corpus, encontramos, de forma recorrente, textos em que a masculinidade se sobrepunha à aspectos éticos e morais, licenciando, falsamente, atitudes violentas e imorais. Isso pode ser observado na compreensão do estupro como parte da cultura masculina, na qual, o homem, valendo-se da sua condição, culturalmente

construída e validada em algumas sociedades, de dominador e de ser superior à mulher, acha-se no direito de a estuprar e violentar.

A ancoragem conceptual é realizada pelo esquema-I PARTE/TODO, acionado pelo item lexical ‘parte’, que faz referência a parte (estupro), através da expressão do todo. Os esquemas-I FORÇA, CONTATO, COMPULSÃO e PERTO/LONGE, também, foram verificados, sendo acionados pelo item léxico ‘violentaram’, que indica a presença de força, resistência, aproximação e contato físico, intrínsecos ao conceito de estupro.

Encontramos, ainda, no *frame* MASCULINIDADE a compreensão do estupro como algo inerente à sociabilidade do homem. Essa compreensão pode ser observada na ocorrência (119), que instancia a metonímia SOCIABILIDADE MASCULINA POR ESTUPRO, também, do tipo CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA, conforme podemos observar no exemplo seguinte:

(119) A emergência do estupro como parte da sociabilidade masculina é um fenômeno assustador pelo que sugere sobre sua persistência e aceitabilidade cultural. (14/11/2010, p. 192; Artigo; Débora Diniz, antropóloga e professora).

A metonímia presente na ocorrência (119) possui a ancoragem conceptual realizada pelo esquema-I PARTE/TODO, ativado por ‘parte’, que indica uma parte que referencia o todo. Encontramos, ainda, nessa ocorrência a compreensão do estupro como fenômeno, que será tratada na subseção 3.2.19.4.

Passemos, a seguir, a discussão sobre o *frame* RITO.

3.2.8.2 *Frame* RITO

O rito é conceituado como um costume ou uma cerimônia que se repete, de forma invariável, de acordo com um conjunto de normas previamente estabelecidas. A compreensão do estupro como rito, pode ser observada nos exemplos (120), (121) e (122):

(120) Investigações da Corte Criminal Internacional sobre os conflitos em Ruanda, República Democrática do Congo e Uganda mostram que o estupro é ora um *rito de iniciação*, ora uma peça de deleite de militares e civis. (14/11/2010, p. 192; Artigo; Débora Diniz, antropóloga e professora).

(121) De um segredo entre um homem violentador e uma mulher inocente, o *estupro* ascende ao patamar social de *rito coletivo*. (14/11/2010, p. 192; Artigo; Débora Diniz, antropóloga e professora).

(122) E é somente nesse contexto que se pode entender as razões de os garotos se filmarem como estupradores. A imagem agrega perversão ao *rito masculino de dominação*. (14/11/2010, p. 192; Artigo; Débora Diniz, antropóloga e professora).

Nessas ocorrências, encontramos a conceptualização do estupro como um rito, instanciada por meio das expressões “rito de iniciação”, em (120), “rito coletivo”, em (121), e “rito masculino de dominação”, em (122). Consideramos que tais compreensões fazem parte do domínio da CULTURA, a partir das definições encontradas nos dicionários consultados, a saber:

Quadro 52 – Definições dicionarizadas para RITO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Moraes (1789)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
RITO	1. Ordem das cerimônias religiosas.	1. As regras e cerimônias que se devem observar na prática de uma religião. 2. Culto, ceita, religião. 3. Qualquer cerimônia de caráter sacro ou simbólico que segue preceitos estabelecidos. 4. Sistema de organizações maçônicas. 5. As normas do ritual. 6. Conjunto de leis adjetivas reguladoras do exercício duma ação em juízo.	1. Conjunto de regras e cerimônias que devem ser cumpridas em uma religião; LITURGIA. 2. P.Ext. Religião, seita. 3. Qualquer cerimônia de cunho sagrado ou simbólico (<i>ritos fúnebres</i>). 4. Conjunto de normas estabelecidos por uma sociedade (<i>ritos de passagem</i>). 5. P.ext. Conjunto de procedimentos habituais (<i>ritos escolares</i>); COSTUME. 6. Jur. Conjunto de formalidades a serem observadas para a validade de um ato jurídico (<i>rito processual</i>). Rito de passagem 1 Antr. Em certas sociedades primitivas, ritual que marca a passagem de um indivíduo de um grupo, um estágio ou condição social, a outro. [...]

Fonte: Elaboração nossa.

As definições apresentadas no quadro 52 mostram que o item lexical ‘rito’ diz respeito a procedimentos praticados por determinado grupo social e que estão relacionados à cultura daquela sociedade, além de corresponder, também, a determinados procedimentos jurídicos. Nos interessa, entretanto, as definições relacionadas à cultura, tendo em vista o contexto das ocorrências (120) a (122).

Dessa forma, os ritos são entendidos como simbólicos e são realizados, de acordo com a tradição, portanto, os ritos variam, conforme a sociedade ou a cultura. Alguns são populares e estão relacionados com a purificação (como o batismo), o sangue (os sacrifícios), a consagração (a investidura sacerdotal ou dos reis), o agradecimento (a gratidão) ou o perdão. Por outro lado, existem outros dedicados à passagem de uma etapa para outra (da puberdade para a idade adulta, do estado de solteiro para o casamento). Há, também, ritos de iniciação, que estão relacionados com a introdução a certos mistérios ou a práticas ocultas para os não iniciados. Temos, ainda, os ritos de passagem que celebram a mudança de status de um indivíduo, seja essa mudança de caráter comunitário, social ou religioso, ajudando a marcar acontecimentos importantes na vida de uma pessoa.

Assim, a partir do anteriormente exposto e das compreensões para o estupro verificadas nas ocorrências (120) a (122), observamos que tais compreensões são estruturadas pela metáfora ESTUPRO É RITO. Essa metáfora possui ancoragem conceptual por meio dos esquemas-I FORÇA, CONTATO, PERTO/LONGE E COMPULSÃO, ativados através da expressão “homem violentador”, em (120), e pelo item lexical ‘dominação’, em (122), que indica força, resistência, aproximação e contato, intrínsecos ao estupro. Há, também, o esquema-I PARTE/TODO, acionado pelo item lexical ‘coletivo’, em (121), e as expressões “de iniciação”, em (120), e “masculino de dominação”, em (122), já que são tipos, partes, do todo rito. Temos, ainda, o esquema-I PROCESSO, em (120), ativado pela expressão “de iniciação”, que indica o início de um processo de mudança na vida do agente. O esquema-I LIGAÇÃO, também, pode ser verificado, sendo acionado pelas expressões “segredo entre um homem violentador e uma mulher inocente”, em (121), que vinculam os agentes, e “os garotos se filmaram como estupradores”, em (122), que liga os acusados ao ato.

Apresentamos, na sequência, o quadro 53, com a síntese dos achados para o domínio CULTURA.

Quadro 53- Síntese do domínio CULTURA

FRAME	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LEXICAIS ACIONADORES DO FRAME
MASCULINIDADE	(118) Foram três colegas da escola que violentaram a menina sul-africana, um sinal de que o estupro é parte da <i>cultura masculina</i> compartilhada.	Séc. XXI (14/11/2010)	Artigo	Débora Diniz, antropóloga e professora	Metonímico CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA (CULTURA MASCULINA POR ESTUPRO)	PARTE/TODO FORÇA CONTATO COMPULSÃO PERTO/LONGE	Cultura masculina
	(119) A emergência do <i>estupro</i> como parte da <i>sociabilidade masculina</i> é um fenômeno assustador pelo que sugere sobre sua persistência e aceitabilidade cultural.	Séc. XXI (14/11/2010)	Artigo	Débora Diniz, antropóloga e professora	Metonímico CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA (SOCIABILIDADE MASCULINA POR ESTUPRO)	PARTE/TODO	Sociabilidade masculina
RITO	(120) Investigações da Corte Criminal Internacional sobre os conflitos em Ruanda, República Democrática do Congo e Uganda mostram que o <i>estupro</i> é ora um <i>rito de iniciação</i> , ora uma peça de deleite de militares e civis.	Séc. XXI (14/11/2010)	Artigo	Débora Diniz, antropóloga e professora	Metafórico ESTUPRO É RITO	PROCESSO PARTE/TODO FORÇA CONTATO PERTO/LONGE COMPULSÃO	Rito de iniciação
	(121) De um segredo entre um homem violentador e uma mulher inocente, o <i>estupro</i> ascende ao patamar social de <i>rito coletivo</i> .	Séc. XXI (14/11/2010)	Artigo	Débora Diniz, antropóloga e professora	Metafórico ESTUPRO É RITO	LIGAÇÃO PARTE/TODO	Rito coletivo
	(122) E é somente nesse contexto que se pode entender as razões de os garotos se filmarem como estupradores. A imagem agrega perversão ao <i>rito masculino</i> de dominação.	Séc. XXI (14/11/2010)	Artigo	Débora Diniz, antropóloga e professora	Metafórico ESTUPRO É RITO	FORÇA CONTATO LIGAÇÃO COMPULSÃO PARTE/TODO PERTO/LONGE	Rito masculino de dominação

Fonte: Elaboração nossa.

Após apresentarmos o quadro 53, com a síntese dos resultados para o domínio CULTURA, trataremos, a seguir, sobre o domínio ENTRETENIMENTO.

3.2.9 Domínio ENTRETENIMENTO

O item léxico entretenimento, do latim "*inter*" (entre) "*tenere*" (ter), significa “aquilo que diverte com distração ou recreação” ou “um espetáculo público ou mostra destinada a interessar ou divertir” (GABLER, 1999, p. 25). A ideia de “ter entre” indica que o entretenimento “nos leva cada vez mais para dentro dele e de nós mesmos” (TRIGO, 2003, p. 32).

Nos dicionários consultados, encontramos, para entretenimento, as definições expostas a seguir:

Quadro 54 – Definições dicionarizadas para ENTRETENIMENTO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
ENTRETENIMENTO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Coisa que diverte, que entretém. 2. Artifício para meter tempo em meio. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ato de entreter. 2. Aquilo que entretém, diversão, distração. [...] 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ação ou resultado de entreter(-se). 2. Aquilo que entretém, distrai; DIVERSÃO; DIVERTIMENTO; RECREAÇÃO.

Fonte: Elaboração nossa.

Podemos observar, nas definições apresentadas no quadro 54, que o item léxico ‘entretenimento’ diz respeito à realização de uma atividade lúdica com o objetivo de diversão. A dimensão do brincar, jogar, entreter permite observar na atividade não destinada a um objetivo prático, um aspecto da natureza psíquica do homem e uma das bases da cultura. Esta, para o entendimento do lúdico como um de seus elementos integrantes, é o conjunto de ações que estão além da preservação da sobrevivência material. Nesse sentido, Trigo (2003, p. 181), afirma:

A cultura, em particular, e a vida humana, em geral, são muito mais complexas que as tentativas de se padronizar experiências. O esporte, a cultura, a política, os jogos e as diversões, a religião e as crenças, as festas são fontes inesgotáveis de atividades humanas prazerosas, que se expressam sob os mais diversos conceitos como lazer, recreação, ócio e entretenimento.

A partir do anteriormente exposto e considerando a diversidade de entretenimentos disponíveis na sociedade, identificamos, dentre as ocorrências estudadas, conceptualizações do estupro que acionaram o *frame* ENTRETENIMENTO e elementos a ele vinculados, como: jogo, diversão, passatempo, lazer, brincadeira etc., sendo ativado, no nosso corpus, a partir dos itens lexicais ‘passatempo’, ‘jogo de sedução’, ‘cenas’ e ‘sessão’. Esses itens léxicos acionaram os *frames* PASSATEMPO, JOGO e TEATRO, conforme veremos na sequência.

Iniciemos pelo *frame* PASSATEMPO.

3.2.9.1 *Frame* PASSATEMPO

Passatempo é uma atividade realizada por uma pessoa ou grupo de pessoas para se manterem entretidos por um determinado tempo. É utilizado para combater o tédio e para ter a mente concentrada em algo prazeroso. Vejamos as definições encontradas nos dicionários para o item lexical ‘entretenimento’:

Quadro 55 – Definições dicionarizadas para PASSATEMPO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
PASSATEMPO	1. Recreação, entretenimento agradável.	1. Divertimento, diversão, entretenimento.	1. Atividade divertida; DIVERTIMENTO; ENTRETENIMENTO.

Fonte: Elaboração nossa.

No quadro 55, as definições apresentadas nos mostram que o conceito do item léxico ‘passatempo’ não sofreu alteração no decorrer do tempo e corresponde à prática de uma atividade para fins de diversão.

Encontramos, dentre as ocorrências estudadas, a compreensão do estupro como passatempo, conforme pode ser observado no exemplo (123):

- (123) Condenações para o *crime de estupro* são poucas, e as estatísticas aumentam. O horror do ato e os danos à mulher, tanto mentais quanto físicos, são indelévels e quase sempre ignorados por todos. É uma experiência dilacerante, que aleija e, frequentemente, experiência fatal. É um subproduto da guerra e um *passatempo nos tempos de paz*. (17/01/1974, p. 29; Reportagem; Assef Kfourri, jornalista).

Nessa ocorrência, a compreensão do estupro como um entretenimento se dá a partir do item léxico ‘passatempo’, que é utilizado para fazer referência ao ato. No contexto apresentado, observamos que o estupro é considerado como um ato frequente, decorrente da guerra, todavia, é tido, também, como um entretenimento nos tempos em que não há guerra, ou seja, é algo corriqueiro, naquela sociedade, independente da situação em que ela se encontre. É um ato decorrente do contexto político-social, mas que está relacionado à cultura machista. Entendemos, assim, que os conceitos de estupro e passatempo pertencem a domínios distintos e, por isso, a compreensão observada é estruturada pela metáfora ESTUPRO É PASSATEMPO. Tal metáfora é mais específica e está vinculada a metáfora mais ampla ESTUPRO É ENTRETENIMENTO. A ancoragem conceptual é realizada pelo esquema-I PROCESSO, ativado pelo item léxico ‘dano’ e pelas expressões “experiência dilacerante” e “experiência fatal”, que indicam modificações na situação da mulher após o estupro. Os esquemas-I FORÇA, CONTATO, LIGAÇÃO e COMPULSÃO são observados, sendo instanciados pela expressão “o horror do ato e os danos à mulher”, indicando força, resistência e contato físico entre as partes, além de vincular o ato à vítima. Verificamos, ainda, nessa ocorrência, a compreensão do estupro como crime e como guerra, conceptualizações que são discutidas nas subseções 3.2.7.1 e 3.2.12, respectivamente.

A seguir, discutiremos o *frame* JOGO.

3.2.9.2 *Frame* JOGO

Dentre os diversos tipos de entretenimento, encontramos a conceptualização do estupro como jogo, que é considerado como qualquer atividade desenvolvida para recreação e entretenimento. Buscamos nos dicionários a definição para jogo e as apresentamos no quadro 56:

Quadro 56 – Definições dicionarizadas para JOGO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
JOGO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ação de jogar em todos os sentidos. 2. Banco, ou exercício para divertimento. 3. Aparelho. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Atividade física ou mental organizada por um sistema de regras que definem a perda ou o ganho. 2. Brinquedo, passatempo, divertimento. [...]	<ol style="list-style-type: none"> 1. Recreação individual ou em grupo. 2. Esp. Lud. Atividade mental ou física, regida por regras, que envolve alguma forma de competição ou de aposta e da qual resulta ganho ou perda. [...]

Fonte: Elaboração nossa.

As definições apresentadas, no quadro 56, revelam que o jogo é entendido como uma atividade recreativa, competitiva, que envolve regras e é realizada para diversão. Pode ser desenvolvido de forma individual ou coletiva, existindo uma variedade de formatos e de tipos de jogos.

Dentre as diferentes tipologias existentes no universo dos jogos, encontramos, no nosso corpus, o “jogo de sedução”, que aparece na ocorrência (124) e é utilizado na compreensão do estupro:

(124) A fantasia de que o *estupro seria parte de um jogo de sedução* não é exclusiva dos homens indianos. (13/01/2013, p. 124; Artigo; Débora Diniz, antropóloga e professora).

Nessa ocorrência, o estupro é considerado como parte de um jogo de sedução e, tendo em vista que os conceitos de estupro e jogo fazem parte de domínios distintos, temos, em (126), a instanciamento da metáfora ESTUPRO É JOGO, que, também, está vinculada a metáfora mais ampla ESTUPRO É ENTRETENIMENTO. O jogo de sedução, normalmente, é considerado como um jogo relacional, em que a sedução é a expressão da sexualidade, através da sensualidade. No contexto da ocorrência (126), o estupro é compreendido como parte desse jogo e que isso seria uma fantasia sexual masculina. Essa compreensão é estruturada conceptualmente pelo esquema-I PARTE/TODO, ativado pela expressão “parte de um jogo”, indicando que o estupro é parte de um todo mais amplo.

A seguir, trataremos sobre o *frame* TEATRO.

3.2.9.3 *Frame* TEATRO

O teatro é uma forma de arte na qual um ou vários atores apresentam uma determinada história, através da interpretação e atuação em cenas que buscam despertar na plateia sentimentos variados. No nosso corpus, encontramos conceptualizações do estupro realizadas a partir de itens lexicais que acionaram o *frame* TEATRO, como ‘cena’ e ‘sessão’.

Buscamos, nos dicionários, as definições para os referidos itens lexicais, as quais apresentamos, a seguir, no quadro 57:

Quadro 57– Definições dicionarizadas para CENA e SESSÃO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
CENA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Parte de um ato do drama. 2. Cenas, bastidores do teatro. 3. Espetáculo. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Nos antigos teatros gregos e romanos, o espaço de representação coberto, situado ao fundo, atrás do prosccênio. 2. A arte teatral. 3. Cada uma das unidades de ação duma peça, cuja divisão se faz segundo as entradas e saídas dos atores. 4. Acontecimento dramático ou cômico. [...] 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cin. Liter. Teat. Telv. Cada um dos lances ou unidades de ação que constituem um filme, narrativa, peça ou novela de tevê. 2. Fig. Acontecimento (ger. de certo interesse) presenciado por alguém. 3. Teat. O palco ou qualquer espaço em que atores, bailarinos, cantores, assim como o cenário, ficam visíveis ao público, numa representação teatral, operística, de dança etc. 6. P.ext. Teat. A arte dramática, o espetáculo, teatro. [...]
SESSÃO	<ol style="list-style-type: none"> 1. O tempo que dura o ajuntamento de uma corporação. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Espaço de tempo que dura a reunião de um corpo deliberativo, consultivo etc. 2. Espaço de tempo durante o qual funciona um congresso, uma junta etc. 3. Nos teatros e cinemas em que se leva o programa diversas vezes ao dia, cada um desses espetáculos. [...] 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tempo em que uma assembleia se mantém em reunião. Essa reunião. 2. Cada apresentação de um espetáculo musical, teatral ou cinematográfico, no mesmo dia. 3. Tempo durante o qual se realiza uma atividade específica. [...]

Fonte: Elaboração nossa.

Podemos observar, no quadro 57, que, dentre as definições listadas, verificamos acepções relacionadas ao teatro. Tais definições corroboram com o nosso entendimento de que a compreensão do estupro como cena e como sessão acionam o *frame* TEATRO e integram o domínio ENTRETENIMENTO. Essas compreensões podem ser observadas nas ocorrências (125), (126) e (127):

(125) Na terceira delegacia de policia está prosseguindo o inquérito relativo ás desagradáveis *scennas* praticadas no Forum Civel pelo preto Mauricio Marcondes, servente dessa casa de Justiça, que alli vinha desencaminhando varias menores quasi todas costureiras. Nas averiguações policiaes estão perfeitamente provados os maus antecedentes do repugnante conquistador, pois tal individuo ha muitos annos que vem commettendo os crimes pelos quaes está agora entregue a acção da justiça. Já quando era porteiro do grupo escolar do Arouche, elle tratava de desencaminhar infelizes crianças, dando-lhes presentinhos para melhor conseguir seus hediondos fins. (10/08/1917, p.5; Notícia; Aatoria do jornal).

(126) A Vigilância Sanitária encontrou ontem no lixo do consultório do pediatra e terapeuta Eugenio Chipkevitch, de 47 anos, acusado de molestar pacientes menores de idade, 17 frascos vazios do medicamento Dormonid. [...] Em fitas que registram cenas de

abuso sexual, entregues à polícia, o terapeuta aplica injeções, supostamente de sedativos em garotos. [...] O promotor José Carlos Blat disse não ter dúvidas de que o pediatra molestou os pacientes. “É crime hediondíssimo, inafiançável. Jamais vi *cenas* tão gritantes”, afirmou. O pediatra poderá ser responsabilizado também por estupro e corrupção de menores. (23/03/2002, p. 51; Notícia; Andréa Portella e Renato Lombardi, jornalistas).

(127) O ônibus com janelas escuras interrompeu seu trajeto para dar início à *sessão de horrores*. (13/01/2013, p. 124; Artigo; Débora Diniz, antropóloga, professora).

Nas ocorrências (125) e (126), a utilização do item lexical ‘cenas’ para fazer referência ao estupro aponta para a estruturação metonímica CENA POR ESTUPRO, do tipo PARTE PELO TODO, tendo em vista que esse uso indica o que era visto no momento, ou seja, uma parte do que aconteceu, ademais, considerando que o referido item léxico é definido como parte de uma apresentação teatral, uma parte do todo, entendemos que há, nesse sentido, uma correlação entre os conceitos de estupro e cena. A ancoragem conceptual é realizada, nas ocorrências (125) e (126), por meio do esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, acionado por “vinha desencaminhando” e “conseguir seus hediondos fins”, em (125), e, pela expressão “o terapeuta aplica injeções, supostamente de sedativos, em garotos”, em (126), que indicam trajetórias percorridas. Os esquemas-I LIGAÇÃO, FORÇA e CONTATO, também, são observados em (126), sendo acionados pela expressão “acusado de molestar pacientes”, considerando que liga a vítima ao acusado e indica força e contato físico.

Já na ocorrência (127), a conceptualização do estupro se deu a partir da expressão “sessão de horrores”. Podemos observar, no quadro 58, que o item léxico ‘sessão’ é definido como o período de tempo em que uma atividade é realizada ou em que acontece um determinado evento programável, como uma reunião ou uma peça de teatro, por exemplo. Considerando essa perspectiva conceitual, entendemos que a compreensão do estupro como uma sessão de horrores, também, aciona o *frame* TEATRO e integra o domínio ENTRETENIMENTO. Por entendermos que o item léxico ‘sessão’ diz respeito à execução de uma ação, consideramos que ele está conceitualmente relacionado ao estupro. Assim, a compreensão, apresentada em (127), é estruturada pela metonímia SESSÃO POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE, que é ancorada pelo esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, acionado por ‘início’, que indica o começo de uma trajetória, sendo, dessa forma, enfocada, nessa ocorrência, a ORIGEM. O esquema-I

ESCALA, também, foi observado, sendo acionado através do item linguístico ‘horrores’, cujo conceito indica uma gradação elevada quanto ao nível de crueldade vivenciado.

A seguir, no quadro 58, apresentamos a síntese do que foi encontrado para o domínio ENTRETENIMENTO.

Quadro 58- Síntese do domínio ENTRETENIMENTO

FRAME	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
PASSATEMPO	(123) Condenações para o crime de <i>estupro</i> são poucas, e as estatísticas aumentam. O horror do ato e os danos à mulher, tanto mentais quanto físicos, são indelévels e quase sempre ignorados por todos. É uma experiência dilacerante, que aleija e, frequentemente, experiência fatal. É um subproduto da guerra e um <i>passatempo</i> nos tempos de paz.	Séc. XX (17/01/1974)	Reportagem	Assef Kfour, jornalista	Metafórico ESTUPRO É PASSATEMPO	PROCESSO FORÇA CONTATO LIGAÇÃO COMPULSÃO	Passatempo
JOGO	(124) A fantasia de que o <i>estupro</i> seria parte de um <i>jogo de sedução</i> não é exclusiva dos homens indianos.	Séc. XXI (13/01/2013)	Artigo	Débora Diniz, antropóloga, professora.	Metafórico ESTUPRO É JOGO	PARTE/TODO	Jogo de sedução
TEATRO	(125) Na terceira delegacia de policia está prosseguindo o inquérito relativo às desagradáveis <i>scennas</i> praticadas no Forum Cível pelo preto Mauricio Marcondes, servente dessa casa de Justiça, que allí vinha desencaminhando varias menores quasi todas costureiras. Nas averiguações policiaes estão perfeitamente provados os maus antecedentes do repugnante conquistador, pois tal individuo ha muitos annos que vem commettendo os crimes pelos quaes está agora entregue a acção da justiça. Já quando era porteiro do grupo escolar do Arouche, elle tratava de desencaminhar infelizes crianças, dando-lhes presentinhos para melhor conseguir seus hediondos fins.	Séc. XX (10/08/1917)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico PARTE PELO TODO (CENA POR ESTUPRO)	ORIGEM/PERCURSO/META	Desagradáveis cenas
	(126) A Vigilância Sanitária encontrou ontem no lixo do consultório do pediatra e terapeuta Eugenio Chipkevitch, de 47 anos, acusado de molestar pacientes menores de idade, 17 frascos vazios do medicamento Dormonid. [...] Em fitas que registram cenas de abuso sexual, entregues à polícia, o terapeuta aplica	Séc. XXI (23/03/2002)	Notícia	Andréa Portella e Renato Lombardi, jornalistas	Metonímico PARTE PELO TODO (CENA POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO FORÇA CONTATO ORIGEM/PERCURSO/META	Cenas

	injeções, supostamente de sedativos em garotos. [...] O promotor José Carlos Blat disse não ter dúvidas de que o pediatra molestou os pacientes. “É crime hediondíssimo, inafiançável. Jamais vi <i>cenar</i> tão gritantes”, afirmou. O pediatra poderá ser responsabilizado também por estupro e corrupção de menores.						
TEATRO	(127) O ônibus com janelas escuras interrompeu seu trajeto para dar início à <i>sessão de horrores</i> .	Séc. XXI (13/01/2013)	Artigo	Débora Diniz, antropóloga e professora	Metonímico TODO PELA PARTE (SESSÃO POR ESTUPRO)	ORIGEM/PERCURSO/META ESCALA	Sessão de horrores

Fonte: Elaboração nossa.

Concluída a apresentação do quadro 58 com a síntese dos resultados para o domínio ENTRETENIMENTO, passemos a discutir sobre o domínio SEXO, na próxima subseção.

3.2.10 Domínio SEXO

Atualmente, sexo é uma palavra que pode ser, facilmente, usada para distinguir um homem de uma mulher, ou seja, sexo masculino e sexo feminino, no entanto, tal palavra, também, pode ser usada, quando se trata de órgãos sexuais, ou a prática de atividades sexuais. Vejamos as definições encontradas nos dicionários para esse item:

Quadro 59 – Definições dicionarizadas para SEXO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
SEXO	1. O ser distintivo do macho e da fêmea.	1. Conformação particular que distingue o macho da fêmea, nos animais e nos vegetais, atribuindo-lhes um papel determinado na geração e conferindo-lhes certas características distintivas. 2. Conjunto das pessoas que possuem o mesmo sexo. 3. Sensualidade, volúpia, lubricidade, sexualidade. 4. Os órgãos genitais externos. [...]	1. Conjunto de características que, nos seres humanos, nos animais e nas plantas, distinguem o sistema reprodutor, seus contrastes e suas interações. (<u>sexo</u> feminino/masculino). 2. Conjunto de pessoas que pertencem ao mesmo sexo. 3. Bras. Órgão sexual, masculino ou feminino; GENITÁLIA. 4. Ato ou prática sexual. 5. Psi. Comportamento humano com relação à libido; SEXUALIDADE. 6. Psi. Tendência a realçar a vida e experiência sexual; SENSUALIDADE; EROTISMO; LASCÍVIA; LUXÚRIA.

Fonte: Elaboração nossa.

Podemos observar, nas definições apresentadas no quadro 59, que a definição de sexo foi ampliada nos séculos XX e XXI, tendo em vista que no dicionário do século XIX era restrito à distinção entre macho e fêmea. Já nos séculos XX e XXI, a definição é estendida, também, para a prática sexual.

Enquanto ato sexual, para alguns, como as pessoas apaixonadas, o sexo tem o significado de um ato de amor e para outros uma simples satisfação do prazer, sendo, em algumas situações, um prazer unilateral, como o que acontece nos casos de estupro.

Ao pensarmos em sexo, abrimos um frame integrado por diferentes elementos, como: homem, mulher, cópula, corpo, carinho etc. Nas ocorrências estudadas, o *frame* sexo foi ativado pelas expressões “sexo não consentido”, “ato sexual”, “coito sacerdotal” e “sodomizou-a”, conforme é tratado a seguir.

Iniciamos a discussão pela compreensão do estupro como “sexo não consentido”, encontrada na ocorrência (128):

(128) Suas desrazões para a violência ainda não são conhecidas, mas a retórica masculina insiste em mencionar as roupas ou os modos das mulheres como convites ao *sexo não consentido*. (13/01/2013, p.124; Artigo; Débora Diniz, antropóloga e professora).

Nessa ocorrência, a expressão “sexo não consentido” instancia a metáfora ESTUPRO É SEXO. Entendemos que os conceitos de estupro e sexo não estão relacionados, considerando que, apesar de o estupro envolver aspectos sexuais, o ato se constitui em violência. Por isso, embora o *frame* da violência dialogue com o *frame* do sexo em alguns contextos, eles são conceitualmente distintos. A expressão linguística “sexo não consentido” apresenta o emprego do eufemismo por metáfora, considerando que atenua a negatividade do item léxico ‘estupro’. Tal compreensão é conceitualmente ancorada pelo esquema-I FORÇA, acionado por ‘violência’, que indica a presença da força. Há, ainda, o esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, ativado por “roupas e modos das mulheres como convite”, apontando para o início de uma trajetória, estando o foco na ORIGEM. Os esquemas-I CONTATO e COMPULSÃO, também, podem ser observados, sendo ativados pela expressão “não consentido”, pois remete à resistência e ao contato físico.

A prática sexual diz respeito às relações de intimidade entre pessoas e à busca do prazer através do corpo, envolvendo os órgãos sexuais-genitais. Além de ser uma maneira de obter prazer e alegria, de dar e receber carinho e afeto, a relação sexual tem, também, a função de dar origem a novos seres através da reprodução.

A forma cultural, mais prototípica, acionada ao se tratar de sexo, é a penetração. Entretanto, determinados contatos íntimos, entre pessoas, em que há estímulo sexual são categorizados como relação sexual, mesmo sem a penetração.

No que diz respeito ao nosso objeto de estudo, o estupro, o mesmo entendimento jurídico é dado, tendo em vista que a lei nº 12.015, de 2009 denomina que estupro é “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou a permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”, conforme já apresentado. A lei original sobre estupro é de 1940 e havia sido reformada pela última vez, em 1990, quando o crime virou hediondo. Nessa nova alteração, as principais mudanças foram considerar, também, como estupro, atos em que não houvesse a

penetração e a retirada do termo ‘mulher’, de modo que a lei agora vale para todos os gêneros.

Consideramos desnecessário buscar definições dicionarizadas para a expressão ‘ato sexual’, tendo em vista que diz respeito à prática do sexo que já teve suas definições apresentadas anteriormente quando tratamos do item léxico ‘sexo’.

O entendimento do estupro como um ato sexual não consentido foi encontrado no corpus, como pode ser observado nas ocorrências (129) e (130):

(129) Apesar de a legislação brasileira considerar que estupro é qualquer *ato sexual não consentido*, as mulheres são as principais vítimas”. (10/11/2013, p.143; Artigo; Débora Diniz, antropóloga e professora).

(130) “É qualquer *ato sexual sem consentimento*, com emprego de violência ou grave ameaça”. (31/05/2016, p. A12-13; Reportagem; Luciana Nunes Leal e Roberta Pennafort (jornalistas).

Nessas ocorrências, as expressões “ato sexual não consentido” e “ato sexual sem consentimento” instanciam a metáfora ESTUPRO É SEXO. As expressões linguísticas referidas apresentam o emprego do eufemismo por metáfora, considerando que atenuam a negatividade do item léxico estupro. Tais compreensões são conceptualmente ancoradas pelo esquema-I FORÇA, acionado por “não consentido”, em (129), e “sem consentimento” e “violência”, em (130). O esquema-I COMPULSÃO, também, pode ser observado, sendo ativado por “grave ameaça”, em (130), indicando resistência. Há ainda o esquema-I CONTATO, ativado pela expressão “ato sexual”, em (129) e, em (130), apontando para o contato físico.

Dentre as formas de se nomear a prática sexual, encontramos, em nosso corpus, a compreensão do estupro a partir do *frame* COITO, conforme apresentamos a seguir.

3.2.10.1 *Frame* COITO

No nosso corpus, encontramos a compreensão do estupro como coito. Buscamos nos dicionários, a definição para esse item lexical, as quais apresentamos no quadro 60:

Quadro 60 – Definições dicionarizadas para COITO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
COITO	1. Cópula carnal.	1. Relação sexual, acasalamento, cópula. [...]	1. Ato sexual, cópula. [...]

Fonte: Elaboração nossa.

As definições encontradas para o item léxico ‘coito’ revelam que o ato corresponde à relação sexual, sendo mantida, essa definição, nos diferentes períodos. Dessa forma, entendemos que o coito é conceitualmente distinto do estupro, tendo em vista que coito, a relação sexual, não é estupro, pois este se constitui em violência. Por isso, consideramos que a compreensão do estupro como coito instancia a metáfora ESTUPRO É COITO, conforme pode ser observado na ocorrência (131):

(131) [...] havendo outras que contrahiram no *coito sacerdotal*, moléstias vergonhosas. (11/09/1891, p. 1; Reportagem; Fialho D’Almeida, jornalista).

Nessa ocorrência, a conceptualização está estruturada pelos esquemas-I RECIPIENTE, DENTRO/FORA, CONTATO e LIGAÇÃO, acionados pela expressão “contrahiram no coito”, que aponta para o coito como um recipiente, dentro do qual existiam moléstias que foram adquiridas, naquele contato físico, e vinculadas a um corpo. Temos, ainda, o esquema-I PROCESSO, ativado pela expressão linguística “contrahiram no coito sacerdotal, moléstias vergonhosas”, visto que houve uma mudança de estado, em decorrência das moléstias que as vítimas adquiriram, a partir do estupro. Há, também, o esquema-I ATRAÇÃO, acionado pelo item lexical ‘contrahiram’, que indica uma força que fez as moléstias serem adquiridas na realização do ato.

Verificamos a presença do eufemismo, na ocorrência (131), através da utilização da expressão metafórica “coito sacerdotal”, que atenua o peso do que está sendo dito, diminuindo o impacto que a palavra estupro provoca.

Observamos, também, a utilização do adjetivo ‘sacerdotal’ que funciona como qualificador do ato e possibilita atribuir a essa ocorrência uma compreensão mais específica, a partir do estudo do processo de categorização.

A seguir, trataremos do *frame* SODOMIA.

3.2.10.2 Frame SODOMIA

Encontramos, ainda, entre as ocorrências estudadas, a compreensão do estupro como sodomia. Nos dicionários consultados, encontramos para esse item lexical as definições expostas no quadro 61, a saber:

Quadro 61 – Definições dicionarizadas para SODOMIA

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
SODOMIA	1. Pecado nefando sensual contra a natureza.	1. Conjunção sexual anal entre um homem e uma mulher ou entre homossexuais masculinos.	1. Relação sexual anal, entre um homem e uma mulher ou entre indivíduos do sexo masculino.

Fonte: Elaboração nossa.

No quadro 61, podemos observar que o item léxico ‘sodomia’ é definido por Pinto (1832), como algo relacionado à prática sexual, tido como abominável e que não se pode falar sobre. Já em Aurélio (1986) e Caldas Aulete (2020), é explicitado o tipo de prática a que o item léxico se refere. Podemos inferir, dessa forma, que os conceitos são equivalentes nos períodos, embora não esteja explícito no século XIX, talvez, por tabuismo em relação a assuntos ligados à prática sexual.

No nosso corpus, encontramos a compreensão do estupro como sodomia, conforme pode ser verificado na ocorrência (132):

(132) Após 32 anos longe dos EUA, cineasta pode ter de voltar para responder por crime de *estupro*. Em 1977, no intervalo entre O inquilino e Tess, Polanski embebedou (champanhe), drogou (quaalude) e, após checar o período de fertilidade de uma garota de 13 anos, chamada Samantha Geimer, *sodomizou-a* na casa do ator Jack Nicholson, em Mulholland Drive, Hollywood. (04/10/2009, p.204; Reportagem; Sergio Augusto, jornalista).

Nessa ocorrência, a conceptualização do estupro é acionada a partir da expressão “sodomizou-a”, a qual está relacionada, como evidente, à sodomia. De acordo com as definições apresentadas no quadro 62, a sodomia é a prática de um determinado tipo de ato sexual. Nesse sentido, podemos inferir que quem executa a ação de sodomizar pratica sodomia. Partindo dessa perspectiva, percebemos que a compreensão apresentada, em (132), instancia a metáfora ESTUPRO É SODOMIA, que está ancorada conceptualmente pelo esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, ativado pelos itens léxicos ‘embebedou’,

‘drogou’ e ‘sodomizou-a’, indicando uma trajetória percorrida. O esquema-I LIGAÇÃO, também, pode ser verificado, sendo acionado pela expressão “o cineasta pode ter de voltar para responder por crime de estupro”, que vincula o agente ao ato. Há, ainda, o esquema-I PARTE/TODO, ativado pelo item lexical ‘sodomizou’, que faz referência a uma parte do estupro, assim como o esquema-I CICLO, acionado pela expressão “ter de voltar”, indicando uma ação que, possivelmente, se repetirá. Temos, além desses, o esquema-I PROCESSO, ativado pelos itens léxicos ‘embebedou’ e ‘drogou’, apontando para alterações no estado da vítima. E o esquema-I COMPULSÃO, acionado por “sodomizou-a”, tendo em vista que indica algo forçado.

A seguir, apresentamos o quadro 62, com a síntese dos achados para o domínio SEXO.

Quadro 62 - Síntese do domínio SEXO

FRAME	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIIONADORES DO FRAME
SEXO	(128) Suas desrazões para a violência ainda não são conhecidas, mas a retórica masculina insiste em mencionar as roupas ou os modos das mulheres como convites ao <i>sexo não consentido</i> .	Séc. XXI (13/01/2013)	Artigo	Débora Diniz, antropóloga, professora	Metafórico ESTUPRO É SEXO	ORIGEM/PERCURSO/META FORÇA CONTATO COMPULSÃO	Sexo não consentido
	(129) Apesar de a legislação brasileira considerar que <i>estupro</i> é qualquer <i>ato sexual não consentido</i> , as mulheres são as principais vítimas”.	Séc. XXI (10/11/2013)	Artigo	Débora Diniz, antropóloga, professora	Metafórico ESTUPRO É SEXO	FORÇA CONTATO	Ato sexual não consentido
	(130) É qualquer <i>ato sexual sem consentimento</i> , com emprego de violência ou grave ameaça.	Séc. XXI (31/05/2016)	Reportagem	Luciana Nunes Leal e Roberta Penna Fortes, jornalistas	Metafórico ESTUPRO É SEXO	FORÇA CONTATO COMPULSÃO	Ato sexual sem consentimento
COITO	(131) [...] havendo outras que contrahiram no <i>coito sacerdotal</i> , moléstias vergonhosas.	Séc. XIX (11/09/1891)	Reportagem	Fialho D”Almeida, jornalista	Metafórico ESTUPRO É COITO	RECIPIENTE DENTRO/FORA CONTATO LIGAÇÃO PROCESSO ATRAÇÃO	Coito sacerdotal
SODOMIA	(132) Após 32 anos longe dos EUA, o cineasta pode ter de voltar para responder por crime de <i>estupro</i> . Em 1977, no intervalo entre O inquilino e Tess, Polanski embebedou (champanhe), drogou (quaalude) e, após checar o período de fertilidade de uma garota de 13 anos, chamada Samantha Geimer, <i>sodomizou-a</i> na casa do ator Jack Nicholson, em Mulholland Drive, Hollywood.	Séc. XXI (04/10/2009)	Reportagem	Sergio Augusto, jornalista	Metafórico ESTUPRO É SODOMIA	ORIGEM/PERCURSO/META LIGAÇÃO PARTE/TODO CICLO PROCESSO COMPULSÃO	Sodomizou-a

Fonte: Elaboração nossa.

Após apresentar o quadro 62 com a síntese dos achados para o domínio SEXO, trataremos sobre o domínio DOENÇA, na próxima subseção.

3.2.11 Domínio DOENÇA

A doença é entendida, convencionalmente, como uma condição particular anormal que afeta, negativamente, a estrutura ou função de parte ou de todo um organismo. É tida como algo debilitador, que coloca o indivíduo, submetido a esse estado, em uma condição vulnerável, podendo ser, também, terminal. De acordo com Czeresnia (1999), a doença é concebida como dotada de realidade própria, externa e anterior às alterações concretas do corpo. Todavia, o fato de que ela se manifesta em um ser social e cultural, dotado de especificidades, e que, por isso, traz distintas consequências físicas e psicológicas, não deve ser ignorado.

No decorrer do tempo, entretanto, nem sempre a doença foi pensada assim. Na Idade Média, a influência da religião cristã manteve a concepção da doença como resultado do pecado e a cura como questão de fé. O cuidado de doentes estava, em boa parte, entregue a ordens religiosas, que administravam, inclusive, o hospital, instituição que o cristianismo desenvolveu, não como um lugar de cura, mas de abrigo e de conforto para os doentes.

Nos dicionários, o item léxico ‘doença’ é definido da seguinte forma:

Quadro 63 – Definições dicionarizadas para DOENÇA

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
DOENÇA	1. Falta de saúde, enfermidade.	1. Falta ou perturbação da saúde, moléstia, mal, enfermidade. 2. Mania, vício, defeito. [...]	1. Perturbação da saúde, que se manifesta em sintoma(s) que pode(m) ou não ser perceptíveis; ENFERMIDADE; MOLÉSTIA. 2. Fig. Obsessão, mania, vício. [...]

Fonte: Elaboração nossa

As definições apresentadas no quadro 63 mostram que o conceito de doença diz respeito a um mal físico ou psíquico que acomete os seres vivos. Esse entendimento coaduna com a compreensão de ‘doença’ pelo senso comum, considerando que, ao pensarmos nesse conceito, ativamos um *frame* constituído por diversos elementos, como: dor, cuidado, cura, médico, hospital, remédio, entre outros, além das suas variadas tipologias. No nosso corpus, encontramos ocorrências que acionaram os *frames* LEPR

e CURA. Esses conceitos não são contíguos ao conceito de estupro e, por isso, as compreensões produzidas a partir deles licenciam metáforas, conforme veremos na sequência.

Apresentamos, a seguir, a compreensão do estupro a partir do *frame* LEPRA.

3.2.11.1 *Frame* LEPRA

No nosso corpus encontramos a compreensão do estupro como lepra. Buscamos nos dicionários as definições para esse item lexical, conforme a seguir exposto:

Quadro 64 – Definições dicionarizadas para LEPRA

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
LEPRA	1. Sarna, de costras petras e brancas muito feias, acompanhadas de extremada comichão, e que corroe a carne.	1. Pat. Infecção crônica devido a uma microbactéria. 2. Sarna de cachorro. 3. Vício que se propaga como a lepra. 4. Pessoa ruim, imprestável. [...]	1. Hist. Med. Na Antiguidade, denominação comum para as infecções de pele, mucosas e nervos periféricos, ger. de caráter crônico e contagioso. 2. Pat. Ver <i>hanseníase</i> . 3. Pop. Sarna de cachorro. 4. Fig. Qualquer coisa que se propaga como a lepra. [...]

Fonte: Elaboração nossa

Podemos verificar que as definições apresentadas, no quadro 64, estabelecem referência, de forma comum, a doença que se desenvolveu e acometeu inúmeras pessoas na história da humanidade. O percurso dessa doença e seus doentes, isto é, a lepra e os leprosos, revelam o impacto de uma doença em determinada sociedade e os mecanismos sociais envolvidos na sua percepção, delimitação e destino das pessoas.

Nesse período, a lepra era concebida como o pior dos males, sem cura, e a pessoa acometida por esse mal era banida e condenada ao isolamento, até a morte. Essa percepção da lepra, como um grande mal, foi encontrada nas ocorrências, quando o estupro é conceptualizado como uma doença, conforme apresentado no exemplo (133):

(133) De sorte que enquanto O Século repinta Guilhermina a trabalhar n'uma mansarda, dia e noite, *comida da lepra conventual dos capelães, seus seductores*. (11/09/1891, p. 1; Reportagem; Fialho D'Almeida, jornalista).

Nessa ocorrência, a expressão linguística destacada instancia a metáfora ESTUPRO É DOENÇA, visto que o estupro está sendo referido a partir do uso do item lexical ‘lepra’. Essa conceptualização aciona o *frame* LEPRA e evoca relevantes aspectos que a constituem, como: ferida, impureza, isolamento e morte. Na ocorrência (133), a expressão linguística “lepra conventual” aciona esse *frame*. A lepra é considerada o símbolo da impureza. Esse aspecto é observado no mapeamento metafórico, já que o estupro é, também, considerado impuro, assim como a sua vítima. Da mesma forma, verificamos que o isolamento e a morte estão relacionados com as consequências do estupro para a vida da vítima, considerando que a mulher, nessa condição, era, e ainda pode ser submetida ao isolamento social.

Essa metáfora é estruturada pelo esquema-I PARTE/TODO, acionado pela expressão “lepra conventual”, que especifica o tipo de doença, dentre outras que compõem tal categoria. A utilização do item lexical ‘lepra’, para fazer referência ao estupro, parece indicar a gravidade do ato, ao acionarmos a gravidade da doença, apontando para o esquema-I ESCALA. Temos, ainda, o esquema-I LIGAÇÃO, ativado pela expressão linguística “dos capelães”, considerando que o estupro está sendo entendido como uma doença de alguém, estabelecendo uma ligação, nesse contexto, entre o estupro e seus autores. Além dos esquemas acionados, há, ainda, a projeção metafórica ESTUPRO É FOME, visto que a mulher, objeto do desejo, é compreendida como a comida da lepra, ou seja, do estupro. Essa metáfora está vinculada à metáfora mais geral DESEJAR É TER FOME, conforme estudo de Lima (1999).

A compreensão do estupro a partir do *frame* CURA será tratada na subseção seguinte.

3.2.11.2 *Frame* CURA

As sociedades apresentam pluralismos de sistemas e crenças que se preocupam com a arte de curar, alguns milenares, como as medicinas chinesa, indiana, egípcia, persa e grega; outros mais atuais, como alopátia, fitoterapia e naturopátia. Existem ainda modelos de cura de cunho popular, como o curandeirismo e os praticados por seitas religiosas. Segundo Calder (1970), registros pré-históricos sugerem que adoecimento e cura sempre estiveram associados a práticas ritualísticas carregadas de aspectos simbólicos. Sobre isso, o autor destaca:

A superstição, a magia e o ato de curar eram mesclados e a figura do médico e sacerdote encontrava-se neste amálgama, como atesta o homem (médico) com a máscara de cervo encontrada na caverna de Les Trois-Frères, datada de cerca de 16.000 anos, tida como a mais antiga representação do homem curador de enfermidades. (CALDER, 1970)

Independente do modelo, o conceito de cura refere-se ao ato e ao resultado de sarar. Vejamos as definições encontradas para o item léxico ‘cura’, nos dicionários consultados, as quais serão apresentadas na sequência:

Quadro 65 – Definições dicionarizadas para CURA

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Moraes (1789)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
CURA	<ol style="list-style-type: none"> 1. O ato de curar. 2. Aplicar-se remédios. 3. O estado do mal curado. [...] 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ato ou efeito de curar (-se). 2. Reestabelecimento da saúde. 3. Meio de debelar uma doença, tratamento. [...] 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ação ou resultado de curar(-se). 2. Recuperação da saúde. 3. Todo meio de combater uma doença; TRATAMENTO. 4. Fig. Remédio, solução. [...]

Fonte: Elaboração nossa

Diante das definições apresentadas, no quadro 65, para o item lexical ‘cura’, verificamos que corresponde ao ato de curar um mal ou uma doença e ao reestabelecimento do bem-estar, por isso podemos considerar que diz respeito ao processo de restauração da saúde. Para alcançar essa restauração do equilíbrio orgânico, a pessoa que necessita da cura deve ser submetida a um tratamento que deve ser desenvolvido de diferentes maneiras, de acordo com a doença em questão.

Uma intervenção cirúrgica, a provisão de medicamentos e a aplicação de algum elemento terapêutico são algumas das ações que podem ser realizadas para alcançar a cura, sendo possível, inclusive, transcender o físico e se concentrar no aspecto psicológico. Um psicólogo ou psiquiatra, nesse contexto, pode levar um indivíduo a resolver uma psicose ou neurose, alcançando uma existência sem alterações patológicas.

No nosso corpus, encontramos a conceptualização do estupro como algo curativo, instanciado a partir da expressão “curative rape”, conforme podemos verificar na ocorrência (134):

(134) Vi que o *curative rape* ainda vigora em algumas regiões do mundo, em diferentes versões. (30/08/2009. p. 208; Entrevista; Silvia Pimentel, jurista, professora).

A expressão “*curative rape*”, encontrada na ocorrência (134), significa estupro curativo ou, como, também pode ser encontrado, estupro corretivo (*corrective rape*), que é um conceito originário da África do Sul para se referir ao estupro de lésbicas por homens que concordam com a opinião de que estão “corrigindo” a condição sexual das mulheres.

De acordo com Kammila Naidoo (2018), alguns estudos qualitativos revelaram as alegações dos autores de que o estupro “curará” lésbicas (de seu lesbianismo) e as tornará heterossexuais. Além disso, segundo a autora, alguns informantes masculinos, desses estudos, afirmaram que o estupro representa as ações defensivas de homens que atacam mulheres e que suas ações são justificadas porque estão defendendo sua autenticidade. Esses sentimentos emergentes sugerindo tolerância aos estupros de lésbicas nas últimas duas décadas estão fora de sincronia com o espírito dos movimentos de libertação da África do Sul do passado, que incorporavam demandas pela emancipação das mulheres. A constituição pós-apartheid da África do Sul foi a primeira no mundo a proibir a discriminação com base na orientação sexual. A África do Sul, também, foi o primeiro país africano a permitir o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Assim, as opiniões de alguns homens, de que existem sexualidades e feminilidades “transgressivas” que ameaçam seu senso de autoridade e precisam de correção, servem como lembretes das intensas reações homofóbicas e anti-feministas que as mulheres enfrentam hoje.

Nesse contexto opressor, a mulher continua sendo vítima de atrocidades, masculinamente justificadas, como o estupro considerado curativo. Essa compreensão é estruturada pela metáfora ESTUPRO É CURA. Tal conceptualização está ancorada pelos esquemas-I FORÇA, CONTATO e PERTO/LONGE, acionados pelo item léxico “*rape*” (estupro), já que o conceito de estupro envolve aproximação e contato físico entre pessoas e indica a existência da força. O esquema-I PROCESSO, também, pode ser verificado, sendo ativado pelo item lexical ‘*curative*’ (relacionado à cura), pois indica que haverá uma modificação na situação da vítima em decorrência do ato.

Apresentamos, na sequência, o quadro 66, com a síntese dos resultados encontrados para o domínio DOENÇA.

Quadro 66 - Síntese do domínio DOENÇA

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO <i>FRAME</i>
LEPRA	(133) De sorte que enquanto O Século repinta Guilhermina a trabalhar n'uma mansarda, dia e noite, comida da <i>lepra conventual</i> dos capelães, seus seductores.	Séc. XIX (11/09/1891)	Reportagem	Fialho D'Almeida (jornalista)	Metafórico ESTUPRO DOENÇA É	PARTE/TODO ESCALA LIGAÇÃO	Lepra conventual
CURA	(134) Vi que o <i>curative rape</i> ainda vigora em algumas regiões do mundo, em diferentes versões.	Séc. XXI (30/08/2009)	Entrevista	Silvia Pimentel, jurista, professora	Metafórico ESTUPRO CURA É	FORÇA CONTATO PERTO/LONGE PROCESSO	<i>Curative rape</i>

Fonte: Elaboração nossa

Após a apresentação do quadro 66, com a síntese dos resultados para o domínio DOENÇA, passaremos a tratar sobre o domínio GUERRA, na subseção seguinte.

3.2.12 Domínio GUERRA

O conceito de guerra relaciona-se ao combate, à batalha, à luta, à briga ou ao confronto. Implica no rompimento de um estado de paz e dá origem a um confronto entre povos com diversos tipos de armas e que costuma provocar um elevado número de mortes.

Nos dicionários, o item léxico ‘guerra’ apresenta as definições aqui expostas:

Quadro 67 – Definições dicionarizadas para GUERRA

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
GUERRA	1. Toda e qualquer hostilidade que se procura ou faz ao inimigo. [...]	1. Luta armada entre nações ou partidos. Conflito. 2. Expedição militar, campanha. 3. Combate, peleja, luta. 4. A arte militar. 5. Oposição hostilidade. [...]	1. Conflito armado entre nações, etnias etc. 2. Campanha militar. 3. Luta, combate, conflito armado ou não. 4. P.ext. A arte militar. 5. Administração militar. 6. Fig. Oposição, rivalidade. [...]

Fonte: Elaboração nossa

As definições apresentadas no quadro 67 reiteram o, anteriormente, exposto sobre o conceito de guerra.

De acordo com Clausewitz (1984), a guerra nada mais é que um duelo, numa escala cada vez mais ampla: “guerra é, portanto, um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 75). A partir desse pensamento, o referido autor estabelece uma relação entre guerra e política. Ele explica que a guerra, por não ser autônoma, é a extensão da política.

A política, por outro lado, define o caráter da guerra e, ao determinar as condições de como ela será executada, constitui-se em um direcionador de maior hierarquia. É, nesse contexto, que tem origem a máxima do autor “a guerra é meramente a continuação da política por outros meios” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 91). Dessa forma, o autor explicita a ideia de que a guerra é considerada como ato ou instrumento da política.

Ao pensarmos em guerra, abrimos *frames* como VIOLÊNCIA, LUTA, ENFRENTAMENTO, ATAQUE, SUBMISSÃO, MORTE, ESTRATÉGIA etc., que são

elementos, também acionados, no *frame* ESTUPRO. Nessa perspectiva, a relação entre o conceito de guerra e o de estupro é estabelecida, à medida em que o estupro, assim como a guerra, são atos de força, não autônomos, e por, em situações de guerra, o estupro ser utilizado como estratégia para enfraquecer o inimigo, considerando que a violação das mulheres de um povo pelos oponentes é tida como grande humilhação, de acordo com Vilhena e Zamora (2004). Assim, o estupro, também, é político, já que, nesse contexto, configura-se como a continuação da guerra por outros meios.

A compreensão do estupro como guerra pode ser observada na ocorrência (135):

(135) Condenações para o *crime de estupro* são poucas, e as estatísticas aumentam. O horror do ato e os danos à mulher, tanto mentais quanto físicos, são indelévels e quase sempre ignorados por todos. É uma experiência dilacerante, que aleija e, frequentemente, experiência fatal. É um *subproduto da guerra* e um passatempo nos tempos de paz. (17/01/1974, p. 29; Reportagem; Assef Kfourri, jornalista).

Nessa ocorrência, observamos que a compreensão do estupro se dá a partir da expressão “subproduto da guerra”, indicando que o ato é decorrente e é parte da guerra. Percebemos, também, que os conceitos de guerra e estupro não são contíguos e, por esse motivo, as compreensões construídas a partir do domínio-fonte GUERRA e dos demais domínios a ele relacionados são licenciadas por metáforas, conforme veremos mais adiante.

A compreensão apresentada, em (135), licencia a metáfora ESTUPRO É GUERRA. Essa compreensão está alicerçada pelo esquema-I PARTE/TODO, ativado por ‘subproduto’, que corresponde a uma parte do todo guerra. Os esquemas-I FORÇA, CONTATO e PERTO/LONGE, também, podem ser observados, sendo acionados por “horror do ato”, “físicos” e “aleija” que indicam a existência de força, aproximação e contato físico. Há, ainda, o esquema-I PROCESSO que é acionado por “danos à mulher tanto físicos quanto mentais”, apontando para uma mudança de estado. Temos, também, o esquema-I ESCALA, ativado por ‘aumentam’, ‘dilacerante’ e ‘fatal’, pois indicam uma gradação em relação à avaliação do ato e ao aumento de sua ocorrência.

Verificamos que, dentre os artifícios utilizados em uma guerra, encontramos, no nosso corpus, conceptualizações do estupro que acionaram diferentes *frames*, como: estratégia, arma, ataque e chacina, conforme veremos na sequência.

Iniciamos a nossa discussão a partir do *frame* ESTRATÉGIA.

3.2.12.1 *Frame* ESTRATÉGIA

Estratégia é uma palavra com origem no termo grego *strategia*, que significa plano, método, manobras ou estratégias usados para alcançar um objetivo ou resultado específico. Na sua origem, a palavra estratégia estava estritamente relacionada com a arte de fazer guerra de um líder militar, como um general, por exemplo. De acordo com Maquiavel (1979 [1469-1527]), a estratégia estabelece a ligação próxima e óbvia entre a política e o militar, durante uma guerra.

Na altura da Segunda Guerra Mundial, os avanços tecnológicos mudaram as estratégias militares, tendo sido criados novos tipos de guerra, como a guerra fria, a guerra revolucionária e a guerra subversiva. Mais tarde, passou a ser mais abrangente, estabelecendo relação com a vertente econômica, psicológica e política da preparação para a defesa de um país contra uma determinada ameaça. Diz respeito, também, a planeamento bélico, ou seja, à combinação e aplicação dos recursos bélicos no comando de grandes forças militares.

Observemos as definições do item léxico ‘estratégia’, encontrada nos dicionários consultados.

Quadro 68 – Definições dicionarizadas para ESTRATÉGIA

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
ESTRATÉGIA	1. Sem registro.	1. Arte militar de planejar e executar movimentos e operações de tropas, navios e/ou aviões, visando a alcançar e manter posições relativas e potenciais bélicos favoráveis a futuras ações táticas sobre determinados objetivos. 2. Arte militar de escolher onde, quando e com quem travar um combate ou uma batalha. 3. Arte de aplicar os meios disponíveis com vista à consecução de objetivos específicos. [...]	1. Arte militar que consiste em planejar o conjunto das operações de guerra visando ao objetivo final, de ataque ou defesa. 2. Arte de utilizar os meios de que se dispõe para conseguir alcançar certos objetivos. 3. Planeamento de ações, jogadas, medidas etc. visando a um objetivo, e procurando levar em consideração todas as variáveis possíveis. [...]

Fonte: Elaboração nossa

Como podemos observar no quadro 68, não encontramos registro do item léxico ‘estratégia’ no dicionário do século XIX. Já nos séculos XX e XXI, o referido item lexical apresenta várias definições, sendo um conceito presente em vários contextos, não apenas aos relacionados à guerra. Pode ser, por exemplo, entendida como uma atitude utilizada para ultrapassar algum problema, alcançar determinado objetivo, e, nesses casos, corresponde à habilidade, astúcia ou esperteza.

No corpus, apesar dos diferentes sentidos atribuídos a este item do léxico, encontramos a compreensão do estupro como estratégia de guerra, conforme pode ser observado na ocorrência (136):

(136) A lição mais recente veio da última reunião do Cedaw, em Nova York, da qual é recém-chegada. Ali confirmou que o *estupro ainda é estratégia poderosíssima em conflitos armados*. (30/08/2009, p. 208; Entrevista; Silvia Pimentel, jurista, professora).

A conceptualização encontrada nessa ocorrência instancia a metáfora ESTUPRO É ESTRATÉGIA, que é uma metáfora mais específica e que está atrelada à metáfora mais geral ESTUPRO É GUERRA. Nessa ocorrência, o uso da expressão linguística “estratégia poderosíssima em conflitos armados”, para conceptualizar o estupro, mostra como os crimes de natureza sexual são frequentes em conflitos em que a situação de vulnerabilidade é sentida, de forma mais contundente, por mulheres que sofrem a agressão sexual. A conceptualização apresentada, em (136), é conceptualmente estruturada pelo esquema-I ESCALA, que é acionado pelo item léxico ‘poderosíssima’, que indica uma gradação elevada em relação ao poder bélico do estupro.

Na próxima subseção, apresentamos a discussão sobre o *frame* ARMA.

3.2.12.2 *Frame* ARMA

A arma é um instrumento ou uma ferramenta que permite atacar ou defender-se em conflitos bélicos. Esse item lexical tem as seguintes definições dicionarizadas:

Quadro 69 – Definições dicionarizadas para ARMA

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
ARMA	1. Qualquer instrumento ofensivo e defensivo. [...]	1. Instrumento ou engenho de ataque ou de defesa. 2. Qualquer coisa que sirva para um desses fins, especialmente, no caso de certos animais. 3. Recurso, meio, expediente. [...]	1. Objeto fabricado com o propósito de ataque ou de defesa. 2. Qualquer objeto que serve para atacar ou defender. 3. Fig. Recurso us. para obter o que se quer; MEIO; EXPEDIENTE. [...]

Fonte: Elaboração nossa

De acordo com as definições apresentadas no quadro 69, o item léxico ‘arma’, além de ser entendido como um objeto de ataque ou defesa, é, também, definido como a forma utilizada para alcançar determinado objetivo.

Para fins do direito penal, todavia, a arma é todo instrumento, normalmente, destinado ao ataque ou defesa (arma própria) ou qualquer outro meio idôneo a ser empregado nessas circunstâncias (arma imprópria) (JESUS, 1991). Segundo o autor, a arma própria é aquela criada para a lesão. O potencial ofensivo é de sua própria natureza. São tipos de arma própria: i. Arma de fogo (revolver e afins); ii. Arma branca (faca de ataque, espada); e iii. Explosivos (bombas, granadas e afins). Já a arma imprópria é qualquer instrumento que, embora, tenha sido criado com finalidade diversa, acaba, dentro da circunstância, sendo eficaz à prática delitiva. Temos como exemplo a faca de cozinha, o estilete, a barra de ferro, os fogos de artifício.

Em diversos, contextos, no entanto, a noção de arma é utilizada para fazer referência às agressões verbais, que procuram afetar emocionalmente o outro, da mesma forma que indica determinadas ações que, apesar de não utilizar um instrumento físico como arma, constitui, por si mesma, a própria arma.

Tal compreensão, do estupro como arma, encontramos nas ocorrências, como é possível verificar no exemplo (137):

(137) [...] Sim, é a forma mais intensa de submissão, *uma arma muito usada na guerra*, inclusive. O inimigo acaba com a autoestima da outra parte. As mulheres estupradas perdem a autoestima, seus maridos também, seus pais idem. (30/08/2009, p. 208; Entrevista; Silvia Pimentel, jurista, professora).

Nessa ocorrência, verificamos a conceptualização do estupro como arma que instancia a metáfora ESTUPRO É ARMA, que é uma metáfora mais específica e que, assim como a ocorrência (136), está vinculada à metáfora mais geral ESTUPRO É GUERRA. Observamos que o uso da expressão linguística “arma muito usada na guerra”, para conceptualizar o estupro, indica a incidência de crimes de natureza sexual, em situações de conflitos armados, o que nos leva a inferir que o estupro é, comumente, utilizado como arma nesses contextos.

Essa compreensão está estruturada pelo esquema-I ESCALA, que é acionado pelos itens léxicos ‘intensa’ e ‘muito’, que indicam uma gradação elevada em relação ao poder bélico do estupro, assim como em (136), e ao seu nível de utilização nessas situações.

Discutiremos, a seguir, sobre o *frame* ATAQUE.

3.2.12.3 Frame ATAQUE

Encontramos, ainda, no domínio GUERRA, compreensões do estupro realizadas a partir do item léxico ‘ataque’. Buscamos nos dicionários as definições para esse item lexical, quais sejam:

Quadro 70 – Definições dicionarizadas para ATAQUE

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
ATAQUE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acometimento. 2. Esforço para chegar a uma praça etc. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ato ou efeito de atacar, acometimento, assalto, investida. 2. Agressão, ofensa, injúria. 3. Discussão, disputa. 4. Acesso repentino (de doença). [...] 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ação ou resultado de atacar¹, investir, assediar; ASSÉDIO; INVESTIDA. 2. Ação de agredir moralmente, de injuriar; AGRESSÃO; INJÚRIA. 3. Crítica violenta, denúncia. 4. Acesso repentino, manifestação súbita (de doença, sintoma, bom ou mau humor etc.). [...]

Fonte: Elaboração nossa

Diante das definições apresentadas no quadro 70, percebemos que o item léxico ‘ataque’ diz respeito a uma ação ou reação inesperada, que pode ser contra alguém, violência física ou moral; ou consigo mesmo, como a manifestação do sintoma de uma doença, por exemplo. De uma forma geral, corresponde a algo repentino, como os ataques que ocorrem em conflitos armados e guerras, compreensão que nos interessa nesse momento.

Para Clausewitz (1984), há, na guerra, tendências predominantes, como: violência, ódio e inimizade; acaso e probabilidade; razão e política, e diferentes estratégias de execução, ou seja, através do ataque, do contra-ataque, da defesa, de um bombardeio, de uma chacina, de um incêndio criminoso etc.

Encontramos algumas dessas tendências características da guerra, em algumas expressões linguísticas, no corpus, como a que aparece na ocorrência (138):

(138) A inconsciente joven morava em frente e o vil seductor teve tempos e meios para preparar o seu libidinoso *ataque*. (23/12/1886, p. 3; Notícia; Autoria do jornal).

Em (138), verificamos a instanciação da metáfora ESTUPRO É ATAQUE, através da projeção, no domínio-alvo (estupro), de conhecimentos de mundo que envolvem o

domínio-fonte (ataque). A nossa compreensão de ataque nos leva a entendê-lo como um acontecimento indesejável que, de forma violenta, atinge os indivíduos nele envolvidos, causando-lhes lesões, danos e, também, mortes. Nesse sentido, podemos entender que o estupro foi conceptualizado como algo violento e que causou dor e sofrimento na pessoa envolvida.

Nessa ocorrência, há a instanciação da metáfora ESTUPRO É ATAQUE, que ocorreu, a partir da expressão linguística “libidinoso ataque”, visto que as ações de atacar e defender são típicas de uma guerra. Dessa forma, a metáfora ESTUPRO É ATAQUE é mais específica e a metáfora ESTUPRO É GUERRA é mais geral. Notamos, porém, em (138), que o ataque foi caracterizado como ‘libidinoso’, ou seja, relacionado aos desejos sexuais, que abre outro *frame*, constituído por diferentes elementos, como: volúpia, tentação, excitação, atração, libido, sexo etc. A utilização desse item lexical ativa o esquema-I PARTE/TODO, considerando que o “ataque libidinoso” é uma modalidade específica de ataque. Há, também, o esquema-I LIGAÇÃO, ativado pelo item lexical ‘seu’, que indica posse e vincula o agente ativo ao ato.

Encontramos a conceptualização do estupro como ataque, acionada pelo item léxico ‘atacada’, conforme podemos observar na ocorrência (139):

(139) “Eles podem ir para a prisão, caso desejem isto”, disse o juiz Pyle que, ao pronunciar a sentença, definiu o crime como *o caso de estupro* mais “horrível” que chegou ao seu conhecimento durante mais de sete anos em que atuou como juiz. Os três homens- Roscoe James Brown, de 27 anos; Mark Vaughn, de 21 anos, e Michael Braxton, de 19 anos – diante do juiz, reconheceram-se culpados de *estuprarem* a vítima (uma mulher de 23 anos), em abril deste ano, num motel. Segundo os documentos do Tribunal, ela foi *atacada* repetidas vezes, durante seis horas, e queimada com um isqueiro. (30/11/1983, p. 15; Notícia; William E. Schimidt, jornalista).

Nessa ocorrência, verificamos que a forma verbal ‘atacada’ faz referência à ação sofrida pela vítima, possibilitando a inferência de que se a vítima foi atacada, o ato praticado foi o ataque. No contexto apresentado, tal ataque corresponde ao estupro, compreensão que possibilita instanciar a metáfora ESTUPRO É ATAQUE, vinculada, conforme já sinalizado, à metáfora mais geral ESTUPRO É GUERRA. Essa compreensão é estruturada conceptualmente pelo esquema-I CICLO, acionado pela expressão linguística “ela foi atacada repetidas vezes”, que indica que o ato ocorreu em um movimento cíclico, durante determinado tempo. Há, ainda, o esquema-I ESCALA, ativado pela expressão “caso de estupro mais horrível, que aponta para um elevado nível

de indignação em relação ao ato. Os esquemas-I LIGAÇÃO, FORÇA, CONTATO e COMPULSÃO, também, podem ser verificados, sendo acionados pela expressão “culpados de estuprarem a vítima”, apontando para a existência de força, resistência e contato físico entre as partes, além de vincular os acusados ao ato e à vítima. Temos, ainda, o esquema-I PROCESSO, ativado pelo item léxico ‘queimada’, que indica alteração na situação da vítima após o estupro.

Verificamos, também, nessa ocorrência, a conceptualização do estupro como crime e como caso, que são discutidas nas subseções 3.2.7.1 e 3.2.19.1, respectivamente.

Passemos, agora, à discussão da compreensão do estupro a partir do *frame* CHACINA.

3.2.12.4 *Frame* CHACINA

No nosso corpus, encontramos a compreensão do estupro como chacina. As definições dicionarizadas encontradas para o referido item léxico estão apresentadas a seguir:

Quadro 71 – Definições dicionarizadas para CHACINA

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
CHACINA	1. Carne salgada.	1. Ato ou efeito de chacinar. 2. Matança, morticínio, mortandade. 3. Carne de porco e outros animais salgada e curada para provisão.	1. Ação ou resultado de chacinar. 2. Assassínio de várias pessoas em uma mesma ação; MATANÇA; MORTANDADE; MORTICÍNIO. 3. Abate e esartejamento de porco ou gado. 4. Carne suína ou de gado vacum cortada em postas, salgada e curada.

Fonte: Elaboração nossa

De acordo com as definições encontradas para o item léxico ‘chacina’, verificamos que, entre elas, achamos a ação de matar, pessoas ou animais, com objetivos distintos. No caso dos animais, inferimos, a partir das acepções apresentadas e do nosso conhecimento enciclopédico, que, antes de salgar a carne, é necessário que ocorra o abate, ou seja, que seres sejam mortos. Isso é realizado para o consumo humano. No que diz respeito às pessoas, esse tipo de violência tem objetivos variados, estando, normalmente, relacionada a conflitos. Essa compreensão é aplicada, quando entendemos que chacina, também, pode fazer referência ao assassinato de várias pessoas ao mesmo tempo, fato que, comumente, ocorre em situações de guerra.

A história do tempo presente no Brasil nos permite vislumbrar a escalada do medo e da violência nas grandes cidades, que caracterizam a guerra urbana que se generalizou no cotidiano das cidades brasileiras. De acordo com Cruz (2000), esse contexto é caracterizado por diversas ações violentas, como o enfrentamento aos grupos do tráfico, invasões a comunidades, ataques, chacinas, tiroteios, reconquista dos territórios dominados pelos inimigos, desenvolvendo, assim, a retórica militar, fundamentada na lógica da guerra ao crime.

De acordo com Mattos (1996), ocorreram muitas chacinas, durante o processo de colonização do Brasil, em que a conquista das terras se deu por meio de confrontos e invasões, as terras então pertencentes aos índios, dizimando a maioria deles e instaurando um clima de guerra na colônia.

No corpus, encontramos a compreensão do estupro como chacina, conforme apresentado na ocorrência (140):

(140) A guerra d’O Século aos conventos, é, já lhes disse, um expediente da administração pouco decente, pois sentencia sem provas, inventa victimas que nunca tiveram nas Trinas, conclue de *violações* sobre que ainda não há veredicto cirurgico incontestável e, finalmente, defende A outrances seculares, *indigita sacerdotes para auctores* do atentado, quando a devassa judicial inda a bem dizer nada apurou [...] O Século, fugindo as responsabilidades da sua missão doutrinaria pela cobardia de se pôr fora das questões políticas quando os tribunais perseguem correigionarios seus, que falam alto, tem a necessidade d’inventar de quando em quando essas *chacinas clericais*. (11/09/1891, p. 1; Reportagem; Fialho D’Almeida, jornalista).

Em (140), a conceptualização é instanciada pelo item léxico ‘chacinas’, que licencia a metáfora ESTUPRO É CHACINA, vinculada à metáfora conceptual mais geral ESTUPRO É GUERRA. Essa compreensão se dá, ao estabelecer uma relação entre o estupro e a morte da vítima, assim como com a ideia de picar, despedaçar e salgar a pessoa estuprada, já que, no século XIX, a mulher não-virgem era considerada desonesta e ficava à margem da sociedade, significando, para ela e para sua família, o fim da sua vida, conforme, anteriormente, destacado. Essa conceptualização está ancorada pelo esquema-I PARTE/TODO, ativado pelo item léxico ‘clerical’, que torna o ato mais específico dentro de um mais geral. Há, ainda, o esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, acionado pela expressão linguística “inventar de quando em quando essas chacinas”, que indica um percurso de desenvolvimento do ato.

A seguir, será apresentado o quadro 72, com a síntese dos achados para o domínio GUERRA.

Quadro 72 – Síntese do domínio GUERRA

FRAME	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
GUERRA	(135) Condenações para o crime de <i>estupro</i> são poucas, e as estatísticas aumentam. O horror do ato e os danos à mulher, tanto mentais quanto físicos, são indelévels e quase sempre ignorados por todos. É uma experiência dilacerante, que aleija e, frequentemente, experiência fatal. É um <i>subproduto da guerra</i> e um passatempo nos tempos de paz.	Séc. XX (17/01/1974)	Reportagem	Assef Kfourri, jornalista	Metafórico ESTUPRO É GUERRA	PARTE/TODO FORÇA CONTATO PERTO/LONGE PROCESSO ESCALA	Subproduto da guerra.
ESTRATÉGIA	(136) A lição mais recente veio da última reunião do Cedaw, em Nova York, da qual é recém-chegada. Ali confirmou que o <i>estupro</i> ainda é <i>estratégia</i> poderosíssima em conflitos armados”.	Séc. XXI (30/08/2009)	Entrevista	Silvia Pimentel, jurista, professora	Metafórico ESTUPRO É ESTRATÉGIA / ESTUPRO É GUERRA	ESCALA	Estratégia Conflitos armados
ARMA	(137) [...] Sim, é a forma mais intensa de submissão, uma <i>arma muito usada na guerra</i> , inclusive.	Séc. XXI (30/08/2009)	Entrevista	Silvia Pimentel, jurista, professora	Metafórico ESTUPRO É ARMA / ESTUPRO É GUERRA	ESCALA	Arma Guerra
ATAQUE	(138) A inconsciente joven morava em frente e o vil seductor teve tempos e meios para preparar o seu libidinoso <i>ataque</i> .	Séc. XIX (23/12/1886)	Notícia	Autoria do jornal	Metáfora ESTUPRO É ATAQUE / ESTUPRO É GUERRA	PARTE/TODO LIGAÇÃO	Libidinoso ataque

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
ATAQUE	(139) Eles podem ir para a prisão, caso desejem isto”, disse o juiz Pyle que, ao pronunciar a sentença, definiu o crime como o caso <i>de estupro</i> mais “horível” que chegou ao seu conhecimento durante mais de sete anos em que atuou como juiz. Os três homens- Roscoe James Brown, de 27 anos; Mark Vaughn, de 21 anos, e Michael Braxton, de 19 anos – diante do juiz, reconheceram-se culpados de <i>estuprarem</i> a vítima (uma mulher de 23 anos), em abril deste ano, num motel. Segundo os documentos do Tribunal, ela foi <i>atacada</i> repetidas vezes, durante seis horas, e queimada com um isqueiro.	Séc. XX (30/11/1983)	Notícia	William E. Schmidt, jornalista	Metáfora ESTUPRO É ATAQUE / ESTUPRO É GUERRA	CICLO ESCALA LIGAÇÃO FORÇA CONTATO COMPULSÃO PROCESSO	Atacada
CHACINA	(140) A guerra d’O Século aos conventos, é, já lhes disse, um expediente da administração pouco decente, pois sentença sem provas, inventa vítimas que nunca tiveram nas Trinas, conclue de violações sobre que ainda não há veredicto cirurgico incontestável e, finalmente, defende A outrances seculares, indigita sacerdotes para auctores do atentado, quando a devassa judicial inda a bem dizer nada apurou [...] O Século, fugindo as responsabilidades da sua missão doutrinaria pela cobardia de se pôr fora das questões políticas quando os tribunais perseguem correligionarios seus, que falam alto, tem a necessidade d’inventar de quando em quando essas <i>chacinas clericais</i> .	Séc. XIX (11/09/1891)	Reportagem	Fialho D’Almeida, jornalista	Metáfora ESTUPRO É CHACINA / ESTUPRO É GUERRA	PARTE/TODO ORIGEM/PERCURSO/META	Guerra Chacinas clericais

Fonte: Elaboração nossa

Após a apresentação dos resultados encontrados para o domínio GUERRA, expostos no quadro 72, passaremos a tratar do domínio POSSE, na próxima subseção.

3.2.13 Domínio POSSE

No nosso corpus, encontramos compreensões do estupro relacionadas à posse. Buscamos nos dicionários as definições para esse item léxico, as quais estão aqui apresentadas:

Quadro 73 – Definições dicionarizadas para POSSE

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
POSSE	1. Ação de ocupar. 2. Posses, faculdades [...] .	1. Detenção de uma coisa com o objetivo de retirar dela qualquer utilidade econômica. 2. Estado de quem frui uma coisa ou a tem em seu poder. 3. Investidura em cargo público, ou função gratificada, ou posto honorífico. [...]	1. Fato ou circunstância de se possuir ou reter alguma coisa; ação ou resultado de se possuir ou de se apossar de algo. 2. Condição de quem possui ou domina alguma coisa. 3. Estado de alguém ou alguma coisa que está na posse de uma pessoa. 4. Admissão ou investidura em cargo, função etc.; a solenidade dessa investidura. 5. Ato de possuir uma mulher ou homem; CÓPULA 6. MG MT Pop. Área correspondente a uma légua quadrada. 7. Jur. Direito de ter um título de propriedade. [...]

Fonte: Elaboração nossa

As definições apresentadas, no quadro 73, revelam que o conceito de posse aparece ampliado no dicionário do século XXI, abrangendo, não apenas coisas, mas, também, pessoas. Além disso, corresponde à nomeação dada a determinadas extensões de terra e ao ato de ocupar um cargo.

O conceito de posse, para o Direito, diz respeito à exteriorização da propriedade em que o possuidor é aquele que age como se fosse proprietário. O Código Civil (art. 1196) trata da posse e diz que o possuidor é aquele que exerce, de fato ou não, algum (qualquer um) dos poderes inerentes à propriedade. O artigo 1228, do mesmo código, diz que o proprietário é aquele que pode usar, gozar, dispor ou pode reaver a coisa.

Enquanto a posse é poder, de fato, sobre uma coisa, a propriedade é poder, de direito. Geralmente, a posse e a propriedade se apresentam reunidas, por via de regra, o proprietário – que tem poder de direito sobre a coisa – é, também, seu possuidor – tem poder, de fato, sobre a coisa. Porém, há casos em que a posse e a propriedade estão

separadas, como no caso de alguém se apoderar de terreno alheio, o usurpador tem a posse – o poder, de fato – e o proprietário tem o direito de propriedade sobre o imóvel, o que lhe permite intentar contra o possuidor uma ação de reivindicação para que lhe seja restituído o poder, de fato, sobre o terreno, ou seja, a posse.

De acordo com Diniz (2010), a posse é o poder direto ou imediato que tem a pessoa de dispor fisicamente de um bem com a intenção de tê-lo para si e de defendê-lo contra a intervenção ou agressão de quem quer que seja.

Na Língua Portuguesa, há diversas possibilidades de se expressar posse; em estruturas nominais, mediante o emprego de possessivos: teu livro; frases prepositivas com valor genitivo: o livro do Pedro; através de pronomes relativos possessivo: Pedro, cujo livro. Também, é possível transmitir a relação de posse através de verbos que a indiquem: Pedro tem um livro; Pedro possui um livro, por exemplo. Em todas as possibilidades apresentadas, haverá, sempre, uma entidade possuída que estabelece uma relação com outra entidade que a possui (HUERTA FLORES, 2009).

O conceito de posse compreende duas dimensões: a posse alienável e a posse inalienável. A primeira é relacionada a uma entidade que possui alguma coisa, ou a posse imaginária de algo, entretanto, essa posse não é definitiva; assim, pode ser transmitida a outra entidade, como é o caso de um bem material ou algo mais abstrato, como um emprego. A segunda, por outro lado, está vinculada a impossibilidade de transferência da coisa possuída a outro possuidor, sendo, portanto, uma posse intrínseca, a exemplo das relações de parentesco e partes do corpo (NEVES, 2003).

Ao pensarmos em posse, abrimos um *frame* constituído por elementos indicadores de propriedade, como: dono, proprietário, meu, seu, teu, nosso, dele etc. Nas ocorrências estudadas, o *frame* de posse foi ativado pelos itens lexicais: “de”, “sua”, “seu”, “da”. Neste estudo, a partir das ocorrências levantadas, verificamos que a relação de posse é estabelecida, a partir de:

- Frases prepositivas com valor genitivo, como na ocorrência (141):

(141) [...] a atribuição feita a José Ferreira Leite, como autor do *defloramento de* sua tutelada Antonia Maria da Conceição. (14/11/1878, p.1; Petição Judicial; Augusto José Pereira, escrivão).

- Pronomes relativos possessivos, conforme ocorre no exemplo (142):

(142) A inconsciente joven morava em frente e o vil seductor teve tempos e meios para preparar o *seu* libidinoso ataque. (23/12/1886, p. 3; Notícia; Autoria do jornal).

Verificamos, ainda, a ocorrência das dimensões de posse, anteriormente, destacadas, a saber:

- A posse alienável, que pode ser transferida para outro possuidor, conforme apresentado na ocorrência (143):

(143) Qualquer direito e acção contra José Ferreira Leite pelo *crime* que lhe é imputado de defloração da *sua* tutelada. (14/11/1878, p.1; Petição Judicial; Augusto José Pereira, escrivão).

Nessa ocorrência, a posse é expressa pelo pronome *sua*, que faz referência à relação estabelecida entre o acusado e a vítima do estupro, que é a tutela. Todavia, essa relação não é definitiva, já que a tutela pode ser transferida para outra pessoa.

- A posse inalienável, que é intrínseca e não pode ser transferida, como ilustrado no exemplo (144):

(144) [...] industriada pelo verdadeiro autor da *sua* deshonra. (05/07/1885, p.1; Artigo; Francisco Teixeira de Souza leite, acusado).

Em (144), o pronome *sua* expressa a relação de posse entre a vítima do estupro e a consequência do ato. A vítima é possuidora da desonra e não pode passá-la para ninguém. As ocorrências (141), (142), (143) e (144) são instanciadas, a partir da metonímia PARTE PELO TODO, em que a expressão de posse faz referência à parte: ‘defloração’, em (141) e (143), ‘desonra’, em (144), e, ‘libidinoso ataque’, em (142), de um todo, que, nessas ocorrências, seria o paciente. Esses itens léxicos ativam o esquema-I PARTE/TODO. Observamos, ainda, o esquema-I LIGAÇÃO, acionado pelos pronomes possessivos verificados, que estabelecem a conexão entre os agentes.

Encontramos, também, no nosso corpus, a conceptualização do estupro, no domínio POSSE, a partir dos *frames* OBJETO POSSUÍDO e USO. Passaremos a tratar, na próxima subsecção, do *frame* OBJETO POSSUÍDO.

3.2.13.1 *Frame OBJETO POSSUÍDO*

Em outras ocorrências estudadas, identificamos a compreensão do estupro como algo que tem um possuidor. Considerando essa perspectiva, entendemos que os conceitos de estupro e posse estão relacionados, tendo em vista que, na realização do ato de estupro, o autor detém a vítima por um tempo determinado. Essa compreensão instancia a metonímia PARTE PELO TODO, considerando que o estupro causou o defloramento e/ou “perda da honra” (parte) da vítima (todo), ou seja, essa consequência é uma parte da vítima, seja física ou moral, e, por isso, ela detém a posse. Observamos, nos fragmentos textuais constituintes do corpus, que a relação de posse é estabelecida entre a vítima e o ato e/ou sua consequência, ou seja, a posse do estupro, ou da consequência dele, é da vítima. Essa relação pode ser observada, nas ocorrências (145) e (146), que dizem respeito à posse inalienável, estando expressas por frases prepositivas com valor genitivo:

(145) Apresenta em juízo uma queixa contra o paciente por *crime de defloramento de Antonia*. (14/11/1878, p. 1; Petição Judicial; Augusto José Pereira, escrivão).

(146) Compareceu para ser submetido a julgamento o reu Vicente Antonio Joaquim incurso nos art. 219 e 222 do Cód. Crim. *crime de defloramento da menor Cecília*, de 14 anos de idade. (14/07/1889, p.3; Processo Judicial; Promotor Público).

As ocorrências (145) e (146) tratam sobre o estupro, compreendido, nesses contextos, em termos de defloramento. As expressões “defloramento de Antonia”, em (145), e “defloramento da menor Cecília”, em (146), expressam a relação de posse e revelam o possuidor, ‘Antonia’, em (145), e ‘Cecília’, em (146), e o objeto possuído ‘defloramento’, nas duas ocorrências. Nesse sentido, é possível realizar a inferência de que o estupro, no caso dessas ocorrências, o defloramento, está sendo compreendido como algo que a sua vítima tem a posse.

Essa compreensão está estruturada, conceptualmente, pelo esquema-I RECIPIENTE, pois, a partir das expressões “defloramento de Antonia”, em (145), e “defloramento da menor Cecília”, em (146), inferimos que Antonia e Cecília possuem o estupro e esse fica no corpo delas, ou seja, o corpo é considerado como um espaço delimitado que contém o estupro, o defloramento ou perda da flor, como explicitado na

subseção 3.2.17. As mesmas expressões, também, acionam o esquema-I LIGAÇÃO, pois vinculam o ato à vítima.

Nas ocorrências (147), (148) e (149), a compreensão do estupro como posse é instanciada a partir das formas verbais ‘possuída’, ‘possuído’ e ‘tomar’, respectivamente, como pode ser verificado a seguir:

(147) *Estupro – violência presumida* pela idade da vítima – Inexistência na espécie – A lei estabelece uma presunção relativa de violência, quando a vítima é menor de 14 anos, mas essa presunção cede á realidade quando se comprova que aquela já vinha mantendo relações sexuais com outrem, quando *possuída* pelo acusado. (24/06/1965, p.21; Processo Judicial; Hely Lopes Meireles, desembargador).

(148) Uma menor de 14 anos, filha adotiva de um desembargador e sobrinha de um cônsul em Manaus, drogada e seviciada sexualmente por um grupo de menores de tradicionais famílias da cidade, acusou ontem, perante o juiz de menores, os filhos de um ex-deputado federal e subsecretário de Estado, e de um coronel do Exército de *a terem possuído à força*, sob o efeito de alucinógenos, e de serem traficantes de entorpecentes. (04/02/1978, p. 14; Notícia; Autoria do jornal).

(149) Minha família não sabe do *estupro* até hoje. E eu mudei num ponto: agora, sou a favor da pena de morte em casos como o meu. Por quê? Porque ele podia levar tudo, minhas roupas, meu dinheiro, tudo, mas não tinha o direito de *tomar meu corpo*. (24/05/1987, p.35; Depoimento; T.V., vítima).

As expressões “possuída pelo acusado”, em (147), “a terem possuído”, em (148), e “tomar meu corpo”, em (149), apontam para a metonímia POSSE POR ESTUPRO, do tipo PARTE PELO TODO. O uso das formas verbais, nessas expressões, permite a inferência de que a ação de possuir ou tomar um corpo, nos contextos apresentados, é equivalente a estuprar, ou seja, a ação praticada foi o estupro. Podemos verificar que essas expressões ativam a estruturação conceptual pelos esquemas-I LIGAÇÃO e CONTATO, considerando que vincula a vítima ao ato e possibilita a inferência de que houve contato físico na realização do ato. Há, ainda, em (148), os esquemas-I FORÇA e COMPULSÃO, ativados pelas expressões “seviciada sexualmente” e “possuído à força”, que apontam para a existência de força e resistência. O esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, também, é acionado pela expressão “possuído à força, sob o efeito de alucinógenos”, em (148), visto que aponta para uma trajetória percorrida para a realização do ato. Temos, ainda, o esquema-I CICLO, ativado pela expressão linguística “vinha mantendo relações

sexuais”, em (147), apontando para um ato que vinha ocorrendo, sem determinação de quando teve início e nem do seu término, indicando, dessa forma, algo que vinha se repetindo. Nessas ocorrências, é possível inferir que a posse referida diz respeito ao corpo da vítima. Tal referência está explícita nas seguintes ocorrências:

(150) O estupro é a *posse do corpo feminino* em nome do desejo masculino”. (16/11/2008, p. J7; Artigo; Débora Diniz e Janaína Penalva, pesquisadoras).

(151) O estupro ofende as mulheres, não só no *corpo possuído* pelo prazer e ímpeto de tortura do agressor [...] (10/11/2013, p. 143; Artigo; Débora Diniz, antropóloga, professora, pesquisadora).

Nessas ocorrências, verificamos a conceptualização do estupro como a posse do corpo feminino, expressando, nesse contexto, a atitude opressora e de subalternidade de gênero que permeia a história de violência contra a mulher. É o desejo e prazer masculino pela apropriação do corpo feminino, que motiva esse tipo de violência. Temos, mais uma vez, a metonímia POSSE POR ESTUPRO, do tipo PARTE PELO TODO. Essas construções conceptuais são estruturadas pelos esquemas-I LIGAÇÃO, CONTATO e PERTO/LONGE, acionado pelas expressões “posse do corpo”, em (150), e “corpo possuído”, em (151), que vinculam o ato à vítima e indicam aproximação e contato. Há, ainda, o esquema-I FORÇA, ativado pela expressão “ímpeto de tortura”, em (151), apontando para a existência de força.

Todavia, encontramos, também, a conceptualização do estupro como posse sexual, posse rejeitada e posse violenta, conforme pode ser observado nas ocorrências (152), (153) e (154):

(152) O novo Código também não considerava crime o aborto, quando a gravidez resultasse de *estupro (posse sexual mediante violência)*. (26/05/1974, p.273; Reportagem; Autoria do jornal).

(153) A violência está na *posse rejeitada* e não apenas nas lesões físicas a serem averiguadas pelo olhar inquisitorial da perícia policial. (16/11/2008, p. J7; Artigo; Débora Diniz e Janaína Penalva, pesquisadoras).

(154) Estupro pressupõe alienação do corpo, a *posse violenta* da mulher pelo agressor. (16/11/2008, p. J7; Artigo; Débora Diniz e Janaína Penalva, pesquisadoras).

Nessas ocorrências, a expressão “posse sexual mediante violência” instancia a metonímia específica POSSE SEXUAL POR ESTUPRO, vinculada à metonímia mais geral POSSE POR ESTUPRO, também, observada em (153), a partir da expressão “posse

rejeitada”, e, em (154), a partir de “posse violenta da mulher”. A referida metonímia é do tipo PARTE PELO TODO. Essas conceptualizações possuem ancoragem conceptual, através do esquema-I PARTE/TODO, ativado pela expressão “posse sexual”, em (152), “posse rejeitada”, em (153), e “posse violenta”, em (154), considerando que é um tipo de posse que, por sua vez, é uma parte do todo estupro. Os esquemas-I FORÇA, CONTATO e COMPULSÃO são acionados pelas expressões “mediante violência”, em (152), e “lesões físicas”, em (153); e pelos itens léxicos ‘violência’, em (153), e ‘violenta’, em (154), que indicam a existência de força, resistência e contato físico. Há, ainda, o esquema-I PROCESSO, ativado pelos itens lexicais ‘gravidez’ e ‘aborto’, em (152), que fazem referência a alterações ocorridas na vítima após o estupro. O esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, também, pode ser observado, em (154), sendo acionado pela expressão “alienação do corpo”, que aponta para o transcorrer de parte do ato.

A perda da posse, também, foi utilizada na conceptualização do estupro, como podemos observar no exemplo (155):

- (155) Pressupor que somente o *estupro* seguido de morte seria hediondo é ignorar como as mulheres descrevem a experiência da violação dos seus corpos – muitas preferem a morte à sobrevivência humilhante de terem sido *despossuídas da dignidade e da privacidade*. (16/11/2008, p. J7; Artigo; Débora Diniz e Janaína Penalva, pesquisadoras).

Nessa ocorrência, a posse referida não diz respeito ao homem e sim à mulher, enquanto possuidora de dignidade e privacidade. A expressão “despossuídas da dignidade e da privacidade”, que faz referência ao estupro, instancia a metonímia PERDA DA POSSE POR ESTUPRO, do tipo CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA, em que a referência à perda da dignidade e da privacidade (consequência) é o estupro (causa). Essa ocorrência está estruturada conceptualmente pelo esquema-I PROCESSO, acionado pela expressão “sobrevivência humilhante”, que aponta para alterações na vida da vítima após o estupro. Há, ainda, os esquemas-I LIGAÇÃO, FORÇA, COMPULSÃO e CONTATO, acionados pela expressão “violação dos seus corpos”, que indica a existência de força, resistência e contato físico entre as partes, além de vincular o ato as vítimas. Nessa ocorrência, verificamos, também, a conceptualização do estupro como violação, discutida na subseção 3.2.7.4.

Encontramos, ainda, no *frame* OBJETO POSSUÍDO a compreensão do estupro como a posse obtida à revelia, acionada pelo item lexical ‘usurpar’, cuja definição apresentamos a seguir:

Quadro 74 – Definições dicionarizadas para USURPAR

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
USURPAR	1. Tomar o alheio injustamente.	1. Apossar-se violentamente de. 2. Adquirir com fraude. 3. Alcançar sem direito. 4. Exercer indevidamente. [...]	1. Apropriar(-se) violenta ou desonestamente de. 2. Exercer de maneira indevida. 3. Adquirir por meio de procedimento fraudulento. 4. Conseguir (algo) sem merecimento.

Fonte: Elaboração nossa

No quadro 74, podemos verificar que as definições apresentadas para o item léxico ‘usurpar’, correspondem à apropriação ilícita de algo que pertence a outrem. Podemos observar essa compreensão na ocorrência (156):

(156) Se o outro *estupra* minha propriedade (filhas e mulher), ele está *invadindo/usurpando a propriedade alheia*. (30/08/2009, p. 208; Entrevista; Silvia Pimentel, jurista, professora).

Considerando as definições encontradas para o referido item léxico e a expressão “usurpando a propriedade alheia”, verificada na ocorrência (156), entendemos que o domínio POSSE é acionado nessa conceptualização, tendo em vista que o corpo da mulher, nesse contexto, é tido como uma propriedade que é tomada indevidamente e que o estupro é o ato de tomar a posse ilícita dessa propriedade. Nesse sentido, é possível instanciar a metonímia POSSE POR ESTUPRO, do tipo PARTE PELO TODO, que é ancorada pelos esquemas-I LIGAÇÃO e CONTATO, acionados pela expressão linguística “o outro estupra minha propriedade”, que estabelece um vínculo entre os agentes do ato, já que essa expressão aponta para o contato físico entre eles. Há, também, os esquemas-I FORÇA e COMPULSÃO, ativados pelas palavras “invadindo/usurpando”, que indicam força e resistência.

A seguir, apresentaremos a discussão a partir do *frame* USO.

3.2.13.2 *Frame USO*

Juridicamente, uso é um direito que autoriza uma pessoa a retirar, temporariamente, de coisa alheia, todas as utilidades para atender às suas próprias necessidades. Nos dicionários consultados, encontramos para o item léxico ‘uso’ as seguintes definições:

Quadro 75 – Definições dicionarizadas para USO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
USO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Prática, costume. 2. A ação de utilizar de qualquer coisa, utilidade que resulta do uso. 3. Moda. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ato ou efeito de usar (-se). 2. Usança. 3. Aplicação, utilidade, emprego. 4. Prática, exercício. 5. Costume, práxe, hábito. 6. Aproveitamento de uma coisa conforme o seu destino. 7. O aproveitar-se alguém, temporariamente, a título oneroso ou gratuito, das utilidades de uma coisa alheia, na medida das necessidades próprias e das de sua família. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ação ou resultado de usar. 2. Utilização de algo (ferramenta, instrumento, máquina etc.) de acordo com a função a que se destina; EMPREGO. 3. Aplicação, emprego do que está à disposição. 4. A execução de uma teoria, procedimento, conjunto de normas ou princípios etc. 5. Ação de servir-se de alguma coisa; UTILIZAÇÃO. 6. Prática tradicional; COSTUME. 7. Maneira, estilo, gosto ou comportamento que estão na moda. 8. Prática ou hábito particular. 9. Aproveitamento de algo que tem utilidade específica. 10. Jur. Direito que permite a alguém o aproveitamento temporário das utilidades de algo alheio, na medida de suas necessidades.

Fonte: Elaboração nossa

A partir dessas acepções, podemos considerar que o uso está relacionado à posse, ainda que temporária, de algo, mesmo que à revelia de uma das partes. Entendemos, ainda, que os conceitos de estupro e uso não são contíguos, considerando que o uso diz respeito à utilização de coisas e objetos. Dessa forma, a compreensão advinda desse domínio-fonte licencia uma metáfora, conforme veremos na sequência. Tal compreensão foi encontrada, no nosso corpus, através da posse expressa por meio do uso do corpo, conforme podemos observar nas ocorrências (157) e (158):

(157) Tem outro estupro: uma mulher de 45 anos, que estava com a filha de nove. É verdade? (Primeiro R.S.D. nega. Depois concorda) - Ela me reconheceu? Então, acho que tem essa história. Eu ia passando numa estrada pros lados de Santo Amaro, que num conheço não. Ela vinha vindo e eu perguntei horas pra ela. Comecei a trocar uma idéia e tal. Aí, ela falou: “Tá limpo. Não

quero morrer, não quero que me mata”. *Eu usei ela, fiquei com ela*. (24/05/1987, p.35; Entrevista; R.S.D., acusado).

(158) A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, que possui cerca de 1,5 milhão de seguidores, apóia o projeto que autoriza o Sistema Único de Saúde (SUS) a proceder ao aborto quando a gestante corre risco de vida ou em caso de gravidez decorrente de *estupro*. “Nossa posição é promover a dignidade da vida e para que *o corpo não seja usado e abusado*”. (29/08/1997, p. 16; Reportagem; Humberto Kirchheim, Pastor Evangélico).

Nessas ocorrências, verificamos que as expressões “Eu usei ela, fiquei com ela”, em (157), e “o corpo não seja usado e abusado”, em (158), permitem a inferência de que, para efetivar o uso de algo, é necessário que se tenha a sua posse, ainda que temporária e forçada. Partindo dessa compreensão, propomos que a conceptualização do estupro como posse está estruturada, nessas ocorrências, pela metáfora ESTUPRO É USO DO CORPO, do tipo CAUSA PELA CONSEQUÊNCIA. Tais ocorrências estão conceptualmente alicerçadas pelo esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, em (157), ativado pela expressão “Ela vinha vindo e eu perguntei horas pra ela. Comecei a trocar uma idéia e tal”, que aponta para uma trajetória percorrida, sendo focalizada a ORIGEM, nessa ocorrência; e por “Nossa posição é promover a dignidade da vida”, em (158), apontando para uma trajetória, estando o foco na META. Os esquemas-I CONTATO e PERTO/LONGE são observados, também, sendo acionados pelos itens léxicos ‘usei’ e ‘fiquei’, em (157), que indicam aproximação e contato entre as partes envolvidas. Já em (158), os esquemas-I de CICLO, ESCALA e EXCESSO são verificados, sendo ativados pela expressão linguística “usado e abusado”, que aponta para um movimento circular contínuo entre o uso e o abuso, assim como uma gradação de excesso na prática de tais atos. Há, ainda, nessa ocorrência, a compreensão do estupro como abuso, que é discutida na subseção 3.2.3.1.1.

A seguir, será exposto no quadro 76, a síntese dos resultados encontrados para o domínio POSSE.

Quadro 76- Síntese do domínio POSSE

FRAME	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
POSSE	(141) [...] a atribuição feita a José Ferreira Leite, como autor do defloramento de <i>sua</i> tutelada Antonia Maria da Conceição.	Séc. XIX (14/11/1878)	Petição Judicial	Augusto José Pereira, escrivão	Metonímico PARTE PELO TODO	LIGAÇÃO PARTE-TODO	Sua tutelada
	(142) A inconsciente joven morava em frente e o vil seductor teve tempos e meios para preparar o <i>seu</i> libidinoso ataque.	Séc. XIX (23/12/1886)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico PARTE PELO TODO	LIGAÇÃO PARTE-TODO	Seu libidinoso ataque
	(143) Qualquer direito e acção contra José Ferreira Leite pelo crime que lhe é imputado de defloramento <i>da sua</i> tutelada.	Séc. XIX (14/11/1878)	Petição Judicial	Augusto José Pereira, escrivão	Metonímico PARTE PELO TODO	LIGAÇÃO PARTE-TODO	Sua tutelada
	(144) [...] industriada pelo verdadeiro autor <i>da sua</i> deshonra.	Séc. XIX (05/07/1885)	Artigo	Francisco Teixeira de Souza Leite, acusado	Metonímico PARTE PELO TODO	LIGAÇÃO PARTE-TODO	Sua desonra
OBJETO POSSUÍDO	(145) Apresenta em juízo uma queixa contra o paciente por crime de <i>defloramento de Antonia</i> .	Séc. XIX (14/11/1878)	Petição Judicial	Augusto José Pereira, escrivão	Metonímico PARTE PELO TODO	RECIPIENTE LIGAÇÃO	De Antonia
	(146) Compareceu para ser submetido a julgamento o reu Vicente Antonio Joaquim incurso nos art. 219 e 222 do Cód. Crim. crime de <i>defloramento da menor</i> Cecília, de 14 annos de idade.	Séc. XIX (14/07/1889)	Processo Judicial	Promotor de Justiça	Metonímico PARTE PELO TODO	RECIPIENTE LIGAÇÃO	Da menor Cecília
	(147) <i>Estupro</i> – violência presumida pela idade da vítima – Inexistência na espécie – A lei estabelece uma presunção relativa de violência, quando a vítima é menor de 14 annos, mas essa presunção cede á realidade quando se comprova que aquela já vinha mantendo relações sexuais com outrem, <i>quando possuída pelo acusado</i> .	Séc. XX (24/06/1965)	Processo Judicial	Hely Lopes Meireles, desembargador	Metonímico PARTE PELO TODO (POSSE POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO CONTATO CICLO	Possuída pelo acusado

FRAME	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
OBJETO POSSUÍDO	(148) Uma menor de 14 anos, filha adotiva de um desembargador e sobrinha de um cônsul em Manaus, drogada e seviciada sexualmente por um grupo de menores de tradicionais famílias da cidade, acusou ontem, perante o juiz de menores, os filhos de um ex-deputado federal e subsecretário de Estado, e de um coronel do Exército <i>de a terem possuído à força</i> , sob o efeito de alucinógenos, e de serem traficantes de entorpecentes.	Séc. XX (04/02/1978)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico PARTE PELO TODO (POSSE POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO CONTATO FORÇA COMPULSÃO ORIGEM/PERCURSO/META	Possuído à força
	(149) Minha família não sabe do estupro até hoje. E eu mudei num ponto: agora, sou a favor da pena de morte em casos como o meu. Por quê? Porque ele podia levar tudo, minhas roupas, meu dinheiro, tudo, mas não tinha o direito de <i>tomar meu corpo</i> .	Séc. XX (24/05/1987)	Depoimento	T.V., vítima	Metonímico PARTE PELO TODO (POSSE POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO CONTATO	Tomar meu corpo
	(150) O estupro <i>é a posse do corpo feminino</i> em nome do desejo masculino.	Séc. XX (16/11/2008)	Artigo	Débora Diniz e Janaina Penalva, pesquisadoras	Metonímico PARTE PELO TODO (POSSE POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO CONTATO PERTO/LONGE	Posse do corpo
	(151) O estupro ofende as mulheres, não só no <i>corpo possuído</i> pelo prazer e ímpeto de tortura do agressor [...]	Séc. XXI (10/11/2013)	Artigo	Débora Diniz, antropóloga, professora, pesquisadora	Metonímico PARTE PELO TODO (POSSE POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO FORÇA CONTATO PERTO/LONGE	Corpo possuído
	(152) O novo Código também não considerava crime o aborto, quando a gravidez resultasse de estupro (<i>posse sexual mediante violência</i>).	Séc. XX (26/05/1974)	Reportagem	Autoria do jornal	Metonímico PARTE PELO TODO (POSSE SEXUAL POR ESTUPRO /	COMPULSÃO FORÇA CONTATO PARTE/TODO PROCESSO	Posse sexual

FRAME	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
OBJETO POSSUÍDO					POSSE POR ESTUPRO)		
	(153) A violência está na <i>posse rejeitada</i> e não apenas nas lesões físicas a serem averiguadas pelo olhar inquisitorial da perícia policial.	Séc. XXI (16/11/2008)	Artigo	Débora Diniz e Janaina Penalva, pesquisadoras	Metonímico PARTE PELO TODO (POSSE POR ESTUPRO)	COMPULSÃO FORÇA CONTATO PARTE/TODO	Posse rejeitada
	(154) Estupro pressupõe alienação do corpo, a <i>posse violenta</i> da mulher pelo agressor.	Séc. XXI (16/11/2008)	Artigo	Débora Diniz e Janaina Penalva, pesquisadoras	Metonímico PARTE PELO TODO (POSSE POR ESTUPRO)	COMPULSÃO FORÇA CONTATO PARTE/TODO ORIGEM/PERCURSO/META	Alienação do corpo Posse violenta
	(155) Pressupor que somente o estupro seguido de morte seria hediondo é ignorar como as mulheres descrevem a experiência da violação dos seus corpos – muitas preferem a morte à sobrevivência humilhante de terem sido <i>despossuídas</i> da dignidade e da privacidade.	Séc. XXI (16/11/2008)	Artigo	Débora Diniz e Janaina Penalva, pesquisadoras	Metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (PERDA DA POSSE POR ESTUPRO)	PROCESSO LIGAÇÃO FORÇA COMPULSÃO CONTATO	Despossuídas da dignidade e da privacidade
	(156) Se o outro <i>estupra</i> minha propriedade (filhas e mulher), ele está invadindo/ <i>usurpando a propriedade alheia</i> .	Séc. XXI (30/08/2009)	Entrevista	Silvia Pimentel, jurista, professora	Metonímico PARTE PELO TODO (POSSE POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO CONTATO FORÇA COMPULSÃO	Usurpando a propriedade alheia
USO	(157) Tem outro estupro: uma mulher de 45 anos, que estava com a filha de nove. É verdade? (Primeiro R.S.D. nega. Depois concorda) - Ela me reconheceu? Então, acho que tem essa história. Eu ia passando numa estrada pros lados de Santo Amaro, que num conheço não. Ela vinha vindo e eu perguntei horas pra ela. Comecei a trocar uma idéia e tal. Aí, ela falou: “Tá	Séc. XX (24/05/1987)	Entrevista	R.S.D., acusado.	Metafórico ESTUPRO É USO DO CORPO	ORIGEM/PERCURSO/META CONTATO	Eu usei ela.

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
	limpo. Não quero morrer, não quero que me mata”. <i>Eu usei ela, fiquei com ela.</i>						
USO	(158) A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, que possui cerca de 1,5 milhão de seguidores, apóia o projeto que autoriza o Sistema Único de Saúde (SUS) a proceder ao aborto quando a gestante corre risco de vida ou em caso de gravidez decorrente de <i>estupro</i> . “Nossa posição é promover a dignidade da vida e para que <i>o corpo não seja usado e abusado</i> ”.	Séc. XX (29/08/1997)	Reportagem	Humberto Kirchheim, Pastor Evangélico	Metafórico ESTUPRO É USO DO CORPO	ORIGEM/PERCURSO/META CICLO ESCALA EXCESSO	O corpo não seja usado e abusado.

Fonte: Elaboração nossa

Tendo sido apresentada a síntese dos resultados para o domínio POSSE, exposta no quadro 76, discutiremos, a seguir, o domínio ANIMALIDADE.

3.2.14 Domínio ANIMALIDADE

Os seres humanos, diferente dos outros animais, são concebidos como seres dotados de consciência e alma, o que lhes possibilita o comportamento religioso, ético, social, a capacidade racional e a de significar o mundo, nos termos de Ingold (1995). Esses comportamentos não são observados, em outras espécies do reino animal, conforme é reiterado na Teoria Evolucionista, considerando que tais comportamentos caracterizam a humanidade do ser. O que estiver aquém ou além do humanamente aceitável é característico da animalidade.

Lakoff e Turner (1989), ao estudarem provérbios chineses, propõem o modelo cultural da Grande Cadeia do Ser que se refere a tipos de seres e suas propriedades. No modelo, há uma escala vertical na qual se ordenam seres e objetos com propriedades “superiores” e “inferiores”. A Grande Cadeia é uma escala de formas do ser – humano, animal, planta, objeto inanimado – e, por conseguinte, uma escala de propriedades que caracterizam formas do ser – razão (raciocínio), comportamento instintivo, função biológica, atributos físicos etc.

Os autores pensam os seres humanos, como seres de ordem superior aos outros animais, que, por sua parte, são entendidos como superiores às plantas e as plantas como superiores às coisas inanimadas. Dentro de cada um desses níveis, há subdivisões com níveis superiores e inferiores; daí cachorros serem de ordem mais elevada que insetos, e árvores, mais elevadas que algas. Essa escala de seres corporifica uma escala de propriedades. Por exemplo, enquanto uma pedra é, apenas, uma substância, uma cadeira possui uma estrutura funcional parte/todo, isto é, tem um assento, costas e pernas, cada uma delas desempenhando uma função. Uma árvore tem, tanto uma substância, quanto uma estrutura funcional parte/todo, e, além disso, tem vida. Um inseto possui todas essas propriedades – substância, estrutura funcional complexa, vida – e, comportamento animal, como autopropulsão. De acordo com nosso conhecimento enciclopédico, animais, como cachorros, têm todas essas propriedades e, ainda, estados interiores, como desejo (querer brincar), emoções (medo), habilidades cognitivas (memória), entre outras. Humanos têm todas essas propriedades, além da capacidade de desenvolver raciocínios abstratos (complexos), ética, alto nível de consciência e assim por diante.

Lakoff e Turner (1989) resumem a Grande Cadeia como sendo estruturada por atributos e comportamentos, organizados hierarquicamente, da seguinte forma:

- Humanos: atributos e comportamento de ordem superior;
- Animais: atributos e comportamento instintivo;
- Plantas: atributos e comportamento biológico;
- Objetos complexos: atributos estruturais e comportamento funcional;
- Coisa físicas naturais: atributos físicos naturais e comportamento físico natural.

Nessa perspectiva, o comportamento instintivo e não-racional coloca os animais em um nível inferior ao ser humano na Grande Cadeia, sendo a principal característica distintiva entre esses seres. Todavia, o ser humano, também, é um ser dotado de instintos que, algumas vezes, lhes dirigem as ações. Por isso, nem sempre, cumpre as regras para um bom convívio em sociedade, assumindo, em algumas ocasiões, posturas instintivas e irracionais, podendo ser categorizados como integrantes da animalidade.

Nos dicionários, encontramos as seguintes definições para o item léxico ‘animalidade’:

Quadro 77– Definições dicionarizadas para ANIMALIDADE

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
ANIMALIDADE	1. Por alimária (nome genérico de todos os brutos).	1. Caráter ou condição do que é animal. 2. Conjunto dos atributos do animal.	1. Caráter, qualidade, condição do que é animal. 2. O conjunto dos atributos que definem a condição do que é animal. 3. Manifestação desses atributos no homem.

Fonte: Elaboração nossa

As definições apresentadas no quadro 77 nos mostram que o conceito de animalidade diz respeito a aspectos brutais do comportamento humano, sendo comparados a ações de animais irracionais.

Ao pensarmos em animalidade, lembramos de alguns elementos, como: ferocidade, selvageria, irracionalidade, instinto etc. Esses elementos compõem o domínio ANIMALIDADE, que foi acionado em nosso corpus através dos itens léxicos ‘bestial’, ‘ato selvagem’, ‘bestialidade’, ‘esquecer os sentimentos humanos’, ‘depravados instintos’, ‘cio’ e ‘curra’, que acionaram os *frames* BESTIALIDADE, IRRACIONALIDADE, INSTINTO, CIO e CURRA.

Passaremos, a seguir, a apresentar as conceptualizações do estupro a partir do *frame* BESTIALIDADE.

3.2.14.1 *Frame* BESTIALIDADE

No nosso corpus, encontramos ocorrências em que o estupro é compreendido a partir do item léxico ‘bestial’. Buscamos as definições dicionarizadas para o referido item, as quais estão aqui expostas:

Quadro 78 – Definições dicionarizadas para BESTIAL

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
BESTIAL	1. De besta; estúpido.	1. Próprio de besta. 2. Grosseiro, brutal, boçal. 3. Feio, repugnante.	1. Ref. a, de ou próprio de besta (animal irracional) (instinto <u>bestial</u> , comportamento <u>bestial</u>). 2. Fig. Selvagem, desumano, cruel. 3. Fig. Rude, grosseiro, sem consideração pelo próximo. 4. P.ext. Que causa aversão, que repugna; REPUGNANTE. 5. P.ext. Que é imoral, devasso. [...]

Fonte: Elaboração nossa

As definições apresentadas no quadro 78 revelam que o item lexical ‘bestial’ diz respeito a comportamentos e atitudes que não deveriam ser praticados por seres humanos, tendo em vista que se constituem em atos selvagens e agressivos.

Por conta disso, o ordenamento jurídico, fruto do processo civilizatório ao qual somos expostos, passou a ter o poder de refrear impulsos humanos, estabelecendo preceitos de conduta, assim como punições para o seu descumprimento, tentando tornar, com isso, o convívio social mais harmônico.

A possibilidade de aplicação de uma pena, no entanto, é, muitas vezes, insuficiente, para destruir o intento delitivo e selvagem daquele que comete um crime. Em algumas situações, a supremacia do instinto o leva à realização do ato criminoso, como pode ser observado nos casos de conceptualização do estupro estudados. Nas ocorrências, o estupro foi incluído em categorias delituais que são tratadas com indignação pelo senso comum, que atribui características animais ao acusado, e de forma mais severa pela lei. Isso, pode ser observado, no exemplo (159):

(159) [...]mandando-a á praia a fim de buscar areia, e ali consumou seu *bestial e repugnante intento*. (06/11/1909, p.4; Notícia; Autoria do jornal).

É possível observar, através das instanciações, a compreensão do ato, em (159), como um intento, ou seja, como uma intenção, propósito, objetivo. Essa compreensão é estruturada a partir da metonímia TODO PELA PARTE, na qual, a referência ao intento (todo) é estupro (parte), conforme é discutido na subseção 3.2.3.2.1.

Essa estruturação metonímica ancora, na ocorrência (159), a conceptualização metafórica do estupro como um ato selvagem, instanciada pela metáfora ESTUPRO É ANIMALIDADE. Conforme é percebido no exemplo apresentado, o estupro é concebido em termos de uma força destrutiva, de uma ação que não pode ser praticada por seres humanos e sim por bestas. Dessa forma, infere-se que seu agente é um ser desprovido de atributos humanos, podendo atribuir-lhe características de um monstro tais como crueldade, violência e selvageria. Essa afirmação, também, pode ser observada, através da utilização do item léxico ‘bestial’, na conceptualização do estupro, podendo ser compreendida como atitude semelhante à de um animal ou de uma fera.

Tal conceptualização está ancorada pelo esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, ativado por ‘consumou’, que indica uma trajetória percorrida e, o esquema-I ESCALA, que, no caso dessa conceptualização, está associado a fatores psicológicos, demonstrando ausência de simetria nas forças que, supostamente, alicerçam as emoções e as ideias, o que é acionado pelos itens lexicais ‘bestial’ e ‘repugnante’.

Foram encontradas várias ocorrências em que o estupro é compreendido como “atentado bestial”, “ato selvagem”, “bestialidade”, indicando a realização do ato, mas atrelando a essa compreensão à caracterização de algo grotesco, animalesco, irracional. Essa relação acontece, porque, de acordo com Kövecses (1988, 1990, 2000, 2014, 2015), os conceitos são relacionados, ou seja, são combinações de conceitos. Em outras palavras, ao tratarmos sobre estupro, envolvemos a emoção, considerando ser um ato que, normalmente, remete ao repúdio. Dessa forma, é comum encontrarmos conceptualizações do estupro atreladas a conceitos relacionados à emoção, como podemos observar nas ocorrências (160) e (161):

(160) O dr. Nobrega observou, ouvindo as mais distintas pessoas de Sertãozinho, que a sociedade sertanezina se achava

offendida não só pelo *bestial atentado* cometido pelo juiz como também pelo rapto audacioso com que se procura inocentá-lo, tornando mais desgraçada a sua vítima. O segundo delegado auxiliar logo pela manhã seguinte à sua chegada, iniciou diligências, relativas porém ao rapto, pois o *crime de estupro*, por não ser miserável à menor, prosseguia pela queixa paterna. (20/03/1913, p. 9; Notícia; Autoria do jornal).

- (161) S. exa., logo ao início, se propõe a demonstrar duas teses no decurso da defesa: a) que sob o ponto de vista jurídico o delicto está mal classificado: a hipótese de que cogita o auto de corpo de delicto enquadrar-se-ia não no art. 266 do Código, mas no art. 267 combinado com os arts. 13 e 63; haveria, assim tentativa de defloramento e não atentado ao pudor; b) que Roberto Moscardini é inocente, jamais praticou contra sua filha os *atentados bestiais* de cuja autoria, argumentando com falsa base tão injustamente o increpa o Ministério Público. (09/04/1913, p.2; Processo Judicial; Siqueira Reis Junior, escrivão).

Nessas ocorrências, verificamos a conceptualização do estupro como crime, delito, atentado, conceptualizações discutidas nas subseções 3.2.7.1., 3.2.7.2 e 3.2.4.3, respectivamente. Todavia, esses conceitos, utilizados nas conceptualizações encontradas nas ocorrências (160) e (161), estão vinculados a outros conceitos que auxiliam na compreensão do estupro como um ato cujas características são desprovidas de humanidade, como a utilização de ‘bestial’ para qualificar o estupro, nessas ocorrências. A partir dessa construção e da relação entre os dois conceitos, inferimos que a compreensão do estupro como um ato animalesco é estabelecida, relacionando tais compreensões à metáfora ESTUPRO É ANIMALIDADE, que está vinculada à metonímia ATENTADO BESTIAL POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE, considerando que o estupro é um dos tipos de atentado.

As conceptualizações encontradas nas ocorrências referidas estão estruturadas conceptualmente pelo esquema-I de LIGAÇÃO, acionado pela expressão “estupro de uma menina”, em (160), vinculando o ato à vítima; e, pela expressão “praticou contra sua filha”, em (161), que liga o acusado à vítima. Temos, ainda, o esquema-I de ESCALA, acionado pelos itens léxicos ‘bestial’, em (160), e ‘bestiais’, em (161). Esses conceitos apontam para o elevado nível de repúdio à prática do estupro. Há, também, o esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, ativado por ‘cometido’, em (160), e por ‘praticou’, em (161), que indica uma trajetória realizada, sendo focalizada a meta. Em (161),

encontramos, também, os esquemas-I de FORÇA e COMPULSÃO, acionado pela expressão “praticou contra”, que indica a utilização de força contra alguém.

Em outras ocorrências encontramos a compreensão do estupro como bestialidade, como pode ser observado nos exemplos (162) e (163):

(162) A cada ato de resistência, nossos algozes respondiam com o aumento da corrente elétrica, ameaças de pau-de-arara, tentativas *de estupro*, enfim, todo tipo de chantagem e *bestialidade* era empregado com o fim de nos aniquilar e dobrar qualquer resistência que opuséssemos àquelas iniquidades. (26/10/1977, p.14; Notícia; Autoria do jornal).

(163) O crime que, impiedoso, bestial, não se contenta em tomar os bens do seu semelhante, mas ainda se compraz em assassinio, *em estupro* e toda a série *de bestialidades*. (23/01/1981, p. 2; Artigo; João Nowacki, leitor).

Essas ocorrências instanciam a metáfora ESTUPRO É ANIMALIDADE que é ancorada pelo esquema-I PROCESSO, em (162), ativado pela expressão linguística “era empregado com o fim de nos aniquilar”, indicando uma provável mudança na condição física. O esquema-I TODO/PARTE, também, é acionado, em (162), pelo item lexicográfico ‘tipo’ e, em (163), por ‘série’, que indica que o estupro é um tipo dentre as séries de bestialidades.

Encontramos, ainda, a compreensão do estupro como um ato selvagem, conforme pode ser observado na ocorrência (164):

(164) Um vespertino desta Capital (fls. 11) noticiou a ocorrência, emprestando-lhes as cores sombrias de *atos selvagens*. Segundo a versão divulgada por esse jornal, Patrocínia teria sido *seviçada e estuprada* na Polícia Central por dois presos. (11/12/1946, p. 10; Notícia; Autoria do jornal).

Nessa ocorrência, o estupro é compreendido em termos de um ato selvagem, em que a expressão linguística “atos selvagens” projeta características próprias de uma ação praticada por um animal feroz, tais como, violência, crueldade, animalidade. Essa compreensão instancia a metáfora ESTUPRO É ANIMALIDADE, que é ancorada pelo esquema-I TODO/PARTE, acionado pela expressão “atos selvagens”, que aponta para um dentre outros tipos de atos.

A seguir, apresentaremos as conceptualizações do estupro a partir do *frame* IRRACIONALIDADE.

3.2.14.2 *Frame* IRRACIONALIDADE

De acordo com Ingold (1995), a reflexão e a linguagem, atributos humanos, caracterizam a passagem da animalidade para a humanidade, o que corresponde a uma etapa superior na evolução física e biológica da espécie humana. Na concepção do referido autor, a consciência e a alma, atributos distintivos do ser humano, são convertidos em uma existência oposta à animalidade. No estado de animalidade, a irracionalidade é um atributo, considerado como a ação conduzida pela paixão selvagem, desprovida de constrangimento por valores éticos e questões culturais.

Buscamos nos dicionários as definições para o item léxico ‘irracionalidade’, as quais aqui apresentamos:

Quadro 79 – Definições dicionarizadas para IRRACIONALIDADE

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
IRRACIONALIDADE	1. Sem registro.	1. Qualidade de irracional. 2. Falta de raciocínio ou de razão.	1. Qualidade do que é irracional ou desarrazoado. 2. Ausência de racionalidade, de razão. 3. Perda da razão, da lógica, da coerência de ideias. 4. Característica daquilo que contraria o bom senso, a razão.

Fonte: Elaboração nossa

A definição apresentada no quadro 79 nos mostra que o conceito de irracionalidade diz respeito a ações humanas desprovidas de razão e bom senso. Essa forma de agir pode ser equiparada ao comportamento animal, que se caracteriza pela ação instintiva e não de forma racional.

O filósofo Descartes (1996 [1595-1650]), ao significar os animais, afirma que “[...] é a natureza que atua neles segundo a disposição de seus órgãos” (DESCARTES, 1996, p.113). Os aspectos orgânico e fisiológico conduzem, de forma relevante, a explicação do modo de viver dos animais. Nesse sentido, a animalidade corresponde ao estado de natureza e a humanidade ao de sociedade. Todavia, algumas ações humanas parecem indicar, de uma forma estereotipada, uma regressão no processo evolutivo, refletida em comportamentos e ações mais voltados para a animalidade do que para a humanidade, segundo a grande cadeia dos seres.

Quando pensamos em animais, ou no seu comportamento, evocamos um *frame* que abrange diferentes aspectos polares, relacionados ao comportamento característico de

cada espécie animal, como: doméstico/ selvagem, brincalhão/agressivo, manso/feroz etc. Assim, ao compreendermos o comportamento humano como o comportamento animal, apenas, os aspectos relacionados a selvageria, ferocidade, agressividade, enfim, os aspectos mais distantes da razão, são mapeados na construção conceptual. No caso do *frame* em questão, a expressão linguística ‘esquecer os sentimentos humanos’ o acionou, como pode ser verificado na ocorrência (165):

(165) Disse mais que a embriaguez não póde levar um homem *a tal ponto que faça esquecer os sentimentos humanos*, chegando até a desrespeitar a uma menor que em companhia do acusado vivia. (14/07/1889, p.3; Processo Judicial; Promotor público).

O trecho destacado, nessa ocorrência, aponta para a conceptualização metafórica ESTUPRO É IRRACIONALIDADE, visto que, em (165), o uso da expressão “a tal ponto”, que faz referência ao estupro, é complementada pela expressão “esquecer os sentimentos humanos”, que atribui ao ato características de uma atitude irracional, própria de animais. Dessa forma, temos um mapeamento entre o domínio-fonte IRRACIONALIDADE e o domínio-alvo ESTUPRO, em que características de atitudes irracionais, brutais e instintivas são transferidas no processo de conceptualização do estupro. Essa metáfora está vinculada à metáfora mais geral ESTUPRO É ANIMALIDADE.

Notamos que essa conceptualização está ancorada pelo esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, acionado pelos itens lexicais ‘levar’ e ‘a tal ponto’, indicando uma trajetória percorrida. Temos, ainda, o esquema-I PROCESSO, ativado por ‘embriaguez’, considerando que a mudança de estado, ou seja, a perda da sobriedade, favoreceu a realização do estupro, de acordo com o contexto da ocorrência (165). O uso da expressão “faça esquecer” ativa o esquema-I BLOQUEIO, que permite a inferência de que houve algo que impediu, pelo menos momentaneamente, que a condição humana fosse mantida. Esse trecho, também, indica a estruturação pelo esquema-I TODO/PARTE, acionado pela expressão “sentimentos humanos”, já que não são todas as emoções que são esquecidas, mas parte delas, ou seja, as emoções vinculadas a atitudes consideradas positivas.

A seguir, passaremos à apresentação do *frame* INSTINTO.

3.2.14.3 Frame *INSTINTO*

O comportamento humano pode ser instável e imprevisível. É resultante das experiências guardadas na mente, via aprendizado, cultura e socialização, as quais exercem poderosa influência no modo pelo qual nossos instintos se expressam. O instinto diz respeito à parte do nosso comportamento que não é fruto de aprendizado e é constituído por elementos humanos herdados de ação, desejo, razão e comportamento. Tais características humanas são transmitidas por genes e as diferenças entre genes, de uma pessoa para outra, determinam as variações nas características físicas e psicológicas, considerando que o desenvolvimento do cérebro humano é amplamente determinado pelo código genético.

De acordo com a Teoria do Caos (GLEICK, 1989), pequenas mudanças nas condições iniciais provocaram um efeito crítico no resultado final de um sistema caótico. Isso pode ser observado tanto no comportamento humano quanto no mundo físico. Ter um modelo previsto para o comportamento humano é impossível, já que há vários aspectos envolvidos, cada qual com capacidade de causar alterações significativas. Além disso, os humanos, aparentemente, têm livre arbítrio. Tal fator reflete sobre seu comportamento e os tornam capazes de alterá-los. Dessa forma, a compreensão de grande parte do comportamento humano é um processo extremamente complexo, considerando que, o comportamento é resultante de muitos fatores diferentes: instintivos, psicológicos, racionais e emocionais, nesse sentido, a predição se torna impossível.

No nosso corpus, encontramos ocorrências em que o estupro é compreendido como instinto, por isso, buscamos nos dicionários as definições para esse item lexical, as quais estão na sequência:

Quadro 80 – Definições dicionarizadas para INSTINTO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
INSTINTO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Inclinação, conhecimento natural aos brutos do que lhes convem etc. 2. Inspiração. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fator inato de comportamento dos animais, variável segundo a espécie, e que se caracteriza, em determinadas condições, por atividades elementares e automáticas. 2. Forças de origem biológica inerentes ao homem e aos animais superiores, e que atuam, em geral, de modo inconsciente, mas com 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tendência natural, inata (não aprendida nem treinada), que determina o comportamento básico e fundamental de todos os animais de uma espécie, ou de um conjunto de espécies (<i>instinto</i> sexual). 2. Padrão de comportamento, não aprendido, de uma espécie animal. 3. Impulso irracional que leva o indivíduo a agir sem considerações de ordem moral ou espiritual, como um animal. [...]

		finalidade precisa e independentemente de qualquer aprendizado. 3. Tendência natural; aptidão inata. [...]	
--	--	--	--

Fonte: Elaboração nossa

As definições apresentadas no quadro 80 mostram que o conceito de instinto diz respeito a formas irracionais de agir, típica de animais, corroborando com o anteriormente exposto sobre o referido item lexical.

Na ocorrência (165), podemos observar um tipo de comportamento humano que revela uma prevalência instintiva em detrimento da racionalidade. Nela, o domínio-alvo, estupro, é compreendido como um instinto depravado, ou seja, é um ato entendido como irracional e perverso, tendo, dessa forma, a conceptualização metafórica ESTUPRO É IRRACIONALIDADE, vinculada à metáfora mais geral ESTUPRO É ANIMALIDADE. Vejamos no exemplo (166):

(166) Quando de calçador de patins passou a servente do Forum Cível, o patife continuou a dar largas aos seus *depravados instinctos*. E para essa casa elle levava as menores a qualquer hora dos dias feriados, e das 17 horas em diante nos dias uteis. (10/08/1917, p.5; Notícia; Autoria do jornal).

A estruturação metafórica, observada em (166), é ancorada pelo esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META acionado pelo item léxico ‘continuou’ evidenciando que a prática do ato, ainda, era realizada, com ênfase na META. Observamos, ademais, o esquema-I ESCALA, acionado pela expressão “dar largas”, que indica a intensidade do ato, ou seja, a prática era intensa, desmedida. O esquema-I LIGAÇÃO, também, foi verificado, sendo ativado pelo item lexical ‘seus’, considerando que vincula o ato ao agente.

Na próxima subseção, discutiremos o *frame* CIO.

3.2.14.4 *Frame* CIO

No nosso corpus, encontramos a compreensão do estupro como cio. Para verificar a extensão do seu conceito, buscamos nos dicionários as definições para o referido item léxico, quais sejam:

Quadro 81 – Definições dicionarizadas para CIO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
CIO	1. Nos animais é o desejo que tem de ajuntar-se para a geração em certos tempos.	1. Período de desejo sexual intenso dos animais. 2. P. ext. O apetite sexual das pessoas. [...]	1. Biol. Período de fertilidade das fêmeas da maioria das espécies de mamíferos, recorrente a intervalos regulares e caracterizado pela propensão ao acasalamento (excitabilidade e alterações que despertam a excitação dos machos); o desejo sexual intenso dos animais nesse período; ESTRO. 2. P.ext. Desejo ou apetite sexual intenso, no ser humano; LUXÚRIA.

Fonte: Elaboração nossa

Como podemos observar no quadro 81, as definições apresentadas para o item léxico ‘cio’ revelam que o seu conceito está relacionado ao período de fertilidade dos animais e ao desejo sexual ativado nesse período de reprodução.

Como sabemos, a prática sexual, também, tem a função reprodutiva. As mulheres apresentam um ciclo relacionado com a reprodução, o chamado ciclo menstrual. Outros mamíferos, também, possuem ciclo reprodutivo, porém nem todos apresentam ciclo menstrual. Animais, como vacas, éguas e cadelas, apresentam um ciclo denominado de estral, que é distinto em cada espécie. Uma das fases desse ciclo é denominada estro e corresponde à fase de receptividade sexual, também conhecida como cio (HAFEZ; HAFEZ, 2004). Na ocorrência (167), foi encontrada a compreensão do estupro como cio, conceitualmente estruturada a partir da metáfora ESTUPRO É CIO, vinculada à metáfora mais geral ESTUPRO É ANIMALIDADE, que, por sua vez, está atrelada à metáfora HOMEM É ANIMAL. Nessa conceptualização, a referência ao cio (domínio-fonte) - estado fisiológico cíclico das fêmeas de muitos mamíferos que se caracteriza pela excitabilidade sexual, própria de tal estado, durante o qual os animais buscam o acasalamento – projeta, no mapeamento metafórico, aspectos desse domínio-fonte no domínio-alvo (estupro). Vale destacar que, conceitualmente, o cio é um estado próprio das fêmeas, mas, nessa conceptualização, ele é “fradesco”, ou seja, dos frades, apontando para a ancoragem conceptual pelo esquema-I DESVIO, devido a essa mudança de rota do cio da fêmea para o macho.

(167)E com igual evidencia demonstrativa ellas se occupam também a destruir, sobre Guilhermina Oliveira, Cecília Tavares, e outras imbelles victimas do *cio fradesco*. (11/09/1891, p. 1; Reportagem; Fialho D’Almeida, jornalista).

Observamos, ainda, a presença do esquema-I FORÇA, ativado pelo item lexical ‘imbelles’, que, de acordo com o *Dicionário da Língua Brasileira* (PINTO, 1832), significa “que não he guerreiro. Que não tem forças para a guerra”, permitindo a inferência da existência de força pelo acusado, diante da impossibilidade de defesa da vítima. Temos, também, o esquema-I CICLO, acionado por ‘cio’, que diz respeito a um estado cíclico, conforme, anteriormente, destacado.

Encontramos, ainda, no *frame* ANIMALIDADE, a compreensão do estupro como CURRA, conforme apresentaremos na subseção, a seguir.

3.2.14.5 *Frame* CURRA

No nosso corpus, verificamos a ocorrência da conceptualização do estupro a partir do domínio-fonte CURRA. Buscamos, então, nos dicionários, as definições desse item léxico e as apresentamos no quadro 82:

Quadro 82 – Definições dicionarizadas para CURRA

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
CURRA	1. Sem registro.	1. (De curro) Ato ou efeito de currar.	1. Ação ou resultado de currar, praticar violência sexual e coletiva contra uma pessoa; ESTUPRO. [F.: Prov. de <i>curro</i> .].

Fonte: Elaboração nossa

Conforme exposto, no quadro 82, não encontramos registro para o item léxico ‘curra’ no dicionário consultado do século XIX. No dicionário Aurélio (1986), a definição é concisa e diz respeito ao ato de currar, por isso, buscamos, no mesmo dicionário, a definição para currar, onde encontramos: “Servi-se, juntamente com outros, para fins libidinosos de (mulher ou homem), utilizando astúcia ou violência”. Essa mesma definição foi encontrada no dicionário Caldas Aulete (2020), para o item léxico ‘currar’. Verificamos, ainda, que, nos dois dicionários referidos, há a observação de que ‘curra’ é proveniente de ‘curro’. Buscamos, dessa forma, a sua definição, nos mesmos dicionários, nos quais encontramos definições similares, como: “Lugar anexo à praça ao qual se recolhem os touros antes e depois da corrida; CURRAL. Conjunto dos touros para uma corrida. Bras. Gir. Bordel, prostíbulo. Bras. Fig. Cópula violenta; CURRA”.

Assim, diante das definições encontradas, entendemos que curra é uma denominação popular para uma modalidade de crime sexual em que duas ou mais pessoas abusam sexualmente de uma outra, ou seja, é um estupro coletivo. Talvez isso explique a utilização do item lexical ‘curra’ para referenciar esse tipo de ato, pois, em um curral, os animais ficam presos, encurralados, sem possibilidade de defesa, da mesma forma que uma vítima de um estupro coletivo.

Dessa forma, entendemos que a compreensão do estupro como curra integra o domínio da animalidade, já que diz respeito a aspectos relacionados a animais, seja o local onde ficam presos ou o seu comportamento. Essa compreensão do estupro pode ser observada na ocorrência (168):

(168) A herdeira mimada é apresentada como vítima de uma *curra* – como na época da peça se definia o *estupro*. Só que a história não foi bem assim, Maria Cecília pediu para ser *currada*. Num certo sentido, ela intimou seus agressores a praticarem a *violência*. (19/03/2008, p. 46; Entrevista; L.C.M., jornalista).

Nessa ocorrência, que foi extraída de uma entrevista, o trecho apresentado trata do enredo de uma peça que terá a participação da atriz entrevistada. Observamos, no contexto do exemplo (168), que há uma explicação sobre o uso do item léxico ‘curra’ para referenciar o estupro. O escrevente/conceptualizador chama a atenção para o fato de que era dessa forma que o estupro era definido na época da peça. A referida peça é intitulada “Bonitinha mas ordinária”, de Nelson Rodrigues, que foi produzida, pela primeira vez, na década de 1960 e seria apresentada, em filme, em 2008. Isso, talvez, indique que essa compreensão do estupro era comum na referida década, já que, paralelamente a isso, os dicionários só apresentam esse item léxico a partir do século XX.

Essa compreensão, observada na ocorrência (168), instancia a metáfora ESTUPRO É CURRA, vinculada à metáfora mais geral ESTUPRO É ANIMALIDADE. A ancoragem conceptual é realizada pelo esquema-I LIGAÇÃO, ativado por “vítima de uma curra”, que vincula a vítima ao ato. O esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, também é acionado por “pediu para ser currada”, que aponta para a existência de uma trajetória. Há, ainda, os esquemas-I FORÇA, CONTATO, PERTO/LONGE, acionados por “agressores a praticarem a violência”, indicando aproximação, contato físico e uso de força.

Apresentamos, a seguir, o quadro 83, com a síntese dos resultados encontrados para o domínio ANIMALIDADE.

Quadro 83 – Síntese do domínio ANIMALIDADE

FRAME	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
BESTIALIDADE	(159) [...]mandando-a á praia a fim de buscar areia, e ali consumou seu <i>bestial e repugnante intento</i> .	Séc. XX (06/11/1909)	Notícia	Autoria do jornal.	Metafórico ESTUPRO ANIMALIDADE	É ORIGEM/PERCURSO/META ESCALA	Bestial e repugnante intento
	(160) O dr. Nobrega observou, ouvindo as mais distintas pessoas de Sertãozinho, que a sociedade sertaneza se achava offendida não só pelo <i>bestial atentado</i> cometido pelo juiz como também pelo rapto audacioso com que se procura innocentar-o, tornando mais desgraçada a sua vítima. O segundo delegado auxiliar logo pela manhã seguinte á sua chegada, iniciou diligências, relativas porém ao rapto, pois o crime de estupro, por não ser miserável á menor, prosseguia pela queixa paterna.	Séc. XX (20/03/1913)	Notícia	Autoria do jornal.	Metafórico ESTUPRO ANIMALIDADE	É LIGAÇÃO ESCALA ORIGEM/PERCURSO/META	Bestial atentado.
	(161) S. exa., logo ao início, se propõe a demonstrar duas theses no decurso da defesa: a) que sob o ponto de vista jurídico o delicto está mal classificado: a hypothese de que cogita o auto de corpo de delicto enquadrar-se-ia não no art. 266 do Código, mas no art. 267 combinado com os arts. 13 e 63; haveria, assim tentativa de defloramento e não atentado ao pudor; b) que Roberto Moscardini é inocente, jamais praticou contra sua filha os <i>atentados bestiais</i> de cuja autoria, argumentando com falsa base	Séc. XX (09/04/1913)	Processo Judicial	Siqueira Reis Junior, escrivão	Metafórico ESTUPRO ANIMALIDADE	É LIGAÇÃO ESCALA ORIGEM/PERCURSO/META FORÇA COMPULSÃO	Atentados bestiais

FRAME	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
	tão injustamente o increpa o Ministerio Publico						
BESTIALIDADE	(162) A cada ato de resistência, nossos algozes respondiam com o aumento da corrente elétrica, ameaças de pau-de-arara, tentativas de <i>estupro</i> , enfim, todo tipo de chantagem e <i>bestialidade</i> era empregado com o fim de nos aniquilar e dobrar qualquer resistência que opuséssemos àquelas iniquidades.	Séc. XX (26/10/1977)	Notícia	Autoria do jornal	Metáforico ESTUPRO É ANIMALIDADE	PROCESSO TODO/PARTE	Bestialidade
	(163) O crime que, impiedoso, <i>bestial</i> , não se contenta em tomar os bens do seu semelhante, mas ainda se compraz em assassinio, em <i>estupro</i> e toda a série de <i>bestialidades</i> .	Séc. XX (23/01/1981)	Artigo	João Nowacki, jornalista	Metáforico ESTUPRO É ANIMALIDADE	TODO/PARTE	Bestial Bestialidades
	(164) Um vespertino desta Capital (fls. 11) noticiou a ocorrência, emprestando-lhes as cores sombrias de <i>atos selvagens</i> . Segundo a versão divulgada por esse jornal, Patrocinia teria sido seviciada e estuprada na Polícia Central por dois presos.	Séc. XX (11/12/1946)	Notícia	Autoria do jornal	Metáforico ESTUPRO É ANIMALIDADE	TODO/PARTE	Atos selvagens
IRRACIONALIDADE	(165) Disse mais que a embriaguez não póde levar um homem a tal ponto que faça <i>esquecer os sentimentos humanos</i> , chegando até a desrespeitar a uma menor que em companhia do acusado vivia.	Séc. XIX (14/07/1889)	Processo Judicial	Promotor de Justiça	Metáforico ESTUPRO É IRRACIONALIDADE / É ESTUPRO ANIMALIDADE	ORIGEM/PERCURSO/META PROCESSO BLOQUEIO TODO/PARTE	Esquecer os sentimentos humanos

<i>FRAME</i>	<i>FRAGMENTO</i>	<i>PERÍODO</i>	<i>GÊNERO TEXTUAL</i>	<i>CONCEPTUALIZADOR</i>	<i>TIPO DE MAPEAMENTO</i>	<i>ESQUEMA-I</i>	<i>ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME</i>
INSTINTO	(166) Quando de calçador de patins passou a servente do Forum Cível, o patife continuou a dar largas aos seus depravados <i>instinctos</i> . E para essa casa elle levava as menores a qualquer hora dos dias feriados, e das 17 horas em diante nos dias uteis.	Séc. XX (10/08/1917)	Notícia	Autoria do jornal	Metafórico ESTUPRO É INSTINTO / ESTUPRO É ANIMALIDADE	ORIGEM/PERCURSO/META LIGAÇÃO ESCALA	Depravados instinctos
CIO	(167) E com igual evidencia demonstrativa ellas se occupam também a destruir, sobre Guilhermina Oliveira, Cecília Tavares, e outras imbelles victimas do <i>cio fradesco</i> .	Séc. XIX (11/09/1891)	Reportagem	Fialho D'Almeida, jornalista	Metafórico ESTUPRO É CIO / ESTUPRO É ANIMALIDADE	FORÇA DESVIO CICLO	Cio fradesco
CURRA	(168) A herdeira mimada é apresentada como vítima de uma curra – como na época da peça se definia o estupro. Só que a história não foi bem assim, Maria Cecília pediu para ser currada. Num certo sentido, ela intimou seus agressores a praticarem a violência.	Séc. XX (19/03/2008)	Entrevista	L.C.M., jornalista	Metonímico ESTUPRO É CURRA / ESTUPRO É ANIMALIDADE	LIGAÇÃO ORIGEM/PERCURSO/META FORÇA CONTATO PERTO/LONGE	Curra Currada

Fonte: Elaboração nossa

Após apresentar a síntese dos resultados achados para o domínio ANIMALIDADE, exposta no quadro 83, trataremos, a seguir, do domínio SOBRENATURAL.

3.2.15 Domínio SOBRENATURAL

O conceito de sobrenatural, de uma forma ampla, designa o oposto do que é considerado natural; o que não admite, ou supõe-se não admitir explicação científica. Nos dicionários consultados, sobrenatural é conceituado como:

Quadro 84 – Definições dicionarizadas para SOBRENATURAL

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
SOBRENATURAL	1. Que parece superior ou contrário as forças, a ordem da natureza.	1. Que ultrapassa o natural; que não é atribuído à natureza. 2. Relacionado com fenômenos extraterrenos. 3. Que está acima da natureza humana; sobre-humano. 4. Fantástico, extraordinário, excessivo. 5. Diz-se de tudo que é ligado à ação da graça divina, por estar acima da essência e do agir da criatura. [...]	1. Diz-se de fenômeno supostamente extraterreno, que não se tem como comprovar cientificamente. 2. Que parece acima dos fatos naturais, fantástico, fora do comum; SOBRE-HUMANO. 3. Teol. Que só se pode conhecer pela fé. 4. O que está ou parece estar além do natural.

Fonte: Elaboração nossa

De acordo com as definições apresentadas, no quadro 84, para o item léxico ‘sobrenatural’, podemos dizer que o conceito de sobrenatural transcende o universo espaço-tempo natural e é aplicado a entidades ou eventos que estão além da compreensão científica das leis da natureza.

Ao pensarmos em algo sobrenatural, acionamos elementos variados, como: anjos, divindades, espíritos, monstros, bruxas, magias etc. Dentre esses elementos, destacamos ‘monstro’, por ter sido encontrado no nosso corpus, qualificando e referenciando o estupro. Verificamos que as ocorrências em que aparece essa utilização acionam o *frame* MONSTRUOSIDADE, que será abordado na sequência.

3.2.15.1 *Frame* MONSTRUOSIDADE

O item léxico ‘monstruoso’, normalmente, é atribuído a seres fantásticos ou criaturas lendárias que tem a conformação de monstro. É utilizado, também, para

qualificar atos humanos considerados cruéis. Essa conceituação pode ser observada nas definições encontradas nos dicionários consultados, conforme podemos observar a seguir:

Quadro 85 – Definições dicionarizadas para MONSTRUOSO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
MONSTRUOSO	1. Da natureza de monstro. 2. Portentoso. 3. De enorme grandeza.	1. Que tem a conformação de monstro. 2. Enorme, extraordinário. 3. Pasmoso, assombroso, prodigioso. 4. Que excede em perversidade, em maldade, o que se possa imaginar. 5. Feio em demasia. 6. Que é contrário às leis da natureza.	1. Que tem conformação de monstro; disforme. 2. Extrordinariamente feio; horrível; horroroso. 3. Extremamente mau, perverso (ato <u>monstruoso</u>); terrível; hediondo. 4. Enorme, descomunal, colossal (força monstruosa).

Fonte: Elaboração nossa

No quadro 85, podemos observar que as definições apresentadas nos revelam que considerar atos, seres ou coisas com características de monstro, monstruosas, no âmbito da vida, é algo que se repete no decorrer do tempo, conforme pontua o pensador Canguilhem (2009[1965]) ao afirmar que o tipo humano, considerado normal, corresponde ao grau zero da monstruosidade. Nessa mesma perspectiva, Foucault (1981) considera que os monstros não seriam “de uma natureza distinta da das próprias espécies” (FOUCAULT, 1981, p. 170) e discute a ampla dimensão alcançada pelos monstros na genealogia do conceito de anormalidade desde o século XVIII.

A figura do monstro humano destacava-se no domínio das teorias médico-jurídicas sobre anomalias. Foucault (1981) mostra que, no quadro de referência legal do saber jurídico, não apenas a violação das leis da sociedade, mas, também, a violação das leis da natureza definia o monstro humano. Nesse contexto, a figura do monstro se transformou em um elemento importante para avaliação de aspectos diferenciados de subversão das leis, considerados monstruosos. Ainda, conforme Foucault,

até a metade do século XVIII, havia um estatuto criminal da monstruosidade, no que ela era transgressão de todo um sistema de leis, quer sejam leis naturais, quer sejam leis jurídicas. Portanto, era a monstruosidade que, em si própria, era criminosa (FOUCAULT, 1999, p. 69).

Nesse sentido, o monstro era considerado autor de uma infração grave (monstruosidade) possuidor de um caráter subversivo, desumano e cruel (monstruoso).

Essa compreensão pode ser verificada nas ocorrências (169), (170) e (171), em que o estupro é compreendido em termos de algo monstruoso:

(169) Ninguém mais ignora nesta cidade, ou, antes, em toda esta zona, a perpetração de um *crime monstruoso*, um dos *crimes* que mais indignação traz á sociedade. Trata-se de um *estupro*, praticado em uma menor desvalida, de 12 annos de idade[...]Tornou-se ainda mais grave este crime, segundo o inquérito que corre pela delegacia de policia, por ser praticado por um homem actualmente exerce o cargo de juiz de direito e de órfãos [...]Ao povo ainda resta a esperança de ver [ININT] esse *monstruoso crime*, porque neste partido, composto de homens corrompidos e manchados, ainda restam alguns do bem, entre eles o digno promotor publico da comarca, dr. Calimerio Nestor dos Santos, e o delegado Manoel Aleixo Figueira, que não se tem deixado dominar pelos mandões desta infeliz terra, e com certeza entregarão á justiça o *GRANDE deflorador*, esse individuo que toda sociedade repele e olha como um *selvagem indigno*, que deve ser banido para sempre dentre os homens de bem. (20/12/1903, p. 3; Notícia; Oscar de Castro, jornalista).

(170) João Trovisen, de 52 annos de idade, austríaco, accusado como autor do *estupro* de uma menina de 5 annos, foi antehontem preso e recolhido á cadeia local. Aberto o inquérito sobre o caso, afirmaram a realidade do *facto* os paes da criança, dizendo que chegaram a pegar a victima nas mãos do accusado, quando este nas mattas próximas da sua casa procurava consummar o *monstruoso delicto*. Felizmente, porem, foi a victima, por acaso, salva a tempo, com a presença do pae no local, pois, conforme o exame feito pelo dr. E. Falcone, não se percebe vestígio do atentado. (31/01/1909, p. 3; Notícia; Aatoria do jornal).

(171) Alli estavam, *em toda a sua hediondez*, os *crimes* praticados pelo réu. Por áquellas cartas se via como Mauricio zombava da bondade tradicional da família brasileira, penetrando no seio de algumas casas, em pregando-se no grupo escolar do Arouche, no Forum Civel- e sempre alliciando entre meninas de tenra idade, as suas victimas. E taes *crimes*, exclama o dr. accusador particular, não datavam de pouco tempo: vinham de ha vinte annos, pois alli no promptuario se liam cartas que datavam de 1900. O réu não era um anormal, como a defesa provavelmente ia dahi a pouco afirmar: era um ser consciente, que para chegar aos seus *monstruosos fins*, até se fazia passar por muito correcto, a fim de inspirar confiança a todas as pessoas com quem convivia. (11/05/1918, p.3; Processo Judicial; A. Covello, accusador particular).

Nessas ocorrências, o estupro está sendo compreendido como “crime”, em (169), e “delito”, em (170), compreensões tratadas nas subseções 3.2.7.1 e 3.2.7.2, respectivamente. Essas conceptualizações, entretanto, são qualificadas pelo item léxico ‘monstruoso’, que nos leva a uma compreensão do estupro para além de crime e delito, estando a ideia de intensificação, agravamento e indignação, também, presente nessa compreensão. Assim, a ocorrência desses conceitos instancia a metáfora ESTUPRO É MONSTRUOSIDADE, considerando que a utilização do item léxico ‘monstruoso’, para qualificar o crime/delito/fim, permite a compreensão do fato como um ato característico de seres desprovidos de sentimento e humanidade, categorizados como anormais, monstros e, por isso, possibilita tal conceptualização.

A ancoragem conceptual é realizada por meio do esquema-I TODO/PARTE, acionado pelos itens lexicais ‘crime’, em (169), ‘delito’, em (170), e ‘fins’, em (171), já que correspondem a conceitos amplos em que o estupro está inserido. O esquema-I LIGAÇÃO é acionado, em (171), pelo item léxico ‘seus’, que vincula o acusado ao ato. Há, ainda, nessas ocorrências, o esquema-I ESCALA, ativado por ‘monstruoso’, que aponta para o elevado nível de repúdio ao estupro. O esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, também, é acionado, em (169), pelo item léxico ‘perpetração’; pelas expressões “procurava consumir”, em (170), e “para chegar aos seus monstruosos fins”, que indicam uma trajetória realizada, em (171), sendo focalizada a META, em (169), e, em (170) e (171), o foco está no PROCESSO. Temos, ademais, o esquema-I RECIPIENTE, em (169), por “estupro praticado em uma menor”, que possibilita a compreensão da menor como um corpo que recebe o estupro. Além disso, encontramos, em (169), a expressão “selvagem indigno”, utilizada para fazer referência ao acusado de ser praticante do ato, reforçando a compreensão do estupro como um ato fora do normal.

A seguir, apresentaremos o quadro 86, com a síntese dos resultados encontrados para o domínio SOBRENATURAL.

Quadro 86 – Síntese do domínio SOBRENATURAL

FRAME	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
MONSTRUOSIDADE	(169) Ninguém mais ignora nesta cidade, ou, antes, em toda esta zona, a perpetração de um <i>crime monstruoso</i> , um dos crimes que mais indignação traz á sociedade. Trata-se de um estupro, praticado em uma menor desvalida, de 12 annos de idade[...]Tornou-se ainda mais grave este crime, segundo o inquérito que corre pela delegacia de policia, por ser praticado por um homem actualmente exerce o cargo de juiz de direito e de órfãos [...]Ao povo ainda resta a esperança de ver [ININT] esse monstruoso crime, porque neste partido, composto de homens corrompidos e manchados, ainda restam alguns do bem, entre eles o digno promotor publico da comarca, dr. Calimerio Nestor dos Santos, e o delegado Manoel Aleixo Figueira, que não se tem deixado dominar pelos mandões desta infeliz terra, e com certeza entregarão á justiça o GRANDE deflorador, esse individuo que toda sociedade repele e olha como um selvagem indigno, que deve ser banido para sempre dentre os homens de bem.	Séc. XX (20/12/1903)	Notícia	Oscar de Castro, jornalista	Metáfora ESTUPRO É MONSTRUOSIDADE	ESCALA ORIGEM/PERCURSO/META RECIPIENTE TODO/PARTE	Crime monstruoso Monstruosos crime

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
	(170) João Trovisen, de 52 anos de idade, austríaco, acusado como autor <i>do estupro</i> de uma menina de 5 anos, foi ante-hontem preso e recolhido á cadea local. Aberto o inquérito sobre o caso, afirmaram a realidade do facto os paes da criança, dizendo que chegaram a pegar a victima nas mãos do accusado, quando este nas mattas próximas da sua casa procurava consummar o <i>monstruoso delicto</i> . Felizmente, porem, foi a victima, por acaso, salva a tempo, com a presença do pae no local, pois, conforme o exame feito pelo dr. E. Falcone, não se percebe vestígio do atentado.	Séc. XX (31/01/1909)	Notícia	Autoria do jornal	METÁFORA ESTUPRO É MONSTRUOSIDADE	ESCALA ORIGEM/PERCURSO/META TODO/PARTE	Monstruoso delicto
MONSTRUOSIDADE	(171) Allí estavam, em toda a sua hediondez, os crimes praticados pelo réu. Por áquellas cartas se via como Mauricio zombava da bondade tradicional da família brasileira, penetrando no seio de algumas casas, em pregando-se no grupo escolar do Arouche, no Forum Cível- e sempre alliciando entre meninas de tenra idade, as suas victimas. E taes crimes, exclama o dr. accusador particular, não datavam de pouco tempo: vinham de ha vinte annos, pois allí no promptuario se liam cartas que datavam de 1900. O réu não era um anormal, como a defesa provavelmente ia dahi a pouco afirmar: era um ser consciente, que para chegar aos seus <i>monstruosos fins</i> , até se fazia passar por [...]	Séc. XX (11/05/1918)	Processo Judicial	A. Covello, acusador particular	Metáfora ESTUPRO É MONSTRUOSIDADE	TODO/PARTE LIGAÇÃO ESCALA ORIGEM/PERCURSO/META	Monstruosos fins

Fonte: Elaboração nossa

Após apresentar os resultados do domínio SOBRENATURAL, expostos no quadro 86, passaremos à discussão do domínio ESPACIALIDADE, na próxima subseção.

3.2.16 Domínio ESPACIALIDADE

A compreensão social do espaço, nos aspectos individuais e coletivos, possui uma historicidade e, também, uma geograficidade. Para Dollfus (1991, p.11), “a fisionomia da Terra está em perpétua transformação. Toda a paisagem que reflete uma porção do espaço ostenta as marcas de um passado mais ou menos remoto, apagado ou modificado de maneira desigual, mas sempre presente”. Há, dessa forma, de se ter cuidadosa atenção às peculiaridades contextuais e situacionais das diferentes compreensões de espaço, pois este “categoriza uma determinação da realidade social, a espacialidade, que se constrói um olhar geográfico” (CAVALCANTI, 2002, p. 128).

Nessa perspectiva, a espacialidade é a tomada de consciência do ser humano sobre a sua condição no espaço que ocupa; da situação de seu corpo com o ambiente; do lugar e orientação em relação às pessoas e às coisas e da possibilidade de organizar as coisas entre si, de colocar em um lugar e movimentá-las.

Para Martins (2007, p. 39), “o nosso existir, e a consciência desse existir enquanto homens, dá-se na medida em que designamos, conceituamos a realidade que nos cerca, ou seja, nossa alteridade, o meio”. Refletir sobre a espacialidade é pensar sobre os aspectos material e abstrato que integram o espaço, indo além da materialidade:

[...] pensar o espaço defronta-se com a espacialidade, da qual tudo o que se disse é aparência. Mas, a espacialidade não é apenas dos objetos. Há o espaço do corpo e seus prolongamentos. Há também o espaço da mente. Como o tempo e o movimento, o espaço é fundante do existir, e, portanto, do pensar. Sendo assim, ele é algo físico, uma ‘coisa’, e é algo social, algo criado pelo trabalho. O primeiro, precede a existência humana; o segundo, nasce da valorização do natural como fonte de vida. Mas, essa constatação é resultado, desde logo, do pensar o espaço. Pensá-lo como dado e pensá-lo como artefato que a mente projeta. (SILVA, 2000, p. 18).

Nesse sentido, ao conceptualizarmos a realidade que nos cerca, utilizamos a noção de espaço, a espacialidade, para compreendermos e nos fazer compreender nas interações cotidianas. A partir do lugar que ocupamos no espaço, da posição em relação ao que existe ao nosso redor, nos localizamos, orientamos e conceptualizamos o mundo.

Buscamos, ainda, nos dicionários as definições para o item lexical ‘espacialidade’, vejamos:

Quadro 87 – Definições dicionarizadas para ESPACIALIDADE

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
ESPACIALIDADE	Sem registro.	Sem registro.	1. Característica do que é espacial.

Fonte: Elaboração nossa

Como podemos observar no quadro 87, a definição verificada para o item léxico ‘espacialidade’ é concisa, só tendo sido encontrada no dicionário Caldas Aulete (2020). Apesar dessa limitação, nos permite entender que o referido item diz respeito à noção de espaço, corroborando com o que foi, anteriormente, exposto sobre o conceito de espacialidade.

Quando pensamos em localização espacial, ativamos um *frame* composto por vários conceitos localizacionais. Por isso, no processo de conceptualização, acessamos esse sistema de conceitos relacionados com a orientação espacial (cima/baixo, perto/longe, frente/trás, dentro/fora etc.) ao realizarmos os mapeamentos de um conceito de um domínio para o outro, conforme Lakoff e Johnson (2002 [1980]). Nesse corpus, o *frame* de localização espacial foi acionado a partir dos itens lexicais ‘baixeza’, ‘posição’, ‘reerguer’, ‘desencaminhar’, ‘ponto’, ‘extremo’, ‘invadindo’ e ‘demarcação’.

Iniciamos a discussão das conceptualizações do estupro, no domínio ESPACIALIDADE, a partir do *frame* ORIENTAÇÃO, discutido na próxima subseção.

3.2.16.1 *Frame* ORIENTAÇÃO

O conceito de orientação estabelece referência à possibilidade de tomar um direcionamento. Corresponde a ação ou resultado de orientar-se, tomar uma direção, um rumo, de acordo com o Dicionário Caldas Aulete (2020).

No nosso corpus, o *frame* ORIENTAÇÃO foi acionado a partir dos itens léxicos ‘baixeza’ e ‘reerguer’, encontrados nas ocorrências que serão discutidas na sequência.

Apresentamos as definições encontradas nos dicionários consultados, para os referidos itens lexicais, no quadro 88:

Quadro 88 – Definições dicionarizadas para BAIXEZA, REERGUER e ERGUER

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
BAIXEZA	1. Qualidade oposta a altura. 2. Humildade, vileza de sentimentos. 3. Acção vil.	1. Qualidade do que é baixo ou do que está embaixo, inferioridade.	1. Qualidade de baixo; pouca altura ou elevação; PEQUENEZ 2. Estado do que está embaixo.

		2. Humilhação, rebaixamento, abatimento. 3. Indignidade, vileza, torpeza, baixura.	3. Fig. Falta de dignidade; MESQUINHEZ; TORPEZA; VILEZA. 4. Ação vil: <i>cometer uma baixeza</i> . 5. Rebaixamento moral, servilismo, humilhação.
REERGUER	Sem registro.	1. Erguer-se outra vez. 2. Tornar a erguer-se.	1. Tornar a erguer (-se).
ERGUER	1. Levantar o que estava deitado ou caído.	1. Levantar, elevar, alçar. 2. Levantar, erigir, edificar. 3. Tornar ereto, endireitar, levantar. 4. Pôr-se em pé, levantar-se. [...]	1. Colocar em plano alto ou mais alto; ELENVAR; LEVANTAR. 2. Edificar, construir, levantar. 3. Pôr em posição vertical, fazer ficar ereto. 4. Fazer ficar de pé (inclusive si mesmo); LEVANTAR. [...]

Fonte: Elaboração nossa

As definições apresentadas, no quadro 88, para o item léxico ‘baixeza’, revelam que o seu conceito está relacionado à espacialidade, com a orientação para baixo. Já para o item léxico ‘reerguer’, encontramos registro, apenas, no dicionário Aurélio (1986) e Caldas Aulete (2020), de forma concisa, a saber: “Tornar a erguer(-se)”. Diante disso, optamos por buscar a definição do item lexical ‘erguer’, considerando que ‘reerguer’ corresponde à repetição da ação de erguer.

Assim, de acordo com as definições apresentadas, no quadro 88, para esse item léxico, constatamos que seu conceito diz respeito ao ato de pôr para cima, levantar algo que estava em baixo. Essa compreensão e a do estupro como baixeza podem ser observadas nas ocorrências (172) e (173), apresentadas na sequência.

Na ocorrência (172), observamos a estruturação conceptual, a partir de uma metáfora orientacional, em que a compreensão do estupro licencia a metáfora ESTUPRO É PARA BAIXO, como podemos observar a seguir:

(172) O suplicante que se tem e é tido pelas pessoas de consideração da localidade, em conta de homem de bem, incapaz de commetter uma *baixeza* dessa jaez. (05/07/1885, p.1; Artigo; Francisco Teixeira de Souza Leite, acusado).

Nessa conceptualização, o estupro é concebido como um ato vil, indigno e torpe, o que é indicado pelo uso do item léxico ‘baixeza’. Verificamos que a instanciação da metáfora ESTUPRO É PARA BAIXO, que é mais específica, se deu a partir da metáfora mais geral RUIM É PARA BAIXO, que é uma metáfora conceptual orientacional. Nos termos de Lakoff e Johnson (2002 [1980]), essa metáfora está relacionada, nessa ocorrência, à orientação cima/baixo, em que a orientação para cima corresponde a algo

positivo, enquanto a orientação para baixo faz referência a algo negativo, conforme anteriormente apresentado na seção 1.4.1.1. Desse modo, a partir da metáfora RUIM É PARA BAIXO, podemos compreender a conceptualização expressa na ocorrência (172), como algo negativo, dado que o item lexical ‘baixeza’ permite essa inferência.

Observamos que a ocorrência está ancorada pelo esquema-I CIMA/BAIXO, visto que a utilização de “baixeza” evoca a compreensão do estupro como um ato ruim, e, por isso, tem orientação para baixo. Podemos observar, ainda, a estruturação pelo esquema-I TODO/PARTE, acionado pela expressão “dessa jaez”, que indica “desse tipo”, ou seja, o estupro (parte) é um dos tipos de baixeza (todo).

Verificamos outra compreensão do estupro com a orientação para baixo, como podemos observar no exemplo (173):

(173) Não só casando-se com o ofensor a offendida *readquire a sua posição na sociedade*. Nos casamentos com terceiro, a lei deve também impedir a ventilação escandalosa de factos deprimentes ao bom nome do homem que, dedicadamente, tomou a victima para sua esposa, *reerguendo-a* pelos nobres impulsos da *sympatia humana*. (25/03/1917, p. 10; Habeas-corpus; Hilario Freire, advogado).

Nessa ocorrência, o estupro é compreendido como algo que coloca a vítima em uma posição ruim. Tal compreensão é instanciada a partir da expressão “reerguendo-a”, que instancia a metáfora ESTUPRO É PARA BAIXO, considerando que, para alguém ou algo ser reerguido, colocado para cima, é necessário que esteja em uma posição para baixo. Essa metáfora, também, está relacionada à metáfora mais geral RUIM É PARA BAIXO. Na estruturação metafórica, a ancoragem conceptual é realizada pelo esquema-I PROCESSO, acionado pela expressão “readquire sua posição na sociedade” e por “reerguendo-a”, que permitem inferir que a situação moral da vítima, após o estupro, foi alterada, negativamente, para a sociedade. O esquema-I LIGAÇÃO, também, é observado, ativado pelo item léxico ‘sua’, indicando a posição da vítima e que esta se tornou a esposa de um certo homem. Concomitantemente, estabelece a ligação entre ambos.

Discutiremos, a seguir, o *frame* TRAJETÓRIA.

3.2.16.2 *Frame* TRAJETÓRIA

O conceito de trajetória diz respeito ao deslocamento que precisa ser realizado para se chegar a um determinado lugar. Para ampliar essa definição, buscamos nos dicionários os registros desse item léxico, e os resultados encontrados estão aqui apresentados:

Quadro 89 – Definições dicionarizadas para TRAJETÓRIA

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
TRAJETÓRIA	Sem registro.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Linha descrita ou percorrida por um corpo em movimento. 2. Lugar geométrico das posições ocupadas por uma partícula que se move. 3. Trajeto. 4. Meio, vida. [...]	<ol style="list-style-type: none"> 1. Caminho percorrido por um corpo em movimento. 2. Fig. Sequência dos acontecimentos ocorridos ao longo de um período ou da existência de alguém ou algo. 3. Fís. Conjunto das posições sucessivas ocupadas por um corpo em movimento. [...]

Fonte: Elaboração nossa

A definição encontrada para o item léxico nos permite considerar que a trajetória corresponde a um percurso realizado, ou seja, um caminho percorrido no tempo e no espaço.

Considerando essa perspectiva, encontramos, no nosso corpus, o *frame* TRAJETÓRIA que foi ativado pelos itens lexicais ‘desencaminhando’, ‘desencaminhar’, ‘a tal ponto’ e ‘a esse extremo’, cujas definições, encontradas nos dicionários consultados, são apresentadas a seguir:

Quadro 90 – Definições dicionarizadas para DESENCAMINHAR, PONTO e EXTREMO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
DESENCAMINHAR	1. Desviar do caminho.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desviar do verdadeiro caminho. 2. Desviar do bom caminho; aliciar para o mal; corromper, perverter. 3. Pereder, sumir. [...]	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desviar(-se) do caminho que parecia apropriado. 2. Assumir ou fazer assumir comportamento moralmente condenável; CORROMPER (-SE); PERVERTER(-SE). [...]
PONTO	<ol style="list-style-type: none"> 1. O elemento de toda a grandeza. 2. Assunto, ocasião, estado, questão. 3. O principal, o essencial. 4. Sinal ortográfico que denota o fim do discurso. 5. No mesmo ponto, no mesmo momento. 6. Estar a ponto, estar prestes, iminente. 7. Em ponto, exatamente. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Porção de linha compreendida entre dois furos. 2. Pequeno sinal semelhante ao que a ponta de um lápis imprime no papel. 3. Sinal de pontuação. 4. Lugar fixo e determinado. [...]	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sinal, marca ou mancha de dimensão mínima e formato ger. Arredondado. 2. Lugar determinado ou fixado. 3. Local em que táxis e vans ficam estacionados à espera de passageiros, ou no qual ônibus param em seu percurso para que passageiros desçam ou subam. 4. Local de parada de ônibus.

	[...]		5. Unidade us. na contagem de um jogo, competição, avaliação. 6. Tema ou assunto. 7. Condição que algo apresenta em dado momento de um processo evolutivo, ou esse momento. [...]
EXTREMO	1. O mesmo que extremidade. 2. Último grão, raia, fronteira. 3. O maior que pode ser. 4. Excessivo, extremado, extremo. [...]	1. Que está no ponto mais afastado, remoto, distante, longínquo. 2. Que atingiu o grau máximo; extraordinário. 3. Final, derradeiro. 4. O ponto mais distante. 5. Extremidade, termo. [...]	1. Que, em relação a uma direção ou dimensão, se localiza numa extremidade, no ponto mais distante (de um território, terreno etc.). 2. Que se manifesta intensamente (paixão <u>extrema</u>); ARDENTE; FORTE. 3. Que está no grau máximo. 4. Que é final, último, derradeiro em uma série. 5. O ponto mais distante do centro de algo; EXTREMIDADE. 6. Capacidade máxima, o mais alto nível de intensidade; AUGE. [...]

Fonte: Elaboração nossa

As definições desses itens léxicos nos revelam que, dentre as acepções listadas no quadro 90, para cada um deles, há a relação com a noção de espaço, localização e orientação, indicando desenvolvimento de trajetórias, no caso de ‘desencaminhar’, ou sua conclusão, como em ‘a tal ponto’ e ‘esse extremo’.

Nesse sentido, encontramos, dentre as ocorrências, a compreensão do estupro como uma trajetória que foi alterada, desencaminhada, ou seja, alguém saiu do caminho, como pode ser observado na ocorrência (174):

(174) Na terceira delegacia de policia está prossequindo o inquérito relativo ás desagradáveis scennas praticadas no Forum Cível pelo preto Mauricio Marcondes, servente dessa casa de Justiça, que alli vinha *desencaminhando* varias menores quasi todas costureiras. Nas averiguações policiaes estão perfeitamente provados os maus antecedentes do repugnante conquistador, pois tal individuo ha muitos annos que vem commettendo os crimes pelos quaes está agora entregue a acção da justiça. Já quando era porteiro do grupo escolar do Arouche, elle tratava de *desencaminhar* infelizes crianças, dando-lhes presentinhos para melhor conseguir seus hediondos fins. (10/08/1917, p.5; Notícia; Aatoria do jornal).

Observamos, na ocorrência (174), a conceptualização metafórica ESTUPRO É TRAJETÓRIA, instanciada a partir de “desencaminhando” e de “desencaminhar”,

utilizadas para fazer referência ao estupro, considerando que, nesse contexto, tal ato tira as vítimas do caminho moralmente correto. Nessa ocorrência, o esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META é acionado pela expressão “dando-lhes presentinhos para melhor conseguir seus hediondos fins”, pois aponta para a existência de uma trajetória percorrida, com o enfoque no PERCURSO. Ainda nessa ocorrência, o esquema-I CICLO é ativado pelas expressões “vinha desencaminhando” e “há muitos anos que vem cometendo os crimes”, indicando que o ato vinha acontecendo repetidamente.

Verificamos, nessa ocorrência, a compreensão do estupro como crime, que é discutida na subseção 3.2.7.1. Há, ainda, a conceptualização do estupro como teatro, instanciada pela expressão “desagradáveis scennas”. Consideramos essa conceptualização como integrante do domínio ENTRETENIMENTO, a partir da significação encontrada no dicionário Caldas Aulete (2020), para a palavra cena, segundo o qual, cena é, também, definida como as entradas e saídas dos atores. As conceptualizações que integram o domínio ENTRETENIMENTO são discutidas na subseção 3.2.9.

Dentre as ocorrências estudadas, encontramos a compreensão do estupro como a movimentação em um espaço, indicada pela expressão lexical “a tal ponto”, conforme está apresentada no exemplo (175):

(175) Disse mais que a embriaguez não póde levar um homem *a tal ponto* que faça esquecer os sentimentos humanos, chegando até a desrespeitar a uma menor que em companhia do acusado vivia. (14/07/1889, p.3; Processo Judicial; Promotor público).

Verificamos, nessa ocorrência, que o uso da expressão “a tal ponto” para referenciar o estupro possibilita o acesso ao *frame* ESPAÇO GEOGRÁFICO e aciona elementos referentes à locomoção dentro do espaço, como os pontos, ou seja, os lugares. Nessa perspectiva, tal compreensão é estruturada pela metáfora ESTUPRO É TRAJETÓRIA, instanciada a partir do item lexical ‘ponto’. Há, nessa compreensão, o esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, acionado pelo item lexical ‘levar’ e pelas expressões “a tal ponto” e “chegando até a desrespeitar”, que indicam um deslocamento realizado. Temos, ainda, o esquema-I PARTE/TODO acionado pelo item léxico ‘desrespeitar’, visto que a falta de respeito leva ao estupro, mas a falta desse valor é uma, dentre outras causas, que gera essa violência. O esquema-I LIGAÇÃO, também, está presente, ativado pela

expressão linguística “menor que em companhia do acusado”, que revela uma vinculação entre a menor e o acusado.

A compreensão do estupro como espaço geográfico, também, foi acionada na ocorrência (176), a partir da expressão lexical “a esse extremo”, como podemos observar, a seguir:

- (176) Gastaram-se laudas e laudas de papel para provar que Manuel Repuyos (Risadinha) e Antonio de Carvalho (Gato) não mantiveram congresso carnal com a vítima, num esforço estrênuo, diligente e estafante, porem anódino, pois, é extremamente irrelevante perquirir-se se a ação dos dois chegou a *esse extremo*; tenham ou não violentado a menor, são co-autores do delito que contra ela se perpetrrou. (26/10/1955, p. 12; Notícia; Autoria do jornal).

Nessa ocorrência, verificamos que o item léxico ‘extremo’ possibilita a compreensão do estupro como a locomoção para a extremidade de um determinado espaço. Essa compreensão é estruturada pela metáfora ESTUPRO É TRAJETÓRIA. A ancoragem conceptual é realizada pelos esquemas-I FORÇA, CONTATO e COMPULSÃO, ativados pelo item léxico ‘violentado’, cujo conceito indica força e contato físico. Há, também, o esquema-I ESCALA, ativado pelo item lexical ‘extremo’, que aponta para uma gradação elevada. O esquema-I TODO/PARTE pode ser verificado, acionado pela expressão “congresso carnal” e pelo item léxico ‘delito’, considerando que são tipologias dentro de um todo mais amplo. Ademais, o esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, também, é observado, sendo ativado pela expressão “chegou a esse extremo”, que indica uma trajetória realizada, estando o foco na META. Verificamos, também, nessa ocorrência, a conceptualização do estupro como congresso carnal e como delito, que são tratadas, respectivamente, nas subseções 3.2.19.3 e 3.2.7.2.

Passaremos, a seguir, a discussão sobre o *frame* LUGAR.

3.2.16.3 *Frame* LUGAR

Encontramos, ainda, no domínio ESPACIALIDADE, a compreensão do estupro como um local determinado no espaço, um lugar. Nos dicionários consultados, o item léxico ‘lugar’, é definido como:

Quadro 91 – Definições dicionarizadas para LUGAR

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
LUGAR	1. Espaço ocupado ou que pode ocupar-se. 2. Povoação, espaço de poucos moradores. [...]	1. Espaço ocupado, sítio. 2. Espaço. 3. Espaço próprio para determinado fim. [...]	1. Espaço determinado; SÍTIO. 2. Posição no espaço ocupada ou que pode ocupar alguém ou algo. 3. Assento determinado. 4. Área própria para ser ocupada por alguém ou alguma coisa. 5. Posição, colocação numa classificação, escala ou hierarquia. 6. Direção, caminho, destino. 7. Localidade, vizinhança. [...]

Fonte: Elaboração nossa

As definições apresentadas mostram que o conceito de lugar diz respeito a um determinado espaço físico ocupado ou passível de se ocupar. Considerando essa perspectiva, verificamos, no nosso corpus, compreensões do estupro como lugar, acionadas por “invadindo a propriedade”, “demarcação” e “frequentada”.

A seguir, apresentamos as definições encontradas nos dicionários para esses itens léxicos:

Quadro 92 – Definições dicionarizadas para INVADIR, DEMARCAÇÃO e FREQUENTAR

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
INVADIR	1. Entrar por força. 2. Tomar por força. [...]	1. Entrar a força ou hostilmente em; ocupar à força, conquistar. 2. Difundir-se em, alastrar-se por, espalhar-se. 3. Dominar, tomar. [...]	1. Entrar pela força num lugar e ocupá-lo. 2. Infestar, tomar. 3. Fig. Ultrapassar o limite de (de algo delimitado). 4. Fig. Alastrar-se dominando.
DEMARCAÇÃO	1. Ação de demarcar. 2. O terreno demarcado. 3. Marco de limite. 4. Limite.	1. Delimitação de limites por meio de marcos ou balizas, delimitação. 2. Definição, fixação. 3. Separação, distinção.	1. Ação ou resultado de demarcar. 2. Determinação de fronteiras ou limites por meio marcos ou de outros sinais. 3. Fig. Distinção ou separação nítida entre coisas diversas. [...]
FREQUENTAR	1. Fazer qualquer ação com frequência. [...]	1. Ir com frequência. 2. Conviver com; viver na intimidade de. 3. Cursar. [...]	1. Ir com frequência a (um lugar). 2. Viver na intimidade de; conviver com: <i>Frequentar a alta sociedade</i> . 3. Cursar, estudar, seguir. 4. Repetir com frequência, muitas vezes. [...]

Fonte: Elaboração nossa

No quadro 92, podemos verificar que as definições apresentadas para o item léxico ‘invadir’, correspondem à apropriação indevida de algo ou ocupação ilícita de um espaço. Podemos observar essa compreensão na ocorrência (177):

(177) Se o outro *estupra* minha propriedade (filhas e mulher), ele está *invadindo/ usurpando a propriedade alheia*. (30/08/2009, p. 208; Entrevista; Silvia Pimentel, jurista, professora).

Considerando as definições encontradas para o referido item léxico e a expressão “invadindo [...] a propriedade alheia”, verificada na ocorrência (177), entendemos que o domínio ESPACIALIDADE é acionado nessa conceptualização, tendo em vista que o corpo da mulher, nesse contexto, é tido como uma propriedade, um espaço, e que o estupro é o ato de invadir e ocupar esse espaço. Nesse sentido, é possível instanciar a metáfora ESTUPRO É INVASÃO, que é ancorada pelos esquemas-I LIGAÇÃO e CONTATO, acionados pela expressão linguística “o outro estupra minha propriedade”, que estabelece um vínculo entre os agentes do ato, já que essa expressão aponta para o contato físico entre eles. Há, também, os esquemas-I FORÇA e COMPULSÃO, ativados pelas palavras “invadindo/ usurpando”, que indicam força e resistência.

Encontramos, ainda, a compreensão do estupro como delimitação de espaço, ativada pelo item léxico ‘demarcação’. No quadro 92, temos as definições dicionarizadas para esse item, as quais revelam que seu conceito diz respeito à delimitação. Essa compreensão pode ser observada no exemplo (178):

(178) *O estupro é um ato de demarcação nas entranhas femininas, feita pelo patriarcado para assinalar o território do corpo submetido à sua disciplina. [...] Mas o estupro vai além: é um ato violento de demarcação do patriarcado nas entranhas das mulheres.* (10/11/2013, p.14; Artigo; Débora Diniz, antropóloga, professora).

A ocorrência (178) traz as expressões “ato de demarcação nas entranhas femininas” e “ato violento de demarcação do patriarcado” que possibilitam a compreensão do estupro como delimitação de espaço e instanciam a metáfora ESTUPRO É DEMARCAÇÃO. Essa metáfora está estruturada conceptualmente pelo esquema-I RECIPIENTE, ativado pelas expressões “nas entranhas femininas” e “nas entranhas das mulheres” que apontam o corpo da mulher como o espaço dentro do qual ocorre a delimitação, ou seja, o estupro. O esquema-I LIGAÇÃO, também, é observado, sendo acionado pelas expressões “feita pelo patriarcado” e “do patriarcado”, vinculando o estupro a esse tipo de organização

social. Há, ainda, os esquemas-I FORÇA e CONTATO, ativado pela expressão “ato violento de demarcação”, visto que aponta para a existência de força e resistência.

Encontramos, também, a compreensão do estupro como a ação de frequentar um lugar, conforme podemos observar na ocorrência (179):

(179) Dos autos apenas se verifica que Benedicta foi deflorada e depois *frequentada*, ao que parece por longo tempo ainda [...] (05/07/1885, p. 01; Processo Judicial; Alípio Z. de Carvalho, Juiz de Direito).

Podemos observar nessa ocorrência a utilização do item lexical ‘frequentada’ para indicar que a vítima continuou sendo estuprada. Essa compreensão instancia a metáfora ESTUPRO É FREQUÊNCIA que está vinculada à metáfora CORPO É LUGAR, considerando que a frequência do estupro se dá no corpo da vítima. A ancoragem conceptual é realizada pelos esquemas-I RECIPIENTE e DENTRO/FORA, acionados por “frequentada”, que apontam para a existência de um lugar, o corpo, que é o recipiente e que o estuprador entra e frequenta (pratica o estupro). O esquema-I CICLO, também, é acionado a partir da expressão “por longo tempo ainda”, que indica um ato que se repete no decorrer do tempo sem determinação do início ou do final.

Concluída a discussão sobre o domínio ESPACIALIDADE, apresentaremos, a seguir, um quadro síntese com os achados sobre o referido domínio.

Quadro 93 – Síntese do domínio ESPACIALIDADE

FRAME	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
ORIENTAÇÃO	(172) O suplicante que se tem e é tido pelas pessoas de consideração da localidade, em conta de homem de bem, incapaz de commetter uma <i>baixeza</i> dessa jaez.	Séc. XIX (05/07/1885)	Artigo	Francisco Teixeira de Souza Leite, acusado	Metafórico ESTUPRO É PARA BAIXO	CIMA/BAIXO TODO/PARTE	Baixaiza dessa jaez.
	(173) Não só casando-se com o offensor a offendida readquire a sua posição na sociedade. Nos casamentos com terceiro, a lei deve também impedir a ventilação escandalosa de factos deprimentes ao bom nome do homem que, dedicadamente, tomou a victima para sua esposa, <i>reerguendo-a</i> pelos nobres impulsos da sympatia humana.	Séc. XX (25/03/1917)	Habeas – corpus	Hilario Freire, advogado	Metafórico ESTUPRO É PARA BAIXO	LIGAÇÃO PROCESSO	Reerguendo-a
TRAJETÓRIA	(174) Na terceira delegacia de policia está prosseguindo o inquérito relativo ás desagradáveis scennas praticadas no Forum Civel pelo preto Mauricio Marcondes, servente dessa casa de Justiça, que alli vinha <i>desencaminhando</i> varias menores quasi todas costureiras. Nas averiguações policiaes estão perfeitamente provados os maus antecedentes do repugnante conquistador, pois tal individuo ha muitos annos que vem commettendo os crimes pelos quaes está agora entregue a acção da justiça. Já quando era porteiro do grupo escolar do Arouche, elle tratava de <i>desencaminhar</i> infelizes crianças, dando-lhes presentinhos para melhor conseguir seus hediondos fins.	Séc. XX (10/08/1917)	Notícia	Autoria do jornal	Metafórico ESTUPRO É TRAJETÓRIA	ORIGEM/PERCURSO/META CICLO	Desencaminhando Desencamin har

DOMÍNIO-FONTE	FRAGMENTOS	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
TRAJETÓRIA	(175) Disse mais que a embriaguez não pôde levar um homem <i>a tal ponto</i> que faça esquecer os sentimentos humanos, chegando até a desrespeitar a uma menor que em companhia do acusado vivia.	Séc. XIX (14/07/1889)	Processo Judicial	Promotor público	Metafórico ESTUPRO É TRAJETÓRIA	ORIGEM/PERCURSO/META PARTE/TODO LIGAÇÃO	Levar um homem a tal ponto
	(176) Gastaram-se laudas e laudas de papel para provar que Manuel Repuyos (Risadinha) e Antonio de Carvalho (Gato) não mantiveram congresso carnal com a vítima, num esforço estrênuo, diligente e estafante, porem anódino, pois, é extremamente irrelevante perquirir-se se a ação dos dois chegou a <i>esse extremo</i> ; tenham ou não violentado a menor, são co-autores do delito que contra ela se perpetrou. (26/10/1955, p. ; Notícia; Autor anônimo	Séc. XX (26/10/1955)	Notícia	Autoria do jornal	Metafórico ESTUPRO É TRAJETÓRIA	FORÇA CONTATO COMPULSÃO ESCALA TODO/PARTE ORIGEM/PERCURSO/META	Chegou a esse extremo
LUGAR	(177) Se o outro <i>estupra</i> minha propriedade (filhas e mulher), ele <i>está invadindo</i> /usurpando a propriedade alheia.	Séc. XXI (30/08/2009)	Entrevista	Silvia Pimentel, jurista, professora	Metafórico ESTUPRO É INVASÃO	LIGAÇÃO CONTATO FORÇA COMPULSÃO	Invadindo [...] a propriedade alheia
	(178) O estupro é um ato de demarcação nas entranhas femininas, feita pelo patriarcado para <i>assinalar</i> o território do corpo submetido à sua disciplina. [...] Mas o estupro vai além: é um ato violento de <i>demarcação do patriarcado</i> nas entranhas das mulheres.	Séc. XXI (10/11/2013)	Artigo	Débora Diniz, antropóloga, professora	Metafórico ESTUPRO É DEMARCAÇÃO	RECIPIENTE LIGAÇÃO FORÇA CONTATO	Ato de demarcação nas entranhas femininas. Assinalar o território do corpo. Demarcação do patriarcado.
	(179) Dos autos apenas se verifica que Benedicta foi deflorada e depois <i>frequentada</i> , ao que parece por longo tempo ainda [...] (05/07/1885, p. 01; Processo Judicial; Alípio Z. de Carvalho, Juiz de Direito)	Séc. XIX (05/07/1885)	Processo Judicial	Alípio Z. de Carvalho, Juiz de Direito	Metafórico ESTUPRO É FREQUÊNCIA	RECIPIENTE DENTRO/FORA CICLO	Frequentada

Fonte: Elaboração nossa

Após apresentar a síntese dos achados para o domínio ESPACIALIDADE, expostos no quadro 93, trataremos, a seguir sobre o domínio FLORA.

3.2.17 Domínio FLORA

A flora é considerada o conjunto de plantas de uma dada região. Em cada local, ela é bastante distinta e está diretamente relacionada com fatores como temperatura, radiação luminosa, regime de chuva e solo. Dessa forma, as plantas existentes no nosso país nem sempre são encontradas em outras áreas do mundo, por exemplo.

Para ampliar o conceito apresentado, buscamos as definições dicionarizadas para o item léxico ‘flora’, que estão expostas no quadro 94:

Quadro 94 – Definições dicionarizadas para FLORA

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Bluteau (1728)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
FLORA	1. Segundo a ficção poética Flora era a mulher de Zephyro e teve por dote a providência das flores. [...]	1. O conjunto das espécies vegetais de uma determinada localidade. 2. Conjunto de plantas que servem para determinado fim. [...]	1. Conjunto das espécies vegetais de uma região ou país. 2. Bot. Tratado descritivo dessa vegetação. 3. Conjunto de plantas us. para fins específicos. [...]

Fonte: Elaboração nossa

As definições apresentadas, no quadro 94, para o item léxico ‘flora’, são complementares, no sentido de que a mais antiga pode indicar a sua origem conceitual, e, além disso, relacionam o referido item à vegetação, seja na ficção, conforme Bluteau (1728) ou, na ciência, de acordo com Aurélio (1986) e Caldas Aulete (2020). Ao pensarmos em flora, acionamos diferentes elementos, como: árvores, arbustos, folhas, flores, frutos etc, que integram o seu *frame*. Dentre esses elementos, encontramos, no nosso corpus, conceptualizações do estupro realizadas a partir do *frame* FLOR, a seguir apresentado.

3.2.17.1 Frame FLOR

A flor é o órgão de reprodução das plantas. É a partir dela que terá origem a semente ou o fruto. Além desse significado, a flor, também, possui outras compreensões. É marca da beleza feminina, podendo significar, ainda, a efemeridade da vida, pelo fato de rapidamente murcharem. Ademais, representam jovialidade, energia, vida nova e vitória

sobre a morte. Essas compreensões são construídas a partir da existência da flor, tendo, também, uma significação, a sua perda ou retirada, como veremos na sequência.

No nosso corpus, encontramos compreensões do estupro a partir dos itens lexicais ‘defloramento’ e ‘deflorar’, por isso buscamos nos dicionários as definições para esses itens lexicais, quais sejam:

Quadro 95 – Definições dicionarizadas para DEFLORAMENTO e DEFLORAR

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
DEFLORAMENTO / DEFLORAÇÃO / DESFLORAÇÃO	1. Sem registro.	1. Desfloração. 2. Queda das flores. 3. Violação da virgindade. [...]	1. O mesmo que defloração. 2. Perda da virgindade, desvirginamento. 3. Queda prematura das flores causada por geada, doenças, insetos etc.
DEFLORAR	1. Tirar a flor. 2. Desonrar a donzela. [...]	1. Desflorar. 2. Estuprar. [...]	1. Fazer (mulher virgem) perder a virgindade; DESVIRGINAR [td]. 2. Fazer perder ou perder (planta, árvore) as flores; DESFLORAR(-SE). 3. Fig. Fazer perder a pureza de alguém ou de um grupo, entidade, instituição etc; CORROMPER; ADULTERAR.

Fonte: Elaboração nossa

De acordo com as definições apresentadas, no quadro 95, entendemos que o conceito dos itens lexicais, além de corresponderem à perda da flor das plantas, também, dizem respeito à perda da virgindade da mulher.

O termo defloramento foi criado pela Justiça no Código Penal de 1830 e era usado para nomear o ato de tirar a virgindade de uma mulher menor de idade. Talvez a data de criação do referido item léxico justifique a sua ausência nos dicionários do século XIX que foram consultados. O código de 1830 foi o primeiro Código Penal do Brasil, também, conhecido como Código Criminal do Império do Brasil, constituindo-se em um importante documento histórico que caracterizou a ruptura não apenas política, mas, também, administrativa com a antiga metrópole portuguesa. Todavia, o texto do código de 1830 era bastante difuso. Assim, ao mesmo tempo que abrangia aspectos europeus sobre a questão da cidadania, incluía práticas sociais brasileiras, pautadas na sociedade patriarcal e escravagista. O Império, segundo Fonseca (2007), permanecia aplicando

a velha legislação herdada dos tempos coloniais sem proceder a grandes e radicais rupturas, adaptando-a as tradições específicas dos brasileiros,

à cultura jurídica então em formação e, sobretudo, aos interesses econômicos das elites agrárias brasileiras (FONSECA, 2007, p. 115).

No que diz respeito aos crimes sexuais, tal perspectiva se fez presente. A avaliação das leis e sua aplicação era marcada pela supremacia do homem e submissão da mulher. Nessa sociedade, o que estava em jogo não era a proteção da vítima, mas sim da honra, atributo importante para todos os membros da família, como já informado.

De acordo com Vieira (2011), no século XIX, os principais crimes sexuais que chegavam à justiça eram o defloramento e o estupro. Entretanto, não havia uma distinção clara entre eles. No próprio Código Penal de 1830⁵¹, alguns artigos tratam de defloramento, usando a palavra estupro. Essa codificação abordou o assunto no Título II “Dos Crimes Contra a Segurança Individual”, Capítulo II “Dos Crimes Contra a Segurança da Honra”, outorgado pelo então Imperador nos seguintes dizeres:

D. Pedro por Graça de Deus, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os Nossos subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:

*“CODIGO CRIMINAL DO IMPERIO DO BRAZIL”
TITULO II : Dos Crimes Contra a Segurança Individual
CAPITULO II: Dos Crimes Contra a Segurança da Honra
SECÇÃO I : ESTUPRO*

Art. 219. Deflorar mulher virgem, menor de dezasete annos.

Penas - de desterro para fóra da comarca, em que residir a deflorada, por um a tres annos, e de dotar a esta.

Seguindo-se o casamento, não terão lugar as penas.

Art. 220. Se o que commetter o estupro, tiver em seu poder ou guarda a deflorada.

Penas - de desterro para fóra da provincia, em que residir a deflorada, por dous a seis annos, e de dotar esta.

Art. 221. Se o estupro fôr commettido por parente da deflorada em gráo, que não admitta dispensa para casamento.

Penas - de degredo por dous a seis annos para a provincia mais remota da em que residir a deflorada, e de dotar a esta.

Como pode ser observado, o texto do Código Penal de 1830 não estabelece distinção clara entre o defloramento e o estupro à medida que usa os dois itens lexicais na sua redação, indistintamente, e, por vezes, eles se confundem. Essas palavras integram

⁵¹ A primeira citação do termo “defloramento” aparece no Código Penal de 1830, ao definir o crime por estupro, no artigo 219: “Deflorar mulher virgem, menor de 17 anos”. A pena para este delito era o desterro para fora da Comarca em que residia a vítima e a obrigação de dotá-la. Segundo Diva do Couto Gontijo Muniz (2005), esse era um termo cunhado unicamente no Brasil, que atrela a materialidade da honra feminina a sua disposição anatômica: o hímen.

categorias inter-relacionadas, visto que, em determinados contextos, a existência de uma categoria implica na ocorrência da outra. Notamos, porém, na redação do Código Penal em destaque, que, pôr a seção ser intitulada ‘Estupro’, os artigos listados descrevem atos que fazem parte dessa categoria.

Em 1890, foi instituído o Código de Processo Penal da República Federativa do Brasil, que, em seu artigo 266, definia delito sexual, como: “[...] atentar contra o pudor de pessoa de um ou outro sexo, por meio da violência ou ameaça com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral” (BRASIL, 1890). A temática dos crimes sexuais contra mulheres recebeu duas classificações: o “defloramento” e o “estupro”, que podiam ocorrer com ou sem o consentimento da denunciante⁵². O estupro era definido como “[...] ato pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não.”⁵³, enquanto o defloramento consistia em “deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude.”⁵⁴.

A distinção entre os referidos crimes sexuais consistia no consentimento, entretanto tal fato era difícil de ser averiguado, principalmente, quando a vítima era menor. O consentimento pode ser entendido como um ato de vontade e, ao mesmo tempo, como uma capacidade para exercer livremente a própria vontade, de acordo com Waites (2005). No caso de menor, há a pressuposição de que, nessa época da vida, existe a incapacidade natural de discernimento, pois é um ser concebido, ainda, em fase de desenvolvimento (VIANNA, 2002), conforme anteriormente assinalado. Tais delitos eram denominados, pelo Código de 1890, como “Crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor”, de acordo com as características patriarcais da sociedade brasileira.

No referido código, os elementos necessários para a configuração do crime, eram: a sedução, o engano e a fraude, porém as definições, desses elementos, não eram claras. Isso ficava por conta dos juristas e dos agentes judiciários, integrantes da classe médica e da elite, que usavam essa indefinição da lei para empregar uma interpretação particular, possibilitando o julgamento dos padrões de comportamento dos menos favorecidos e, de

⁵² A lei nº. 2992, de 25 de setembro de 1915, introduziu dois parágrafos ao artigo 266 do Código Penal de 1890 para punir atos de libidinagem e corrupção de menores de 21 anos, houvesse ou não consentimento (FAUSTO, 1984).

⁵³ Artigo 269 do Código Penal de 1890.

⁵⁴ Artigo 267 do Código Penal de 1890. Na consolidação das Leis Penais de 1932, o assunto ainda aparece como: “Deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude”.

certa forma, normalizando as relações sexuais, a partir das representações do meio social. (CAULFIELD, 2000; ESTEVES, 1989).

Em 1940 ocorreu a reformulação do Código Penal que apresentou algumas mudanças no que diz respeito aos crimes sexuais⁵⁵, os quais foram classificados em duas categorias: crimes contra os costumes e crime contra a família. O crime de “defloramento”, por exemplo, passou a ser considerado “sedução”, conforme disposto no artigo 217 do Código de 1940, que pontuava como sedução o crime cometido através da conjunção carnal com mulher virgem de 14 a 18 anos, em que o sedutor se aproveita da inexperiência ou justificável confiança da vítima.

Diante do exposto, verificamos que a distinção entre estupro e defloramento não era contemplada pelo Código Penal de 1830, o que possibilitava a utilização de ambos os termos para designar o estupro. Tal distinção foi estabelecida, legalmente, entre o final do século XIX e início do século XX, com a publicação do Código Penal de 1890, apesar de, na prática, essa distinção não ocorrer facilmente, já que envolvia outros aspectos, como o consentimento, que não era de fácil averiguação, como já dito. Todavia, por ser o referido Código Penal o instrumento legal de normatização dos crimes sexuais, como o estupro e o defloramento, consideramos, na realização desse estudo, as ocorrências encontradas, no século XIX, anteriores à publicação do novo Código Penal de 1890, que utilizavam o termo ‘defloramento’, como casos de estupro.

Essas ocorrências nos levaram a pensar em flora e, ao fazer isso, abrimos um *frame* constituído por elementos diversos, como: vegetação, planta, flor, pétala, fruto etc. Nas ocorrências estudadas, esse *frame* foi acionado pela pelos itens lexicais ‘defloramento’ e ‘deflorada’. Podemos observar essa construção conceptual, nas ocorrências (180) a (187), que instanciam a metáfora conceptual ESTUPRO É PERDA DA FLOR, na qual o domínio-alvo é o ESTUPRO, que aparece, de forma implícita, no contexto, e o domínio-fonte é FLORA, acionado pelos itens lexicais ‘defloramento’ e ‘deflorada’, que fazem referência à perda da virgindade ocasionada pelo estupro. Observemos a ocorrência (180):

(180)[...] a atribuição feita a José Ferreira Leite, como autor do *defloramento* de sua tutelada Antonia Maria da Conceição.

⁵⁵ A partir da década de 1940, com a reformulação do Código Penal que, a cada inquérito enviado ao juiz de Direito, passou a ser acompanhado de uma ficha com a vida pregressa do acusado. Essa foi uma forma de conhecer e controlar a vida dos envolvidos nos processos-crime. A década de 1940 foi marcada pelo controle efetivo das condutas, momento em que o Estado ditatorial, administrado por Getúlio Vargas passou a exercer uma maior vigilância e domínio sobre as ações dos indivíduos. (CANCELLI, 1994).

(14/11/1878, p.1, Petição Judicial; Augusto José Pereira, escrivão).

Em (180), a conceptualização do estupro/defloramento é estruturada pelo esquemas-I LIGAÇÃO, acionados pelas expressões linguísticas “autor do” e “defloramento de sua tutelada”, pois indicam a vinculação entre o ato e alguém que o praticou. Há, ainda, o esquema-I RECIPIENTE, ativado pelo item lexical ‘defloramento’, que faz referência ao ato de tirar a flor de um recipiente, nesse caso, o corpo. Vejamos as ocorrências (181) e (182):

(181) Denunciando a Joaquim Francisco de Camargo pelo *defloramento* praticado na menor Mariana! (13/12/1882, p. 2; Certidão; José Theodoro da Silva, escrivão).

(182) Que vai se instaurar processo contra José Ferreira Leite por *defloramento* praticado na suplicante. (14/11/1878, p.1; Petição Judicial; Augusto José Pereira, escrivão).

Em (181) e (182), verificamos que a estruturação conceptual está ancorada pelo esquema-I RECIPIENTE, ativado pelo uso das expressões linguísticas “na menor”, em (181), e, “na suplicante”, em (182), que indicam que o estupro foi realizado dentro de um espaço delimitado, o recipiente, no caso, o corpo da mulher. Esse esquema está em articulação com o esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, acionado pelo item léxico ‘defloramento’, já que houve uma trajetória feita até a efetivação do ato, focalizando a META. O esquema-I DENTRO/FORA, também, é observado, nessa estruturação conceptual, sendo ativado a partir da expressão linguística “praticado na”, já que permite a inferência de haver um movimento de fora para dentro do recipiente. Ainda temos, nessas ocorrências, o esquema-I CONTATO, ativado pela expressão “praticado na menor”, em (181), e, “praticado na suplicante”, em (182), que indica a existência de contato físico.

Nas ocorrências (183), (184), (185) e (186), observamos que o esquema-I PARTE/TUDO foi acionado, através da utilização do item léxico ‘crime’, indicando que o estupro/defloramento é um elemento mais específico da categoria mais geral.

(183) Apresenta em juízo uma queixa contra o paciente por *crime de defloramento de* Antonia. (14/11/1878, p.1; Petição Judicial; Augusto José Pereira, escrivão).

- (184) Qualquer direito e acção contra José Ferreira Leite pelo *crime* que lhe é imputado de *defloramento da* sua tutelada. (14/11/1878, p.1; Petição Judicial; Augusto José Pereira, escrivão).
- (185) Quando o jornal O Paulista denunciou o nefando *crime de defloramento* praticado em uma menor de 11 annos de idade, filha de Francisco Luiz Cardoso, pelo agente do correio d'esta villa, Carlos Diogo Nunes; todos aquelles que ainda se deixam impulsionar pelos sentimentos da honra, da moral e da virtude, esperavam que o exm. barão do Parnahyba, como a primeira autoridade da província e como homem justiceiro e imparcial, tomasse as necessarias providencias para que o autor de tão cynico attentado tivesse o correctivo que a lei impõe ao caso. (27/10/1886, p. 999; Carta; Aatoria do jornal).
- (186) Compareceu para ser submetido a julgamento o reu Vicente Antonio Joaquim incurso nos art. 219 e 222 do Cód. Crim. *crime de defloramento da* menor Cecilia, de 14 annos de idade. (14/07/1889, p.3 Processo Judicial; Promotor público).

As ocorrências (183), (184), (185) e (186) são estruturadas pelo esquema-I LIGAÇÃO, acionado pelos itens lexicais ‘de’, em (183) e (185), e ‘da’, em (184) e (186), que estabelecem uma ligação entre o ato, alguém e a sua vítima. Temos, ainda, em (185) o esquema-I RECIPIENTE, acionado pela expressão “praticado em uma menor”, indicando que o corpo da menor é o recipiente dentro do qual o crime ocorre. Há também, nessa ocorrência, o esquema-I ESCALA, ativado pelo item lexical ‘tão’, que indica uma gradação no nível de qualificação do atentado.

Observamos, ainda, na ocorrência (187), a mesma conceptualização:

- (187) Dos autos apenas se verifica que Benedicta foi *deflorada* e depois frequentada, ao que parece por longo tempo ainda [...] (05/07/1885, p. 01; Processo Judicial; Alípio Z. de Carvalho, Juiz de Direito).

Há, nessa conceptualização, a presença do esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, ativado pelo item lexical ‘foi’ e pela expressão “depois frequentada”, que indicam uma trajetória seguida na consumação do estupro.

A utilização do item léxico ‘frequentada’ permite a inferência de que a violência sexual continuou ocorrendo em outros momentos e, também, aponta para a conceptualização da mulher, vítima da violência, como um lugar onde se pode ir e frequentar, o que licencia a metáfora conceptual CORPO É ESPAÇO. Dessa forma, tal

metáfora encontra-se ancorada pela estruturação metafórica ESPAÇO POR CORPO e, vinculada ao esquema-I CICLO, acionado pela expressão “por longo tempo”, que indica uma imprecisão na delimitação do tempo em que ocorria o estupro.

Apresentaremos, a seguir, o quadro 96, com a síntese dos resultados encontrados para o domínio FLORA.

Quadro 96 – Síntese do domínio FLORA

FRAME	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
FLOR	(180) [...] a atribuição feita a José Ferreira Leite, como autor do <i>defloramento</i> de sua tutelada Antonia Maria da Conceição.	Séc. XIX (14/11/1878)	Petição Judicial	Augusto José Pereira, escrivão	Metafórico ESTUPRO É PERDA DA FLOR	LIGAÇÃO RECIPIENTE	Defloramento
	(181) Denunciando a Joaquim Francisco de Camargo pelo <i>defloramento</i> praticado na menor Mariana!	Séc. XIX (13/12/1882)	Certidão	José Theodoro da Silva, escrivão	Metafórico ESTUPRO É PERDA DA FLOR	RECIPIENTE ORIGEM/PERCURSO/META DENTRO/FORA CONTATO	Defloramento
	(182) Que vai se instaurar processo contra José Ferreira Leite por <i>defloramento</i> praticado na suplicante.	Séc. XIX (14/11/1878)	Petição Judicial	Augusto José Pereira, escrivão	Metafórico ESTUPRO É PERDA DA FLOR	RECIPIENTE ORIGEM/PERCURSO/META DENTRO/FORA CONTATO	Defloramento
	(183) Apresenta em juízo uma queixa contra o paciente por crime de <i>defloramento</i> de Antonia.	Séc. XIX (14/11/1878)	Petição Judicial	Augusto José Pereira, escrivão	Metafórico ESTUPRO É PERDA DA FLOR	PARTE/TODO LIGAÇÃO	Defloramento
	(184) Qualquer direito e acção contra José Ferreira Leite pelo crime que lhe é imputado de <i>defloramento</i> da sua tutelada.	Séc. XIX (14/11/1878)	Petição Judicial	Augusto José Pereira (tabelião)	Metafórico ESTUPRO É PERDA DA FLOR	PARTE/TODO LIGAÇÃO	Defloramento
	(185) Quando o jornal O Paulista denunciou o nefando crime de <i>defloramento</i> praticado em uma menor de 11 annos de idade, filha de Francisco Luiz Cardoso, pelo agente do correio d'esta villa, Carlos Diogo Nunes; todos aquelles que ainda se deixam impulsionar pelos sentimentos da honra, da moral e da virtude, esperavam que o exm. barão do Pamahyba, como a primeira autoridade da província e como homem justiceiro e imparcial, tomasse as necessarias providencias para que o autor de tão cynico attentado tivesse o correctivo que a lei impõe ao caso.	Séc. XIX (27/10/1886)	Carta	Autoria do jornal	Metafórico ESTUPRO É PERDA DA FLOR	PARTE/TODO LIGAÇÃO RECIPIENTE ESCALA	Defloramento

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO <i>FRAME</i>
	(186) Compareceu para ser submetido a julgamento o reu Vicente Antonio Joaquim incurso nos art. 219 e 222 do Cód. Crim. crime de <i>defloramento</i> da menor Cecília, de 14 anos de idade.	Séc. XIX (14/07/1889)	Processo Judicial	Promotor público	Metafórico ESTUPRO É PERDA DA FLOR	PARTE/TODO LIGAÇÃO	Defloramento
	(187) Dos autos apenas se verifica que Benedicta foi deflorada e depois frequentada, ao que parece por longo tempo ainda [...]	Séc. XIX (05/07/1885)	Processo Judicial	Alípio Z. de Carvalho, Juiz de Direito	Metafórico ESTUPRO É PERDA DA FLOR	ORIGEM/PERCURSO/META CICLO	Deflorada

Fonte: Elaboração nossa

Concluída a apresentação da síntese dos resultados encontrados para o domínio FLORA, passaremos, a seguir, a tratar sobre o domínio SUJEIRA.

3.2.18 Domínio SUJEIRA

Nas sociedades, determinam-se os elementos que são vistos como perigosos e passa-se a evitá-los. A sujeira é um desses elementos categorizados como perigosos. Ela é concebida como algo que tem a capacidade de tornar as coisas impuras, podendo estar presente em qualquer espaço: físico, orgânico, mental ou moral.

Buscamos nos dicionários as definições para esse item léxico e as apresentamos a seguir:

Quadro 97 – Definições dicionarizadas para SUJEIRA

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
SUJEIRA	1.Sem registro.	1. Imundície, porcaria. 2. Ação incorreta ou indecente; bandalheira; tratantada.	1. Substância ou acúmulo de substâncias que tornam algo sujo. 2. Fig. Ato desonesto e/ou desleal.

Fonte: Elaboração nossa

A definição encontrada para o item léxico ‘sujeira’, apresentada no quadro 97, corrobora com o que foi, anteriormente, exposto sobre o seu conceito. Quando pensamos em sujeira, acionamos diversos conceitos que surgem no cenário que compõe o seu *frame*, como: lixo, imundície, poluição, impureza, mancha, nódoa etc. No caso das ocorrências em estudo, o *frame* foi acionado pelos itens lexicais ‘nódoe’, ‘maculador’ e ‘mancha’, que estão atrelados à sujeira. Quando os relacionamos ao *frame* de estupro, observamos, a partir de nosso conhecimento enciclopédico, que há elementos comuns, visto que o estupro é considerado um ato sujo, impuro e que mancha a reputação e a vida dos seus agentes.

Passemos a apresentar as conceptualizações do estupro realizadas a partir do *frame* MANCHA.

3.2.18.1 *Frame* MANCHA

Ao conceito de sujeira, conforme destacado, são vinculados outros conceitos que integram o seu *frame*. Nesse sentido, a partir da noção de sujeira, são instanciados

conceitos que são decorrentes do primeiro. Assim, considerando essa compreensão, observamos, nas ocorrências, outro conceito metafórico sobre o estupro, que consiste no agenciamento do domínio sujeira para a compreensão dos crimes sexuais, sendo o estupro entendido como algo sujo, nesse caso, como mancha.

Buscamos, nos dicionários, as definições para esse item léxico, assim como para ‘nódoa’ e ‘mácula’⁵⁶, também, integrantes desse *frame*, as quais apresentamos no quadro 98, a saber:

Quadro 98 – Definições dicionarizadas para MANCHA, NÓDOA e MÁCULA

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
MANCHA	1. Nódoa, malha, pinta.	1. Nódoa. 2. Malha. 3. Labéu na reputação; desdouro; deslustre; mácula. [...]	1. Sinal ou marca que alguma substância ou a sujeira deixa em uma superfície; NÓDOA. 2. Fig. Defeito moral DESONRA; DESCRÉDITO. [...]
NÓDOA	1. Mancha no vestido. 2. Mancha na reputação.	1. Sinal de um corpo ou substância suja; mancha. 2. Mácula, deslustre, desdouro, estigma. [...]	1. Mancha deixada por algo sujo. 2. Fig. Desonra, mácula.
MÁCULA	1. O mesmo que mancha, nódoa.	1. Nódoa, mancha. 2. Desdouro, deslumbre, labéu. 3. Estigma, ferrete. [...]	1. Mancha; NÓDOA. 2. Fig. Erro que desonra ou mancha uma reputação; ESTIGMA; DESONRA. 3. Fig. Imperfeição, defeito. [...]

Fonte: Elaboração nossa

As definições apresentadas no quadro 98 nos mostram que os itens léxicos ‘mancha’, ‘nódoa’ e ‘mácula’ possuem conceitos equivalentes, correspondendo, dessa forma, a algo que pode sujar um objeto físico ou a reputação e a honra de alguém. No caso do nosso corpus, a compreensão do estupro como mancha diz respeito à sujeira na reputação, conforme podemos observar na metáfora ESTUPRO É NÓDOA, observada no seguinte fragmento:

(188)[...] o supplicante que se tem e tido pelas pessoas de consideração da localidade, em conta de homem de bem, incapaz de commetter uma baixeza dessa jaez, casado e chefe de família, não podendo consentir que se *nôdoe a sua reputação*, especulando se para fins inconfessáveis e satisfação de pequenas vinganças com a desgraça daquella infeliz menina, que há três mezes souber ter ido para sua casa já deshonrada, tendo até residido por longo lapso de tempo

⁵⁶ Por não termos encontrado registro nos dicionários consultados para o item léxico ‘maculador’, optamos por apresentar a definição do item ‘mácula’, considerando que o maculador é quem provoca a mácula.

com uma meretriz [...] ”. (05/07/1885, p. 01; Artigo; Francisco Teixeira de Souza Leite, acusado).

No exemplo apresentado, o conceptualizador trata da sua reputação, buscando eximir-se da acusação a ele atribuída e que parece estar preocupado em limpar seu nome de algo sujo, ou seja, o estupro. Essa conceptualização está ancorada pelo esquema-I LIGAÇÃO, acionado pelo item lexical ‘sua’, que vincula a mancha à reputação do conceptualizador. Há, ainda, o esquema-I FORÇA, ativado pela expressão “não podendo consentir”, pois indica a resistência, do agente ativo, ao reconhecimento da autoria do ato.

No que diz respeito à questão da mulher, a metáfora ESTUPRO É NÓDOA evoca a compreensão do ato como uma mancha que se insere na sua vida em decorrência do estupro. A ocorrência (189) apresenta, também, essa compreensão:

(189) Pela delegacia de policia deste município corria um inquérito instaurado em virtude de queixa apresentada pelo preto Hilario e sua filha Isabel, de 12 annos de idade, contra Luiz de Sampaio Souza, a quem acusavam de haver *deflorado* a queixosa, Antonio Leite da Fonseca, a esse tempo empregado do jornal Cidade de São Carlos, apresentou-se pela imprensa como defensor da menor deflorada, tornou publica as declarações della e de seu pae, assumiu a defesa dessas pessoas pobres e desprotegidas, contra o *maculador da sua honra* e os que tentaram abafar o *crime*. (12/09/1911, p.10; Processo Judicial, defesa do querelado; Manuel Joaquim da Silva Filho, advogado).

Nessa ocorrência, o estupro é compreendido como defloramento e crime, conceptualizações discutidas nas subseções 3.2.17.1 e 3.2.7.1, respectivamente. Além disso, encontramos, ainda, a compreensão do estupro como mácula, acionada a partir da expressão “maculador da sua honra” que faz referência ao agente do estupro, permitindo a inferência de que a mácula da honra, a mancha, é o estupro. Nesse sentido, instancia a metáfora ESTUPRO É MÁCULA, que está estruturada conceptualmente pelo esquema-I LIGAÇÃO, ativado pela expressão “da sua”, que vincula o agente ao ato. Há, ainda, o esquema-I COMPULSÃO, acionado pela expressão “contra o maculador”, que sugere a realização de uma ação do defensor contra o acusado e a possível ocorrência de uma reação.

A mesma conceptualização pode ser verificada na ocorrência (190):

(190) Mas se a offendida se casou, cumpre ver que a *immoralidade do crime* que affecta a constituição da família e as bases da sociedade, causa grande escândalo e, ao mesmo tempo, desaparece pelo facto do casamento. No próprio interesse da sociedade a lei não pode querer a punição do delinquente referido, quando a offendida se acha casada, *limpa de toda mancha*. O contrario seria levar a *diffamação* ao seio de duas pessoas casadas e vivendo honestamente, com a discussão publica do *facto incestuoso*. (25/03/1917, p. 10; Habeas-corpus; Hilario Freire, advogado).

Nessa ocorrência, a expressão “limpa de toda mancha” possibilita a compreensão do estupro como mancha e instancia a metáfora ESTUPRO É MANCHA, vinculada à metáfora mais geral ESTUPRO É SUJEIRA, assim como ocorreu nos exemplos (188) e (189), anteriormente discutidos. No contexto da ocorrência (190), observamos que o estupro faz com que a vida da mulher fique manchada e isso é “sanado”, isto é, a sua vida é limpa dessa mancha, por meio do casamento. Essa conceptualização está ancorada pelo esquemas-I PROCESSO e ESCALA, acionado pela expressão “causa grande escândalo e, ao mesmo tempo, desaparece pelo facto do casamento”, que aponta para alterações ocorridas na situação da vítima em decorrência do estupro e mostra uma gradação em relação ao fato. O esquema-I CENTRO/PERIFERIA, também, pode ser verificado, ativado pela expressão “levar a difamação ao seio de duas pessoas casadas”, que faz referência ao núcleo familiar, sendo focalizado o CENTRO.

Verificamos, ainda, na ocorrência (190), as conceptualizações do estupro como crime e como ofensa, que são discutidas nas subseções 3.2.7.1 e 3.2.5.3, respectivamente. Há, também, a compreensão do estupro como um fato, ativada pela expressão “facto incestuoso”, que instancia a metonímia FATO POR ESTUPRO do tipo TODO PELA PARTE, considerando que o estupro é uma espécie de fato, sendo discutida na seção 3.2.19.2. Nessa conceptualização há o qualificador ‘incestuoso’, que permite a percepção da ancoragem conceptual pelo esquema-I TODO/PARTE, já que o estupro pode ser um tipo de fato incestuoso.

Apresentaremos, a seguir, o quadro 99, com a síntese dos achados encontrados para o domínio SUJEIRA.

Quadro 99 – Síntese do domínio SUJEIRA

<i>FRAME</i>	<i>FRAGMENTO</i>	<i>PERÍODO</i>	<i>GÊNERO TEXTUAL</i>	<i>CONCEPTUALIZADOR</i>	<i>TIPO DE MAPEAMENTO</i>	<i>ESQUEMA-I</i>	<i>ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME</i>
MANCHA	(188) [...] não podendo consentir que se <i>nôdoe</i> a sua reputação.	Séc. XIX (05/07/1885)	Artigo	Francisco Teixeira de Souza Leite, acusado	Metafórico ESTUPRO NÓDOA É	FORÇA LIGAÇÃO	Nódoe
	(189) Pela delegacia de policia deste município corria um inquérito instaurado em virtude de queixa apresentada pelo preto Hilario e sua filha Isabel, de 12 annos de idade, contra Luiz de Sampaio Souza, a quem acusavam de haver deflorado a queixosa, Antonio Leite da Fonseca, a esse tempo empregado do jornal Cidade de São Carlos, apresentou-se pela imprensa como defensor da menor deflorada, tornou publica as declarações della e de seu pae, assumiu a defesa dessas pessoas pobres e desprotegidas, contra o <i>maculador da sua honra</i> e os que tentaram abafar o crime.	Séc. XX (12/09/1911)	Processo Judicial	Manuel Joaquim da Silva Filho, advogado	Metafórico ESTUPRO MÁCULA É	LIGAÇÃO COMPULSÃO	Maculador da sua honra
	(190) Mas se a offendida se casou, cumpre ver que a immoralidade do crime que affecta a constituição da família e as bases da sociedade, causa grande escândalo e, ao mesmo tempo, desaparece pelo facto do casamento. No próprio interesse da sociedade a lei não pode querer a punição do delinquente referido, quando a offendida se acha casada, limpa de <i>toda mancha</i> . O contrario seria levar a diffamação ao seio de duas pessoas casadas e vivendo honestamente, com a discussao publica do facto incestuoso	Séc. XX (25/03/1917)	Habeas-corpus	Hilario Freire, advogado	Metafórico ESTUPRO MANCHA É	PROCESSO CENTRO/PERIFERIA ESCALA TODO/PARTE	Limpa de toda mancha

Fonte: Elaboração nossa

Após concluir a apresentação do quadro 99, com a síntese dos resultados para o domínio SUJEIRA, trataremos, a seguir, sobre o domínio EVENTO.

3.2.19 Domínio EVENTO

O item léxico evento provém do latim *eventus*, entendido como acontecimento, e admite diferentes acepções. Pode tratar-se de um acontecimento relevante que está programado, como um acontecimento desportivo, social, religioso ou artístico. Essa utilização contradiz, de uma certa forma, a definição de evento enquanto algo imprevisto ou que possa acontecer, embora não se tenha certeza disso. Uma eventualidade é algo que não está programado. Um evento, como os anteriormente mencionados, por outro lado, é algo que se programa com antecedência.

Para a ciência, um evento é um fenômeno, um fato observável em um determinado momento, ou um acontecimento que ocorre em determinada posição e altura, sendo possível especificá-lo como um ponto na relação espaço-temporal. Ao pensarmos em evento, lembramos de festa, reunião, show, casamento, comemoração, acontecimento etc.

Nos dicionários consultados, as definições encontradas para o item léxico ‘evento’ podem ser observadas a seguir:

Quadro 100 – Definições dicionarizadas para EVENTO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
EVENTO	1. Exito, sucesso.	1. Sucesso, acontecimento. 2. Eventualidade. 3. Est. Ocorrência, num fenômeno aleatório, de um membro de um determinado conjunto que se define a priori; acontecimento. [...]	1. Acontecimento, fenômeno, ocorrência. 2. P.ext. Acontecimento social, cultural, artístico etc., como festa, solenidade, espetáculo etc. 3. Qualquer fenômeno natural ou social observável cientificamente 4. Est. Acontecimento ou fenômeno probabilístico. 5. Fato inesperado; EVENTUALIDADE. [...]

Fonte: Elaboração nossa

Podemos observar, no quadro 100, que as definições apresentadas, para o item lexical ‘evento’, são distintas. No dicionário Pinto (1832), o item é definido como algo que teve um resultado positivo, enquanto no Caldas Aulete (2020), diz respeito a um acontecimento, sem referir se este deve ser bem-sucedido ou não. Já o dicionário Aurélio (1986) apresenta as duas definições.

Considerando as definições apresentadas, verificamos, no corpus, ocorrências que apresentam diferentes conceptualizações para o estupro e que integram o *frame* EVENTO, pois dizem respeito a acontecimentos ou fenômenos programáveis ou não. Essas conceptualizações foram instanciadas a partir dos itens léxicos ‘caso’, ‘fato’, ‘congresso’ e ‘fenômeno’, que acionaram os respectivos *frames*.

Iniciamos a discussão sobre o *frame* CASO.

3.2.19.1 *Frame* CASO

Buscamos, nos dicionários as definições para o item léxico ‘caso’, quais sejam:

Quadro 101 – Definições dicionarizadas para CASO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Bluteau (1728)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
CASO	1. Acontecimento. 2. Coisa que casualmente sucede. [...]	1. Acontecimento, fato, sucesso, ocorrência. 2. Eventualidade, conjuntura, hipótese. 3. Acaso, circunstância, casualidade. [...]	1. Fato, ocorrência, acontecimento. 2. Situação, circunstância. 3. Motivo, ensejo, oportunidade. 4. História, narrativa, anedota. 5. Hipótese, eventualidade. [...]

Fonte: Elaboração nossa

No quadro 101, podemos observar que as definições do item lexical estão relacionadas, de alguma forma, a acontecimentos, ou seja, a eventos. Observemos como essas compreensões ocorreram no exemplo (191):

(191) As referidas menores em seus depoimentos dizem positivamente que o autor de sua deshonra foi o professor Bento de Siqueira, seu tio. No interrogatório a que o submeteu o dr. delegado de policia, o acusado nega o crime. O sigilo de que estava cercado o inquérito ate antehontem nos inibiu de mandar antes noticias desse *escandaloso caso*. Enviaremos amanha informações minuciosas. (28/10/1913, p.5; Notícia; Aatoria do jornal

Na ocorrência (191), encontramos a conceptualização do estupro como caso. As definições apresentadas, no quadro 101, para o item léxico ‘caso’, corroboram com a compreensão do estupro como um acontecimento, sendo possível, dessa forma, incluir a conceptualização do estupro como parte do domínio EVENTO.

Essa ocorrência é estruturada pela metonímia CASO POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE, em que a referência a caso (todo) é o estupro (parte). A ancoragem conceptual é realizada pelos esquemas-I PROCESSO e CONTATO, acionados pelo item lexical ‘deshonra’, que aponta para alteração na condição física da vítima após o estupro e para o contato físico que há na realização do ato. O esquema-I LIGAÇÃO, também, pode ser observado, sendo ativado pela expressão “o autor de sua deshonra foi o professor”, que vincula o acusado ao ato. Há, ainda, o esquema-I TODO/PARTE, ativado pela expressão “escandaloso caso”, visto que o estupro seria um tipo de caso, ou seja, uma parte desse todo. Temos, também, o esquema-I ESCALA, acionado pelo item léxico ‘escandaloso’, pois aponta para um elevado nível de reprovação ao ato. Encontramos, ainda, nessa conceptualização, a compreensão do estupro como perda da honra e como crime. Tais compreensões são discutidas nas subseções 3.2.5.4 e 3.2.7.1, respectivamente.

Nas ocorrências (192) a (195), verificamos, mais uma vez, a conceptualização do estupro como caso, sendo nesses exemplos, tipificado como caso de estupro. Vejamos, a seguir:

- (192) Os jornais narram hoje um *caso horrível de estupro*, praticado em Ponta Grossa por João Rodrigues de Oliveira, vindo de São Paulo. (21/02/1913, p. 1; Notícia; A autoria do jornal).
- (193) O “Rape Crisis Center” se propõe a disseminar informações médicas, hospitalares, policiais e legais às vítimas de *agressão sexual*. Opera um serviço telefônico de emergência cuja função é denunciar um *caso de estupro* à polícia, quando a vítima prefere ficar no anonimato. (17/01/1974, p. 29; Reportagem; Assef Kfoury, jornalista).
- (194) O resultado da pesquisa do InformEstado, publicado ontem pelo Estado mostrou que a maioria dos católicos (87%) residentes na cidade de São Paulo são favoráveis ao procedimento em *caso de estupro* e 86% em caso de risco de vida da mulher durante a gravidez. (29/08/1997, p.16; Reportagem; Rubens Santos, jornalista).
- (195) Nos quatro anos anteriores, foi mantida a média de cerca de 2 mil *casos de estupro* por semestre [...] Código Penal permite interrupção da gravidez em *casos de estupro*, mas deputados divergem [...] Apesar de o Código Penal permitir, desde 1940, que a gravidez seja interrompida *nesses casos*, o assunto provoca muitas discussões entre os deputados. (18/08/1999, p. 13; Reportagem; Arnaldo Galvão, jornalista e Jandira Fegalhi, relatora do projeto).

A compreensão do estupro como caso, conforme anteriormente referido, é estruturada pela metonímia CASO POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE. Nos exemplos (192), (193), (194) e (195), a especificação do caso, como de estupro, vincula essa conceptualização, também, à metonímia PARTE PELO TODO, considerando que caso de estupro é uma parte do todo caso. Nesse sentido, a estruturação conceptual ocorre, nesses exemplos, através do esquema-I PARTE/TODO, acionado pela expressão “caso horrível”, em (192), “caso de estupro”, em (193) e (194), e “casos de estupro”, em (195), que se constituem em espécies de casos, dentre outros tipos. O item lexical ‘de’ aponta para a ancoragem pelo esquema-I de LIGAÇÃO, considerando que vincula o caso ao estupro, em (192), (193), (194) e (195). Há, ainda, a instanciação do esquema-I ESCALA, ativado por ‘horrível’, em (192), indicando um elevado nível de repúdio ao ato. Verificamos, ademais, o esquema-I PROCESSO, ativado por ‘gravidez’, em (194) e (195), indicando alteração no estado da vítima após o estupro. O esquema-I FORÇA pode ser verificado em (193), e é acionado pelo item léxico ‘agressão’, que indica a existência de força.

Encontramos, também, a compreensão a partir da expressão ‘caso judiciário por estupro’ que instancia a metonímia CASO POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE, na ocorrência (196):

(196) Conforme o comprovam os documentos juntos, o paciente Matheus Ruiz foi denunciado pelo promotor publico da comarca de Jahú como incurso nas penas do artigo 268, combinado com os artigos 269 e 273, paragrapho 4.o, doCodigo Penal, pela accusação de *estupro* na pessoa da menor Sierra Ruiz, de dezenove annos, que era tida por sua filha, com a circumstancia de sua miserabilidade attestada pela autoridade policial. (Vide certidões inclusas). [...]São *casos judiciários* de grande relevância que se repetem em toda parte quase quotidianamente, que constituem com frequencia preliminares nos processos communs de violencia carnal e que, sem embargo ainda não encontraram uma decisão formal proferida, no período republicano, pela jurisprudência de nossos tribunaes. (25/03/1917, p. 10; Habeas-corpus; Hilario Freire, advogado).

Nessa ocorrência, o estupro é compreendido como casos judiciários, constituindo uma tipificação do caso, ou seja, o estabelecimento de categorias para diferentes casos que fazem referência ao estupro. Se constitui, também, em um eufemismo por metonímia, que atenua o efeito negativo do conceito de estupro. Tal conceptualização é estruturada

pelo esquema-I CICLO, acionado pela expressão linguística “são casos judiciais de grande relevância que se repetem em toda parte quase cotidianamente”, indicando um movimento circular de ocorrência do ato. Há, ainda, o esquema-I RECIPIENTE, ativado pela expressão “estupro na menor”, pois faz referência ao corpo da menor como o recipiente em que o estupro ocorre, conforme foi discutido anteriormente. O esquema-I LIGAÇÃO, também, ancora essa ocorrência e é acionado pelos itens ‘da’ e ‘sua’, visto que vincula a pessoa em questão à menor Serra Ruiz e ao pai.

Apresentamos, na sequência, a discussão sobre o *frame* FATO.

3.2.19.2 *Frame* FATO

Encontramos, também, no domínio EVENTO, compreensões do estupro que evocaram o *frame* FATO. Buscamos as definições desse item léxico nos dicionários, a seguir apresentadas.

Quadro 102 – Definições dicionarizadas para FATO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
FATO	1. Feito. 2. Acontecimento. 3. Realidade.	1. Coisa ou ação feita; caso, acontecimento, feito. 2. Aquilo que realmente existe, que é real. 3. Fenômeno. [...]	1. Ato, feito, acontecimento, evento, circunstância. 2. O que é real ou verdadeiro; REALIDADE; VERDADE. 3. Ocorrência, evento observado objetiva ou cientificamente. [...]

Fonte: Elaboração nossa

As definições apresentadas no quadro 102 corroboram com o nosso entendimento de que a compreensão do estupro como fato, diz respeito a um acontecimento, evento. Podemos verificar essa compreensão nas ocorrências (197), (198) e (199):

(197) Entretanto, escreve o São Paulo, interrogada na Maternidade, onde se acha, Maria Francisca afirma ter sido *violentada* no carcere por soldados que a embriagaram, e, ainda se concedendo que o seu filho tivesse sido concebido antes da prisão – o que não foi devidamente averiguado, pois as pesquisas em torno do *estupro* deviam ser orientadas por um médico legista bastante perito e conhecedor da matéria – o *facto* denunciado não perde uma parcella sequer da sua gravidade, e impõe-se a punição rigorosa e seria dos soldados violentadores. (16/04/1909, p. 6; Notícia; Autoria do jornal).

(198) Os jornaes desta capital publicam a noticia de que um official do exercito, da guarnição de S. Luiz, *violentou* alli uma menor de dez annos. Sobre esse *facto* fazem-se muitos comentários. (12/01/1914, p. 1; Notícia; Aatoria do jornal).

(199) Mas se a offendida se casou, cumpre ver que a immoralidade do crime que affecta a constituição da família e as bases da sociedade, causa grande escândalo e, ao mesmo tempo, desaparece pelo *facto* do casamento. No próprio interesse da sociedade a lei não pode querer a punição do delinquente referido, quando a offendida se acha casada, limpa de toda mancha. O contrario seria levar a diffamação ao seio de duas pessoas casadas e vivendo honestamente, com a discussão publica do *facto incestuoso*. (25/03/1917, p. 10; Habeas-corpus; Hilario Freire, advogado).

Em (197), (198) e (199), a conceptualização do estupro ocorre através do item léxico ‘fato’. As definições expostas no quadro 102, também, coadunam com o conceito de evento, anteriormente apresentado, justificando, dessa forma, o pertencimento da compreensão do estupro como fato no domínio de EVENTO. Nas ocorrências (197) a (199), a metonímia FATO POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE, estrutura essa conceptualização. A ancoragem conceptual é realizada pelos esquemas-I FORÇA, CONTATO, COMPULSÃO e PERTO/LONGE, acionados pelos itens léxicos ‘violentada’, em (197), ‘violentou’, em (198), e ‘ofendida’, em (199), cujos conceitos indicam a existência de contato físico, não consensual, entre as partes. O esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META é observado, em (197), acionado pela expressão “soldados que a embriagaram”, indicando uma trajetória feita. Verificamos, também, os esquemas-I LIGAÇÃO e CENTRO/PERIFERIA, acionados pela expressão “em torno do”, em (197), que vincula o estupro às pesquisas e o coloca em uma posição central. O esquema-I EXCESSO pode ser observado, em (197), ativado pelo item lexical ‘embriagaram’, que aponta para um elevado nível de ingestão de álcool. Há, ainda, em (199), o esquema-I PROCESSO, que é acionado pela expressão “casada, limpa de toda mancha”, apontando para alterações na situação da vítima após o estupro. Temos, também, nessa ocorrência, o esquema-I CENTRO/PERIFERIA, ativado pela expressão “ao seio de duas pessoas”, que estabelece referência ao núcleo familiar. O esquema-I TODO/PARTE, também, pode ser verificado, sendo acionado pela expressão “fato incestuoso”, considerando que o estupro é uma parte do todo fato. Além disso, o item lexical ‘incestuoso’ tipifica o fato, tornando-o, também, uma parte do todo. Dessa forma, verificamos, mais uma vez, o estabelecimento de categorias, ou seja, o fato compreende

o fato incestuoso que compreende o estupro. Há, ainda, nessa ocorrência, a conceptualização do estupro como crime, como ofensa e como mancha, que são discutidas nas subseções 3.2.7.1, 3.2.5.3 e 3.2.18.1, respectivamente.

A seguir, trataremos do *frame* CONGRESSO.

3.2.19.3 *Frame* CONGRESSO

A compreensão do estupro como congresso carnal foi encontrada em nosso corpus. Verificamos as definições do item léxico “congresso”, as quais estão apresentadas no quadro 103.

Quadro 103 – Definições dicionarizadas para CONGRESSO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
CONGRESSO	1. Junta para conferir, deliberar. 2. Junta, concurso. 3. Cópula carnal.	1. Reunião, encontro. 2. Ligação, ajuntamento, união: congresso sexual. [...]	1. Reunião, encontro. 2. Reunião de representantes ou especialistas de determinada área de atividade para debater assuntos importantes dessa área, apresentar novas informações, ou resultados de pesquisas, produtos etc.; CONVENÇÃO. 3. Conjunto de cidadãos especialmente designados para se reunirem e debater, deliberar e estabelecer as leis de um Estado; o órgão legislativo de um país. [...]

Fonte: Elaboração nossa

As definições expostas no quadro 103, para o item léxico ‘congresso’, revelam que seu conceito, além de corresponder a uma reunião, há, também, a referência, no dicionário do século XIX, à “cópula carnal” e “congresso sexual”, no dicionário do século XX, embora não haja esse registro no dicionário do século XXI. Considerando que um evento pode ser um acontecimento programado, um congresso, por ser uma reunião, um acontecimento programável, pode ser incluído em tal categoria. Verificamos essa compreensão na ocorrência (200):

(200) Gastaram-se laudas e laudas de papel para provar que Manuel Repuyos (Risadinha) e Antonio de Carvalho (Gato) não mantiveram *congresso carnal* com a vítima, num esforço estrênuo, diligente e estafante, porem anódino, pois, é extremamente irrelevante perquirir-se se a ação dos dois chegou a esse extremo; tenham ou não violentado a menor,

são co-autores do delito que contra ela se perpetrou. (26/10/1955, p.12; Notícia; Autoria do jornal).

No exemplo (200), verificamos a conceptualização do estupro como congresso, acionada a partir da expressão “congresso carnal”. No contexto dessa ocorrência, o congresso é qualificado como carnal, isto é, um encontro, reunião, acontecimento relacionado a questões carnais. Em outras palavras, o congresso carnal seria um acontecimento referente ao contato sexual, entretanto, podemos inferir, a partir do contexto apresentado, que o acontecimento (congresso carnal) tenha sido programado, apenas, pelos acusados.

Essa compreensão é estruturada a partir da metonímia CONGRESSO CARNAL POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE. A estruturação conceptual é realizada pelo esquema-I LIGAÇÃO, acionado pela expressão “mantiveram congresso carnal com a vítima”, que vincula os agentes ao ato e à vítima. Os esquemas-I FORÇA, CONTATO e COMPULSÃO são ativados pelo item léxico ‘violentado’, cujo conceito indica o uso da força e contato físico. Há, também, o esquema-I ESCALA, ativado por ‘extremo’, que aponta para uma gradação elevada. O esquema-I TODO/PARTE pode ser verificado, acionado pela expressão “congresso carnal”, considerando que é uma tipologia dentro de um todo mais amplo. Verificamos, também, nessa ocorrência, a conceptualização do estupro como violência e como delito, que são tratadas, respectivamente, nas subseções 3.2.4.1 e 3.2.7.2.

Verificamos, ainda, no domínio EVENTO, o acionamento do *frame* FENÔMENO, conforme veremos na sequência.

3.2.19.4 *Frame* FENÔMENO

O *frame* FENÔMENO foi verificado nas ocorrências e, para a sua inclusão no domínio EVENTO, buscamos as definições do item lexical ‘fenômeno’, nos dicionários, que estão expostas no quadro 104.

Quadro 104 – Definições dicionarizadas FENÔMENO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
FENÔMENO	1. O que aparece ou se observa de novo na região do céu. [...]	1. Qualquer modificação operada nos corpos pela ação dos agentes físicos ou químicos.	1. Fato, acontecimento ou processo que pode ser observado na natureza ou na sociedade.

		2. Tudo que é percebido pelos sentidos ou pela consciência. 3. Fato de natureza moral ou social. [...]	2. Tudo o que é raro e surpreendente; PORTENTO; PRODÍGIO. [...]
--	--	--	--

Fonte: Elaboração nossa

Essas definições, assim como as anteriormente apresentadas, vão ao encontro do conceito de evento, sendo, dessa forma, abrangida pelo referido conceito e reiterando o pertencimento desse *frame* ao domínio EVENTO.

Essa compreensão pode ser observada na ocorrência (201):

(201) Mas, mesmo nesse contexto de opressão às mulheres, estudos recentes do governo sul-africano mostraram que em cada quatro homens já violentou uma mulher e o primeiro *estupro* ocorreu na adolescência deles [...] A violência sexual contra meninas e mulheres é um *fenômeno estrutural* na África do Sul. (14/12/2010, p. 192; Artigo; Débora Diniz, antropóloga e professora).

Em (201), temos a compreensão do estupro como fenômeno. Destacamos, todavia, que o fenômeno relatado na ocorrência diz respeito a um acontecimento na estrutura social, não tendo relação, portanto, com fenômenos naturais. A metonímia FENÔMENO POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE é instanciada a partir da expressão “fenômeno estrutural”, considerando que, de acordo com o contexto da ocorrência (201), devido à grande incidência histórica de estupros na sociedade, esse acontecimento já é considerado um fenômeno na estrutura social. Verificamos que essa ocorrência é estruturada conceptualmente pelos esquemas-I FORÇA, CONTATO e COMPULSÃO, ativados por ‘violentou’ e ‘contra’, conceitos que indicam a existência de força, resistência e contato físico. O esquema-I LIGAÇÃO, também, pode ser verificado, ativado pela expressão “violência sexual contra meninas”, que vincula o ato as vítimas. Há, ainda, o esquema-I CICLO, acionado pela expressão linguística “o primeiro estupro ocorreu na adolescência”, apontando para uma ação que vinha se repetindo.

Na sequência, será apresentado o quadro 105, com a síntese dos achados para o domínio EVENTO.

Quadro 105– Síntese do domínio EVENTO

FRAME	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	KITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
CASO	(191) As referidas menores em seus depoimentos dizem positivamente que o autor de sua deshonra foi o professor Bento de Siqueira, seu tio. No interrogatório a que o submeteu o dr. delegado de policia, o acusado nega o crime. O sigilo de que estava cercado o inquérito ate ante-hontem nos inibiu de mandar antes noticias desse escandaloso caso. Enviaremos amanha informações minuciosas.	Séc. XX (28/10/1913)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (CASO POR ESTUPRO)	PROCESSO CONTATO LIGAÇÃO TODO/PARTE ESCALA	Escandaloso caso
	(192) Os jornaes narram hoje um <i>caso horrível de estupro</i> , praticado em Ponta Grossa por João Rodrigues de Oliveira, vindo de São Paulo.	Séc. XX (21/02/1913)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (CASO POR ESTUPRO)	PARTE/TODO LIGAÇÃO ESCALA	Caso horrível de estupro
	(193) O “Rape Crisis Center” se propõe a disseminar informações médicas, hospitalares, policiais e legais às vítimas de agressão sexual. Opera um serviço telefônico de emergência cuja função é denunciar um <i>caso de estupro</i> à polícia, quando a vítima prefere ficar no anonimato.	Séc. XX (17/01/1974)	Reportagem	Assef Kfourri, jornalista	Metonímico TODO PELA PARTE (CASO POR ESTUPRO)	PARTE/TODO LIGAÇÃO FORÇA	Caso de estupro
	(194) O resultado da pesquisa do InformEstado, publicado ontem pelo Estado mostrou que a maioria dos católicos (87%) residentes na cidade de São Paulo são favoráveis ao procedimento em <i>caso de estupro</i> e 86% em caso de risco de vida da mulher durante a gravidez.	Séc. XX (29/08/1997)	Reportagem	Rubens Santos, jornalista	Metonímico TODO PELA PARTE (CASO POR ESTUPRO)	PARTE/TODO LIGAÇÃO PROCESSO	Caso de estupro

<i>FRAME</i>	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	KITENS LÉXICOS ACIONADORES DO <i>FRAME</i>
CASO	(195) Nos quatro anos anteriores, foi mantida a média de cerca de 2 mil <i>casos</i> de estupro por semestre [...] Código Penal permite interrupção da gravidez em <i>casos de estupro</i> , mas deputados divergem [...] Apesar de o Código Penal permitir, desde 1940, que a gravidez seja interrompida nesses casos, o assunto provoca muitas discussões entre os deputados.	Séc. XX (18/08/1999)	Reportagem	Arnaldo Galvão, jornalista e Jandira Fegalhi, relatora do projeto.	Metonímico TODO PELA PARTE (CASO POR ESTUPRO)	PARTE/TODO LIGAÇÃO PROCESSO	Casos de estupro
	(196) Conforme o comprovam os documentos juntos, o paciente Matheus Ruiz foi denunciado pelo promotor publico da comarca de Jahú como incurso nas penas do artigo 268, combinado com os artigos 269 e 273, paragrapho 4.o, do Codigo Penal, pela acusação de estupro na pessoa da menor Sierra Ruiz, de dezoito anos, que era tida por sua filha, com a circunstancia de sua miserabilidade atestada pela autoridade policial. (Vide certidões inclusas). [...]São <i>casos judiciários</i> de grande relevância que se repetem em toda parte quase quotidianamente, que constituem com frequencia preliminares nos processos communs de violencia carnal e que, sem embargo ainda não encontraram uma decisão formal proferida, no período republicano, pela jurisprudência de nossos tribunaes	Séc. XX (25/03/1917)	Habeas-corpus	Hilario Freire, advogado	Metonímico TODO PELA PARTE (CASO JUDICIÁRIO POR ESTUPRO)	CICLO RECIPIENTE LIGAÇÃO	Casos judiciários
FATO	(197) Entretanto, escreve o São Paulo, interrogada na Maternidade, onde se acha, Maria Francisca afirma ter sido violentada no carcere por soldados que a embriagaram, e, ainda se concedendo que o seu filho tivesse sido concebido antes da prisão – o que não foi devidamente averiguado, pois as pesquisas em torno do estupro deviam ser orientadas por um médico legista bastante perito e conhecedor da matéria – o <i>facto</i> denunciado não perde uma parcella sequer da sua gravidade, e impõe-se a punição rigorosa e seria dos soldados violentadores.	Séc. XX (16/04/1909)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (FATO POR ESTUPRO)	FORÇA CONTATO COMPULSÃO PERTO/LONGE ORIGEM/PERCURSO/META LIGAÇÃO CENTRO/PERIFERIA EXCESSO	O fato denunciado

FRAME	FRAGMENTO	PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR	TIPO DE MAPEAMENTO	ESQUEMA-I	KITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME
FATO	(198) Os jornaes desta capital publicam a noticia de que um oficial do exercito, da guarnição de S. Luiz, violentou alli uma menor de dez annos. Sobre esse <i>facto</i> fazem-se muitos comentários.	Séc. XX (12/01/1914)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (FATO POR ESTUPRO)	FORÇA CONTATO COMPULSÃO PERTO/LONGE	Fato
	(199) Mas se a offendida se casou, cumpre ver que a immoralidade do crime que affecta a constituição da família e as bases da sociedade, causa grande escândalo e, ao mesmo tempo, desaparece pelo facto do casamento. No próprio interesse da sociedade a lei não pode querer a punição do delinquente referido, quando a offendida se acha casada, limpa de toda mancha. O contrario seria levar a diffamação ao seio de duas pessoas casadas e vivendo honestamente, com a discussao publica do <i>facto</i> incestuoso.	Séc. XX (25/03/1917)	Habeas-corpus	Hilario Freire, advogado	Metonímico TODO PELA PARTE (FATO POR ESTUPRO)	FORÇA CONTATO COMPULSÃO PERTO/LONGE PROCESSO CENTRO/PERIFERIA TODO/PARTE	Fato incestuoso
CONGRESSO	(200) Gastaram-se laudas e laudas de papel para provar que Manuel Repuyos (Risadinha) e Antonio de Carvalho (Gato) não mantiveram <i>congresso carnal</i> com a vítima, num esforço estrênuo, diligente e estafante, porem anódino, pois, é extremamente irrelevante perquirir-se se a ação dos dois chegou a esse extremo; tenham ou não violentado a menor, são co-autores do delicto que contra ela se perpetrou.	Séc. XX (26/10/1955)	Notícia	Autoria do jornal	Metonímico TODO PELA PARTE (CONGRESSO CARNAL POR ESTUPRO)	LIGAÇÃO FORÇA CONTATO COMPULSÃO ESCALA TODO/PARTE	Mantiveram congresso carnal
FENÔMENO	(201) Mas, mesmo nesse contexto de opressão às mulheres, estudos recentes do governo sul-africano mostraram que um em cada quatro homens já violentou uma mulher e o primeiro estupro ocorreu na adolescência deles [...] A violência sexual contra meninas e mulheres é um <i>fenômeno estrutural</i> na África do Sul.	Séc. XXI (14/12/2010)	Artigo	Débora Diniz, antropóloga e professora	Metonímico TODO PELA PARTE (FENÔMENO POR ESTUPRO)	FORÇA CONTATO COMPULSÃO LIGAÇÃO CICLO	Fenômeno estrutural

Fonte: Elaboração nossa

Após apresentar o quadro 105, com a síntese dos achados para o domínio EVENTO, passaremos a tratar sobre o domínio RELIGIÃO, na próxima subseção.

3.2.20 Domínio RELIGIÃO

No nosso corpus o domínio RELIGIÃO, também, foi acionado. Buscamos a definição desse item léxico nos dicionários, as quais apresentamos, a seguir:

Quadro 106 – Definições dicionarizadas para RELIGIÃO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
RELIGIÃO	1. Culto devido a Deus. 2. Ação religiosa. 3. Casa de homens dedicada ao culto de Deus.	1. Crença na existência de uma força ou forças sobrenaturais, considerada(s) como criadora(s) do Universo, e como tal deve(m) ser adorada(s) e obedecida(s). 2. A manifestação de tal crença por meio de doutrina e ritual próprios, que envolvem, em geral, preceitos éticos. 3. Reverência as coisas sagradas. 4. Crença fervorosa; devoção, piedade. [...]	1. Crença na existência de forças ou entidades sobre-humanas responsáveis pela criação, ordenação e sustentação do universo. 2. Forma particular que essa crença assume com base em cada uma das diversas doutrinas formuladas. 3. Respeito ou reverência às coisas sagradas; FÉ; PIEDADE. 4. Vínculo a uma forma de pensamento ou crença que encerra uma concepção filosófica, ética etc. 5. O que se considera dever sagrado, obrigação. [...]

Fonte: Elaboração nossa

As definições apresentadas no quadro 106 revelam que o conceito de religião diz respeito a crenças e práticas sagradas. Esse sistema de crenças e práticas é construído dentro de universos históricos e culturais específicos e, por isso, não é uniforme, ao contrário, apresenta distinções de acordo com a cultura e a sociedade na qual está inserido.

Ao pensarmos em religião, a partir dessa perspectiva, abrimos um *frame* constituído por diferentes elementos, como: igreja, templo, padre, papa, pastor, Bíblia, ritual, dogmas, pecado, santo etc. Dentre esses elementos, encontramos, no nosso corpus, a conceptualização do estupro a partir do *frame* PECADO, que será discutido a seguir.

3.2.20.1 Frame PECADO

Tratar sobre pecado pressupõe tratar sobre pessoas e suas relações, considerando que diz respeito a questões intrinsecamente humanas, conforme podemos observar nas definições encontradas para o item léxico e que estão apresentadas no quadro 107.

Quadro 107 – Definições dicionarizadas para PECADO

ITEM LÉXICO	DICIONÁRIOS CONSULTADOS		
	Pinto (1832)	Aurélio (1986)	Caldas Aulete (2020)
PECADO	1. Transgressão da lei divina e da igreja. [...]	1. Transgressão de preceito religioso. 2. Falta, erro, culpa, vício. 3. Maldade, crueldade. [...]	1. Rel. Violação de preceito religioso. 2. P.ext. Falta, erro, transgressão. 3. Crueldade, maldade. 4. Pena, lástima. 5. Estado em que se encontra uma pessoa que violou um preceito religioso. [...]

Fonte: Elaboração nossa

As definições apresentadas no quadro 107 nos mostram que o conceito de pecado está inserido no âmbito da religião e diz respeito à transgressão de seus preceitos. Essas definições nos remetem ao comportamento e às atitudes humanas que se constituem em reflexos de ansiedades, desejos ocultos, sentimentos, tendências sentidas e vividas, os quais, quando ultrapassam os preceitos, regras e convenções estabelecidos pela religião, são caracterizados como pecado.

Isso foi observado na conceptualização do estupro, como exposto na ocorrência (202):

(202) Uma jovem professora vítima de *estupro*. Os autores do atentado são uns “teddy boys”, alunos da infeliz, que a tomam por uma outra. Redimem-se do *pecado* pela consciência e arrependimento. (15/07/1961, p.7; Comentário; Novais Teixeira, Jornalista).

Nessa ocorrência, temos o uso do item léxico ‘pecado’ para fazer referência ao estupro, instanciando a metáfora ESTUPRO É PECADO, considerando que são conceitos distintos e que o mapeamento realizado projeta aspectos do conceito de pecado para a compreensão do estupro. Essa conceptualização está ancorada pelo esquema-I LIGAÇÃO, ativado por “vítima de estupro”, que relaciona a vítima ao ato violento. Há, também, o esquema-I ORIGEM/PERCURSO/META, acionado por “que a tomam por uma outra”, indicando uma trajetória realizada, estando o foco no PERCURSO. Temos,

ainda, o esquema-I PROCESSO, ativado por “redimem-se”, apontando para uma mudança de estado.

Há, ademais, na ocorrência (202), a compreensão do estupro como atentado, que é discutida na subseção 3.2.4.3.

Apresentamos, a seguir, o quadro 108 com a síntese dos achados para o domínio RELIGIÃO.

Quadro 108– Síntese do domínio RELIGIÃO

<i>FRAME</i>	<i>FRAGMENTO</i>	<i>PERÍODO</i>	<i>GÊNERO TEXTUAL</i>	<i>CONCEPTUALIZADOR</i>	<i>TIPO DE MAPEAMENTO</i>	<i>ESQUEMA-I</i>	<i>ITENS LÉXICOS ACIONADORES DO FRAME</i>
PECADO	(202) Uma jovem professora vítima de estupro. Os autores do atentado são uns “teddy boys”, alunos da infeliz, que a tomam por uma outra. Redimem-se do <i>pecado</i> pela consciência e arrependimento.	Séc. XX (15/07/1961)	Comentário	Novais Teixeira, jornalista	Metafórico ESTUPRO É PECADO.	LIGAÇÃO ORIGEM/PERCURSO/META PROCESSO	Pecado

Fonte: Elaboração nossa

Apresentado o quadro síntese com os achados para o domínio RELIGIÃO, concluímos, assim, a apresentação dos resultados encontrados para domínios e *frames*, observados em nosso corpus, bem como para as metáforas, as metonímias e os esquemas-I que as estruturam.

Nosso objetivo, nessa subseção, foi discorrer, a partir das expressões linguísticas encontradas no corpus e dos pressupostos teórico-metodológicos da LC, em particular, da SCSH, sobre como compreendemos os processos de conceptualização metafóricas e metonímicas do ESTUPRO, assim como, dos esquemas-I, *frames* e domínios que estruturam esses processos.

Passaremos, na próxima subseção, a apresentar o estudo realizado, considerando o gênero textual e o conceptualizador.

3.3 ESTUDO DO GÊNERO TEXTUAL E DO CONCEPTUALIZADOR

O estupro é um fenômeno complexo, multidimensional e tem suas determinações não somente na violência criminal, mas, sobretudo, nas relações macrossociais. Assim, para compreendê-lo e compreender as suas conceptualizações, é preciso observá-lo em diferentes aspectos.

Tendo em vista que o nosso corpus de pesquisa, como já indicado, é constituído por textos do domínio discursivo jornalístico e pelos gêneros: notícia, reportagem, entrevista, depoimento, comentário, carta e artigo, e, também, por textos do domínio discursivo jurídico, como: código penal, certidões, processo judicial, petição etc., os quais são produzidos por diversos escritores/conceptualizadores, em diferentes épocas e sociedades, torna-se necessário, para a compreensão da estruturação cognitiva que alicerça as conceptualizações do estupro, levar em consideração essas diferentes dimensões que se inter-relacionam para que essas conceptualizações aconteçam. Dessa forma, realizamos o estudo do corpus, observando as possíveis inter-relações entre gênero, conceptualizador, sociedade e historicidade cultural, as quais serão discutidas na sequência.

A seguir, apresentamos os gêneros e os conceptualizadores, conforme o século dos textos constituintes do corpus.

Quadro 109 – Gêneros textuais e conceptualizadores por período.

PERÍODO	GÊNERO TEXTUAL	CONCEPTUALIZADOR
Século XIX (1875 a 1900)	<p>DOMÍNIO DISCURSIVO JURÍDICO</p> <ul style="list-style-type: none"> . Processo Judicial . Petição . Projeto de Código Penal . Código Penal . Certidão <p>DOMÍNIO DISCURSIVO JORNALÍSTICO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reportagem - Notícia - Carta - Artigo 	<p>Promotor</p> <p>Escrivão</p> <p>Jurista</p> <p>Jornalista</p>
Século XX (1901 a 2000)	<p>DOMÍNIO DISCURSIVO JURÍDICO</p> <ul style="list-style-type: none"> . Processo Judicial . Autos de Processo . <i>Habeas-corpus</i> . Ata <p>DOMÍNIO DISCURSIVO JORNALÍSTICO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Artigo - Notícia - Entrevista - Reportagem - Comentário - Depoimento 	<ul style="list-style-type: none"> - Advogado - Escrivão - Ministro - Acusador Particular - Promotor - Deputado - Desembargador <ul style="list-style-type: none"> - Jornalista - Pastor evangélico - Vítima
Século XXI (2001 a 2020)	<p>DOMÍNIO DISCURSIVO JORNALÍSTICO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reportagem - Notícia - Artigo - Entrevista 	<ul style="list-style-type: none"> - Jornalista (H/M) - Antropóloga/professora - Pesquisadora - Jurista/professora

Fonte: elaboração nossa

Conforme anteriormente apresentado e, agora, exposto no quadro 109, os gêneros encontrados no corpus são frutos dos domínios discursivos jurídico e jornalístico.

Isto posto, passaremos, a seguir, a apresentar os achados para esses gêneros e seus conceptualizadores.

3.3.1 Gêneros do domínio discursivo jurídico e seus conceptualizadores

Dentre os diversos gêneros textuais encontrados no nosso corpus, aqueles do domínio discursivo jurídico aparecem de forma constante, no período compreendido entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX.

Isso, talvez, seja decorrente do fato de, na época referida, o jornal selecionado para estudo dedicar grande parte da sua publicação a questões jurídicas e políticas, noticiando, através dos atos jurídicos, os acontecimentos da sociedade. É comum encontrar atos publicados, integralmente, por exemplo, o laudo completo de um exame de corpo de

delito, realizado para atestar um defloramento. Embora continue sendo uma prática comum, a maneira de divulgação desses atos sofreu alterações no devir do tempo. Além disso, não podemos deixar de considerar que o texto jornalístico não é, apenas, uma forma imparcial de divulgação de informações, mas, também, um poderoso instrumento de manipulação emocional, ideológica e política, que, por meio da linguagem e de determinados mecanismos cognitivos, visa a cumprir uma intencionalidade. Nesse sentido, o material linguístico e o gênero textual utilizados de um texto do domínio discursivo jornalístico objetivam chamar a atenção dos leitores, podendo conduzi-los para uma forma específica de pensamento.

Tomando como exemplo os documentos jurídicos publicados no final do século XIX e início do século XX e considerando que esse período é caracterizado por acontecimentos políticos, históricos e sociais relevantes, como a perda da legitimidade monárquica (entre 1875-1889), a abolição da escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889), além do crescimento populacional, do surgimento dos grandes centros urbanos e da disseminação do trabalho assalariado, fatos que se constituem em importantes marcos históricos, responsáveis por peculiaridades sociais, culturais e políticas da época, podemos perceber a presença de intencionalidades e de ideologias que se acham reverberadas em tais publicações.

O jornal no Brasil do século XIX e início do século XX era visto como veículo de educação, civilização e instrução do povo e meio eficiente de padronizar, comportamentos e costumes, conforme já assinalado. Dessa forma, a publicação de documentos jurídicos no jornal, subsidiado por ideais nacionalistas, em um momento de elaboração e instituição do primeiro Código Penal da República (1890), corrobora com a ideia, então circundante, de que, para construir a unidade nacional, seria necessário superar o passado colonial, apresentando uma cultura jurídica brasileira, a partir de ideias de cunho social e filosófico, como noções de nacionalidade e cultura, segundo Mozart Silva (2009).

Vale ressaltar que literatos, políticos, advogados, magistrados e intelectuais da época abraçavam a atividade jornalística, uma vez que acreditavam “que esta poderia contribuir para a constituição de uma opinião pública favorável à causa que defendiam e, mais ainda, que esta opinião pública era força fundamental para a consecução de seus propósitos” (FARIA FILHO; INÁCIO; CHAMON, 2009, p. 13).

Partindo da perspectiva de que a primeira legislação penal da república necessitava da afirmação de sua efetividade e eficiência e que os legisladores e pessoas integrantes

do meio jurídico eram quem produziam os textos jornalísticos da época, entendemos que tais fatos justificam a expressiva publicação dos atos jurídicos. Esses documentos, por sua vez, são responsáveis por ativar o domínio JUSTIÇA e seus *frames* nos conceptualizadores, tanto por parte de quem produz os textos, como de quem os lê.

Consideramos que o conceptualizador, produtor do texto, ativa o *frame* de forma intencional, já que ele tem uma finalidade, ou seja, no caso dos documentos jurídicos, o conceptualizador quer dar visibilidade às ações da justiça, consolidando, dessa forma, a sua aplicabilidade, além de veicular outras questões ideológicas que estão imbricadas na tessitura textual, como a reafirmação do patriarcado e a subalternidade da mulher, por exemplo. Assim, é, também, intencional e necessária a utilização de itens lexicais para a compreensão de determinado assunto, no caso desse trabalho, o estupro, que conduz para a conceptualização pretendida. Por isso, encontramos, nos textos de gênero do domínio discursivo jurídico, o uso de itens lexicais como ‘crime’, ‘abuso’, ‘defloramento’, ‘ofensa’, ‘desonra’, ‘violência carnal’, entre outros, prototípicos do vocabulário jurídico, que ativam compreensões do estupro integrantes dos domínios JUSTIÇA, MORALIDADE, VIOLÊNCIA e FLORA e que correspondem a conceptualizações convencionalizadas do estupro, sendo recorrente a ocorrência de metáforas e metonímias relacionadas a esses domínios.

Por outro lado, o conceptualizador/leitor, ao se deparar com um texto de um gênero desse domínio discursivo, mesmo sem o ler, aciona o domínio JUSTIÇA e seus *frames*, já que esse gênero textual, por ser bastante específico, ativa *frames* que são, normalmente, a ele relacionados. A compreensão do texto e as conceptualizações realizadas são direcionadas pelos itens lexicais utilizados, pelo contexto social e cultural vivenciado e pelas experiências do conceptualizador. Todavia, não verificamos, nesses textos, o uso de expressões linguísticas que pudessem ser relacionadas a compreensões novas ou criativas, mas sim a realização recorrente de conceptualizações convencionais, como podemos verificar no quadro 110:

Quadro 110 – Síntese dos gêneros do domínio discursivo jurídico

CONCEPTUALIZAÇÃO	GÊNERO TEXTUAL	PERÍODO	CONCEPTUALIZADOR
ESTUPRO INCESTUOSO POR ESTUPRO	<i>Habeas corpus</i>	25/03/1917	Hilário Freire (advogado)
CRIME POR ESTUPRO	Projeto de Lei	18/09/1875	Duarte, G. de Castro, P. da Silva, Alves dos Santos e outros.
	Processo Judicial	14/07/1889 12/09/1911 09/04/1913 04/01/1914 11/05/1918	Promotor Público Manuel Joaquim da Silva Filho (advogado) Manuel Carlos (promotor público) Mário A. Cabral (escrivão) A. Covello (acusador particular)
	Projeto do Código Penal	01/10/1890	Jurista anônimo
	Código Penal	07/11/1890	Jurista anônimo
	Autos do processo	31/10/1911	Luiz de Araújo (secretário do tribunal)
	<i>Habeas corpus</i>	25/03/1917	Hilário Freire (advogado)
CRIME PARTICULAR E AFIANÇÁVEL POR ESTUPRO	Petição judicial	14/11/1878	Augusto José Pereira (escrivão)
	Certidão	13/02/1882	José Theodoro da Silva (escrivão)
CRIME DE DEFLORAMENTO POR ESTUPRO	Petição judicial	14/11/1878	Augusto José Pereira (escrivão)
CRIME PASSIONAL POR ESTUPRO	Processo judicial	23/12/1916	Sylvio de Andrade Maia (Promotor)
OFENSA POR ESTUPRO	Petição judicial	14/11/1878	Augusto José Pereira (escrivão)
	Certidão	13/02/1882	José Theodoro da Silva (escrivão)
	Processo judicial	05/07/1885	Alípio Z. de Carvalho (Juiz de Direito)
	Código Penal	07/11/1890	Jurista anônimo
	<i>Habeas corpus</i>	25/03/1917	Hilário Freire (advogado)
DESONRA POR ESTUPRO	Petição judicial	14/11/1878	Augusto José Pereira (escrivão)
	Processo judicial	12/09/1911 24/10/1916	Manuel Joaquim da Silva Filho (advogado)
	<i>Habeas corpus</i>	25/03/1917	Hilário Freire (advogado)
CORRUPÇÃO POR ESTUPRO	Certidão	13/02/1882	José Theodoro da Silva (escrivão)
INTENÇÃO POR ESTUPRO	Certidão	13/02/1882	José Theodoro da Silva (escrivão)
ABUSO POR ESTUPRO	Processo judicial	05/07/1885	Alípio z. de Carvalho (Juiz de Direito)
	Código Penal	07/11/1890	Jurista anônimo
	Autos de Processo	31/10/1911	Luiz de Araújo (secretário do tribunal)
DESRESPEITO POR ESTUPRO	Processo judicial	14/07/1889	Promotor Público
VIOLÊNCIA CARNAL POR ESTUPRO	Projeto do Código Penal	01/10/1890	Jurista anônimo
	<i>Habeas corpus</i>	25/03/1917	Hilário Freire (advogado)
ULTRAJE POR ESTUPRO	Processo judicial	12/09/1911	Manuel Joaquim da Silva Filho (advogado)
FATO POR ESTUPRO	<i>Habeas corpus</i>	25/03/1917	Hilário Freire (advogado)
ATENTADO POR ESTUPRO	Processo judicial	09/04/1913 09/04/1913 09/04/1913	Manuel Carlos (promotor público) Augusto Covello (advogado do réu) Siqueira Reis Junior (escrivão)
DELITO POR ESTUPRO	Processo judicial	09/04/1913 24/10/1916 24/10/1916	Augusto Covello (advogado do réu) Luiz de Araújo (secretário) Pinto de Toledo (ministro)
	<i>Habeas corpus</i>	25/03/1917	Hilário Freire (advogado)
DELITO CONTRA A HONRA POR ESTUPRO	Processo judicial	24/10/1916	Pinto de Toledo (ministro)
DESMANDO POR ESTUPRO	Processo judicial	24/10/1916	Advogado
CASO POR ESTUPRO	<i>Habeas corpus</i>	25/03/1917	Hilário Freire
VIOLAÇÃO POR ESTUPRO	<i>Habeas corpus</i>	25/03/1917	Hilário Freire

CONCEPTUALIZAÇÃO	GÊNERO TEXTUAL	PERÍODO	CONCEPTUALIZADOR
MAL POR ESTUPRO	<i>Habeas corpus</i>	25/03/1917	Hilário Freire
POSSE POR ESTUPRO	Processo judicial	14/07/1889 24/06/1965	Promotor público Hely Lopes Meireles (desembargador)
	Petição judicial	14/11/1878	Augusto José Pereira (escrivão)
ESTUPRO É PERDA DA FLOR	Petição Judicial	14/11/1878	Augusto José Pereira (escrivão)
	Certidão	13/02/1882	José Theodoro da Silva (escrivão)
	Processo judicial	05/07/1885 14/07/1889	Alípio Z. de Carvalho (Juiz de Direito) Promotor Público
	Projeto do Código Penal	01/10/1890	Jurista anônimo
ESTUPRO É MANCHA	Código Penal	07/11/1890	Jurista anônimo
	Processo judicial	12/09/1911	Manuel Joaquim da Silva Filho (advogado)
	<i>Habeas corpus</i>	25/03/1917	Hilário Freire (advogado)
ESTUPRO É PARA BAIXO	<i>Habeas corpus</i>	25/03/1917	Hilário Freire (advogado)
ESTUPRO É ANIMALIDADE	Processo judicial	09/04/1913	Siqueira Reis Junior (escrivão)
ESTUPRO É IRRACIONALIDADE	Processo judicial	14/07/1889	Promotor público
ESTUPRO É MONSTRUOSIDADE	Processo judicial	11/05/1918	A. Covello (acusador particular)
ESTUPRO É TRAJETÓRIA	Processo judicial	14/07/1889	Promotor público
ESTUPRO É FREQUÊNCIA	Processo judicial	05/07/1885	Alípio Z. de Carvalho (Juiz de Direito)

Fonte: elaboração nossa

No quadro 110, podemos visualizar a existência de diferentes gêneros no domínio discursivo jurídico, conforme exposto anteriormente, e as conceptualizações observadas em cada um deles. Verificamos que a metonímia CRIME POR ESTUPRO foi a conceptualização mais recorrente nos diferentes gêneros, sendo encontrada em todos eles. Foram reincidentes, também, a metonímia OFENSA POR ESTUPRO e a metáfora ESTUPRO É PERDA DA FLOR, embora o número de gêneros em que essas conceptualizações ocorreram tenha sido menor do que a realizada através da metonímia CRIME POR ESTUPRO. Por outro lado, os gêneros processo judicial e *habeas corpus* foram os que apresentaram a maior variedade de conceptualizações. Praticamente todas as conceptualizações foram encontradas nos referidos gêneros, ou em um deles, exceto as metonímias CORRUPÇÃO POR ESTUPRO e INTENÇÃO POR ESTUPRO, que só ocorreram no gênero certidão.

Observamos, ainda, que nos gêneros que correspondem à legislação, como projeto de lei, projeto do código penal e código penal, não há diferentes conceptualizações e algumas se repetem. As conceptualizações verificadas nesses gêneros foram: CRIME POR ESTUPRO, OFENSA POR ESTUPRO, ABUSO POR ESTUPRO, VIOLÊNCIA

CARNAL POR ESTUPRO e ESTUPRO É PERDA DA FLOR. Isso, talvez, se deva ao fato de que o objetivo desses gêneros é definir, descrever e regulamentar as ações humanas e, por isso, o legislador utiliza compreensões socialmente compartilhadas dos atos que define a fim de que o texto produzido cumpra o seu objetivo. Já nos demais gêneros, como processo judicial, petição judicial e *habeas corpus*, por exemplo, em que outras vozes são ouvidas e não apenas a do legislador, surgem outras conceptualizações, como as metonímias CORRUPÇÃO POR ESTUPRO, INTENÇÃO POR ESTUPRO, FATO POR ESTUPRO, MAL POR ESTUPRO e as metáforas ESTUPRO É IRRACIONALIDADE e ESTUPRO É MANCHA, dentre outras, assim como, há a ocorrência das especificações CRIME PASSIONAL POR ESTUPRO, CRIME PARTICULAR E AFIANÇÁVEL POR ESTUPRO e DELITO CONTRA A HONRA POR ESTUPRO.

No que diz respeito ao aspecto linguístico, observamos ser recorrente a utilização dos itens lexicais ‘crime’, ‘defloramento’, ‘ofensa’, ‘desonra’ e ‘abuso’ para fazer referência ao estupro. Juridicamente, tais palavras são, normalmente, utilizadas ao tratar do referido fato, constituindo, dessa forma a linguagem utilizada, costumeiramente, em tribunais, ações, petições, processos entre outros documentos e ocasiões que integram o âmbito jurídico.

A utilização dessas palavras convencionaliza a compreensão do estupro, nesses textos, de forma recorrente, através das metonímias CRIME POR ESTUPRO, OFENSA POR ESTUPRO, DESONRA POR ESTUPRO e ABUSO POR ESTUPRO e da metáfora ESTUPRO É PERDA DA FLOR. Não queremos dizer, com isso, que tais conceptualizações ocorrem apenas nos textos do domínio discursivo jurídico, considerando que verificamos, também, a sua realização em textos de gêneros do domínio discursivo jornalístico, como nos gêneros notícia e artigo, por exemplo, conforme veremos mais adiante. Por outro lado, constatamos que a compreensão do estupro como crime parece ser convencionalizada, independente do gênero utilizado no domínio discursivo jurídico, pois, conforme dito anteriormente, foi a de maior realização, aparecendo em quase todos os gêneros e revelando a compreensão do ato como uma infração penal.

No que se refere a variável tempo, como já assinalamos, observamos que só há registro dos textos do domínio discursivo jurídico, no nosso corpus, do século XIX até as primeiras décadas do século XX, havendo, apenas, uma ocorrência, após esse período, em meados do século XX. Nesse recorte temporal, não observamos diferenças relevantes

na realização das conceptualizações, exceto a ocorrência das metonímias CORRUPÇÃO POR ESTUPRO, INTENÇÃO POR ESTUPRO, DESRESPEITO POR ESTUPRO, CRIME PARTICULAR E AFIANÇÁVEL POR ESTUPRO, CRIME DE DEFLORAMENTO POR ESTUPRO, e as metáforas ESTUPRO É PERDA DA FLOR, ESTUPRO É IRRACIONALIDADE, ESTUPRO É TRAJETÓRIA e ESTUPRO É FREQUÊNCIA só encontradas no século XIX, nos gêneros do domínio discursivo jurídico.

Já as metonímias ULTRAJE POR ESTUPRO, FATO POR ESTUPRO, ATENTADO POR ESTUPRO, DELITO POR ESTUPRO, DESMANDO POR ESTUPRO, CASO POR ESTUPRO, VIOLAÇÃO POR ESTUPRO, MAL POR ESTUPRO e as metáforas ESTUPRO É MANCHA, ESTUPRO É ANIMALIDADE, ESTUPRO É MONSTRUOSIDADE e ESTUPRO É PARA BAIXO, aparecerem, apenas, no século XX, assim como as variações CRIME PASSIONAL POR ESTUPRO e DELITO CONTRA A HONRA POR ESTUPRO.

As demais conceptualizações, CRIME POR ESTUPRO, OFENSA POR ESTUPRO, DESONRA POR ESTUPRO, ABUSO POR ESTUPRO, VIOLÊNCIA CARNAL POR ESTUPRO, POSSE POR ESTUPRO tiveram registros tanto no século XIX, quanto no século XX, corroborando com o nosso entendimento de serem conceptualizações mais convencionalizadas no período e, por isso, terem ocorrido nos dois séculos. Essas compreensões não foram verificadas nos textos do século XXI, conforme anteriormente salientado.

Podemos observar, ainda, no quadro 110, que há, nos textos do domínio discursivo jurídico, uma relevante realização de metonímias na conceptualização do estupro em comparação com a utilização de metáforas, sendo verificado o mesmo nos textos do domínio discursivo jornalístico, conforme veremos na sequência.

Quanto aos conceptualizadores/escritores, observamos que todos que se identificaram eram homens e que estavam profissionalmente vinculados à atividade jurídica, tais como: escrivão, juiz, jurista, advogado, secretário do tribunal, ministro, acusador particular e desembargador, como autores das conceptualizações encontradas nos textos do domínio discursivo jurídico estudados.

Esse é um aspecto importante, no estudo da compreensão do estupro, considerando que são conceptualizadores homens e que trazem, culturalmente arraigadas, convicções de uma sociedade patriarcal, em que a voz da mulher era pouco ouvida e, quando isso acontecia, ela ocupava a posição de vítima, desmoralizada e, muitas vezes, culpabilizada

pelo estupro. Isso foi observado nos textos do domínio discursivo jurídico estudados, considerando que, normalmente, apresentam relatos do estupro realizados pelos agentes jurídicos (homens), pelo acusado e, algumas vezes, pela vítima. Por isso, a maioria das mulheres, vítimas desse crime, preferiam o silêncio à desmoralização pública, pois a voz de homens imperava nos tribunais e os conceptualizadores que compreendiam o estupro como crime, abuso, ofensa, buscavam atenuar a culpa dos agressores, destacando a conduta da vítima como justificativa para a realização do ato, como ficou demonstrado com o estudo do corpus.

Percebemos, ainda, que, nas ocorrências estudadas, na compreensão dos agentes jurídicos sobre o estupro, estão presentes a intenção de médicos, juízes, promotores e advogados em reprimir os padrões de comportamento da população que eram tidos como desviantes. Para eles, o que conduziria o país para se tornar civilizado seria uma legislação eficiente e o respeito a honra. Podemos, dessa forma, observar como a ideologia se faz presente nessas conceptualizações.

Passaremos, a seguir, a tratar sobre os gêneros textuais do domínio discursivo jornalístico e seus conceptualizadores.

3.3.2 Gêneros do domínio discursivo jornalístico e seus conceptualizadores

Os gêneros do domínio discursivo jornalístico, verificados em nosso corpus, foram: notícia, reportagem, artigo, carta, comentário, entrevista e depoimento, conforme já indicado. Consideramos importante discorrer sobre algumas características desses gêneros, observadas no corpus, para situar o leitor quanto à estrutura e à forma de tais textos no período investigado.

No que diz respeito à notícia, observamos que é um gênero constante nas edições do jornal estudado, entretanto, há diferenças quanto à sua estruturação e conteúdo no decorrer do tempo. No final do século XIX, até as primeiras décadas do século XX, as notícias no jornal em pauta se constituíam em pequenas notas, com poucas informações, sem título e sem nenhum outro recurso que chamasse a atenção do leitor, como imagens, cores, tamanhos diferenciados das letras etc. Todavia, com as possibilidades advindas da tecnologia, esses elementos foram sendo introduzidos nos textos jornalísticos e as notícias foram ampliadas, modificadas, tanto na forma, quanto no conteúdo.

No que diz respeito ao conteúdo informacional encontrado nas notícias, publicadas nos jornais do século XIX, é bastante reduzido. Nesses textos, o assunto é apresentado de forma objetiva e direta, sem muitos detalhes, apenas informando o fato ocorrido.

Já o gênero reportagem aparece de forma menos recorrente no nosso corpus, entretanto, possibilita acessar diversas e variadas compreensões do estupro em um mesmo texto. Encontramos o referido gênero, em todo o recorte temporal estudado, todavia, de forma mais proeminente a partir de meados do século XX. Observamos, também, diferenciações quanto à forma e estrutura desse texto, assim como foi observado com o gênero notícia. Dentre essas diferenças, destacamos a dimensão e organização dos textos, uso de imagens e utilização de material complementar para ratificar a informação apresentada.

O gênero artigo aparece de forma mais discreta no corpus, todavia, há registro de sua ocorrência em todo o período estudado, apresentando diferentes conceptualizações. Assim como o artigo, há poucos registros dos gêneros entrevista, carta, comentário e depoimento no material investigado. Podemos perceber, todavia, no que concerne à forma desses gêneros, que houve uma evolução, da mesma maneira que ocorreu com os demais citados, quanto à estrutura e apresentação do conteúdo veiculado.

Vejamos as conceptualizações organizadas por gênero, período e conceptualizador, no quadro 111, na sequência.

Quadro 111 – Síntese dos gêneros do domínio discursivo jornalístico

CONCEPTUALIZAÇÃO	GÊNERO TEXTUAL	PERÍODO	CONCEPTUALIZADOR
CRIME POR ESTUPRO	Notícia	14/06/1885 20/12/1903 06/11/1909 21/02/1913 28/10/1913 15/12/1913 25/07/1961	Jornalista anônimo Oscar de Castro (jornalista) Jornalista anônimo Jornalista anônimo Jornalista anônimo Jornalista anônimo Jornalista anônimo
	Reportagem	17/01/1974 18/08/1999	Assef Kfourri (jornalista) Arnaldo Galvão (jornalista) e Jandira Fegalhi (relatora do projeto)
	Artigo	05/07/1885 23/01/1981	Francisco Teixeira de Souza Leite (acusado) João Nowacki (leitor)
	Carta	27/10/1886	Anônimo
	Entrevista	30/08/2009	Silvia Pimentel (jurista e professora entrevistada)
CRIME CONTRA A HONRA POR ESTUPRO	Notícia	23/04/1913	Cunha Canto (ministro)
CRIME CONTRA A HUMANIDADE POR ESTUPRO	Notícia	23/02/2001	Jornalista anônimo
CRIME DE HOMENS CONTRA MULHERES POR ESTUPRO	Artigo	16/11/2008	Débora Diniz e Janaína Penalva (pesquisadoras)

CONCEPTUALIZAÇÃO	GÊNERO TEXTUAL	PERÍODO	CONCEPTUALIZADOR
CRIME DE TORTURA POR ESTUPRO	Artigo	14/11/2010	Débora Diniz (antropóloga e professora)
CRIME CONTRA OS COSTUMES POR ESTUPRO	Notícia	19/05/2004	Edson Luiz (jornalista)
CRIME CONTRA A PESSOA POR ESTUPRO	Notícia	19/05/2004	Edson Luiz (jornalista)
DELITO POR ESTUPRO	Notícia	24/08/1915 07/07/1928 24/07/1954 26/10/1955	Jornalista anônimo Jornalista anônimo Jornalista anônimo Jornalista anônimo
DELITO DE ESTUPRO POR ESTUPRO	Notícia	17/05/1958	Jornalista anônimo
DELITO PRINCIPAL POR ESTUPRO	Notícia	10/11/1977	Jornalista anônimo
VIOLAÇÃO POR ESTUPRO	Notícia	09/02/1957 23/06/1979 07/01/1982 23/02/2001 01/07/2006	Jornalista anônimo Jornalista anônimo Jornalista anônimo Jornalista anônimo Jornalista anônimo
	Reportagem	11/09/1891 27/09/1968	Fialho D'Almeida (jornalista) Jornalista anônimo
	Artigo	16/11/2008	Débora Diniz e Janaína Penalva (pesquisadoras)
VIOLÊNCIA POR ESTUPRO	Notícia	24/11/1887 16/04/1909 12/01/1914 17/08/1945 17/05/1958 25/07/1961 10/11/1973 05/02/1981 25/11/2004	Jornalista anônimo Jornalista anônimo Jornalista anônimo Jornalista anônimo Jornalista anônimo Jornalista anônimo Jornalista anônimo Jornalista anônimo Marcelo Godoy (jornalista)
	Reportagem	18/08/1999	Arnaldo Galvão (jornalista) e Jandira Fegalhi (relatora do projeto)
	Entrevista	19/03/2008	L.C.M. (jornalista)
VIOLÊNCIA SEXUAL POR ESTUPRO	Reportagem	29/11/1994 18/08/1999	Gabriela Athias (jornalista) Arnaldo Galvão (jornalista) e Jandira Fegalhi (relatora do projeto)
	Artigo	25/05/1986 14/11/2010	Ramão Gomes Portão (publicista de direito e advogado) Débora Diniz (antropóloga e professora)
VIOLÊNCIA DE GÊNERO POR ESTUPRO	Artigo	16/11/2008	Débora Diniz e Janaína Penalva (pesquisadoras)
ATENTADO POR ESTUPRO	Notícia	31/01/1909	Jornalista anônimo
	Reportagem	11/09/1891	Fialho D'Almeida (jornalista)
	Carta	27/10/1886	Anônimo.
	Comentário	15/07/1961	Novais Teixeira (jornalista)
SEVÍCIA POR ESTUPRO	Notícia	04/02/1978	Jornalista anônimo
AGRESSÃO POR ESTUPRO	Notícia	09/02/1957 04/04/1979	Jornalista anônimo Jornalista anônimo
	Reportagem	17/01/1974	Assef Kfourri (jornalista)
CRUENTO POR ESTUPRO	Artigo	10/11/2013	Débora Diniz (antropóloga, professora)
OFENSA POR ESTUPRO	Notícia	21/02/1913	Jornalista anônimo
DESONRA POR ESTUPRO	Notícia	28/10/1913	Jornalista anônimo
	Artigo	05/07/1885	Francisco Teixeira de Souza Leite (acusado)
MAL POR ESTUPRO	Notícia	16/04/1909	Jornalista anônimo

CONCEPTUALIZAÇÃO	GÊNERO TEXTUAL	PERÍODO	CONCEPTUALIZADOR
ABUSO POR ESTUPRO	Notícia	15/12/1913 22/06/2017	Jornalista anônimo Jornalistas - Fábio de Castro e José Maria Tomazela
	Reportagem	29/08/1997	Huberto Kirchheim (Pastor Evangélico)
ABUSO SEXUAL POR ESTUPRO	Notícia	02/02/2000 23/03/2002	Miriam Karam (jornalista) Andréa Portella e Renato Lombardi (jornalistas)
ABUSO INTRAFAMILIAR POR ESTUPRO	Artigo	10/11/2013	Débora Diniz (antropóloga, professora)
SENTIMENTO POR ESTUPRO	Notícia	10/08/1917	Jornalista anônimo
INFELICIDADE POR ESTUPRO	Notícia	07/07/1928	Jornalista anônimo
ÓDIO POR ESTUPRO	Artigo	14/11/2010	Débora Diniz (antropóloga e professora)
DELEITE POR ESTUPRO	Artigo	14/11/2010	Débora Diniz (antropóloga e professora)
CONHECIMENTO POR ESTUPRO	Reportagem	17/01/1974	Assef Kfourri (jornalista)
EXPERIÊNCIA POR ESTUPRO	Reportagem	17/01/1974	Assef Kfourri (jornalista)
INTENÇÃO POR ESTUPRO	Notícia	24/07/1954	Jornalista anônimo
EXPRESSÃO POR ESTUPRO	Artigo	10/11/2013 16/11/2008	Débora Diniz (antropóloga e professora) Débora Diniz e Janaina Penalva
CASO POR ESTUPRO	Notícia	21/02/1913 28/10/1913	Jornalista anônimo Jornalista anônimo
	Reportagem	17/01/1974 29/08/1997 18/08/1999	Assef Kfourri (jornalista) Rubens Santos (Jornalista) Arnaldo Galvão (jornalista) e Jandira Fegalhi (relatora do projeto)
FATO POR ESTUPRO	Notícia	16/04/1909 12/01/1914	Jornalista anônimo Jornalista anônimo
CONGRESSO CARNAL POR ESTUPRO	Notícia	26/10/1955	Jornalista anônimo
FENÔMENO POR ESTUPRO	Artigo	14/11/2010	Débora Diniz (antropóloga e professora)
CENA POR ESTUPRO	Notícia	10/08/1917 23/03/2002	Jornalista anônimo Andréa Portella e Renato Lombardi, (jornalistas)
SESSÃO POR ESTUPRO	Artigo	13/01/2013	Débora Diniz (antropóloga, professora)
POSSE POR ESTUPRO	Notícia	23/12/1886 04/02/1978	Jornalista anônimo Jornalista anônimo
	Artigo	05/07/1885 10/11/2013 16/11/2008	Francisco Teixeira de Souza Leite (acusado) Débora Diniz (antropóloga, professora) Débora Diniz e Janaína Penalva (pesquisadoras)
	Depoimento	24/05/1987	T.V. (vítima)
POSSE SEXUAL POR ESTUPRO	Reportagem	26/05/1974	Jornalista anônimo
PERDA DA POSSE POR ESTUPRO	Artigo	16/11/2008	Débora Diniz e Janaína Penalva (pesquisadoras)
SEGREDO POR ESTUPRO	Artigo	14/11/2010	Débora Diniz (antropóloga e professora)
SOCIABILIDADE MASCULINA POR ESTUPRO	Artigo	14/11/2010	Débora Diniz (antropóloga e professora)
CULTURA MASCULINA POR ESTUPRO	Artigo	14/11/2010	Débora Diniz (antropóloga e professora)
PECADO POR ESTUPRO	Comentário	15/07/1961	Novais Teixeira (jornalista)
ESTUPRO É PERDA DA FLOR	Carta	27/10/1886	Anônimo

CONCEPTUALIZAÇÃO	GÊNERO TEXTUAL	PERÍODO	CONCEPTUALIZADOR
ESTUPRO É GUERRA	Reportagem	17/01/1974	Assef Kfourri (jornalista)
ESTUPRO É ESTRATÉGIA	Entrevista	30/08/2009	Silvia Pimentel (jurista e professora entrevistada)
ESTUPRO É ARMA	Entrevista	30/08/2009	Silvia Pimentel (jurista e professora entrevistada)
ESTUPRO É ATAQUE	Notícia	23/12/1886 30/11/1983	Jornalista anônimo William E. Schmidt; (Jornalista)
ESTUPRO É CHACINA	Reportagem	11/09/1891	Fialho D'Almeida (jornalista)
ESTUPRO É INSTINTO	Notícia	10/08/1917	Jornalista anônimo
ESTUPRO É ANIMALIDADE	Notícia	06/11/1909 20/03/1913 11/12/1946 26/10/1977	Jornalista anônimo Jornalista anônimo Jornalista anônimo Jornalista anônimo
	Artigo	23/01/1981	João Nowacki (leitor)
ESTUPRO É CIO	Reportagem	11/09/1891	Fialho D'Almeida (jornalista)
ESTUPRO É CURRA	Entrevista	19/03/2008	L.C.M. (jornalista)
ESTUPRO É TRAJETÓRIA	Notícia	10/08/1917 26/10/1955	Jornalista anônimo Jornalista anônimo
ESTUPRO É DEMARCAÇÃO	Artigo	10/11/2013	Débora Diniz (antropóloga, professora)
ESTUPRO É INVASÃO	Entrevista	30/08/2009	Silvia Pimentel (jurista e professora entrevistada)
ESTUPRO É PARA BAIXO	Artigo	05/07/1885	Francisco Teixeira de Souza Leite (acusado)
ESTUPRO É DOENÇA/LEPRA	Reportagem	11/09/1891	Fialho D'Almeida (jornalista)
ESTUPRO É CURA	Entrevista	30/08/2009	Silvia Pimentel (jurista e professora entrevistada)
ESTUPRO É PASSATEMPO	Reportagem	17/01/1974	Assef Kfourri (jornalista)
ESTUPRO É JOGO	Artigo	13/01/2013	Débora Diniz (antropóloga e professora)
ESTUPRO É NÓDOA	Artigo	05/07/1885	Francisco Teixeira de Souza Leite (acusado)
ESTUPRO É RITO	Artigo	14/11/2010	Débora Diniz (antropóloga e professora)
ESTUPRO É CORTESIA	Entrevista	30/08/2009	Silvia Pimentel (jurista e professora entrevistada)
ESTUPRO É DESUMANIDADE	Artigo	14/11/2010	Débora Diniz (antropóloga e professora)
ESTUPRO É SEXO	Reportagem	31/05/2016	Luciana Nunes Leal e Roberta Pennafort (jornalistas)
	Artigo	13/01/2013 10/11/2013	Débora Diniz (antropóloga, professora) Débora Diniz (antropóloga, professora)
ESTUPRO É COITO	Reportagem	11/09/1891	Fialho D'Almeida (jornalista)
ESTUPRO É SODOMIA	Reportagem	04/10/2009	Sergio Augusto (jornalista)
ESTUPRO É USO DO CORPO	Reportagem	29/08/1997	Huberto Kirchheim (Pastor Evangélico)
	Entrevista	24/05/1987	R.S.D. (acusado)
ESTUPRO É MONSTRUOSIDADE	Notícia	20/12/1903 31/01/1909	Oscar de Castro (jornalista) Jornalista anônimo

Fonte: elaboração nossa

No quadro 111, estão listadas as conceptualizações do estupro encontradas nos gêneros textuais do domínio discursivo jornalístico e que foram estudadas neste trabalho.

A conceptualização mais recorrente nos diferentes gêneros foi a metonímia CRIME POR ESTUPRO, que foi encontrada em todos os gêneros estudados, exceto no comentário e no depoimento. Foram recorrentes, também, as metonímias VIOLÊNCIA POR ESTUPRO e ATENTADO POR ESTUPRO, embora tenham registro em um menor número de gêneros, em relação ao que foi verificado para a metonímia CRIME POR ESTUPRO. Verificamos, ainda, a ocorrência de metonímias que não foram encontradas nos textos do domínio discursivo jurídico, como: SEVÍCIA POR ESTUPRO, AGRESSÃO POR ESTUPRO, SENTIMENTO POR ESTUPRO, INFELICIDADE POR ESTUPRO, ÓDIO POR ESTUPRO, CONGRESSO CARNAL POR ESTUPRO, CENA POR ESTUPRO, EXPRESSÃO POR ESTUPRO, SEGREDO POR ESTUPRO, CONHECIMENTO POR ESTUPRO, EXPERIÊNCIA POR ESTUPRO, CRUENTO POR ESTUPRO, SESSÃO POR ESTUPRO, FENÔMENO POR ESTUPRO, CULTURA MASCULINA POR ESTUPRO, SOCIABILIDADE MASCULINA POR ESTUPRO, DELEITE POR ESTUPRO e as especificações ABUSO SEXUAL POR ESTUPRO, ABUSO INTRAFAMILIAR POR ESTUPRO, VIOLÊNCIA SEXUAL POR ESTUPRO, VIOLÊNCIA DE GÊNERO POR ESTUPRO, CRIME CONTRA A HUMANIDADE POR ESTUPRO, CRIME CONTRA OS COSTUMES POR ESTUPRO, CRIME CONTRA A PESSOA POR ESTUPRO, CRIME DE TORTURA POR ESTUPRO, CRIME DE HOMENS CONTRA MULHERES POR ESTUPRO, CRIME CONTRA A HONRA POR ESTUPRO, DELITO DE ESTUPRO POR ESTUPRO, DELITO PRINCIPAL POR ESTUPRO, POSSE SEXUAL POR ESTUPRO e AGRESSÃO SEXUAL POR ESTUPRO.

Quanto às metáforas, apesar de ter sido observada uma significativa realização dessas conceptualizações no domínio discursivo jornalístico, a incidência foi menor ao compararmos com a quantidade de conceptualizações metonímicas verificadas. Percebemos, todavia, que assim como ocorreu com as metonímias, houve, no domínio discursivo jornalístico, compreensões metafóricas não observadas no domínio discursivo jurídico, tais como: ESTUPRO É GUERRA, ESTUPRO É ESTRATÉGIA, ESTUPRO É ARMA, ESTUPRO É ATAQUE, ESTUPRO É CHACINA, ESTUPRO É DOENÇA, ESTUPRO É CURA, ESTUPRO É PASSATEMPO, ESTUPRO É RITO, ESTUPRO É JOGO, ESTUPRO É CORTESIA, ESTUPRO É INVASÃO, ESTUPRO É DESUMANIDADE, ESTUPRO É SEXO, ESTUPRO É COITO, ESTUPRO É

SODOMIA, ESTUPRO É PECADO, ESTUPRO É USO DO CORPO, ESTUPRO É CURRA, ESTUPRO É DEMARCAÇÃO, ESTUPRO É INSTINTO, ESTUPRO É CIO e ESTUPRO É NÓDOA.

Além dessas, verificamos a ocorrência de conceptualizações comuns aos dois domínios discursivos estudados, a saber: as metonímias CRIME POR ESTUPRO, INTENÇÃO POR ESTUPRO, DELITO POR ESTUPRO, VIOLAÇÃO POR ESTUPRO, ATENTADO POR ESTUPRO, ABUSO POR ESTUPRO, OFENSA POR ESTUPRO, DESONRA POR ESTUPRO, MAL POR ESTUPRO, CASO POR ESTUPRO, POSSE POR ESTUPRO e as metáforas ESTUPRO É PERDA DA FLOR, ESTUPRO É ANIMALIDADE, ESTUPRO É MONSTRUOSIDADE, ESTUPRO É PARA BAIXO e ESTUPRO É TRAJETÓRIA.

No que diz respeito ao gênero notícia, podemos observar que houve uma ampliação das conceptualizações realizadas, assim como, também, das metáforas e metonímias licenciadas. Essa ampliação, talvez, esteja relacionada à possibilidade de utilização de outras compreensões e, em consequência, uma linguagem mais livre, do que a empregada nos documentos jurídicos, que conduz a outras formas de conceptualização do estupro, como as metonímias SEVICIA POR ESTUPRO, AGRESSÃO POR ESTUPRO, SENTIMENTO POR ESTUPRO, INFELICIDADE POR ESTUPRO, CONGRESSO CARNAL POR ESTUPRO, CENA POR ESTUPRO e INTENÇÃO POR ESTUPRO; e as metáforas ESTUPRO É ATAQUE e ESTUPRO É INSTINTO, por exemplo.

No gênero reportagem, observamos a realização de variadas conceptualizações do estupro, além das já consideradas convencionais, como a compreensão metonímica do CRIME POR ESTUPRO, VIOLAÇÃO POR ESTUPRO, VIOLÊNCIA POR ESTUPRO, AGRESSÃO POR ESTUPRO e POSSE POR ESTUPRO, por exemplo. Encontramos, também, compreensões menos usuais no corpus, como as metáforas ESTUPRO É DOENÇA, ESTUPRO É GUERRA, ESTUPRO É PASSATEMPO e ESTUPRO É USO DO CORPO, e as metonímias EXPERIÊNCIA POR ESTUPRO e CONHECIMENTO POR ESTUPRO.

Relacionamos essa diversidade, em primeiro lugar, à liberdade temática, já que não há especificidade quanto ao tema, assim como ocorre na notícia, e, também, à extensão textual que, normalmente, apresenta maior conteúdo linguístico, por abordar um assunto de forma mais ampla, recorrendo à textos complementares, como entrevistas.

Dessa forma, na reportagem, há maior probabilidade de ocorrer um maior número de conceptualizações, o que foi constatado no nosso corpus, já que há a possibilidade de

haver conceptualizadores/escritores diferentes, que podem apresentar compreensões diversas de um mesmo assunto, além de ter mais material linguístico, que pode conter, também, mais conceptualizações. Isso não significa que o tamanho do texto é indicador da quantidade e diversidade de conceptualizações, e sim, que há a possibilidade de isso acontecer, já que, ao produzir um texto amplo sobre determinado assunto, o conceptualizador/escritor tem a possibilidade de acionar diferentes domínios e *frames*, que possibilitam conceptualizações distintas, e por isso pode utilizar mecanismos linguísticos diferenciados para fazer referência a um mesmo tema, podendo gerar um maior número de compreensões.

Encontramos, nesse gênero, conceptualizações do estupro relacionadas a domínios como JUSTIÇA, COMPORTAMENTO, EVENTO, VIOLÊNCIA, ANIMALIDADE e POSSE, já observados nos gêneros do domínio discursivo jurídico e na notícia, e o domínios GUERRA e ENTRETENIMENTO, verificados no gênero notícia, além dos domínios CONHECIMENTO, SEXO e DOENÇA que ainda não haviam sido observados nos gêneros referidos. Como dito anteriormente, a ampliação e a liberdade textual, observadas na notícia e verificados, também, na reportagem, podem levar à outras formas de conceptualização, conforme pode ser visto nas compreensões do estupro que licenciam a metonímia CONHECIMENTO POR ESTUPRO e as metáforas ESTUPRO É DOENÇA, ESTUPRO É PASSATEMPO, ESTUPRO É SEXO, ESTUPRO É COITO, ESTUPRO É SODOMIA e ESTUPRO É USO DO CORPO.

Já no artigo observamos, também, a ocorrência de diversas conceptualizações metonímicas e metafóricas, em um número um pouco maior ao compararmos com o que foi verificado no gênero reportagem. Algumas dessas conceptualizações já encontradas nos gêneros notícia e reportagem, como as metonímias CRIME POR ESTUPRO, DESONRA POR ESTUPRO, VIOLAÇÃO POR ESTUPRO, POSSE POR ESTUPRO, VIOLÊNCIA SEXUAL POR ESTUPRO, e as metáforas ESTUPRO É ANIMALIDADE e ESTUPRO É SEXO. Outras, tendo o primeiro registro de ocorrência, como as metonímias ÓDIO POR ESTUPRO, DELEITE POR ESTUPRO, EXPRESSÃO POR ESTUPRO, FENÔMENO POR ESTUPRO, SESSÃO POR ESTUPRO, CRUENTO POR ESTUPRO, SOCIABILIDADE MASCULINA POR ESTUPRO, CULTURA MASCULINA POR ESTUPRO, SEGREDO POR ESTUPRO e as especificações ABUSO INTRAFAMILIAR POR ESTUPRO, VIOLÊNCIA DE GÊNERO POR ESTUPRO, CRIME DE TORTURA POR ESTUPRO, CRIME DE HOMENS CONTRA MULHERES POR ESTUPRO, além das metáforas ESTUPRO É RITO, ESTUPRO É

JOGO, ESTUPRO É DESUMANIDADE, ESTUPRO É PARA BAIXO, ESTUPRO É NÓDOA e ESTUPRO É DEMARCAÇÃO.

Os gêneros entrevista, comentário, carta e depoimento apareceram de uma forma mais reduzida em nosso corpus e, talvez, por isso, apresentaram um menor número de conceptualizações. Nesses gêneros, assim como ocorreu com os outros, também encontramos compreensões já observadas como as metonímias CRIME POR ESTUPRO, na entrevista e na carta; VIOLÊNCIA POR ESTUPRO, na entrevista; ATENTADO POR ESTUPRO, no comentário e na carta; e POSSE POR ESTUPRO, no depoimento. Além das metáforas ESTUPRO É PERDA DA FLOR, na carta; e ESTUPRO É USO, na entrevista.

Por outro lado, ocorreram, também, conceptualizações que ainda não tinham sido observadas no corpus, como as metáforas ESTUPRO É PECADO, verificada no comentário; ESTUPRO É CURA, ESTUPRO É CORTESIA, ESTUPRO É INVASÃO, ESTUPRO É ESTRATÉGIA, ESTUPRO É ARMA e ESTUPRO É CURRA, encontradas na entrevista.

No que diz respeito ao aspecto linguístico, verificamos que, no gênero textual notícia, ocorreu a qualificação do estupro por meio dos itens lexicais ‘hediondo’, ‘monstruoso’, ‘bestial’, ‘bárbaro’, ‘repugnante’, ‘horrível’ etc. Esses itens léxicos possibilitaram a compreensão do ato como ‘crime hediondo’, ‘crime monstruoso’, ‘atentado bestial’, ‘bárbaro crime’, ‘ato repugnante’ e ‘caso horrível’, intensificando a negatividade na conceptualização, cumprindo, dessa forma, uma intencionalidade em noticiar esse tipo de crime, como influenciar a opinião pública, além de possibilitar maior especificidade no âmbito da categorização.

Observamos, todavia, que as compreensões do estupro presentes nas notícias estudadas estão relacionadas aos mesmos domínios que se repetem no decorrer do tempo e às conceptualizações mais usuais, observadas no nosso corpus. Assim, temos diferentes conceptualizações no domínio JUSTIÇA, como CRIME POR ESTUPRO, DELITO POR ESTUPRO e VIOLAÇÃO POR ESTUPRO, que se repetem no recorte temporal estudado ou em grande parte dele. Dessas compreensões encontramos especificações, identificadas no gênero notícia, como as metonímias, CRIME CONTRA A HONRA POR ESTUPRO, CRIME CONTRA HUMANIDADE POR ESTUPRO, CRIME CONTRA OS COSTUMES POR ESTUPRO, dentre outras. Ou seja, são compreensões, menos comuns no nosso corpus, provenientes de compreensões mais usuais e que pertencem a um mesmo

domínio. O mesmo ocorre com a metonímia ABUSO POR ESTUPRO, que se especifica em ABUSO SEXUAL POR ESTUPRO, por exemplo.

No gênero reportagem, encontramos conceptualizações já verificadas anteriormente, instanciadas por expressões linguísticas novas, como: “sodomizou-a”, “coito sacerdotal” e “uso e abuso do corpo”, nas conceptualizações ESTUPRO É SODOMIA, ESTUPRO É COITO, vinculadas à metáfora mais geral ESTUPRO É SEXO, e na metonímia POSSE POR ESTUPRO. Essas conceptualizações aparecem atualizadas por usos linguísticos novos que parecem ser motivados pelo contexto social e cultural vivenciado, considerando que foram compreensões encontradas em textos produzidos nas últimas décadas do século XX e nos primeiros anos do século XXI, período em que a liberdade de expressão, a garantia de direitos e a autonomia da mulher são mais expressivos, em relação ao período anterior, favorecendo a realização de compreensões novas que, conseqüentemente, se refletem na linguagem.

Já no gênero artigo, observamos a ocorrência de compreensões novas ou de variação de compreensões mais comuns que foram instanciadas através de expressões linguísticas menos usuais em nosso corpus, como: “crime de homens contra mulheres”, “violação de seus corpos”, “despossuídas da dignidade”, “posse rejeitada”, “corpo possuído”, “fenômeno estrutural”, “expressão de ódio”, “expressão do patriarcado”, “segredo”, “peça de deleite”, “sessão de horrores”, “rito de iniciação”, “rito coletivo”, “rito masculino”, “tratamento inumano”, “cultura masculina compartilhada”, “sociabilidade masculina”, “sexo não consentido”, “parte de um jogo de sedução”, “ato de demarcação”, “assinalar o território do corpo”, “ato violento de demarcação”, entre outras. Essas expressões linguísticas instanciaram as metonímias CRIMES DE HOMENS CONTRA MULHERES POR ESTUPRO (vinculada à metonímia mais geral CRIME POR ESTUPRO), VIOLAÇÃO POR ESTUPRO, POSSE POR ESTUPRO, FENÔMENO POR ESTUPRO, PENSAMENTO POR ESTUPRO, SEGREDO POR ESTUPRO, CULTURA MASCULINA POR ESTUPRO, DELEITE POR ESTUPRO, SESSÃO POR ESTUPRO, e as metáforas ESTUPRO É RITO, ESTUPRO É DESUMANIDADE, ESTUPRO É SEXO, ESTUPRO É JOGO e ESTUPRO É DEMARCAÇÃO. Algumas dessas compreensões tiveram o seu primeiro registro, no nosso corpus, no gênero artigo, conforme anteriormente apresentado.

Relacionamos a realização dessas novas compreensões, talvez, à liberdade de expressão, já que, ao escrever, sem precisar ater-se a um modelo específico ou ser fiel a um acontecimento ao narrar um fato, o conceptualizador/escritor não fica limitado por

convenções estruturais, nem impedido de expor sua compreensão a respeito de determinado assunto. Não queremos dizer com isso que o artigo é desprovido de convenções, mas que, talvez, elas sejam mais fluidas e, por isso, possibilitam a expressão de opiniões, o que não acontece no gênero petição, por exemplo.

Dessa forma, acreditamos que a possibilidade de outras compreensões e, conseqüentemente, de outros usos linguísticos se fazerem mais presentes em gêneros textuais, como o artigo, a reportagem e a notícia, propicia o uso de expressões linguísticas novas para referenciar um fato, ainda que, tendo por base, conceptualizações mais usuais.

Quanto aos gêneros textuais entrevista, carta, comentário e depoimento, verificamos que, assim como no artigo, há a utilização de expressões linguísticas pouco usuais no corpus para fazer referência ao estupro, como “eu usei ela”, “tomar meu corpo”, “estratégia poderosíssima em conflitos armados”, “uma arma muito usada na guerra”, “cortesia”, “curra”, “curative rape”, “invadindo/usurpando a propriedade alheia”, dentre outras. Essas expressões licenciam as conceptualizações já apresentadas anteriormente, como a compreensão do estupro como POSSE, GUERRA e DOENÇA, mas, também, verificamos a ocorrência de compreensões, ainda, não localizada no nosso corpus, que é o entendimento do estupro como CURRA, CORTESIA e PECADO, como já apresentado.

Essas outras formas de compreensão, conforme dito anteriormente, podem ser motivadas pelo gênero textual e pelo contexto social e cultural, seja ele global ou imediato. No caso da compreensão do estupro como cura, que é feita em inglês por meio da expressão “curative rape”, relacionada ao domínio DOENÇA, o contexto cultural explica a motivação conceptual, já que o texto trata sobre o estupro, em algumas regiões do mundo, onde o ato é considerado como cura. Já a compreensão do estupro como CURRA, embora não tenha sido registrado em nosso corpus anteriormente, reflete a compreensão do ato, em um dado período, mencionado pela jornalista, ao fazer referência ao filme em que a entrevistada iria participar. Por outro lado, a compreensão do estupro como CORTESIA revela a ironia de um acusado de estupro, relatado pela conceptualizadora, ao fazer referência ao fato. O contexto, também, ajuda no entendimento da compreensão do estupro como PECADO, pois revela que os acusados se arrependem do crime, ou seja, do pecado, ao descobrirem que pegaram a vítima errada e estupraram uma ex-professora deles.

Entendemos que, nessas conceptualizações, o contexto explica o uso das expressões pouco usuais, que, talvez, possam ser mais comuns em algumas culturas e em outras serem usadas de forma mais periférica, como a compreensão do estupro como cura. Tenha

sido utilizada em outra época e deixado de existir ou ser pouco utilizada, como em estupro como curra; ou, surgir na emergência do contexto interacional, podendo não ser mais feita ou pouco realizada, como em estupro como pecado e como cortesia.

No que se refere aos conceptualizadores, percebemos a participação das mulheres na produção dos textos, a partir da segunda metade do século XX, de modo que assim começa a ser possível o acesso à compreensão do estupro por mulheres.

Não podemos afirmar, entretanto, que essa participação já não havia ocorrido na primeira metade do século, já que variados textos publicados eram anônimos. No século XIX, não encontramos nenhuma notícia com registro de autoria. Já no início do século XX, raramente traziam essa informação, mas conseguimos encontrar alguns registros, sendo o primeiro de 1903, de um homem. Em todo o século XX, o registro autoral foi pouco encontrado, sendo mais comum a partir de meados do século, quando, também, encontramos a presença da mulher autora. No que diz respeito à forma de compreender o estupro, entretanto, não percebemos alterações relevantes entre homens e mulheres nesse gênero textual, talvez, por haver poucos textos assinados, conforme já informado. Percebemos, todavia, que, no século XXI, a conceptualizadora/ escritora usa a conceptualização ABUSO SEXUAL POR ESTUPRO, que corresponde a uma especificação da metonímia mais geral ABUSO POR ESTUPRO. Enquanto as notícias, assinadas por homens, apresentam conceptualizações menos usuais no corpus, como a metáfora ESTUPRO É GUERRA, já no século XX. Isso, talvez, possa ilustrar que, mesmo dividindo um espaço, tradicionalmente, ocupado por homens, as mulheres vêm, gradativamente, ocupando o seu lugar e fazendo com que a sua voz seja ouvida.

No gênero reportagem, observamos que há registros de textos em todo o recorte temporal investigado, apesar de não haver uma grande quantidade de ocorrências. Encontramos textos desse gênero produzidos, também, por mulheres, na última década do século XX e no século XXI, sendo que a maioria é assinada por homens. Diferentemente da notícia, a maior parte das reportagens traz o registro de autoria, havendo poucos textos anônimos.

Verificamos, ainda, que, a partir do século XX, o conceptualizador/escritor não se limita a apenas descrever ou narrar um fato, como fazia anteriormente, mas, também, apresenta sugestões e possibilidades de solução. No caso do estupro, apresenta estudos, estatísticas, depoimentos e estratégias para o enfrentamento dessa violência por suas vítimas.

As conceptualizações apresentadas nesses textos, comuns a homens e mulheres, são: CRIME POR ESTUPRO, VIOLÊNCIA POR ESTUPRO, VIOLÊNCIA SEXUAL POR ESTUPRO e CASO POR ESTUPRO. Além dessas compreensões, as mulheres utilizam, ainda, a metáfora ESTUPRO É SEXO, conceptualização não encontrada nas reportagens feitas por homens. Eles, por sua vez, apresentaram outras conceptualizações do estupro que não foram verificadas em textos assinados por mulheres, a saber: VIOLAÇÃO POR ESTUPRO, ATENTADO POR ESTUPRO, AGRESSÃO SEXUAL POR ESTUPRO, ABUSO POR ESTUPRO, CONHECIMENTO POR ESTUPRO, EXPERIÊNCIA POR ESTUPRO, POSSE SEXUAL POR ESTUPRO, ESTUPRO É GUERRA, ESTUPRO É CHACINA, ESTUPRO É CIO, ESTUPRO É DOENÇA, ESTUPRO É PASSATEMPO, ESTUPRO É COITO, ESTUPRO É SODOMIA e ESTUPRO É USO. O maior número de conceptualizações, provavelmente, se deve ao maior registro de textos assinados por homens.

Já no gênero textual artigo, encontramos compreensões mais específicas, feitas por mulheres, como as metonímias CRIME DE HOMENS CONTRA MULHERES POR ESTUPRO, CRIME DE TORTURA POR ESTUPRO, VIOLÊNCIA DE GÊNERO POR ESTUPRO e ABUSO INTRAFAMILIAR POR ESTUPRO, não identificadas anteriormente. Encontramos esses registros no século XXI, o que corrobora com o nosso entendimento de que a atualização de compreensões mais usuais, por meio de expressões linguísticas novas, está relacionada ao contexto social e cultural imediato.

Relacionamos a produção dessas metonímias ao fato de que, nesse período, as questões de gênero, igualdade e diversidade ganharam maior repercussão na mídia de uma forma geral. Além disso, vale ressaltarmos que tais compreensões foram feitas por mulheres, pesquisadoras e professoras, o que reforça a justificativa do contexto e inclui o aspecto profissional, como, também, possível motivador dessa conceptualização. Assim, saber quem são os conceptualizadores, como nesses casos, em que as conceptualizadoras são professoras e pesquisadoras e que os seus contextos imediatos são os ambientes acadêmicos de ensino e pesquisa, nos ajuda, também, a entender tal motivação, considerando que as condições profissionais e o ambiente são aspectos, provavelmente, favorecedores dessas conceptualizações.

No que diz respeito aos conceptualizadores, apesar de o artigo aparecer pouco em nosso corpus, a maior parte dos textos selecionados é produzido por mulheres. Nesses textos de autoria feminina, verificamos maior diversidade na compreensão do estupro, como as conceptualizações: VIOLAÇÃO POR ESTUPRO, ÓDIO POR ESTUPRO,

DELEITE POR ESTUPRO, FENÔMENO POR ESTUPRO, SESSÃO POR ESTUPRO, PENSAMENTO POR ESTUPRO, CRUENTO POR ESTUPRO, CULTURA MASCULINA POR ESTUPRO, SOCIABILIDADE MASCULINA POR ESTUPRO, SEGREDO POR ESTUPRO, ESTUPRO É DEMARCAÇÃO, ESTUPRO É JOGO, ESTUPRO É RITO, ESTUPRO É DESUMANIDADE e ESTUPRO É SEXO, além das especificações anteriormente, apresentadas. Encontramos, ainda, as seguintes compreensões comuns entre mulheres e homens: VIOLÊNCIA SEXUAL POR ESTUPRO e POSSE POR ESTUPRO. Enquanto as conceptualizações exclusivas de homens foram: DESONRA POR ESTUPRO, ESTUPRO É ANIMALIDADE, ESTUPRO É PARA BAIXO e ESTUPRO É NÓDOA.

Quanto à influência dos conceptualizadores na compreensão, percebemos que, mesmo nesses textos em que a expressão pode ser mais livre, o homem utiliza expressões mais usuais no corpus para fazer referência ao estupro, exceto a compreensão irônica do estupro como cortesia, anteriormente citada. Por outro lado, a mulher utiliza, de forma mais contundente, expressões pouco usuais para referenciar o estupro, ao menos se comparado com o discurso de homens que predomina no corpus.

Na entrevista, apesar de não ter sido um gênero recorrente no nosso corpus, encontramos conceptualizadores homens e, também, mulheres. Os textos produzidos por mulheres, como já observado no gênero artigo, apresentam, também, na entrevista, outras perspetivações na compreensão do estupro. Os domínios DOENÇA e GUERRA, por exemplo, que foram acionados em outros gêneros textuais e em outros períodos, se repetem na entrevista, a partir de outras perspetivas, como CURA, no domínio DOENÇA, ARMA e ESTRATÉGIA, no domínio GUERRA. Essas compreensões que antes não foram observadas foram produzidas por mulheres no século XXI.

Os gêneros carta, depoimento e comentário, apesar de terem pequena representatividade no nosso corpus, devido a pouca recorrência, trazem a autoria da mulher, apenas, no depoimento, no século XX, domínio POSSE. Da mesma forma, o comentário que, também, é observado no século XX, e que verificamos conceptualizações de homens nos domínios VIOLÊNCIA e RELIGIÃO. Já a carta, que é do século XIX, é anônima, sendo localizados os domínios VIOLÊNCIA, JUSTIÇA e FLORA.

Observemos, a seguir, o quadro 112 que apresenta a síntese das conceptualizações encontradas para os dois domínios discursivos.

Quadro 112 – METÁFORAS E METONÍMIAS POR GÊNERO TEXTUAL

METONÍMIAS E METÁFORAS	DOMÍNIO DISCURSIVO JURÍDICO	DOMÍNIO DISCURSIVO JORNALÍSTICO						
		NOT.	REPORT.	ART.	ENTREV.	CARTA	COMENT.	DEPOIM.
CRIME POR ESTUPRO	X	X	X	X	X	X		
CRIME DE DEFLORAMENTO POR ESTUPRO	X							
CRIME PASSIONAL POR ESTUPRO	X							
CRIME CONTRA A HONRA POR ESTUPRO		X						
CRIME CONTRA A HUMANIDADE POR ESTUPRO		X						
CRIME CONTRA MULHERES POR ESTUPRO				X				
CRIME DE TORTURA POR ESTUPRO				X				
CRIME CONTRA OS COSTUMES POR ESTUPRO		X						
CRIME CONTRA A PESSOA POR ESTUPRO		X						
CRIME PARTICULAR E AFIANÇÁVEL POR ESTUPRO	X							
DELITO POR ESTUPRO	X	X						
DELITO DE ESTUPRO POR ESTUPRO		X						
DELITO PRINCIPAL POR ESTUPRO		X						
DELITO CONTRA A HONRA POR ESTUPRO	X							
VIOLAÇÃO POR ESTUPRO	X	X	X	X				
VIOLÊNCIA POR ESTUPRO	X	X	X	X	X			
VIOLÊNCIA CARNAL POR ESTUPRO	X							
VIOLÊNCIA SEXUAL POR ESTUPRO			X	X				
VIOLÊNCIA DE GÊNERO POR ESTUPRO				X				
ATENTADO POR ESTUPRO	X	X	X			X	X	
SEVÍCIA POR ESTUPRO		X						
AGRESSÃO POR ESTUPRO		X						
AGRESSÃO SEXUAL POR ESTUPRO			X					
CRUENTO POR ESTUPRO				X				
OFENSA POR ESTUPRO	X	X						
DESONRA POR ESTUPRO	X	X		X				
MAL POR ESTUPRO	X	X						
CORRUPÇÃO POR ESTUPRO	X							
PENSAMENTO POR ESTUPRO	X	X						
INTENÇÃO POR ESTUPRO	X	X						
EXPRESSIONAMENTO POR ESTUPRO				X				
ABUSO POR ESTUPRO	X	X	X					
ABUSO SEXUAL POR ESTUPRO		X						
ABUSO INTRAFAMILIAR POR ESTUPRO				X				
DESRESPEITO POR ESTUPRO	X							
ULTRAJE POR ESTUPRO	X							
DESMANDO POR ESTUPRO	X							
SENTIMENTO POR ESTUPRO		X						
INFELICIDADE POR ESTUPRO		X						
ÓDIO POR ESTUPRO				X				
DELEITE POR ESTUPRO				X				
CONHECIMENTO POR ESTUPRO			X					
EXPERIÊNCIA POR ESTUPRO			X					
CASO POR ESTUPRO	X	X	X					
FATO POR ESTUPRO	X							
CONGRESSO POR ESTUPRO	X	X						
FENÔMENO POR ESTUPRO				X				
CENA POR ESTUPRO		X						
SESSÃO POR ESTUPRO				X				
POSSE POR ESTUPRO	X	X		X				X
POSSE SEXUAL POR ESTUPRO			X					
SEGREDO POR ESTUPRO				X				
PECADO POR ESTUPRO							X	
CULTURA MASCULINA POR ESTUPRO				X				
SOCIABILIDADE MASCULINA POR ESTUPRO				X				
ESTUPRO É PERDA DA FLOR	X					X		
ESTUPRO É MANCHA	X				X			
ESTUPRO É NÓDOA				X				
ESTUPRO É MÁCULA	X							
ESTUPRO É ANIMALIDADE	X	X	X	X	X			
ESTUPRO É IRRACIONALIDADE	X							
ESTUPRO É INSTINTO		X						
ESTUPRO É CIO			X					
ESTUPRO É CURRA					X			
ESTUPRO É MONSTRUOSIDADE	X	X						
ESTUPRO É TRAJETÓRIA	X	X						

METONÍMIAS E METÁFORAS	DOMÍNIO DISCURSIVO JURÍDICO	DOMÍNIO DISCURSIVO JORNALÍSTICO						
		NOT.	REPORT.	ART.	ENTREV.	CARTA	COMENT.	DEPOIM.
ESTUPRO É FREQUÊNCIA	X							
ESTUPRO É DEMARCAÇÃO				X				
ESTUPRO É INVASÃO					X			
ESTUPRO É PARA BAIXO	X			X				
ESTUPRO É GUERRA		X	X		X			
ESTUPRO É ESTRATÉGIA					X			
ESTUPRO É ARMA					X			
ESTUPRO É ATAQUE		X						
ESTUPRO É CHACINA			X					
ESTUPRO É DOENÇA			X		X			
ESTUPRO É LEPRA			X					
ESTUPRO É CURA					X			
ESTUPRO É PASSATEMPO			X					
ESTUPRO É JOGO				X				
ESTUPRO É RITO				X				
ESTUPRO É CORTESIA					X			
ESTUPRO É DESUMANIDADE				X				
ESTUPRO É SEXO			X	X				
ESTUPRO É COITO			X					
ESTUPRO É SODOMIA			X					
ESTUPRO É USO			X		X			

Fonte: elaboração nossa

Podemos constatar, no quadro 112, que há, nos textos do domínio discursivo jurídico, uma relevante realização de metonímias na conceptualização do estupro em comparação com a utilização de metáforas. O mesmo ocorre com os textos do domínio discursivo jornalístico. Isso parece revelar que a conceptualização do estupro, em nosso corpus, se deu, de forma mais recorrente, através de perspetivações metonímicas, as quais se materializaram em diferentes metonímias e suas especificações, conforme já apresentado.

As especificações das metonímias identificadas são mais recorrentes no domínio discursivo jornalístico, tendo sido encontradas no domínio discursivo jurídico as especificações: CRIME DE DEFLORAMENTO POR ESTUPRO, CRIME PASSIONAL POR ESTUPRO, CRIME PARTICULAR E AFIANÇÁVEL POR ESTUPRO, DELITO CONTRA A HONRA POR ESTUPRO e VIOLÊNCIA CARNAL POR ESTUPRO, provenientes de compreensões mais usuais no nosso corpus. As outras especificações verificadas integram os textos do domínio discursivo jornalístico, não sendo encontradas especificações comuns aos dois domínios.

Percebemos, ademais, que a variação conceptual é mais proeminente no domínio discursivo jornalístico, tendo em vista a diversidade de compreensões encontradas no referido domínio. Essa variação, também, está presente no domínio discursivo jurídico, embora em um menor grau ao compararmos com o domínio jornalístico. Quanto às metáforas verificadas, o domínio discursivo jornalístico, também, apresentou maior variação e recorrência de compreensões metafóricas.

O estudo do comportamento das conceptualizações do estupro por domínio discursivo revelou que, de uma forma geral, alguns gêneros textuais, como parte do domínio discursivo jurídico, parecem limitar as formas de compreensão do ato, sendo mais comuns, nesses textos, as compreensões consideradas convencionais, ou seja, mais usuais. A variação e a especificação, também, são observadas nesses textos, porém com menor incidência, se compararmos com os gêneros do domínio discursivo jornalístico. As conceptualizações verificadas nos textos desse domínio discursivo compreendem maior variação, apresentando, também, mais especificações. Essa diferença entre os domínios parece estar relacionada às características e objetivos de cada gênero, sendo os que pertencem ao domínio discursivo jornalístico mais livres, conforme já discutido, e, por isso, favorecedores de conceptualizações diversas. Por outro lado, os textos do domínio discursivo jurídico parecem ser mais restritivos, no que diz respeito às formas de compreensão do estupro.

Após concluir a apresentação do estudo das ocorrências, considerando o gênero dos textos que documentam as conceptualizações estudadas, realizaremos, na sequência, a partir de nossas inferências, a interpretação e discussão dos resultados encontrados, em uma perspectiva holística. Faremos uma reflexão sobre o sistema conceptual do estupro nos textos estudados, considerando o todo, ou seja, os aspectos sócio-histórico-cognitivos, abordando os domínios, *frames* e esquemas-I e como esses aparecem e se apresentam em cada período histórico estudado, nos gêneros, além de tratar sobre a influência desses e de outros aspectos na conceptualização.

3.4 REFLEXÕES SOBRE OS PROCESSOS DE CONCEPTUALIZAÇÃO DO ESTUPRO

Como aqui ficou demonstrado, o estudo acerca da conceptualização do estupro em textos jornalísticos produzidos entre os séculos XIX e XXI, que compõem o corpus desta Tese, ocorreu a partir dos domínios conceptuais e dos *frames* a eles relacionados, acionados nas expressões linguísticas encontradas no corpus. Entendemos que o domínio é cognitivamente mais amplo e, por isso, abrange *frames* específicos que estão contidos nesse domínio; dessa forma, esse estudo apresentou as conceptualizações do estupro a partir do acionamento dos domínios e *frames* neles verificados. Consideramos que o domínio mais amplo VIDA engloba todos os demais domínios que estão, direta ou indiretamente, a ele relacionados, conforme já apresentado. Da mesma forma,

entendemos que o domínio HUMANIDADE, também, é amplo e, por isso, compreende outros domínios, como COMPORTAMENTO, SENTIMENTO, PENSAMENTO e CONHECIMENTO. Os demais domínios acionados foram: VIOLÊNCIA, MORALIDADE, JUSTIÇA, CULTURA, ENTRETENIMENTO, SEXO, DOENÇA, GUERRA, POSSE, ANIMALIDADE, SOBRENATURAL, ESPACIALIDADE, FLORA, SUJEIRA, EVENTO, SIGILO e RELIGIÃO. A partir desses domínios, foram acionados os *frames* ABUSO, DESMANDO, CORTESIA, INTENÇÃO, EXPRESSÃO, EXPERIÊNCIA, INFELICIDADE, ÓDIO, DELEITE, VIOLÊNCIA, AGRESSÃO, ATENTADO, SEVÍCIA, CRUENTO, ULTRAJE, RESPEITO, OFENSA, HONRA, MAL, SEGREDO, CRIME, DELITO, CORRUPÇÃO, VIOLAÇÃO, MASCULINIDADE, RITO, PASSATEMPO, JOGO, TEATRO, SEXO, COITO, SODOMIA, LEPRA, CURA, ESTRATÉGIA, ARMA, ATAQUE, CHACINA, OBJETO POSSUÍDO, USO, BESTIALIDADE, IRRACIONALIDADE, INSTINTO, CIO, CURRA, MONSTRUOSIDADE, ORIENTAÇÃO, TRAJETÓRIA, LUGAR, FLOR, MANCHA, CASO, FATO, CONGRESSO, FENÔMENO e PECADO.

Assim, a partir dos domínios, diversos *frames* foram identificados, estudados e discutidos, bem como foi feito o levantamento das expressões linguísticas no corpus. Com a identificação das expressões linguísticas, encontramos diferentes modelos cognitivos metafóricos e metonímicos, ancorados por esquemas-I, subjacentes ao conceito de estupro. A cognição humana é estruturada por esses mecanismos cognitivos que possibilitam a organização do conhecimento em categorias e a elaboração de conceitos, como o de estupro e os diferentes tipos conceituais a ele relacionados.

No quadro 113, apresentamos, a partir do que foi verificado no nosso corpus, os domínios, *frames* e suas especificações, acionados na constituição do conceito de estupro, ilustrando uma comparação no decorrer do recorte temporal estudado, como veremos na sequência:

Quadro 113 – DOMÍNIOS, *FRAMES* E ESPECIFICIDADES POR SÉCULO

DOMÍNIOS E <i>FRAMES</i> ⁵⁷	SÉC. XIX	SÉC. XX	SÉC. XXI
VIDA	X	X	X
MOVIMENTO		X	
CONVIVÊNCIA			X
HUMANIDADE	X	X	X
DESUMANIDADE			X
COMPORTAMENTO	X	X	X
Abuso	X	X	X
Uso e abuso		X	
Abuso sexual		X	X
Abuso intrafamiliar			X
DESMANDO		X	
CORTESIA			X
PENSAMENTO	X	X	X
INTENÇÃO	X	X	
EXPRESSÃO			X
CONHECIMENTO		X	
Conhecimento Carnal		X	
EXPERIÊNCIA		X	
SENTIMENTO		X	X
INFELICIDADE		X	
ÓDIO			X
DELEITE			X
VIOLÊNCIA	X	X	X
Violência carnal	X	X	
Violência sexual		X	X
Violência de gênero			X
AGRESSÃO		X	
Agressão sexual		X	
ATENTADO	X	X	
SEVÍCIA		X	
CRUENTO			X
MORALIDADE	X	X	
ULTRAJE		X	
DESRESPEITO	X		
OFENSA	X	X	
HONRA	X	X	
MAL		X	
SIGILO			X
SEGREDO			X
JUSTIÇA	X	X	X
CRIME	X	X	X
Crime de estupro	X	X	
Crime de defloramento	X		
Crime passional		X	
Crime contra a humanidade			X
Crime contra os costumes			X
Crime contra a pessoa			X
Crime de tortura			X
Crime de homens contra mulheres			X
Crime contra a honra		X	
Crime particular e afiançável	X		
DELITO		X	
Delito de estupro por estupro		X	
Delito principal por estupro		X	
Delito contra a honra		X	
CORRUPÇÃO	X		
VIOLAÇÃO	X	X	X
CULTURA			X
RITO			X
Rito de iniciação			X
Rito coletivo			X
Rito masculino de dominação			X
MASCULINIDADE			X
ENTRETENIMENTO		X	X
PASSATEMPO		X	

⁵⁷ Conforme explicitado na metodologia, os domínios estão em negrito, os *frames* em maiúsculas sem negrito e as especificações com a inicial maiúscula.

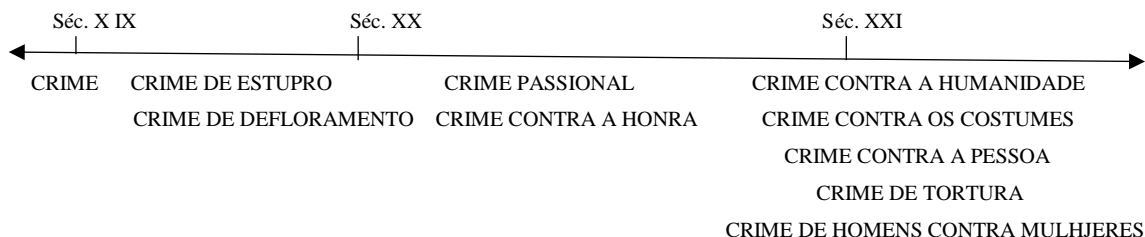
JOGO			X
TEATRO		X	X
SEXO	X		X
COITO	X		
SODOMIA			X
DOENÇA	X		X
LEPRA	X		
CURA			X
GUERRA	X	X	X
ESTRATÉGIA			X
ARMA			X
ATAQUE	X	X	
CHACINA	X		
POSSE	X	X	X
OBJETO POSSUÍDO	X	X	X
USO		X	
ANIMALIDADE	X	X	X
BESTIALIDADE		X	
IRRACIONALIDADE	X		
INSTINTO		X	
CIO	X		
CURRA			X
SOBRENATURAL		X	
MONSTRUOSIDADE		X	
ESPACIALIDADE	X	X	X
ORIENTAÇÃO		X	X
TRAJETÓRIA	X	X	
LUGAR	X		X
FLORA	X		
FLOR	X		
SUJEIRA	X	X	
MANCHA	X	X	
EVENTO		X	X
CASO		X	
FATO		X	
CONGRESSO		X	
FENÔMENO			X
RELIGIÃO		X	
PECADO		X	

Fonte: elaboração nossa

Podemos observar, a partir do quadro 113, que os processos de conceptualização do estupro mantêm um padrão, relativamente, estável no decorrer do período investigado. Percebemos que a maioria dos domínios e dos *frames* são encontrados nos diferentes séculos, apresentando algumas especificidades, a saber: o domínio VIDA, por ser o mais geral, está presente em todo o corpus, mesmo que indiretamente; da mesma forma, verificamos a ocorrência dos domínios HUMANIDADE (COMPORTAMENTO e PENSAMENTO), VIOLÊNCIA, JUSTIÇA, GUERRA, POSSE, ANIMALIDADE e ESPACIALIDADE; já os domínios CONHECIMENTO e SENTIMENTO, integrantes do domínio mais amplo HUMANIDADE, foram verificados no século XX, o primeiro, e nos séculos XX e XXI, o segundo.

No que diz respeito aos *frames* integrantes desses domínios, observamos que os mesmos, ao se tornarem categorias mais específicas, como abuso sexual, abuso intrafamiliar, violência carnal, violência de gênero, crime contra a pessoa, entre outras, passaram a ocorrer de forma mais pontual, ou seja, o seu uso parece estar relacionado a

fatores contextuais existentes no período, que favoreceram essa construção. Assim, por exemplo, o domínio JUSTIÇA e o *frame* CRIME foram comuns nos três séculos estudados. A especificação CRIME DE TORTURA ocorre, apenas, no século XXI, assim como acontece com CRIME CONTRA A HUMANIDADE, CRIME CONTRA OS COSTUMES, CRIME CONTRA A PESSOA, CRIME DE HOMENS CONTRA MULHERES, ABUSO INTRAFAMILIAR e VIOLÊNCIA DE GÊNERO. Então, é possível pensar com isto que as especificações ocorrem ao atribuirmos mais conteúdo semântico, ou seja, mais informações que estão atreladas ao contexto e às necessidades do conceptualizador. Observamos que, nessas conceptualizações, são focalizados outros aspectos do crime, do abuso e da violência para categorizá-los, que não aparecem nas ocorrências do século XIX e XX. Nesse século, as conceptualizações encontradas, mesmo as mais específicas correspondem a usos mais gerais do conceito, como: CRIME DE ESTUPRO e CRIME DE DEFLORAMENTO, que, também são observados no século XX, no caso de CRIME DE ESTUPRO. Parece-nos tratar de um contínuo, cuja variação está atrelada ao contexto e às questões culturais e ideológicas. Nesse sentido, e tomando o *frame* CRIME como exemplo, o contínuo estaria, assim, constituído:

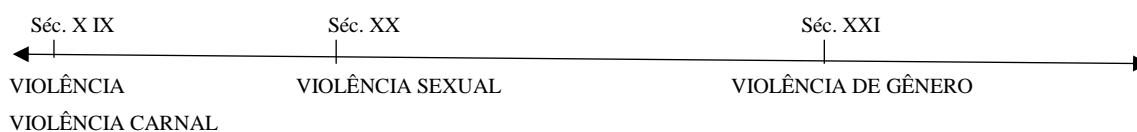


Dessa forma, a partir do exposto nesse contínuo, entendemos que a compreensão do estupro como CRIME DE ESTUPRO, CRIME DE DEFLORAMENTO e CRIME CONTRA A HONRA, nos séculos XIX e XX, estaria relacionada ao fato de, nessa época, questões ligadas à honra da mulher e da família, terem destaque na sociedade e por isso influenciar, diretamente, à forma de como o estupro era concebido juridicamente, nos Códigos Penais de 1830 e 1890, conforme visto anteriormente. Com as posteriores alterações sofridas na legislação penal, as novas descobertas, como a do anticoncepcional, e as consequentes mudanças de comportamento e posturas da sociedade, especialmente, da mulher, que passou e vem passando, gradativamente, a ocupar lugares, ter direitos, voz e a ser dona de si e do seu corpo, a forma de conceber esses tipos de crimes, também, se alterou. Acreditamos que essa transição percorreu todo o século XX, tornando-se mais expressiva a partir de meados do referido século e adentrando o século XXI, por isso,

nesse período, encontramos conceptualizações do estupro que apresentam especificações do crime mais relacionadas à pessoa, ou seja, ao ser humano.

Isso não significa dizer que as demais conceptualizações encontradas, a partir do *frame* CRIME, nos séculos XIX e XX, deixaram de existir, mas sim que elas coexistem com outras compreensões que foram construídas a partir de determinado contexto social, cultural, histórico, político e ideológico dominante.

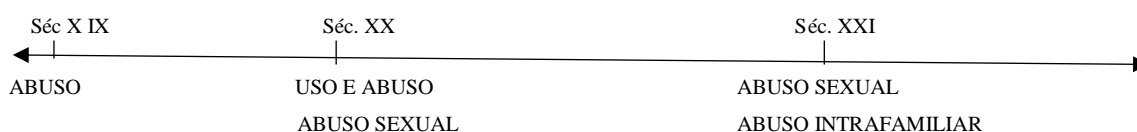
Nessa mesma perspectiva, entendemos que a variação observada nas conceptualizações, a partir dos demais *frames* integrantes dos outros domínios, ocorreu pelo mesmo motivo. Assim, no que diz respeito ao domínio VIOLÊNCIA, verificamos que a compreensão do estupro como violência ocorre em todo o recorte temporal estudado, todavia a especificação dessa compreensão como VIOLÊNCIA SEXUAL como VIOLÊNCIA DE GÊNERO foi encontrada, apenas, nos séculos XX e XXI, a primeira e, no século XXI, a segunda. Essa mudança de perspectivação conceptual, vista no corpus, está ilustrada no seguinte contínuo:



Assim, considerando a mudança de perspectivação apresentada nesse contínuo, entendemos que a compreensão do estupro como VIOLÊNCIA CARNAL, encontrada no século XIX, pode estar relacionada ao momento histórico de construção e promulgação do primeiro código penal da República, tendo em vista ser uma expressão, costumeiramente, empregada no âmbito judicial, além do fato de ter sido encontrada em textos do domínio discursivo jurídico. Por outro lado, a especificação da compreensão em VIOLÊNCIA SEXUAL e VIOLÊNCIA DE GÊNERO, que aparece nos séculos XX e XXI, parece refletir aspectos que a sociedade, de cada época referida, dá relevância, como a discussão sobre a liberdade sexual, no século XX, e sobre gênero e identidade, no século XXI. Reiteramos que isso não significa que as compreensões observadas no século XIX e XX deixaram de ocorrer, mas sim que elas ocorrem paralelamente às variações observadas.

O mesmo foi verificado na compreensão do ABUSO POR ESTUPRO que foi registrada em todo o período investigado, sendo, porém, as especificações observadas de maneira pontual, como a compreensão USO E ABUSO POR ESTUPRO, encontrada, apenas no século XX; ABUSO SEXUAL POR ESTUPRO, nos séculos XX e XXI; e

ABUSO INTRAFAMILIAR POR ESTUPRO verificada, apenas, no século XXI. O contínuo, ilustrando essa mudança de focalização, fica assim constituído:



A mudança de perspectiva, exposta nesse contínuo, foi por nós entendida, assim como as demais apresentadas, como o reflexo das transformações sociais pelas quais a sociedade passou no decorrer do tempo. No caso da compreensão do estupro como abuso, no século XIX, consideramos que indica um ato excessivo, passível de sanção penal. Isso, conforme já relatamos, está relacionado à instauração do código de 1890 que foi tema constante no jornal investigado, revelando, dessa forma, ser um assunto importante e de relevância para a sociedade da época.

No século XX, o estupro, além de ser um abuso, tem a sua compreensão ampliada para o uso, instanciando a metonímia ABUSO POR ESTUPRO. Temos, implícito nessa compreensão, o aspecto da utilidade que nos leva a entender o corpo da mulher como algo passível de ser usado. Isso, talvez, aponte para o desenvolvimento da urbanização e da industrialização no Brasil, que foi intensificado no século XX, e que renovou a noção do útil, prático e rápido. Pode ser que essa noção, aliada à objetificação da mulher, tenha possibilitado a compreensão do estupro como uso do corpo, ou, em outras palavras, o uso do objeto mulher. Além disso, o abuso foi, também, especificado como sexual na compreensão ABUSO SEXUAL POR ESTUPRO.

Da mesma forma, no século XXI, o abuso passa a ter mais informação semântica, observada nas especificações ABUSO SEXUAL, já identificada no século XX, e ABUSO INTRAFAMILIAR que revelam as esferas em que o abuso ocorria, na esfera sexual, no primeiro caso, e, no segundo, na esfera familiar. Isso, também, revela os contextos vivenciados pela sociedade do século XXI em que essas questões sexuais são mais amplamente faladas e discutidas. Não que isso não acontecesse nos outros períodos, mas as denúncias e a divulgação não ocorriam da mesma forma e com a mesma intensidade. Vale destacar que esse tipo de violência intrafamiliar ocorria no século XIX, conforme tratado anteriormente, mas essa focalização não foi registrada no corpus.

Averiguamos, também, que alguns domínios só são encontrados em determinados períodos, como os domínios MORALIDADE e SUJEIRA, observados no século XIX e

XX; os domínios SEXO e DOENÇA, verificados nos séculos XIX e XXI. Por outro lado, constatamos que alguns só são observados no século XX, ou a partir desse século, como o domínio ENTRETENIMENTO, SOBRENATURAL, RELIGIÃO e EVENTO. Já os domínios CULTURA e SIGILO só foram localizados no século XXI. O domínio FLORA, por sua vez, só aparece no século XIX. Para ilustrar o comportamento desses domínios no período investigado, apresentamos os registros de ocorrência no contínuo a seguir:

Séc X IX	Séc. XX	Séc. XXI
VIDA	VIDA	VIDA
HUMANIDADE	HUMANIDADE	HUMANIDADE
COMPORTAMENTO	COMPORTAMENTO	COMPORTAMENTO
PENSAMENTO	PENSAMENTO	PENSAMENTO
-----	CONHECIMENTO	-----
-----	SENTIMENTO	SENTIMENTO
VIOLÊNCIA	VIOLÊNCIA	VIOLÊNCIA
MORALIDADE	MORALIDADE	-----
-----	-----	SIGILO
JUSTIÇA	JUSTIÇA	JUSTIÇA
-----	-----	CULTURA
-----	ENTRETENIMENTO	ENTRETENIMENTO
SEXO	-----	SEXO
DOENÇA	-----	DOENÇA
GUERRA	GUERRA	GUERRA
POSSE	POSSE	POSSE
ANIMALIDADE	ANIMALIDADE	ANIMALIDADE
-----	SOBRENATURAL	-----
ESPACIALIDADE	ESPACIALIDADE	ESPACIALIDADE
FLORA	-----	-----
SUJEIRA	SUJEIRA	-----
-----	EVENTO	EVENTO
-----	RELIGIÃO	-----

Essas realizações conceptuais observadas parecem estar vinculadas a aspectos contextuais específicos, conforme já destacamos. O fato de alguns domínios e *frames* serem pontuais em determinados séculos não implica o desuso, mas, talvez, em uma menor realização. Por exemplo, os domínios SUJEIRA e FLORA e os *frames* acionados, encontrados no nosso corpus, respectivamente, MANCHA e FLOR, não possuem registro de ocorrência no século XXI, no caso do domínio SUJEIRA, e no século XX e XXI, no que se refere ao domínio FLORA. Isso, talvez, se deva ao fato de que, na atualidade, por questões culturais, não é tão comum encontrar a referência ao ESTUPRO como MANCHA ou como DEFLORAMENTO, como acontecia no século XIX e início do

século XX. O mesmo ocorre com os domínios que não são observados no século XIX, como EVENTO e CULTURA, por exemplo, considerando que o contexto do referido século, também por questões sociais e culturais, não possibilitava suas realizações.

Alguns domínios e *frames*, além de ocorrerem de forma pontual, especialmente no século XXI, como o domínio CULTURA, seus *frames* e especificações, por exemplo, RITO (RITO DE INICIAÇÃO, RITO COLETIVO e RITO MASCULINO DE DOMINAÇÃO) e MASCULINIDADE, parecem apontar para compreensões que emergiram em um determinado contexto imediato, ou seja, foram construídas a partir de um lugar específico de fala e para alcançar determinado objetivo. Nesse sentido, é possível que sua realização ocorra, em outros contextos, de forma esporádica ou que, até mesmo, não venham a acontecer. Em nosso corpus, todavia, a saturação dos dados apontou para o uso pontual desse domínio e de suas especificidades, não tendo sido encontrado registro desse uso em outros períodos.

Podemos, ainda, nessa mesma perspectiva, considerar outras conceptualizações que foram encontradas, pontualmente, em outros séculos. No século XIX, por exemplo, temos a compreensão do estupro que aciona o *frame* CIO, em que o ato é conceptualizado como CIO FRADESCO; e, também, o *frame* LEpra, sendo o estupro compreendido como LEpra CONVENTUAL; ainda, no mesmo século, é acionado o *frame* COITO, que possibilitou a compreensão do ato como COITO SACERDOTAL. Essas conceptualizações têm em comum o fato de que são especificadas pelos adjetivos ‘fradesco’, ‘conventual’ e ‘sacertodal’, todos relacionados à religião. Isso se deve ao contexto imediato em que essas compreensões foram produzidas, ou seja, referem-se a estupros que ocorreram dentro de um convento, tendo os frades e sacerdotes como seus agentes.

Essas compreensões, portanto, podem ser consideradas não usuais no corpus e provenientes do contexto. Talvez isso explique o fato de não aparecerem em outros períodos, já que os domínios, a partir dos quais os respectivos *frames* foram acionados, aparecem e outras compreensões são produzidas a partir de diferentes *frames*, como é o caso do domínio SEXO, por exemplo.

Assim, podemos destacar, neste estudo, que as conceptualizações encontradas para o estupro, no nosso corpus, seguem um padrão de convencionalidade, estando as suas especificações diretamente relacionadas ao contexto social, cultural, histórico, político e ideológico no qual foram produzidas. Em outras palavras, verificamos que as diferentes perspetivações encontradas no decorrer do período histórico investigado estão

conceitualmente vinculadas às compreensões convencionais do estupro e que, por ação das influências dos contextos global e imediato, se especificam. Para ilustrar essas perspectivações e a relação ao período histórico vivenciado, apresentamos, a seguir, as conceptualizações verificadas e suas especificidades, dispostas em uma linha do tempo correspondente ao período investigado.

DOMÍNIO	SÉC. XIX	SÉC. XX	SÉC. XXI
JUSTIÇA	CRIME, CRIME DE DEFLORAMENTO CRIME PARTICULAR E AFIANÇÁVEL CORRUPÇÃO	CRIME CONTRA A HONRA CRIME PASSIONAL DELITO, DELITO CONTRA A HONRA DELITO DE ESTUPRO, DELITO PRINCIPAL	CRIME CONTRA A HUMANIDADE, DE HOMENS CONTRA MULHERES, CONTRA OS COSTUMES, CONTRA A PESSOA, DE TORTURA
VIOLÊNCIA	VIOLAÇÃO VIOLÊNCIA CARNAL ATENTATO	VIOLAÇÃO VIOLÊNCIA SEXUAL	VIOLAÇÃO VIOLÊNCIA DE GÊNERO
COMPORTAMENTO	ABUSO	AGRESSÃO, AGRESSÃO SEXUAL SEVÍCIA USO E ABUSO DESMANDO	CRUENTO ABUSO SEXUAL, ABUSO INTRAFAMILIAR CORTESIA
PENSAMENTO	INTENÇÃO	INTENÇÃO	EXPRESSÃO
CONHECIMENTO		CONHECIMENTO, EXPERIÊNCIA	
SENTIMENTO		INFELICIDADE	ÓDIO, DELEITE
MORALIDADE	OFENSA, DESRESPEITO DESONRA	OFENSA, ULTRAJE, MAL DESONRA	
POSSE	POSSE	POSSE SEXUAL	POSSE
FLORA	PERDA DA FLOR		
GUERRA	ATAQUE, CHACINA	ATAQUE	ESTRATÉGIA, ARMA
ANIMALIDADE	ANIMALIDADE, CIO	IRRACIONALIDADE, INSTINTO	CURRA
DOENÇA	LEPRA		CURA
EVENTO		CONGRESSO, CASO, FATO	FENÔMENO
ESPACUALIDADE	PARA BAIXO, TRAJE TORIA, FREQUÊNCIA	PARA BAIXO, TRAJETÓRIA	DEMARCAÇÃO, INVASÃO
ENTRETENIMENTO		PASSATEMPO, TEATRO	JOGO, TEATRO
SEXO	COITO		SODOMIA
RELIGIÃO		PECADO	
HUMANIDADE			DESUMANIDADE
SIGILO			SEGREDO
SUJEIRA	NÓDOA	MÁCULA, MANCHA	
CULTURA			CULTURA MASCULINA, SOCIABILIDADE MASCULINA, RITO DE INICIAÇÃO, COLETIVO
SOBRENATURAL		MONSTRUOSIDADE	

No contínuo apresentado, ilustramos as conceptualizações encontradas no corpus e suas especificidades, a partir dos respectivos domínios. Podemos observar, diante do exposto, que alguns domínios apresentam um maior número de especificidades, em relação aos demais, como JUSTIÇA, VIOLÊNCIA, POSSE e COMPORTAMENTO. Acreditamos que isso se deve ao fato de esses domínios e as conceptualizações verificadas neles corresponderem a compreensões mais usuais do estupro e que, por isso, no decorrer do tempo, de acordo ao uso e ao contexto, tenderam a ser acrescidas de maior conteúdo semântico, o que as tornaram mais específicas, como CRIME CONTRA A HONRA, DELITO CONTRA A HONRA, AGRESSÃO SEXUAL, POSSE SEXUAL e VIOLÊNCIA SEXUAL, por exemplo. Podemos observar que esse processo de especificação vem sendo desenvolvido no decorrer do tempo, conforme ilustrado no contínuo, estando, possivelmente, atrelado a fatores contextuais, conforme já pontuado e tratado anteriormente.

Outros domínios apresentam compreensões que variam no devir do tempo, mas essas variações não se especificam no nosso corpus, como nos domínios ANIMALIDADE, MORALIDADE, ESPACIALIDADE e GUERRA, por exemplo, que apresentam os *frames* CIO, IRRACIONALIDADE, INSTINTO e CURRA, no domínio ANIMALIDADE; OFENSA, DESRESPEITO, ULTRAJE, MAL e DESONRA, no domínio MORALIDADE; PARA BAIXO, TRAJETÓRIA, DEMARCAÇÃO, INVASÃO e FREQUÊNCIA, no domínio ESPACIALIDADE; e, ATAQUE, CHACINA, ESTRATÉGIA e ARMA, no domínio GUERRA. Da mesma forma ocorre nos domínios PENSAMENTO, CONHECIMENTO, SENTIMENTO, DOENÇA, EVENTO, ENTRETENIMENTO, SEXO, SUJEIRA e CULTURA.

Podemos observar nesses domínios que o estupro foi compreendido de formas diversas, que correspondem a diferentes *frames* que constituem os referidos domínios. São variações dentro de um mesmo domínio que acionam *frames* distintos. Por outro lado, as especificações, anteriormente abordadas, correspondem a variações de um mesmo *frame*, dentro de um mesmo domínio. Conforme já assinalado, essas especificações parecem ocorrer nos domínios e *frames* mais convencionais ao estupro, ou seja, costumeiramente acionados ao pensarmos no ato. As compreensões produzidas vão se especificando, dentro de um mesmo *frame*, ou variando, dentro de um mesmo domínio ou de um mesmo *frame*, de acordo com o contexto temporal, histórico, ideológico, cultural, político, espacial e social de sua realização.

Verificamos, ainda, a presença de alguns domínios, apenas, em determinados períodos, como: FLORA, RELIGIÃO, SIGILO e SOBRENATURAL. Esses domínios apresentaram compreensões pontuais do estupro, observadas em períodos específicos do tempo, a saber: ESTUPRO É PERDA DA FLOR, no século XIX; CONHECIMENTO POR ESTUPRO, ESTUPRO É PECADO e ESTUPRO É MONSTRUOSIDADE, no século XX; e, ESTUPRO É SEGREDO e ESTUPRO É CULTURA, no século XXI. Como já tratado, entendemos que essas formas de compreender o estupro estão relacionadas: ao contexto histórico de produção, no caso de ESTUPRO É PERDA DA FLOR; e ao contexto imediato, CONHECIMENTO POR ESTUPRO, ESTUPRO É PECADO, ESTUPRO É SEGREDO, ESTUPRO É CULTURA e ESTUPRO É MONSTRUOSIDADE. Não podemos deixar de mencionar, entretanto, que o processo de construção dos significados e, por conseguinte, da forma de compreender é o resultado da confluência de fatores sócio-contextuais, históricos, ideológicos, políticos, espaciais, temporais e culturais, sendo que em determinadas conceptualizações metonímicas e metafóricas citadas, alguns aspectos ficam mais evidentes.

Diante do exposto, entendemos que a especificação observada no nosso corpus é um processo ascendente, ou seja, mais informações semânticas foram sendo agregadas no decorrer do tempo, de forma crescente, conforme apresentado no contínuo. As variações são mais realizadas nos séculos XX e XXI, em relação ao século XIX, estando isso, talvez, relacionado aos gêneros textuais verificados no referido século, como já apresentado.

No quadro 114, ilustramos a síntese dos domínios e *frames* em relação ao gênero textual, século e conceptualizador.

DOMÍNIOS, FRAMES E ESPECIFICAÇÕES	DOMÍNIO DISCURSIVO JURÍDICO						NOTÍCIA			REPORTAGEM			ARTIGO			ENTREVISTA			CARTA			COMENTÁRIO			DEPOIMENTO				
	XIX	XX	XXI	XIX	XX	XXI	XIX	XX	XXI	XIX	XX	XXI	XIX	XX	XXI	XIX	XX	XXI	XIX	XX	XXI	XIX	XX	XXI	XIX	XX	XXI		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
PASSATEMPO																													
JOGO											X																		
TEATRO					O	O	X	X																					
SEXO									X			X	X																
COITO									X																				
SODOMIA											X																		
DOENÇA									X																				
CURA																													
GUERRA				O	O	X			X	X	X																		
ESTRATÉGIA																													
ARMA																													
ATAQUE				O	O	X																							
CHACINA									X																				
POSSE	X	X		O	O	O	O				O	O		X			X											X	
OBJETO POSSUÍDO	X	X			O	O					O	O				X												X	
USO					X												X												
ANIMALIDADE	X	X			O	O			X					X						O	O								
BESTIALIDADE		X			O	O								X															
IRRACIONALIDADE	X																												
INSTINTO					O	O																							
CIO									X																				
CURRA																					O	O							
SOBRENATURAL		X			X	O																							
MONSTRO		X			X	O																							
ESPACIALIDADE	X	X			O	O								X			X				X								
ORIENTAÇÃO		X												X															
TRAJETÓRIA	X				O	O																							
LUGAR	X															X				X									
FLORA	X																				O	O							
FLOR	X																				O	O							
SUJEIRA		X														X													
MANCHA		X													X														
EVENTO		X			O	O					X	X					X												
CASO		X			O	O					X	X																	
FATO		X			O	O																							
CONGRESSO											O	O																	
FENÔMENO																X													
RELIGIÃO																												X	
PECADO																												X	

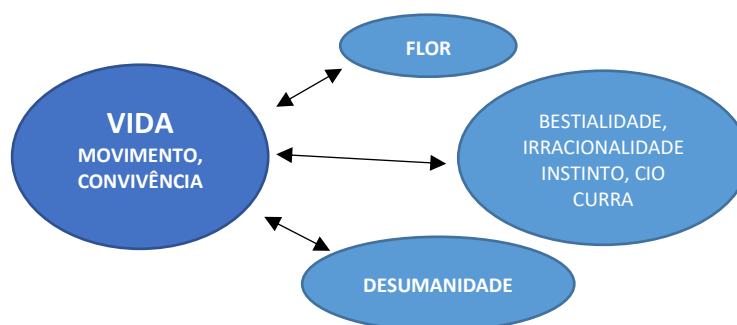
Fonte: elaboração noss

Após a apresentação do quadro 114 e a partir do anteriormente exposto, concluímos que as particularidades envoltas na conceptualização do estupro, no que diz respeito aos domínios, *frames*, gênero textual, escrevente/conceptualizador e século, corroboram com o nosso entendimento de que há um padrão de organização conceitual que se mantêm do decorrer do tempo, estando as variações, desse padrão de organização, atreladas ao contexto, pois é a partir dele que as perspetivações observadas são motivadas e produzidas.

Tais perspetivações, identificadas no nosso corpus, integram o *frame* ESTUPRO e, ao mesmo tempo, acionam outros *frames*, identificados nos domínios da experiência observados, e que ativaram as compreensões do ato discutidas nesta Tese. Considerando a perspetiva de que esses *frames* estão interconectados, apresentamos, na sequência, como entendemos essas conexões na geração do *frame* ESTUPRO.

Observamos que o domínio geral VIDA evoca o *frame* VIDA, a partir do qual foram acionados os *frames* MOVIMENTO e CONVIVÊNCIA, ilustrados, na figura 7, em azul escuro, sendo ativados, nos textos, através dos itens léxicos ‘vinham’ e ‘convivem’. Tal domínio é o mais geral e agrega os demais domínios e *frames* que, de forma direta ou indireta, estão a ele recionados, conforme amplamente tratado. Assim, o *frame* FLOR do domínio FLORA; os *frames* BESTIALIDADE, IRRACIONALIDADE, INSTINTO, CIO e CURRA do domínio ANIMALIDADE; e, o *frame* DESUMANIDADE, do domínio HUMANIDADE, que estão apresentados em azul mais claro, na figura 7, para ilustrar que estão diretamente ligados ao domínio VIDA, considerando que dizem respeito a seres vivos ou ações a eles relacionadas, foram acionados, no corpus, pelos itens lexicais ‘defloramento’, ‘bestial’, ‘instinto’, ‘cio’, ‘curra’ e ‘tratamento inumano’, respectivamente. A figura 7 ilustra essa relação entre os *frames* apresentados:

Figura 7 – Relação entre o *frame* VIDA e os *frames* dos domínios FLORA, ANIMALIDADE e HUMANIDADE



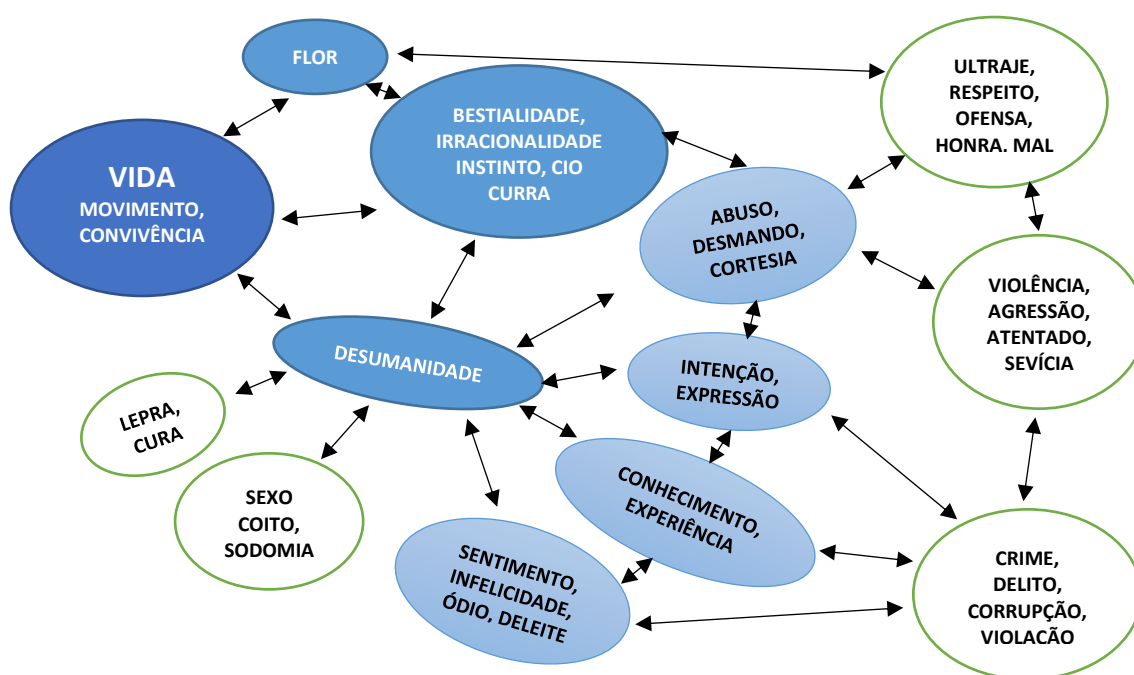
Fonte: Elaboração nossa.

Os *frames* dos domínios FLORA, ANIMALIDADE e HUMANIDADE, por sua vez, estão relacionados a outros domínios e *frames* que estão, também, interligados entre si. Assim, o *frame* FLOR foi ativado no domínio FLORA, que apresenta a compreensão do estupro como defloramento, isto é, a perda da flor, que diz respeito à virgindade, metaforicamente entendida como flor. O defloramento, em várias ocorrências encontradas no corpus, é entendido como estupro, tendo menores como vítimas. Esse fato, além de outros aspectos relacionados à ação instintiva, aciona o *frame* INSTINTO, no domínio ANIMALIDADE que, na perspectiva do comportamento, está relacionado ao domínio HUMANIDADE, sendo, nesse sentido, ativado o *frame* DESUMANIDADE. Considerando que o estupro diz respeito a atitudes humanas, são acionados, também, os *frames* ABUSO, DESMANDO e CORTESIA, no domínio COMPORTAMENTO; os *frames* INTENÇÃO e EXPRESSÃO, no domínio PENSAMENTO; os *frames* CONHECIMENTO e EXPERIÊNCIA, no domínio CONHECIMENTO; e os *frames* SENTIMENTO, INFELICIDADE, ÓDIO e DELEITE, no domínio SENTIMENTO, ilustrados na figura 8 em azul claro, para indicar a relação direta com o domínio HUMANIDADE e seus *frames*. Esses *frames* foram acionados pelos itens lexicais ‘abuso’, ‘desmando’, ‘cortesia’, ‘intuito’, ‘intento’, ‘expressão’, ‘conhecimento’, ‘experiência’, ‘sentimento’, ‘infelicidade’, ‘ódio’ e ‘deleite’, respectivamente, e estão relacionados entre si.

Os *frames* ABUSO, DESMANDO e CORTESIA, ativados no domínio COMPORTAMENTO, e o *frame* FLOR, no domínio FLORA, estão vinculados aos *frames* ULTRAJE, RESPEITO, OFENSA, HONRA e MAL, no domínio MORALIDADE, ativado pelos itens lexicais ‘ultraje’, ‘desrespeito’, ‘ofensa’, ‘desonra’ e ‘mal’, tendo em vista que o estupro está significativamente relacionado ao aspecto moral, como a desonra decorrente do defloramento. Está, ainda, ligado aos *frames* VIOLÊNCIA, AGRESSÃO, ATENTADO e SEVÍCIA, no domínio VIOLÊNCIA, por corresponder à violência sexual, que foi indexada a partir dos itens léxicos ‘violência’, ‘agressão’, ‘atentado’ e ‘sevícia’. Esses, por sua vez, se vinculam aos *frames* CRIME, DELITO, CORRUPÇÃO e VIOLAÇÃO, no domínio JUSTIÇA, já que o ato é considerado crime, sendo acionado por ‘crime’, ‘delito’, ‘corrupção’ e ‘violação’. Os *frames* do domínio JUSTIÇA estão, também, ligados aos *frames* dos domínios PENSAMENTO, CONHECIMENTO e SENTIMENTO, considerando que o ESTUPRO é um crime e para ser realizado envolve intenção, conhecimento e emoção.

Há, ainda, os *frames* LEPRA e CURA, no domínio DOENÇA, que estão vinculados aos *frames* dos domínios FLORA, ANIMALIDADE e HUMANIDADE, tendo em vista que são estados físicos que acometem homens, animais e plantas, sendo ativados pelos itens léxicos ‘lepra’ e ‘cura’. Os *frames* SEXO, COITO e SODOMIA estão ligados ao *frame* HUMANIDADE, por corresponderem a aspectos sexuais humanos, acionados por ‘ato sexual’, ‘coito’ e ‘sodomia’, além de serem intrínsecos ao estupro, no caso do ato sexual e do coito. A figura 8, ilustra a inter-relação entre esses frames.

Figura 8 – *Frames* inter-relacionados aos *frames* dos domínios FLORA, ANIMALIDADE e HUMANIDADE.



Fonte: Elaboração nossa.

Serão expostas, a seguir, as inter-relações entre todos os *frames* encontrados no corpus, a partir das conexões já discutidas. Dessa forma, os *frames* SEXO, COITO e SODOMIA, já apresentados, se vinculam ao domínio POSSE, pois o estupro é concebido, no nosso corpus, como o ato de ter e possuir o corpo, assim entendido a partir das metáforas e metonímias antes descritas, sendo os itens lexicais ‘seu’, ‘sua’, ‘corpo possuído’ etc., a materialização desses mecanismos de conceptualização, considerando que entendemos se tratar de uma relação retroalimentar, ou seja, a partir de um se chega ao outro e vice-versa. Além disso, a ideia de posse se estende, também, para os *frames* ORIENTAÇÃO, LUGAR e TRAJETÓRIA, do domínio ESPACIALIDADE, quando o

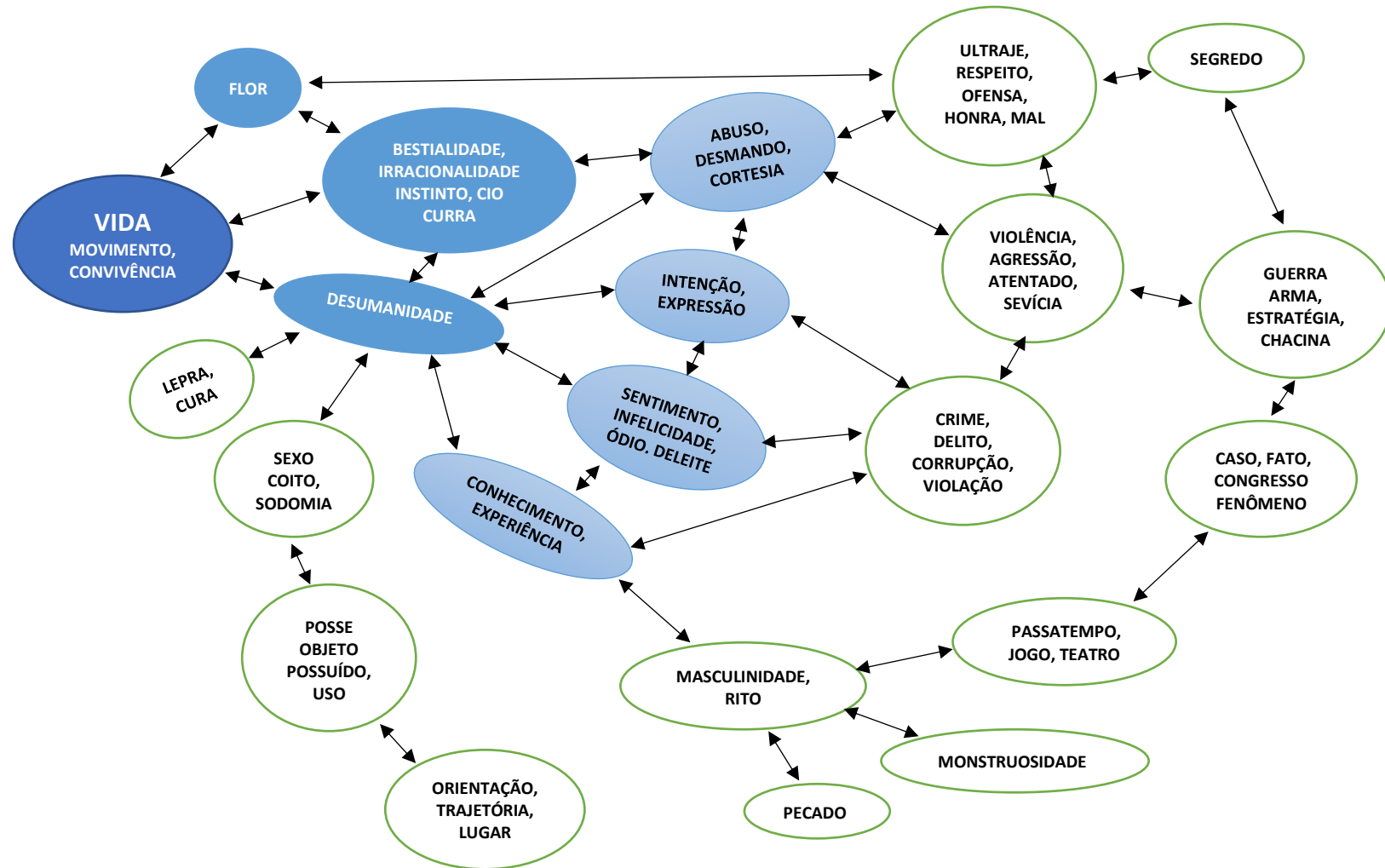
estupro é compreendido como uma propriedade invadida, ativados por ‘fim’, ‘extremo’ e ‘invadir’.

Já o *frame* CONHECIMENTO está relacionado aos *frames* MASCULINIDADE e RITO, do domínio CULTURA, quando o estupro é entendido em termos de aspectos culturais. Tais aspectos são aprendidos e estão ligados aos costumes, tradições, sendo os referidos *frames*, acionados pelo item léxico ‘rito’ e pelas expressões ‘cultura masculina’ e ‘sociabilidade masculina’. Nessa perspectiva, temos, ainda, os *frames* PECADO, no domínio RELIGIÃO; MONSTRUOSIDADE, no domínio SOBRENATURAL; e os *frames* PASSATEMPO, JOGO e TEATRO, no domínio ENTRETENIMENTO, que estão vinculados, também, aos *frames* do domínio CULTURA, sendo ativados por ‘pecado’, ‘monstro’, ‘passatempo’ e ‘jogo’, respectivamente.

Os *frames* do domínio ENTRETENIMENTO, por sua vez, se relacionam com os *frames* CASO, FATO CONGRESSO e FENÔMENO, do domínio EVENTO, sendo acionados por ‘caso’, ‘fato’, ‘congresso carnal’ e ‘fenômeno’, considerando que o estupro foi compreendido como um acontecimento e o ENTRETENIMENTO, também, pode ser um acontecimento, assim como a guerra. Nesse sentido, os *frames* do domínio EVENTO estão vinculados aos *frames* ARMA, ESTRATÉGIA, CHACINA, do domínio GUERRA, que são ativados pelos itens léxicos ‘arma’, ‘estratégia’ e ‘chacina’, quando o ESTUPRO é concebido como artefato ou ação bélica. Estes, por sua vez, estão relacionados ao *frame* VIOLÊNCIA, por compreender, também, ações violentas e, em alguns momentos, sigilosas. Assim, há a ligação entre os *frames* do domínio GUERRA e o SEGREDO, no domínio SIGILO, ativado pelo item léxico ‘segredo’, quando o estupro é, assim, compreendido.

Por fim, o *frame* SEGREDO está conectado aos *frames* ULTRAJE, OFENSA, RESPEITO e HONRA do domínio MORALIDADE, por o estupro envolver aspectos morais, de honra e por isso ser objeto de segredo.

Na figura 9, são apresentadas as inter-relações entre todos os *frames* constituintes do nosso corpus.

Figura 9 – Inter-relação entre *frames*.

A partir da leitura dos textos jornalísticos constituintes do nosso corpus, ilustramos, na figura 9, a provável ligação entre os *frames* acionados, que formaram uma rede de interconexões. A construção de sentido, que deu origem a tais conexões, ocorreu a partir das nossas inferências, tendo como base nossas experiências e conhecimento enciclopédico, além do fato de entendermos a linguagem como integrada ao ser humano e ao mundo ao seu redor, conectada ao seu corpo e suas vivências, ou seja, que a linguagem é corporificada. As ligações que descrevemos, entretanto, não são categóricas, considerando que, a partir de outra perspectiva ou contemplando outros gêneros, além dos já contemplados, outras conexões poderão ser observadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado e apresentado nesta Tese possibilitou que observássemos e refletíssemos sobre o processo de conceptualização/categorização do estupro em textos jornalísticos produzidos no Brasil entre os séculos XIX e XXI. Para tanto, partimos do entendimento da conceptualização/categorização como um processo cognitivo de base corpórea, que é, também, político, ideológico, social, cultural e historicamente influenciado.

Os objetivos apresentados na Introdução desta Tese embasaram o estudo das ocorrências encontradas no corpus e, após seu término, realizamos algumas constatações acerca do fenômeno estudado. Retomamos aqui tais objetivos para discorrer sobre o que foi observado.

No que diz respeito à proposta de investigar e analisar as expressões metafóricas e metonímicas e explicar a estruturação conceitual, por meio dos esquemas-I e a organização por *frames*, iniciamos com a observação e identificação das categorias conceituais presentes nas ocorrências. Verificamos que, dentre as categorias do estupro observadas no corpus, algumas são prototípicas, como: CRIME DE ESTUPRO, VIOLÊNCIA SEXUAL, ABUSO SEXUAL e DELITO; enquanto outras são periféricas, como: RITO COLETIVO, MANCHA e SESSÃO DE HORRORES. O nível de adesão ou proximidade dessas categorias, nos termos de Rosch (2011), em relação ao estupro, é determinado pelo contexto.

Percebemos, também, que os *frames* utilizados na conceptualização do estupro estão interconectados e integram o domínio ESTUPRO. Nesse sentido, esses *frames* coexistem em uma relação de proximidade conceitual e formam uma rede de conceitos inter-relacionados. Dessa forma, entendemos que esse domínio é constituído por elementos diferenciados, conceitualmente distintos, porém detentores de similaridades que os conectam, contribuindo conceitualmente para a construção do conceito de estupro.

Verificamos, ainda, que a conceptualização do estupro é realizada por meio de diversos mapeamentos metafóricos e metonímicos, estruturados por esquemas-I, a partir de variados domínios-fonte, constituídos de diferentes *frames* que, como já dissemos, estão interconectados e integram o domínio ESTUPRO. Dentre os mapeamentos identificados, os metonímicos foram os mais produtivos, sendo observada a recorrente ocorrência de metonímias, como CRIME POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE.

Quanto ao objetivo de verificar manutenções, variações e mudanças no modo de conceptualizar o estupro no devir do recorte temporal estudado, observamos, no corpus investigado, que parece não haver sinais de mudança conceptual, mas mudança na perspectivação dos conceitos, tendo em vista que os conceitos metafóricos e metonímicos são preservados diacronicamente, mas apresentam especificações diferenciadas sincronicamente, ou seja, no corpus, a conceptualização do estupro não mudou no decorrer do tempo, mas apresentou algumas mudanças de focalização na materialização linguística. Em outras palavras, o padrão conceitual é mantido no período investigado, embora apresente mudança na perspectivação em períodos determinados, como, por exemplo, as suas especificações. Assim, encontramos a metonímia VIOLÊNCIA POR ESTUPRO, nos três séculos, porém a metonímia VIOLÊNCIA DE GÊNERO POR ESTUPRO só é encontrada no século XXI.

Almeida (2020c) discorre sobre isso, ao tratar sobre o padrão de organização semântico das cartas de amor. A autora pontua que o padrão não muda, mas a sua materialização varia, ou seja, a expressão linguística se modifica. Foi o que verificamos no nosso corpus, o padrão não mudou, mas as perspectivações do conceito, ou seja, as suas especificações mudaram. Almeida (2020c) continua dizendo que, caso o padrão mude, o conceito, também, mudará. Ao aplicarmos isso ao conceito de ESTUPRO, entendemos que se o padrão mudar não será possível falar do ESTUPRO como CRIME ou VIOLÊNCIA, pois ainda que se fale dessas categorias, serão outros tipos de crime e violência.

Assim, constatamos que o conceito se mantém e coexiste com as suas especificações em determinados períodos, quando entendemos haver variação. Essas especificações ocorrem a partir de perspectivações diferenciadas que criam outras categorias de uma perspectivação já existente. São conceitos que estão relacionados e que, ao se especializarem ou assumirem determinada focalização, promovem a mudança de perspectiva que coexiste com o conceito que a originou. Assim, temos, por exemplo, a conceptualização do estupro como abuso que, no nosso corpus, foi, também, encontrada, como abuso sexual, no século XX e XXI, e abuso intrafamiliar, no século XXI, ilustrando uma mudança de focalização, ambas coexistindo com o conceito de abuso. Isso nos mostra que a variação existe lexicalmente, na materialização linguística, ou seja, o conceito permanece o mesmo, mas a forma de expressá-lo se modifica de acordo com a perspectivação assumida.

Dessa forma, entendemos que esses usos se constituem em perspectivas metonímicas de um determinado conceito convencional, considerando que tal conceito não sofreu mudança. Nesse sentido, verificamos que, mesmo quando os mapeamentos são pouco convencionais, como na metáfora ESTUPRO É USO e na metonímia CURRA POR ESTUPRO, por exemplo, há modelos convencionais mais básicos que possibilitam a compreensão dessa metáfora e dessa metonímia. No primeiro caso, a metáfora CORPO HUMANO É OBJETO auxilia a compreensão do estupro como o ato de usar o corpo da vítima para benefício próprio e, no segundo, a metáfora ESTUPRO É ANIMALIDADE, que colabora para a percepção da relação entre o estupro e atos irracionais que o autorizam.

Assim, consideramos que, mesmo as instanciações metafóricas ou metonímicas mais criativas, ou seja, menos usuais no corpus, são atualizadas em domínios convencionais, ou seja, modelos mais básicos atuam, paralelamente a conceptualizações criativas, para a compreensão do estupro. Além disso, constatamos que essa criatividade é contextualmente motivada e isso evidencia a importância do contexto, amplamente considerado, para a construção e compreensão das conceptualizações produzidas. É por isso que o tipo de estudo defendido nesta Tese, que traça considerações tanto conceptuais quanto contextuais, torna-se relevante para a percepção da atuação dos mecanismos cognitivos e da relação desses com o contexto, contemplando, dessa forma, o objetivo de analisar os fatos sócio-históricos, políticos, ideológicos e culturais imbricados nas conceptualizações/categorizações encontradas.

Nesse sentido, outro aspecto relevante, que também foi observado, diz respeito à ligação entre os mapeamentos produzidos e ideologia. No nosso estudo, percebemos que as realizações metafóricas e metonímicas são perfiladas por questões ideológicas, o que ficou evidenciado em nosso corpus, como é o caso, por exemplo, da metáfora ESTUPRO É CORTESIA e a metonímia POSSE POR ESTUPRO. Essas construções conceptuais estão vinculadas a modelos convencionalizados das relações de gênero, como a subserviência da mulher em relação ao homem, e, por isso, evocam *frames* machistas e patriarcais que parecem tender a legitimar a violência contra a mulher. Assim, a partir das ocorrências observadas em nosso corpus, supomos que a constante produção dessas instanciações possibilita a manutenção desses modelos cognitivos ideologicamente marcados, tendo em vista que esse tipo de compreensão foi observado em todo o período investigado.

Dessa forma, concluímos que as conceptualizações encontradas para o estupro seguem um padrão de convencionalidade, estando as suas variações, diretamente, relacionadas ao contexto social, cultural, histórico, político e ideológico no qual foram produzidas, como já assinalado.

No que concerne ao objetivo proposto de analisar se a diferença do gênero textual e do conceptualizador interfere na variação conceptual do estupro, observamos que, quanto ao gênero textual, há mais variações em determinados gêneros, como reportagem, artigo e entrevista. Entendemos que isso ocorreu em virtude de esses gêneros possibilitarem o uso de uma linguagem mais livre e, também, por serem opinativos. Essas variações foram mais significativas, a partir da segunda década do século XX até a atualidade. Os gêneros textuais do domínio discursivo jurídico apresentaram pouca variação e só foram encontrados no século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Conforme discorrido na subseção 3.3.1, atribuímos isso à convencionalização necessária e exigida nesses textos e que, de uma certa forma, acabam tolhendo o uso linguístico criativo.

Quanto aos conceptualizadores, no que diz respeito ao sexo, não observamos alterações significativas na forma de conceptualizar o estupro. Verificamos, todavia, mais conceptualizadores homens, considerando que a mulher só iniciou a atividade jornalística, ao menos no nosso corpus, em meados do século XX. Além disso, grande parte dos textos eram anônimos antes desse período.

A partir da segunda metade do século XX e no século XXI, a presença da mulher autora é mais percebida. Os textos assinados por elas apresentam compreensões mais inovadoras do estupro, assim como variações das formas convencionais. Dessa forma, encontramos o estupro compreendido como RITO COLETIVO, FENÔMENO ESTRUTURAL, CRIME DE HOMENS CONTRA MULHERES, entre outras conceptualizações. Essas compreensões apontam para diferentes perspectivas que são contextualmente motivadas, o que nos leva a reafirmar a relevância do contexto local, global ou imediato, na forma de processar um conceito.

O levantamento das expressões metafóricas e metonímicas encontradas no corpus viabilizou o alcance do objetivo estabelecido para o estudo de apresentar as metáforas e metonímias conceptuais, os esquemas imagéticos presentes na sua estruturação e os frames relacionados ao estupro. Esse procedimento revelou que não há um único domínio-fonte para conceptualizar o estupro, mas vários deles. As características dos conceitos utilizados como domínio-fonte para conceptualizar o domínio-alvo ESTUPRO,

verificados nas ocorrências estudadas, permitem inferir uma aproximação entre eles, por não ter ocorrido uma ruptura de sentido no sistema conceptual do estupro, mas uma interconexão de conceitos. Isso pode ser observado pela incidência de conceptualizações metonímicas, que estruturam a compreensão entre conceitos contíguos, como: VIOLÊNCIA CARNAL POR ESTUPRO, CRIME POR ESTUPRO ou ABUSO POR ESTUPRO.

As metonímias verificadas nos permitiram observar como aspectos do domínio ESTUPRO eram destacados dentro do próprio domínio. Observamos, ainda, que o uso da metonímia para conceptualizar o estupro parece ser inerente ao processo de conceptualização humana, considerando a variedade de conceitos relacionados que estão vinculados ao referido ato. No nosso corpus, as metonímias mais recorrentes foram TODO PELA PARTE, PARTE PELO TODO e CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA, considerando que o estupro é parte de um todo CRIME, DELITO, ATENTADO, VIOLÊNCIA e traz consequências, como ÓDIO, VIOLAÇÃO, CORRUPÇÃO, PERDA, OFENSA, ULTRAJE, DESRESPEITO.

Dentre as conceptualizações metafóricas, apesar de o mapeamento ocorrer entre domínios distintos, a aproximação entre eles, também, pôde ser verificada, já que compreendem determinados aspectos que estão, de alguma forma, relacionados ao estupro, como nas metáforas ESTUPRO É PERDA DA FLOR, no que diz respeito ao defloramento; ESTUPRO É ANIMALIDADE, por fazer referência a brutalidade do ato; ou ESTUPRO É MANCHA, tendo em vista as consequências negativas. Assim, diferentes domínios-fonte instanciaram mapeamentos metafóricos, tais como os verificados nos *frames* COITO, CIO, LEPRA, CURA, SEGREDO, PASSATEMPO, JOGO, GUERRA, ATAQUE, CHACINA, USO, RITO, CORTESIA, dentre outros.

Outro aspecto enfocado, foi a estruturação, a partir das experiências sensório-motoras, dos conceitos metafóricos e metonímicos, isto é, a estruturação pelos esquemas-I. Nas conceptualizações estudadas, observamos que os esquemas-I, sempre, estão inter-relacionados a outros, isso mostra que a combinação de esquemas é baseada nas nossas experiências vivenciadas no mundo ao nosso redor.

Verificamos que os esquemas-I mais recorrentes, responsáveis pela estruturação de grande parte das metáforas e metonímias, foram PARTE/TODO, TODO/PARTE, FORÇA, CONTATO, COMPULSÃO, LIGAÇÃO e ORIGEM/PERCURSO/META, tendo em vista que são estruturas pré-conceptuais comuns aos conceitos relacionados ao estupro.

Observamos, também, que diversas conceptualizações são estruturadas pelo mesmo esquema-I e, ao mesmo tempo, vários esquemas-I estruturam uma conceptualização, como a compreensão da VIOLÊNCIA COMO ESTUPRO, que é ancorada por diversos esquemas-I: TODO/PARTE, CICLO, COMPULSÃO, FORÇA, CONTATO, LIGAÇÃO e PERTO/LONGE, por exemplo. Nas conceptualizações apresentadas, verificamos ainda, que os esquemas-I acionados, estavam, normalmente, vinculados a outros, simultaneamente ativos. Encontramos funcionando, paralelamente, na estruturação de uma mesma metáfora ou metonímia, por exemplo, os esquemas-I FORÇA, CONTATO, COMPULSÃO e PERTO-LONGE. Isso corrobora com a ideia da dependência entre os esquemas, já defendida por alguns autores (LAKOFF, 1987; PEÑA CERVEL, 2012), mostrando que a combinação entre eles é baseada nas experiências vivenciadas no mundo ao nosso redor.

Diante do exposto e considerando os objetivos estabelecidos neste trabalho, assim como as questões que o direcionaram, concluímos que metáforas e metonímias são os mecanismos cognitivos envolvidos na conceptualização/categorização do estupro no corpus estudado e que a sua rede conceptual está organizada por *frames* e domínios, conforme apresentado. Além disso, verificamos, também, que fatores contextuais existentes no período investigado, compreendido por fatos sócio-históricos, políticos, ideológicos e culturais próprios de cada época, influenciam a forma de conceptualizar o referido ato. Assim, a conceptualização do estupro se dá ora amenizando a violência multidimensional do ato, ora o perdoando por meio de justificativas absurdas e isso integra os *frames* com que são construídas as visões de mundo. E mais, esses enquadramentos conceptuais sempre adotam uma perspectiva masculina, independente da época e do espaço.

Assim, com a finalização da pesquisa e com seus resultados apresentados nesta Tese, acreditamos que possamos colaborar para o desenvolvimento dos estudos da SCSH considerando a insuficiência de investigações desenvolvidas na área. Inclusive, a Tese oferece uma contribuição à SCSH, quando discute como os gêneros textuais interferem na constituição do significado no tempo, o que sobre pouco se reflete no âmbito dos estudos semânticos. Além disso, acreditamos que a relevância desse trabalho não está, apenas, no que apresentamos sobre a conceptualização/categorização do estupro, mas, também, pelo que deixamos como lacuna, criando, assim, possibilidades de investigação, que tendem a ser proveitosas, especialmente, para a SCSH que vem se constituindo como

um campo interdisciplinar dos estudos semânticos, estabelecendo pontes entre a LC, LH e os estudos dos gêneros textuais.

Vale destacar, nesse sentido, que os resultados obtidos não são concludentes nem eliminam outras perspectivas de estudo, ao contrário, mostram alternativas para a realização de outras pesquisas, tendo em vista que um corpus constituído a partir de outras fontes poderá possibilitar distintas descobertas e interpretações diferenciadas, assim como conduz à realização de outros desdobramentos, como a discussão de outros gêneros textuais.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. CAULFIELD, S. *Cinquenta anos de virgindade no Rio de Janeiro: as políticas de sexualidade no discurso jurídico e popular, 1890-1940*. Caderno Espaço Feminino, 1995. p. 15- 52.

ALGRANTI, L. M. *Honradas e devotas: mulheres da Colônia*. São Paulo: José Olympio, 1993.

ALMEIDA, A. A. D. *Considerações sobre metonímia e variação semântica à luz da semântica cognitiva*. (no prelo).

ALMEIDA, A. A. D. Estamos sempre em guerra? Estudo cognitivo sócio-histórico de uma metáfora da gripe espanhola e da COVID-19. In: *Estudos Linguísticos E Literários*, (69), 2021, p. 366–395.

ALMEIDA, A. A. D. A semântica sócio-histórico-cognitiva: antecedentes, estado da arte e propostas para o futuro. In: Neila Maria Oliveira Santana e A. Ariadne Domingues Almeida (Org.). *Semântica cognitiva sócio - histórica: estudos sobre o significado*. Salvador: EDUNEB, 2020a, p. 23-62.

ALMEIDA, A. A. D. Como posso te achar no Facebook? Você me acha como... Questões sobre metonímia, modernidade líquida e emoção na antroponímia. In: *Linguística*. Vol. 36-1, junho, 2020b, p. 81-101. Disponível em: <https://www.mundoalfal.org/ojs/index.php/Revista/article/view/45/40>. Acesso em: 14 abr. 2020.

ALMEIDA, A. A. D. A tessitura do conhecimento: o corpus na construção de estudos semânticos sócio-históricos-cognitivos. In: SOUZA, R. B. de; BORGES, R.; ALMEIDA, I. S. de; SOUZA, D. de. (Org.). *Filologia em diálogo: descentramentos culturais e epistemológicos*. Salvador: Memória Arte, 2020c, p. 145-166.

ALMEIDA, A. A. D. A categorização à luz da sociolinguística cognitiva: diferentes organizações de mundos possíveis. In: ATAIDE, C. A.; SOUSA, V. (Org.). *Língua, texto e ensino: descrições e aplicações*. Recife: Pipa Comunicação, 2018a. p. 269-284. Disponível em: www.gelne.com.br/arquivos/Língua-texto-e-ensino%20%20Gelne.pdf. Acesso em: 21 mar. 2019.

ALMEIDA, A. A. D. Multimodalidade, cognição e complexidade: memes em foco. In: GABRIEL, Rosângela et al. (Org.). (Per)cursos (inter)disciplinares em letras: percursos mais linguísticos. Campinas, SP: Pontes, 2018b. v. 1. p. 299-315.

ALMEIDA, A. A. D. Oh, oh, o gigante acordou! Brasil, junho de 2013: conceptualizações e metáforas das manifestações. *Acta Scientiarum*. Language and Culture, Maringá, v. 38, n. 2, p. 139-152, apr-june, 2016.

ALMEIDA, A.A.D.; SANTOS, E.S. dos. Pensares em Revista. *Ciência, opinião e fake news em tempos de coronavírus: conceptualizações em memes sob a abordagem da linguística cognitiva*. São Gonçalo-RJ, n.19, 2020, págs. 56-76.

ALMEIDA, A. A. D.; SANTOS, E. S. dos (orgs.). *Linguística cognitiva: redes de conhecimento d'aquém e d'além mar*. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 53-70.

ALMEIDA, M. L. L.; PINHEIRO, D. O. R.; LEMOS DE SOUZA, J.; NASCIMENTO, M. J. R.; BERNARDO, S. P. Breve introdução à Linguística Cognitiva. In: ALMEIDA, M. L. L. de; PINHEIRO, D. O. R.; FERREIRA, R. G.; LEMOS DE SOUZA, J.; GONÇALVES, C. A. (Orgs.). *Linguística Cognitiva em foco: morfologia e semântica*. Rio de Janeiro: Publit, 2010, v. 1, p. 15-50.

ALVAREZ, M. C.; SALLA, F. A.; SOUZA, L. A. F. A sociedade e a Lei: o Código Penal de 1890 e as novas tendências penais na primeira República. In: *Justiça e História*, v. 3, n. 6. Porto Alegre: 2007.

ALVES, J. F. *A invasão cultural norte-americana*. 2ª ed. Reform. São Paulo: Editora Moderna, 2004.

ANGHER, A. J. *Vade Mecum Acadêmico de Direito: Código Penal*. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005, p. 392-448.

ARISTÓTELES. *Da Alma* (De Anima). Tradução de Carlos Humberto Gomes. Lisboa: Edições 70, 2001.

ASSIS, F. de. *Fundamentos para a compreensão dos gêneros jornalísticos*. Alceu, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.16-33, jul/dez. 2010.

AULETE Digital. O dicionário da língua portuguesa na internet. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BACHELARD, G. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1996.

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hulcitech, 2004.

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986.

BANDEIRA, L. M. O que faz da vítima, vítima? In: OLIVEIRA, D. D. de; GERALDES, E. C.; LIMA, R. B. de (orgs.). *Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1998.

BARCELONA, A. La metonímia conceptual. In: IBARETXE-ANTUÑANO, I.; VALENZUELA, J. (Cord.). *Linguística Cognitiva*. Barcelona: Anthropos, 2012.

BARCELONA, A. *O poder da metonímia*. Cadernos de tradução – Linguística Cognitiva. Instituto de Letras, UFRGS, n. 25, p. 7-24, jul-dez. 2009[1996].

- BATORÉO, H. J. *Expressão do espaço no português europeu: contributo psicolinguístico para o estudo da linguagem e cognição*. Lisboa: Caloust Gulbeikian, 2000.
- BAUER, M. W.; AARTS, B. A. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In.: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo: experiência vivida*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BELTRÃO, L. *Teoria e prática do jornalismo*. Adamantina: FAI, São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco/Metodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 2006.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 06/02/2019.
- BOTELHO, I. *Dimensões da cultura e políticas públicas*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 2, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/cf96yZJdTvZbrz8pbDQnDqk/?lang=pt>. Acesso em: 02/04/2020.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. 11º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL. *Código Criminal de 1830*. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221763>. Acesso em 15/04/ 2019.
- BRASIL. *Código penal de 1890*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm> Acesso em: 15/04/2019.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. *Código Penal*. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.
- BRASIL. *Lei nº 9.455, de 07 de abril de 1997*. Define os crimes de tortura e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19455.htm. Acesso em: 20 mai. 2020.
- BRASIL. *Lei nº 12.015 de 7 de agosto de 2009*. Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual. Disponível em:< <http://planalto.gov.br>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

BRASIL. *Lei nº 13.964 de 24 de dezembro de 2019*. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002.

CALDER, R. *O homem e a medicina: história da arte e da ciência de curar*. São Paulo: Boa Leitura, 1970.

CANCELLI, E. *O mundo da violência: a polícia na era Vargas*. 2a ed. Brasília: Ed. da UNB, 1994.

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Tradução de Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas. 6.ed. rev. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009[1965].

CAPEZ, F; PRADO, S. *Código Penal Comentado*. São Paulo: Saraiva, 2012.

CAPRA, F. A matemática da complexidade. In: CAPRA, F. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Tradução de Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 2006 [1996], p. 99-130.

CAPRA, F.; LUISI, P. L. *A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas*. Tradução de Mayra Teruya Eicheberg e Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 2014.

CAULFIELD, S. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: UNICAMP, 2000.

CAVALCANTI, L. de S. *Geografia e educação no cenário do pensamento complexo e interdisciplinar*. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 22, n.2, jul./dez., p. 123-136, 2002. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/15389>. Acesso em: 20.04.18.

CENEVIVA, W. *Lei dos registros públicos comentada*. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2010

CERQUEIRA, D; COELHO, D. S. C. *Estupro: Uma radiografia segundo dados da saúde*. Nota Técnica. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, Brasília, 2014.

CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: as últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CHAUÍ, M. *Cultura política e política cultural*. São Paulo: Estudos Avançados 9 (23), 1995, p.71-84.

CHIAVEGATTO, V. C. *Introdução à Linguística Cognitiva*. Matruga: Rio de Janeiro, v.16, n.24, jan./jun. 2009

CINTRA, A. C. de A. *Teoria geral do processo*. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

CLAUSEWITZ, C. V. *On War*. 3 v. Tradução do original para o inglês por Michael Howard e Peter Paret. Tradução do inglês para o português por Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. 1984. Disponível em: https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/DAG_UERRA.pdf. Acesso em: 03 mai. 2019.

COSTA, A. A. *Gênero, poder e empoderamento das mulheres*. 2008. Disponível em: http://www.reprolatina.institucional.ws/site/respositorio/materiais_apoio/textos_de_apoio/Genero_poder_e_empoderamento_das_mulheres.pdf. Acesso em: 10/03/2021.

COSTA, M. C. S. *Conceptualizações do golpe/impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff em jornais dos países do Mercosul*. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

COSTA, P. R. S. M. *Estupro: Uma palavra, um silêncio, muitas cicatrizes*. Monografia. (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003.

COSTA, P. R. S. M. *Estupro: representação de vítimas e autores através da imprensa escrita na grande Aracaju*. In: ENCONTRO DA REDE FEMINISTA NORTE-NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISAS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 11, Barra dos Coqueiros. Resumos. Universidade Federal de Sergipe: 2002.

COSTA, P. R. S. M.; NASCIMENTO, J. C. do. Operadores do Direito, Vítimas e Autores: Uma Conversa Sobre o Crime de Estupro em Aracaju. In: *Encontro Anual Da Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Ciências Sociais*, 28, Caxambu. Anais... ANPOCS: CD-ROM. 2004.

COUTINHO, F. Â. *Construção de um perfil conceitual de vida*. Tese (Doutoramento em Educação). Belo Horizonte: Faculdade de Educação, UFMG, 2005.

CROFT, W.; CRUSE, A. *Cognitive Linguistics*. New York: Cambridge University Press, 2004.

CRUZ, H. de F. *São Paulo em Papel e Tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.

CUCHE, D. *O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais*. Tradução de Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CUENCA, M.; HILFERTY, J. *Introducción a la lingüística cognitiva*. Barcelona: Editorial Ariel, 1999.

CZERESNIA, D. *The concept of health and the difference between promotion and prevention*. Cadernos de Saúde Pública, 1999, p. 701-710.

DAMÁSIO, A. *O erro de Descartes: emoção, razão e cérebro humano*. Tradução de Dora Vicente e Georgina Segurado. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DELMANTO, C. *Código Penal de 1940*. São Paulo: Freitas Bastos, 1986.

DELMANTO, F. M. de A. *Código Penal comentado*. 5 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

DEL PRIORE, M. *Histórias íntimas*. 2 ed. São Paulo: Planeta, 2014.

DEL PRIORE, M. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, M. C. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003.

DEL PRIORE, M. *Mulheres no Brasil colonial: a mulher no imaginário social, mãe e mulher, honra e desordem, religiosidade e sexualidade*. São Paulo: Contexto, 2000.

DEL PRIORE, M. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/ Edunesp, 1997.

DE MACEDO, A. C. P. S. *Categorização semântica: uma retrospectiva de teorias e pesquisas*. Revista do GELNE, v. 4, n. 1, 2002, p. 1-7.

DESCARTES, R. *Coleção Os Pensadores*. São Paulo, Nova Cultural, 1996.

DE SEN, A. *A ideia de justiça*. Tradução de Denise Bottman e Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DINIZ, M. H. *Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas*. São Paulo: Saraiva, 2010.

DOLLFUS O. *O espaço geográfico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

DUBRIN, A. J. *Fundamentos do comportamento organizacional*. Tradução de James Sunderland Cook e Martha Malvezzi Leal. São Paulo: Thomson, 2003.

DUQUE, P. H. *A emergência do comportamento linguístico*. Revista Virtual de Estudos da Linguagem, 14, 27: 151-172, Porto Alegre, 2016.

DUQUE, P. H. *Discurso e cognição: uma abordagem baseada em frames*. Revista da ANPOLL, 1, 39: 25-48. Florianópolis, 2015.

ECO, H. *Da árvore ao labirinto: estudos históricos sobre o signo e a interpretação*. Tradução de Maurício Santana Dias. Rio de Janeiro: Record, 2013.

ELEUTÉRIO, M. de L. Imprensa a serviço do progresso. IN: DE LUCA, T. R.; MARTINS, A. L. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 83-102.

EMMECHE, C.; EL-HANI, C. N. Definindo vida explicando emergência. In: *Série Ciência e Memória*. n. 02/99. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.nbi.dk/~emmeche/coPubl/99.DefVida.CE.EH.html>. Acesso em: 24 abr. 2020.

ESTEVES, M. de A. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

EVANS, V.; GREEN, M. Metaphor and metonymy. In: *Cognitive Linguistics: an introduction*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2006, p. 286-327.

FALEIROS, V.P; FALEIROS, E.S. *Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes*. Coleção Educação para Todos:31. MEC/SECADI. Brasília, 2007.

FALQUETO, J.; FARIAS, J. *Saturação teórica em pesquisas qualitativas: relato de uma experiência de aplicação em estudo na área de Administração*. Atas do 5º Congresso Ibero-Americano de Pesquisa Qualitativa. Investigação Qualitativa em Ciências Sociais, v. 3, p. 560-569, 2016. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/1001/977>. Acesso em: 20 set. 2020.

FARIA FILHO, L. M.; INACIO, M. S.; CHAMON, C. S. Apresentação. In: FARIA FILHO, L. M.; INÁCIO, M. S.; CHAMON C. S. (org.) *Políticos, literatos, Professores, Intelectuais: o debate público sobre a educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Mazza edições, 2009, p. 7-19.

FAUCONNIER, G. Mental spaces. In Dirk Geeraerts & Hubert Cuyckens (eds.), *The Oxford handbook of cognitive linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 371-376.

FAUSTO, B. *Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880- 1924)*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FAUSTO, B. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FELTES, H. *Semântica Cognitiva- ilhas, pontes e teias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

FERNÁNDEZ JAÉN, J. *Semántica Histórica: introducción y contextualización*. Anuari de filologia. Estudis de Lingüística, n. 6, p. 55-61, 2016. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/AFEL/article/view/317010>. Acesso em: 23 jan. 2020.

FERNÁNDEZ JAÉN, J. *Semántica cognitiva diacrónica de los verbos de percepción física del Español*. 2012. 743f. Tese (Doutorado) – Departamento de Filología Española, Lingüística General y Teoría de la Literatura, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Alicante, 2012. Disponível em: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/26481/1/Tesis_Jorge_Fernandez_Jaen.pdf. Acesso em: 25 jan. 2020.

FERNÁNDEZ JAÉN, J. Breve historia de la semántica histórica. *Interlingüística*, n. 17, p. 345-354, 2007. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2317212.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FERRARI, M. H; SODRÉ, M. *Técnicas de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA FILHO, M. G. *Direitos humanos fundamentais*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

FILHO, C. M. *Comunicação e jornalismo: A Saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

FILLMORE, C. Frame Semantics. In: *The Linguistic Society of Korea* (Org.). *Linguistics in the morning calm*. Seoul: Hanshin, 1982.

FILLMORE, C. *Semântica de frames*, Cadernos de tradução – Linguística Cognitiva, Instituto de Letras, UFRGS, n. 25, p. 25-54, jul.-dez. 2009[1982].

FIORIN, J. L. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

FIORIN, J. L. *Em busca do sentido: estudos discursivos*. São Paulo: Contexto, 2008.

FLANDRIN, J. L. A vida sexual dos casados na sociedade antiga: da doutrina da Igreja à realidade dos comportamentos. In: ÁRIES, P.; BEJIN, A. (Orgs.), *Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FLANDRIN, J. L. Repressão e mudança na vida sexual dos jovens. In: FLANDRIN, J. L. *O sexo e o Ocidente: evoluções das atividades e dos comportamentos*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FONSECA, R. M. A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX. In NEDER, G. *História e Direito: jogos de encontros e transdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

FONTANELLA, B. J. B. et al. *Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimento para constatar saturação teórica*. Caderno de Saúde Pública, v. 2, n. 27, p. 389- 203 394, 2011. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csp/v27n2/20.pdf>. Acesso em: 04 set. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf. Acesso em: 13 abr. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-integrativo.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2021.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade*. v. 3. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, M. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de S. T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

FRAGOSO, H. C. *Lições de Direito Penal: Parte Geral*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

GABLER, N. *Vida, o filme: como o entretenimento conquistou a realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GAMA, A. D. *Código Penal Brasileiro & Decreto 847 de 11 de Outubro de 1890*. São Paulo: Acadêmica, Saraiva, 1929.

GEERAERTS, D. Methodology in cognitive linguistics. In: KRISTIENSEN, G.; ACHARD, M.; DIRVEN, R.; RUIZ DE MENDOZA, F. J. (Ed.). *Cognitive linguistics: current applications and future perspectives*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2006. p. 21-49.

GEERAERTS, D. *Diachronic prototype semantics: a contribution to historical lexicology*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

GEERAERTS, D. *Cognitive Semantics and the history of Philosophical Epistemology*. In: Geiger & Rudzka-Ostyn (eds.) 1993, pp. 53-79.

GIBBS, R. Metaphor and thought: the state of the art. In: GIBBS, R. (Org.). *The Cambridge handbook of metaphor and thought*. New York: Cambridge University Press, 2008 [1995]. p. 3-16.

GIBBS, R. Why cognitive linguistics should care more about empirical methods. In: MITTELBERG, I. *Methods in cognitive linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 2007. p. 2-18.

GIBBS, R.; COLSTON, H. L. *A realidade psicológico-cognitiva dos esquemas de imagem e suas transformações*. Cadernos de tradução – Linguística Cognitiva, Instituto de Letras, UFRGS, n. 31, p. 7-46, jul-dez. 2012.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. New York: Aldine de Gruyter, 1967.

GLEICK, J. *Caos: a criação de uma nova ciência*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

GOMES, G. Three types of conditionals and their verb forms in English and Portuguese. *Cognitive Linguistics*. Berlin: New York, v.19, n.2, p.219-240, 2008.

GÖTTNER-ABENDROTH, H. *Das Matriarchat II*. Stammesgesellschaften in Amerika, Indien, Afrika. Kohlhammer: Stuttgart, 2000.

GRADY, J. E. A typology of motivation for conceptual metaphor: correlation vs. resemblance. In: GIBBS, R.; STEEN, G. (Ed.). *Metaphor in cognitive linguistics*. Amsterdam: Benjamins, 1999. p. 79-100

GRADY, J. E. Theories are buildings revisited. In: *Cognitive Linguistics*. 8 – 4, 1997a, p. 267 – 290.

GRADY, J. E. *Foundations of meaning: primary metaphors and primary scenes*. PhD Dissertation. University of California, Berkeley, 1997b

GREINER, C. *O corpo*. Pistas para estudos indisciplinados. 2a. São Paulo: Graa Annablume, 2005.

HAFEZ E. S. E. & HAFEZ, B. *Reprodução Animal*. 7a ed. São Paulo: Manole, 2004, p. 313.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss Conciso*. Mauro de Salles Villar (Ed.). São Paulo: Moderna, 2011.

HUERTA FLORES, N. Los Posesivos. In: COMPANY COMPANY, Concepción. *Sintaxis Histórica de la Lengua Española*. Segunda parte: la frase nominal. 2009, 611-757.

IBARETXE-ANTUÑANO, I.; VALENZUELA, J. Lingüística cognitiva: origen, principios y tendencias. In: IBARETXE-ANTUÑANO, I.; VALENZUELA, J. (cords.) *Lingüística cognitiva*. Barcelona: Anthropos, 2012.

IMBUSCH, P. The concept of violence. In: HEITMEYER, W.; HAGAN, J. (Ed.). *International handbook of violence research*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2003, p. 13-40.

INGOLD, T. *Humanidade e animalidade*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: 1995, p. 39-54.

JAÉN, J. F. *A semântica histórica cognitiva*. Madrid: Arco Libros, 2014.

JESUS. D. E. de. *Direito Penal*. São Paulo: Saraiva. 1991.

JESUS. D. E. *Direito Penal*. 1º v. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1980.

JOHNSON, M. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination, and reason*. Chicago: The University Chicago Press, 1987.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>.

KABATEK, J. *Es posible una lingüística histórica basada en un corpus representativo?* Iberomania, Zurich, n. 77, p. 8-28, 2013. Disponível em: <<http://www.zora.uzh.ch/id/eprint/86198/1/ibero-2013-0045.pdf>>. Acesso em: 28 abr 2019.

KEMIAC, L *A constituição dialógica do gênero depoimento*. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/pedaleta/article/download/231628/pdf>. Revista Ao pé da Letra. v. 10.1, 2008.

KLEIBER, G. *La Semántica de los Prototipos: Categoría y sentido léxico*. Madrid: Visor, 1995.

KÖVECSES, Z. *Levels of metaphor*. Cognitive Linguistics. n. 2, v. 28, p. 321-347, 2017. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/cog-2016-0052/html>. Acesso em: 05 mar. 2020.

KÖVECSES, Z. *Where metaphors come from: reconsidering context in metaphor*. New York: Oxford University Press, 2015.

KÖVECSES, Z. *Conceptualizing emotions*. A revised cognitive linguistic perspective, Poznań Studies in Contemporary Linguistics. v. 50(1), 2014, p. 15-28. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/274208283_Conceptualizing_emotions_A_revised_cognitive_linguistic_perspective. Acesso em: 20.abr.2020.

KÖVECSES, Z. *Metaphor in culture: universality and variation*. New York: Cambridge, 2005.

KÖVECSES, Z. *Metaphor: a practical introduction*. New York: Oxford University Press, 2002.

KÖVECSES, Z. *Metaphor and emotion: Language, culture and body in human feeling*. New York and Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

KÖVECSES, Z. *Emotion concepts*. New York: Springer-Verlag, 1990.

KÖVECSES, Z. *The language of love: the semantics of passion in conversational English*. Lewisburg: Bucknell University Press; London e Toronto: Associated University Press, 1988.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de M. Bagno, M., M. P. Scherre e C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LAGE, N. *Ideologia e Técnica da Notícia*. Petrópolis: Vozes, 1999.

LAKOFF, G. The neural theory of metaphor. In: GIBBS, R. *The Cambridge handbook of metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

LAKOFF, G. *No pienses en un elefante: lenguaje y debate político*. Tradução de Magdalena Mora. Madrid: Editorial Complutense S. A., 2007 [2004].

LAKOFF, G. The contemporary theory of metaphor. In: ORTONY, A. (Ed.). *Metaphor and thought*. 2 ed. Cambridge: University Press, 1993. p. 202-251.

LAKOFF, G. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. 2nd ed. Chicago: Chicago University Press, 2003.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Coordenação de tradução Mara Sophia Zanotto. Campinas: Mercado de Letras; EDUC, 2002 [1980].

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought*. New York: Basic Books, 1999.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, G.; TURNER, M. *More than cool reason*. Chicago: The University Of Chicago Press, 1989.

LANDINI, T. S. *Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração*. Cadernos Pagu. Campinas, v. 26, p. 225-252, jan./jun. 2006.

LANGACKER, R. W. *Cognitive Grammar: a basic introduction*. New York: Oxford University Press, 2008.

LANGACKER, R. W. *Foundations of Cognitive Grammar*. v. 1. Theoretical Prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987.

LARA, S. (org.). *Ordenações Filipinas, Livro V*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LE DOUX, J. *Unconscious and conscious contributions to the emotions and cognitive aspects of emotions: a comment on Scherer's view of what an emotion is*. *Social Science Information*, v.46, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249733000_Unconscious_and_conscious_contributions_to_the_emotional_and_cognitive_aspects_of_emotions_A_comment_on_Scherer's_view_of_what_an_emotion_is. Acesso em: 18 jun. 2020.

LE GOFF, J. *O homem medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 193.

LENZA, P. *Direito Constitucional Esquematizado*. São Paulo: Saraiva, 2010.

LÉVY, P. *A Inteligência Coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*, São Paulo: Edições Loyola, 1998.

LEWKOWICKZ, I. Heranças e relações familiares: os pretos foros nas Minas Gerais do século XVIII. *Revista Brasileira de História*, 9(17), 1989, p. 101-114.

LIMA, P. L. C. *Desejar é ter fome: novas ideias sobre antigas metáforas conceituais*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270561>>. Acesso em: 26 mai. 2019.

LUSTOSA, E. *O texto da notícia*. Brasília: Editora UnB, 1996.

- LYONS, J. *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Nacional, 1979.
- MAQUIAVEL. *O Príncipe - Curso de introdução à ciência política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.
- MARCONDES, D. *Iniciação à história da filosofia*. Dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros Textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Orgs.) *Gêneros textuais reflexões e ensino*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.). *Gêneros textuais e ensino*. 4.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P. (org.) *Gêneros textuais & ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- MARENGO, S. M. D. A. *Variações terminológicas e diacronia: estudo léxico-social de documentos militares manuscritos dos séculos XVIII e XIX*. 2016. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- MARGOLIS, J. *A História Íntima do Orgasmo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- MARQUES DE MELO, J. *Jornalismo: compreensão e reinvenção*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MARTINS, E. R. Geografia e Ontologia: o fundamento geográfico do ser. In: *GEOUSP - Espaço e Tempo*. São Paulo, Nº 21, pp. 33 - 51, 2007.
- MATTOS, I. M. *Borum, Bugre, Kraí: a Constituição da Identidade e Memória Étnica Krenak*. Dissertação de Mestrado. UFMG, 1996.
- MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto, Salvador: EDUFBA, 1991.
- MATURANA, H. R. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.
- MATURANA, H. R.; VARELA, F. G. *A árvore do conhecimento*. Tradução de Jonas Pereira dos Santos. São Paulo: Psy II, 1995.
- MATURANA, H. R.; VARELA, F. G. *Autopoiesis and cognition*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1973.

MCCAULEY, E.; KAY, T. ITO, J.; TRADER, R. *The Turner syndrome: cognitive deficits, affective discrimination and behavior problems*. Child Dev 58:464-73, 1987.

MEDEIROS, J. B. *Correspondência: técnicas de Comunicação criativa*. 18ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MÉLIS, G. L'euphémisme en syntaxe: le cas de la modalité d'apparence en anglais contemporain. In: JAMET, D.; JOBERT, M. *Empreintes de l'euphémisme*. Paris: L'Harmattan, 2010. p. 31-50.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

MIRABETE, J. F.; FABBRINI, R. *Manual de direito penal – parte geral, v. I*. 23ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MIRANDA, N. S. Domínios conceptuais e projeções entre domínios: uma introdução ao Modelo dos Espaços Mentais. In: *Veredas: revista de estudos linguísticos*, v. 3, n. 1. Juiz de Fora, 2009, p. 81-95.

MISES, L. von. *Ação Humana: um tratado de economia*. 3.1.ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MORIN, E. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand, 2015[1999].

MORIN, E. *O método IV: A humanidade da humanidade*. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MORIN, E. *O método IV: as ideias*. Porto Alegre: Sulina, 1998.

MORS, P. O Universo e seus fractais: a contribuição de Mandelbrot (entrevista concedida a Márcia Junges). *Revista do Instituto Humanista Unisinos*. São Leopoldo, ed. 349, ano x, p. 21-23, 2010. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3628-paulo-mors>. Acesso em: 17 ago. 2018.

MOTT, L. A revolução homossexual: o poder do mito. *Revista USP: Política e Participação*, v. 49, 2001, p. 40-59.

MUNIZ, D. C. G. Gênero, poder e o Código Penal de 1940: as construções de “crise moral”, “mulher moderna” e “virgindade moral”. In: *Simpósio Nacional de História da ANPUH*. 23., 2005, Londrina. Anais eletrônicos. Londrina: UEL, 2005. p.1-7. Disponível em: <http://www.anpuh.uepg.br/Xxiiiisimposio/anais/textos/DIVA%20DO%20COUTO%20GONTIJO%20MUNIZ.pdf>. Acesso em: 12 dez.2019.

NAIDOO, K. Violência sexual e “estupro corretivo” na África do Sul. In: *Diálogo Global*. V. 8. Abril, 2018.

NAZZARI, M. Dotes paulistas: composição e transformações (1600-1870). *Revista Brasileira de História*. 1989, p. 87-100.

NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

NOVELLI, G. Imigração pelas páginas do jornal A Província de São Paulo/O Estado de São Paulo. In: *Anais. GT História do Jornalismo*. IX Encontro Nacional de História da Mídia. UFOP-Ouro Preto, Maio 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historiado-jornalismo/imigracao-pelas-paginas-do-jornal-a-provincia-de-sao-paulo-o-estadode-sao-paulo>. Acesso em: 15 mai. 2020.

NUCCI, G. de S. *Manual de Direito Penal*. 6. ed. RT: São Paulo, 2010.

OAKLEY, T. Image schemes. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (Org.). *The oxford handbook of cognitive linguistics*. New York: Oxford University Press, 2007. p. 214-235.

PAIVA, V. L. M. de O. A metonímia como processo fractal multimodal. *Veredas – Revista de Estudos Linguísticos*, v. 14, n. 1, p. 07-19, 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/04/ARTIGO-1.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

PAZ AFONSO, A. *Semántica cognitiva e historia del léxico: evolución de los verbos “entrar” y “salir”* (ss. XIII-XV). 2014. 528f. Tese (Doctorado en Filología Española) – Departamento de Filología Española, Facultad de Filosofía y Letras, Universitat Autònoma de Barcelona. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10803/283941>. Acesso em: 14 fev. 2020.

PELOSI, A. C.; FELTES, H. P. de M.; FARIAS, E. M. P. (ORG.). *Cognição e linguística: explorando territórios, mapeamentos e percursos*. Caxias do Sul, RS: EducS, 2014.

PEÑA CERVEL, M. S. Los esquemas de imagen. In: IBARETXE-ANTUÑANO, I.; VALENZUELA, J. (Cord.). *Linguística cognitiva*. Barcelona: Anthropos, 2012. p. 69-96.

PILAGALLO, O. *A História da Imprensa Paulista*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PIMENTEL, M. P. *O Crime e a Pena na Atualidade*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

PIMENTEL, et al. *Estupro: Crime ou cortesia? Abordagem sóciojurídica de gênero*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris. 1998.

PINHEIRO, G. *Metáfora e metonímia na mensagem visual publicitária: uma perspectiva cognitivista para a análise retórica da imagem*. Contemporanea: Revista de Comunicação e Cultura. Vol. 8. No1, 2010. Disponível em: v. 8 n. 1 (2010) | Contemporânea Revista de Comunicação e Cultura (ufba.br). Acesso em 11 de jan. 2021.

PINTO, L. M. da S. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Typographia de Silva, 1832. Disponível em: < <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/3>>. Acesso em: 20/mar/2019.

POLSTER, E.; POLSTER, M. *Gestalt-terapia integrada*. São Paulo: Summus, 2001.

PRADO, L. R. *Curso de direito penal brasileiro*. v. I: Parte geral: 1º ao 120- 3º ed. Ver. atual. Ampla. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

RADDEN, G.; KÖVECSES, Z. Towards a theory of metonymy. In: EVANS, V.; BERGEN, B.; ZINKEN, J. *The cognitive linguistics reader*. London: Equinox, 2007. p. 335-359.

RAGO, M. O complicado sexo dos doutores. In: RAGO, M. *Os prazeres da noite: prostituição e código da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 141-164.

REDDY, M. The conduit metaphor: a case of frame conflict in our language about language. In: ORTONY, A. (Org.) *Metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979, p. 284-324.

RODRIGUES, J.C. *Higiene e ilusão*. Rio de Janeiro. NAU, 1995.

ROSCH, E. In *Concepts and Fuzzy Logic*. (Eds) R. Belohlavek & G.J. Klir. Cambridge, MA: MIT Press, 2011. p. 89-120.

ROSCH, E. Principles of categorization. In: ROSCH, E.; LLOYD, B. L. *Cognition and Categorization*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1978. p. 27-48.

ROSS, D. *Aristóteles*. Tradução de Luís F. B. S. S. Teixeira. 3ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.

ROUSSEAU, J. J. *Do Contrato Social*. Ensaio sobre a origem das línguas. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Discurso sobre as ciências e as artes. Tradução de Lourdes Santos Machado. 3.º Ed. São Paulo. Abril Cultural (Os Pensadores), 1983.

ROUX A. *La pensée d'Auguste Comte*. Paris: Chiron, 1920.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero e Patriarcado. In: VENTURI, G. RECÁMAN, M., OLIVEIRA, S. de. (Org.). *A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado*. São Paulo: Perseu Abramo. 2004

SAFFIOTI, H. I. B. Exploração Sexual de Crianças In: AZEVEDO, M. A., GUERRA, V. N. G. (Org.). *Criança Vitimizada: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu, 1989.

SALLA, F. *As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira*. *Sociologias*, n.16, p.274-304, 2006.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, A. *Ética*. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SANTANA, N. M. de O. *Estudo sócio-histórico-cognitivo das conceptualizações e categorizações do amor em cartas dos séculos XIX e XX*. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SANTOS, E. S. dos. O estudo do significado sob a perspectiva da linguística/semântica cognitiva. *Pontos de Interrogação*, Salvador, v. 5, n. 1, p. 11-28, 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint/issue/view/127/showToc>>. Acesso em: 11 mai 2019.

SARDINHA, T. B. *Metáfora*. São Paulo: Parábola, 2007.

SCHMITT, R. *Análise sistemática de metáforas: um método de pesquisa qualitativa*. Tradução de Adriano Dias de Andrade. Recife: Ed. UFPE, 2017.

SEGATO, R. L. *Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la Antropología, el Psicoanálisis y los Derechos Humanos*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes/Prometeo, 2003.

SEGATO, R. L. A Estrutura do Gênero e a Injunção do Estupro. In: SUÁREZ, M., BANDEIRA, L. (Org.). *Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal*. Brasília: Paralelo 15/ Universidade de Brasília. 1999.

SILVA, A. C. A Aparência, o Ser e a Forma - Geografia e Método. In: *Geographia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 2000.

SILVA, A. M. *Diccionario da lingua portuguesa*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>. Acesso em: 13/abr/2019.

SILVA, A. S. da. *Polissemia e contexto: o problema duro da diferenciação de sentidos*. Estudos Linguísticos, Lisboa, p. 353-367, 2010. Disponível em: http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n5_fulltexts/5z1%20augusto%20silva.pdf. Acesso em: 17 mar. 2019.

SILVA, A. S. *A semântica de Deixar: uma contribuição para a abordagem cognitiva em Semântica Lexical*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1999.

SILVA, A. S. A linguística cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades: estudos linguísticos*. v. 1, fasc. 1-2, p. 59-101, 1997.

SILVA, E. S. L. *Um estudo sociocognitivo de conceptualizações do trabalho em textos jornalísticos dos séculos XIX, XX e XXI*. 2017. 370f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SILVA, M. B. N. *Sistemas de casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, 1984

SILVA, M. L. da. *O império dos bacharéis: o pensamento jurídico e a organização do Estado-nação no Brasil*. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2009.

SILVA, S. V. da. *A sequência argumentativa no gênero comentário de facebook*. 2014. Disponível em: <http://www.gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2014/anexos/440.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2021.

SILVA, T. D. L. da; SILVA, E. M. da. *Mas o que é mesmo corpus?* Alguns apontamentos sobre a construção de corpo de pesquisa nos estudos em Administração. XXXVII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, p. 1-15, set. 2013. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_EPQ1021.pdf. Acesso em: 17 mai. 2019.

SPERANDIO, N. E. *Repensando a motivação metonímica da metáfora: uma análise pela perspectiva da Integração Conceitual*. In: Signo. Santa Cruz do Sul, v. 41, n. 70, p. 15-28, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/6045>. Acesso em 11 ago. 2020.

SPERANDIO, N. E. *Entre os domínios da metáfora e da metonímia na produção de sentido de charges animadas*. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras. Tese de Doutorado. 155 p. 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MGSS-9W7LUQ>. Acesso em 11 ago. 2020.

SOARES, B. M. *Mulheres invisíveis*. Violência conjugal e novas políticas de segurança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SORIANO, C. La metáfora conceptual. In: In: IBARETXE-ANTUÑANO, I.; VALENZUELA, J. (cords.) *Linguística cognitiva*. Barcelona: Anthropos, 2012. p. 97-122.

SOUTO MAIOR, A. C. O gênero carta – variedade, uso e estrutura. *Revista Ao Pé da Letra*, v. 3.2, p. 1-13, dez. 2001. Disponível em: http://revistaaopepedaetra.net/volumesao-pedaetra/vol%203.2/O_genero_carta-variedade_uso_e_estrutura.pdf. Acesso em: 15 mar. 2021.

SOUZA, J. M. R. de. *Os matizes do gênero entrevista: o contexto de produção*. IV Semana de Letras – Linguagem e entrechoques culturais. Língua, literatura e cultura brasileira. Catole do Rocha – PB, 2010.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Tradução de Luciane de Oliveira da Rocha. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

STUKART, H. L. *Ética e Corrupção*. Os benefícios da conduta ética na vida pessoal e empresaria. São Paulo: Nobel, 2003.

SUÁREZ, M. et al. A noção de crime sexual. In: SUÁREZ, M., BANDEIRA, L. (Org.). *Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal*. Brasília: Paralelo 15, Universidade de Brasília. 1999

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

- TALMY, L. Foreword. In: GONZALEZ-MARQUEZ, M. et al. (Ed.). *Methods in cognitive linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 2007, p. 11-21.
- TALMY, L. *Toward a Cognitive Semantics*. v. 1 e 2. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.
- TOMASELLO, M. Perceiving intentions and learning words in the second year of life. In: BOWERMAN, M.; LEVINSON, S. (eds.). *Language acquisition and conceptual development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- TRAQUINA, N. *Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são*. v.1. 2. ed. Florianópolis: Insular. 2005.
- TRIGO, L.G.G. *Entretenimento: uma crítica aberta*. São Paulo: Senac, 2003.
- TRIGO, M. H. B. Amor e casamento no século XX. In: D'INCAO, M. A. et al. (org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989, p. 88-94.
- TRUJILLO, A. M. Semântica, pragmática e tradução. *Revista Intertexto* v. 5, n. 2, 2012. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/intertexto/article/view/238/329>. Acesso em: 14 out. 2020.
- VAINFAS, R. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira., 1997.
- VAINFAS, R. *Casamento, amor e desejo no Ocidente Cristão*. São Paulo: Ática, 1986.
- VARGAS, J. D. Familiares ou desconhecidos? A relação entre protagonistas do estupro no fluxo do Sistema de Justiça Criminal. *Revista Brasileira de História*, 4(40), 63-82, 1999.
- VÁZQUEZ, A. S. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- VIANNA, A. R. B. *Limites da menoridade: tutela, família e autoridade em julgamento*. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- VIEIRA, M. S. *Categorias jurídicas e violência sexual: uma negociação com múltiplos atores*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- VIGARELLO, G. *História do Estupro: violência sexual nos séculos XVI – XX*. Tradução de Lucia Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1998
- VILHENA, J. de; ZAMORA, M. H. Além do ato: os transbordamentos do estupro. Dossiê Temático. *Revista Rio de Janeiro*, n. 12, jan-abril 2004.
- WAITES, M. *The age of consent: young people, sexuality and citizenship*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.
- WITTGENSTEIN, L. J. J. *Investigações Filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1991 [1953].